



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1910

Quinta-feira - 14 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Guaraciaba .....	210	Pomerode .....	526
Água Doce .....	3	Guarujá do Sul .....	212	Ponte Serrada .....	529
Anchieta .....	4	Herval d'Oeste .....	258	Porto Belo .....	530
Antônio Carlos .....	8	Imbituba .....	268	Porto União .....	531
Arabutã .....	13	Indaial .....	273	Rio das Antas .....	534
Aurora .....	19	Iomerê .....	283	Rio dos Cedros .....	536
Balneário Rincão .....	20	Ipumirim .....	284	Rio do Sul .....	535
Barra Velha .....	21	Irineópolis .....	286	Romelândia .....	596
Benedito Novo .....	24	Itapema .....	287	Santa Cecília .....	597
Biguaçu .....	25	Itapiranga .....	288	Santa Terezinha do Progresso .....	650
Bom Jesus do Oeste .....	33	Ituporanga .....	291	Santiago do Sul .....	651
Bom Retiro .....	34	Joaçaba .....	292	São Bento do Sul .....	657
Botuvera .....	38	Lages .....	300	São Carlos .....	662
Braço do Trombudo .....	43	Laguna .....	301	São Cristóvão do Sul .....	663
Caçador .....	59	Lauro Muller .....	304	São Domingos .....	665
Camboriú .....	60	Lebon Regis .....	306	São João do Oeste .....	666
Campo Alegre .....	61	Leoberto Leal .....	307	São José .....	667
Campos Novos .....	62	Lindóia do Sul .....	313	São Lourenço do Oeste .....	671
Canelinha .....	77	Macieira .....	314	São Miguel do Oeste .....	672
Canoinhas .....	78	Mafra .....	356	São Pedro de Alcântara .....	674
Capinzal .....	85	Maracajá .....	358	Schroeder .....	676
Catanduvas .....	88	Maravilha .....	363	Seara .....	678
Chapadão do Lageado .....	89	Modelo .....	364	Sombrio .....	679
Cocal do Sul .....	93	Mondaí .....	367	Sul Brasil .....	681
Concórdia .....	94	Navegantes .....	369	Tigrinhos .....	682
Cordilheira Alta .....	95	Nova Trento .....	375	Timbó .....	684
Coronel Martins .....	96	Novo Horizonte .....	379	Três Barras .....	685
Corupá .....	97	Orleans .....	497	Treze Tílias .....	686
Curitibanos .....	98	Otacílio Costa .....	498	Trombudo Central .....	687
Dionísio Cerqueira .....	143	Ouro .....	499	Tunápolis .....	688
Flor do Sertão .....	144	Palhoça .....	500	União do Oeste .....	689
Forquilha .....	150	Palmitos .....	501	Urussanga .....	692
Fraiburgo .....	155	Papanduva .....	502	Vargem Bonita .....	693
Frei Rogério .....	156	Passo de Torres .....	503	Vidal Ramos .....	694
Garopaba .....	157	Passos Maia .....	510	Videira .....	695
Gaspar .....	202	Paulo Lopes .....	511	Xanxerê .....	696
Governador Celso Ramos .....	208	Penha .....	512	Xavantina .....	698
Grão Pará .....	209	Pinheiro Preto .....	517	Xaxim .....	709

### Associações

AMMVI .....	710	EGEM .....	713
-------------	-----	------------	-----

### Consórcios

ARIS .....	714
CIGA .....	716
CIS Nordeste .....	719

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### CHAMADA PUBLICA 01/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA □ SC realiza Chamada Pública nº 01/2016 para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC. Os agricultores deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução FNDE nº 26/13, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 03/02/2016, às 14:00hs, na Prefeitura Municipal, localizada na RUA JOAO SANTIN – ABDON BATISTA SC – Telefone (049) 3545-1133, email: [compras@abdonbatista.sc.gov.br](mailto:compras@abdonbatista.sc.gov.br)

Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponível na página da Internet: <http://abdonbatista.sc.gov.br>

Lucimar Antonio Salmoria  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 06/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 06/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CAIXAS DE AGUA DE POLIETILENO (DE ACORDO COM A NORMA NBR 15682) PARA UTILIZAÇÃO NO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DMAE, CONFORME ANEXO I.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 28 de janeiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA CONSUMO EM VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 26 de janeiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 10/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 10/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 15 MBPS E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INTERNET VIA RADIO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 27 de janeiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal



# Água Doce

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2016

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que está aberto edital de chamada pública n. 001/2016 para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – 1º semestre de 2016, devendo ser entregue documentação e plano de vendas até o dia 28 de janeiro de 2016 às 17h00, junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322.

Água Doce, SC, 13 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2/2016 - TOMADA DE PREÇO Nº. 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 2/2016

TOMADA DE PREÇO 1/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 2/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 1/2016", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a contratação de serviços de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência – Água Doce – execução do contrato de repasse 1006412-57/2013 – Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, o qual será processado e julgado no dia 01 de fevereiro de 2016 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até 01/02/2016 às 13h30.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 13 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 3/2016

PREGÃO PRESENCIAL 1/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 3/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros Militar de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 27 de janeiro de 2016 às 17h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de

junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 13 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL 2/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 4/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 2/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para utilização nos encontros do Grupo da Terceira Idade, o qual será processado e julgado no dia 27 de janeiro de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 13 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 5/2016

PREGÃO PRESENCIAL 3/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 5/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 28 de janeiro de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 13 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

# Anchieta

## PREFEITURA

### Decreto 001/2016

DECRETO Nº. 001/2016, de 4 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no caput dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 e demais vigentes constitucionais e legais,

DECRETA :

Art. 1º A movimentação orçamentária do exercício financeiro de 2016, do Orçamento Geral do Município, dar-se-á através do ingresso das receitas e pelo empenhamento das despesas constantes das dotações Orçamentárias, relativamente aos seus Órgãos, Fundos e Autarquia, constantes da Lei Municipal nº. 2.222, 10 de dezembro de 2015, ficando limitados em conformidade com o disposto nos Anexos I, II, III e IV integrantes deste Ato.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as dotações;

I - relativas aos grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado; e,
- e) amortização da dívida.

II - à conta de recursos de doações consignadas no orçamento com saldo suficiente ao cumprimento deste ato;

§ 2º O empenhamento e pagamento de despesas à conta das fontes de recursos constantes dos Anexos deste Ato, somente poderão ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes no presente exercício.

§ 3º No processo regular de empenhamento de despesas por estimativa e global, considera-se para efeitos deste artigo, as despesas propriamente liquidadas dentro dos respectivos períodos.

Art. 2º Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as nos casos previstos no art. 1º deste Decreto, para as unidades orçamentárias que ultrapassarem o limite de pagamento estabelecido neste Ato, enquanto perdurar a situação de excesso de pagamentos, em obediência ao prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a serem abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 4º A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Município no exercício de 2015, obedecerá, em cada mês, ao cronograma estabelecido nos respectivos Anexos integrantes deste Ato.

§ 1º Somente será admitidos à realização de despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha normal com seus respectivos encargos.

§ 2º As demais despesas com pessoal somente poderão ser

realizadas, em cada mês, depois de assegurado o pagamento das despesas previstas no § 1o.

§ 3º Para efeito deste Decreto, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo - terceiro salário e férias e demais na modalidade do grupo de despesa 3.1., da Portarias nºs 42, Portaria Interministerial nº. 163, Portaria Conjunta nº 01 e demais legislações posteriores vigentes.

§ 4º A ocorrência da situação prevista no § 1o deste artigo deverá ser objeto de justificativa junto à Secretaria Municipal da Fazenda, quando do encaminhamento das informações sobre a execução de despesas de pessoal e encargos sociais do mês correspondente.

Art. 5º Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária de 2016 e seus créditos adicionais, dos Poderes deste Ente Federado, inclusive, créditos recebidos mediante descentralização, ser-lhes-ão entregues até o último dia de cada mês.

Art. 6º Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, em 4 de janeiro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 4/01/2016

Andreia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 002/2016

DECRETO Nº. 002/2016, de 04 de janeiro de 2016

Altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 50.791,70 (cinquenta mil, setecentos e noventa e um reais e setenta centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 50.791,70 (cinquenta mil, setecentos e noventa e um reais e setenta centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

## CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 50.791,70 (cinquenta mil, setecentos e noventa e um reais e setenta centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIARIOS  
26.7820021.2.041 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DPTO OBRAS E SERVIÇOS RODOVIARIOS  
(112) 4.4.90.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas ... R\$ 791,70

09– SECRETARIA DWE SAÚDE PÚBLICA  
01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DA ATENÇÃO BÁSICA  
(18) 3.3.90.00.00.00.00.0335-Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00  
Total ..... R\$ 50.791,70

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 50.791,70 (cinquenta mil, setecentos e noventa e um reais e setenta centavos), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIARIOS  
26.7820021.2.041 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DPTO OBRAS E SERVIÇOS RODOVIARIOS  
(111) 3.3.90.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 791,70

09– SECRETARIA DWE SAÚDE PÚBLICA  
01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.101 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS BENS E SERVIÇOS  
DA ATENÇÃO BÁSICA  
(10) 3.1.90.00.00.00.00.0335-Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00  
Total ..... R\$ 50.791,70

## CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

## CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216 de 20 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
04 de janeiro de 2016.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 04./01/2016.

Andreia Marafão  
Secretário de Administração e Gestão

## Decreto 003/2016

DECRETO Nº. 003/2016, de 04 de janeiro de 2016

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

## TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0428.2.104 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Media e Alta Complexidade  
(42) 3.3.90.00.00.00.00.1101 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 32.000,00  
(43) 3.3.90.00.00.00.00.2246 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 13.700,00

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica  
(44) 3.3.90.00.00.00.00.1108 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00  
Total ..... R\$ 70.700,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1101(00.03.0101) Transf.Sist.Unico Saude-SUS-Protese Dentaria-MAC/LRPD, a fonte de recursos sob nº. 2246(00.03.0246) Transf. Rec. Sistema Único de Saude – SUS – MAC, a fonte de recursos sob nº. 1108 (00.03.0108) Transf.Sist. ún.Saúde-SUS-PAB-Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 70.700,00 (setenta mil

e setecentos reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.077-4 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.09 - Transf. Sist. Único Saúde – SUS - Protese Dentária-MAC/LRPD. BRASIL SEM MISERIA - Recurso sob nº. 1101 (00.03.0101), no valor de R\$ 32.00,00 (trinta e dois mil reais), Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 22.774-9 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.08 - Transf. Rec. Sistema Único de Saúde – SUS - MAC - Recurso sob nº. 2246 (00.03.0246), no valor de R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.053-7 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.04 - Transferências Receita Sist. Único Saúde –SUS- PAB - Recurso sob nº. 1108 (00.03.0108), no valor de R\$ 25.000,00 ( vinte e cinco mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
04 de janeiro de 2016.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 004/2016

DECRETO Nº. 004/2016, de 04 de janeiro de 2016  
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

#### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância

de até R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
02 - ENSINO FUNDAMENTAL  
12.361.0427.2.016 - Administração dos Geral dos Bens e Serviços do Programa  
de Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
(141) 3.3.90.00.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.399,00

03- ENSINO INFANTIL  
12.365.0427.2.022 - Administração dos Geral dos Bens e Serviços do Programa  
de Merenda Escolar – Ensino Infantil  
(142) 3.3.90.00.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.901,00

12.365.0427.2.023 - Administração dos Geral dos Bens e Serviços do Programa  
de Merenda Escolar – Ensino CRECHE  
(143) 3.3.90.00.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00  
Total ..... R\$ 12.300,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1117 (00.03.0117) Transf. Direta do FNDE - PNAE-Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 10.921-5 – Rubrica nº 4.1.7.21.35.03 – Transferência Direta do FNDE – PNAE - Recurso sob nº. 1117 (00.03.0117), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
04 de janeiro de 2016.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão



**Decreto 005/2016**

DECRETO Nº. 005/2015, de 04 de janeiro de 2016

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.105 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Vigilância em Saúde/Sanitária

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00.1136 -Aplicações Diretas ..... R\$ 18.000,00

(46) 3.1.90.00.00.00.00.00.1110 -Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00.1110 -Aplicações Diretas ..... R\$ 12.400,00

(50) 3.3.90.00.00.00.00.00.3237 -Aplicações Diretas ..... R\$ 7.300,00

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. da Atenção Básica

(48) 3.1.90.00.00.00.00.00.2275 -Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

(49) 3.3.90.00.00.00.00.00.2275 -Aplicações Diretas ..... R\$ 39.500,00

Total ..... R\$ 105.200,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1136 (00.03.0136) Transf. Rec. Sistema Único de Saúde – SUS – ECD, na fonte de recursos sob nº. 2275 (00.03.0275) Cofinanciamento p/Atenção Básica –Estado – Capacitação, na fonte de recursos sob nº. 1110 (00.03.0110) Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS – Vigilância Sanitária, na fonte de recursos sob nº. 3237 (00.03.0237) Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 105.200,00 (cento e cinco mil e duzentos reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.054-5 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.07 - Transf. Rec. Sistema Único de Saúde

– SUS - ECD - Recurso sob nº. 1136 (00.03.0136), no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 58.048-1 – Rubrica nº 4.1.7.21.33.05 - Transf. Rec. Sistema Único de Saúde – SUS – Vigilância Sanitária - Recurso sob nº. 1110 (00.03.0110), no valor de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), e Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 64.115-4, Rubrica nº 4.1.1.21.17 – Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Recurso sob nº. 3237 (00.03.0237), no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil e trezentos reais) e Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 205.007-2, Rubrica nº 4.1.7.21.33.02 - Transf. Rec. Estado Cofinanciamento Atenção Básica - Capacitação - Recurso sob nº. 2275 (00.03.0275), no valor de R\$ 59.500,00 cinquenta e nove mil e quinhentos reais, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
04 de janeiro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 04/01/2016.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 201/2015**

DECRETO Nº. 201/2015, de 30 de dezembro de 2015.

REVOGA TURNO ÚNICO PARA O EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial em seus Art. 84, I, IV, XVI e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado horário normal para expediente a ser cumprido no âmbito da Secretaria de Agricultura do Município de Anchieta/SC, no período matutino de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e vespertino das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 30 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 30 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO N 005/2016

DECRETO Nº 000005/16 de 12 de Janeiro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 85.753,92 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 39.598,22

04.01.13.392.0005.1.004-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.055,70

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0006.2.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.000,00

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 100,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 85.753,92

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Janeiro de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO N 006/2016

DECRETO Nº 000006/16 de 12 de Janeiro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 223.154,14 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 93,63

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 18.440,09

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 38.431,85

11.01.10.301.0007.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.719,27

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 13.692,77

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 57.950,37

11.01.10.305.0007.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 26.736,63

11.01.10.304.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.258,37

11.01.10.301.0007.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.033,70

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.482,06

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.575,70

11.01.10.301.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.380,92

11.01.10.304.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.179,10

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 32.179,68

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
Superávit financeiro 223.154,14

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de Janeiro de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO N 007/2016

DECRETO N.O 07/2016

Homologa regimento interno do conselho municipal da defesa civil de Antônio Carlos e da outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade:

DECRETA:

Art. 1o – Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal da Defesa Civil do Município de Antônio Carlos (COMDEC), cujo seu teor foi devidamente aprovado pelo referido Conselho.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, em 12 de janeiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal



**Anexo Único**

Regimento interno do conselho municipal da defesa civil de Antônio Carlos

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Entende-se por Defesa Civil, para efeitos do presente regimento, o conjunto de medidas preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis, preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar, quando da ocorrência desses eventos.

Parágrafo Único - A Defesa Comunitária está fundamentada no princípio de que nenhum governo tem a capacidade para solucionar sozinho todos os problemas que possam afetar a comunidade e procura, desde as primeiras ações, contar com a participação social para solução dos problemas de todos.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, criada pela Lei Municipal 770 de 12 de Agosto de 1997, se constitui no instrumento de articulação de esforços da Prefeitura com as demais entidades públicas e privadas existentes na jurisdição municipal, além de manter com os órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estrito intercâmbio para receber subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 3º - A ação administrativa de defesa contra qualquer evento desastroso, que ocorra no Município, obedecerá as determinações estabelecidas neste Regimento Interno da COMDEC.

Art. 4º - A COMDEC ficará subordinada diretamente ao Prefeito Municipal.

**CAPÍTULO II****DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 5º - As atividades de Defesa Civil no Município de Antônio Carlos serão organizadas sob forma de sistema, o qual contará com um órgão central, A Comissão de Defesa Civil (COMDEC).

Art. 6º - A Comissão de Defesa Civil, ficará diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, ou no seu impedimento, pelo substituto eventual e terá a seguinte organização:

1. Presidência
2. Secretaria
3. Conselho Técnico
4. Conselho Comunitário

Art. 7º- A Presidência compreende:

- I – Presidente
- II – Adjunto

§ 1º - O Presidente e Adjunto serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Ficarà a cargo da presidência a organização das atividades da mesma.

Art. 8º - A Secretaria compreende:

- I – Secretário

§ 1º - O Secretário será pessoa que possua liderança e conhecimento e matéria de Defesa Civil.

§ 2º - O Secretário será designado pelo Presidente da COMDEC.

Art. 9º - O Conselho Técnico será constituído pelos respectivos chefes das seguintes secretarias:

1. Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
2. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
3. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;
4. Secretaria de Saúde e Assistência Social;

Art. 10º - O Conselho Comunitário será constituído pelos seguintes membros:

1. Chefe da Secretaria de Administração e Finanças;
2. Coordenador da Secretaria de Saúde e Assistência Social;
3. Representante da Polícia Militar no Município;
4. Representante da Polícia Civil no Município;

Parágrafo Único - Serão convidados a participarem do Conselho Comunitário, representantes dos seguintes órgãos:

- a) Prefeitura Municipal;
- b) Associação de Moradores;
- c) Associação Comercial e Industrial de Antônio Carlos;
- d) Jeep Club de Antônio Carlos;

Art. 11 – Serão criados os Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) e os mesmos serão constituídos por grupos de pessoas que se reúnem para debater assuntos de Defesa Civil, buscando soluções para problemas que afligem as pequenas comunidades (bairros, vilas, etc).

**CAPÍTULO III****DO FUNCIONAMENTO**

Art. 12 - Situação de normalidade caracterizar-se-á pela ausência de eventos desastrosos ou de previsão de não ocorrência concreta desses eventos.

**I - FASE DE PREVENÇÃO**

Nesta fase serão efetuados estudos, análises, avaliações das situações anteriores, coleta de informações, revisões, defesa do patrimônio, observação, alerta, mobilização, etc.; previamente sistematizadas, de caráter permanente e que tem por finalidade proporcionar dados e atitudes que determinarão medidas acauteladoras para neutralizar, amenizar e prevenir eventos desastrosos.

a) Os integrantes do Conselho Técnico, deverão constituir, de acordo com as atividades pertinentes, as subcomissões de: depósitos, abrigos, relações públicas, segurança, saúde, vistorias e transportes que serão ativadas pelo Secretário da COMDEC, sempre que necessário.

b) Os representantes do Conselho Comunitário, deverão constituir, as subcomissões de voluntários e de donativos, podendo, dependendo da atividade, integrar as subcomissões afetas ao Conselho Técnico e atividades pelo Secretário da COMDEC, sempre que necessário.

c) Para tratar de assuntos pertinentes a Defesa Civil a COMDEC reunir-se-á, em todo ou em parte, a critério do Presidente, no mínimo uma vez por mês.

d) Poderão participar das reuniões, a critério do Presidente, pessoas estranhas ao grupo, tendo em vista assegurar o entendimento e a colaboração dessas pessoas, ou entidades e órgãos que as mesmas representem, nos assuntos de interesse comum. Deverá ser

comunicada a participação destas pessoas aos membros do conselho na abertura dos trabalhos.

e) O Presidente acionará a COMDEC, sem necessidade de qualquer ato formal.

f) Cada assunto de Defesa Civil apresentados a COMDEC, é estudado por um relator, cuja atividade é técnica, designado pelo Presidente, o qual apresentará o competente relatório da data que for estipulado pelo Presidente.

g) Os trabalhos do relator são sempre escritos e terminam por um parecer técnico.

h) Qualquer membro pode apresentar questões a serem apreciadas, desde que sejam consideradas pelo Presidente como pertinentes.

i) A ata de cada reunião será firmada pelo Presidente e o Secretário.

#### Art. 13 - Situação de Anormalidade.

Será assim considerada a situação de ocorrência de eventos desastrosos ou de iminentes possibilidades de que venham ocorrer.

#### II - FASE DE SOCORRO

Nesta fase desencadear-se-á as medidas operacionais onde são estabelecidas atividades já planejadas previamente e que se caracterizam principalmente como de comunicação transporte evacuação, salvamento, segurança e saúde.

##### a) SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

É decretada pelo Prefeito Municipal quando existir a configuração e indícios que revelem a iminência de fatores anormais e adversos que possam vir a provocar calamidade pública.

##### b) ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

É decretada pelo Prefeito Municipal quando um fenômeno anormal e adverso afetar gravemente a população com uma ou mais das seguintes consequências:

- Ameaça a existência e/ou à integridade da população - elevado número de mortos, feridos e/ou doentes;
- Paralisação dos serviços públicos essenciais - luz, água, transporte, entre outros;
- Destruição de casas, hospitais;
- Falta de alimentos e/ou medicamentos;
- Paralisação de atividades econômicas - tanto no setor primário como secundário e terciário.

#### III - FASE ASSISTENCIAL

Desencadear-se-á as medidas operacionais de:

- a) Assistência, caracterizada pelas atividades de triagem e atendimento a flagelados; e
- b) Reabilitação, caracterizada pelas atividades de descontaminação.

#### IV - FASE DE RECUPERAÇÃO

É a fase onde prevalecem as atividades exercida pelos serviços públicos, pelas ações comunitárias de toda a ordem com o efeito de recuperar as situações afetadas e de se elevar o moral social.

#### CAPÍTULO IV

#### DA COMPETÊNCIA

Art. 14 - Em Situação de Normalidade compete:

##### I - Ao Presidente da COMDEC

1. Sugerir ou recomendar à Coordenadoria Regional e Estadual de Defesa Civil medidas específicas ou prioritárias para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;
2. Representar a Comissão Municipal de Defesa Civil;
3. Estabelecer contatos com os Municípios vizinhos, em termos de Defesa Civil, a fim de solicitar ajuda e também fornecê-la em caso de necessidade;
4. Solicitar orientação técnica à COREDEC e a CEDEC;
5. Aprovar o plano de Defesa Civil;
6. Adotar as medidas relativas à Organização de Defesa Civil;
7. Supervisionar todas as atividades de Defesa Civil no Município;
8. Solicitar apoio aos Órgãos Federais e Estaduais existentes no Município, na elaboração de planos emergenciais específicos ou gerais de Defesa Civil e para treinamento de pessoal em calamidades similares;
9. Convocar e presidir a COMDEC;
10. Determinar a COMDEC, identificar os fenômenos anormais e adversos de qualquer natureza, com ocorrência periódica no Município.

##### II - Ao Adjunto da Presidência

1. Substituir o Presidente em seus impedimentos;
2. Fiscalizar e apoiar no que for possível a COMDEC no desenvolvimento dos trabalhos preventivos;

##### III - Ao Secretário da COMDEC

1. Identificar e acompanhar os fatores anormais e adversos da natureza de ocorrência periódica na área, bem como de outras origens, que possam ocorrer no Município, caracterizando-se eventos desastrosos;
2. Convocar e orientar as diversas subcomissões da COMDEC nos trabalhos de Defesa Civil;
3. Organizar e orientar os Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC junto aos Bairros do Município;
4. Promover palestras, conferências, campanhas educativas, cursos e seminários, com vistas a orientar a comunidade na adoção de medidas em sua própria defesa;
5. Promover desastres similares para treinamento do pessoal e comunidade;
6. Estabelecer sistema de alerta;
7. Organizar e manter atualizado o cadastro dos meios de socorro e apoio disponíveis em sua área de ação para emprego nas situações de emergência;
8. Elaborar, através das diversas subcomissões da COMDEC, os planos gerais ou específicos de emergência para enfrentar eventos desastrosos e mantê-los atualizados;
9. Organizar e manter atualizado a relação de endereços de todos os integrantes da COMDEC, para a feitura do plano de chamada;
10. Estabelecer procedimentos para que cada integrante do Conselho Técnico elabore o seu plano setorial de sua área definindo as linhas de ações a serem desenvolvidas pelos órgãos bem como as funções, responsabilidades e atribuições de modo a desencadear harmonicamente as atividades de Defesa Civil.
11. Convocar os membros da Comissão Municipal de Defesa Civil, quando determinado.

##### IV - À Subcomissão de Relações Públicas:

1. Executar campanhas de divulgação, visando motivar a população a participar dos problemas comunitários;
2. Divulgar o telefone da Defesa Civil à população;
3. Comunicar o público em geral objetivando o desenvolvimento de

- programas educativos;  
4. Divulgar a Defesa Civil nas escolas;  
5. Outros.

#### V - A Subcomissão de Segurança

1. Cadastrar recursos;
2. Elaborar planos de segurança levando-se em conta a área sujeita a sinistros, os locais de abrigo, o patrimônio, se há presídios na sujeita a sinistros, trânsito, estrada, comunicações, transportes;
3. Evacuação de áreas onde haja indícios de sinistros;
4. Outros.

#### VI - A Subcomissão de Depósito

1. Cadastrar os locais de estocagem;
2. Estimativas de capacidade de estoque (alimentos, agasalhos, etc);
3. Previsão de necessidades em recursos humanos e materiais;
4. Definição de normas de funcionamento (sistema de estocagem, de controle, de distribuição, modelos de formulários, etc);
5. Definir as pessoas que coordenarão os locais de depósito e as atribuições que lhe são afetas;
6. Manter em estoque, como reserva técnica, bobinas de lona e alimentos (a bobina de lona plástica é muito bem empregada em caso de vendavais quando é possível deixar às famílias junto aos seus patrimônios, não precisando ir para abrigos públicos).

#### VII - A Subcomissão de Abrigos

1. Cadastrar os locais de abrigos improvisados (escolas, igrejas, clubes, etc.);
2. Estimar a capacidade dos abrigos improvisados;
3. Previsão de necessidades de recursos humanos e materiais;
4. Planejar normas de funcionamento;
5. Estabelecer formulários para o cadastramento;
6. Prever uma possível instalação de abrigos de emergência onde haverá uma necessidade de estudos mais detalhados (nesses casos prever barracas, geradores de energia, lona plástica, cozinha de campanha, bivaques e depósitos de água).

#### VIII - A Subcomissão de Saúde

1. Apresentar à Comissão a possibilidade de epidemias e outras que possam ocorrer no Município;
2. Sugerir e coordenar a execução de medidas preventivas na área de saúde;
3. Cadastrar o pessoal médico, paramédico, ambulância, etc;
4. Estabelecer normas de funcionamento da subcomissão (definindo responsabilidades, modelos de formulários, etc);

#### IX - A Subcomissão de Vistorias

1. Fazer vistorias em lugares que oferecem perigo;
2. Manter controle sobre o nível dos riscos e sobre previsões especializadas objetivando o acompanhamento da situação;
3. Estabelecer o sistema de alerta;
4. Levantar e apresentar a COMDEC hipótese de ocorrências calamitosas decorrentes do desequilíbrio biológico (animal ou vegetal);
5. Outros.

#### X - A Subcomissão de Transportes

1. Cadastramento dos meios de transportes, aéreo, rodoviário e aquático, oficiais ou não, a serem utilizados em caso de emergência;
2. Levantar as principais vias de transportes com as respectivas distâncias dos centros populacionais mais próximos;
3. Levantar locais para pouso e decolagem de aeronaves,

principalmente helicópteros;

4. Prever meios de transportes para evacuação de área sinistra, locomoção do pessoal da Defesa Civil emprenhados, alocação de gêneros alimentícios básicos, agasalhos e medicamentos aos flagelados;
5. Estimar necessidades em recursos humanos, materiais e financeiros;
6. Analisar relatórios de calamidades anteriores e verificar se o Município fica isolado e no caso que alternativa foram tomadas.

#### XII - A Subcomissão De Donativos – Voluntários

1. Cadastrar pessoas físicas e jurídicas, que possam auxiliar em situação de emergência;
2. Organizar e treinar equipes para colocar nas áreas de assistência social, recreação, materno-infantil;
3. Instruir para as atividades de reconhecimento, triagem e remessa de donativos;
4. Elaborar plano de chamada.

Art. 15 - Em situação de anormalidade compete:

#### I - Ao Presidente da COMDEC

1. Comunicar a Coordenaria Regional de Defesa Civil a ocorrência do fato no mais curto espaço de tempo, informando a extensão do evento desastroso e das condições do Município em atender à população;
2. Solicitar, quando necessário, a abertura de crédito extraordinário destinado a abrir despesas com a emergência;
3. Solicitar auxílio, utilizando-se do Sistema Estadual de Defesa Civil, após verificada a impossibilidade do Município de manter a situação sob controle;
4. Decretar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, em consonância com critérios estabelecidos pela Defesa Civil Estadual, e determinar a Comissão de Vistoria a feitura de um levantamento técnico dos danos e os consequentes custos e, quanto ao Secretário da COMDEC, o relatório da ocorrência que são documentos necessários para solicitar ajuda ao Sistema Estadual de Defesa Civil ou Federal;
5. Ordenar despesas com dispensa de licitação observando-se legislação em vigor;
6. Prestar contas à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil ou ao Tribunal Contas do Estado de acordo com a origem dos recursos recebidos e o que for acordado em convênios, utilizando-se os elementos contábeis da Prefeitura;
7. Somente encerrar a operação após o completo retorno à normalidade, podendo desativar os órgãos à medida que se tornam desnecessárias à mesma;
8. Supervisionar todas as atividades de Defesa Civil no Município;
9. Solicitar apoio aos Órgãos Federais e Estaduais no Município, para a adoção de medidas de socorro, assistenciais e recuperativas;
10. Encaminhar a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil o relatório final.

#### II - Ao Adjunto

1. Substituir o Presidente no seu impedimento e apoiar o Secretário da COMDEC no desencadeamento do plano de emergência.

#### III – Ao Secretário

1. Desencadear o plano de chamada dos elementos julgados necessários a enfrentar a situação;
2. Desencadear o plano adequado à ocorrência;
3. Mobilizar os recursos materiais necessários à emergência;
4. Acionar o posto de chamada da sede da COMDEC ou manter-se no local em que ocorreu o fato, a fim de melhor analisar o quadro

existente e assim acionar com mais eficiência a ação de socorro, assistência e recuperação da população atingida;

5. Acompanhar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos núcleos de Defesa Civil nos diversos bairros;
6. Utilizar os voluntários previamente treinados;
7. Utilizar os meios de comunicação para acalmar a população;
8. Manter sob controle o desencadeamento das diversas ações das subcomissões da COMDEC;
9. Propor ao Prefeito a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pela Defesa Civil Estadual;
10. Elaborar relatório parcial e final;

#### IV - Ao Secretário

1. Desencadear as tarefas que lhe forem impostas pelo Diretor de Operações.

#### V - A Subcomissão De Relações Públicas

1. Desenvolver programas para elevação do moral da comunidade atingida;
2. Comunicação com o público em geral objetivando informar os fatos e o trabalho da COMDEC;
3. Alertar, orientar e reagrupar famílias;
4. Acompanhar a situação do Município atualizando os registros diários;
5. Apresentar relatórios parciais e final.

#### VI - A Subcomissão De Segurança

1. Isolamento da área;
2. Salvamento;
3. Combate a incêndios;
4. Proteção policial à vida e ao patrimônio;
5. Resgate e evacuação de flagelados;
6. Apresentar relatórios parciais e final.

#### VII - A Subcomissão De Depósitos

1. Apresentar relatórios parciais e final do que foi distribuído.

#### VIII - A Subcomissão De Abrigos

1. Cadastrar os flagelados para fins de estatísticas e logísticas;
2. Recepção, triagem, assistência e amparo as famílias;
3. Apresentar relatórios parciais e final.

#### IX - A Subcomissão De Saúde

1. Executar a triagem médica nos locais de abrigos;
2. Coordenar a distribuição de medicamentos aos flagelados;
3. Manter rigoroso registro de óbitos, feridos, atendimentos prestados, etc;
4. Coordenar e executar medidas de combate e epidemias;
5. Apresentar relatórios parciais e final.

#### X - A Subcomissão De Vistorias

1. Realizar perícias nos locais de sinistros, bem como as providências adotadas e os recursos necessários para a recuperação;
2. Manter o acompanhamento dos níveis de rios e sobre previsões especializadas;
3. Estabelecer prioridades quanto as áreas que devem ser evacuadas;
4. Supervisionar e orientar atividades de combate a calamidades decorrentes do desequilíbrio biológico (animal e vegetal);
5. Supervisionar e orientar os serviços de recuperação dentro da respectiva especialidade.

#### DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Art. 16 - Declarada a Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública o Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil poderá admitir pessoal para a prestação de serviços de natureza eventual, sob a forma e condições previstas no Decreto Federal nº 66.715, de 15 de junho de 1970.

Art. 17 - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC entrosar-se-á com os órgãos da União, do Estado e Entidades Privadas localizadas no Município, com os quais manterá estreita colaboração no desempenho de suas funções, em especial, quando ocorrerem Situações de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Art. 18 - Será sempre em regime de colaboração, a atuação da COMDEC com os órgãos de outras esferas e entidades privadas existentes na jurisdição municipal.

Art. 19 - Toda atividade desenvolvida em prol da Defesa Civil, quando da ocorrência de eventos desastrosos é considerado serviço relevante quando constar nos assentamentos funcionais do interessado.

Art. 20 - Os casos omissos neste Regimento serão objeto de decisão do Presidente "ad referendum" da COMDEC.

Art. 21 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO ANDREY PAULI  
Presidente do COMDEC

#### PORTARIA N 022/2016

PORTARIA Nº 022/2016  
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora KARINA SILVA SCHAEFER, ocupante do cargo efetivo de BIBLIOTECÁRIO, a partir de 01 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 10/07/2013 a 09/07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de janeiro de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de janeiro de 2016.



# Arabutã

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 006/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço global, para a contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de sistema de abastecimento de água com rede de distribuição e ligações até os hidrômetros para a comunidade de Linha Guaraipo, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até as 08h do dia 02 de fevereiro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30, em sessão pública, ocorrerá a abertura dos mesmos e julgamento. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda, pelo telefone (49) 34480048, pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br).

Arabutã-SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício.

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2015, CONVITE Nº. 001/2015. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório na modalidade CONVITE, tipo menor preço global, para a contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da reforma de parte do Pré-Escolar Cinderela, área aproximada de 29m², em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até as 08h do dia 21 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30, em sessão pública, ocorrerá a abertura dos mesmos e julgamento. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda, pelo telefone (49) 34480048, pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br).

Arabutã-SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício.

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 008/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços para aquisição de pneus novos para os veículos da frota Municipal, em conformidade com as especificações do formulário proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 28 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br) e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br).

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício

### DECRETO Nº. 1834/2015

LEI Nº 845, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação de dotações orçamentária no valor de R\$ 97.000,00 e dá outras providências.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1012	Ampliação e Conservação Predial para a Educação Infantil - Pré-Escola		
Modalidade: 0190	63	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC., IND., COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	1023	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água/RURAL		
Modalidade: 0000	111	44900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade:	1028	Obras de Pav. e Infraestrutura Urbana - Mobilidade		
Modalidade: 0000	112	44900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL ..... R\$				97.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1103	Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil - Creche		
Modalidade: 0190	74	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC. IND. COM. SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programa, Ações e Atividades da Agricultura. e Pecuária		
Projeto Atividade:	2054	Manutenção dos Serviços de Mecanização Agrícola		
Modalidade: 0000	98	33900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	2	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade:	2065	Atividades Gerais da Infraestrutura Rodoviária		
Modalidade: 0000	131	33900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL ..... R\$				97.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 12 de janeiro de 2016  
Marcelo Morche  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se.  
Em 12 de janeiro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pelas Publicações

## DECRETO Nº. 1835/2015

DECRETO Nº 1835, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação de dotações orçamentária no valor de R\$ 97.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei nº 835, de 12 de janeiro de 2016,



## DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1012	Ampliação e Conservação Predial para a Educação Infantil - Pré-Escola		
Modalidade: 0190	63	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC., IND., COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	1023	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água/RURAL		
Modalidade: 0000	111	44900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade:	1028	Obras de Pav. e Infraestrutura Urbana - Mobilidade		
Modalidade: 0000	112	44900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL ..... R\$				97.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1103	Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil - Creche		
Modalidade: 0190	74	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC. IND. COM. SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programa, Ações e Atividades da Agricultura. e Pecuária		
Projeto Atividade:	2054	Manutenção dos Serviços de Mecanização Agrícola		
Modalidade: 0000	98	33900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	2	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade:	2065	Atividades Gerais da Infraestrutura Rodoviária		
Modalidade: 0000	131	33900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL ..... R\$				97.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 12 de janeiro de 2016

Marcelo Morche

Prefeito em exercício

Registra-se e Publica-se.

Em 12 de janeiro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº. 1836/2015**

Decreto nº. 1836, de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA SERVIDORA MARLISE MORCHE KASTER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando os termos do Comunicado advindo da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional de Seara bem como o posicionamento favorável da Administração Pública.

O Senhor Marcelo Morche, prefeito em exercício do município de Arabutã, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei, em especial as disposições do artigo 137, § 1º, da Lei Complementar nº159 de 29 de dezembro de 2014, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER à servidora MARLISE MORCHE KASTER, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, para prestar seus serviços na Gerência da Educação, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara.

Art. 2º. A cedência será com ônus para o órgão cessionário e perdurará do período compreendido de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, podendo referido prazo ser antecipado mediante a iniciativa de qualquer das partes envolvidas.

Art. 3º. Os efeitos do presente decreto retroagem a data de 01 de janeiro de 2015.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),  
12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº. 1837/2015**

Decreto nº 1.837, de 13 de janeiro de 2016.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA FINS DE ALIENAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcelo Morche, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do art. 95, da Lei Orgânica do Município, art. 17, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Municipal nº. 839, de 12 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis à Administração Municipal, para fins de Alienação dos bens móveis pertencentes do Patrimônio da Administração Municipal e identificados no artigo seguinte, sendo-lhe designados os seguintes membros:

I – NEUDI EINSWEILER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em efetivo de motorista e de cargo em comissão de Secretário de Infraestrutura e Urbanismo que atuará como membro, que será o Presidente;

II – DULCI DRIEMEIER, inscrita no CPF-MF sob nº. 009.112.609-60, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, que será a Secretária;

III – DIRCEU WAZLAVICK, inscrito no CPF sob nº. 770.377.669-68, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Mecânico que atuará como membro.

Art. 2º A comissão constituída nos termos do artigo anterior, avaliará, com a finalidade de atribuição do valor venal mínimo,

objetivando a alienação em processo de licitação, na modalidade de leilão, os seguintes bens móveis:

I – 1 (um) Trator de Esteira KOMATSU D-41 ano de fabricação 2005, inscrito no Patrimônio Público Municipal sob o nº 002583;

II – 1 (uma) Escavadeira Hidráulica marca KOMATSU PC-138, ano de fabricação 2010, inscrito no Patrimônio Público Municipal sob o nº 002508.

Art. 3º A Comissão desempenhará o presente mandato no período máximo de 30 (trinta) dias, da publicação deste Decreto.

§ 1º Pelo desempenho das funções decorrentes do mandato estabelecido neste Decreto, os membros da comissão não perceberão qualquer tipo ou espécie de remuneração, podendo ausentar-se das atribuições do cargo, para os procedimentos necessários à avaliação.

§ 2º Havendo necessidade, a Comissão poderá solicitar auxílio ou solicitar a contratação de serviços de avaliação, para melhor desempenho do mandato que lhe é atribuído.

Art. 4º Findos os trabalhos incumbidos à comissão, as avaliações serão imediatamente submetidas à apreciação do Prefeito Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), em 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável Pelas Publicações

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 178/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 178 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Cria o Cargo, altera Anexo I e II - Grupo "E": Serviços Administrativo do CRAS, da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, em exercício do Cargo de Prefeito, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de Facilitador de Oficinas e alterado os Anexos I e II – Grupo "B": Serviços Administrativos do CRAS da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Ar. 2º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 12 de janeiro de 2016

Marcelo Morche  
Prefeito em exercício

Registra-se e Publica-se.  
Em 12 de janeiro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pelas Publicações

**LEI Nº. 846/2015**

LEI Nº 846, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação de dotações orçamentária no valor de R\$ 97.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1012	Ampliação e Conservação Predial para a Educação Infantil - Pré-Escola		
Modalidade: 0190	63	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC., IND., COM.SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	3	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade:	1023	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água/RURAL		
Modalidade: 0000	111	44900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade:	1028	Obras de Pav. e Infraestrutura Urbana - Mobilidade		
Modalidade: 0000	112	44900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL .....				R\$ 97.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	1103	Mobiliário e Equipamentos para Educação Infantil - Creche		
Modalidade: 0190	74	44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUN.DA AGRIC. IND. COM. SERV.E MEIO AMB.		
Unidade:	1	Setor dos Programa, Ações e Atividades da Agricultura. e Pecuária		
Projeto Atividade:	2054	Manutenção dos Serviços de Mecanização Agrícola		
Modalidade: 0000	98	33900000000000	Aplicações Diretas	32.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	2	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade:	2065	Atividades Gerais da Infraestrutura Rodoviária		
Modalidade: 0000	131	33900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL .....				R\$ 97.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 12 de janeiro de 2016.

Marcelo Morche

Prefeito em exercício

Registra-se e Publica-se.

Em 12 de janeiro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº. 012/2016**

PORTARIA Nº 12/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor CELIO LOURENÇO VIVAN MERLO, inscrito no CPF sob nº. 796.647.099-72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, suspensas pela Portaria nº. 75, de 19 de janeiro de 2015, para serem gozadas no período de 18 a 27 de janeiro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 013/2016**

PORTARIA Nº 013/2016

DESIGNA FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art.1º. Designar a servidora ANA PAULA GUNTHER MORI WAZLAWICK, inscrita no CPF sob nº. 949.256.159-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pela publicação

# Aurora

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 01/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão - 01/2016

Processo Administrativo: 01/2016

A comissão de Licitação da, nomeada pelo(a) Portaria: 04/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 26 de janeiro de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 01/2016, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DESENGRAXANTES, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS.

Aurora - SC, 12 de janeiro de 2016

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/PMBR/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 28/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços de MOBILIÁRIO ESCOLAR, para aquisições futuras, e uso das Unidades Escolares do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 13 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.



# Barra Velha

## PREFEITURA

### ERRATA 001 PP 078/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 102/2015 - Pregão Presencial nº 078/2015  
ERRATA 001

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição de mesa digital interativa para alunos da Educação Especial com Deficiência Transtornos Globais do desenvolvimento Altas habilidades/superdotação da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 28/01/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 28/01/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 14 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### PORTARIA Nº 253, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 253, DE 12 DE JANEIRO DE 2016  
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata NEILA PASSOS DE MENDONÇA WALDRIGUES para o cargo efetivo de ENFERMEIRA, Nível 8, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 12 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### PORTARIA Nº 254, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 254, DE 12 DE JANEIRO DE 2016  
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata SHERONN FERNANDA GIURADELLI para o cargo efetivo de FARMACÊUTICA, Nível 9, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 12 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### PORTARIA Nº 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2016  
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato RAFAEL MICHHEREFF para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 12 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 256, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 256, DE 12 DE JANEIRO DE 2016  
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a candidata ALINE QUELBIA DA SILVA SOUZA WILK para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 12 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**PORTARIA Nº 257, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 257, DE 12 DE JANEIRO DE 2016  
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o candidato ORLANDO BASTOS para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 12 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**PP 001/2015 FUNREBOM**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 001/2016 - FUNREBOM  
Pregão Presencial nº 001/2016 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/01/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 27/01/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 14 de janeiro de 2016  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

**PP 001/2016 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 003/2016 - Pregão Presencial nº 001/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de grades de proteção para os Postos de Guarda Vidas das praias do Município que estão sob responsabilidade da 3ª Companhia de Bombeiros Militares de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/01/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 27/01/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 14 de janeiro de 2016.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

**PP 002/2016 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2016 - Pregão Presencial nº 002/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Aquisição de material para uso na limpeza da Secretaria de Obras e lixeiras da praia, do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/01/2016 às 10:30 horas. Data da Sessão Pública: 27/01/2016 às 10:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 14 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 7/2015

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO

EMPRESA FORNECEDORA: FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora com o lance de 28%.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 10/12/2015 a 10/12/2016

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 13 de janeiro de 2016.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 126/2015

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2015

Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

Objeto: PRORROGA VIGÊNCIA

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 14/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO 233/2015

DECRETO Nº 233/2015 DE: 10 DE DEZEMBRO DE 2015.  
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, O ASSOREAMENTO POR EROÇÃO DA MARGEM FLUVIAL (COBRADE 1.1.4.2.0) DO RIO BIGUAÇU, SITUADOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 98, incisos IV e VII da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 8º, inciso VI, da Lei Federal 12.608 de 10 de Abril de 2012.

Considerando as degradações na vegetação das bordas do rio Biguaçu, decorrentes de ação antrópica;

Considerando os últimos levantamentos realizados, os quais atestam o comprometimento da capacidade de vazão do Rio Biguaçu em função do assoreamento;

Considerando o descontrole da erosão e o desajuste no regime hidrológico;

Considerando os recorrentes alagamentos em toda a Bacia Hidrográfica do Biguaçu, com destaque para os bairros Prado, Dalmolin e Saudade, causando danos e prejuízos;

Considerando a ocorrência de danos ambientais como o surgimento de vegetação invasora nas bordas, que contribui para o comprometimento da vazão;

Considerando que o desastre se caracteriza como de evolução gradual;

Considerando o grau de vulnerabilidade do cenário e da população frente ao desastre e a importância dos desastres secundários, critérios que concorrem como agravantes da situação de anormalidade;

Considerando a recomendação da Coordenadoria Municipal de Prevenção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal, provocada por desastre de evolução gradual, pela erosão de margem fluvial, caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único - Essa situação de anormalidade é válida apenas para o Rio Biguaçu, situado na Bacia Hidrográfica do Biguaçu, comprovadamente afetados pelo desastre, conforme provas documentais e pelo mapa da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, no âmbito do Município sob a Coordenação da Coordenadoria Municipal de Prevenção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e a Coordenadoria Municipal de Prevenção e Defesa Civil - COMPDEC

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - A penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação daquelas; e

II - A usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir em suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - O prazo de validade do Decreto poderá ser prorrogado até o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO 249/2015

DECRETO Nº 249/2015 DE: 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Libera recursos orçamentários bloqueados para limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida pelo Decreto Municipal nº 210, de 24/11/2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3514/2014 - LDO,

Considerando, que na avaliação do cumprimento da meta de arrecadação da fonte 0.2.28.000046 - Ações com Agentes Comunitários de Saúde até o mês de outubro de 2015, restou apurado que ela não foi alcançada, implicando na necessidade de bloqueio de dotações orçamentárias financiadas por esta fonte no valor de R\$ 142.100,00;

Considerando, que o comportamento da arrecadação nesta mesma fonte até o mês de dezembro de 2015 indica que a meta de arrecadação foi restabelecida para o exercício de 2015, não havendo, portanto, necessidade de deixar dotação bloqueada para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas de resultado



primário e nominal;

Considerando, a necessidade de recursos orçamentários para empenho de despesas financiadas por esta fonte de recursos;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica liberado em R\$ 88.892,00 os recursos orçamentários bloqueados através do Decreto Municipal nº 210/2015 e financiados pela Fonte de Recurso 0.2.28.000046 - Ações com Agentes Comunitários de Saúde, conforme abaixo indicado:

**1. UNIDADE GESTORA: FMS**

**FONTE 0.2.28.000046 – ASPS – ACS – R\$ 88.892,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	88.892,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	88.892,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

**RAMON WOLLINGER**

Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**PORTARIA Nº 001/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 001 de 04 de janeiro de 2016.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) DAMIANA IRACI MACHADO, detentor(a) da matrícula 484 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) DAMIANA IRACI MACHADO, detentor(a) da matrícula 484 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00033/05-6, da qual se extraiu o período de 03 (três) anos, 08 (oito) meses e 06 (seis) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2016.  
**RAMON WOLLINGER**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 002/2016**

PORTARIA nº 002 de 04 de janeiro de 2016

Nomeia Lédio Gerhardt, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Orçamento Participativo, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Lédio Gerhardt, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Orçamento Participativo, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2016.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2016.  
**Ramon Wollinger**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 003/2016**

PORTARIA nº 003 de 04 de janeiro de 2016

Nomeia Fernando Duarte, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Fernando Duarte, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2016.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2016.  
**Ramon Wollinger**  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 004/2016**

PORTARIA nº 004 de 04 de janeiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 3342/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 3342 de 14 de dezembro de 2015, que designava o servidor Willian Lofy, para responder pela Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2016.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2016.  
**Ramon Wollinger**  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 005/2016**

PORTARIA nº 005 de 04 de janeiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 3342/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 3341 de 14 de dezembro de 2015, que designava o servidor Paulo Rodrigo Ferreira, para responder pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/01/2016.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 006/2016**

PORTARIA nº 006 de 05 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jacira Alves Giacomelli, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Escolar I, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2016.

Biguaçu, 05 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 007/2016**

PORTARIA nº 007 de 05 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Adailton Amaro Lino, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo Regional, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 04/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 05 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 008/2016**

PORTARIA nº 008 de 06 de janeiro de 2016

ERRATA:

Na portaria 2958/2015, de exoneração do(a) servidor(a) Margarida Catarina Simas Teixeira, ocorreu um equívoco quanto ao nome.

Portaria 2958 de 04 de dezembro de 2016:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Margarida Catarina Simas Teixeira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Margarida Catarina Simas Teixeira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

Willian Lofy  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 009/2016**

PORTARIA nº 009 de 06 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andrea Felipe, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente Adjunto, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 04/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 010/2016**

PORTARIA nº 010 de 06 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Antônio Felipe Asmuz, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo de Comunicação Social, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 04/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 011/2016**

PORTARIA nº 011 de 06 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Elson João da Silva, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo Regional, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 04/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 012/2016**

PORTARIA nº 012 de 06 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Andrea Felipe, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, nível CC-1, na Fundação Municipal do Meio ambiente a contar de 04/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 013/2016**

PORTARIA nº 013 de 06 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Antônio Felipe Asmuz, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Comunicação Social, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo a contar de 04/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 014/2016**

PORTARIA nº 014 de 06 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Elson João da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura a contar de 04/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2016.

Biguaçu, 06 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 020/2016**

PORTARIA nº 20 de 08 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Dilmar Franchini, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no prazo de 10/01/2016 a 10/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2016.

Biguaçu, 08 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 021/2016**

PORTARIA nº 21 de 08 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Priscilla Carminatti da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no prazo de 10/01/2016 a 10/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2016.

Biguaçu, 08 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 023/2016**

PORTARIA nº 023 de 13 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, EDSON FARIA DE ANDRADE, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação a contar de 11/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 024/2016**

PORTARIA nº 024 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SAUL DE MELLO FERREIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR GERAL, na Secretaria Municipal de Transporte, a partir de 11/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 025/2016**

PORTARIA nº 025 de 13 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, SAUL DE MELLO FERREIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTE E FROTA DA SAÚDE, nível CC-2, na Secretaria Municipal da Saúde a contar de 11/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 026/2016**

PORTARIA nº 026 de 13 de janeiro de 2016

Nomeia Luciane Beatriz Claudino Garzo, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Luciane Beatriz Claudino Garzo, brasileiro (a), para exercer o cargo em comissão de Diretora de Ensino nível CC-2, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/01/2016.

Art. 2º O servidor opta pela remuneração normal, acrescida de 30% sobre seus vencimentos, observada a aplicação do inciso II do art. 146 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 027/2016**

PORTARIA nº 027 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) GISELE SCHAUFFERT, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 11/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 028/2016**

PORTARIA nº 028 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ISABELLA NUNES MULLER, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE PATRIMÔNIO, na Secretaria Municipal da Administração, a partir de 11/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 030/2016**

PORTARIA nº 030 de 13 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ROBSON REGIS, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR GERAL, nível CC-2, na Secretaria Municipal da Transporte a contar de 11/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 031/2016**

PORTARIA nº 031 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LEDA REGINA LOCKS, detentor(a) do cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, na Secretaria Municipal da Assistência Social, a partir de 10/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 032/2016**

PORTARIA nº 032 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) RUDNEY DANIEL BITTENCOURT, detentor(a) do cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, na Secretaria Municipal da Assistência Social, a partir de 10/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 033/2016**

PORTARIA nº 033 de 13 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, RACHEL REGINA OLIVEIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Educação a contar de 08/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 034/2016**

PORTARIA nº 034 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) BRUNO LOCKS BERNARDINO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE PATRIMÔNIO PÚBLICO na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 06/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 035/2016**

PORTARIA nº 035 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LUIZ GONZAGA DE AQUINO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO na Secretaria Municipal do Planejamento, a partir de 08/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 036/2016**

PORTARIA nº 036 de 13 de janeiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LUIZ GONGAZA DE AQUINO, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO REGIONAL DE TRÊS RIACHOS, nível CC-2, na Secretaria Municipal da Agricultura a contar de 08/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 038/2016**

PORTARIA nº 038 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) CHARLES EDGARD HOFFMANN, detentor(a) do cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, na Secretaria Municipal da Assistência Social, a partir de 10/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 039/2016**

PORTARIA nº 039 de 13 de janeiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) DIONEY AVANCINI DE FARIA, detentor(a) do cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, na Secretaria Municipal da Assistência Social, a partir de 10/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 040/2016**

PORTARIA nº 040 de 13 de janeiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor LUIZA HELENA CUSTODIO, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV - Merendeira, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8395, a partir de 14/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/12/2015.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 041/2016**

PORTARIA nº 041 de 13 de janeiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ALEXANDRE FERNANDES FOSSARI, detentor do cargo de provimento temporário de ENGENHEIRO CIVIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 13/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/01/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 22/2016**

PORTARIA nº 22/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, GISLAINE TEREZINHA DO AMARAL NIENOV, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 08/01/2016 a 06/05/2016.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 07/05/2016 a 05/06/2016.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração



**PP276-2015 -PMB E OUTROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS - 276/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA UTILIZAÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 17:00 horas, do dia 27 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:15 horas, do dia 27 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS - 279/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA USO DAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 1 fevereiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 1 fevereiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

**RETIFICAÇÃO PP266-2015-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DO PP 266/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 266/2015 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS.", que houve alteração no horário de recebimento dos documentos de habilitação, passando a ter a seguinte redação:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Até às 15:45 horas, do dia 28 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:45 horas, do dia 28/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 28/01/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal em Exercício Sr. Elton Henrique da Silva, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de serviço para execução de pinturas internas e externas com fornecimento de materiais ( rolos, pinceis ,bandejas) para pintura de prédios da administração pública municipal conforme descrição em anexo ao edital.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 14 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2016

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal em Exercício Sr. Elton Henrique da Silva, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 26 de Janeiro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de tintas e solventes e material de reparo para execução de pinturas internas e externas nos prédios públicos municipais conforme descrição em anexo ao edital.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 14 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**100.01.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JUCELENE G. S. ABREU**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 100/16 de 11.01.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 08 de janeiro de 2016, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**101.01.16 - P. NOMEIA COMISSÃO PREGOEIRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 101/16 de 13.01.16

Nomeia Pregoeiro e Nova Equipe de Apoio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e na Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear Jocemar da Silva – Assistente Administrativo para ser Pregoeiro Oficial do Município de Bom Retiro para realização de pregões.

Art. 2º - A Nova equipe de apoio será composta por Ana Paula Chini – Assistente Administrativo, Iris Kapitula Bosquetti – Assistente Administrativo e Samara Sangaletti – Assessor de Departamento como suplente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 108/15 de 20 de janeiro de 2015.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**102.01.16 - P. DES. SUB. CONC. GRAT. ERICLEIA F. MOTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 102/16 de 13.01.16

Designa Substituta

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

Art. 1 – Designar a funcionária Municipal Ericleia Faustino da Mota, ocupante do Cargo Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, para nos termos do Art. 40 da Lei Complementar N.º 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 que Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro que alterou as Leis N.º 1357 de 07.11.96 e Lei n.º 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC), substituir Dario Cesar de Lins Secretário Municipal de Administração e Fazenda – Padrão I – Nível 37, que se encontra em Férias no período de 15 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2016.

Art. 2 – Pelo período de substituição a funcionária designada optará pelo vencimento do substituído.

Publique-se e comunique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**103.01.16 - P. COMISSÃO TCE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 103/16 de 13.01.16

Altera Representante da Comissão nomeada pela Portaria nº 669/15 de 21.07.2015 e 753/15 de 31.08.15.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 138, § único da Lei Complementar 01/03 de 02 de dezembro de 2003;

Considerando o pedido de dispensa de Andreia Cristina de Oliveira Deucher - Professora que por motivos de problemas de saúde, resolve baixar a seguinte Portaria:

**RESOLVE:**

Art. 1º- Alterar os representantes da Comissão que fica composta pelos servidores: Rosa Luiza Pereira da Silva Assistente Administrativo, matrícula nº 4840-2, Ana Paula Chini, Assistente Administrativo, matrícula nº 12490-7, Jeferson Ulisses Nunes, Assessor

Gabinete do Prefeito, matrícula 6325-8.

Art. 2º - A Presidência da Comissão de Sindicância ficará a cargo da servidora Rosa Luiza Pereira da Silva.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**104.01.16 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS JEFERSON U. NUNES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Portaria n.º 104/16 de 13.01.16.  
Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper, por necessidade do serviço, considerando o andamento da Tomada de Contas Especial, as férias do Servidor Jefferson Ulisses Nunes, concedida pela portaria nº 61/16 de 05.01.16, ora exercendo o cargo em caráter efetivo, de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, restando-lhe 16 (dezesseis) dias, onde serão interrompido 02 (dois) dias, nos dias 18 de 19 de janeiro de 2016, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em seguida.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Secret. Munic. Adm. e Fazenda

**105.01.16 - P. LIC. PREMIO MARILENE S. NECKEL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 105/16 de 13.01.16  
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 040/15 de 22.06.15, e despacho em 13.01.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de janeiro, fevereiro e março, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Marilene dos Santos Neckel ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Padrão 1 – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura

e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**106.01.16 - P. LIC. PREMIO VANIO OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 106/16 de 13.01.16  
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 065/15 de 10.11.15, e despacho em 13.01.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de janeiro, fevereiro e março, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); ao funcionário Vânio de Oliveira ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**107.01.16 - P. LIC. PREMIO LUCIA M. R. CABRAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 107/16 de 13.01.16  
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 075/14 de 21.07.14, e despacho em 13.01.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de janeiro, fevereiro e março, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); a funcionária Lucia Mariza da Rosa Cabral ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**108.01.16 - P. LIC. PREMIO ZILMARA G. ROSAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 108/16 de 13.01.16  
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 037/15 de 15.07.15, e despacho em 13.01.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de janeiro, fevereiro e março, correspondente ao quinquênio 2010 (Dois Mil e Dez) a 2015 (Dois Mil e Quinze); a funcionária Zilmara Gorges Rosar ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**109.01.16 - P. LIC. PREMIO VERA L. URBANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 109/16 de 13.01.16  
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 056/15 de 14.08.15, e despacho em 13.01.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de janeiro, fevereiro e março, correspondente ao quinquênio 2010 (Dois Mil e Dez) a 2015 (Dois Mil e Quinze); a funcionária Vera Lucia Urbano ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**93.01.16 - P NOM. CONSELHO TUTELAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 93/16 de 11.01.16  
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado para o exercício de cargo eletivo Diego Domingues Nunes, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e a resolução 152/2012 do Conanda e conforme estabelecido nas Leis Municipais nº 2168/13 de 27.03.13 e Lei nº 2280/2015 de 23.06.15.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**94.01.16 - P NOM. CONSELHO TUTELAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 94/16 de 11.01.16  
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo Aline Alves, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e a resolução 152/2012 do Conanda e conforme estabelecido nas Leis Municipais nº 2168/13 de 27.03.13 e Lei nº 2280/2015 de 23.06.15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**95.01.16 - P NOM. CONSELHO TUTELAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 95/16 de 11.01.16  
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo Maria Celeste Peron, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e a resolução 152/2012 do Conanda e conforme estabelecido nas Leis Municipais nº 2168/13 de 27.03.13 e Lei nº 2280/2015 de 23.06.15.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**96.01.16 - P NOM. CONSELHO TUTELAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 96/16 de 11.01.16  
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo Rubia Schiesl Silveira, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e a resolução 152/2012 do Conanda e conforme estabelecido nas Leis Municipais nº 2168/13 de 27.03.13 e Lei nº 2280/2015 de 23.06.15.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**97.01.16 - P NOM. CONSELHO TUTELAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 97/16 de 11.01.16  
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada para o exercício de cargo eletivo Ermene Lucia Schlemper, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e a resolução 152/2012 do

Conanda e conforme estabelecido nas Leis Municipais nº 2168/13 de 27.03.13 e Lei nº 2280/2015 de 23.06.15.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**98.01.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IVONE NEUHAUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 98/16 de 11.01.16  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 07 de janeiro com término no dia 21 de janeiro de 2016, a funcionária Ivone Neuhaus, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**99.01.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE WANIA AP. F. LINS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 99/16 de 11.01.16  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 08 de janeiro de 2016, a funcionária Wania Aparecida Fernandes de Lins, ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de janeiro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

**CTR01/2016-SITRUBA**

Extrato de Contrato nº 01/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Sindicato dos trabalhadores Rurais de Botuverá-Sitruba

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Objeto: Locação de Imóvel da Secretaria de Educação e Biblioteca Municipal.

Fund.Legal: Processo nº70/2015 – Dispensa nº13/2015, Art.24, Inciso X da Lei 8.666/93.

**CTR02/2016-MARIA OLIVIA P. ZANCA**

Extrato de Contrato nº 02/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Maria Olívia Pavesi Zanca

Valor: R\$ 22.620,00 (vinte dois mil seiscentos e vinte reais)

Objeto: Locação de Imóvel da Creche

Fund.Legal: Processo nº71/2015 – Dispensa nº14/2015, Art.24, Inciso X da Lei 8.666/93.

**CTR04/2016-AUTO POSTO BOTUVERA LTDA**

Extrato de Contrato nº 04/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Auto Posto Botuverá Ltda

Valor: R\$ 211.161,20 (duzentos e onze mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos)

Objeto: Combustíveis diversos.

Fund.Legal: Processo nº01/2016 – Inex.nº 01/2016, Art.25, §1º da Lei 8.666/93

**DECRETO Nº 1.867/2016**

DECRETO Nº 1.867/2016

"Regulamenta Reajuste de Tributos Municipais, Taxas Municipais, Tarifas Municipais e Preços Públicos Municipais para 2016, em 10,54% (IGPM) e dá outras providências."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de conformidade com o Art. 469 da Lei Complementar nº 05/2010 (Código Tributário Municipal).

Considerando:

1) O índice acumulado do IGPM de 2015;

Decreta:

Art. 1º- Fica regulamentado reajuste de Tributos Municipais, Taxas Municipais, Tarifas Municipais e Preços Públicos Municipais em 10,54% em conformidade com o IGPM de 2015 e em consonância com o Artigo 469 da Lei Complementar nº 05/2010 (Código Tributário Municipal)

Art. 2º- Excetuam-se do presente Decreto de reajuste as tarifas de água que necessitam de autorização prévia da Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (AGIR).

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 11 de Janeiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PL01/2016-INEXIGIBILIDADE Nº01-COMBUSTÍVEIS**

Processo Administrativo nº 01/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa no prédio da Prefeitura Municipal de Botuverá, situada na Rua João Morelli, 66, centro, através de seu PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 455.167.669-15, residente e domiciliado na Rua 09 de Junho, Bairro Ribeirão Porto Franco, cidade de Botuverá(SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público o presente processo de INEXIGIBILIDADE

DE LICITAÇÃO, tendo como objeto a aquisição parcelada e pela quantidade estimada de combustíveis, pela PREFEITURA DE BOTUVERÁ, Inscrição no CNPJ:83.102.350/0001-96 e pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ, inscrito no CNPJ:11.960.753/0001-65, e para os demais que vierem a ser criados, em favor da empresa fornecedora abaixo discriminada nos termos deste processo:

Empresa:

AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA  
AV. PAULO VI, 199 – BOTUVERÁ – SC  
C.N.P.J.: 82.722.646/0001-47  
FONE/FAX:(47)3359-1155

Objeto: Fornecimento de combustíveis diversos (diesel comum, diesel S10, gasolina comum), sob a forma parcelada por parte do CONTRATADO em favor dos CONTRATANTES acima identificados, para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos das diversas Secretarias desta municipalidade, de acordo com as quantidades estimadas, descrição dos produtos e preços abaixo relacionados:

Órgão	Descrição	Litros 1º trimestre	Valor Unit.	Total
Gabinete do Prefeito	Gasolina Comum	850	3,599	3.059,15
Secretaria de Agricultura e Des. Econômico	Gasolina Comum	550	3,599	1.979,45
Secretaria de Educação	Gasolina Comum	900	3,599	3.239,10
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Gasolina Comum	3.150	3,599	11.336,85
Secretaria de Obras e Serv.Urbanos-Rad. Patrulha	Gasolina Comum	600	3,599	2.159,40
Secretaria de Saúde - Programas Ações Saúde	Gasolina Comum	1.600	3,599	5.758,40
Secretaria de Saúde - Vig. Epidemiológica	Gasolina Comum	400	3,599	1.439,60
Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária	Gasolina Comum	350	3,599	1.259,65
Secretaria de Assist. Social	Gasolina Comum	650	3,599	2.339,35
Corpo de Bombeiros Militar	Gasolina Comum	500	3,599	1.799,50
Total GASOLINA		9.550	3,599	R\$ 34.370,45
Secretaria de Agricultura e Des. Econômico	Diesel Comum	14.000	2,969	41.566,00
Secretaria de Educação - Transporte Escolar	Diesel Comum	9.500	2,969	28.205,50
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Diesel Comum	18.750	2,969	55.668,75
Secretaria de transportes	Diesel Comum	1.550	2,969	4.601,95
Secretaria de Saúde - Programas Ações Saúde	Diesel Comum	3.700	2,969	10.985,30
Secretaria de Saúde - Unidade de Saúde	Diesel Comum	2.000	2,969	5.938,00
Total DIESEL		49.500	2.969	R\$ 146.965,50
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/Coleta de Lixo	Diesel S10	2.350	3,059	7.188,65
Secretaria de Agricultura	Diesel S10	6.500	3,059	19.883,50
Secretaria de Educação - Transporte Escolar	Diesel S10	900	3,059	2.753,10
Total DIESEL		9.750	3,059	29.825,25
TOTAL GERAL				R\$ 211.161,20

#### RELAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS

Secretaria de OBRAS:				
TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
CAMINHÃO CHEV./14000	1990/91	555817431	MAH-2704	DIESEL COMUM
CAMINHÃO CHEV/13000	1986/86	555807967	MAV-5738	DIESEL COMUM
CAMINHÃO FORD CARGO 1717e	2008/09	988541734	MFN-8796	DIESEL COMUM
CAMINHÃO FORD CARGO 2422	2004/04	829293191	MEU-4822	DIESEL COMUM
CAMINHÃO FORD/12000	2000/00	735302561	IJL-3820	DIESEL COMUM
CAMINHÃO FORD/14000	1995/95	638175569	LXE-1857	DIESEL COMUM
CARREGADEIRA VOLVO L60E	2004/04	-	-	DIESEL COMUM
CARREGADEIRA VOLVO L60F	2015/14	-	-	DIESEL COMUM
CARREGADEIRA YTO	ZL30F	-	-	DIESEL COMUM
FIESTA STREET	2002/02	780365291	MCZ-1972	GASOLINA
KOMBI	2001/02	770438920	LZI-7840	GASOLINA
KOMBI	2003/04	818202165	MCF-1939	GASOLINA
KOMBI	2000/00	740022938	MAX-2935	GASOLINA
MONTANA LS	2015/15	1009579271	MLZ-3285	GASOLINA
FIAT STRADA TREK CD1.6	2015/2015	1043462047	QHE-1172	GASOLINA/FLEX
PATROLA CATERPILLAR 120K	2013/13	-	-	DIESEL COMUM
PATROLA DRESSER	130M	-	-	DIESEL COMUM

RETRO CATERPILAR 416E	2013/13	-	-	DIESEL COMUM
RETRO NEW HOLLAND LB90	2010/11	-	-	DIESEL COMUM
RETRO JCB 3C	2010/10	-	MIH-7245	DIESEL COMUM
TOYOTA BANDEIRANTES (amarela)	1991/91	555616436	LYO-8805	DIESEL COMUM
TOYOTA BANDEIRANTES (marrom)	1989/90	550172246	LWS-4072	DIESEL COMUM

## Secretaria de AGRICULTURA:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
CAMINHÃO FORD CARGO 1215	2000/00	733742955	MBC-7032	DIESEL COMUM
CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6X4M	2014/14	1041410309	QHO-1741	DIESEL S10
CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6X4M	2014/14	1041410589	QHO-1751	DIESEL S10
CAMINHÃO MB ATRON 2729K 6X4	2014/14	998581348	MMK-0292	DIESEL S10
TRATOR AGRÍCOLA VALTRA A950	2013/13	-	-	DIESEL COMUM
TRATOR AGRÍCOLA FORD 5630 (2)	1994/94	-	-	DIESEL COMUM
TRATOR AGRÍCOLA MF4275	2010/10	-	-	DIESEL COMUM
TRATOR AGRÍCOLA MF4290	2015/14	-	-	DIESEL COMUM
TRATOR AGRÍCOLA VALMET		-	-	DIESEL COMUM
TRATOR ESTEIRA CAT-D5E		-	-	DIESEL COMUM
RETRO NEW HOLLAND B110B	2012/12	-	-	DIESEL COMUM
GOL 1.0	1995/96	646329642	MGH-4850	GASOLINA
FORD KA SE1.0	2014/15	1022115291	MMA-3598	GASOLINA/FLEX

## Secretaria de OBRAS/COLETA DO LIXO:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
CAMINHÃO FORD 1719	2015/14	1012479789	OKG-5485	DIESEL S10

## GABINETE DO PREFEITO:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
ASTRA 2.0 Advantage 4P	2010/11	294582460	MIU-4831	GASOLINA/FLEX

## ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
CORSA SEDAN CLASSIC	2013/14	592976262	MLV-0166	GASOLINA/FLEX
FIAT UNO MILLE ECONOMY	2013/13	589194666	MLJ-1497	GASOLINA/FLEX

## TRANSPORTE COLETIVO:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
ONIBUS AGRALLE MAS.GRANMINI	2000/08	986460702	MFF-2406	DIESEL

## Secretaria de educação/TRANSPORTE ESCOLAR:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
MICRO ONIBUS VW8150 NEOBUSS	2002/02	798002352	AKS-0815	DIESEL COMUM
ONIBUS VOLKS BUSSCAR	1998/98	706532015	KPS-2893	DIESEL COMUM
ONIBUS COMIL BELLO	2002/02	785753570	MBQ-6045	DIESEL COMUM
ONIBUS MB 1313	1986/86	539903728	ADD-6186	DIESEL COMUM
ONIBUS MB1318	1991/92	545421276	MAB-3949	DIESEL COMUM
ONIBUS MARCOPOLO Torino	2009/09	151262292	MGE-4795	DIESEL COMUM
ONIBUS VW (novo) 15.190	2011/12	354716638	MJD-2136	DIESEL COMUM
RENAULT MASTER BUS 1.6DCI	2005/05	854117857	MFS-4372	DIESEL COMUM
ONIBUS-IVECO CITYCLASS	2013/14	1018668192	QHE-4615	DIESEL S10

## Secretaria de EDUCAÇÃO:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
FIAT DOBLO ATTRACTIV 1.4	2012/12	459835602	MKA-8612	GASOLINA/FLEX

## FUNDO MUN. DE SAÚDE

## UNIDADE DE SAÚDE-2030:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
PEUGEOT BOXER (nova)	2011/14	403277396	MJX-4028	DIESEL COMUM
PEUGEOT BOXER M330M HDI	2009/09	163899401	MHM-5785	DIESEL COMUM

## AÇÕES DE SAÚDE-2029:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
PEUGEOT AMBULÂNCIA	2008/08	984404562	MEW-3586	DIESEL COMUM
PEUGEOT BOXER M330M HDI	2006/07	893248070	MDQ-9536	DIESEL COMUM
GOL 1.0	2009/10	170094588	MGT-1156	GASOLINA/FLEX

## VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
GOL 1.0	2009/10	170097080	MGT-1196	GASOLINA/FLEX
FIAT PALIO FIRE 1.0	2015/16	1072925815	QHM-8170	GASOLINA/FLEX
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA:				
TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
GOL 1.0	2009/10	147308810	MFP-5125	GASOLINA/FLEX
Convênio RADIO PATRULHA:				
TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
FIESTA SEDÃ	2011/12	416199348	MLA-7399	GASOLINA/FLEX
RENAULT LOGAN	2013/13	574708561	MLP-9005	GASOLINA/FLEX
Convênio CORPO DE BOMBEIROS:				
TIPO:	ANO/MOD.	RENAVAN	PLACA	COMBUSTÍVEL
Fiat Doblô ESSENCE 1.8	2015/14	1115140474	QHE-0705	GASOLINA FLEX

Prazo de Validade: 3 (três) meses, ou de acordo com saldo quantitativo existente.

Prefeitura Municipal de Botuverá, (SC), 12 de Janeiro de 2016.

José Luiz Colombi

Prefeito

#### TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 01/2016.

ü Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustíveis, com frentista e abastecimento na sede da contratada, para atendimento a toda frota de veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Botuverá, Fundo Municipal de Saúde e demais órgãos e secretarias vinculadas e autorizadas por lei.

ü CONTRATADA: AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA, situada na Avenida Paulo VI, centro, Botuverá/SC, inscrita no CNPJ: 82.722.646/0001-47, fone/fax: (47)3359-1155, e-mail: autopostobotuvera@terra.com.br ;

ü VALOR : R\$ 211.161,20 (duzentos e onze mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos).

Enquadramento Legal: Artigo 25º, I da Lei 8.666/93: "... inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo..."

#### Justificativa:

Em razão da existência de somente um fornecedor no município de Botuverá/SC, para fornecimento de combustíveis, objeto do presente processo, e haja vista que outro fornecedor mais próximo do município, fica localizado no município de Brusque/SC, a uma distância superior a 15km. O deslocamento diário da frota de veículos, máquinas e equipamentos para outra praça de abastecimento gera ônus que interfere no preço, sendo que a administração deve sempre buscar o melhor preço em consonância ao atendimento do interesse público e ao princípio da economicidade, como causa preponderam à eficácia e eficiência, bem como à racionalidade. Justifica-se ainda, que parte dos equipamentos tipo carregadeiras, moto-niveladora, retro-escavadeiras, tratores agrícolas, trator esteiras, não comportam percorrer percursos extensos e em velocidade compatível com a rodovia de acesso ao município vizinho, sendo necessário o uso auxiliar de equipamento tipo plataforma e/ou outros para seu deslocamento, encarecendo o custo do preço por litro.

Descarta-se também a inviabilidade de instalação de tanque com bomba-PA, em regime de comodato, pela razão do custo/benefício não atender ao princípio da economicidade, sendo que para sua implantação e operação seria necessária a contratação de pessoal (frentista+insalubridade+periculosidade,etc), empresa seguradora e/ou vigilante, sistema de gerenciamento de estoque, licenças ambientais, e demais investimentos que interferem no preço final do litro. Além de todo o exposto os preços apresentados na inexigibilidade, correspondem aos praticados no mercado regional, e compatíveis com os fixados no órgão oficial, conforme regulamentados pela ANP.

Diante do exposto, fica demonstrada que existe a inviabilidade de competição para contratação do objeto deste processo.

Justificativa de preço: O valor apresentado pela contratada é compatível aos preços praticados no mercado, respeitando a média de preços divulgados pela ANP Agência Nacional do Petróleo, ainda com o diferencial da CONTRATANTE adquirir o objeto deste processo, a preços inferiores aos apresentados na bomba de abastecimento.

Botuverá, 12 de Janeiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito

#### Comissão de Licitação:

Fábio Maestri Bagio Presidente CPL	Vilimar Fischer Membro	Cleber José Costa Membro
---------------------------------------	---------------------------	-----------------------------



**DESPACHO DE RATIFICAÇÃO**

Processo nº 01/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016.

ü Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustíveis para a Prefeitura Municipal de Botuverá e Fundo Municipal de Saúde de Botuverá, pela CONTRATADA, Auto Posto Botuverá Ltda, situada na Avenida Paulo VI, centro, neste município, inscrita no CNPJ: 82.722.646/0001-47.

**Enquadramento Legal:**

Ratifico o ato do Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, prefeito desta municipalidade, que declarou inexigível a licitação, com fundamento no artigo 25 da lei 8.666/93, a favor da empresa AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA, para aquisição de combustíveis, no valor total estimado de R\$ 211.161,20 (duzentos e onze mil, cento e sessenta e um reais e vinte centavos), face ao disposto no Artigo 26 da Lei 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publica-se.

Botuverá, 12 de Janeiro de 2016.

Rodrigo Ivan Lazzarotti

OAB: 12298/SC

Assessor Jurídico do Município

**PLANILHA DE CUSTOS**

Objeto: DIESEL COMUM

FORNECEDOR: AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA

PREÇO CONTRATADO: R\$ 2,969/litro

Despesa fixa com pessoal/mês: R\$ 4.311,12 (2 funcionários+encargos)

Consumo estimado mês: 17.500 litros

 $17.500 \times 2,504 = 43.820,00$  (preço do contrato) $17.500 \times 2,37 = 41.475$  (preço médio em comodato) $R\$ 41.475 + 4.311,12 = 45.786,00$  (R\$/mês + custo funcionário)

Custo médio por litro apurado em regime de comodato:

 $R\$ 45.786,00 \div 17.500 = R\$ 2,616$  por litro

#&gt; R\$ 0,111/ltr em comodato

**DIESEL S10**

Despesa fixa com pessoal/mês: R\$ 4.311,12 (2 funcionários+encargos)

Consumo estimado mês: 3.330,00 litros

 $3.330 \times 2,698 = 8.984,34$  (preço do contrato) $3.330 \times 2,49 = 8.291$  (preço médio em comodato) $R\$ 8.291,70 + 4.311,12 = 12.602,82$  (R\$/mês + custo funcionário)

Custo médio por litro apurado em regime de comodato:

 $R\$ 12.602,82 \div 3.330 = R\$ 3,784$  por litro

#&gt; R\$ 1,086/ltr em comodato

Resumo: Conforme custos parciais demonstrados, sem contar demais investimentos de infra-estrutura, segurança, software gestão de estoque, etc, justificamos que a presente contratação via inexigibilidade, atende principalmente ao princípio da economicidade, sendo custo/benefício inviável na implantação do sistema de abastecimento em regime de comodato.

**PORTARIA Nº 003/2016**

PORTARIA Nº 003/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) ELENO ABROMOVICZ do cargo de confiança de COORDENADOR DA CASA CIDADANIA ATENDIMENTO PROCON, a partir de 12/01/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 12/01/2016.

Botuverá (SC), em 12 de janeiro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 004/2016

DECRETO Nº 004/2016

Retifica o decreto de nº 0158/2015, que Reajusta o Valor da UFM, Tributos, Taxas e Serviços.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 012/00 de 22.12.00, etc,...

#### DECRETA:

Art.1º Fica retificado o art. 3º do Decreto 0158/2015, de 08/12/2015 que reajusta o valor da UFM, Tributos, Taxas e Serviços, onde se lê que o decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, lê-se com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 12 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### DECRETO 005/2016

DECRETO Nº. 005/2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 858/2015 de 17.12.2015, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.061 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde

(1) – 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0463 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 45.000,00

TOTAL ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 do recurso 1.0463 – Transferências de Convênios - Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de janeiro de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 – DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2016

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 – DL

OBJETO: Serviço de locação e manutenção de central telefônica com capacidade de 08 linhas telefônicas e 48 ramais instalados no prédio da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, bem como uma linha de telefone no Ponto de Cultura do Serril e uma linha de telefone na Secretaria de Obras e Agricultura deste município.

Valor: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 – DL FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2016 FMS

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 – DL FMS

OBJETO: Contratação de Manutenção de central telefônica intralocais 10040, configurada 04 linhas e 12 ramais, bem como Kit DVR de 4 canais, 04 câmeras instaladas, central de alarme com 06 sensores, instalados na Unidade Básica de Saúde

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2016

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – DL

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de consultoria na área de Medicina e Segurança do Trabalho.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais)

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – DL FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2016 FMS

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – DL FMS

OBJETO: Manutenção mensal com suporte técnico e licença de uso do sistema integrado de saúde (Criador - Saúde) para o Fundo Municipal de Saúde deste município.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2014

EXTRATO DE 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Quark Engenharia Ltda ME

CNPJ: 12.496.490/0001-48  
com Sede na Rua Antônio Bischof, 2013, Joinville – SC  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO CONTRATANTE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS  
Vigência até: 31-12-2016  
Data da assinatura: 13.01.2016  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016 FMAS**

EXTRATO DE CONTRATO 01/2016 FMAS  
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo  
CNPJ 13.554.908/0001-99  
Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119 - Centro  
Braço do Trombudo – SC.  
Contratada: Alto Vale Net Ltda ME  
CNPJ: 09.319.668/0001-70  
Sito a Localidade de Ribeirão Xaxim, nº 57  
Agrolândia -SC  
Objeto: Prestação de serviço de comunicação de links via rádio do cliente até o provedor com uma banda compartilhada dentro da rede do provedor de até 11Mbps, permitindo o acesso a Internet, divididos na seguinte forma: acesso a internet com velocidade de 2048/2048 KBPS (CRAS de Braço do Trombudo )

Valor: R\$ 1.395,84 (hum mil trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos),

Vigência até 31.12..2016.  
Data da assinatura: 13.01.2016  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 03/2016 FMS  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo  
CNPJ 11.481.782/0001-44  
Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119 - Centro  
Braço do Trombudo – SC.  
Contratada: Laboratório de Análises Clínicas Fey e Hafemann Ltda ME  
CNPJ: 06.991.896/0002-85  
Sito a Rua Tiradentes Nº 20, Centro  
Braço do Trombudo -SC  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, AO PREÇO DA TABELA SUS.

Valor: R\$ 135.091,77 (cento e trinta e cinco mil, noventa e um reais e setenta e sete centavos),

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 13.01.2016  
Charles Rafael Schwambach Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 04/2016 FMS  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo  
CNPJ 11.481.782/0001-44  
Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119 - Centro  
Braço do Trombudo – SC.  
Contratada: Alto Vale Net Ltda ME  
CNPJ: 09.319.668/0001-70  
Sito a Localidade de Ribeirão Xaxim, nº 57  
Agrolândia -SC  
Objeto: Prestação de serviço de comunicação de links via rádio do cliente até o provedor com uma banda compartilhada dentro da rede do provedor de até 11Mbps, permitindo o acesso a Internet, divididos na seguinte forma: Acesso a internet via rádio com velocidade de 600 K (Unidade de Saúde Serril )

Valor: R\$ 625,80 (seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 13.01.2016  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 1/14

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2015 PMBT

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Toner compatível 100% novo lacrado Q2612A (preto). (8208)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	59,4310	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	59,6822	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	59,7462	3
2	Toner compatível 100% novo lacrado CB436A (preto). (8210)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	59,4310	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	59,6823	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	59,7462	3
3	Toner compatível 100% novo lacrado CE 285A (preto). (9190)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	59,4310	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	59,6823	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	59,7462	3
4	Toner Compatível 100% novo lacrado TN 650 MFC 8480 DN (preto) (12309)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	114,2674	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	113,7946	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	114,1063	3
5	Toner compatível 100% novo lacrado 83 A (15394)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	76,5112	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	76,3622	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 2/14

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado magenta original (15395)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	76,4034	3
				XEROX	0	282,6719	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	281,7748	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	282,4901	3
7	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado yellow original (15396)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	398,5375	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	396,9783	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	398,2811	3
8	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado preto original (15397)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	385,9053	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	385,0604	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	385,3406	3
9	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado cyan original (15398)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	399,1967	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	396,9783	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	398,2811	3
10	Toner HRQ 2612 A 100% novo lacrado (15399)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	253,7056	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 3/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 27XL preto, C8727AL 10 ml (15400)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	253,3480	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	253,5424	3
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	64,3655	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	64,9782	2
12	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 28XL cor, C8728AL 8 ml (15401)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	65,1947	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	65,6337	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	74,2880	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	74,2465	2
13	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 122XL cor, CH 9352 AL 5 ml (15402)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	74,3813	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	74,8818	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	92,5875	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	92,9807	2
3			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	93,1495	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	93,7763	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 4/14

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.				
Item	Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
14	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 122 XL preto CH 563 HB - 8,5 ml (12292)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	92,0924	1			
2			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	92,6849	2			
3			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	92,8531	3			
4			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	93,4780	4			
15	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 21XL preto, C9351 AL 5 ml (15403)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	78,5558	1			
2			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	78,1905	2			
3			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	78,3325	3			
4			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	78,8596	4			
16	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 22XL color, AL 5ml (15404)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	88,1314	1			
2			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	87,7548	2			
3			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	87,9141	3			
4			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	88,5057	4			
17	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL tricolor, CZ106 AB 8 ml (15405)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	66,8412	1			

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 5/14

Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL preto, CZ 105 AB 6,50 ml (15406)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	67,3444	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	67,4667	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,9207	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	58,4242	1
19	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 preto, CC 640 WB 4 ml (15407)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	59,1806	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	59,2680	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	59,6668	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	52,4827	1
20	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 color, CC 643 WB 3 ml (15408)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	52,8501	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	52,9460	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	53,3023	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	61,3949	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	61,4284	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	61,5399	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 6/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	61,9540	4
21	Cartucho HR D 103C - Sansung ML-2955 nd original do fabricante (15409)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	SAMSUNG	0	147,5458	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	SAMSUNG	0	147,9014	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SAMSUNG	0	148,1699	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAMSUNG	0	149,0675	4
22	Cartuchos espon 194 preto original do fabricante (15410)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	39,1145	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	39,4404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	39,8083	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	40,0762	4
23	Cartuchos espon 194 ciano original do fabricante (15411)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	34,6584	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	34,5103	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	34,8693	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	35,1040	4
24	Cartuchos espon 194 magenta original do fabricante (15412)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	34,6584	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 7/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Cartuchos espon 194 amarelo original do fabricante (15413)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	34,5103	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	34,8693	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	35,1040	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	34,6584	1
26	Cartuchos 2612A HP 3050 original do fabricante (15414)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	34,5103	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	34,8693	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	35,1040	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	200,0286	1
27	Toner compatível 100% novo lacrado, CE 435A/ 436A preto (15415)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	200,1599	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	200,5233	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	200,8782	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	61,5286	1
28		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	61,3421	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	61,3892	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 8/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Toner original D1023S/D103L, impressora Samsung ML-2955 NB preto (15416)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SAMSUNG	0	206,7600	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAMSUNG	0	206,4686	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	SAMSUNG	0	206,9265	3
29	Cartucho de tinta original da impressora HP 27 preto, 11 ml (15417)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	66,3461	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	66,7528	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	66,8740	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,3240	4
30	Cartucho de tinta original da impressora HP 28 color, 9 ml (15418)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	76,2485	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	76,5544	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	76,6129	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	77,2685	4
31	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 preto, 6,5 (15419)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	74,7632	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	75,1339	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	75,2703	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 9/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	75,7768	4
32	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 color, 6,5 (15420)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	83,1802	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	83,4164	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	83,5678	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	84,1302	4
33	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 21 preto, 7 ml (15421)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	63,3754	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	63,6962	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	63,8118	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	64,2611	4
34	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 XL preto, 15,5 ml (15422)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	101,0045	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	101,7433	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	101,8547	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	102,4280	4
35	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 color, 13 ml (15423)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	95,5582	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 10/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 74 preto, 6 ml (15424)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	95,9387	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	96,1129	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	96,7398	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	59,4144	1
37	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 75 color, 6 ml (15425)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	59,7522	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	59,7619	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	60,2734	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	69,6436	1
38	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL color, 8 ml (15426)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	70,3025	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	70,4301	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	70,8444	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	65,3559	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	65,3724	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	65,7874	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 11/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	66,2103	4
39	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 preto, 25 ml (15427)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	100,0143	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	99,7677	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	99,8827	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	100,5385	4
40	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 amarelo, 10 ml (15428)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	81,1997	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	81,3458	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	81,3947	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	81,9921	4
41	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 azul (dan) 5 ml (15429)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	81,1997	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	81,3458	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	81,3947	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	81,9921	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015**

Página: 12/14

**Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 14/01/2015      Válido até: 14/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 rosa ( magenta) 10 ml (15430)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	81,1967	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	81,3458	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	81,3947	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	81,9921	4

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 14/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015****PROCESSO Nº 67/2014**

(8321) - ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA  
 (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME  
 (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP  
 (9352) - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

Braço do Trombudo, 14 de Janeiro de 2015.

# Caçador

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 01-2016 CMDCA

Resolução 01/2016 de 13 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a convocação de suplente do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214 de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Licença Maternidade da Conselheira Titular Suzana Ribeiro dos Santos no período de 13/01/2016 à 13/05/2016.

Resolve:

Art. 1º – Convocar e nomear a seguinte conselheira suplente: Francine de Matias para que substitua a Conselheira Suzana Ribeiro dos Santos que se encontra afastada do trabalho por motivo de licença maternidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 13 de janeiro de 2016.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 018/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 012/2015 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS PARA NOVA SEDE DO CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), UNIDADE COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/08/2016

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE REGISTRO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 052/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 040/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ARGILA (BARRO) COM COMPACTAÇÃO PARA AS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/07/2016

1ª Publicação.

### TERMO DE ERRATA DL 001/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

AVISO DE DISPENSA LICITATÓRIA 001/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o aviso de licitação da DISPENSA LICITATÓRIA 001/2016 - PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICO MUNICIPAL - CIGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CIGA, CONFORME NORMATIZADO POR LEI MUNICIPAL Nº 2.311/11 e 2.312/11, EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 008/2011", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado no Aviso de Licitação:

- onde lê-se:

Valor total: R\$ 16.920,00 (Dezesseis Mil Novecentos e Vinte Reais).

- leia-se:

Valor total: R\$ 29.010,00 (Vinte e Nove Mil e Dez Reais).

- onde lê-se:

Camboriú SC, 04 de Janeiro de 2016.

- leia-se:

Camboriú SC, 08 de Janeiro de 2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 13 de Janeiro de 2016.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

### TERMO DE ERRATA TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2013

TERMO DE ERRATA

ADITIVO DE CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração vem comunicar que na publicação do terceiro termo aditivo ao contrato 099/2013 da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 08 de setembro de 2015:

- Onde lê-se: Terceiro termo aditivo...

- Leia-se: Segundo termo aditivo...

Camboriú SC, 13 de janeiro de 2016.

JOSE RODRIGUES PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 001/2016

ADITIVO Nº 001/2016

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO SUELEN APARECIDA HUMMELGEN

CONTRATADA: SUELEN APARECIDA HUMMELGEN, no cargo público exercendo a função de 062.847.539-00, residente e domiciliada na Rua Antonio Basílio Rocha, Bairro Fragosos, snº, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002. Prorrogação de contrato para prestar serviço no plantão das creches Municipais, por motivo de cumprimento de férias de servidores do quadro efetivo adquirido no período de 2015.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 18 de Dezembro de 2015;

Término: 31 de Janeiro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 12 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN Contratada
--	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 12.703 DE 13 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.703 DE 13 DE JANEIRO DE 2016

INTERROMPER AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal, CLAUDIA INÊS CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único: A interrupção de que trata o caput deste Artigo para Licença Maternidade, em atenção ao Atestado Médico, devidamente protocolado no Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 7085 de 12 de Janeiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 13 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino



# Campos Novos

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1925/15**

PORTARIA Nº 1925/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) AIDA INES ZANOTTO ANTUNES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) AINDA INES ZANOTTO ANTUNES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1926/15**

PORTARIA Nº 1926/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALINE ARAÚJO DE MATOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALINE ARAÚJO DE MATOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1927/15**

PORTARIA Nº 1927/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALMERINDA ANTUNES DE OLIVEIRA KORB

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALMERINDA ANTUNES DE OLIVEIRA KORB do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1928/15**

PORTARIA Nº 1928/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ALOISIO AMARCY DOS SANTOS PETRONILIO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ALOISIO AMARCY DOS SANTOS PETRONILIO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1929/15**

PORTARIA Nº 1929/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA MARIA AUXILIADORA FERREIRA FIRMINO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA MARIA AUXILIADORA FERREIRA FIRMINO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1930/15**

PORTARIA Nº 1930/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA MARIA CAMARGO ZEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA MARIA CAMARGO ZEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1931/15**

PORTARIA Nº 1931/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BOSI BERTELI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA PAULA BOSI BERTELI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1932/15**

PORTARIA Nº 1932/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA DA SILVA PAVELSKI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA PAULA DA SILVA PAVELSKI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1933/15**

PORTARIA Nº 1933/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANDREA APARECIDA RODRIGUES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANDREA APARECIDA RODRIGUES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1934/15**

PORTARIA Nº 1934/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANGELA MARIA LAGO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANGELA MARIA LAGO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1935/15**

PORTARIA Nº 1935/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ARTEMIO GREEF JUNIOR

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ARTEMIO GREEF JUNIOR do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1936/15**

PORTARIA Nº 1936/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) BRUNA BOSI TREVISOL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) BRUNA BOSI TREVISOL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1937/15**

PORTARIA Nº 1937/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAMILA DE CASSIA GONÇALVES CORDEIRO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAMILA DE CASSIA GONÇALVES CORDEIRO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1938/15**

PORTARIA Nº 1938/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CANDIDA APARECIDA DA ROSA SERPA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CANDIDA APARECIDA DA ROSA SERPA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1939/15**

PORTARIA Nº 1939/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAROLINE FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAROLINE FAGUNDES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1940/15**

PORTARIA Nº 1940/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLASILANDIA LOPES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLASILANDIA LOPES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1941/15**

PORTARIA Nº 1941/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLAUDIANA DE SOUZA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLAUDIANA DE SOUZA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1942/15**

PORTARIA Nº 1942/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1943/15**

PORTARIA Nº 1943/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CONCEIÇÃO SILMARA RIBEIRO BECKER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CONCEIÇÃO SILMARA RIBEIRO BECKER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1944/15**

PORTARIA Nº 1944/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DAIANE VARELA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DAIANE VARELA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1945/15**

PORTARIA Nº 1945/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DIRLEI TITON DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DIRLEI TITON DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1946/15**

PORTARIA Nº 1946/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDNA LUZIA DA SILVA JORRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDNA LUZIA DA SILVA JORRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1947/15**

PORTARIA Nº 1947/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDSON RICARDO MAXIMINIANO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDSON RICARDO MAXIMINIANO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1949/15**

PORTARIA Nº 1949/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELENICE APARECIDA MERFORT

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELENICE APARECIDA MERFORT do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1950/15**

PORTARIA Nº 1950/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELISON ANTUNES KUNEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELISON ANTUNES KUNEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1951/15**

PORTARIA Nº 1951/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELITON MARCIO ZANONI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELITON MARCIO ZANONI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1952/15**

PORTARIA Nº 1952/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1953/15**

PORTARIA Nº 1953/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EVANDRO RAMOS DE MATOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EVANDRO RAMOS DE MATOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1954/15**

PORTARIA Nº 1954/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FABIANA DE FATIMA ROSSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FABIANA DE FATIMA ROSSA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício



**PORTARIA Nº 1955/15**

PORTARIA Nº 1955/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FATIMA DORVALINA HIMMER FERREIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FATIMA DORVALINA HIMMER FERREIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1956/15**

PORTARIA Nº 1956/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FLAVIA MILANEZ MORETTO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FLAVIA MILANEZ MORETTO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1957/15**

PORTARIA Nº 1957/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1958/15**

PORTARIA Nº 1958/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1959/15**

PORTARIA Nº 1959/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GORETE TEREZINHA LINS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GORETE TEREZINHA LINS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1960/15**

PORTARIA Nº 1960/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA STEFANES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA STEFANES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1961/15**

PORTARIA Nº 1961/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IVANIR DOS AMJOS MELOTTI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IVANIR DOS ANJOS MELOTTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1962/15**

PORTARIA Nº 1962/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1963/15**

PORTARIA Nº 1963/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JANINA BERNARDI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JANINA BERNARDI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1964/15**

PORTARIA Nº 1964/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JANARA APARECIDA ALVES MACIEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JANARA APARECIDA ALVES MACIEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1965/15**

PORTARIA Nº 1965/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JANICE MURER BERNARDI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JANICE MURER BERNARDI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1966/15**

PORTARIA Nº 1966/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOILSON DE GIACOMETTI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOILSON DE GIACOMETTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1967/15**

PORTARIA Nº 1967/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOSEANE MIRIAN FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOSEANE MIRIAN FAGUNDES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1968/15**

PORTARIA Nº 1968/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOSEMAR MACIEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOSEMAR MACIEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1969/15**

PORTARIA Nº 1969/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JULIA GRAZIELI SAURIN REDANTE

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JULIA GRAZIELI SAURIN REDANTE do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1970/15**

PORTARIA Nº 1970/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JULIANA NUNES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JULIANA NUNES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1971/15**

PORTARIA Nº 1971/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LAUDICEIA BERNARDI GEWEHR

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LAUDICEIA BERNARDI GEWEHR do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1972/15**

PORTARIA Nº 1972/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LEILA GOTTSSELIG

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LEILA GOTTSSELIG do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1973/15**

PORTARIA Nº 1973/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LETICIA FURTADO TITON

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LETICIA FURTADO TITON do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1974/15**

PORTARIA Nº 1974/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LETICIA SABEL DE ALMEIDA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LETICIA SABEL DE ALMEIDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1975/15**

PORTARIA Nº 1975/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIAM DE LIMA LEMOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIAM DE LIMA LEMOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1976/15**

PORTARIA Nº 1976/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIANE SCOLARO HENZ

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIANE SCOLARO HENZ do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1977/15**

PORTARIA Nº 1977/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIANE STEFANES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIANE STEFANES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1978/15**

PORTARIA Nº 1978/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIANE ALMEIDA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIANA ALMEIDA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1979/15**

PORTARIA Nº 1979/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIANA TOLOMEOTE ROSSI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIANA TOLOMEOTE ROSSI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1980/15**

PORTARIA Nº 1980/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCIMAR DOS SANTOS MORAES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCIMAR DOS SANTOS MORAES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1981/15**

PORTARIA Nº 1981/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LUCY MARA WOLFF

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LUCY MARA WOLFF do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1982/15**

PORTARIA Nº 1982/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARA SIMONE XAVIER DA ROSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARA SIMONE XAVIER DA ROSA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1983/15**

PORTARIA Nº 1983/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARCELA TEREZINHA BITTENCOURT

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARCELA TEREZINHA BITTENCOURT do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1984/15**

PORTARIA Nº 1984/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARCELO HERMINIO LISTON

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARCELO HERMINIO LISTON do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1986/15**

PORTARIA Nº 1986/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILEIA GIOVANA MOREIRA FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILEIA GIOVANA MOREIRA FAGUNDES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1986/15**

PORTARIA Nº 1986/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILEIA GIOVANA MOREIRA FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILEIA GIOVANA MOREIRA FAGUNDES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1987/15**

PORTARIA Nº 1987/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILIA FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILIA FAGUNDES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1988/15**

PORTARIA Nº 1988/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARILISA GANZALA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARILISA GANZALA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1989/15**

PORTARIA Nº 1989/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARINES CECHIN ROTINI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARINES CECHIN ROTINI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1990/15**

PORTARIA Nº 1990/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARINES VARELA DA SILVA ROSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARINES VARELA DA SILVA ROSA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício



**PORTARIA Nº 1991/15**

PORTARIA Nº 1991/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARISOL BEATRIZ ALVES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARISOL BEATRIZ ALVES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1992/15**

PORTARIA Nº 1992/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARITANIA HELENA BRANDALISE DE DEUS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARITANIA HELENA BRANDALISE DE DEUS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1993/15**

PORTARIA Nº 1993/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MONAISE FATIMA CESA CRIVELATTI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MONAISE FATIMA CESA CRIVELATTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1994/15**

PORTARIA Nº 1994/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) NEOCIMARA TALITA ROSALEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NEOCIMARA TALITA ROSALEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1995/15**

PORTARIA Nº 1995/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PATRICIA AVELINO MENDONÇA RAYSEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PATRICIA AVELINO MENDONÇA RAYSEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1996/15**

PORTARIA Nº 1996/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PATRICIA FAVARETTO VARGAS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PATRICIA FAVARETTO VARGAS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1997/15**

PORTARIA Nº 1997/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) QUELIN SOARES BORGES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) QUELIN SOARES BORGES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1998/15**

PORTARIA Nº 1999/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) RITA DE CASSIA DOS PASSOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) RITA DE CASSIA DOS PASSOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1999/15**

PORTARIA Nº 1999/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) RITA DE CASSIA DOS PASSOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) RITA DE CASSIA DOS PASSOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2000/15**

PORTARIA Nº 2000/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROBSON ANDREY GRANEMANN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROBSON ANDREY GRANEMANN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2001/15**

PORTARIA Nº 2001/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROMILDA SALETE SPIASSI ZOTTI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROMILDA SALETE SPIASSI ZOTTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2002/15**

PORTARIA Nº 2002/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROSELENE DALLAMICO GODEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROSELENE DALLAMICO GODEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2003/15**

PORTARIA Nº 2003/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROSELI TEREZINHA ROSSI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROSELI TEREZINHA ROSSI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2004/15**

PORTARIA Nº 2004/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SILUI MARIA SPIEGKER ROSSETTO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SILUI MARIA SPIEGKER ROSSETTO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2005/15**

PORTARIA Nº 2005/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SHINTIA MARIA MECABO CORREA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SHINTIA MARIA MECABO CORREA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2006/15**

PORTARIA Nº 2006/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SIVLENI MARIA FORNARA LEMOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SIVLENI MARIA FORNARA LEMOS do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2007/15**

PORTARIA Nº 2007/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) TANIA TORMEM

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) TANIA TORMEM do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2008/15**

PORTARIA Nº 2008/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) TATIANA SERPA CORREA BECKER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) TATIANA SERPA CORREA BECKER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2009/15**

PORTARIA Nº 2009/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) TATIANE APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) TATIANE APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2010/15**

PORTARIA Nº 2010/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VALDERI MIORELLI DISSEGNA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VALDERI MIORELLI DISSEGNA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2011/15**

PORTARIA Nº 2011/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANESSA SCHNEIDER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANESSA SCHNEIDER do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 2012/15**

PORTARIA Nº 2012/15 de 16/12/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) WILSIANE APARECIDA GRASSI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) WILSIANE APARECIDA GRASSI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

# Canelinha

## PREFEITURA

### **EXTRATO ERRATA EDITAL 03/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

ERRATA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

Onde se lê: DATA DE ABERTURA: 20 de janeiro de 2016, às 08:00 horas, leia-sê: MODALIDADE: DATA DE ABERTURA: 22 de janeiro de 2016, às 14:00 horas. As demais informações permanecem inalteradas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 13 de janeiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 01/2016  
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, em exercício, WILSON PEREIRA e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento DIOGO CARLOS SEIDEL, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);  
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 5.722/2015 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.722, de 26/11/2015, localizados na Rua Reneau Cubas, no trecho entre a Rua Alvaro Soares Machado e a Avenida Senador Ivo de Aquino, localizada no Bairro Industrial, com extensão de 840,00 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

#### 1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.722, de 26/11/2015, corresponde ao quantum de R\$ 963.621,92 (novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder contará com valores obtidos através de recursos próprios do Município de Canoinhas e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A..

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.722/2015.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão Rua Reneau Cubas, no trecho entre a Rua Alvaro Soares Machado e a Avenida Senador Ivo de Aquino, localizada no Bairro Industrial, com extensão de 840,00 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte

integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.211/2013):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.722/2015, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.722/2015, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

#### 2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

##### 2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares Rua Reneau Cubas, no trecho entre a Rua Alvaro Soares Machado e a Avenida Senador Ivo de Aquino, localizada no Bairro Industrial, com extensão de 840,00 metros lineares, neste município de Canoinhas.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que



se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

## 2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.722/2015:

### a) Terraplenagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

### b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

### c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

### d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

### e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

## 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.722/2015).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.722/2015, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Corretores e Avaliadores externos, devidamente credenciados, e à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.722/2015 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito Em Exercício

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO I EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016

BADESC			PLANILHA DE ORÇAMENTO									
GEROM -		GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS										
PROGRAMA BADESC CIDADES					ITEM	FONTES						
					1	Recursos Badesco Cidades						
					2	Outros Recursos						
MUNICÍPIO:					Total do Projeto				R\$	963.621,92		
PROJETO:					PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - RUA RENEAU CUBAS - EXTENSÃO: 840,00 m							
ITEM	Código	SERVIÇO	UNID.	QTD	UNIT. SEM BDI (R\$)	BDI (%)	UNIT. COM BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)			
4.7	73722	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 600Mm, Simples Ou Armado	m	770,00	R\$ 40,45	22,00%	R\$ 49,35	R\$ 37.999,50				
4.8	7790	Tubo Concreto Simples Classe Ps1, Pb Nbr-8890 Dn 300Mm P/Águas Pluviais	m	35,00	R\$ 19,00	22,00%	R\$ 23,18	R\$ 811,30				
4.9	7781	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 400 Mm P/Águas Pluviais	m	678,00	R\$ 25,11	22,00%	R\$ 30,63	R\$ 20.767,14				
4.10	7750	Tubo Concreto Armado Classe Pa-1 Pb Nbr-8890/2007 Dn 600 Mm Para Águas Pluviais	m	777,00	R\$ 82,00	22,00%	R\$ 100,04	R\$ 77.731,08				
4.11	1 A 00 717 00	Brita Comercial	m3	127,26	R\$ 58,91	22,00%	R\$ 71,87	R\$ 9.146,18				
5		PASSEIO COM ACESSIBILIDADE							R\$	147.672,57		
5.1	72967	Meio-Fio de concreto pre-moldado 12x30 cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (cimento e areia )	m	1.477,85	R\$ 25,84	22,00%	R\$ 31,52	R\$ 46.581,83				
5.2	73892/002	Execução de calçada em concreto 1:3:5 ( fck= 12 Mpa ) preparo mecânico e= 7 cm	m2	2.019,90	R\$ 26,41	22,00%	R\$ 32,22	R\$ 65.081,18				
5.3	74164/004	Lastro de Brita	m3	90,42	R\$ 98,92	22,00%	R\$ 120,68	R\$ 10.911,89				
5.4	4864	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor vermelha, p/deficientes visuais, dimensões 30x30 cm, aplicado com argamassa industrializada AC II, rejuntado.	m2	481,52	R\$ 41,79	22,00%	R\$ 50,98	R\$ 24.547,89				
5.5	73942/002	Armação de aço CA 60 diam. 3,4 a 6,0 mm, fornecimento,corte e perda de 10%, dobra colocação	kg	64,68	R\$ 6,97	22,00%	R\$ 8,50	R\$ 549,78				
6		SINALIZAÇÃO							R\$	9.324,25		
6.1	72947	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro - Branca	m2	104,40	R\$ 17,66	22,00%	R\$ 21,55	R\$ 2.249,82				
6.2	72947	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro - Amarela	m3	126,00	R\$ 17,66	22,00%	R\$ 21,55	R\$ 2.715,30				
6.3	4 S 06 202 11	Confecção Placa Sinalização Tot.Refletiva	m2	3,96	R\$ 196,30	22,00%	R\$ 239,49	R\$ 948,38				
6.4	21022	Tubo Aco Preto C/ Costura din 2440/NBR 5580 Classe Media DN 50mm	m2	41,25	R\$ 29,99	22,00%	R\$ 36,59	R\$ 1.509,34				
6.5	CUSTO EM ANEXO	Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm, com Baliza de Aço Preto, Conforme O Projeto	un	7,00	R\$ 222,65	22,00%	R\$ 271,63	R\$ 1.901,41				
TOTAL DO ORÇAMENTO									R\$	963.621,92		
OBS:			ESTE CUSTO INCLUI RESERVA DE CONTINGÊNCIAS									
NOME:			RAMON MENDES KNABEN				SINAPI: JULHO 2015		CREA: CREA-095870-8			
DATA:			06/2015				SICRO: MARÇO 2015		BDI: 22,00%			
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC Rua Almirante Alvim, 491 CEP 88015-380 - Florianópolis/SC - Fone: (48) 3216-5028 3216-5032 - Fax: 3216-5007 - Ouvidoria: 0800 644 1212 Home Page: <a href="http://www.badesco.gov.br">http://www.badesco.gov.br</a> - <a href="http://www.sc.gov.br">http://www.sc.gov.br</a> - E-mail: <a href="mailto:badesco@badesco.gov.br">badesco@badesco.gov.br</a>												

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC  
Rua Amirante Alvim, 491 - CP 1521 - CEP 88015-380 - Florianópolis - SC - Fone: (0-48) 3216-5032 / 5156 - Fax: 3216-5007  
Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)

PREFEITURA:

OBJETO:

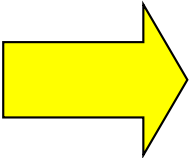
ORÇAMENTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - SC

RUA ALFREDO MAYER

DATA BASE ORÇAMENTO: JULHO 2015

REFERÊNCIA:



Itens	Siglas	Preencher com valores dentro do intervalo admissível	Situação intervalo admissível	Intervalo Admissível		
				Mínimo	Médio	Máximo
Taxa de rateio da Administração Central	AC	0,39	OK	0,11	4,07	8,03
Taxa de Despesas Financeiras	DF	0,35	OK	0,00	0,59	1,20
Taxa de Risco, Seguro e Garantia do Empreendimento	R	2,00	OK	0,00	1,18	2,47
Taxa de Tributos (Soma dos itens COFINS, ISS e PIS)	I	8,61	OK	6,03	7,65	9,03
Taxa de Lucro	L	8,50	OK	3,83	6,90	9,96
Fórmula BDI conforme Acórdão TCU:		BDI resultante	22,00	OK	20,00	25,00
						30,00

Assinatura:	
Responsável Técnico:	Ramon M. Knabben
CREA/SC:	1095870-8

Obs: O BDI deve ser diferenciado para aquisição de Insumos, Equipamentos, execução de Serviços, Gerenciamento e Projetos de Obras, conforme complexidade das atividades e observado Acórdão 325/2007 TCU Plenário.

## ANEXO II - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016

ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA													
OBRA/ SERVIÇO: Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial, colocação de meio fio, sinalização e obras complementares.													
LOCAL: Rua Reneau Cubas - Lei Municipal nº. 5.722 de 26/11/2015													
EXTENÇÃO: 840,00 metros lineares													
VALOR TOTAL: R\$ 963.621,92													
ANEXO II													
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Terreno		Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)			Depreciação	Valor Final (m²)	Valor Total da Área (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)				Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)			
Traceto entre a Rua Alvaro Soares Machado e a Avenida Senador Ivo de Aquino													
PMPC	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.019.0126	53,00	686,40	180,00	-	18,00	0,00	0,00	135.907,20	0,00	135.907,20
Reneau Cubas	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.014.0136	31,00	542,00	200,00	83,60	11.750,22	0,00	0,00	119.240,00	0,00	130.990,22
JOSE ALTAIR PETERS	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.014.0090	30,00	982,00	200,00	-	0,00	0,00	0,00	196.400,00	0,00	196.400,00
REINATO CARVALHO	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.014.0060	29,00	572,00	297,00	68,85	10.722,14	0,00	0,00	155.034,00	0,00	165.756,14
LUSSARA PINHEIRO DA SILVEIRA	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.014.0030	30,00	400,00	400,00	104,34	27.217,10	0,00	0,00	176.000,00	0,00	203.217,10
JOÃO DANILLO RUDY	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.013.0105	12,00	448,12	518,00	190,00	41.502,21	0,00	0,00	278.551,39	0,00	320.053,60
DAVI FERREIRA DE BARROS ( BAR )	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.015.0140	21,00	253,39	583,00	96,37	29.727,51	0,00	0,00	162.499,01	0,00	192.226,52
TIAGO ALVES PINTO	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.015.0087	11,00	272,26	455,00	81,95	27.194,44	0,00	0,00	123.878,30	0,00	151.072,74
MARIA GERTRUDES TANAKI SKA	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.015.0076	12,00	208,35	529,00	87,07	25.668,52	0,00	0,00	110.217,15	0,00	135.885,67
VERENA APARECIDA KOCH E ANDERSON BUENO	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.015.0064	20,00	453,50	350,00	80,00	22.696,10	0,00	0,00	158.725,00	0,00	181.421,10
PAULO NELSON DOLINKI	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.015.0044	44,50	360,00	180,00	-	18,00	0,00	0,00	71.280,00	0,00	71.280,00
MIGUEL OSINSKI	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.016.0058	15,00	451,50	200,00	81,86	11.810,85	0,00	0,00	90.300,00	0,00	90.300,00
ALINOR SOARES MARTINS	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.016.0043	15,00	513,75	295,00	98,24	14.174,17	0,00	0,00	151.556,25	0,00	163.367,10
MARIA DE LOURDES DE LIMA PEREIRA	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.016.0028	15,00	453,75	329,00	98,24	8.332,52	0,00	0,00	149.283,75	0,00	163.457,92
PEDRO FROEL	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.016.0013	20,00	587,90	227,00	68,76	8.332,52	0,00	0,00	146.798,63	0,00	155.131,15
HENRIQUE JOAO SORG	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1350	22,00	836,00	343,00	94,19	13.589,83	0,00	0,00	315.422,80	0,00	329.012,63
HERBERT ANTONIO SORG	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1350	22,00	836,00	343,00	100,00	25.051,00	0,00	0,00	358.800,00	0,00	340.473,80
TIAGO EDUARDO FERREIRA VAZ	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1290	66,00	2.760,00	130,00	-	0,00	0,00	0,00	358.800,00	0,00	358.800,00
EZORIL MATEUS DE CARVALHO	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1256	11,00	385,00	446,00	100,00	25.051,00	0,00	0,00	171.710,00	0,00	196.761,00
ELIANE CRISTINA SORG	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1245	11,00	385,00	446,00	100,00	25.051,00	0,00	0,00	171.710,00	0,00	196.761,00
TANIA REGINA SORG	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1234	12,00	420,00	200,00	-	0,00	0,00	0,00	84.000,00	0,00	84.000,00
TANIA REGINA SORG	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1222	12,00	420,00	200,00	-	0,00	0,00	0,00	84.000,00	0,00	84.000,00
TANIA REGINA SORG	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1210	11,00	385,00	200,00	-	0,00	0,00	0,00	77.000,00	0,00	77.000,00
ZENO ANAPAL NETO	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1199	11,00	385,00	200,00	-	0,00	0,00	0,00	77.000,00	0,00	77.000,00
EMPRESA INDUSTRIAL E COMERCIAL FLUX S.A	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.017.1188	34,00	1.135,02	200,00	-	0,00	0,00	0,00	227.004,00	0,00	227.004,00
COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A	Reneau Cubas	Esquerda	01.07.020.0592	123,00	1.227,83	70,00	-	7,00	0,00	0,00	945.451,43	0,00	945.451,43
PROPORCIONAL													
COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A	Reneau Cubas	Direita	01.07.125.1471	50,00	2.543,00	70,00	-	2,00	0,00	0,00	195.811,00	0,00	195.811,00
INDUSTRIA ERVA TEIRA E WALDO ZIPPERER LTDA	Reneau Cubas	Direita	01.07.125.1825	350,00	9.347,00	70,00	695.516,66	0,00	0,00	0,00	654.290,00	0,00	723.806,66
EMPRESA INDUSTRIAL E COMERCIAL FLUX S/A	Reneau Cubas	Direita	01.07.125.0200	350,00	14.719,00	70,00	-	7,00	0,00	0,00	1.133.363,00	0,00	1.133.363,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 11 de janeiro de 2016.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba  
Supervisor IBruna Grisang  
Avaliadora FiscalJessé Carlos Batista  
Agente AdministrativoSimone Mery Adur  
Agente AdministrativoVanessa Langer  
ContadoraMidell Adriano Grosskopf  
Fiscal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 06/2016 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 06/2016

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora ANDREA KUCHLER BETTO, ocupante do cargo de Assessora de Apoio Parlamentar, referente ao período aquisitivo de 15/01/15 à 14/01/2016, que serão usufruídas do dia 14/01/2016 à 23/01/2016, retornando ao trabalho em 24/01/2016.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2016.

Célio Galeski

Presidente

Chiquinho da Silva

1º Secretário

João Grein

2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2016.



# Capinzal

## PREFEITURA

### FMAS CONTRATO 0003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0003/2016 M Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. Valor ..... : 26.870,00 (vinte e seis mil oitocentos e setenta reais) Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2016 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

Contrato Nº.: 0004/2016 M Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL Contratada.: IRMAOS DAMBROS LTDA Valor ..... : 17.750,00 (dezesete mil setecentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2016 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal	Capinzal, 13 de Janeiro de 2016
--	---------------------------------

### FMS CONTRATO 0003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0003/2016 M Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. Valor ..... : 190.350,00 (cento e noventa mil trezentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2016 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

### FMAS CONTRATO 0004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0004/2015 M Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: IRMAOS DAMBROS LTDA Valor ..... : 17.750,00 (dezesete mil setecentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2016 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

### FMS CONTRATO 0004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0004/2016 M Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: IRMAOS DAMBROS LTDA Valor ..... : 106.500,00 (cento e seis mil quinhentos reais) Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2016 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

### FME CONTRATO 0004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		

**FUMREBOM CONTRATO 0003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0003/2016 M		
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.		
Valor ..... : 31.195,00 (trinta e um mil cento e noventa e cinco reais)		
Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 0001 / 2016		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

**FUMREBOM CONTRATO 0004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0004/2016 M		
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
Contratada....: IRMAOS DAMBROS LTDA		
Valor ..... : 9.655,00 (nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)		
Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 0001 / 2016		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

**PMC CONTRATO 0003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0003/2016 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.		
Valor ..... : 1.768.370,00 (um milhão setecentos e sessenta e oito mil trezentos e setenta reais)		
Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Processo_Licitatório....: 0001 / 2016		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

**PMC CONTRATO 0004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0004/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: IRMAOS DAMBROS LTDA		
Valor ..... : 241.755,00 (duzentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta e cinco reais)		
Vigência ..... : Início: 13/01/2016 Término: 13/01/2017		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Processo_Licitatório....: 0001 / 2016		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota Municipal, para o ano de 2016, com Recursos Próprios, Estadual e Federal		
Capinzal, 13 de Janeiro de 2016		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0012/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0010/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0012/2016

Pregão Presencial Nº 0010/2016

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro para os veículos e máquinas da frota municipal, utilizados pelas Secretarias e Fundos, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

**Observação:**

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 27/01/2016, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Global Lote

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.**

Capinzal, 14 de janeiro de 2016.

**ELISÂNGELA BAGNOLIN**

Diretora de Compras e Licitações

**PORTARIA 1547/2015****PORTARIA Nº 1547, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 299/2015, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/07, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de dezembro de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de dezembro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014**

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: WILLIAN LUIZ BAGNOLIN  
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama  
Diretora de Recursos Humanos

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014**

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: RENATO CESAR SILVA  
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama  
Diretora de Recursos Humanos

# Catanduvas

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2016- PREGÃO Nº 0009/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2016

PREGÃO Nº 0009/2016

Objeto: Contratação de Transporte Escolar Municipal e para Acadêmicos visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 03 de fevereiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 13 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 13 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2016

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 001, DE 13.01.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2016, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2015, na fonte 126 – Transferência de Convênios – Outros – Tesouro Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 121.875,00 (cento e vinte e um mil oitocentos e setenta e cinco reais), na seguinte dotação:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 – Divisão de Obras  
15 – Urbanismo  
13 – Urbanismo  
451 – Infra Estrutura Urbana  
126 - Transferência de Convênios – Outros – Tesouro Exercício Anterior  
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1059 - Construção do Centro de Eventos ..... R\$ 121.875,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 002, DE 13.01.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais) no valor de R\$ 5.071,65 (cinco mil setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 – Divisão de Obras  
15 – Urbanismo  
13 – Urbanismo  
451 – Infra Estrutura Urbana  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1059 - Construção do Centro de Eventos ..... R\$ 5.071,65

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### Portaria 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 016/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04/04/2013 à 03/04/2014, a ELAINE DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 11.01.2016 à 09.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.01.16.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 017/2016

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa permite à Administração reapreciar seus atos.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, bem como, de acordo com as informações e considerações apensadas aos autos,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 002/2016, de 11 de janeiro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30



(trinta) dias, no período de 11.01.2016 à 09.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Ademar Podgaietsky	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adenizia Cleonice Farias Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adelcio da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adriana Machado Correia	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Claudinei França	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Claudia Adriana Amarin	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Cleber Meurer	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Clobson Scheidt	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Dalva Passig da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Eva Aparecida k. Abreu	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Gerusa Anacleto	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Isolete Sebold Pereira	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
João Clemente	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Juliana Maria Longen	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Liliane Scheidt Jasper	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Luzia Preti Palhano	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Maicon de Souza	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Marcia Schwambach Schmidt	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Maria Zenaide Senem Souza	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Neide Sebold da Silva	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Nerci Ramos	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Patricia Aparecida Batista	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Pedro Lopes	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Raquel Francisco	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rogério Capistrano	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rosemari Raymundo	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Samir Pereira da Silva	2013/2014	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Sergio Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Simone Cordeiro dos Santos	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Solange S. Marquez	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Vera Lucia Graci Demetrio	2013/2014	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Tatiane de Souza	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Zuleide Diel Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Silvania Pereira da Silva Medeiros	2014/2015	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 018/2016

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa permite à Administração reapreciar seus atos.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, bem como, de acordo com as informações e considerações apensadas aos autos,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 003/2016, de 11 de janeiro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 11.01.2016 à 09.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Alceu Pereira	2013/2014	Secretaria Municipal da Saúde
Mauricio de Andrade	2014/2015	Secretaria Municipal da Saúde
Sinara Regina Prim de Melo	2014/2015	Secretaria Municipal da Saúde
André Sebold	2014/2015	Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente
Geraldo Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente
Santos Avelino da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Izolene Batista Correa	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Jaques Ernani Bezerra	2014/2015	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Sérgio Pereira	2013/2014	Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio
Adriana Martins	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Claudirene Ferreira	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social



Deize Regina dos Santos Cruz	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
Luciani Paul Kerschbaum	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Simone Iara da Silveira	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Zilá de Souza	2014/2015	Secretaria Municipal da Assistência Social
Sandra Regina Chiquio	2015/2016	Secretaria Municipal da Assistência Social
Marcelo de Souza	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Mauricio Jasper	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Fabio Franz	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Carlos Roberto Goedert	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Evaristo Franzen	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Santos Avelino da Silva	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Roni Capistrano	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Carlos Joel Padilha	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Joelcio Carlos Cabral	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Acir Mello	2014/2015	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Cleusa Francisco Schneider	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Jaqueline Francisco	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Sirley Chiquio Medeiros	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Neusa Francisco Luckmann	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento
Crislei Sebold	2014/2015	Secretaria Municipal da Administração e Planejamento

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 019/2016

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor da servidora pública MEIRELEIN GRACH MACHADO, conforme Portaria nº 300/2015, relativas ao período 2014/2015;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 307/2015 que suspendeu o gozo de férias da servidora, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que a servidora tem direito a gozar 16 (dezesesseis) dias de férias, referente ao período remanescente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art.1º Autorizar a Servidora Pública MEIRELEIN GRACH MACHADO Matrícula nº 157506, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola – 40 horas, a gozar férias no período de 14/01/2016 a 29/01/2016, num total de 16 (dezesesseis) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 307/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 020/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública BERNADETE DA SILVEIRA FELIPE licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 05.01.2016 a 19.01.15, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco) dias, de 20.01.16 a 04.03.16, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05.01.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 021/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 021/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder em favor da servidora publica CRISTIANE SOTELI BETTOLY, licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 11.01.2016 a 25.01.16, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e o período remanescente remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.01.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria 022/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 022/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 11/07/2014 à 10/07/2015, a SILVIA KERSCHBAUM MACIEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 14.01.2016 à 12.02.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 78/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 78/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: COZICRIL COZINHA INDUSTRIAL CRICIUMA LTDA - EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/PMCS/2015/2015

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 36/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de refeições do tipo self – service, a serem servidas nas instalações da secretária de obras, para atendimento a servidores públicos de Cocal do Sul-SC e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para atendimento as crianças do Serviço.

Assinatura: 29/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 238.235,00 (duzentos e trinta e oito mil duzentos e trinta e cinco reais)

DOTAÇÃO	CÓD. REDUZIDO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
09.01.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00	127	Manut. Secr. Obras, Transp. e Serviço
12.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00	23	Manutenção do Programa de Proteção Social Básica.
12.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00	24	Manutenção do Programa de Proteção Social Básica.

Dotação Orçamentária:

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 44/FMS/2015

CONTRATO Nº: 198/2013

ADITIVO Nº: 45/2015

TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: DILAB COM. E MANUTENÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 36/FMS/2013

PREGÃO PRESENCIAL: 20/FMS/2013

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos nas unidades de saúde e odontomóvel, através deste edital e seus anexos, no atendimento ao Fundo Municipal de Saude de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 30/08/2013.

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 23.237,03 (vinte e três mil duzentos e trinta e sete reais e três centavos)

# Concórdia

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 8/2015 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
CONCORRÊNCIA Nº 8/2015 – PMC

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 76.862.192/0001-07, Rua João Suzin Marini, 529, bairro Nossa Senhora da Salete, neste município, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, Concórdia –SC, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

Como requisito indispensável para a assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia contratual no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do Contrato, devendo optar por uma das seguintes modalidades, conforme prevista no subitem 5.1 “m” e no artigo 56, caput da Lei Federal 8.666/1993:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 15.2 do Edital, acarretará na aplicação das penas prevista no item 19 do Edital.

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2016.

ELMO ANTONIO RICHARDI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, em exercício

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 050/2016

DECRETO Nº050/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. EMANUELLE CELLA TOZZO, ocupante do cargo de Gerente de Administração Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 07/01/2015 a 06/01/2016, que serão gozadas a partir de 01/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EMANUELLE CELLA TOZZO Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 051/2016

DECRETO Nº051/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. MAURO ARLINDO MORESCO, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015 a partir do dia 18/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MAURO A. MORESCO Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### RESULTADO PROCESSO TP 07/2015 - SERVIÇOS MÉDICOS

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Tomada de Preços nº07/2015

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 118/2015

SOLICITANTE: Secretaria de Saúde

OBJETO: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços médicos de clínico geral e ginecologista obstetra; e contratação de empresa para prestação de serviços de fisioterapia, para atuarem nas unidades de saúde do município para o exercício de 2016.

VALOR: Item 01 – Valor mensal R\$5.900,00 – Empresa S&S Serviços de Saúde Ltda Me, Item 02- Valor mensal R\$9.000,00 – Empresa S&S Serviços de Saúde Ltda Me, Item 03 Valor mensal R\$1.800,00, Empresa Spazio Therapy Fisioterapia Ltda Me,.

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável as melhores propostas, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas, S&S SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA ME E SPAZIO THERAPY FISIOTERAPIA LTDA ME. adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 13 de Janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 006 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 006 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor, Vinicius Smaniotto, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, por um período de 08 (oito) dias, a partir do dia 12 a 19 de janeiro de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 12 de janeiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete



# Corupá

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, bairro Corticeira – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato original, altera-se o valor dos itens:

01 – Óleo Diesel Comum B S500, do presente Processo Licitatório, para o valor de R\$ 2,794 por litro;

02 – Óleo Diesel S10, do presente Processo Licitatório, para o valor de R\$ 2,890 por litro.

Data da Assinatura: 21/10/2015

Data da Vigência: 30/04/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 1/2016

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>  <b>CNPJ: 83.754.044/0001-34</b> <b>RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860</b> <b>C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 55/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 55/2015</b> <b>Processo de Licitação: 55/2015</b> <b>Data do Processo: 16/12/2015</b>
Folha: 1/1	

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 13 de Janeiro de 2016, às 15:55 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 55/2015, Licitação nº. 55/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA (9), VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA (11), ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME (12), SONIA DE FATIMA VIEIRA ME (24), ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA (25), ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA (26), TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME (27), MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME (28), EDGAR ALVES DOS SANTOS (671), ALCEU DE MELO ME (879), NELCI SCOLARO GUETTEN (880), VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME (881), MARCELO FOGAÇA DA ROCHA (1088), NERI DE JESUS (1090), MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI (1256), MARCO ANTONIO ALVES 91054656991 (13317), ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME (13318), SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968 (13319), RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902 (13320), ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982 (13321), NERINO DIAS DE OLIVEIRA (13322).

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- O PROPONENTE EDGAR ALVES DOS SANTOS (671) DEIXOU DE APRESENTAR A CERTIDÃO DE REGULARIDADE MUNICIPAL SENDO CONSIDERADO INABILITADO, FICANDO CONSIDERADO VENCEDOR DO LOTE Nº 04 A PROPONENTE MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI (1256) NO VALOR DE SEU ÚLTIMO LANCE. AS DEMAIS PROPONENTES APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL. FICA APRAZADO 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AOS ITEM 6.7 ALÍNEA B) A J) PARA AS PROPONENTES: ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA - ME; AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA - ME; ALCIR DE MELO & CIA LTDA; NERI DE JESUS; SILVANA APARECIDA ROCHA MELO; ALCEU DE MELO - ME; RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA; MARIA FERREIRA DOS SANTOS; ADRIANO ALVES TRANSPORTES - ME; MARCOS ANTONIO DA SILVA - TRANSPORTE ESCOLAR - ME; NERINO DIAS DE OLIVEIRA; MARCO ANTONIO ALVES

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 13 de Janeiro de 2016

#### COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA NR. 1/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 55/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 55/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 16/12/2015
	Folha: 1/10

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2016 (Sequência: 1)**

Ao(s) 13 de Janeiro de 2016, às 15:55 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 55/2015, Licitação nº 55/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** OS PROPONENTES PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL NO APRAZADO. POSTERIORMENTE FOI ABERTO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO E APÓS ANÁLISE FOI VERIFICADA A CLASSIFICAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS.

**LOTE: 1**

**Participante:** 28 - MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	LINHA 01 - CABAÇAS DO MEIO - VESPERTINO: TRAJETO: FAZENDA PEDRO SILVA - USINA RIO DOS CACHORROS - PASSO DE PEDRAS - ENTRADA POPINHAK - PONTE CANOAS - NÚCLEO MUNICIPAL TEREZA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES DO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 110KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 23.100KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	23.100,00		0,0000	3,80	87.780,00

**Total do Participante** → 87.780,00

**LOTE: 2**

**Participante:** 13318 - ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	LINHA 2 - HORIZOLÂNDIA VERPERTINO - TRAJETO: ENCRUZILHADA PEDRO SILVA - HORIZOLÂNDIA - PASSO DO MARCO - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PRÓXIMO AO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 43KM. PERÍODO DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 90% NÃO PAVIMENTADA E 10% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	9.030,00		0,0000	4,00	36.120,00

**Total do Participante** → 36.120,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 2/10

**LOTE: 3**

**Participante: 13317 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	LINHA 3 - SANTA CRUZ DO PERY I - VESPERTINO - (MONITOR OBRIGATORIO) TRAJETO: PASSO DA Balsa - ENTRADA GAÚCHO - USINA SANTA CRUZ DO PERY - LOMBA - N M TERESA LEMOS PRETO - E E B SOLON ROSA - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - SANTA TERESINHA - RETORNO. PERCURSO: 84KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 17.640KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	17.640,00		0,0000	5,10	89.964,00

**Total do Participante —→ 89.964,00**

**LOTE: 4**

**Participante: 1256 - MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	LINHA 4 - FAZENDA GEMELLI - VESPERTINO - TRAJETO: FAZENDA GEMELLI - CAPÃO DA MORTANDADE - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - SANTA TERESINHA - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 14 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 50% NÃO PAVIMENTADA E 50% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	10.500,00		0,0000	2,00	21.000,00

**Total do Participante —→ 21.000,00**

**LOTE: 5**

**Participante: 1256 - MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	LINHA 5 - ASSENTAMENTO IRMÃ JANDIRA - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATORIO) - TRAJETO: FINAL DO ASSENTAMENTO (NICA) - ASSENTAMENTO IRMÃ JANDIRA - BR470 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES DO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 55KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 11.50KM - 40% NÃO PAVIMENTADA E 60% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	11.550,00		0,0000	5,20	60.060,00

**Total do Participante —→ 60.060,00**

**LOTE: 6**

**Participante: 881 - VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	LINHA 6 - FAZENDA DA CADEIA I - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATORIO) - TRAJETO: FAZENDA GETÚLIO CAMARGO - FAZENDA POPINHAK - ESCOLA MACHADO DE ASIS - LOURENÇO - ROQUE PELLIZZARO - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 117KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 24.570KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	24.570,00		0,0000	5,10	125.307,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 3/10

**LOTE: 6**

**Participante: 881 - VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	LINHA 7 - FAZENDA DA CADEIA II - VESPERTINO. TRAJETO: FAZENDA VELHA ( ENCRUZILHADA) - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 40KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 8 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 8.400KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	8.400,00		0,0000	3,90	32.760,00

**Total do Participante** —→ 158.067,00

**LOTE: 7**

**Participante: 13318 - ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	LINHA 8 - TABULEIRO - MATUTINO. TRAJETO: XAXIM ( SC457) - BEIRA DO ASFALTO - ESTRADA GERAL TABULEIRO - ENTRADA BUTIA - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 44KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.240KM - 85% NÃO PAVIMENTADA E 15% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	9.240,00		0,0000	4,70	43.428,00

**Total do Participante** —→ 43.428,00

**LOTE: 8**

**Participante: 26 - ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	LINHA 9 - TABULEIRO - VESPERTINO - TRAJETO: XAXIM (SC 457) - BEIRA DO ASFALTO - ESTRADA GERAL TABULEIRO - ESTRADA BUTIÁ - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 44KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 14 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.240 KM - 85% NÃO PAVIMENTADA E 15% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	9.240,00		0,0000	4,00	36.960,00

**Total do Participante** —→ 36.960,00

**LOTE: 9**

**Participante: 12 - ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	LINHA 10 - CARTÃO SBRVATTI - MATUTINO - (MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: BARRAGEM STILL - CARTÃO SBRVATTI - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 43KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	9.030,00		0,0000	5,30	47.859,00

**Total do Participante** —→ 47.859,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 4/10

**LOTE: 10**

**Participante: 12 - ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	LINHA 11 - CARTÃO SBRAVATTI - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: BARRAGEM STILL - CARTÃO SBRAVATTI - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 43 KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	9.030,00		0,0000	5,30	47.859,00

**Total do Participante —→ 47.859,00**

**LOTE: 11**

**Participante: 9 - AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	LINHA 12 - REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO I - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO - ESTRADA STANK - ENTRADA FAZENDA SERGIO TAGLIARI - TIDE - MARIA DO TIDE - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 75KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 15.750KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	15.750,00		0,0000	4,90	77.175,00
13	LINHA 13 - REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO II - MATUTINO. TRAJETO: FINAL DO REASSENTAMENTO ATÉ O ÔNIBUS. PERCURSO: 20KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 8 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.200KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	4.200,00		0,0000	3,80	15.960,00

**Total do Participante —→ 93.135,00**

**LOTE: 12**

**Participante: 9 - AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	LINHA 14 - REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO - VESPERTINO. TRAJETO: FINAL DO REASSENTAMENTO - ESTRADA STANK - ENTRADA APÓS STANK - ENTRADA RAUEN - FAZENDA SERGIO TAGLIARI - MARIA DO TIDE - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 88KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 14 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 18.480KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	18.480,00		0,0000	3,30	60.984,00

**Total do Participante —→ 60.984,00**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 5/10

**LOTE: 13**

**Participante: 13318 - ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	LINHA 15 - REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER MATUTINO. TRAJETO: REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER - LOTE VICENTE, IGREJA, LOTE RAIMUNDO - ESTRADA GERAL - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 70% NÃO PAVIMENTADA E 30% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	10.500,00		0,0000	4,80	50.400,00

**Total do Participante** —> 50.400,00

**LOTE: 14**

**Participante: 13318 - ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	LINHA 16 - REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER VESPERTINO. TRAJETO: REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER - LOTE VICENTE, IGREJA, LOTE RAIMUNDO - ESTRADA GERAL - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 20 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 70% NÃO PAVIMENTADA E 30% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	10.500,00		0,0000	4,80	50.400,00

**Total do Participante** —> 50.400,00

**LOTE: 15**

**Participante: 13319 - SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
17	LINHA 17 - RIO CORRENTES/CADORITI - MATUTINO (MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: RIO CORRENTES/CADORITI - SC 457 - ENTRADA COOPERCAMPOS - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 56KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 11.760KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	11.760,00		0,0000	5,30	62.328,00

**Total do Participante** —> 62.328,00

**LOTE: 16**

**Participante: 9 - AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	LINHA 18 - RIO CORRENTES/CADOTI - VESPERTINO (MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: RIO CORRENTES/CADORITI - SC 457 - ENTRADA COOPERCAMPOS - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 56KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 11.760KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	11.760,00		0,0000	5,30	62.328,00

**Total do Participante** —> 62.328,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 6/10

**LOTE: 17**

**Participante: 9 - AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	LINHA 19 - CAMPO DA ROÇA DE CIMA - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: PONTE DIVISA SÃO CRISTÓVÃO - CAÇA E TIRO - RODOVIA ULISSES GABOARDI - N M ALÍRIO L. DE ALMEIDA - N M TEREZA LEOMOS PRETO - E E B SOLON ROSA - RETORNO. PERCURSO: 22KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.620KM - 25% NÃO PAVIMENTADA E 75% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	4.620,00		0,0000	5,70	26.334,00

**Total do Participante ———>** 26.334,00

**LOTE: 18**

**Participante: 9 - AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	LINHA 20 - SÃO LUIZ B - VESPERTINO (MONITOR OBRIGATÓRIO) TRAJETO: AREIÃO - COHAB II - BAIRRO SÃO FRANCISCO - ESQUINA CORPO DE BOMBEIROS - E E B SOLON ROSA - RETORNO. PERCURSO: 22KM. PERÍODO DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.620KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	4.620,00		0,0000	5,70	26.334,00

**Total do Participante ———>** 26.334,00

**LOTE: 19**

**Participante: 24 - SONIA DE FATIMA VIEIRA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	LINHA 21 - ÁREA INDUSTRIAL - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: UNC - TREVO CHARRUA - ENTRADA PRÓXIMO AO CIAMA - BROCHMANN POLIS - EXPOCENTRO - AV. LIONS - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - RETORNO. PERCURSO: 18KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 3.780 KM - 10% NÃO PAVIMENTADA E 90% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	3.780,00		0,0000	5,70	21.546,00

**Total do Participante ———>** 21.546,00

**LOTE: 20**

**Participante: 24 - SONIA DE FATIMA VIEIRA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	LINHA 22 REASSENTAMENTO BELA VISTA - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: REASSENTAMENTO LADO DIREITO E LADO ESQUERDO - ENTRADA DA MAESA - COINCO - ESTRADA SÃO JOSÉ DO CERRITO - TREVO BR 470 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E EB CASIMIRO DE ABREU - RETORNO.	KM	10.920,00		0,0000	5,29	57.766,80

**Total do Participante ———>** 57.766,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 7/10

**LOTE: 21**

**Participante: 879 - ALCEU DE MELO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
23	LINHA 23 - SÃO LUIZ A - MATUTINO (MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: POSTO CAPITAL - AV. LEOBERTO LEAL - CENTRO - SÃO LUIZ - AREIÃO - COHAB II - SÃO FRANCISCO - CORPO DE BOMBEIROS - E E B SOLON ROSA - RETORNO. PERCURSO: 22 KM. PERÍODO DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.620KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80 % PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	4.620,00		0,0000	5,70	26.334,00

**Total do Participante ———> 26.334,00**

**LOTE: 22**

**Participante: 879 - ALCEU DE MELO ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
24	LINHA 24 - MADEMAQ - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: MADEMAQ - BR 470 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 31 KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 6.510KM - 10% NÃO PAVIMENTADA E 90% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	6.510,00		0,0000	5,60	36.456,00

**Total do Participante ———> 36.456,00**

**LOTE: 23**

**Participante: 1092 - JOSÉ RONALDO ORTIZ**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
25	LINHA 25 - CERRO ALEGRE - SANTA CRUZ - VESPERTINO. TRAJETO: CERRO ALEGRE - ENTRADA JEGUE - CAMARGO - LOMBA - ENTRADA USINA - N M ARISTILIANO - RETORNO. PERCURSO: 48KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 19 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ ANO: 10.080KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	10.080,00		0,0000	4,80	48.384,00

**Total do Participante ———> 48.384,00**

**LOTE: 24**

**Participante: 13321 - ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	LINHA 26 - LAGOINHA - CAMPO DA ROÇA DE BAIXO - VESPERTINO. TRAJETO: FAZENDA PITA - IGREJA LAGOINHA - FAZENDA CLAUDIO - N M ALÍRIO L. DE ALMEIDA - PROXIMIDADES - E E B CASIMIRO DE ABREU - N M TERESA LEMOS PRETO - APAE - RETORNO. PERCURSO: 35KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 7.350KM - 75% NÃO PAVIMENTADA E 25% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	7.350,00		0,0000	4,00	29.400,00

**Total do Participante ———> 29.400,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 8/10

**LOTE: 25**

**Participante: 13322 - NERINO DIAS DE OLIVEIRA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	LINHA 27 - PASSO DA BALSA - VESPERTINO. TRAJETO: PASSO DA BALSA - ENTRADAS N M ARISTILHIANO - RETORNO. PERCURSO: 42KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 8.820KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	8.820,00		0,0000	4,00	35.280,00

**Total do Participante ———>** 35.280,00

**LOTE: 26**

**Participante: 13320 - RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
28	LINHA 28 - XAXIM - ASSENTAMENTO 1º DE MAIO - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: XAXIM - ESCOLA 1 DE MAIO - SC 457 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - SANTA TEREZINHA - RETORNO. PERCURSO: 70KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 14.700KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	KM	14.700,00		0,0000	5,30	77.910,00

**Total do Participante ———>** 77.910,00

**LOTE: 27**

**Participante: 1090 - NERI DE JESUS**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
29	LINHA 29 - CERRO ALEGRE - VESPERTINO. TRAJETO: ENCRUZILHADA JOAQUINA - ESCOLA INÁCIO - ESTRADA DO CERRO - SC 457 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES DO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 67KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 19 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 14.070KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	14.070,00		0,0000	4,80	67.536,00

**Total do Participante ———>** 67.536,00

**LOTE: 28**

**Participante: 11 - VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	LINHA 30 - FAZENDA BUTIÁ - VESPERTINO. TRAJETO: ASSOCIAÇÃO AGAFI - ENCRUZILHADA DO KAORU - ITALIA - ENCRUZILHADA JAIR - SC 457 - PROXIMIDADES DA PREFEITURA - N M TERESA LEMOS PRETO - RETORNO. PERCURSO: 40KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 08 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 8.400KM - 65% NÃO PAVIMENTADA E 35%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	8.400,00		0,0000	4,00	33.600,00

**Total do Participante ———>** 33.600,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 55/2015 - PR**

Processo Administrativo: 55/2015  
 Processo de Licitação: 55/2015  
 Data do Processo: 16/12/2015

Folha: 9/10

**LOTE: 29**

**Participante: 1088 - MARCELO FOGAÇA DA ROCHA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	LINHA 31 - DISTOCA - BASTIÃO IBAMA - VESPERTINO. TRAJETO: FAZENDA CAMARGO - BARRAÇÃO BENONI - DISTOCA - ENTRADA BASTIÃO IBAMA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 75% NÃO PAVIMENTADA E 25%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	10.500,00		0,0000	4,20	44.100,00

**Total do Participante ———> 44.100,00**

**LOTE: 30**

**Participante: 25 - ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
32	LINHA 32 - FAZENDA DO BUTIÁ - MATUTINO. TRAJETO: MATADOURO - IGREJA DO BUTIÁ - ELVIRA - PIRAPORA - N M LEONIZA C AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 51KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 08 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.710KM - 90% NÃO PAVIMENTADA E 10%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	10.710,00		0,0000	3,89	41.661,90

**Total do Participante ———> 41.661,90**

**LOTE: 31**

**Participante: 880 - NELCI SCOLARO GUETTEN**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
33	LINHA 33 - FAZENDA DO BUTIÁ II - VESPERTINO. TRAJETO: MATADOURO - IGREJA DO BUTIÁ - ENCRUZILHADA JAIRO - PIRAPORA - N M LEONIZA C AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 43KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 08 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 90% NÃO PAVIMENTADA E 10%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	9.030,00		0,0000	3,89	35.126,70

**Total do Participante ———> 35.126,70**

**LOTE: 32**

**Participante: 27 - TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	LINHA 34 - ASSENTAMENTO HERDEIROS DO CONTESTADO - VESPERTINO. TRAJETO: ESCOLA MACHADO DE ASSIS - N M LAURO ANTONIO DA COSTA - RETORNO. PERCURSO: 32KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 6.720KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	KM	6.720,00		0,0000	4,20	28.224,00

**Total do Participante ———> 28.224,00**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 55/2015 - PR</b>	
CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC		Processo Administrativo: 55/2015 Processo de Licitação: 55/2015 Data do Processo: 16/12/2015	Folha: 10/10

**LOTE: 33**

Participante: 27 - TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
35	LINHA 35 - SANTA CRUZ DO PERY II - NOTURNO TRAJETO: SANTA CRUZ DO PERY - ENTRADA USINA - LOMBA - PONTE CANOAS - SC 457 - UNS - E E B SANTA TEREZINHA - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. RETORNO. PERCURSO: 90KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 23.850KM - 85% NÃO PAVIMENTADA E 15%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 265 DIAS. OBS. INÍCIO DO ANO LETIVO JANEIRO DE 2015.	KM	23.850,00		0,0000	4,00	95.400,00

Total do Participante -----> 95.400,00  
 Total Geral -----> 1.740.065,40

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 13 de Janeiro de 2016

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)



**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL - ATA NR. 1/2016****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 1/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

Reuniram-se no dia 13/01/2016, às 15:55:17, na FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 1415/2014 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 55 destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12 ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	CNPJ: 11.369.896/0001-05
879 ALCEU DE MELO ME	CNPJ: 14.795.424/0001-02
13318 ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	CNPJ: 23.855.123/0001-00
26 ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	CNPJ: 10.514.195/0001-41
13321 ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	CNPJ: 23.735.189/0001-66
9 AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	CNPJ: 08.717.181/0001-83
671 EDGAR ALVES DOS SANTOS	CNPJ: 12.588.518/0001-77
25 ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	CNPJ: 11.433.181/0001-66
1092 JOSÉ RONALDO ORTIZ	CNPJ: 17.011.463/0001-51
1088 MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	CNPJ: 16.771.038/0001-06
13317 MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	CNPJ: 23.592.228/0001-13
28 MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	CNPJ: 11.305.920/0001-34
1256 MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	CNPJ: 19.364.324/0001-37
880 NELCI SCOLARO GUETTEN	CPF: 035.801.379-80
1090 NERI DE JESUS	CNPJ: 17.010.952/0001-99
13322 NERINO DIAS DE OLIVEIRA	CPF: 520.083.989-00
13320 RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	CNPJ: 23.777.534/0001-24
13319 SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	CNPJ: 23.849.596/0001-02
24 SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	CNPJ: 10.559.712/0001-07
27 TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	CNPJ: 11.358.321/0001-89
881 VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	CNPJ: 14.781.415/0001-54
11 VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	CPF: 665.607.489-87

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 1 - LOTE 1 - ITEM 01**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim	0,0000	87.780,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060312	<u>LINHA 01 - CABAÇAIAS DO MEIO - VESPERTINO: TRAJETO: FAZENDA PEDRO SILVA - USINA RIO DOS CACHORROS - PASSO DE PEDRAS - ENTRADA POPINHAK - PONTE CANOAS - NÚCLEO MUNICIPAL TEREZA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES DO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 110KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 23.100KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	23100,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	87.780,0000	

O licitante MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 1 deste Pregão Presencial o fornecedor MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME pelo valor de R\$ 87.780,0000 (oitenta e sete mil setecentos e oitenta reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 3/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 2 - LOTE 2 - ITEM 02**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim	0,0000	36.120,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060313	<u>LINHA 2 - HORIZOLÂNDIA VERPERTINO - TRAJETO: ENCRUZILHADA PEDRO SILVA - HORIZOLÂNDIA - PASSO DO MARCO - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PRÓXIMO AO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 43KM. PERÍODO DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 90% NÃO PAVIMENTADA E 10% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	9030,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	36.120,0000	

O licitante ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 2 deste Pregão Presencial o fornecedor ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME pelo valor de R\$ 36.120,0000 (trinta e seis mil cento e vinte reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 4/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 3 - LOTE 3 - ITEM 03**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim	0,0000	89.964,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060314	<u>LINHA 3 - SANTA CRUZ DO PERY I - VESPERTINO - (MONITOR OBRIGATÓRIO) TRAJETO: PASSO DA Balsa - ENTRADA GAÚCHO - USINA SANTA CRUZ DO PERY - LOMBA - N M TERESA LEMOS PRETO - E E B SOLON ROSA - PROXIMIDADE DE E B CASIMIRO DE ABREU - SANTA TERESINHA - RETORNO. PERCURSO: 84KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 17.640KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	17640,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	89.964,0000	

O licitante MARCO ANTONIO ALVES 91054656991 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 3 deste Pregão Presencial o fornecedor MARCO ANTONIO ALVES 91054656991 pelo valor de R\$ 89.964,0000 (oitenta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 5/34  
 Data: 13/01/2016  
 Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 4 - LOTE 4 - ITEM 04**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSMOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim	0,0000	42.000,0000
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim	0,0000	41.370,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
2060315	LINHA 4 - FAZENDA GEMELLI - VESPERTINO - TRAJETO: FAZENDA GEMELLI - CAPÃO DA MORTANDADE - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - SANTA TERESINHA - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 14 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 50% NÃO PAVIMENTADA E 50% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	10500,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	41.265,0000	
1	EDGAR ALVES DOS SANTOS	40.000,0000	
2	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	39.999,0000	
2	EDGAR ALVES DOS SANTOS	38.000,0000	
3	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	37.990,0000	
3	EDGAR ALVES DOS SANTOS	35.000,0000	
4	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	34.000,0000	
4	EDGAR ALVES DOS SANTOS	32.000,0000	
5	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	31.500,0000	
5	EDGAR ALVES DOS SANTOS	30.000,0000	
6	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	29.000,0000	
6	EDGAR ALVES DOS SANTOS	28.000,0000	
7	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	27.000,0000	
7	EDGAR ALVES DOS SANTOS	25.000,0000	
8	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	24.000,0000	
8	EDGAR ALVES DOS SANTOS	22.000,0000	
9	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	21.000,0000	
9	EDGAR ALVES DOS SANTOS	20.000,0000	
10	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Desistiu	21.000,0000

O licitante MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 4 deste Pregão Presencial o fornecedor MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI pelo valor de R\$ 21.000,0000 (vinte e um mil reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 6/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 5 - LOTE 5 - ITEM 05**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim	0,0000	60.060,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060316	<u>LINHA 5 - ASSENTAMENTO IRMÃ JANDIRA - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO) - TRAJETO: FINAL DO ASSENTAMENTO (NICA) - ASSENTAMENTO IRMÃ JANDIRA - BR470 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES DO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 55KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 11.50KM - 40% NÃO PAVIMENTADA E 60% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	11550,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	60.060,0000	

O licitante MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 5 deste Pregão Presencial o fornecedor MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI pelo valor de R\$ 60.060,0000 (sessenta mil sessenta reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 7/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 6 - LOTE 6 - ITENS 06 E 07**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim	0,0000	158.067,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060317	LINHA 6 - FAZENDA DA CADEIA I - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO) - TRAJETO: FAZENDA GETÚLIO CAMARGO - FAZENDA POPINHAK - ESCOLA MACHADO DE ASIS - LOURENÇO - ROQUE PELLIZZARO - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 117KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 24.570KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	24570,000
2060318	LINHA 7 - FAZENDA DA CADEIA II - VESPERTINO. TRAJETO: FAZENDA VELHA ( ENCRUZILHADA) - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 40KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 8 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 8.400KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS	8400,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	158.067,0000	

O licitante VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 6 deste Pregão Presencial o fornecedor VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME pelo valor de R\$ 158.067,0000 (cento e cinquenta e oito mil e sessenta e sete reais).



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 8/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 7 - LOTE 7 - ITEM 08**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim	0,0000	43.428,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060319	<u>LINHA 8 - TABULEIRO- MATUTINO. TRAJETO: XAXIM ( SC457) - BEIRA DO ASFALTO - ESTRADA GERAL</u> <u>TABULEIRO - ENTRADA BUTIA - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 44KM. PERÍODO: DE</u> <u>2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. PERCURSO</u> <u>TOTAL/ANO: 9.240KM - 85% NÃO PAVIMENTADA E 15% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	9240,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	43.428,0000	

O licitante ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 7 deste Pregão Presencial o fornecedor ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME pelo valor de R\$ 43.428,0000 (quarenta e três mil quatrocentos e vinte e oito reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 9/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 8 - LOTE 8 - ITEM 09**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim	0,0000	36.960,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060320	<u>LINHA 9 - TABULEIRO - VESPERTINO - TRAJETO: XAXIM (SC 457) - BEIRA DO ASFALTO - ESTRADA GERAL TABULEIRO - ESTRADA BUTIÁ - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 44KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 14 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.240 KM - 85% NÃO PAVIMENTADA E 15% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	9240,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	36.960,0000	

O licitante ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 8 deste Pregão Presencial o fornecedor ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA pelo valor de R\$ 36.960,0000 (trinta e seis mil novecentos e sessenta reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 9 - LOTE 9 - ITEM 10**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim	0,0000	47.859,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060321	<u>LINHA 10 - CARTÃO SBRAVATTI - MATUTINO - (MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: BARRAGEM STILL - CARTÃO SBRAVATTI - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 43KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 60%NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	9030,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	47.859,0000	

O licitante ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 9 deste Pregão Presencial o fornecedor ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME pelo valor de R\$ 47.859,0000 (quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 11/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial N° 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA N° 1 - 2016**

**LOTE 10 - LOTE 10 - ITEM 11**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim	0,0000	47.859,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060322	<u>LINHA 11 - CARTÃO SBRAVATTI - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: BARRAGEM STILL - CARTÃO SBRAVATTI - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 43 KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	9030,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	47.859,0000	

O licitante ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 10 deste Pregão Presencial o fornecedor ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME pelo valor de R\$ 47.859,0000 (quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 12/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 11 - LOTE 11 - ITENS 12 E 13**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim	0,0000	93.135,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060323	<u>LINHA 12 - REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO I - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO - ESTRADA STANK - ENTRADA FAZENDA SERGIO TAGLIARI - TIDE - MARIA DO TIDE - SC 457 - N M LEONIZA C. GOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 75KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 15.750KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	15750,000
2060324	<u>LINHA 13 - REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO II - MATUTINO. TRAJETO: FINAL DO REASSENTAMENTO ATÉ O ÔNIBUS. PERCURSO: 20KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 8 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.200KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	4200,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	93.135,0000	

O licitante AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 11 deste Pregão Presencial o fornecedor AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA pelo valor de R\$ 93.135,0000 (noventa e três mil cento e trinta e cinco reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 13/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 12 - LOTE 12 - ITEM 14**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim	0,0000	60.984,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060325	LINHA 14 - REASSENTAMENTO SANTO EXPEDITO - VESPERTINO. TRAJETO: FINAL DO REASSENTAMENTO - ESTRADA STANK - ENTRADA APÓS STANK - ENTRADA RAUEN - FAZENDA SERGIO TAGLIARI - MARIA DO TIDE - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 88KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 14 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 18.480KM - 60% NÃO PAVIMENTADA E 40% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.	18480,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	60.984,0000	

O licitante AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 12 deste Pregão Presencial o fornecedor AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA pelo valor de R\$ 60.984,0000 (sessenta mil novecentos e oitenta e quatro reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 14/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 13 - LOTE 13 - ITEM 15**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim	0,0000	50.400,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060326	<u>LINHA 15 - REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER MATUTINO. TRAJETO: REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER - LOTE VICENTE, IGREJA, LOTE RAIMUNDO - ESTRADA GERAL - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 70% NÃO PAVIMENTADA E 30% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	10500,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	50.400,0000	

O licitante ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 13 deste Pregão Presencial o fornecedor ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME pelo valor de R\$ 50.400,0000 (cinquenta mil quatrocentos reais).



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 15/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 14 - LOTE 14 - ITEM 16**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim	0,0000	50.400,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060327	<u>LINHA 16 - REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER VESPERTINO. TRAJETO: REASSENTAMENTO NOVO AMANHECER - LOTE VICENTE, IGREJA, LOTE RAIMUNDO - ESTRADA GERAL - SC 457 - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 20 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 70% NÃO PAVIMENTADA E 30% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	10500,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	50.400,0000	

O licitante ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 14 deste Pregão Presencial o fornecedor ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME pelo valor de R\$ 50.400,0000 (cinquenta mil quatrocentos reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 16/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 15 - LOTE 15 - ITEM 17**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim	0,0000	62.328,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060328	<u>LINHA 17 - RIO CORRENTES/CADORITI - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: RIO CORRENTES/CADORITI - SC 457 - ENTRADA COOPERCAMPOS - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 56KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 11.760KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80 % PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	11760,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	62.328,0000	

O licitante SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 15 deste Pregão Presencial o fornecedor SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968 pelo valor de R\$ 62.328,0000 (sessenta e dois mil trezentos e vinte e oito reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 17/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 16 - LOTE 16 - ITEM 18**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim	0,0000	62.328,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060329	<u>LINHA 18 - RIO CORRENTES/CADOTI - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: RIO CORRENTES/CADORITI - SC 457 - ENTRADA COOPERCAMPOS - N M LEONIZA C. AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 56KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 11.760KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	11760,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	62.328,0000	

O licitante AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 16 deste Pregão Presencial o fornecedor AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA pelo valor de R\$ 62.328,0000 (sessenta e dois mil trezentos e vinte e oito reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 18/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 17 - LOTE 17 - ITEM 19**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim	0,0000	26.334,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060330	<u>LINHA 19 - CAMPO DA ROÇA DE CIMA - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: PONTE DIVISA SÃO CRISTÓVÃO - CAÇA E TIRO - RODOVIA ULISSES GABOARDI - N M ALIRIO L. DE ALMEIDA - N M TEREZA LEOMOS PRETO - E E B SOLON ROSA - RETORNO. PERCURSO: 22KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.620KM - 25% NÃO PAVIMENTADA E 75% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	4620,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	26.334,0000	

O licitante AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 17 deste Pregão Presencial o fornecedor AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA pelo valor de R\$ 26.334,0000 (vinte e seis mil trezentos e trinta e quatro reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 19/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 18 - LOTE 18 - ITEM 20**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1090	NERI DE JESUS	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim	0,0000	26.334,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060331	<u>LINHA 20 - SÃO LUIZ B - VESPERTINO (MONITOR OBRIGATÓRIO) TRAJETO: AREIÃO - COHAB II - BAIRRO SÃO FRANCISCO - ESQUINA CORPO DE BOMBEIROS - E E B SOLON ROSA - RETORNO. PERCURSO: 22KM. PERÍODO DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.620KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	4620,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	26.334,0000	

O licitante AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 18 deste Pregão Presencial o fornecedor AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA pelo valor de R\$ 26.334,0000 (vinte e seis mil trezentos e trinta e quatro reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 20/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 19 - LOTE 19 - ITEM 21**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim	0,0000	21.546,0000
879	ALCEU DE MELO ME	Sim	0,0000	21.546,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060332	<u>LINHA 21 - ÁREA INDUSTRIAL - MATUTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: UNC - TREVO CHARRUA - ENTRADA PRÓXIMO AO CIAMA - BROCHMANN POLIS - EXPOCENTRO - AV. LIONS - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - RETORNO. PERCURSO: 18KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO. 3.780 KM - 10% NÃO PAVIMENTADA E 90% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	3780,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	21.546,0000	
1	ALCEU DE MELO ME	21.546,0000	
1	ALCEU DE MELO ME	Desistiu	21.546,0000
1	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	21.545,9900	

O licitante SONIA DE FATIMA VIEIRA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 19 deste Pregão Presencial o fornecedor SONIA DE FATIMA VIEIRA ME pelo valor de R\$ 21.546,0000 (vinte e um mil quinhentos e quarenta e seis reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 21/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 20 - LOTE 20 - LINHA 22**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim	0,0000	57.876,0000
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim	0,0000	57.876,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060333	<u>LINHA 22 REASSENTAMENTO BELA VISTA - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: REASSENTAMENTO LADO DIREITO E LADO ESQUERDO - ENTRADA DA MAESA - COINCO - ESTRADA SÃO JOSÉ DO CERRITO - TREVO BR 470 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E EB CASIMIRO DE ABREU - RETORNO.</u>	10920,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	57.859,0000	
1	ALCEU DE MELO ME	Desistiu	57.876,0000

O licitante SONIA DE FATIMA VIEIRA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 20 deste Pregão Presencial o fornecedor SONIA DE FATIMA VIEIRA ME pelo valor de R\$ 57.766,8000 (cinquenta e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).





ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 22/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 21 - LOTE 21 - ITEM 23**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim	0,0000	26.334,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2060334	<u>LINHA 23 - SÃO LUIZ A - MATUTINO (MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: POSTO CAPITAL - AV. LEOBERTO LEAL - CENTRO - SÃO LUIZ - AREIÃO - COHAB II - SÃO FRANCISCO - CORPO DE BOMBEIROS - E E B SOLON ROSA - RETORNO. PERCURSO: 22 KM. PERÍODO DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 4.620KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80 % PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	4620,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALCEU DE MELO ME	26.334,0000	

O licitante ALCEU DE MELO ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 21 deste Pregão Presencial o fornecedor ALCEU DE MELO ME pelo valor de R\$ 26.334,0000 (vinte e seis mil trezentos e trinta e quatro reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 23/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 22 - LOTE 22 - ITEM 24**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim	0,0000	36.456,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062015	<u>LINHA 24 - MADEMAQ - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: MADEMAQ - BR 470 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 31 KM. PERÍODO: DE 2ª A 3ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 6.510KM - 10% NÃO PAVIMENTADA E 90% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	6510,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ALCEU DE MELO ME	36.456,0000	

O licitante ALCEU DE MELO ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 22 deste Pregão Presencial o fornecedor ALCEU DE MELO ME pelo valor de R\$ 36.456,0000 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 24/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 23 - LOTE 23 - ITEM 25**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não	0,0000	48.384,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062016	<u>LINHA 25 - CERRO ALEGRE - SANTA CRUZ - VESPERTINO. TRAJETO: CERRO ALEGRE - ENTRADA JEGUE - CAMARGO - LOMBA - ENTRADA USINA - N M ARISTILIANO - RETORNO. PERCURSO: 48KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 19 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ ANO: 10.080KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	10080,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	JOSÉ RONALDO ORTIZ	48.384,0000	

Não existindo lances melhores para esse lote, o pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 23 deste Pregão Presencial, o fornecedor JOSÉ RONALDO ORTIZ, cuja situação estava "Não credenciado" para a etapa de lances, porém, vencedor obtendo o melhor proposta deste lote pelo valor de R\$ 48.384,0000 (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e quatro reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 25/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 24 - LOTE 24 - ITEM 26**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim	0,0000	29.400,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062017	<u>LINHA 26 - LAGOINHA - CAMPO DA ROÇA DE BAIXO - VESPERTINO. TRAJETO: FAZENDA PITA - IGREJA LAGOINHA - FAZENDA CLAUDIO - N M ALÍRIO L. DE ALMEIDA - PROXIMIDADES - E E B CASIMIRO DE ABREU - N M TERESA LEMOS PRETO - APAE - RETORNO. PERCURSO: 35KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 7.350KM - 75% NÃO PAVIMENTADA E 25% PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	7350,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	29.400,0000	

O licitante ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 24 deste Pregão Presencial o fornecedor ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982 pelo valor de R\$ 29.400,0000 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 26/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 25 - LOTE 25 - ITEM 27**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim	0,0000	35.280,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062018	<u>LINHA 27 - PASSO DA Balsa - Vespertino. Trajeto: PASSO DA Balsa - Entradas N M Aristilhiano - Retorno. Percurso: 42KM. Período: de 2ª a 6ª feira. Capacidade: Transporte com veículo de no mínimo 15 lugares. Percurso total/ano: 8.820KM - 100% não pavimentada. Nº de dias letivos: 210 dias.</u>	8820,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	35.280,0000	

O licitante NERINO DIAS DE OLIVEIRA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 25 deste Pregão Presencial o fornecedor NERINO DIAS DE OLIVEIRA pelo valor de R\$ 35.280,0000 (trinta e cinco mil duzentos e oitenta reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 27/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 26 - LOTE 26 - ITEM 28**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim	0,0000	77.910,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062019	<u>LINHA 28 - XAXIM - ASSENTAMENTO 1º DE MAIO - VESPERTINO ( MONITOR OBRIGATÓRIO). TRAJETO: XAXIM - ESCOLA 1 DE MAIO - SC 457 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - SANTA TEREZINHA - RETORNO. PERCURSO: 70KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 45 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 14.700KM - 20% NÃO PAVIMENTADA E 80%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS.</u>	14700,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	77.910,0000	

O licitante RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 26 deste Pregão Presencial o fornecedor RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902 pelo valor de R\$ 77.910,0000 (setenta e sete mil novecentos e dez reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 28/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 27 - LOTE 27 - ITEM 29**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim	0,0000	67.536,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062020	<u>LINHA 29 - CERRO ALEGRE - VESPERTINO. TRAJETO: ENCRUZILHADA JOAQUINA - ESCOLA INÁCIO - ESTRADA DO CERRO - SC 457 - E E B SOLON ROSA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES DO E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 67KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 19 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 14.070KM - 95% NÃO PAVIMENTADA E 5%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	14070,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NERI DE JESUS	67.536,0000	

O licitante NERI DE JESUS declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 27 deste Pregão Presencial o fornecedor NERI DE JESUS pelo valor de R\$ 67.536,0000 (sessenta e sete mil quinhentos e trinta e seis reais).



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 29/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 28 - LOTE 28 - ITEM 30**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim	0,0000	33.600,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062021	<u>LINHA 30 - FAZENDA BUTIÁ - VESPERTINO. TRAJETO: ASSOCIAÇÃO AGAFI - ENCRUZILHADA DO KAORU - ITALIA - ENCRUZILHADA JAIRO - SC 457 - PROXIMIDADES DA PREFEITURA - N M TERESA LEMOS PRETO - RETORNO. PERCURSO: 40KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 08 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 8.400KM - 65% NÃO PAVIMENTADA E 35%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	8400,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	33.600,0000	

O licitante VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 28 deste Pregão Presencial o fornecedor VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA pelo valor de R\$ 33.600,0000 (trinta e três mil e seiscentos reais).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 30/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 29 - LOTE 29 - ITEM 31**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim	0,0000	44.100,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062022	<u>LINHA 31 - DISTOCA - BASTIÃO IBAMA - VESPERTINO. TRAJETO: FAZENDA CAMARGO - BARRAÇÃO BENONI - DISTOCA - ENTRADA BASTIÃO IBAMA - N M TERESA LEMOS PRETO - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. PERCURSO: 50KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.500KM - 75% NÃO PAVIMENTADA E 25%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	10500,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	44.100,0000	

O licitante MARCELO FOGAÇA DA ROCHA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 29 deste Pregão Presencial o fornecedor MARCELO FOGAÇA DA ROCHA pelo valor de R\$ 44.100,0000 (quarenta e quatro mil e cem reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 31/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 30 - LOTE 30 - ITEM 32**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim	0,0000	41.769,0000
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim	0,0000	41.769,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062023	<u>LINHA 32 - FAZENDA DO BUTIÁ - MATUTINO. TRAJETO: MATADOURO - IGREJA DO BUTIÁ - ELVIRA - PIRAPORA - N M LEONIZA C AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 51KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 08 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 10.710KM - 90% NÃO PAVIMENTADA E 10%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	10710,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NELCI SCOLARO GUETTEN	41.768,0000	
1	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	41.767,0000	
2	NELCI SCOLARO GUETTEN	Desistiu	41.768,0000

O licitante ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 30 deste Pregão Presencial o fornecedor ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA pelo valor de R\$ 41.661,9000 (quarenta e um mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa centavos).

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Página: 32/34

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 31 - LOTE 31 - ITEM 33**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1090	NERI DE JESUS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim	0,0000	35.217,0000
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim	0,0000	35.217,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062024	<u>LINHA 33 - FAZENDA DO BUTIÁ II - VESPERTINO. TRAJETO: MATADOURO - IGREJA DO BUTIÁ - ENCRUZILHADA JAIRO - PIRAPORA - N M LEONIZA C AGOSTINI - RETORNO. PERCURSO: 43KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 08 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 9.030KM - 90% NÃO PAVIMENTADA E 10%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	9030,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	NELCI SCOLARO GUETTEN	35.216,0000	
1	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Desistiu	35.217,0000

O licitante NELCI SCOLARO GUETTEN declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 31 deste Pregão Presencial o fornecedor NELCI SCOLARO GUETTEN pelo valor de R\$ 35.126,7000 (trinta e cinco mil cento e vinte e seis reais e setenta centavos).

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 33/34

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Data: 13/01/2016

Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 32 - LOTE 32 - ITEM 34**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim	0,0000	28.224,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
2062025	<u>LINHA 34 - ASSENTAMENTO HERDEIROS DO CONTESTADO - VESPERTINO. TRAJETO: ESCOLA MACHADO DE ASSIS - N M LAURO ANTONIO DA COSTA - RETORNO. RETORNO. PERCURSO: 32KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 6.720KM - 100% NÃO PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 210 DIAS</u>	6720,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	28.224,0000	

O licitante TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 32 deste Pregão Presencial o fornecedor TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME pelo valor de R\$ 28.224,0000 (vinte e oito mil duzentos e vinte e quatro reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 34/34  
 Data: 13/01/2016  
 Processo: 55/2015

**Edital de Pregão Presencial Nº 55**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2016**

**LOTE 33 - LOTE 33 - ITEM 35**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
11	VANILDA TEREZINHA VELTER DE ALMEIDA	Sim		
25	ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13320	RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA 10398930902	Sim		
1088	MARCELO FOGAÇA DA ROCHA	Sim		
28	MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME	Sim		
26	ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA	Sim		
13318	ALCIR DE MELO & CIA LTDA - ME	Sim		
13317	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	Sim		
13322	NERINO DIAS DE OLIVEIRA	Sim		
12	ADRIANO ALVES TRANSPORTE ME	Sim		
671	EDGAR ALVES DOS SANTOS	Sim		
13319	SILVANA APARECIDA ROCHA MELO 70197350968	Sim		
1090	NERI DE JESUS	Sim		
879	ALCEU DE MELO ME	Sim		
1092	JOSÉ RONALDO ORTIZ	Não		
24	SONIA DE FATIMA VIEIRA ME	Sim		
13321	ANTONIO CARLOS GUETTEN 62324080982	Sim		
881	VALDERI DE SOUZA & CIA LTDA ME	Sim		
880	NELCI SCOLARO GUETTEN	Sim		
9	AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA	Sim		
1256	MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI	Sim		
27	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	Sim	0,0000	95.400,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
2062026	LINHA 35 - SANTA CRUZ DO PERY II - NOTURNO TRAJETO: SANTA CRUZ DO PERY - ENTRADA USINA - LOMBA - PONTE CANOAS - SC 457 - UNS - E E B SANTA TEREZINHA - PROXIMIDADES E E B CASIMIRO DE ABREU - RETORNO. RETORNO. PERCURSO: 90KM. PERÍODO: DE 2ª A 6ª FEIRA. CAPACIDADE: TRANSPORTE COM NO MÍNIMO 15 LUGARES. PERCURSO TOTAL/ANO: 23.850KM - 85% NÃO PAVIMENTADA E 15%PAVIMENTADA. Nº DE DIAS LETIVOS: 265 DIAS. OBS. INÍCIO DO ANO LETIVO JANEIRO DE 2015.	23850,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	95.400,0000	

O licitante TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 33 deste Pregão Presencial o fornecedor TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME pelo valor de R\$ 95.400,0000 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais).

Sobre a documentação dos licitantes: O PROPONENTE EDGAR ALVES DOS SANTOS (671) DEIXOU DE APRESENTAR A CERTIDÃO DE REGULARIDADE MUNICIPAL SENDO CONSIDERADO INABILITADO, FICANDO CONSIDERADO VENCEDOR DO LOTE Nº 04 A PROPONENTE MARIA FERREIRA DOS SANTOS MEI (1256) NO VALOR DE SEU ÚLTIMO LANCE. AS DEMAIS PROPONENTES APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL. FICA APRAZADO 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AOS ITEM 6.7 ALÍNEA B) A J) PARA AS PROPONENTES: ALUIR NOVAKOSKI DE PAULA - ME; AUTO VIAÇÃO TRANSVIOLA LTDA - ME; ALCIR DE MELO & CIA LTDA; NERI DE JESUS; SILVANA APARECIDA ROCHA MELO; ALCEU DE MELO - ME; RUDIERY CHRISTIAN REIS DE PAULA; MARIA FERREIRA DOS SANTOS; ADRIANO ALVES TRANSPORTES - ME; MARCOS ANTONIO DA SILVA - TRANSPORTE ESCOLAR - ME; NERIDO DIAS DE OLIVEIRA; MARCO ANTONIO ALVES

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos lotes, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 16:01 horas do dia 13 de Janeiro de 2016, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

DIEGO SEBEM WORDELL

- .....Pregoeiro

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### ADITIVOS DE CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 021/2015.  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratado: CDIP – Clínica diagn. p/ imagem sul Ltda.  
Objeto: Contratação de clínica médica para fornecimento de serviços para realização de exames de ressonância magnética para o Fundo Municipal de Saúde. Origem: Pregão 054/2015 Vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. - Dionísio Cerqueira 30/12/2015  
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2015 Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira  
Contratado: Jair Haefliger  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção e conservação do Parque Turístico Ambiental e Prefeitura Municipal – Origem: CV 033/2015 PMDC - Valor R\$ 30.250,00 vigência: 19/01/16 à 19/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 13/01/2016  
Flavio Berté – Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2013  
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira  
Contratado: Adão Jorge Fortes  
Objeto: Locação de imóvel com acessibilidade e adequada para implantação do Centro de estoque, controle e Distribuição de mercadorias e Patrimônio– Origem: DL 098/2013 PMDC - Valor R\$ 15.048,00 vigência: 22/01/16 à 21/12/2016.  
Dionísio Cerqueira -- 13/01/2016  
Flavio Berté – Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
CONTRATO Nº 002/2016  
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira  
Contratado: Trsis Rural Ltda  
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de locação e cessão de uso do sistema Trrural - versão Ameosc (a versão Ameosc é de uso exclusivo para os Municípios do Extremo Oeste Catarinense). destinada para o gerenciamento da produção primária Municipal de Dionísio Cerqueira - SC. Origem: AF 041 -.Valor R\$ 3.214,80 vigência: 01/01/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 30/12/2015  
Altair Rittes – Prefeito Municipal

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 006/2016. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria da Educação Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 27/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 13/01/2016  
Flavio Berté – – Prefeito Municipal Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 007/2016. Objeto: Aquisição de Rôçadeira e Pulverizador para a Secretária de Obras. Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 27/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 13/01/2016  
Flavio Berté – – Prefeito Municipal Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 001/2016. Objeto: Aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 28/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 13/01/2016  
João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 002/2016. Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 29/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 13/01/2016  
João Stahl – Gestor do FMS



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO Nº. 1938

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1938/2015

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 06/2015

As 14:00 horas do dia 08 de dezembro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura dos envelopes das propostas de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSOR JURÍDICO COM CARGA HORÁRIA DE 10 HORAS SEMANAIS.

No horário marcado para realização da abertura e credenciamento do processo Licitatório, nenhuma proponente compareceu para a participação do certame, sendo assim o processo Licitatório foi considerado Deserto, com isso, a comissão de Licitação encaminhou para o Prefeito Municipal para Decretar o encerramento do processo.

Findos os trabalhos de habilitação, o presidente da comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Presidente da comissão	Membro da comissão

De Acordo:

### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1937/2015

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1937/2015

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 26/2015

As 14:00 horas do dia 12 de janeiro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DE USO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: MARIVONE PRASNISKI ZANLUCHI 93783698987.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado o seguinte proponente:

ITENS	QUANT	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT.
01	12	MARIVONE	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 300,00
02	12	MARIVONE	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	R\$ 300,00
03	12	MARIVONE	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DA SECRETARIA DA SAUDE	R\$ 1.400,00

Sendo um valor total de R\$ 24.000,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1939/2015

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1939/2015

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 27/2015

As 14:00 horas do dia 13 de janeiro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DE GESTÃO DA SAÚDE. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado:.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, sendo que nenhuma empresa ME e EPP compareceu para a participação do processo,

e pelo princípio da economicidade, foi aceito a participação da empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a proponente INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA como vencedora conforme itens abaixo:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	Unit.	1	Conversão, Instalação, implantação, Treinamento (06 horas) e configuração e parametrização dos Softwares e hardware (Pacote Básico).	500,00
2	Unit.	1	Conversão, Instalação, implantação, Treinamento (06 horas) e configuração e parametrização dos Softwares e hardware.(Integração E-Sus).	500,00
3	Mensal	12	Locação e manutenção mensal do Sistema de Gestão da Saúde (Pacote Básico).	650,00
4	Mensal	12	Locação e manutenção mensal do Sistema de Gestão da Saúde. (Integração e-Sus)	200,00
5	Hora	50	Hora Técnica	80,00
6	Um.	10	Deslocamento diário	180,00

Sendo um valor total de R\$ 17.000,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 11/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 11/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 01/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

**OBJETO.** A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS E PROVINIENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ATRAVES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITARIO EM AREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 04 de janeiro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

**DATA:** Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

**LEGISLAÇÃO:** A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH	DIOGO DE BEM
CPF: 552.299.809-15	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO	PRESIDENTE DA COMISSÃO

### CONTRATO Nº. 06/2016

CONTRATO Nº. 06/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Nestor Storch, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa MARIVONE PRASNISKI ZANLUCHI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.057.550/0001-99, com sede na Linha Barra do Tarairas na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representada pela Sra. Marivone Prasniski Zanluchi, inscrita no CPF sob o nº. 937.836.989-87, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no edital do processo licitatório nº. 1937/2015 na modalidade de pregão presencial nº. 26/2015, que tem por

objeto AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DE USO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, na qual a contratada como vencedora se compromete a entregar os Serviços conforme itens abaixo:

ITENS	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT.
01	12	SERVIÇO	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 300,00
02	12	SERVIÇO	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	R\$ 300,00
03	12	SERVIÇO	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DA SECRETARIA DA SAUDE	R\$ 1.400,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato administrativo será contado a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016. As quantidades descritas na Clausula primeira são a título estimativo.

#### CLAUSULA TERCEIRA – A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

As roupas deverão ser retiradas para lavagem nos Setores designados acima, e entregues limpas no dia seguinte.

#### CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos Serviços será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da realização dos Serviços mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

A critério da contratante poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da contratada.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados os Seguintes Funcionários:

Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus.

Diretor de Esportes – Rodrigo de Freitas Noronha

A fiscalização será exercida no interesse da administração municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou conseqüências que venham a ocorrer em razão do uso dos Serviço se, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos Serviços a empresa fornecedora será notificada para proceder à substituição dos mesmos no prazo de 24 horas contados de sua realização.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas deste contrato, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.99.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Projeto atividade:

103010012.2.016000 – Manutenção das atividades de Saúde Publica.

041220004.2.004000 - Manutenção atividades de Adm. Geral do Município.

278120007.2.010000 - Manutenção de atividades Depto de Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos Serviços apresentados nas propostas não serão reajustados;

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Atender as requisições do município fornecendo os Serviços vencidos na licitação nos preços constantes de sua proposta;

B – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

C – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que

seus empregados não manterão nenhum vínculo com o município;

D – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

E – Responderá a Contratada em relação a terceiros pelos danos que os Serviços por ela fornecidos causarem a terceiros, na forma da Lei.

F – Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre os Serviços fornecidos.

G – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS (5%) e INSS (11%).

#### CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Uma vez firmada a contratação, o município se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a qualidade dos Serviços entregues ao município comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste contrato procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito;

II – multas:

A – De 1% por dia de atraso, calculado sobre o valor Unitário por Item do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total compreendido pelo prazo contratual;

B – De 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C – De 5% sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D – De 10% sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o serviço não ser executado a partir da data apazada.

§ 1º - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 2º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

I – O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já fornecidos, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

III – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

A – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;

B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;

C – A lentidão do seu cumprimento;

D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

E – A decretação da falência ou instauração da insolvência civil da licitante vencedora;

F – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

G – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;

H – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

I – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

J – O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, consolidada, Pelo edital do processo licitatório nº 1937/2015 na modalidade Pregão Presencial nº. 26/2015, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência da contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH		MARIVONE PRASNISKI ZANLUCHI
CPF: 552.299.809-15		CPF: 937.836.989-87
CONTRATANTE		CONTRATADO

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**DECRETO Nº. 06/2016**

DECRETO nº. 06/2016

Licitação Deserta, Processo Licitatório nº. 1938/2015, e dá outras providências.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o processo Licitatório em motivo de a mesma ser Deserta, pelo fato de nenhuma proponente se apresentar a disputa no dia marcado para a abertura do processo Licitatório nº. 1938/2015, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE ASSESSOR JURÍDICO COM CARGA HORÁRIA DE 10 HORAS SEMANAIS.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 08 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal em exercício	Secretario de Administração

**DECRETO Nº. 07/2016**

DECRETO nº. 07/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1937/2015, e dá outras providências.

NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 152/2015, sobre o processo de licitação nº. 1937/2015, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DE USO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

MARIVONE PRASNISKI ZANLUCHI	R\$ 24.000,00
-----------------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração



# Forquilha

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 141/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 141/2015  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 242/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RAC SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL  
PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, e destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, do município de Forquilha/SC.

DO VALOR – O valor contratado sofrerá um reajuste de 10,96% (índice INPC acumulado no período), passando o valor unitário de 94,50 (noventa e quatro reais e cinquenta centavos) para R\$ 104,85 (cento e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Desta forma fica acrescido o valor de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais) para o exercício de 2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de dezembro de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 197/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2016  
(Referente Pregão Presencial nº. 197/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI CNPJ/MF nº 18.550.393/0001-72 estabelecida na Rua Alameda Ascendino Moraes de Sa, em Araranguá, doravante denominada DETENTORA DA ATA neste ato representada pelo Sr. Sergio José Carminatti, brasileiro, CI 1.324.778, CPF 458.244.019-34, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 197/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças e reforma geral, pintura e chapeação de veículos tipo 'ônibus', por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.



7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa,

autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito

ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegura o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 197/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei

Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 11 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Sergio José Carminatti

CPF: 458.244.019-34;

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 169/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, A SER EXECUTADA NA RUA JOSEPHINA LODETTI VASSOLER, BAIRRO SANTA CRUZ, FORQUILHINHA-SC, CONFORME CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO, ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC, DE ACORDO COM O PROGRAMA BADESC CIDADES.

Às nove horas do dia treze do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, CONSTRUTORA NUNES LTDA, BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES AS. Os preços apresentados foram: COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, R\$ 1.425.366,45 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos); CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, R\$ 1.595.552,21 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos); CONSTRUTORA NUNES LTDA, R\$ 1.516.397,60 (um milhão quinhentos e dezesseis mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos); BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, R\$

1.590.927,74 (um milhão quinhentos e noventa mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos); SETEP CONSTRUÇÕES SA, R\$ 1.451.580,46 (um milhão quatrocentos e cinquenta e um mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos). O menor preço global apresentado foi da empresa COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta, pertencente à empresa e certificou-se que está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 13 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRA

Jardel Schuelter Vandersen

## **AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 04/PMF/2016**

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 04/PMF/2016.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo A contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação asfáltica e drenagem na Rua Da Liberdade (extensão de 173,87 metros) e na Rua Rui Barbosa (extensão de 244,16 metros), localizadas no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha/SC, conforme Ofício nº. 541/2015 emitido pela Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados do Estado de Santa Catarina e Programa Transferência nº. 2015004656 publicado no SIGEF.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de fevereiro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 13 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

## **EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA DO TIPO MELHOR TÉCNICA Nº. 05/PMF/2016**

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo melhor técnica Nº. 05/PMF/2016.

OBJETIVO: DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS - Constitui o objeto da presente licitação a seleção de projetos industriais para serem instalados em uma área de terra correspondente ao Lote nº 02 do Núcleo Industrial II, do bairro Santa Líbera, localizado na Rua 126, com área total de 46.354,16m<sup>2</sup> (quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e quatro metros e dezesseis centímetros quadrados), devidamente matriculado sob nº 5.950 do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, município de Forquilha, através de doação com encargos, nos termos da Lei nº 2.135, de 12 de novembro de 2015, e da Lei nº 2.149, de 02 de dezembro de 2015

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de março de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 13 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitações

## **ERRATA - CONCORRÊNCIA Nº. 169/PMF/2015**

### **ERRATA - RETIFICAÇÃO DA SEGUNDA ATA**

### **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 169/PMF/2015**

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a segunda ata da Concorrência Nº. 169/PMF/2015, publicada neste veículo de comunicação no dia 12/01/2016 edição nº 1908, Concorrência Nº. 169/PMF/2015 que tem por objetivo a contratação de empresa, para prestação de serviços de pavimentação asfáltica, a ser executada na Rua Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha-SC, conforme contrato de operação de crédito, estabelecido entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesc Cidades. A retificação da publicação conforme segue:

A retificação da ata se dá, devido a um erro de digitação, como se segue:

ONDE SE LÊ: ... Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, CREMA ENGENHARIA LTDA, CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, CONSTRUTORA NUNES LTDA, BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES AS...

LEIA-SE: ... Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, CONSTRUTORA NUNES LTDA, BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES AS...

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 84/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 84/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CENTRO DE REABILITAÇÃO HUMANA DO VALE DO ARARANGUÁ

OBJETO – Prestação de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil) para o exercício de 2016, sendo distribuídos entre os credenciados.

VIGÊNCIA – de 01/01/2016 a 31/12/2016.

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (15).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 37/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 24 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 85/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 85/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ASSOCIAÇÃO ANTI ALCOOL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE APOIO AS FAMÍLIAS DO EXTREMO SUL CATARINENSE

OBJETO – Prestação de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) para o exercício de 2016, sendo distribuídos entre os credenciados.

VIGÊNCIA – de 01/01/2016 a 31/12/2016.

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (15).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 37/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 24 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 86/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 86/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CENTRO DE TRATAMENTO DE ADICÇÕES - CENTRAD

OBJETO – Prestação de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, que ofereçam atendimento para internações: voluntária, involuntária, e compulsória, para o exercício de 2016

VALOR – R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) para o exercício de 2016, sendo distribuídos entre os credenciados.

VIGÊNCIA – de 01/01/2016 a 31/12/2016.

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (15).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 37/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 24 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 202/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 202/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – CLEBER ALEXANDRE DA SILVA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução de serviços de assessoria em Engenharia de Segurança do Trabalho na Prefeitura Municipal de Forquilha, durante o exercício de 2016.

VALOR – R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA – 04/01/2016 até 31/12/2016

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº.199/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 29 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2016-SF**

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0001/2016 – SF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0003/2016  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2016, para contratação de serviços de manutenção e atualização mensal do site da SANEFRAI [www.sanefrai.sc.gov.br](http://www.sanefrai.sc.gov.br) no valor total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) e será pago em 12 parcelas de R\$ 300,00 (trezentos reais), com vigência de 13.01.2016 a 31.12.2016, com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Empresa contratada: Revolucion Serviços de Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob. nº 09.484.316/0001-70. Fraiburgo(SC), 13 de janeiro de 2016.

Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005\_2016-PMF**

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0005/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0014/2016  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0005/2016, para contratação de serviços de manutenção e atualização mensal do site municipal [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br), no valor total de R\$ 4.248,00 (quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais) e será pago em 12 parcelas de R\$ 354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais), com vigência de 13.01.2016 a 31.12.2016, com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Empresa contratada: Revolucion Serviços de Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob. nº 09.484.316/0001-70.

Fraiburgo(SC), 13 de janeiro de 2016.

Ivo Biazzolo – Prefeito Municipal

### **AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0003 - DOM**

AVISO DE REPUBLICAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0003/2015 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0214/2015-PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, MEDIANTE CONCESSÃO, CONDICIONADA A OUTORGA ONEROSA. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA. TIPO: MAIOR OFERTA E MELHOR TÉCNICA. PROTOCOLO DOS ENVELOPES: OBRIGATORIAMENTE ATÉ AS 14:00 HORAS DO DIA 01/03/2016. ABERTURA DO CERTAME: NO MESMO DIA ÀS 14:15 HORAS. O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, NA AV. RIO DAS ANTAS, Nº 185. INFORMAÇÕES FONE (49) 3256-3000 – RAMAIS 3023/3039. E-MAIL: [COMPRAS@FRAIBURGO.SC.GOV.BR](mailto:COMPRAS@FRAIBURGO.SC.GOV.BR).

FRAIBURGO(SC), 13 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001\_2016-FME RP 0001**

Aviso do Pregão Presencial nº 0001/2016 – FME

Registro de Preços Nº 0001/2016 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais esportivos para uso nas competições promovidas pela Fundação Municipal de Esportes, durante os meses de fevereiro a julho de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a julho de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 04.02.2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de janeiro de 2016.

Ivo Biazzolo – Prefeito

### **DECRETO Nº 007/2016**

DECRETO Nº 007, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0002-000 DA QUADRA 282, COM 81.872,467M², DE PROPRIEDADE DE AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazzolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 2448/2015, fica aprovado o Desmembramento do Lote nº 0002-000 da quadra 282, com área de 81.872,467m², matriculado sob nº 0577, no Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, de propriedade de Agrícola Fraiburgo S/A, inscrita no CNPJ sob nº 86.548.724/0001-90, situado na Av. Videira, Bairro São Sebastião, conforme abaixo descrito:

a) A área desmembrada 01 com 8.639,949m², com as benfeitorias medindo 470,96m², será cadastrada neste município como lote nº 0002-001 da quadra 282;

b) A área desmembrada 02 com 5.117,302m², será cadastrada neste município como lote nº 0002-002 da quadra 282;

c) A área remanescente 68.115,216m², com as benfeitorias medindo 1.109,35m², permanecerá como lote 0002-000 da quadra 282.

Art. 2º - Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, os lotes serão classificados como ZII-1 (Zona de Interesse Industrial Um), respeitando as áreas não edificáveis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO(SC), 13 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015**

RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 AO  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

OSNY BATISTA ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que a Retificação nº 01/2016 ao Edital de Concurso Público nº 02/2015, conforme segue:

I – A comissão de fiscalização e Banca Executora do referido Concurso Público decidem que os candidatos aos cargos que possuem provas de títulos poderão, além do envio via Correios, realizar a entrega do envelope com os documentos para prova de títulos no mesmo horário e dia de Realização da Prova Escrita. Os candidatos que deixarem o local de provas não poderão retornar para efetuar a entrega dos comprovantes de títulos.

II – Lembramos que o envelope e os documentos para prova de títulos que forem entregues no mesmo horário e dia de Realização da Prova Escrita deverão seguir as mesmas regras do Anexo IV do edital.

III – Os demais itens do edital seguem inalterados.

Prefeitura Municipal de Frei Rogério, 07 de janeiro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal de Frei Rogério

### **RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016**

RETIFICAÇÃO Nº 01/2016 AO  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

OSNY BATISTA ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a Retificação nº 01/2016 ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2016, conforme segue:

I – A comissão de fiscalização e Banca Executora do referido Concurso Público decidem que os candidatos aos cargos que possuem provas de títulos poderão, além do envio via Correios, realizar a entrega do envelope com os documentos para prova de títulos no mesmo horário e dia de Realização da Prova Escrita. Os candidatos que deixarem o local de provas não poderão retornar para efetuar a entrega dos comprovantes de títulos.

II – Os documentos para prova de títulos que forem entregues no mesmo horário e dia de Realização da Prova Escrita poderão, somente nesse caso, serem cópias simples acompanhada dos originais para conferência.

III – Os demais itens do edital seguem inalterados.

Prefeitura Municipal de Frei Rogério, 07 de janeiro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO

# Garopaba

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 008/2016; IL nº. 001/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: JEDSON DE MORAIS ME; CNPJ nº: 08.415.380/0001-37; Objeto: Locação de um stand da Prefeitura Municipal de Garopaba na 17ª festival Nacional do camarão que acontecerá nos dias 15 à 17 de janeiro de 2016 na cidade de Imbituba - SC; VALOR: R\$ 10.000,00 ( Dez mil reais); Data da Assinatura: 12/01/2016.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PE062/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 062/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de tintas para pinturas de ruas pavimentadas e materiais de sinalização de uso do setor de trânsito do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 26/01/2016. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 26/01/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 13 de janeiro de 2016.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PR029/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando Registro de preço para Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos tratores e implementos agrícolas alocados na Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba. Os documentos referentes ao

CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sítio a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 26/01/2016.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 26/01/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 13 de janeiro de 2016.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PR032/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preço, pretendendo a contratação de empresa para executar serviço de arbitragem em competições organizadas e apoiadas pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sítio a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13:55 min do dia 26/01/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 26/01/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 13 de janeiro de 2016.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **AVISO REABERTURA SESSÃO PÚBLICA PR028/2015**

AVISO REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que reabrirá a sessão pública do Pregão Presencial nº 028/2015, que tem por objeto a aquisição parcelada de uniforme para atender aos alunos da rede municipal de ensino, Ambulantes credenciados, Fiscais, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Funcionários das Secretarias Administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. A sessão será retomada a partir das 14h00min do dia 15/01/2016, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sítio a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba - SC.

Garopaba - SC, 13 de dezembro de 2015.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2016  
PMG

Ata nº. 002/2016; Processo nº.130/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: C J LEAL & CIA LTDA EPP; Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de postes de concreto de uso do setor da COSIP da Secretária de Infra Estrutura e Serviços urbanos de Garopaba. Valor: R\$ 72.542,50; Data da Assinatura: 13/01/2016.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016  
PMG

Ata nº. 003/2016; Processo nº.149/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: C J LEAL & CIA LTDA EPP; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para prestação de serviço de caminhão munck de uso do setor da COSIP da Secretária de Infra Estrutura e Serviços urbanos de Garopaba. Valor: R\$ 59.000,00; Data da Assinatura: 13/01/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

1. Contrato nº 002/2016. Processo nº 160/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATO: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº. 13.565.760/0001-98; Objeto: Contratação de empresa para executar obra de drenagem e pavimentação com pavimento rígido de concreto, de trecho da GRP496 no bairro Siriú, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Valor: R\$ 143.098,65 (cento e quarenta e três mil e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 13/01/2016.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 49/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 49/2014; Processo nº.118/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP; CNPJ: 13.565.760/0001-98; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 49/2014 por mais 08 (oito) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 30/06/2014.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 49/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 49/2014; Processo nº. 118/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. CNPJ: 13.565.760/0001-98. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar ao contrato nº 49/2014 o valor de R\$ 120.190,58 (cento e vinte mil cento e noventa reais e cinquenta e oito centavos) referente alterações promovidas no projeto, conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, devidamente autorizadas pela fiscalização e unidade gestora.; Data da Assinatura: 13/01/2016.

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 12/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**  
**MES DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	5.379.244,95
1.2 - ITBI	2.318.943,66
1.3 - ISS	2.920.646,17
1.4 - FPM	12.438.638,11
1.5 - IRRF	852.732,07
1.6 - ICMS	5.928.127,19
1.7 - IPI	94.339,33
1.8 - IPVA	2.021.176,99
1.9 - ITR	29.021,83
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	24.925,32
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.038.765,43
1.12 - Multas e Juros de Mora	204.510,71
<b>TOTAL</b>	<b>33.251.071,76</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	8.312.767,94
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	7.101.350,44
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	46.229,89
2.3 - Convênios	3.048.752,81
<b>TOTAL</b>	<b>18.509.101,08</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	4.107.245,75	3.976.022,75	-131.223,00
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	4.288.548,20	6.920.553,67	2.632.005,47
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	2.859.032,13	190.015,35	-2.669.016,78
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	4.205.522,19	4.482.165,67	276.643,48
3.5 - Convênios e Transferências	3.048.752,81	2.631.348,43	-417.404,38
<b>TOTAL</b>	<b>18.509.101,08</b>	<b>18.200.105,87</b>	<b>-308.995,21</b>

**OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.**

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 11 de janeiro de 2016.

**% APLICADO : 25,44%**

Aplicado a maior : 145.420,48

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 12/2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	5.379.244,95
1.2 - ITBI	2.318.943,66
1.3 - ISS	2.920.646,17
1.4 - FPM	11.782.529,79
1.5 - IRRF	852.732,07
1.6 - ICMS	5.928.127,19
1.7 - IPI	94.339,33
1.8 - IPVA	2.021.176,99
1.9 - ITR	29.021,83
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	24.925,32
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	1.038.765,43
1.12 - Multas e Juros de Mora	204.510,71
<b>TOTAL</b>	<b>32.594.963,44</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	4.889.244,52
2.2 - Rendimento de Aplicação	160.818,77
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	7.750.106,24
<b>TOTAL</b>	<b>12.800.169,53</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	4.889.244,52	8.843.565,64	3.954.321,12
3.2 - Convênios e Transferências	7.910.925,01	5.180.849,51	-2.730.075,50
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.800.169,53</b>	<b>14.024.415,15</b>	<b>1.224.245,62</b>

% aplicado = 27,13%

Aplicado a maior = 3.954.321,12

Garopaba, 11 de janeiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 12/2015**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.512.092,26	11.807,21
Pessoal Ativo	26.799.555,83	1.474,21
Pessoal Inativo e Pensionista	695.719,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	16.817,00	10.333,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.679.742,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	984.023,51	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	695.719,43	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>25.832.349,32</b>	<b>11.807,21</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.565.905,03	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>25.844.156,53</b>	<b>51,11</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.305.588,72	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	25.940.309,28	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.575.029,84	48,60

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RGF 2º SEMESTRE 2015 - ANEXO 01**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.512.092,26	11.807,21
Pessoal Ativo	26.799.555,83	1.474,21
Pessoal Inativo e Pensionista	695.719,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	16.817,00	10.333,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.679.742,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	984.023,51	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	695.719,43	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>25.832.349,32</b>	<b>11.807,21</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.565.905,03	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>25.844.156,53</b>	<b>51,11</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.305.588,72	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	25.940.309,28	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.575.029,84	48,60

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RGF 2º SEMESTRE 2015 - ANEXO 02**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.659.740,67</b>	<b>1.100.483,23</b>	<b>859.153,64</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.659.740,67	1.100.483,23	859.153,64
Interna	1.659.740,67	1.100.483,23	859.153,64
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>5.352.856,86</b>	<b>6.748.104,13</b>	<b>7.454.441,74</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.557.859,66	7.365.108,89	7.720.214,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	205.002,80	617.004,76	265.772,79
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-3.693.116,19</b>	<b>-5.647.620,90</b>	<b>-6.595.288,10</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>45.854.404,15</b>	<b>48.863.269,53</b>	<b>50.565.905,03</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,62%	2,25%	1,70%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-8,05%	-11,56%	-13,04%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>55.025.284,98</b>	<b>58.635.923,44</b>	<b>60.679.086,04</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>49.522.756,48</b>	<b>52.772.331,09</b>	<b>54.611.177,43</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.659.740,67</b>	<b>1.100.483,23</b>	<b>859.153,64</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	128.058,44	71.786,83	55.051,02
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	123.808,52	70.749,03	55.051,02
Previdenciárias	123.808,52	70.749,03	55.051,02
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	4.249,92	1.037,80	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.531.682,23	1.028.696,40	804.102,62

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	85.158,33	342.516,18	183.746,36
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.413.051,40	6.496.864,54	5.147.806,77

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>16.942.418,64</b>	<b>18.620.971,07</b>	<b>20.326.065,77</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	127.808,69	22.269,54	359.303,68
Investimentos	16.814.609,95	18.588.701,53	19.966.762,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>2.593,33</b>	<b>38.574,34</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-16.942.418,64</b>	<b>-18.620.971,07</b>	<b>-20.326.065,77</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:



**RGF 2º SEMESTRE 2015 - ANEXO 03**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>45.854.404,15</b>	<b>48.863.269,53</b>	<b>50.565.905,03</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>10.087.968,91</b>	<b>10.749.919,30</b>	<b>11.124.499,11</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>9.079.172,02</b>	<b>9.674.927,37</b>	<b>10.012.049,20</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RGF 2º SEMESTRE 2015 - ANEXO 04**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>104.908,64</b>	<b>104.908,64</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	104.908,64	104.908,64
Interna	104.908,64	104.908,64
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	104.908,64	104.908,64
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>50.565.905,03</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>104.908,64</b>	<b>0,21</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>8.090.544,80</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>7.281.490,32</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.539.613,35</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>104.908,64</b>	<b>0,21</b>

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

## RGF 2º SEMESTRE 2015 - ANEXO 05

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)				
		De Exercícios Anteriores	(b)							(c)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Alienação de Bens Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE COSIP FMSB - Exercício Anterior Multas de Trânsito Operação de Crédito Internas Recalculação de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação RECURSOS FUNDADA RECURSOS FUNDADA - Exercício Anterior Recursos FUNREBOM Remuneração de Depósitos Bancários Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB Transferência de Convênios - Educação Transferência de Convênios - Educação - Exercício Anterior Transferência de Convênios - Saúde Transferência de Instituições Privadas Transferência de Instituições Privadas - Exercício Anterior Transferência de Pessoas Transferência de Pessoas - Ex. Anterior Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação) Transferências do FUNDEB- 60% - Ex. Anterior Transferências do FUNDEB/FUNDEF - (aplicação em outras despesas) Transferências do FUNDEB/FUNDEF - (aplicação na remuneração)	891,38	0,00	0,00	0,00	0,00	891,38	0,00	0,00		
	193,32	0,00	0,00	0,00	0,00	193,32	0,00	0,00		
	21.322,83	0,00	898,32	0,00	696,94	19.728,57	17.878,68	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	133.711,43	0,00	0,00	0,00	0,00	133.711,43	41.680,42	0,00		
	2.382,96	0,00	0,00	15.682,88	0,00	(13.299,92)	77,48	0,00		
	148.478,19	0,00	29.196,15	0,00	36.118,29	84.163,75	80.607,48	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	20.148,04	0,00	0,00	0,00	0,00	20.148,04	20.148,04	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	227.488,87	0,00	0,00	0,00	0,00	227.488,87	0,00	0,00		
	29.101,28	0,00	0,00	0,00	0,00	28.919,78	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	3.454,16	0,00	0,00	0,00	0,00	3.454,16	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	146.719,13	0,00	615,40	2.965,29	188,38	142.950,06	27.621,86	0,00		
	402.749,11	0,00	639,16	0,00	0,00	402.109,95	188.893,23	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	1.381.403,44	1.322,78	0,00	374.256,67	0,00	1.005.823,99	2.821.558,62	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
50.799,16	0,00	0,00	0,00	0,00	50.799,16	50.799,16	0,00			
109.548,27	0,00	0,00	72.536,96	0,00	37.011,31	0,00	0,00			

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(e)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
VINCULADO - Fundeb 40% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADO : Transf. FNAS - Exercício Anterior	62.055,65	0,00	465,34	284,50	826,54	60.479,27	10.178,62	0,00	0,00
VINCULADO : Transf. FNDE - Exercício Anterior	2.243,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243,74	2.243,74	0,00	0,00
VINCULADO : Convênio Saúde	2.441.083,96	0,00	0,00	10.620,78	0,00	2.430.463,18	270.401,94	0,00	0,00
VINCULADO : Convênio Saúde - Exercício Anterior	49.502,41	0,00	0,00	0,00	0,00	49.502,41	0,00	0,00	0,00
Vinculado : FMSB	436,35	0,00	0,00	0,00	0,00	436,35	0,00	0,00	0,00
VINCULADO : Recursos RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADO : Recursos RPPS - Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADO : Transferências SUS	760.640,74	0,00	8.399,22	0,00	7.897,96	744.343,56	264.328,25	0,00	0,00
VINCULADO : Transferências SUS - Exercício Anterior	109.524,79	0,00	0,00	0,00	89,65	109.435,14	62.450,86	0,00	0,00
Vinculado: Alienação de Bens - Exercício Anterior	6.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.700,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADO: Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculado: Cosp - Exercício Anterior	985,81	0,00	0,00	0,00	0,00	985,81	0,00	0,00	0,00
Vinculado: Cota Parte da CIDE - Exerc. Anterior	870,00	0,00	870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculado: FUNREBOM Exercício Anterior	46.952,85	0,00	0,00	0,00	0,00	46.952,85	6.461,60	0,00	0,00
Vinculado: Multa de Trânsito - Exercício Anterior	144.304,26	0,00	166,60	100,08	0,00	144.037,58	14.733,42	0,00	0,00
Vinculado: Operação de Crédito - Exerc. Anterior	185,98	0,00	0,00	0,00	0,00	185,98	0,00	0,00	0,00
VINCULADO: Transferência de Convênios - Outros - Ex. Anterior	91.989,67	0,00	0,00	257,17	0,00	91.732,50	750,00	0,00	0,00
Vinculado: Transferência de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	6.395.867,78	1.322,78	113.787,15	404.167,37	44.998,26	5.831.592,22	3.880.813,40	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	255.314,23	0,00	68.870,74	0,00	48.136,16	138.307,33	132.685,22	0,00	0,00
Recursos Ordinários	993.059,66	0,00	76.700,02	16.699,77	73.091,48	826.568,39	709.177,18	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	71.709,03	0,00	5.092,10	0,00	17.520,46	49.096,47	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários - Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/3  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculado - 15% Saúde - Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculado: 15% Saúde - Ex. Anterior	4.263,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.263,83	4.263,83	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.324.346,75	0,00	150.662,86	16.699,77	138.748,10	1.018.236,02	846.126,23	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.720.214,53	1.322,78	264.450,01	420.867,14	183.746,36	6.849.828,24	4.726.939,63	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	20.326.065,77	0,00	0,00	0,00	0,00	20.326.065,77	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RGF 2º SEMESTRE 2015 - ANEXO 06**

**MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 2º Semestre de 2015**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		50.565.905,03	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		25.844.156,53	51,11
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		27.305.588,72	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		25.940.309,28	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-6.595.288,10	-13,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		60.679.086,04	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		11.124.499,11	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		104.908,64	0,21
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		8.090.544,80	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		3.539.613,35	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		4.726.939,63	6.849.828,24

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
 Prefeito Municipal

Ronye Paes  
 Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
 Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
 Tec. Cont. - CRC 19288

## RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 01

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		44.893.988,00	44.893.988,00	11.203.158,53	24,95	56.003.007,25	124,75	-11.109.019,25
RECEITAS CORRENTES		43.826.688,00	43.826.688,00	8.732.516,60	19,93	51.294.615,32	117,04	-7.467.927,32
RECEITA TRIBUTÁRIA		11.586.000,00	11.586.000,00	1.721.942,34	14,86	14.058.560,54	121,34	-2.472.560,54
IMPOSTOS		9.440.000,00	9.440.000,00	1.404.374,79	14,88	11.471.566,85	121,52	-2.031.566,85
TAXAS		2.145.000,00	2.145.000,00	317.567,55	14,81	2.586.993,69	120,61	-441.993,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.500.000,00	1.500.000,00	398.916,44	26,59	2.086.294,99	139,09	-586.294,99
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		550.000,00	550.000,00	164.239,09	29,86	639.380,40	116,25	-89.380,40
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		950.000,00	950.000,00	234.677,35	24,70	1.446.914,59	152,31	-496.914,59
RECEITA PATRIMONIAL		1.253.600,00	1.253.600,00	634.111,61	50,58	2.665.271,17	212,61	-1.411.671,17
RECEITAS MOBILIÁRIAS		10.000,00	10.000,00	240,00	2,40	4.036,51	40,37	5.963,49
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.243.600,00	1.243.600,00	614.871,61	49,44	2.641.046,06	212,37	-1.397.446,06
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,60	0,00	-1.188,60
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	-19.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		27.617.371,00	27.617.371,00	5.517.819,31	19,98	30.194.716,69	109,33	-2.577.345,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		27.368.371,00	27.368.371,00	5.471.916,18	19,99	30.108.643,40	110,01	-2.740.272,40
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	3.425,00	34,25	6.575,00
TRANSF. DE PESSOAS		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	3.100,00	15,50	16.900,00
TRANSF. DE CONV.		219.000,00	219.000,00	45.903,13	20,96	79.548,29	36,32	139.451,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.868.717,00	1.868.717,00	459.726,90	24,60	2.289.771,93	122,53	-421.054,93
MULTAS E JUROS DE MORA		382.117,00	382.117,00	111.347,21	29,14	611.474,66	160,02	-229.357,66
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		80.100,00	80.100,00	753,67	0,94	95.565,30	119,31	-15.465,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.381.500,00	1.381.500,00	337.811,02	24,45	1.453.844,24	105,24	-72.344,24
RECEITAS DIVERSAS		25.000,00	25.000,00	9.815,00	39,26	128.887,73	515,55	-103.887,73
RECEITAS DE CAPITAL		1.067.300,00	1.067.300,00	2.470.641,93	231,49	4.708.391,93	441,15	-3.641.091,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		31.000,00	31.000,00	104.908,64	338,41	104.908,64	338,41	-73.908,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		31.000,00	31.000,00	104.908,64	338,41	104.908,64	338,41	-73.908,64
ALIENAÇÃO DE BENS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.006.300,00	1.006.300,00	2.365.733,29	235,09	4.603.483,29	457,47	-3.597.183,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.006.300,00	1.006.300,00	2.365.733,29	235,09	4.603.483,29	457,47	-3.597.183,29
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		1.280.000,00	1.280.000,00	366.837,92	28,66	1.499.927,44	117,18	-219.927,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		46.173.988,00	46.173.988,00	11.569.996,45	25,06	57.502.934,69	124,54	-11.328.946,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	46.173.988,00	46.173.988,00	11.569.996,45	25,06	57.502.934,69	-11.328.946,69
DEFEIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	46.173.988,00	46.173.988,00	11.569.996,45	25,06	57.502.934,69	-11.328.946,69
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
	—	2.235.327,55	—	—	2.167.328,99	—
Superávit Financeiro	—	2.235.327,55	—	—	2.167.328,99	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>44.584.988,00</b>	<b>62.430.061,86</b>	<b>7.872.005,02</b>	<b>52.827.788,47</b>	<b>9.602.273,39</b>	<b>9.327.751,73</b>	<b>48.100.848,84</b>	<b>14.329.213,02</b>	<b>47.915.219,74</b>	<b>4.726.939,63</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>39.100.718,00</b>	<b>45.921.099,04</b>	<b>7.557.226,08</b>	<b>45.341.489,49</b>	<b>579.609,55</b>	<b>8.003.667,69</b>	<b>44.034.966,30</b>	<b>1.886.132,74</b>	<b>43.849.337,20</b>	<b>1.306.523,19</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.330.736,00	27.727.666,23	5.289.398,95	27.687.492,68	40.163,55	5.287.924,74	27.686.018,47	41.637,76	27.506.068,88	1.474,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.100,00	69.100,00	0,00	68.871,32	228,68	0,00	68.871,32	228,68	68.871,32	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.569.882,00	18.124.342,81	2.267.827,13	17.585.125,49	539.217,32	2.715.742,95	16.280.076,51	1.844.266,30	16.274.397,00	1.305.048,98
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.396.270,00</b>	<b>14.450.962,82</b>	<b>314.778,94</b>	<b>7.486.298,98</b>	<b>6.964.663,84</b>	<b>1.324.084,04</b>	<b>4.065.882,54</b>	<b>10.385.080,28</b>	<b>4.065.882,54</b>	<b>3.420.416,44</b>
INVESTIMENTOS	2.666.270,00	13.537.112,82	289.917,44	6.572.491,33	6.964.621,49	1.271.177,26	3.156.530,58	10.380.582,24	3.156.530,58	3.415.960,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	913.850,00	24.861,50	913.807,65	42,35	52.906,78	909.351,96	4.498,04	909.351,96	4.455,69
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.088.000,00</b>	<b>2.058.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.058.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.058.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.088.000,00	2.058.000,00	0,00	0,00	2.058.000,00	0,00	0,00	2.058.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.589.000,00</b>	<b>1.584.631,56</b>	<b>344.735,81</b>	<b>1.580.023,87</b>	<b>4.607,69</b>	<b>344.735,81</b>	<b>1.580.023,87</b>	<b>4.607,69</b>	<b>1.501.202,96</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>64.014.693,42</b>	<b>8.216.740,83</b>	<b>54.407.812,34</b>	<b>9.606.881,08</b>	<b>9.672.487,54</b>	<b>49.680.872,71</b>	<b>14.333.820,71</b>	<b>50.917.625,66</b>	<b>4.726.939,63</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>64.014.893,42</b>	<b>8.216.740,83</b>	<b>54.407.812,34</b>	<b>9.606.881,08</b>	<b>9.672.487,54</b>	<b>49.680.872,71</b>	<b>14.333.820,71</b>	<b>0,00</b>	<b>4.726.939,63</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.822.061,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>64.014.893,42</b>	<b>8.216.740,83</b>	<b>54.407.812,34</b>	<b>-</b>	<b>9.672.487,54</b>	<b>57.502.934,69</b>	<b>49.416.422,70</b>	<b>-</b>	<b>4.726.939,63</b>

RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)
<b>RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>366.837,92</b>	<b>28,66</b>	<b>1.499.927,44</b>	<b>117,18</b>	<b>-219.927,44</b>
<b>RECETAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>366.837,92</b>	<b>28,66</b>	<b>1.499.927,44</b>	<b>117,18</b>	<b>-219.927,44</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.100.000,00	1.100.000,00	328.476,11	29,86	1.278.037,55	116,19	-178.037,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	328.476,11	29,86	1.278.037,55	116,19	-178.037,55
OUTRAS RECETAS CORRENTES	180.000,00	180.000,00	38.361,81	21,31	221.889,89	123,27	-41.889,89
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atuarial	180.000,00	180.000,00	38.361,81	21,31	221.889,89	123,27	-41.889,89

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.589.000,00</b>	<b>1.584.631,56</b>	<b>344.735,81</b>	<b>1.580.023,87</b>	<b>4.607,69</b>	<b>344.735,81</b>	<b>1.580.023,87</b>	<b>4.607,69</b>	<b>1.501.202,96</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.388.100,00	1.361.731,56	306.374,00	1.358.133,98	3.597,58	306.374,00	1.358.133,98	3.597,58	1.279.313,07	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.900,00	222.900,00	38.361,81	221.889,89	1.010,11	38.361,81	221.889,89	1.010,11	221.889,89	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.112.149,54

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

GAROPABA , 08/01/2016

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito MunicipalRonye Paes  
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

## RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 02

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)</b>									
Legislativa	44.584.988,00	62.430.061,96	7.872.005,02	52.827.788,47	97,10	9.327.751,73	48.100.948,84	96,82	14.329.213,02
Ação Legislativa	1.895.000,00	1.803.717,44	363.966,86	1.897.967,70	3,49	384.718,79	1.897.967,70	3,82	5.749,74
Judiciária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	3.885.882,00	3.994.628,00	618.856,06	3.999.333,97	7,30	699.740,82	3.888.791,89	7,83	105.836,11
Administração Geral	3.040.762,00	3.142.928,00	485.070,51	3.120.072,69	5,73	556.765,72	3.079.761,79	6,20	63.166,21
Administração Financeira	845.100,00	851.700,00	133.785,55	849.261,28	1,56	142.975,10	809.030,10	1,63	42.669,90
Segurança Pública	121.300,00	171.300,00	21.688,14	138.378,84	0,25	34.593,78	111.769,20	0,22	59.530,80
Defesa Civil	121.300,00	171.300,00	21.688,14	138.378,84	0,25	34.593,78	111.769,20	0,22	59.530,80
Assistência Social	885.571,00	1.207.855,49	205.300,30	1.045.043,92	1,92	162.811,57	1.001.221,89	2,02	206.633,60
Assistência Comunitária	885.571,00	1.207.855,49	205.300,30	1.045.043,92	1,92	162.811,57	1.001.221,89	2,02	206.633,60
Saúde	11.506.809,00	13.953.309,23	1.948.152,00	13.744.506,28	25,26	2.374.713,25	13.010.376,18	26,19	942.933,05
Atenção Básica	11.506.809,00	13.953.309,23	1.948.152,00	13.744.506,28	25,26	2.374.713,25	13.010.376,18	26,19	942.933,05
Educação	11.501.033,00	14.522.187,59	2.550.919,08	14.329.278,32	26,34	192.906,24	13.997.995,63	26,18	524.191,93
Alimentação e Nutrição	235.300,00	348.074,55	32.166,55	328.162,47	0,60	58.177,45	328.162,47	0,66	19.912,08
Ensino Fundamental	9.706.883,00	11.376.272,16	2.066.229,26	11.246.294,61	20,67	2.491.838,54	10.944.917,21	22,03	433.354,95
Ensino Superior	305.000,00	241.000,00	29.808,13	240.850,81	0,44	37.972,08	232.111,73	0,47	8.888,27
Educação Infantil	1.555.450,00	2.420.424,85	377.557,70	2.378.660,11	4,37	384.144,13	2.359.463,90	4,75	60.930,95
Educação Especial	96.400,00	134.416,00	25.157,44	133.310,32	0,25	25.157,44	133.310,32	0,27	1.105,68
Cultura	164.000,00	123.762,00	10.576,17	112.065,59	0,21	10.511,77	112.001,19	0,23	11.760,81
Divisão Cultural	164.000,00	123.762,00	10.576,17	112.065,59	0,21	10.511,77	112.001,19	0,23	11.760,81
Direitos da Cidadania	213.100,00	221.600,00	48.700,39	188.048,94	0,35	50.208,57	182.918,81	0,37	36.681,19
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	213.100,00	221.600,00	48.700,39	188.048,94	0,35	50.208,57	182.918,81	0,37	36.681,19
Urbanismo	6.154.913,00	8.510.605,00	1.195.308,61	8.378.350,96	15,40	1.289.051,10	8.088.196,78	16,28	422.408,22
Infra-Estrutura Urbana	2.576.213,00	3.902.626,00	581.818,75	3.470.600,73	6,38	556.495,11	3.311.619,37	6,67	291.006,63
Serviços Urbanos	3.278.700,00	4.507.979,00	613.489,86	4.907.750,23	9,02	732.555,99	4.776.577,41	9,61	131.172,82
Habitação	36.300,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	36.300,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	242.900,00	256.652,00	98.752,00	98.752,00	0,18	98.752,00	98.752,00	0,20	157.900,00
Saneamento Básico Urbano	242.900,00	256.652,00	98.752,00	98.752,00	0,18	98.752,00	98.752,00	0,20	157.900,00
Agricultura	982.700,00	963.822,13	105.770,87	925.177,25	1,70	142.460,77	900.733,91	1,81	63.088,22
Extensão Rural	982.700,00	963.822,13	105.770,87	925.177,25	1,70	142.460,77	900.733,91	1,81	63.088,22
Comércio e Serviços	1.576.000,00	1.969.048,67	374.787,73	1.874.967,49	3,45	176.464,62	1.310.310,01	2,64	658.728,66
Turismo	1.576.000,00	1.969.048,67	374.787,73	1.874.967,49	3,45	176.464,62	1.310.310,01	2,64	658.728,66
Transporte	408.300,00	9.740.713,52	48.763,19	3.346.802,99	6,15	490.102,05	734.653,06	1,48	9.006.060,46
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	67.850,00	0,00	43.814,00	0,08	0,00	40.504,00	0,08	27.346,00
Transporte Rodoviário	382.200,00	9.672.863,52	48.763,19	3.302.988,99	6,07	490.102,05	694.149,06	1,40	8.978.714,46
Desporto e Lazer	265.200,00	310.810,82	289.390,41	289.390,41	0,53	50.608,28	285.380,67	0,57	25.430,15
Desporto Comunitário	265.200,00	310.810,82	289.390,41	289.390,41	0,53	50.608,28	285.380,67	0,57	25.430,15

Continua 1/3

Continuação 2/3

**Município de GAROPABA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/total b)			% (d/total d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>									
Encargos Especiais	44.584.988,00	62.430.061,86	7.872.005,02	97,10	52.827.788,47	9.327.751,73	48.100.846,84	14.329.213,02	4.726.699,63
Providência do Regime Estatutário	4.315.000,00	4.568.850,00	251.337,69	4,58	2.469.723,81	321.061,66	2.479.779,92	2.069.070,08	9.943,89
Serviço da Divisão Interna	2.830.000,00	2.881.000,00	173.378,40	1,48	803.114,09	192.296,98	803.114,09	2.077.885,91	0,00
Outras Transferências	900.000,00	982.850,00	24.881,50	1,81	982.678,97	52.906,78	978.223,28	4.626,72	4.455,69
Reserva de Contingência	595.000,00	705.000,00	53.097,79	1,29	703.930,75	76.757,90	698.442,55	6.557,45	5.488,20
Reserva de Contingência	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>									
Legislativa	1.599.000,00	1.594.631,56	344.735,81	2,90	1.580.023,87	344.735,81	1.580.023,87	4.607,69	0,00
Ação Legislativa	24.000,00	15.282,56	3.407,22	0,03	15.282,56	3.407,22	15.282,56	0,00	0,00
Administração	24.000,00	15.282,56	3.407,22	0,03	15.282,56	3.407,22	15.282,56	0,00	0,00
Administração Geral	216.200,00	220.315,00	49.901,22	0,40	218.887,34	49.901,22	218.887,34	1.447,66	0,00
Administração Financeira	156.200,00	179.931,00	40.608,52	0,33	178.965,49	40.608,52	178.965,49	965,51	0,00
Segurança Pública	60.000,00	40.384,00	9.292,70	0,07	39.901,85	9.292,70	39.901,85	482,15	0,00
Defesa Civil	100,00	100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00
Assistência Social	28.100,00	35.302,00	8.751,84	0,06	35.139,24	8.751,84	35.139,24	162,76	0,00
Assistência Comunitária	28.100,00	35.302,00	8.751,84	0,06	35.139,24	8.751,84	35.139,24	162,76	0,00
Saúde	310.100,00	294.641,00	66.498,37	0,54	294.540,60	66.498,37	294.540,60	100,40	0,00
Atenção Básica	310.100,00	294.641,00	66.498,37	0,54	294.540,60	66.498,37	294.540,60	100,40	0,00
Educação	690.500,00	670.020,00	148.494,32	1,23	667.993,14	148.494,32	667.993,14	2.026,86	0,00
E ensino Fundamental	534.400,00	543.656,00	121.160,70	1,00	541.823,09	121.160,70	541.823,09	1.832,91	0,00
E ensino Superior	7.000,00	10.916,00	2.535,00	0,02	10.916,00	2.535,00	10.916,00	0,00	0,00
Educação Infantil	132.100,00	106.748,00	22.845,66	0,20	106.357,08	22.845,66	106.357,08	180,92	0,00
Educação Especial	7.000,00	8.700,00	1.952,96	0,02	8.686,97	1.952,96	8.686,97	3,03	0,00
Cultura	7.000,00	7.000,00	1.580,22	0,01	6.891,78	1.580,22	6.891,78	108,22	0,00
Diffusão Cultural	7.000,00	7.000,00	1.580,22	0,01	6.891,78	1.580,22	6.891,78	108,22	0,00
Urbanismo	86.100,00	94.897,00	21.955,98	0,17	94.797,00	21.955,98	94.797,00	100,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	78.450,00	18.328,14	0,14	78.350,00	18.328,14	78.350,00	100,00	0,00
Serviços Urbanos	16.000,00	16.447,00	3.627,84	0,03	16.447,00	3.627,84	16.447,00	0,00	0,00
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Agricultura	30.100,00	19.612,00	4.498,66	0,04	19.360,78	4.498,66	19.360,78	251,22	0,00
Extensão Rural	30.100,00	19.612,00	4.498,66	0,04	19.360,78	4.498,66	19.360,78	251,22	0,00
Comércio e Serviços	3.600,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Turismo	3.600,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Desporto e Lazer	3.100,00	5.262,00	1.186,17	0,01	5.161,54	1.186,17	5.161,54	100,46	0,00
Desporto Comunitário	3.100,00	5.262,00	1.186,17	0,01	5.161,54	1.186,17	5.161,54	100,46	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/TOTAL b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.589.000,00	1.584.631,56	344.735,81	1.580.023,87	2,90	4.607,69	344.735,81	1.580.023,87	4.607,69	0,00
Encargos Especiais	200.000,00	222.000,00	38.361,81	221.889,89	0,41	110,11	38.361,81	221.889,89	110,11	0,00
Serviço da Divisão Interna	200.000,00	222.000,00	38.361,81	221.889,89	0,41	110,11	38.361,81	221.889,89	110,11	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>64.014.693,42</b>	<b>8.216.740,83</b>	<b>54.407.812,34</b>	<b>100,00</b>	<b>9.606.881,08</b>	<b>9.672.487,54</b>	<b>49.680.872,71</b>	<b>14.333.820,71</b>	<b>4.726.939,63</b>

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Téc. Cont. - CRC 19298

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 03

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 3º, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
	ESPECIFICAÇÃO													
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (JUL 12 MES)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>5.088.664,84</b>	<b>8.447.594,86</b>	<b>4.007.521,74</b>	<b>3.569.953,99</b>	<b>4.500.742,90</b>	<b>4.373.910,92</b>	<b>4.077.167,06</b>	<b>3.852.370,18</b>	<b>3.687.968,51</b>	<b>3.788.068,06</b>	<b>4.068.985,33</b>	<b>5.317.699,68</b>	<b>55.270,38.07</b>	<b>47.654.188,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.375.663,39	5.070.464,25	907.945,11	804.923,44	654.180,88	847.918,88	693.630,72	704.236,72	714.435,15	563.153,86	680.677,34	1.041.265,00	14.058.560,54	11.598.000,00
IPTU	537.597,83	3.404.480,15	187.527,75	156.885,98	138.183,78	139.327,93	136.811,88	138.192,94	139.283,84	103.276,21	140.710,71	155.981,95	5.379.244,95	4.940.000,00
IRRF	30.593,30	31.282,25	123.078,51	88.424,85	25.595,70	101.682,08	26.136,45	110.477,72	58.845,99	67.536,81	61.975,14	128.523,27	882.732,07	650.000,00
ISS	257.985,90	271.228,85	274.350,83	239.810,03	220.342,98	223.088,24	237.774,11	201.347,16	263.256,87	224.666,62	218.700,38	288.094,60	2.920.946,17	1.950.000,00
ITBI	74.543,36	228.590,37	211.991,63	229.678,64	186.776,10	294.242,48	181.256,84	186.594,78	183.389,53	108.487,23	197.379,50	215.019,24	2.318.943,66	2.000.000,00
Outras Receitas Tributárias	474.563,80	1.133.692,03	110.391,63	90.122,94	82.269,52	88.588,15	101.612,44	57.714,12	68.676,92	58.206,99	61.911,61	255.655,94	2.586.983,69	2.146.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	99.550,35	268.300,15	150.047,23	57.881,94	261.665,47	177.772,75	160.464,80	167.190,80	163.136,63	175.388,43	164.209,50	234.703,94	2.086.294,99	1.500.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	245.385,00	168.161,13	198.911,37	213.607,21	392.834,24	155.622,39	230.965,85	-8.988,99	114.076,56	330.273,80	294.598,17	349.543,44	2.695.271,17	1.253.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.143.072,53	2.714.694,56	2.538.788,48	2.703.632,70	3.151.496,33	3.012.025,61	2.848.185,64	2.761.965,52	2.539.017,57	2.585.962,78	2.871.923,58	3.358.004,14	34.170.739,44	31.444.871,00
Cota-Parte do FPM	1.198.671,33	1.223.611,20	891.221,04	961.663,65	1.162.823,69	1.029.176,78	901.524,65	751.846,10	743.080,54	845.748,79	954.916,78	1.066.044,73	11.782.529,79	11.968.000,00
Cota-Parte do ICMS	545.174,90	485.067,61	488.162,90	524.747,19	495.544,52	475.947,59	478.145,65	461.456,77	481.641,16	500.247,60	501.000,77	489.090,85	5.928.127,19	5.800.000,00
Cota-Parte do IPVA	100.567,12	142.077,21	174.065,24	206.642,53	197.683,40	208.005,65	259.797,63	200.722,45	194.193,16	128.943,16	119.365,12	88.743,11	2.021.176,99	1.700.000,00
Cota-Parte do ITR	153,65	34,92	334,29	0,00	889,50	1.333,92	504,97	25,90	1.389,02	23.438,90	911,81	44,95	29.021,83	30.000,00
Outras Transferências Correntes	655.242,66	270.541,43	403.698,39	377.181,07	639.980,26	693.066,78	631.949,31	755.361,31	590.580,03	479.562,64	646.068,71	1.069.257,36	7.189.268,55	5.338.871,00
Transferências de LC 61/1968	11.494,63	6.838,65	6.708,59	7.026,40	7.926,27	9.513,08	6.954,88	7.400,31	0,00	15.938,68	7.798,36	6.738,48	94.339,33	85.000,00
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	8.308,44	2.077,11	2.077,11	2.077,11	2.077,11	2.077,11	2.077,11	2.077,11	2.077,11	24.926,32	23.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	631.763,54	585.483,54	570.998,03	617.863,42	620.551,28	592.464,73	567.241,22	593.065,57	555.075,34	590.005,90	582.756,92	600.065,95	7.101.350,44	6.500.000,00
DEDUÇÕES (II)	374.084,96	435.793,62	432.671,26	397.525,30	434.342,79	401.894,55	352.873,39	365.988,71	338.473,83	354.897,03	367.861,59	459.725,91	4.704.733,04	4.377.500,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	2.305,00	2.448,54	71.381,19	4.331,72	4.331,72	4.331,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.328,89	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	567,87	58.489,86	52.633,32	51.476,10	52.987,56	51.822,02	52.227,69	52.177,05	52.001,68	51.418,16	50.461,83	113.777,26	639.380,40	550.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	371.121,09	374.855,22	308.096,75	341.717,48	377.043,51	345.740,81	300.645,70	313.851,66	284.472,25	303.278,87	317.219,76	338.946,65	3.976.022,75	3.827.600,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.714.579,88</b>	<b>8.011.801,24</b>	<b>3.574.650,48</b>	<b>3.562.428,69</b>	<b>4.166.400,11</b>	<b>3.971.916,37</b>	<b>3.724.293,67</b>	<b>3.485.401,47</b>	<b>3.351.494,58</b>	<b>3.433.171,03</b>	<b>3.701.303,74</b>	<b>4.858.973,77</b>	<b>50.585.916,03</b>	<b>43.276.588,00</b>



**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 04**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO  
Entidade: INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES GAROPABA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.550.000,00	1.550.000,00	2.805.688,04	2.210.057,96
RECEITAS CORRENTES	1.550.000,00	1.550.000,00	2.805.688,04	2.210.057,96
Receita de Contribuições dos Segurados	550.000,00	550.000,00	639.905,36	667.678,36
Pessoal Civil	550.000,00	550.000,00	639.905,36	667.678,36
Ativo	550.000,00	550.000,00	639.905,36	667.678,36
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.000.000,00	1.000.000,00	2.076.452,79	1.476.009,33
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.000.000,00	1.000.000,00	2.076.452,79	1.476.009,33
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	89.329,89	66.380,27
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	89.329,89	66.380,27
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.280.000,00	1.280.000,00	1.500.977,36	1.539.603,47
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>2.830.000,00</b>	<b>2.830.000,00</b>	<b>4.306.665,40</b>	<b>3.749.671,43</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	772.000,00	823.000,00	803.114,09	645.789,08
ADMINISTRAÇÃO	772.000,00	823.000,00	107.394,66	92.753,76
Despesas Correntes	767.000,00	818.000,00	107.394,66	92.753,76
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

# **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES GAROPABA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	695.719,43	553.035,32	695.719,43	553.035,32	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	695.719,43	553.035,32	695.719,43	553.035,32	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	614.777,79	479.543,07	614.777,79	479.543,07	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	80.941,64	73.492,25	80.941,64	73.492,25	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>772.000,00</b>	<b>823.000,00</b>	<b>803.114,09</b>	<b>647.789,08</b>	<b>803.114,09</b>	<b>645.789,08</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>2.058.000,00</b>	<b>2.007.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.503.551,31</b>	<b>3.103.882,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
APORTES REALIZADOS								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								2.058.000,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES GAROPABA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.280.000,00	1.280.000,00	1.500.977,36	1.539.603,47
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.280.000,00	1.280.000,00	1.500.977,36	1.539.603,47
Receita de Contribuições Patronais	1.100.000,00	1.100.000,00	1.279.087,47	1.335.881,14
Pessoal Civil	1.100.000,00	1.100.000,00	1.279.087,47	1.335.881,14
Ativo	1.100.000,00	1.100.000,00	1.279.087,47	1.335.881,14
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	180.000,00	180.000,00	221.889,89	203.722,33
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.500.977,36</b>	<b>1.539.603,47</b>

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO  
Entidade: INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES GAROPABA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GAROPABA , 08/01/2016

Paulo Sérgio de Araujo Prefeito Municipal	Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade	Léia Cristina de Abreu Vieira Diretor Controle Interno	Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288
--	--	---	--

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 05**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.659.740,67	1.100.483,23	859.153,64
DEDUÇÕES (II)	5.352.856,86	6.748.104,13	7.454.441,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.557.859,66	7.365.108,89	7.720.214,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	205.002,80	617.004,76	265.772,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.693.116,19	-5.647.620,90	-6.595.288,10
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	123.808,52	70.749,03	55.051,02
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.816.924,71</b>	<b>-5.718.369,93</b>	<b>-6.650.339,12</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-931.969,19</b>	<b>-2.833.414,41</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>96.935,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	16.942.418,64	18.620.971,07	20.326.065,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	127.808,69	22.269,54	359.303,68
Investimentos	16.814.609,95	18.598.701,53	19.966.762,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-16.942.418,64	-18.620.971,07	-20.326.065,77
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-16.942.418,64</b>	<b>-18.620.971,07</b>	<b>-20.326.065,77</b>

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 06**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	43.863.088,00	50.153.496,70	46.166.328,82				
Receita Tributária	11.586.000,00	14.058.560,54	12.232.173,53				
I.P.T.U.	4.840.000,00	5.379.244,95	4.677.771,02				
I.S.S.	1.950.000,00	2.920.646,17	2.504.146,60				
I.T.B.I.	2.000.000,00	2.318.943,66	2.028.954,20				
I.R.R.F.	650.000,00	852.732,07	766.335,20				
Outras Receitas Tributárias	2.146.000,00	2.586.993,69	2.254.966,51				
Receita de Contribuição	2.600.000,00	3.364.332,54	2.917.302,86				
Receitas Previdenciárias	1.650.000,00	1.917.417,95	2.003.559,50				
Outras Contribuições	950.000,00	1.446.914,59	913.743,36				
Receita Patrimonial Líquida	10.000,00	24.225,11	7.079,22				
Receita Patrimonial	1.253.600,00	2.665.271,17	1.968.816,65				
(-) Aplicações Financeiras	1.243.600,00	2.641.046,06	1.961.737,43				
Transferências Correntes	27.617.371,00	30.194.716,69	28.104.117,85				
F.P.M.	9.668.000,00	9.426.024,12	9.547.527,85				
I.C.M.S.	4.640.000,00	4.742.502,00	4.519.884,21				
Convênios	219.000,00	79.548,29	196.585,46				
Outras Transferências Correntes	13.090.371,00	15.946.642,28	13.840.120,33				
Demais Receitas Correntes	2.049.717,00	2.511.661,82	2.905.655,36				
Dívida Ativa	1.381.500,00	1.453.844,24	1.373.386,20				
Diversas Receitas Correntes	668.217,00	1.057.817,58	1.532.269,16				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.067.300,00	4.708.391,93	5.373.022,75				
Operações de Crédito (III)	31.000,00	104.908,64	895.013,88				
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	87.900,00				
Transferências de Capital	1.006.300,00	4.603.483,29	4.390.108,87				
Convênios	1.006.300,00	4.603.483,29	4.390.108,87				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.006.300,00	4.603.483,29	4.390.108,87				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	44.869.388,00	54.756.979,99	50.556.437,69				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.505.730,60	46.921.513,36	41.782.867,13	45.614.990,17	40.953.610,65	1.306.523,19	829.256,48
Pessoal e Encargos Sociais	29.089.387,79	29.045.626,66	26.041.730,46	29.044.152,45	26.041.730,46	1.474,21	0,00

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>47.505.730,60</b>	<b>46.921.513,36</b>	<b>41.782.867,13</b>	<b>45.614.990,17</b>	<b>40.953.610,65</b>	<b>1.306.523,19</b>	<b>829.256,48</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	69.100,00	68.871,32	127.248,04	68.871,32	127.248,04	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.347.242,81	17.807.015,38	15.613.888,63	16.501.966,40	14.784.632,15	1.305.048,98	829.256,48
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>47.436.630,60</b>	<b>46.852.642,04</b>	<b>41.655.619,09</b>	<b>45.546.118,85</b>	<b>40.826.362,61</b>	<b>1.306.523,19</b>	<b>829.256,48</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>14.450.962,82</b>	<b>7.486.298,98</b>	<b>8.280.185,27</b>	<b>4.065.882,54</b>	<b>6.596.184,48</b>	<b>3.420.416,44</b>	<b>1.684.000,79</b>
Investimentos	13.537.112,82	6.572.491,33	7.389.510,99	3.156.530,58	5.705.510,20	3.415.960,75	1.684.000,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	913.850,00	913.807,65	890.674,28	909.351,96	890.674,28	4.455,69	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>13.537.112,82</b>	<b>6.572.491,33</b>	<b>7.389.510,99</b>	<b>3.156.530,58</b>	<b>5.705.510,20</b>	<b>3.415.960,75</b>	<b>1.684.000,79</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>2.058.000,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>63.031.743,42</b>	<b>53.425.133,37</b>	<b>49.045.130,08</b>	<b>48.702.649,43</b>	<b>46.531.872,81</b>	<b>4.722.483,94</b>	<b>2.513.257,27</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-18.162.355,42</b>	<b>1.331.846,62</b>	<b>1.511.307,61</b>	<b>6.054.330,56</b>	<b>4.024.564,88</b>	<b>50.034.496,05</b>	<b>48.043.180,42</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>2.167.328,99</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	2.167.328,99	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>							<b>1.816.901,00</b>

FONTE:



Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

GAROPABA , 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 07**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RP 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		Inscritos		RP NÃO PROCESSADOS		Inscritos		RP NÃO PROCESSADOS		Saldo Total (a+b)
		En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>												
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.754,14	201.238,66	203.680,02	1.322,78	-	1.322,78		886.029,99	2.513.257,27	2.434.824,67	2.434.824,67	422.189,92
ENCARGOS GERAIS	3.754,14	201.238,66	203.680,02	1.322,78	0,00	1.322,78		886.029,99	2.511.257,27	2.432.824,67	2.432.824,67	422.189,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	11.583,52	11.583,52	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	2.441,36	97.807,30	100.248,66	0,00	0,00	0,00		114.082,96	282.344,69	371.030,45	14.776,42	10.620,78
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	7.626,63	7.626,63	0,00	0,00	0,00		0,00	5.596,48	5.596,48	390,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.729,99	1.729,99	0,00	0,00	0,00		0,00	26.315,56	24.658,30	1.657,26	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	0,00	7.877,17	7.877,17	0,00	0,00	0,00		0,00	142.048,75	141.136,39	912,36	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	4.588,88	4.588,88	0,00	0,00	0,00		0,00	47.328,39	39.801,65	7.526,74	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	7.291,52	7.291,52	0,00	0,00	0,00		0,00	88.128,48	77.578,10	10.550,38	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	47.282,82	47.282,82	0,00	0,00	0,00		55.113,00	133.792,87	126.524,88	7.267,99	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	17.468,36	17.468,36	0,00	0,00	0,00		0,00	1.457.408,08	1.302.825,87	114.582,21	0,00
SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		485.286,71	0,00	0,00	485.286,71	0,00
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	0,00	330,31	330,31	0,00	0,00	0,00		0,00	4.367,75	4.367,75	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	1.322,78	0,00	0,00	1.322,78	0,00	1.322,78		306.657,68	0,00	12.743,02	12.743,02	259.429,89
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBI	0,00	4.988,47	4.988,47	0,00	0,00	0,00		0,00	12.215,17	7.295,16	4.919,76	150,25
SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		12.557,00	0,00	11.351,64	1.205,36	944,00
SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		2.352,64	0,00	0,00	0,00	2.352,64
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENV	0,00	4.246,21	4.246,21	0,00	0,00	0,00		0,00	298.767,53	296.331,46	2.436,07	400,00
INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL SERVIDORES GA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
IPREGOBA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>												
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>3.754,14</b>	<b>201.238,66</b>	<b>203.680,02</b>	<b>1.322,78</b>	<b>0,00</b>	<b>1.322,78</b>		<b>886.029,99</b>	<b>2.513.257,27</b>	<b>2.434.824,67</b>	<b>2.434.824,67</b>	<b>422.189,92</b>

FONTE:

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronyê Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Veira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Veira  
Téc. Cont. - CRC 19288

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 08**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	10.888.279,00	10.888.279,00	12.723.635,50	116,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.175.000,00	6.175.000,00	6.512.494,81	105,47
1.1.1- IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	6.851.356,47	118,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	50.668,18	337,79
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.200.000,00	1.200.000,00	986.786,99	82,23
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	606.000,00	606.000,00	171.728,71	28,34
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.446.000,00)	(1.446.000,00)	(1.548.045,54)	107,06
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	2.318.943,86	115,95
1.2.1- ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	2.331.751,86	116,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(12.808,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.063.279,00	2.063.279,00	3.039.464,96	147,31
1.3.1- ISS	1.950.000,00	1.950.000,00	2.923.535,67	149,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.000,00	15.000,00	35.332,23	235,55
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	78.007,20	97,51
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.300,00	35.300,00	9.989,08	28,30
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(17.021,00)	(17.021,00)	(7.399,22)	43,47
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	852.732,07	131,19
1.4.1- IRRF	650.000,00	650.000,00	852.732,07	131,19
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	19.606.000,00	19.606.000,00	20.536.228,77	104,74
2.1- Cota-Parte FPM	11.968.000,00	11.968.000,00	12.438.638,11	103,93
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.968.000,00	11.968.000,00	11.782.529,79	98,45
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	656.108,32	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	5.928.127,19	102,21
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	23.000,00	23.000,00	24.925,32	108,37
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	85.000,00	85.000,00	94.339,33	110,99
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	29.021,83	96,74
2.6- Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	2.021.176,99	118,89
2.7- Cota-Parte IOF-Quero	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>30.494.279,00</b>	<b>30.494.279,00</b>	<b>33.258.864,27</b>	<b>109,07</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	0,00	9.803,84	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	9.803,84	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.623.900,00	1.623.900,00	2.420.013,52	149,02
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.713.900,00</b>	<b>1.713.900,00</b>	<b>2.428.817,36</b>	<b>141,77</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.827.600,00	3.827.600,00	3.976.022,75	103,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.300.000,00	2.300.000,00	2.356.505,67	102,46
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.160.000,00	1.160.000,00	1.185.625,19	102,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.600,00	4.600,00	4.985,04	108,37
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	18.867,85	110,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	5.804,50	96,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	404.234,50	118,89
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	6.500.000,00	6.500.000,00	7.101.350,44	109,25
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.500.000,00	6.500.000,00	7.101.350,44	109,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>2.672.400,00</b>	<b>2.672.400,00</b>	<b>3.125.327,69</b>	<b>116,95</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.513.800,00	6.926.000,00	6.920.553,67	99,92	6.920.553,67	99,92	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.324.050,00	1.776.094,00	1.776.003,08	99,99	1.776.003,08	99,99	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	5.189.750,00	5.149.906,00	5.144.550,59	99,90	5.144.550,59	99,90	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.200,00	191.200,00	190.015,35	99,98	139.216,19	72,81	50.799,16
14.1- Com Educação Infantil	300,00	5.300,00	4.575,31	86,33	4.575,31	86,33	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	900,00	185.900,00	185.440,04	99,75	134.640,88	72,43	50.799,16
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.515.000,00	7.117.200,00	7.110.569,02	99,91	7.059.769,86	99,19	50.799,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							7.110.569,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							97,45
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							2,68
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Semestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	7.623.569,75		7.623.569,75		8.314.966,07	109,07	
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.617.450,00	2.172.353,00	2.168.847,34	99,84	2.154.337,40	99,17	14.509,94
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.573.683,00	9.433.300,00	9.423.887,35	99,90	9.306.990,65	98,86	116.896,70
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.190.650,00	5.335.806,00	5.329.990,63	99,89	5.279.191,47	98,94	50.799,16
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.383.033,00	4.097.494,00	4.093.896,72	99,91	4.027.799,18	98,30	66.097,54
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.191.133,00	11.605.653,00	11.592.734,69	99,89	11.461.328,05	98,76	131.406,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							3.125.327,89
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							3.125.327,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)							8.467.407,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS DE (38) / (3) x 100) %							25,46
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	576.000,00	742.000,00	712.939,63	96,08	538.793,22	72,61	174.146,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.814.400,00	2.844.554,56	2.691.597,14	94,62	2.665.867,50	93,72	25.729,64
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.390.400,00	3.586.554,56	3.404.536,77	94,92	3.204.660,72	89,35	199.876,05
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.581.533,00	15.192.207,56	14.997.271,46	98,72	14.665.988,77	96,54	331.282,69

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O SEMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		57.512,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O SEMESTRE		7.150.952,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O SEMESTRE		7.044.745,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		7.009.793,29	0,00
49.2 Restos a Pagar		34.952,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O SEMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		163.719,46	0,00

GAROPABA , 08/01/2016

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 09**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)						
	31.000,00	104.908,64			-73.908,64	
DESPESAS						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL						
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	14.450.962,82	7.486.298,98	4.065.882,54	3.420.416,44	6.964.663,84	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):						
	14.450.962,82	7.486.298,98	4.065.882,54	3.420.416,44	6.964.663,84	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)						
	-14.419.962,82	-7.381.390,34	-	-	-7.038.572,48	
FONTE:						

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito MunicipalRonye Paes  
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 10**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = ( a - b )	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	1.723.929,78	384.073,73	1.339.856,05	15.178.392,34
2015	1.638.099,86	408.229,68	1.229.870,18	16.408.262,52
2016	1.556.175,45	429.870,95	1.126.304,50	17.534.567,02
2017	1.437.959,39	557.093,76	880.865,63	18.415.432,65
2018	1.363.163,65	575.995,70	787.167,95	19.202.600,60
2019	1.275.854,84	635.348,74	640.506,10	19.843.106,70
2020	1.189.965,99	699.082,72	490.883,27	20.333.989,97
2021	1.127.550,52	706.463,00	421.087,52	20.755.077,49
2022	1.050.022,58	758.477,52	291.545,06	21.046.622,55
2023	934.079,19	917.807,49	16.271,70	21.062.894,25
2024	850.698,54	994.535,47	-143.836,93	20.919.057,32
2025	776.060,68	1.051.485,58	-275.424,90	20.643.632,42
2026	688.072,89	1.148.760,10	-460.687,21	20.182.945,21
2027	626.528,34	1.178.656,72	-552.128,38	19.630.816,83
2028	561.065,71	1.222.052,75	-660.987,04	18.969.829,79
2029	486.286,19	1.294.191,75	-807.905,56	18.161.924,23
2030	441.499,74	1.291.134,23	-849.634,49	17.312.289,74
2031	401.487,00	1.277.962,50	-876.475,50	16.435.814,24
2032	350.527,63	1.297.909,40	-947.381,77	15.488.432,47
2033	311.304,52	1.290.258,54	-978.954,02	14.509.478,45
2034	277.001,07	1.273.361,42	-996.360,35	13.513.118,10
2035	248.567,06	1.244.847,51	-996.280,45	12.516.837,65
2036	223.939,01	1.210.065,69	-986.126,68	11.530.710,97
2037	201.189,09	1.174.898,74	-973.709,65	10.557.001,32
2038	189.780,60	1.113.475,84	-923.695,24	9.633.306,08
2039	176.457,23	1.060.681,48	-884.224,25	8.749.081,83
2040	154.766,48	1.034.253,78	-879.487,30	7.869.594,53
2041	143.329,50	983.375,81	-840.046,31	7.029.548,22
2042	30.358,05	952.672,40	-922.314,35	6.107.233,87
2043	22.458,20	900.034,45	-877.576,25	5.229.657,62
2044	19.495,89	837.504,76	-818.008,87	4.411.648,75
2045	11.898,98	790.801,05	-778.902,07	3.632.746,68
2046	8.426,92	736.438,85	-728.011,93	2.904.734,75
2047	5.937,53	682.790,79	-676.853,26	2.227.881,49
2048	3.969,01	630.328,51	-626.359,50	1.601.521,99
2049	1.425,02	583.050,21	-581.625,19	1.019.896,80
2050	975,06	532.893,76	-531.918,70	487.978,10
2051	396,75	486.400,06	-486.003,31	1.974,79
2052	372,03	441.428,32	-441.056,29	-439.081,50
2053	348,36	399.015,00	-398.666,64	-837.748,14
2054	325,68	359.841,80	-359.516,12	-1.197.264,26
2055	0,00	323.752,11	-323.752,11	-1.521.016,37
2056	0,00	289.654,33	-289.654,33	-1.810.670,70
2057	0,00	257.276,94	-257.276,94	-2.067.947,64
2058	0,00	227.784,43	-227.784,43	-2.295.732,07
2059	0,00	200.917,97	-200.917,97	-2.496.650,04
2060	0,00	176.255,83	-176.255,83	-2.672.905,87
2061	0,00	154.405,86	-154.405,86	-2.827.311,73
2062	0,00	134.270,13	-134.270,13	-2.961.581,86
2063	0,00	116.306,38	-116.306,38	-3.077.888,24
2064	0,00	99.726,98	-99.726,98	-3.177.615,22
2065	0,00	85.423,68	-85.423,68	-3.263.038,90
2066	0,00	72.501,99	-72.501,99	-3.335.540,89
2067	0,00	61.395,40	-61.395,40	-3.396.936,29
2068	0,00	51.467,96	-51.467,96	-3.448.404,25
2069	0,00	42.914,47	-42.914,47	-3.491.318,72
2070	0,00	35.629,16	-35.629,16	-3.526.947,88
2071	0,00	29.618,20	-29.618,20	-3.556.566,08
2072	0,00	24.039,41	-24.039,41	-3.580.605,49
2073	0,00	19.530,31	-19.530,31	-3.600.135,80



**Município de GAROPABA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2014 a 2088**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	15.522,22	-15.522,22	-3.615.658,02
2075	0,00	11.967,57	-11.967,57	-3.627.625,59
2076	0,00	9.503,75	-9.503,75	-3.637.129,34
2077	0,00	7.549,08	-7.549,08	-3.644.678,42
2078	0,00	5.741,80	-5.741,80	-3.650.420,22
2079	0,00	4.382,30	-4.382,30	-3.654.802,52
2080	0,00	3.379,33	-3.379,33	-3.658.181,85
2081	0,00	2.476,61	-2.476,61	-3.660.658,46
2082	0,00	1.836,01	-1.836,01	-3.662.494,47
2083	0,00	1.260,95	-1.260,95	-3.663.755,42
2084	0,00	887,86	-887,86	-3.664.643,28
2085	0,00	685,55	-685,55	-3.665.328,83
2086	0,00	586,49	-586,49	-3.665.915,32
2087	0,00	532,91	-532,91	-3.666.448,23
2088	0,00	500,51	-500,51	-3.666.948,74

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

GAROPABA , 13/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
 Prefeito Municipal

Ronye Paes  
 Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
 Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
 Tec. Cont. - CRC 19288

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 11**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		30.000,00				0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		30.000,00				0,00	30.000,00
<b>TOTAL</b>		30.000,00				0,00	30.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)		SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00			0,00

FONTE:					
--------	--	--	--	--	--

GAROPABA , 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito MunicipalRonye Paes  
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 12**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.876.932,00	10.876.932,00	12.721.817,77	116,96			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.840.000,00	4.840.000,00	5.379.244,95	111,14			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	2.318.943,66	115,95			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.950.000,00	1.950.000,00	2.920.646,17	149,78			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	852.732,07	131,19			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	79.113,52	263,71			
Dívida Ativa dos Impostos	1.280.000,00	1.280.000,00	1.038.765,43	81,15			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	126.932,00	126.932,00	132.371,97	104,29			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.138.000,00	19.138.000,00	19.880.120,45	103,88			
Cota-Parte FPM	11.500.000,00	11.500.000,00	11.782.529,79	102,46			
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	29.021,83	96,74			
Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	2.021.176,99	118,89			
Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	5.928.127,19	102,21			
Cota-Parte IPLEXportação	85.000,00	85.000,00	94.339,33	110,99			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.000,00	23.000,00	24.925,32	108,37			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.000,00	23.000,00	24.925,32	108,37			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	30.014.932,00	30.014.932,00	32.601.938,22	108,62			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECETAS REALIZADAS	% (d/c)*100			
			Até o Bimestre (d)				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	10.978.789,00	13.000.705,30	12.885.866,67	99,12	12.408.530,81	95,45	477.335,86
Pessoal e Encargos Sociais	8.301.689,00	9.237.052,60	9.212.638,30	99,74	9.212.638,30	99,74	0,00
Outras Despesas Correntes	2.677.100,00	3.763.652,70	3.673.228,37	97,60	3.195.892,51	84,91	477.335,86
DESPESAS DE CAPITAL	837.820,00	1.246.944,93	1.153.180,21	92,48	896.385,97	71,89	256.794,24
Investimentos	837.820,00	1.246.944,93	1.153.180,21	92,48	896.385,97	71,89	256.794,24

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	837.820,00	1.246.944,93	1.153.180,21	92,48	896.385,97	71,89	256.794,24
Investimentos	837.820,00	1.246.944,93	1.153.180,21	92,48	896.385,97	71,89	256.794,24
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	11.816.609,00	14.247.650,23	14.039.046,88	98,54	13.304.916,78	93,38	734.130,10
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.738.000,00	5.301.988,60	5.109.481,51	36,39	4.548.650,46	34,19	560.831,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.727.600,00	5.291.588,60	5.109.481,51	36,39	4.548.650,46	34,19	560.831,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	3.738.000,00	5.301.988,60	5.109.481,51	36,39	4.548.650,46	34,19	560.831,05
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	8.078.609,00	8.945.681,63	8.929.565,37	63,61	8.756.266,32	65,81	173.299,05
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>							27,39
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIB)/100]</b>							4.039.274,64

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2014	0,00	8.288,68	92.910,51	-92.910,51		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>8.288,68</b>	<b>92.910,51</b>	<b>-92.910,51</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	8.288,68		0,00			8.288,68
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>8.288,68</b>		<b>0,00</b>			<b>8.288,68</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-					-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100	
Atenção Básica	11.816.909,00	14.247.950,23	100,00	13.304.916,78	100,00	734.130,10
<b>TOTAL</b>	<b>11.816.909,00</b>	<b>14.247.950,23</b>	<b>100,00</b>	<b>13.304.916,78</b>	<b>100,00</b>	<b>734.130,10</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

GAROPABA , 09/01/2016

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito MunicipalEdinet José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288Ronye Paes  
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 13

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Semestre	Até o Semestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

GAROPABA , 08/01/2016

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

**RREO - 6º BIMESTRE 2015 - ANEXO 14**

Município de GAROPABA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Semestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		46.173.988,00		
Previsão Atualizada		46.173.988,00		
Receitas Realizadas		57.502.934,69		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.167.328,99		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		46.173.988,00		
Créditos Adicionais		17.840.705,42		
Dotação Atualizada		64.014.693,42		
Despesas Empenhadas		54.407.812,34		
Despesas Liquidadas		49.680.872,71		
Despesas pagas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		4.726.939,63		
Superavit Orçamentário		7.822.061,98		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Semestre		
Despesas Empenhadas		54.407.812,34		
Liquidadas		49.680.872,71		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		4.726.939,63		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Semestre		
Receita Corrente Líquida		50.565.905,03		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Semestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		4.306.665,40		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		803.114,09		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.503.551,31		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		96.935,00	-2.833.414,41	-2.923,00
Resultado Primário		1.816.901,00	1.331.846,62	73,30
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.411.287,26	555.595,45	2.434.824,67	420.867,14
EXECUTIVO	3.411.287,26	555.595,45	2.434.824,67	420.867,14
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	205.002,80	0,00	203.680,02	1.322,78
EXECUTIVO	205.002,80	0,00	203.680,02	1.322,78
<b>TOTAL:</b>	<b>3.616.290,06</b>	<b>555.595,45</b>	<b>2.638.504,69</b>	<b>422.189,92</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		8.467.407,00	25%	25,46
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.920.553,67	60%	97,45
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		104.908,64	-73.908,64	
Despesa de Capital Líquida		7.486.298,98	6.964.663,84	

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de GAROPABA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.638.099,86	934.079,19	311.304,52	3.969,01
Despesas Previdenciárias (V)	408.229,68	917.807,49	1.290.258,54	630.328,51
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	1.229.870,18	16.271,70	-978.954,02	-626.359,50
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>				
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	30.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>				
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
		8.929.565,37	15,00	27,39
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>				
		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GAROPABA , 13/01/2016

 Paulo Sergio de Araujo  
 Prefeito Municipal

 Ronye Paes  
 Secretário de Orc. e Contabilidade

 Léia Cristina de Abreu Vieira  
 Diretor Controle Interno

 Edinei José Vieira  
 Tec. Cont. - CRC 19288

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.670, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.670, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ALTERA O DECRETO Nº 4.807, DE 31 DE JANEIRO DE 2012, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 3.328, DE 27 DE JUNHO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO, DENOMINADO DE "ÁREA AZUL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 4.807, de 31 de janeiro de 2012 e acrescido o inciso X ao mesmo artigo, com as seguintes redações:

"Art. 3º [...]

VI - Rua Isidoro Corrêa – trecho entre a Rua São José até a Rua Duque de Caxias;

X – Rua Irmãos Krauss - trecho com início na Rua Coronel Aristiliano Ramos, após o nº 199, com 132,22 m (centro e trinta e dois metros e vinte e dois centímetros)."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.671, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.671, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ALTERA O DECRETO Nº 6.184, DE 22 DE JANEIRO DE 2015, QUE FIXA O VALOR DOS PREÇOS PÚBLICOS PARA A UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, usando das atribuições que lhe são conferidas no artigo 72, Inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e com fundamento no artigo 2º da Lei Complementar nº 50, de 2 de maio de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o valor do preço público para a utilização do serviço de Transporte/Plataforma, descrito na tabela do artigo 1º do Decreto nº 6.184, de 22 de janeiro de 2015, passando a vigorar conforme segue:

Descrição Serviço	Unidade	Valor em UFM
Transporte/Plataforma	Hora	1,65

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 04 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO Nº 6.672, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.672, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA QUELI IONE NORONHA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora QUELI IONE NORONHA, portadora do CPF nº 908.667.030-04, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, a partir de 11/01/2016, nomeada pelo Decreto nº 6.351/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 11 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO Nº 6.673, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.673, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA ELISABETE CORREA ARCANJO

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora ELISABETE CORREA ARCANJO, portadora do CPF nº 044.850.559-22, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, a partir de 11/01/2016, nomeada pelo Decreto nº 3.772/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 11 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.674, DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 6.674, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
JAQUELINE REGINA WIPPEL	ESCRITURÁRIO	40	9º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	ESCRITURÁRIO	40	10º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MARCOS ROBERTO OYARZABAL BAPTISTA	ESCRITURÁRIO	40	11º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MARCIO DA SILVA OLIVEIRA	ESCRITURÁRIO	40	12º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ELIANE VENTURA	ESCRITURÁRIO	40	13º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BRUNA REGINA MEIS	ESCRITURÁRIO	40	14º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
KALYNE BEATRIZ JUNKES	ESCRITURÁRIO	40	15º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ANA LUCIA PONCIANO DA SILVA	ESCRITURÁRIO	40	16º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ABRÃO LINHARES	ESCRITURÁRIO	40	17º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JOANA CARLA DE NOVAIS	ESCRITURÁRIO	40	18º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HUGO CESAR DE LIMA SALES	ESCRITURÁRIO	40	19º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FLAVIA AGUIAR	ESCRITURÁRIO	40	20º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CINTHIA MAIARA CORREA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 40	40º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TATIANA DIAS GODRI TAMAZZIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 40	41º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ELISANGELA LENIR TESSARO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 40	42º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ADRIANA REGINA JUNKES SOARES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 40	43º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SINARA CRISTINA SIMON SCHMIDT	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 40	44º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.675, DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 6.675, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
ANGELA QUINTINO PEREIRA	COORDENADOR PEDAGOGICO DOC III	40	11º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DARIANE DE FATIMA PORTELLA	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	31º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DAIANE CRISTINA SCHMITT	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	32º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARLA SUSANA SCHRAMM	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	33º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
THAIANE DA ROSA	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	34º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MARIA ALCINETE DA SILVA TIBES	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	35º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MARIA ALEXANDRA DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	36º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CELINDA ODETE SUPTIL	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	37º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GISELE PAOLI CARRARO	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	38º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANDREIA FERREIRA RIBEIRO	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	39º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RICARDO SILVINO DA CUNHA	AGENTE DE BIBLIOTECA	40	6º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
BARBARA DANIELA DE OLIVEIRA DE-CKERT BENCKE	AGENTE DE BIBLIOTECA	40	7º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ROGER ARIEL ZIMERMANN	AGENTE DE BIBLIOTECA	40	8º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
LUIZ ALBERTO PEREIRA	AGENTE DE BIBLIOTECA	40	9º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ORIANA CORREA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	1º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANA PAULA FERREIRA DE ARAUJO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RAQUEL SANTOS DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	3º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MARLUCI DESCHAMPS RODEN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	4º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
BETANIA GONCALVES SCHOMMER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	5º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DANIELA REI GONCALVES AZEVEDO	ARTE EDUCADOR – ARTES VISUAIS	Até 40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
HELEN GERMANN PATRICIO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40	8º	SECRETARIA DE ADMINIS-TRAÇÃO E FINANÇAS
MARCOS DE FAVERI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40	9º	SECRETARIA DE ADMINIS-TRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.676, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 6.676, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, ELISABETE MASSING JACINTHO, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta horas) semanais e lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.677, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 6.677, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Classificação	Lotação
SANDRA REGINA LINHARES	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	76º (Vaga candidato com deficiência)	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
JANETE KLOSTER	PROFESSOR EDUCACAO ESPECIAL	40	6º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.680, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 6.680, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, através do Decreto nº 6.565/2015, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, para o cargo abaixo descrito, em virtude de não tomar posse no prazo legal.

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ANA LUCIA DA ROSA BAPTISTA	EDUCADOR SOCIAL PMG	40	14º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6678, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº6678, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e considerando o disposto no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para o cargo abaixo descrito, em virtude de desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
MARLICI DESCHAMPS RODEN	PROF. EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	4º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6679, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº6679, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e considerando o disposto no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, para o cargo abaixo descrito, em virtude de desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JOANA CARLA DE NOVAIS	ESCRITURÁRIA	40	18º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**ERRATA AO DECRETO Nº 6.666 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.666 de 18 de dezembro de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1897, de 23 de dezembro de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JOSE LUIZ DE JESUS	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	1º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SANDRA REGINA SCHNEIDER	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	2º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MARCIA ADRIANA SCHNEIDER CORADINI	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	3º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDINA FAGUNDES DE OLIVEIRA	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	4º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GLADIMARA DOS SANTOS PEDROZO PEREIRA	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	5º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EVA ADRIANA NORBACH FERREIRA	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	6º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GISLAINE MACHADO PINHEIRO	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	7º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Leia-se

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JOSE LUIZ DE JESUS	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	7º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SANDRA REGINA SCHNEIDER	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	8º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MARCIA ADRIANA SCHNEIDER CORADINI	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	9º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDINA FAGUNDES DE OLIVEIRA	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	10º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GLADIMARA DOS SANTOS PEDROZO PEREIRA	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	11º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EVA ADRIANA NORBACH FERREIRA	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	12º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GISLAINE MACHADO PINHEIRO	MERENDEIRA/SERVENTE PMG	40	13º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Gaspar (SC), 12 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**ERRATA EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DO CONTRATO SAF-28/2011**

ERRATA Extrato do Oitavo Aditivo do Contrato SAF-28/2011

Fica retificado o Extrato do Aditivo do Contrato SAF-28/2011, Publicado no DOM em 22/12/2015, Edição nº 1896, página 241, conforme segue:

Onde se lê: EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-28/2011. INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2016. VENCTO.: 01/01/2017.

Leia-se: EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-28/2011. INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2016. VENCTO.: 01/04/2016.

Gaspar/SC, 13 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

**ERRATA EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO SAF-48/2011**

ERRATA Extrato do Quinto Aditivo do Contrato SAF-48/2011

Fica retificado o Extrato do Aditivo do Contrato SAF-48/2011, Publicado no DOM em 22/12/2015, Edição nº 1896, página 240, conforme segue:

Onde se lê: VENCTO.: 01/01/2017 e VALOR TOTAL: R\$ 34.853,52 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos). Leia-se: VENCTO.: 01/06/2016 e VALOR TOTAL: R\$ 14.522,30 (quatorze mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta centavos).

Gaspar/SC, 13 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 02/2016 CORRETO**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/01/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 26/01/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 08 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

### **RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 02/2016**

#### RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

ONDE SE LÊ:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, INCLUINDO MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/01/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 22/01/2016 às 10h30min.

LEIA-SE:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/01/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 26/01/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 13 de Janeiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA



# Grão Pará

## PREFEITURA

**EDITAL 02/2016 PNEUS**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 12/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2016-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 29/01/2016, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 13 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### MINUTA DE EDITAL DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES 2016

Estado de Santa Catarina  
Município de Guaraciaba

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, convoca todos os interessados no fornecimento de bens e serviços a este Ente Federado, para procederem à inscrição e/ou atualização de seus registros cadastrais. Os interessados obterão maiores informações junto ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Ademar de Barros, Nº85, ou pelo telefone 0xx49-3645.2000.

Guaraciaba 13 de janeiro de 2016.  
ROQUE LUIZ MENEHINI,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 03.16 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS (FMS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 11/16, Edital de Pregão Nº 03/16, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Fraldas Geriátricas; recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 01/02/16; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 01/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2016.  
DAIANE DORIGON,  
Ordenadora do FMS

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 20.16 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 25/16, Edital de Pregão Presencial Nº 20/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 29/01/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 29/01/16, no Setor

de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2016.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 21.16 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS RACHÃO, PÓ DE BRITA, BRITA E PEDRAS IRREGULARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 26/16, Edital de Pregão Presencial Nº 21/16, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PEDRAS (RACHÃO, PÓ DE BRITA, BRITA E PEDRAS IRREGULARES); recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 29/01/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 29/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2016.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 22.16 REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 27/16, Edital de Pregão Presencial Nº 22/16, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE EM SACAS; recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 29/01/16; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 29/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2016.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 23.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ESCOLAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 28/16, Edital de Pregão Presencial Nº 23/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 01/02/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 01/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 10/2016

DECRETO Nº 10/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.662,81 (nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Projeto: 1104.10.301.0010.2.069

3.3.90.00-00.00.259- Aplicações Diretas ..... R\$ 9.662,81 ---

Soma ..... R\$ 9.662,81

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Supelmentar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos recursos do MAC/Estado, no valor de R\$ 9.662,81.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

13 de janeiro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

### 9/2016

Decreto 9/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMETAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Projeto: 1103.10.304.0010.2.047

(16)3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 6.000,00

SOMA ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Projeto: 1103.10.304.0010.2.047

(16)3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 6.000,00

SOMA ..... R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

13 de janeiro de 2016.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PREF CD 11

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 11/2016.

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória 2ª 20.000 km do veículo Fiat Palio Fire E MLP 9257, utilizado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Guarujá do Sul.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULO SÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 580,40 ( Material R\$ 298,40 / Serviço R\$ 282,00 )

Guarujá do Sul, SC, 13 de janeiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

## COC 2015

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA**

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.  
Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LRF, Art. 32, § 4º

(R\$ 1,00)

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

Data-base: 31/12/2015

**I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:**

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

**II) Valor da Dívida Mobiliária:**

**III) Operações de Crédito com saldo na data-base**

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado:	260.067,15
b) Saldo devedor na data-base:	90.588,34
c) Taxa de juros:	
d) Indexador:	
e) Período de carência:	a
f) Vencimento final:	00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:	
h) Finalidade do crédito:	Nº Contrato 2012003501,
g) Garantias:	

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado:	593.001,15
b) Saldo devedor na data-base:	83.319,44

c) Taxa de juros:	
d) Indexador:	
e) Período de carência:	a
f) Vencimento final:	00/00/0000
g) Periodicidade e sistema de pagamento:	
h) Finalidade do crédito:	Nº Contrato 2012003501,
g) Garantias:	

Total da Dívida Consolidada:

173.907,78

GUARUJA DO SUL, 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

## RGF 2 SEM

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.454.959,75	0,00
Pessoal Ativo	6.337.658,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	71.380,44	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	45.920,88	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.454.959,75	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	14.181.269,01	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.454.959,75	45,52
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.657.885,27	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.274.991,00	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.892.096,74	48,60
FONTE:		

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.359.806,82</b>	<b>2.410.872,66</b>	<b>2.297.082,73</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.386.122,66	2.495.670,14	2.317.834,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	26.315,84	84.797,48	20.752,10
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.359.806,82</b>	<b>-2.410.872,66</b>	<b>-2.297.082,73</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>13.660.987,65</b>	<b>13.991.935,10</b>	<b>14.181.269,01</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,95%	-17,23%	-16,20%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>16.393.185,18</b>	<b>16.790.322,12</b>	<b>17.017.522,81</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>14.753.866,66</b>	<b>15.111.289,91</b>	<b>15.315.770,53</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	69.213,58	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	567.302,40	6.616.543,66	1.055.646,76

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:



**MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>14.181.269,01</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>2.269.003,04</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.042.102,74</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>992.688,83</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,0
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienações de Bens destinando a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	134.165,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.165,91	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	3.027,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.027,43	200,21	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	25.459,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.459,19	0,00	0,00	
	143.625,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.625,18	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	47.258,70	0,00	59,51	0,00	0,00	0,00	47.199,19	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	8.905,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.905,16	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.418,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.418,23	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continua 1/12

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		Continuação 2/12							
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			R\$ 1,00
Convênio Fundo Nacional de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Hortas Comunitárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/Alimentação escolar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PDDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PNAC CRECHE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PNAE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PNAE EJA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PNAE PRÉ ESCOLAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PNAEM MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio MEC/PNATE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Min.da Ciência e Tecnologia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Minist.da Integração Nacional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Ministério da Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Ministério da Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Ministério da Saúde - Requalificação UBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Ministério das Cidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Ministério dos Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Municipalização Fundeb		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Municipalização Fundeb		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Municipalização Salário Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SDR/EXPO GUARUJÁ		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SDR/Pavimentação de Estradas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SDR/Veículo da Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Parte da Prefeitura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Parte da Prefeitura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Polícia Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/12

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
Continuação 3/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
			(b)	(c)				
	(a)					(f) = (a - (b + c + d + e))		
Convênio SSP/Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	7.764,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.764,31	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	16.837,77	0,00	0,00	0,00	0,00	16.837,77	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	12.980,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.980,60	0,00	0,00
Convênios Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda	28,11	0,00	0,00	0,00	0,00	28,11	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	68.738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	68.738,48	0,00	0,00
ministério da agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Soc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. de Recursos do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. de Recursos para o Fundo de Assistência Social	40.334,32	0,00	0,00	0,00	0,00	40.334,32	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do FNDE	22.628,01	0,00	0,00	1.078,17	0,00	21.549,84	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimento Escolar - PNAE	1.426,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.426,43	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	3.895,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.895,08	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	277,72	0,00	0,00	0,00	0,00	277,72	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/12

R\$ 1,00

Continua 3/12

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/12  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
					Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	14.017,47	0,00	4.982,40	0,00	0,00	9.035,07	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	159,25	0,00	0,00	0,00	0,00	159,25	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	101.271,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.271,23	98.509,67	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Convênio SDR	820.364,61	0,00	0,00	0,00	0,00	820.364,61	733.889,16	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos para a Saúde - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/12

**MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/12  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos de Impostos para MIDEF - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - OPER. DE CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/Apae	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/Idosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/PBVII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/PBVII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/PROJOVEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos FNAS/PTMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Medicam. Grupos Hipert. Diabete. Asma e Renti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Minit. Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXILIOS E CONTRIBUICOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5/12

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
			(b)	(c)				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos SDR/APAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/Aquisição de Equipamentos Agrícolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/carreção agri.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/combustível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/festas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/Idosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS - CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS PVMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS/IGDBF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro - IGBDF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro SES/FARMESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro Sus/Medic.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superáv Financeiro - COHAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS c/PLASSB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS c/PLVGF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/Agentes Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 6/12

**MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a'))

Continuação 7/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Recursos SUS/FARMÁCIA BASICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/PAB FIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/TAMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/Tratamento fora de Domicilio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS 40% FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS 40% FUNDEF	22.500,18	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500,18	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos bancários FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	81.208,75	0,00	0,00	0,00	0,00	81.208,75	0,00	0,00
Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sec. Estado da Cultura, Turismo e Esporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Convenio MEC/Alimentação escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Recursos CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit fina - Convênio Fundo Nacional da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit fina. Convênio SSP/Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Convênio Ministério dos Esp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 7/12





**MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 9/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transf. do FNDE ref. PNAE CRECHE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. do FNDE ref. PNAE EJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. do FNDE ref. PNAE MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. do FNDE ref. PNAE PRÉ ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. do FNDE ref. PNAE PRÉ ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - RECURSOS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOIRO - RECURSOS ORDIN.VINCUL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia do Estado para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênio Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Outros	207.009,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.606,79	0,00
Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	70,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	734,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNAS/PBVII	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	43.933,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.839.040,01	0,00	5.041,91	1.078,17	0,00	1.832.919,93	1.031.205,83	0,00

Continua 9/12

**MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 10/12

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Convênio MEC/PNAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Parte da Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Polícia Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Polícia Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Polícia Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	52.160,68	0,00	0,00	0,00	0,00	52.160,68	0,00	0,00
Indenizações por Danos ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remun. de Dep.Bancários - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remun. de Depósitos Bancários - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remun.de Dep.Bancários - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Remun.de Dep.Bancários - MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita SUS Estado	33.418,01	0,00	1.831,74	0,00	0,00	31.586,27	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Imp. - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos para a Saúde - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos para MDE - 10%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Impostos para MDEF - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Tesouro -Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 10/12

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RQCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")
Continuação 11/12
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	12.728,24	15.442,76	0,00	(28.171,00)	7.920,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	384.570,25	0,00	0,00	0,00	0,00	384.570,25	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDR/Estágem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SDSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS - CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS/IGBDF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUAS/IGDBF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro - Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Superávit Financeiro SUS/TAMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS Medic.Hipert.Diabete,Asma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos SUS/PAB FIXO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	1.150,21	0,00	0,00	(1.150,21)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	8.645,88	0,00	0,00	0,00	0,00	8.645,88	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS 40% FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FUNDEF 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos bancários FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 11/12

R\$ 1,00

Continua 11/12

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 12/12  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)		(c)	(d)	(e)			
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB 60%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB 60%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit fina. Convênio SSP/Parte da Prefeitura	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Finan. Recursos Ordinários	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Recursos Ordinários	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Recursos Ordinários	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Recursos Vinculados ECD	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro 2006 - Recursos Livres	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiros - Recursos PNAE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização Sanitária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	478.794,82	0,00		15.710,19	15.442,76	447.641,87	7.920,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.317.834,83	0,00		20.752,10	16.520,93	2.280.561,80	1.039.125,83	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		14.181.269,01	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.865.337,83	48,41
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		8.508.761,41	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		8.083.323,34	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-2.297.082,73	-16,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		17.017.522,81	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		3.119.879,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.269.003,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		992.688,83	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.039.125,83	2.280.561,80

FONTE:

**RREO 6 BIM**

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISOÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	R\$ 1,00	
RECEITAS									
RECEITA DE CAPITAL									
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		80.000,00					47.707,80	32.292,20	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00					0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		80.000,00					47.707,80	32.292,20	
TOTAL		80.000,00					47.707,80	32.292,20	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)	
Despesas de Capital		205.873,65	77.372,18	77.171,97	77.171,97	200,21	0,00	128.701,68	
Investimentos		205.873,65	77.372,18	77.171,97	77.171,97	200,21	0,00	128.701,68	
TOTAL		205.873,65	77.372,18	77.171,97	77.171,97	200,21	0,00	128.701,68	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		154.691,21						-29.464,17	125.227,04
FONTE:									

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECETAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Semestre (b)		% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)							
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.178.000,00	1.178.000,00		991.996,09	84,21		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	260.000,00	260.000,00		233.287,40	89,73		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	170.000,00	170.000,00		193.560,71	113,86		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00		366.260,71	73,25		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	200.000,00	200.000,00		165.161,40	82,58		
Dívida Ativa dos Impostos	3.500,00	3.500,00		1.277,14	36,49		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	28.500,00	28.500,00		15.958,00	55,99		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.000,00	16.000,00		16.490,73	103,07		
Cota-Parte FPM	11.196.500,00	11.196.500,00		10.571.260,96	94,42		
Cota-Parte ITR	6.800.000,00	6.800.000,00		5.891.264,88	86,64		
Cota-Parte IPVA	3.500,00	3.500,00		3.114,13	88,98		
Cota-Parte ICMS	420.000,00	420.000,00		452.085,70	107,64		
Cota-Parte IPI-Exportação	3.900.000,00	3.900.000,00		4.143.171,47	106,24		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.000,00	55.000,00		64.284,41	116,88		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	18.000,00	18.000,00		17.340,37	96,34		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.374.500,00	12.374.500,00		11.563.257,05	93,44		
RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		% (d/c)*100		
			Até o Semestre (d)				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00		0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00		0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00		0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (f)	% (f/e)*100	Até o Semestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.288.191,16	3.654.539,39		89,55	3.272.754,04	89,55	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.057.540,00	1.778.727,86		92,15	1.639.033,34	92,15	0,00
Outras Despesas Correntes	1.230.651,16	1.875.811,53		87,09	1.633.720,70	87,09	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	206.000,00	289.300,00		22,16	64.095,66	22,16	0,00
Investimentos	206.000,00	289.300,00		22,16	64.095,66	22,16	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (f)	% (f/e)*100	Até o Semestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	206.000,00	289.300,00	64.095,66	22,16	64.095,66	22,16	0,00
Investimentos	206.000,00	289.300,00	64.095,66	22,16	64.095,66	22,16	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	2.494.191,16	3.943.839,39	3.336.849,70	84,61	3.336.849,70	84,61	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (h)	% (h/v)*100	Até o Semestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	978.300,76	1.552.719,43	1.020.232,07	30,57	1.020.232,07	30,57	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	878.300,76	1.413.719,43	1.020.232,07	30,57	1.020.232,07	30,57	0,00
Recursos de Operações de Crédito	100.000,00	139.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	978.300,76	1.552.719,43	1.020.232,07	30,57	1.020.232,07	30,57	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	1.515.890,40	2.391.119,96	2.316.617,63	69,43	2.316.617,63	69,43	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>							20,03
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(i) - (15 x IIIb)/100]</b>							582.129,07

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2014	1.600,00	0,00	54.920,00	-53.320,00		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.920,00</b>	<b>-53.320,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00		0,00			0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-		-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Semestre (l)	% (j/total i) *100	Até o Semestre (m)	% (n/total m) *100	
Atenção Básica	2.430.580,76	3.868.091,26	97,91	3.272.843,37	97,91	0,00
Vigilância Sanitária	46.000,00	59.637,73	1,57	52.572,10	1,57	0,00
Vigilância Epidemiológica	23.500,00	22.000,00	0,52	17.323,83	0,52	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.500.080,76</b>	<b>3.949.728,99</b>	<b>100,00</b>	<b>3.342.739,30</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando c

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito MunicipalDEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Semestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		17.590.724,87	
Previsão Atualizada		17.590.724,87	
Receitas Realizadas		16.868.867,76	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		894.309,46	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		17.590.724,87	
Créditos Adicionais		2.040.863,14	
Dotação Atualizada		19.631.588,01	
Despesas Empenhadas		16.435.368,33	
Despesas Liquidadas		15.396.242,50	
Despesas pagas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.039.125,83	
Superavit Orçamentário		1.472.625,26	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Semestre</b>	
Despesas Empenhadas		16.435.368,33	
Liquidadas		15.396.242,50	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.039.125,83	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Semestre</b>	
Receita Corrente Líquida		14.181.269,01	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Semestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Semestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	-937.275,91
Resultado Primário		0,00	586.196,30
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Semestre</b>	<b>Pagamento até o Semestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	567.302,40	15.394,45	535.387,02
EXECUTIVO	567.302,40	15.394,45	535.387,02
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.315,84	93,22	26.222,62
EXECUTIVO	26.315,84	93,22	26.222,62
<b>TOTAL:</b>	<b>593.618,24</b>	<b>15.487,67</b>	<b>561.609,64</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Semestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Semestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.357.070,75	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.658.986,49	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Semestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		3.136.112,98	1.663.342,45

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		47.707,80		32.292,20	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		77.372,18		128.501,47	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.316.617,63	15,00		
		20,03			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
 Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
 Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>3.374.489,84</b>	<b>19,18</b>	<b>16.868.867,76</b>	<b>95,90</b>
RECEITAS CORRENTES	14.686.107,84	14.686.107,84	2.614.807,67	17,80	14.181.269,01	96,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.302.000,00	1.302.000,00	239.500,18	18,39	1.146.468,44	88,05
IMPOSTOS	1.130.000,00	1.130.000,00	186.124,20	16,38	958.270,22	84,80
TAXAS	172.000,00	172.000,00	54.375,98	31,61	188.198,22	109,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	40.342,47	26,89	216.830,97	144,55
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	150.000,00	150.000,00	40.342,47	26,89	216.830,97	144,55
RECEITA PATRIMONIAL	40.200,00	40.200,00	45.332,28	112,77	207.878,44	517,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	200,00	200,00	1.594,04	797,02	3.503,73	1.751,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.000,00	40.000,00	43.738,24	109,35	204.374,71	510,94
RECEITA DE SERVIÇOS	270.000,00	270.000,00	30.001,97	11,11	262.614,10	97,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.834.807,84	12.834.807,84	2.244.619,41	17,49	12.292.593,95	95,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.740.807,84	12.740.807,84	2.231.266,89	17,51	12.207.983,85	95,82
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	28,11	-28,11
TRANSF. DE CONV.	94.000,00	94.000,00	13.352,52	14,20	84.581,99	89,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.100,00	89.100,00	15.011,36	16,85	54.883,11	61,60
MULTAS E JUROS DE MORA	27.600,00	27.600,00	8.728,72	31,63	27.435,86	99,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.000,00	801,98	16,04	1.075,49	21,51
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	46.500,00	46.500,00	5.480,66	11,79	26.371,76	56,71
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.904.617,03</b>	<b>2.904.617,03</b>	<b>759.682,17</b>	<b>26,15</b>	<b>2.687.598,75</b>	<b>92,53</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	45.600,00	57,00	47.707,80	59,63
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	45.600,00	57,00	47.707,80	59,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.824.617,03	2.824.617,03	714.082,17	25,28	2.639.890,95	93,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	407.999,78	407.999,78	0,00	0,00	733.500,00	179,78
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.416.617,25	2.416.617,25	714.082,17	29,55	1.906.390,95	78,89
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>3.374.489,84</b>	<b>19,18</b>	<b>16.868.867,76</b>	<b>95,90</b>
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>3.374.489,84</b>	<b>19,18</b>	<b>16.868.867,76</b>	<b>721.857,11</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	17.590.724,87	17.590.724,87	3.374.489,84	19,18	16.868.867,76	721.857,11
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	1.063.302,10	—	—	894.309,46	—
Superávit Financeiro	—	1.063.302,10	—	—	894.309,46	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.631.588,01</b>	<b>551.677,88</b>	<b>16.435.368,33</b>	<b>3.196.219,68</b>	<b>3.396.000,40</b>	<b>15.396.242,50</b>	<b>4.235.345,51</b>	<b>15.375.490,40</b>	<b>1.039.125,83</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.099.587,84</b>	<b>14.812.132,58</b>	<b>1.197.774,76</b>	<b>13.299.255,35</b>	<b>1.512.877,23</b>	<b>2.822.605,23</b>	<b>13.291.335,35</b>	<b>1.520.797,23</b>	<b>13.270.883,25</b>	<b>7.920,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.476.668,24	7.362.444,59	1.440.278,22	6.884.748,38	477.696,21	1.453.665,24	6.884.748,38	477.696,21	6.884.748,38	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	81.500,00	66.609,04	-1.371,36	49.518,43	16.090,61	5.289,25	49.518,43	16.090,61	49.518,43	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.541.419,60	7.384.078,95	-241.132,10	6.364.988,54	1.019.090,41	1.363.650,74	6.357.068,54	1.027.010,41	6.336.316,44	7.920,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.471.137,03</b>	<b>4.799.455,43</b>	<b>-646.096,88</b>	<b>3.136.112,98</b>	<b>1.663.342,45</b>	<b>573.395,17</b>	<b>2.104.907,15</b>	<b>2.694.548,28</b>	<b>2.104.907,15</b>	<b>1.031.205,83</b>
INVESTIMENTOS	4.171.137,03	4.443.564,47	-669.592,83	2.780.852,03	1.662.712,44	514.185,02	1.749.646,20	2.693.918,27	1.749.646,20	1.031.205,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	355.890,96	23.495,95	355.260,95	630,01	59.210,15	355.260,95	630,01	355.260,95	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.631.588,01</b>	<b>551.677,88</b>	<b>16.435.368,33</b>	<b>3.196.219,68</b>	<b>3.396.000,40</b>	<b>15.396.242,50</b>	<b>4.235.345,51</b>	<b>15.375.490,40</b>	<b>1.039.125,83</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3



Continuação 33

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.590.724,87	19.631.588,01	551.677,88	16.435.368,33	3.196.219,68	3.396.000,40	15.396.242,50	4.235.345,51	0,00	1.039.125,83
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.472.625,26	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.590.724,87	19.631.588,01	551.677,88	16.435.368,33	—	3.396.000,40	16.868.867,76	—	15.375.490,40	1.039.125,83

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOMATTO

Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO

Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				(b) Total (b)			(d) Total (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>									
Legislativa	17.590.724,87	19.631.588,01	551.677,88	16.435.988,33	100,00	3.396.000,40	15.396.242,50	4.235.345,51	1.038.126,83
Ação Legislativa	616.500,00	616.500,00	102.539,90	565.091,36	3,44	114.364,11	565.091,36	51.406,64	0,00
Administração	616.500,00	616.500,00	102.539,90	565.091,36	3,44	114.364,11	565.091,36	51.406,64	0,00
Administração Geral	1.592.920,00	1.789.064,70	149.888,45	1.727.288,71	10,51	343.503,12	1.719.388,71	69.695,99	7.920,00
Administração Financeira	1.053.420,00	1.226.964,70	94.364,85	1.182.647,10	7,20	44.317,60	255.993,56	44.317,60	0,00
Controle Interno	442.000,00	484.600,00	41.513,75	471.367,15	2,87	72.110,43	463.647,15	21.152,85	7.920,00
Segurança Pública	67.500,00	77.500,00	13.988,85	73.274,46	0,45	15.399,13	73.274,46	4.225,54	0,00
Policiamento	69.600,00	116.370,84	2.803,38	77.085,37	0,47	10.021,99	77.085,37	39.285,47	0,00
Defesa Civil	54.600,00	111.370,84	2.803,38	77.085,37	0,47	10.021,99	77.085,37	34.285,47	0,00
Assistência Social	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Assistência ao Idoso	994.423,08	1.105.237,62	127.438,15	938.615,84	5,71	203.980,78	938.615,84	166.621,78	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	102.800,00	122.800,00	20.689,51	120.126,13	0,73	30.471,99	120.126,13	2.673,87	0,00
Assistência Comunitária	50.000,00	58.400,00	12.000,00	58.400,00	0,36	12.000,00	58.400,00	0,00	0,00
Saúde	50.000,00	30.000,00	700,80	14.333,74	0,09	3.401,97	14.333,74	15.666,26	0,00
Atenção Básica	791.623,08	884.037,62	94.067,84	745.755,97	4,54	158.105,82	745.755,97	148.281,65	0,00
Vigilância Epidemiológica	2.500.080,76	3.949.728,99	359.013,93	3.342.739,30	20,34	606.989,69	743.415,54	606.989,69	0,00
Assistência à Saúde	2.430.580,76	3.868.091,26	356.740,11	3.272.843,37	19,91	736.737,78	3.272.843,37	595.247,89	0,00
Vigilância Sanitária	465.000,00	59.637,73	2.304,16	52.572,10	0,32	4.056,38	52.572,10	7.066,63	0,00
Educação	23.500,00	22.000,00	-30,34	17.323,83	0,11	2.621,38	17.323,83	4.676,17	0,00
Alimentação e Nutrição	5.362.689,78	5.010.927,79	-15.682,83	4.104.697,64	24,97	739.092,90	4.104.697,64	906.230,15	0,00
E Ensino Fundamental	121.200,00	146.586,86	-43,16	136.362,84	0,83	54.220,50	136.362,84	132.36,02	0,00
Educação Infantil	3.999.689,78	3.875.774,14	-198.148,36	3.053.203,49	18,58	483.017,20	3.053.203,49	822.570,65	0,00
Cultura	1.241.800,00	985.554,79	182.528,69	915.131,31	5,57	191.855,20	915.131,31	704.23,48	0,00
Diffusão Cultural	109.900,00	131.288,87	20.376,80	131.110,62	0,80	70.576,80	131.110,62	158,25	0,00
Urbanismo	109.900,00	131.288,87	20.376,80	131.110,62	0,80	70.576,80	131.110,62	158,25	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2.204.190,67	2.202.779,81	-116.150,67	2.012.718,95	12,25	592.322,12	2.012.327,35	960.452,46	800.391,60
Serviços Urbanos	1.765.690,67	1.662.557,41	-144.901,15	1.494.991,72	9,10	438.157,98	694.600,12	967.957,29	800.391,60
Habituação	438.500,00	540.222,40	28.750,48	517.727,23	3,15	153.164,14	517.727,23	22.466,17	0,00
Habituação Urbana	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	75.100,00	35.390,00	-27.340,00	7.890,00	0,05	0,00	7.890,00	27.500,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	500,00	35.290,00	-27.340,00	7.890,00	0,05	0,00	7.890,00	27.400,00	0,00
Agricultura	25.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Extensão Rural	997.500,00	1.337.086,00	43.050,12	1.218.932,88	7,42	152.596,12	1.020.095,88	316.990,12	198.807,00
Indústria	997.500,00	1.337.086,00	43.050,12	1.218.932,88	7,42	152.596,12	1.020.095,88	316.990,12	198.807,00
Promoção Industrial	323.500,00	225.643,27	0,00	20.179,38	0,12	4.390,08	20.179,38	205.463,89	0,00
Comunicações	323.500,00	225.643,27	0,00	20.179,38	0,12	4.390,08	20.179,38	205.463,89	0,00
Telecomunicações	220.000,00	230.000,00	-88.407,16	128.136,00	0,78	34.979,00	128.136,00	101.864,00	0,00
	220.000,00	230.000,00	-88.407,16	128.136,00	0,78	34.979,00	128.136,00	101.864,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GUARUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/TOTAL b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	17.590.724,87	19.631.588,01	551.677,88	16.435.388,33	100,00	100,00	3.396.000,40	15.396.242,50	1.038.125,83
Transporte	1.594.450,00	1.884.464,20	-21.199,78	1.313.142,72	7,99	8,32	290.519,22	1.281.135,49	32.007,23
Transporte Rodoviário	1.594.450,00	1.884.464,20	-21.199,78	1.313.142,72	7,99	8,32	290.519,22	1.281.135,49	32.007,23
Desporto e Lazer	304.360,58	381.625,92	-16.555,18	291.984,00	1,78	1,90	23.457,66	291.984,00	0,00
Desporto Comunitário	254.360,58	308.679,26	-8.178,24	226.494,90	1,38	1,47	20.670,06	226.494,90	0,00
Lazer	50.000,00	72.946,66	-7.376,94	65.489,10	0,40	0,43	2.781,60	65.489,10	0,00
Encargos Especiais	555.500,00	595.500,00	31.902,77	555.805,56	3,38	3,61	102.798,96	555.805,56	0,00
Serviço da Dívida Interna	381.500,00	421.500,00	22.124,59	404.779,38	2,46	2,63	64.499,40	404.779,38	0,00
Outros Encargos Especiais	174.000,00	174.000,00	9.778,18	151.026,18	0,92	0,98	38.298,56	151.026,18	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	17.590.724,87	19.631.588,01	551.677,88	16.435.388,33	100,00	100,00	3.396.000,40	15.396.242,50	1.038.125,83

FONTE:

GUARUA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de GUARUÁ DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2015	Feb/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (JUL. 12 MESES)	RS 1,00
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	1.448.859,05	1.374.585,01	1.169.231,56	1.289.304,72	1.487.254,02	1.342.944,81	1.238.343,11	1.433.139,31	1.239.208,08	1.303.886,24	1.289.228,92	1.678.126,30	16.295.520,13	16.912.533,84
	IRPJ	52.687,25	109.214,54	34.712,66	53.391,58	84.357,90	72.473,23	60.555,73	247.154,14	112.912,37	79.129,86	82.258,49	157.231,69	1.143.468,44	1.302.000,00
	IRPJ-F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.333,81	22.865,59	22.949,61	23.553,85	26.464,74	233.267,40	260.000,00
	IRPJ-F	9.789,15	11.271,07	11.700,54	12.749,04	11.542,45	5.825,25	17.284,81	14.427,07	15.145,35	14.591,01	14.481,68	26.393,98	165.161,40	200.000,00
	I.S.S.	25.139,85	64.286,04	13.639,16	23.655,54	41.236,61	50.603,77	21.672,88	21.937,83	34.803,16	18.040,60	21.378,46	29.802,71	366.280,71	500.000,00
	I.TEL.	16.543,40	9.057,44	6.200,00	14.292,23	25.464,00	12.570,88	18.366,00	11.778,60	24.161,18	12.089,00	12.499,00	30.596,98	193.590,71	170.000,00
	Outras Receitas Tributárias	12.143,85	24.589,99	3.172,96	2.747,77	6.552,84	3.472,33	3.243,04	61.686,73	15.711,09	11.453,64	10.355,70	44.000,28	188.198,22	172.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.371,30	15.186,24	16.362,23	17.035,11	18.112,27	18.940,26	17.611,47	19.071,28	18.544,28	19.241,06	19.497,44	20.845,03	216.830,97	190.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	10.029,68	14.089,85	17.319,48	15.554,78	15.643,23	16.305,00	18.538,70	14.012,80	19.264,58	21.785,96	18.646,54	26.885,74	207.873,44	40.000,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	23.463,41	14.826,51	15.505,27	23.962,88	32.912,44	31.876,55	16.989,06	38.190,79	19.540,92	15.740,90	14.296,97	15.765,00	282.614,10	270.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.342.851,55	1.218.549,30	1.082.014,93	1.170.792,05	1.332.813,41	1.200.857,43	1.121.050,55	1.110.793,39	1.055.606,44	1.164.374,05	1.148.390,82	1.447.776,14	14.063.845,07	15.081.633,84
	Cota-Parte do FPM	596.335,67	611.805,61	445.610,52	480.591,82	591.411,98	514.989,39	381.036,57	445.648,32	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,35	5.591.264,88	6.800.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	Cota-Parte do ICMS	385.455,68	343.322,66	343.102,18	369.232,66	345.443,14	331.044,39	334.198,56	320.132,78	335.074,96	346.463,95	345.543,33	340.256,98	4.143.171,47	3.900.000,00
	Cota-Parte do IPVA	20.768,44	31.541,45	39.077,67	37.681,24	47.300,48	42.812,16	56.839,36	44.590,12	50.716,09	47.219,90	20.886,15	12.719,44	452.065,70	420.000,00
	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	9,41	61,97	47,88	0,00	0,00	10,68	465,21	2.271,13	165,61	111,24	3.114,13	3.500,00
	Outras Transferências Correntes	160.551,58	70.905,30	97.189,08	107.161,38	175.284,29	147.642,87	191.349,16	137.347,95	153.076,90	180.795,96	136.977,62	378.770,11	1.940.064,19	1.885.133,84
	Transferências de LC 61/1990	7.916,93	4.710,09	4.620,38	4.839,18	5.459,09	5.193,61	4.790,07	5.068,74	5.082,38	5.895,17	5.371,02	5.303,55	64.284,41	55.000,00
	Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	5.780,13	1.445,03	1.445,03	1.445,03	1.445,03	1.445,03	1.445,03	1.445,03	1.445,03	17.340,37	18.000,00
	Transferências do FUNDEB	168.333,25	155.264,19	152.395,49	164.903,48	166.421,52	158.124,78	151.362,38	155.616,47	148.412,61	157.468,32	155.533,68	160.153,43	1.895.519,92	2.000.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.445,86	3.316,57	3.326,99	8.572,51	2.914,77	2.485,34	4.585,60	3.951,81	3.639,49	3.632,81	5.188,66	9.822,70	54.863,11	88.100,00
	DEDUÇÕES (II)	202.695,16	198.275,79	186.483,82	175.745,24	198.221,27	179.017,80	155.661,50	163.559,53	152.922,81	165.221,65	170.775,72	181.771,83	2.142.251,12	2.239.300,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	202.695,16	198.275,79	186.483,82	175.745,24	198.221,27	179.017,80	155.661,50	163.559,53	152.922,81	165.221,65	170.775,72	181.771,83	2.142.251,12	2.239.300,00
	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	1.246.163,89	1.176.309,22	1.002.747,74	1.109.558,48	1.289.032,75	1.163.927,01	1.082.681,61	1.269.580,78	1.086.285,27	1.138.676,59	1.118.453,20	1.496.354,47	14.181.289,01	14.673.333,84
FONTE:															
GUARUÁ DO SUL, 13/01/2016															
JOSE CARLOS FOIATO															
Prefeito Municipal															
DEISEMIN FRANCO															
Controlador CRC 028174/CO															

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00			
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014		Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
 Continuação 4/4  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
 Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
 Contador CRC 028174/O-0



Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.359.806,82	2.410.872,66	2.297.082,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.386.122,66	2.495.670,14	2.317.834,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	26.315,84	84.797,48	20.752,10
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.359.806,82	-2.410.872,66	-2.297.082,73
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.359.806,82</b>	<b>-2.410.872,66</b>	<b>-2.297.082,73</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>113.789,93</b>	<b>-937.275,91</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

PRREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
		Até o Semestre/2015		Até o Semestre/2014		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.646.107,84	13.976.894,30	13.558.172,50			
Receita Tributária	1.302.000,00	1.146.468,44	1.204.979,85			
I.P.T.U.	260.000,00	233.287,40	225.630,29			
I.S.S.	500.000,00	366.260,71	509.094,21			
I.T.B.I.	170.000,00	193.560,71	174.779,80			
I.R.R.F.	200.000,00	165.161,40	130.710,76			
Outras Receitas Tributárias	172.000,00	188.198,22	164.764,79			
Receita de Contribuição	150.000,00	216.830,97	156.997,11			
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00			
Outras Contribuições	150.000,00	216.830,97	156.997,11			
Receita Patrimonial Líquida	200,00	3.503,73	0,00			
Receita Patrimonial	40.200,00	207.878,44	102.815,15			
(-) Aplicações Financeiras	40.000,00	204.374,71	102.815,15			
Transferências Correntes	12.834.807,84	12.292.593,95	11.805.979,71			
F.P.M.	5.440.000,00	4.713.012,25	4.522.990,50			
I.C.M.S.	3.120.000,00	3.314.536,72	3.156.944,23			
Convênios	94.000,00	84.581,99	112.011,66			
Outras Transferências Correntes	4.180.807,84	4.180.462,99	4.014.033,32			
Demais Receitas Correntes	359.100,00	317.497,21	390.215,83			
Dívida Ativa	46.500,00	26.371,76	34.231,80			
Diversas Receitas Correntes	312.600,00	291.125,45	355.984,03			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.904.617,03	2.687.598,75	1.216.335,56			
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	137.210,48			
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Ativos (V)	80.000,00	47.707,80	267.450,00			
Transferências de Capital	2.824.617,03	2.639.890,95	811.675,08			
Convênios	2.416.617,25	1.906.390,95	654.675,13			
Outras Transferências de Capital	407.999,78	733.500,00	156.999,95			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.824.617,03	2.639.890,95	811.675,08			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.470.724,87	16.616.785,25	14.369.847,58			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.812.132,58	13.299.255,35	12.345.322,52	13.291.335,35	12.320.372,87	24.949,65
Pessoal e Encargos Sociais	7.362.444,59	6.884.748,38	6.248.437,33	6.884.748,38	6.248.437,33	0,00

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>14.812.132,58</b>	<b>13.299.255,35</b>	<b>12.345.322,52</b>	<b>13.291.335,35</b>	<b>12.320.372,87</b>	<b>7.920,00</b>	<b>24.949,65</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	65.609,04	49.518,43	78.331,23	49.518,43	78.331,23	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.384.078,95	6.364.988,54	6.018.553,96	6.357.068,54	5.993.604,31	7.920,00	24.949,65
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>14.746.523,54</b>	<b>13.249.736,92</b>	<b>12.266.991,29</b>	<b>13.241.816,92</b>	<b>12.242.041,64</b>	<b>7.920,00</b>	<b>24.949,65</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.799.455,43</b>	<b>3.136.112,98</b>	<b>1.739.880,66</b>	<b>2.104.907,15</b>	<b>1.197.947,91</b>	<b>1.031.205,83</b>	<b>541.932,75</b>
Investimentos	4.443.564,47	2.780.852,03	1.424.639,37	1.749.646,20	882.706,62	1.031.205,83	541.932,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	355.890,96	355.260,95	315.241,29	355.260,95	315.241,29	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>4.443.564,47</b>	<b>2.780.852,03</b>	<b>1.424.639,37</b>	<b>1.749.646,20</b>	<b>882.706,62</b>	<b>1.031.205,83</b>	<b>541.932,75</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>20.000,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>19.210.088,01</b>	<b>16.030.588,95</b>	<b>13.691.630,66</b>	<b>14.991.463,12</b>	<b>13.124.748,26</b>	<b>1.039.125,83</b>	<b>566.882,40</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.739.363,14</b>	<b>586.196,30</b>	<b>678.216,92</b>	<b>1.625.322,13</b>	<b>1.245.099,32</b>	<b>15.577.659,42</b>	<b>13.802.965,18</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>894.309,46</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	894.309,46	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						0,00	

FONTE:

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

---

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

---

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0



MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.178.000,00	1.178.000,00	991.996,09	84,21
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	302.500,00	302.500,00	264.895,65	87,57
1.1.1- IPTU	260.000,00	260.000,00	233.287,40	89,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.500,00	2.500,00	999,17	37,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	15.701,43	62,81
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	14.967,65	99,78
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	193.560,71	113,86
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	193.560,71	113,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	505.500,00	505.500,00	368.378,33	72,87
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	366.260,71	73,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	337,97	33,80
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	256,57	7,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	1.523,08	152,31
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.000,00	200.000,00	165.161,40	82,58
1.4.1- IRRF	200.000,00	200.000,00	165.161,40	82,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.196.500,00	11.196.500,00	10.899.315,12	97,35
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	6.219.319,04	91,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	5.891.264,88	86,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	258.328,30	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	69.725,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	4.143.171,47	106,24
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	17.340,37	96,34
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	55.000,00	55.000,00	64.284,41	116,88
2.5- Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	3.114,13	88,98
2.6- Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	452.065,70	107,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>12.374.500,00</b>	<b>12.374.500,00</b>	<b>11.891.311,21</b>	<b>96,10</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	75.000,00	75.000,00	50.797,08	67,73
6.1- Transferências de Convênios	75.000,00	75.000,00	50.797,08	67,73
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.021.899,78	1.021.899,78	1.112.280,30	108,84
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.096.899,78</b>	<b>1.096.899,78</b>	<b>1.163.077,38</b>	<b>106,03</b>
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.239.300,00	2.239.300,00	2.114.251,12	94,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	1.178.252,63	86,64
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	780.000,00	780.000,00	828.634,75	106,24
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	3.468,02	96,33
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	12.856,71	116,88
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	700,00	700,00	622,78	88,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	90.416,23	107,64
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.006.000,00	2.006.000,00	1.909.870,58	95,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	1.895.519,92	94,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	14.350,66	239,18
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-239.300,00</b>	<b>-239.300,00</b>	<b>-218.731,20</b>	<b>91,40</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.203.600,00	1.668.854,79	1.658.986,49	99,41	1.658.986,49	99,41	0,00
13.1- Com Educação Infantil	601.800,00	767.054,79	766.203,51	99,89	766.203,51	99,89	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	601.800,00	901.800,00	892.782,98	99,00	892.782,98	99,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	802.400,00	352.400,00	243.638,70	69,14	243.638,70	69,14	0,00
14.1- Com Educação Infantil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	800.400,00	350.400,00	243.638,70	69,53	243.638,70	69,53	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.006.000,00	2.021.254,79	1.902.625,19	94,13	1.902.625,19	94,13	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							15.254,79
17.1 - FUNDEB 60%							15.254,79
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							15.254,79
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.887.370,40
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							86,07
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							12,76
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							1,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>							15.254,79
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.093.625,00	3.093.625,00	2.972.827,80	96,10			
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.241.800,00	985.554,79	915.131,31	92,85	915.131,31	92,85	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.298.500,00	2.584.733,96	2.237.558,90	86,57	2.237.558,90	86,57	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.402.200,00	1.252.200,00	1.136.421,68	90,75	1.136.421,68	90,75	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.896.300,00	1.332.533,96	1.101.137,22	82,63	1.101.137,22	82,63	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.540.300,00	3.570.288,75	3.152.690,21	88,30	3.152.690,21	88,30	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-218.731,20
31- DESPESAS CUSTEADAS COMA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							14.350,66
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							14.492,05
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-189.888,49
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)							3.342.578,70
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,11
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COMA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COMA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.800,00	263.549,86	235.651,01	89,41	235.651,01	89,41	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	520.399,78	1.027.490,32	579.993,58	56,45	579.993,58	56,45	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	701.199,78	1.291.040,18	815.644,59	63,18	815.644,59	63,18	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.241.499,78	4.861.328,93	3.968.334,80	81,63	3.968.334,80	81,63	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		15.254,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.895.519,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.902.625,19	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.902.625,19	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		14.350,66	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		22.500,18	0,00

GUARUJA DO SUL, 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	4.799.455,43	3.136.112,98	2.104.907,15	1.031.205,83	1.663.342,45
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>4.799.455,43</b>	<b>3.136.112,98</b>	<b>2.104.907,15</b>	<b>1.031.205,83</b>	<b>1.663.342,45</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-4.799.455,43</b>	<b>-3.136.112,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-1.663.342,45</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 13/01/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025A/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 02.520.829/0001-40, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 25.533,50 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	GLEISON SACHET Sócio Administrador CPF nº 650.526.920-72 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025B/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 85.247.385/0001-49, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 3.570,34 (três mil quinhentos e setenta reais e trinta e quatro centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI Sócio Administrador CPF nº 076.332.029-39 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025C/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.652.030/0001-70, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 27.141,30 (vinte e sete mil cento e quarenta e um real e trinta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	edivar szymanski Sócio Administrador CPF nº 670.481.290-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025D/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025D/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de

6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ Nº 02.607.956/0001-81, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 52.285,95 (cinquenta e dois mil duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	angelo follador sobrinho Sócio Administrador CPF nº 413.598.600-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025E/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025E/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará

à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 30.925,76 (trinta mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	anacleto ferrari Sócio Administrador CPF nº 523.140.819-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025F/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025F/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.531.725/0001-20, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 66.237,90 (sessenta e seis mil duzentos e trinta e sete reais e noventa centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	JULIO CÉSAR MAFACIOLI Sócio Administrador CPF nº 539.226.460-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025G/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025G/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 95.368.320/0001-05, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 10.271,00 (dez mil duzentos e setenta e um reais).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	MARIA ROSANGELA RONSEN DAMBROS Sócio Administrador CPF nº 855.226.439-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025H/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025H/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.782.733/0001-49, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 6.982,80 (seis mil novecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO Sócio Administrador CPF nº 488.351.100-68 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025I/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025 I/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de

6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 65.817.900/0001-71, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 16.140,00 (dezesesseis mil cento e quarenta reais).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	EROS CARRARO Sócio Administrador CPF nº 253.912.708-80 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025J/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025J/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 44.734.671/0001-51, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará

à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 68.439,90 (sessenta e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	OGARI DE CASTRO PACHECO Sócio Administrador CPF nº 014.645.078-72 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025K/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025K/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ Nº 67.729.178/0004-91, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 30.457,40 (trinta mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	walter prochnow junior Sócio Administrador CPF nº 139.498.468-59 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025L/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025L/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 13.568.558/0001-10, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 2.012,00 (dois mil e doze reais).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	IJOWI TOBIN DILDA Sócio Administrador CPF nº 040.293.519-56 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025M/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025M/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ Nº 15.025.636/0001-65, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 3.371,00 (três mil trezentos e setenta e um real).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	JACKSON ANTONIO BUGANÇA Sócio Administrador CPF nº 000.595.430-43 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025N/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025N/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses,

conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 76.386.283/0001-13, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 29.419,50 (vinte e nove mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	MAURICIO MACIAG Sócio Administrador CPF nº 039.087.819-73 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025O/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025 O/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 12.889.035/0001-02, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará



à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 40.584,40 (quarenta mil quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	jhonatan boni Sócio Administrador CPF nº 016.789.820-59 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025P/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025P/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 94.516.671/0002-34, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 8.470,70(oito mil quatrocentos e setenta reais e setenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	ADEMAR PAULO SCHUSTER Sócio Administrador CPF nº 219.912.940-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025Q/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025Q/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de JUNHO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 20.590.555/0001-48, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º a lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 733,70(setecentos e trinta e três reais e setenta centavos).

Herval d'Oeste, em 23 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	adriano ribeiro lazarri Sócio Administrador CPF nº 072.018.949-78 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 15 de DEZEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A, inscrita no CNPJ nº 02.351.006/0003-09 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do servidor Gilmar José Dri nomeado nos termos da IN CCI Nº 001/2015, Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos:

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RM 1C	GRECA	TON	50	1.902,00	95.100,00

Valor Total da Ata R\$ 95.100,00 (noventa e cinco mil e cem reais).

Herval d'Oeste, em 21 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município		JULIANE GRECA Sócio Administrador CPF nº 027.402.209-52 Pela Empresa
Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**IPREVI/HO****RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 01/2016**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DECORRENTES DA MÉDIA DE 80% DAS MAIORES REMUNERAÇÕES, SEM PARIDADE, À NADIR SILVA MAFRA."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Compulsória, formalizado pela servidora Nadir Silva Mafra em 30/09/2015;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1005/2015, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares em 23/12/2015;

Considerando a Portaria nº 1111 de 01 de outubro de 2015;

Considerando o atraso de parte do Regime Geral de Previdência Social para a emissão da Certidão de Tempo de Contribuição e a consequente averbação dos tempos distintos de cada regime

previdenciário, emitida em 22/12/2015;

Considerando a Portaria nº 1324 de 23 de dezembro de 2015, de averbação dos tempos de contribuição dos regimes previdenciários a que a servidora esteve vinculada;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Reconhecer nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e nos artigos 34 e 60 da Lei Complementar 179/2005, a concessão de Aposentadoria Compulsória, à Servidora NADIR SILVA MAFRA, Matrícula 4111, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 3 – Classe "A", 40 horas semanais, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, decorrentes da média de 80% das maiores remunerações desde julho/1994, sem paridade; a partir de 01 de outubro de 2015;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 05 de janeiro de 2016.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho de Administração

### **RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 02/2016**

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES A ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, À SERVIDORA NOELI TEREZINHA SEHNEN.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pela servidora Noeli Terezinha Sehnem em 17/12/2015;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1014/2015, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 048/2016 de 05 de janeiro de 2016;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – COMUM, à Servidora NOELI TEREZINHA SEHNEN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde Pública (cargo em extinção), Nível – 8, Classe “H”, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 05 de janeiro de 2016;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’ Oeste (SC), 06 de janeiro de 2016.  
JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho de Administração

### **RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 03/2016**

RESOLUÇÃO Nº 004/2016

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, COM E SEM PARIDADE, AOS BENEFÍCIOS MAJORADOS POR FORÇA DA ELEVAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E/OU EQUIVALENTES AO SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto no art. 51, § 1º, da Lei Complementar 281/2011;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 01

de 08/01/2016 – D.O.U. de 11/01/2016;

RESOLVEM:

Art. 1º - Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte, com e sem paridade, equivalentes ao piso salarial nacional e/ou do Ente no mês de janeiro de 2016, no valor de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais) para os benefícios concedidos até Dezembro de 2015;

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 002/2015.

Herval d’ Oeste (SC), 13 de janeiro de 2016.  
JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho de Administração

### **RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 04/2016**

RESOLUÇÃO Nº 004/2016

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, COM E SEM PARIDADE, AOS BENEFÍCIOS MAJORADOS POR FORÇA DA ELEVAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E/OU EQUIVALENTES AO SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto no art. 51, § 1º, da Lei Complementar 281/2011;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 01 de 08/01/2016 – D.O.U. de 11/01/2016;

RESOLVEM:

Art. 1º - Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte, com e sem paridade, equivalentes ao piso salarial nacional e/ou do Ente no mês de janeiro de 2016, no valor de R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais) para os benefícios concedidos até Dezembro de 2015;

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 002/2015.

Herval d’ Oeste (SC), 13 de janeiro de 2016.  
JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho de Administração

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 05/2016**

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, AOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 01 de 08/01/2016 – D.O.U. de 11/01/2016;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte sem paridade no mês de janeiro de 2016, conforme índices distintos definidos pelo REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL na Portaria Interministerial do MPS/MF nº 01 de 08 de janeiro de 2016, o reajuste de 11,28% (onze inteiros e vinte e oito décimos por cento) para os benefícios concedidos até Janeiro de 2015;

§ 1º Os benefícios a que se refere o caput, com data de início a partir de 1º de fevereiro de 2015 serão reajustados de acordo com os mesmos percentuais do Anexo I da referida portaria interministerial; abaixo definidos:

Data de Início do Benefício Reajuste (%)

Até janeiro de 2015 11,28

em fevereiro de 2015 9,65

em março de 2015 8,40

em abril de 2015 6,78

em maio de 2015 6,03

em junho de 2015 4,99

Data de Início do Benefício Reajuste (%)

em julho de 2015 4,19

em agosto de 2015 3,59

em setembro de 2015 3,33

em outubro de 2015 2,81

em novembro de 2015 2,02

em dezembro de 2015 0,90

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 003/2015.

Herval d' Oeste (SC), 13 de janeiro de 2016.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 252, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 252, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para novo item orçamentário como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA			
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Encargos Especiais –Dívida Interna			
28.843.0000-0.0001			
4.6.90.00.00.00.00.0.3.0000 (0249)	Aplicações Diretas		900.000,00
Total			900.000,00

Art. 2ºO crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto pelo Superávit Financeiro de recursos próprios apurados de exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 01/2016 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SETEC

PROCESSO Nº 06/2016

DISPENSA Nº 01/2016

Objeto: Contratação de empresa para locação de transformadores que serão utilizados durante a realização da 17º Festival Nacional do Camarão e no Carnaval Popular de Imbituba.

Contratada: LARROYD &amp; CIA LTDA -ME

Valor Total: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de Janeiro de 2016.

PAULO JUCHEM SEFTON

SECRETARIO DE TURISMO CULTURA E ESPORTE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 02/2016 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 07/2016

DISPENSA Nº 02/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 08:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016, licitação na modalidade de Dispensa, do tipo menor preço por item, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para "contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal".

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

MICHELA DA SILVA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEDUC

PROCESSO Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através de sua Secretaria SEDUC, comunica, que realizará às 08:00 horas do dia 26 de janeiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa adequada para fornecimento de alimentação escolar para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal do município de Imbituba".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

MICHELA DA SILVA FREITAS

SECRETARIA MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSO o Processo Licitatório 03/2016 – Pregão Presencial 03/2016 para revisão do edital.

Imbituba, 14 de Janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

**PORTARIA PMI/GGP Nº 10/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 10, de 13 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Assistente Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Carolina Vichielt Arguim Vieira	Assistente Social	008.664.979-51	13/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de janeiro de 2016.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 11/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 11, de 13 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ticiane Souza da Silveira	Agente Comunitário de Saúde – PACS (Área 09)	888.379.129-00	13/01/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição a servidora Sra. Olindina Vieira Machado, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 4313, inscrita no CPF sob o nº 343.248.799-15, que solicitou demissão, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de janeiro de 2016.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 12/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 12, de 14 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Psicóloga - CREAS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Mônica Martins	Psicóloga - CREAS	413.193.890-15	14/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 13/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 13, de 14 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora JOSIANE DOS SANTOS CARDOSO, Agente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 029.187.089-92, admitida em 03 de agosto de 2010, contrato nº 5523, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	21.10.2015 a 18.01.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**PORTARIA PMI/GGP Nº 14/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 14, de 14 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora VALÉRIA DE SOUZA ANTÔNIO, Contadora, inscrita no CPF sob o n.º 005.990.799-16, admitida em 08 de julho de 2009, contrato nº 5036, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	30.01.2016 a 28.04.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 15/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 15, de 14 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a Sra. SUZANA COSTA DE CASTRO CARPES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 060.773.939-83, do cargo/função de Assessora IV, junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 120, de 25 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 14 de janeiro de 2016.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA CMI Nº 003/2016**

PORTARIA CMI Nº 003/2016

"Exonera Ana Clélia Machado do Cargo em Comissão de Secretária de Gabinete"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora Ana Clélia Machado, portadora do RG de nº 3.880.086 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 027.842.839-84, nomeado pela Portaria CMI nº 046/2013 com alteração dada pela Portaria CMI nº 004/2015, do cargo em comissão de Secretária de Gabinete.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 13/01/2016.

**PORTARIA CMI Nº 004/2016**

PORTARIA CMI Nº 004/2016

"Exonera João Floriano do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o senhor João Floriano, portador do RG de nº 3.087.425 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 823.264.019-72, nomeado pela Portaria CMI nº 008/2013 com alteração dada pela Portaria CMI nº 003/2015, do cargo em comissão de Secretário Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 13/01/2016.

**PORTARIA CMI Nº 005/2016**

PORTARIA CMI Nº 005/2016

“Nomeia Rafaela da Rosa Oliveira para exercer a Função de Representação de Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Nomear, com fundamento no art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a senhora Rafaela da Rosa Oliveira, portadora do RG de nº 3.823.200 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 065.657.379-16, nomeada no emprego público de provimento efetivo de Técnica Legislativa pela Portaria CMI nº 030/2015, para exercer a função de representação de Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, fazendo jus a gratificação correspondente, nos termos do anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145/1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 13/01/2016.



# Indaial

## PREFEITURA

### CADASTRO DE FORNECEDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL

Aviso de chamamento para Atualização de Registros ou Inscrição em Cadastro de Fornecedores

A Prefeitura Municipal de Indaial, por este instrumento, convoca os inscritos em seu Cadastro de Fornecedores para a atualização dos registros existentes. Fica, igualmente facultado a eventuais interessados a possibilidade de virem a se cadastrar. Os inscritos e os interessados no cadastro deverão dirigir-se ao Setor de Licitações, situado na Avenida Getúlio Vargas, 126 – Bairro Centro, na cidade de Indaial/SC, no horário das 08h00 às 12h00 horas, e das 13h30 às 17h30 horas (exceto quando em regime diferenciado de horário de atendimento), em dias úteis, onde serão fornecidas as normas para Inscrição no Cadastro de Fornecedores e demais instruções. Informações poderão ser obtidas através do portal na internet [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br), ou pelo Fone/Fax (47) 3317 8904, ou pelo e-mail [licitadora@indaial.sc.gov.br](mailto:licitadora@indaial.sc.gov.br). Indaial/SC, em 13 de janeiro de 2016.

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 215/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 215/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoef, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, REIS DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.729.372/0001-03, com sede na Rua Gothard Kaesemodel, nº 518, sala 14, bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Geison Alexandre Lopes, brasileiro, Microempresário, inscrito no CPF sob nº 989.061.789/72 e Cédula de Identidade nº 3.950.544-8, residente na Rua Marques de Olinda, nº 1.930, bloco 11, Apto 101, bairro América, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de rádios portáteis comunicadores, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato é de 07 de janeiro de 2016 até 21 de fevereiro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial(SC), 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Contratante	REIS DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP Geison Alexandre Lopes Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 218/2015**

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 218/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RECEITA PROPRIA, PROCESSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.677.161/0001-78, estabelecida à Rua Inhauma, nº 108, Bairro Colégio Batista, na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais, representada neste ato por sua representante legal Sra. Edna Maria Meneses Viana Castro, brasileira, casada, analista de sistemas, inscrita no CPF sob nº 155.359.246-87, e RG nº 48.989, residente à Rua Stela de Souza, nº 35, Bairro Sagrada Família, na cidade de Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviços de tecnologia da informação para preparação do ambiente legal e tecnológico para declaração de ISSQN das instituições financeiras do Município de Indaial, passa vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL :**

7.1. O prazo do presente contrato é de 03 de janeiro de 2016 até 01 de fevereiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Contratante	RECEITA PROPRIA, PROCESSOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – EPP Edna Maria Meneses Viana Castro Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONVÊNIO Nº 001/2015**

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 001/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Conveniente, e a, ENTRE CÃES E GATOS ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS CÃES E GATOS, inscrita no CNPJ sob nº 10.248.459/0001-62, estabelecida na Rua Porto Velho – Beco, nº 282, apto 06, bairro Tapajós, CEP 89.130-000, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua presidente Sra. Márcia Rejane Montebeller, brasileira, inscrita no CPF sob nº 973.700.459/00 e Cédula de Identidade nº 3367325 SSP/SC, residente e domiciliado nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 5.109, de 17 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações a cláusula segunda, item 2.1., do convênio original, que tem como objeto o custeio de despesas de manutenção à Conveniada, conforme Lei Municipal nº 5.109/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 17 de dezembro de 2015 até 15 de março 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e conveniados as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Mário Withoeft Conveniente	ENTRE CÃES E GATOS ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS CÃES E GATOS Márcia Rejane Montebeller Conveniada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONVÊNIO Nº 006/2015**

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 006/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e a, APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.772.294/0001-34, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 443, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Mari Silva Goulart, brasileira, inscrita no CPF sob nº 158.453.378/10 e Cédula de Identidade nº 3.612.622, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 200, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 4.919, de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 5.099, de 16 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1., do convênio original, tem por objeto o repasse de R\$80.000,00 (oitenta mil) a Conveniada, destinado a atender a manutenção parcial da entidade, durante o exercício do ano de 2015, conforme Lei nº 5.099/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 17 de dezembro de 2015 até 15 de março 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Conveniente	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL Mari Silva Goulart Conveniada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONVÊNIO Nº 003/2015**

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 003/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoef, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Conveniente, e a, APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.772.294/0001-34, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 443, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Mari Silva Goulart, brasileira, inscrita no CPF sob nº 158.453.378/10 e Cédula de Identidade nº 3.612.622, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 200, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 4.919, de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 5.098, de 16 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações a cláusula segunda, item 2.1. do convênio original, que tem como objeto o repasse mensal destinado a atender a manutenção parcial da entidade, durante o exercício do ano de 2015, conforme Lei nº 5.098/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 17 de dezembro de 2015 até 15 de março 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e conveniados as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Conveniente	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL Mari Silva Goulart Conveniada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 386/2011**

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 386/2011

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoef, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Vígosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, D.J. LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.091.177/0001-20, estabelecida na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 194, sala 06, Bairro Centro, esta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Diogenes Leonardi Luz, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 871.668.019-72 e Cédula de Identidade nº 4/R 2.685.825, residente na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 194, sala 06, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locadora, em entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1, do contrato original, que tem como objeto Locação de imóvel comercial, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 560, fundos, Bairro dos Estados, denominado imóvel comercial nº 03 (três), com área aproximada de 300m² de construções, localizado nos fundos do imóvel matrícula nº 1.378, com área territorial, toda murada com aproximadamente 800m², incluindo área do prédio. A área a ser locada atenderá às seguintes necessidades: ampliação do número de sanitários à disposição do NAES, UAB, e EJA, sala dos professores fazerem planejamento na hora atividade, depósito de materiais e ampliação de Escolas de Ensino Fundamental e Unidades de Educação Infantil da rede, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1. O prazo do presente Contrato é de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 11 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Locatário	D.J. LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Diógenes Leonardi Luz Locador

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Giovanne Huebes Nicolletti

Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar

OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 011/2015**

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quarta, itens 4.1. e 4.1.1.2., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO****CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO**

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 8.704,76 (oito mil, setecentos e quatro reais e setenta e seis centavos).

**4.1.1. Da franquia:**

4.1.1.1. Item 01 – valor mensal de R\$2.747,61 (dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), perfazendo valor anual de R\$32.971,32 (trinta e dois mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos).

4.1.1.2. Item 02 – valor mensal de R\$3.982,05 (três mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinco centavos), perfazendo valor anual de R\$47.784,60 (quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).

4.1.1.3. Item 03 – valor mensal de R\$1.975,10 (um mil, novecentos e setenta e cinco reais e dez centavos), perfazendo valor anual de R\$23.701,20 (vinte e três mil, setecentos e um reais e vinte centavos).

**4.1.2. Valor da cópia excedente:**

4.1.2.1. Item 01 – valor unitário de R\$ 0,04 (quatro centavos de real).

4.1.2.2. Item 02 – valor unitário de R\$ 0,04 (quatro centavos de real).

4.1.2.3. Item 03 – valor unitário de R\$ 0,04 (quatro centavos de real).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador de Defesa Civil

## PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Ângelo Soar  
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 089/2011**

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 089/2011

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a, EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0038-54, com endereço na Rua Braz Wanka, nº 238, bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Sérgio Flohr, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 382.008.059-72 e Cédula de Identidade nº 437.979 SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta item 5.1 do contrato original, que tem como objeto a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, passa a vigorar da seguinte forma:

## CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente termo aditivo terá sua validade a partir do dia 31 de dezembro de 2015 a 16 de março de 2016, podendo ser prorrogado por igual período até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.



Indaial/SC, 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Contratante	EMPRESA DE PESQ. AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE STA CATARINA – EPAGRI Sérgio Flohr Contratada
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 375/2011**

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 375/2011

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ENGEBRAS S/A – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 71.590.426/0001-90, com sede na Rua Santa Erotildes, nº 80, Vila dos Remédios, na cidade de Osasco - Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Amauri Souza Lima, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 055.236.228-00 e Cédula de Identidade nº 16.980.213, residente e domiciliado na Rua Nagoya, nº 18, Jardim Takebe, na cidade de Diadema – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para apoio ao Município de Indaial, na gestão de informações de tráfego, obtidas através da utilização de soluções integradas, em ruas e avenidas do Município de Indaial passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. O presente Termo de Contrato terá validade a partir do dia 20 de dezembro de 2015 a 17 de abril de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial(SC), 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Contratante	ENGEBRÁS S/A Amauri Souza Lima Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 014 DO CONTRATO Nº 203/2012**

TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO 203/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 38, sala 01, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Reis, brasileiro, solteiro, inscrito sob CPF sob nº 003.649.019-93 e Cédula de identidade sob nº 3.742.746 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua João Antonio da Silva, nº 63, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da terraplenagem e pavimentação em paralelepípedos do trecho 02 da Rua Bertolina May Kechele, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução das obras é de 25 de dezembro de 2015 a 22 de fevereiro de 2016, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 17 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Mário Withoeft Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

# Iomerê

## PREFEITURA

**PORTARIA 2721/2016**

PORTARIA Nº 2721 DE 05 DE JANEIRO DE 2016  
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal CAROLINA SIPP ZARDO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/07/2014 a 18/07/2015 a contar de 30/12/2015 a 28/01/2016.  
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 05 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORGIA

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2722/2016**

PORTARIA Nº 2722 DE 07 DE JANEIRO DE 2016

Afasta servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar por aposentadoria a servidora VERA LUCIA GELAIN VIGOLO, inscrita no CPF sob nº 529.811.189, do cargo efetivo de Professor de Ed. Infantil.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 07 de Janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORGIA

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2723/2016**

PORTARIA Nº 2723 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

Ceder veículos e máquinas para prova prática de concurso público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder os veículos e máquinas abaixo relacionados, para realização de prova prática, para os classificados no concurso público nº01/2015, que se realizará nos dias 09 e 10/01/2016.

- Ambulância placa MHK 5397
- Caminhão placa MLQ 2271
- Caminhão placa MLQ 2241
- Caminhão placa MLP 6471
- Ônibus placa QHD 6304
- Retro Escaveira CASE

Art. 2º A conservação dos veículos e máquinas, fica sob responsabilidade da Empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME e do candidato que estiver conduzindo o veículo ou máquina

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de Janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORGIA

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 04/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 04/2016 para aquisição de óleo lubrificante e graxa. A abertura das propostas se dará no dia 27/01/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 13 de janeiro de 2016.

Milto Borga

Prefeito Municipal em exercício

# Ipumirim

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é Locação de imóvel na Rua Assis Brasil, nº 122, destinado ao funcionamento de estabelecimento, para venda de produtos coloniais da Agricultura Familiar, com área de aproximadamente de 36 m², piso parte inferior, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, conforme escritura de matrícula nº 5622, para o exercício de 2016. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 13/01/2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO D PL 5, DL 3-2016/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 3/2016 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 5/2016</b> <b>Data do Processo: 13/01/2016</b>
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2016  
b) Licitação Nr.: 3/2016-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 13/01/2016  
e) Objeto da Licitação: Locação de imóvel na Rua Assis Brasil, nº 122, destinado ao funcionamento de estabelecimento, para venda de produtos coloniais da Agricultura Familiar, com área de aproximadamente de 36 m², piso parte inferior, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, conforme escritura de matrícula nº 5622, para o exercício de 2016.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ANA NAIR DALL AGNOL (9353)**

1 Aluguel de Imóvel destinado ao funcionamento de estabelecimento, para venda de produtos coloniais da Agricultura Familiar,	mês	12,00	0,0000	666,00	7.992,00
--	-----	-------	--------	--------	----------

**Total do Fornecedor: 7.992,00**

**Total Geral: 7.992,00**

Ipumirim, 13 de Janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016

DESIGNA PREGOEIRO E COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO – PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520/02;

RESOLVE :

Art.1.º - Fica reformulada a composição nominativa da Comissão responsável pelos procedimentos licitatórios realizados pela Administração Direta, na modalidade Pregão Presencial, a qual passará a atuar com a seguinte constituição:

Pregoeiro:

Patrícia Fabiane Fronczak

Membros da Equipe de Apoio:

Andressa Bendlin

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Marcia Maria Kerscher

Reinaldo Stasiak

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Art. 2.º - No caso de impedimento do Pregoeiro, atuarão como pregoeiros a Srª. Rosani Rodrigues da Silva Mischka ou a Srª Marcia Maria Kerscher.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/01/2016, ficando revogada a Portaria nº 540/2014 de 22/12/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIA Nº 002/2016

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,

RESOLVE :

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

Presidente:

Patrícia Fabiane Fronczak

Secretária:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Membros:

Andressa Bendlin

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Márcia Maria Kerscher

Reinaldo Stasiak

Art. 2º. No caso de impedimento da Presidente, passará a substituí-la nessa condição a servidora Rosani Rodrigues da Silva Mischka.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/01/2016, ficando revogada a Portaria nº 539/2014 de 22/12/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itapema

## PREFEITURA

### **PROCESSO Nº 196 / 2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.132.2015 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 196 / 2015 – Pregão Presencial nº. 04.132.2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 26/01/2016.

Abertura do Pregão: 26/01/2016 às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.132.2015” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 13 de janeiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor Interino Contratos e Licitações

# Itapiranga

## PREFEITURA

### **ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 254, 256 E 258/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

Errata da Edição do dia 11/01/2016:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Sirimar Ltda - Epp

Onde se lê:

VALOR: R\$ 83.000,00

Leia-se:

VALOR: R\$ 72.600,00

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

Itapiranga – SC. 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Junior & Cia Ltda - Me

Onde se lê:

VALOR: R\$ 2.550,00

Leia-se:

VALOR: R\$ 637,50

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

Itapiranga – SC. 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Junior & Cia Ltda - Me

Onde se lê:

VALOR: R\$ 33.150,00

Leia-se:

VALOR: R\$ 26.850,00

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

Itapiranga – SC. 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 099 A 102/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 175/2015

OBJETO: Aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade.

VALOR: R\$ 145.700,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Sirimar Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 10.400,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Junior & Cia Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.912,50

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Ramos Automotiva E Serviços Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015

OBJETO: Contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 6.300,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS



**PORTARIA 257/2015 - CONTRATOS**

PORTARIA Nº 257/2015 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Tatiane Penz, matrícula nº 14122/03, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços 262 e 263/2015, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 181/2015, para contratação de empresa especializada em serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para atender os eventos realizados neste município.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 28 de dezembro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Tatiane Penz

Fiscalizadora

**PORTARIA 258/2015 - CONTRATOS**

PORTARIA Nº 258/2015 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Luis C. Steffenon, matrícula nº 6260/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 043 e 044/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Dispensa de Licitação nº 37/2015 - FMS, para assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência; e ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os consorciados.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 30 de dezembro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Luis C. Steffenon

Fiscalizador

**PORTARIA 259/2015 - CONTRATOS**

PORTARIA Nº 259/2015 – CONTRATOS

**DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Kátia Grisotti, matrícula nº 10350/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 099/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 175/2015, para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de dezembro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Kátia Grisotti

Fiscalizadora

**PORTARIA 260/2015 - CONTRATOS**

PORTARIA Nº 260/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Luis C. Steffenon, matrícula nº 6260/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 100, 101 e 102/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2015, para contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de veículos, caminhões, ônibus, máquinas pesadas de propriedade desta municipalidade.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de dezembro de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Luis C. Steffenon

Fiscalizador

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 05/2016, cujo objeto é a contratação de empresas para prestação de serviços de transporte escolar para alunos deste município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 26 de janeiro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 13 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 06/2016, cujo objeto é a contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais desta Municipalidade, em jornal de circulação diária e estadual. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 26 de janeiro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 13 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 488, de 5 de janeiro de 2016

DECRETO Nº 488, de 5 de janeiro de 2016

“Constitui Comissão de Licitação e Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para a 23ª Festa da Cebola promovida pela FEXPONACE”.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 e letra “c”, do inciso II, do artigo 97 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o artigo 51 da Lei nº. 8.666/93, com o artigo 7º, inciso II, e artigo 10, do anexo I, do Decreto nº. 498/2007, e com a Lei n. 2.2189/2009, e

CONSIDERANDO a necessidade de se realizarem diversos procedimentos licitatórios para a realização da 23ª Festa da Cebola;

CONSIDERANDO que, muito embora já exista comissão permanente de licitação, no início deste ano de 2016 esta ficará envolvida em processos das demais Secretarias Municipais, principalmente no que se refere a transporte escolar e merenda, aquisição de remédios da Farmácia Básica e para cumprir determinação judicial, dentre outras funções;

CONSIDERANDO que a Festa Nacional da Cebola está prevista para acontecer dos dias 7 a 10 de abril de 2016, ou seja, o fator “tempo” é preponderante e importante em se tratando das compras e contratações a serem realizadas,

#### RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O PROCESSAMENTO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS ATINENTES À 23ª FESTA NACIONAL DA CEBOLA, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Tânia Maria Beling de Carvalho, Josiane Rosa Sieves, Tiago Jesser Marques Vieira e Vilmar Schwambach, sendo presidida pela primeira e secretariada pela segunda.

Art. 2º – Fica nomeada Josiane Rosa Sieves PREGOEIRA, devendo atuar nos procedimentos licitatórios na modalidade pregão concernentes a Festa da Cebola de 2016, com atribuições previstas no Decreto nº. 498/2007.

Art. 3º – Fica nomeada a EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Tânia Maria Beling de Carvalho, Tiago Jesser Marques Vieira e Tainá Bruder Gerent, designando como secretária a primeira.

Art. 4º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão pelas dotações da 23ª Festa da Cebola e da FEXPONACE, não podendo onerar a folha de pagamento do erário municipal.

Art. 5º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 5 de janeiro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ERRATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO 1/2016/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Errata ao Edital de Credenciamento 1/2016/FMS, publicado no DOM (Edição 1909, de 13/01/2016, páginas 410-418).

1) No anexo IV – Minuta do Termo de Credenciamento, na cláusula terceira – das responsabilidades, na subcláusula 3.1.12., onde se lê:

“3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado.”;

Leia-se:

“3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, mensalmente, o quantitativo de procedimentos realizados, com nome e CPF dos pacientes atendidos.”.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 11 de janeiro de 2016.

### ORDEM DE SERVIÇO 275/2015 - RECEBIDA EM 21/12/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 275/2015

Autorizo por meio desta, a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 a executar os serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações da área externa da Unidade Básica de Saúde do bairro Vila Remor, na Rua Rosa Heberle, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 24/2015/FMS – Tomada de Preços nº 3/2015/FMS, homologado no dia 27/11/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 112.067,11 (cento e doze mil, sessenta e sete reais e onze centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 80/2015/FMS, de 27 de novembro de 2015. O prazo de início é em até 10 (dez) dias e a execução é em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 03 de dezembro de 2015.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
PAULA GIOVANA KLEBER

Contratada: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Representante: ANTONIO GONÇALVES DIAS

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 183.272.579-00

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Dezembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>173.641,70</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>152.122,71</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	172.198,99
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-20.076,28
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>21.518,99</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.889,54
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-370,55
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>281.674,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>400.720,35</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.674,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	400.720,35
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>496.164,95</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>610.895,96</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	36.138,19	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	97.596,16
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	196.751,47	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	243.597,14
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	42.751,64	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	42.751,64
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	220.523,65	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	226.951,02
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>407.419,06</b>		
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	279.457,97		
BANCO C/ MOVIMENTO	127.961,09		
<b>TOTAL</b>	<b>1.185.258,01</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.185.258,01</b>

Joaçaba, 13/01/2016

Marcio Roberto Piccoli  
Contador CRCSC 025688/O

Luiz Vastres  
Presidente

Jean Carlos da Silva  
Controlador Interno

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 004/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 004/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro (Matr. 148), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. D-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14.05.2014 a 13.05.2015, para serem fruídas no período de 10 a 19.02.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin  
Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 005/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 005/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Alex Estival Datsch (Matr. 168), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2014 a 30.09.2015, para serem fruídas no período de 10 a 19.02.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 006/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 006/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Léo Augusto Mendes (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref.E-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2015 a 06.02.2016, para serem fruídas no período de 10 a 29.02.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 007/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 007/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Locemar Ferrari (Matr. 6), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.06.2014 a 31.05.2015, para serem fruídas no período de 10 a 29.02.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto



**PORTARIA JHL 008/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 008/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Nilson Araújo (Matr. 39), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-3, Ref.H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.07.2014 a 30.06.2015, para serem fruídas no período de 10 a 29.02.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 009/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 009/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Wilian Sartor Sganzerla (Matr. 152), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.04.2014 a 31.03.2015, para serem fruídas no período de 11.02.2016 a 01.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 010/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 010/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Mônica Saraiva Romani (Matr. 132), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Escriturária, P-5, N-1, Ref. G-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17.08.2014 a 16.08.2015,

para serem fruídas no período de 10 a 29.02.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 011/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 011/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Otiel Rezende de Arruda (Matr. 177), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, P-5, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23.10.2014 a 22.10.2015, para serem fruídas no período de 29.02.2016 a 19.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 29 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 012/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 012/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Richard de Barros Nascimento (Matr. 178), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08.12.2014 a 07.12.2015, para serem fruídas no período de 22.02.2016 a 12.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 013/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 013/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo César Lamin (Matr. 125), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Químico, P-8, N-1, Ref. H-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.06.2014 a 01.06.2015, para serem fruídas no período de 11.02.2016 a 01.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,h

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 014/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 014/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Reginaldo da Silva (Matr. 119), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. G-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.06.2014 a 01.06.2015, para serem fruídas no período de 10.02.2016 a 10.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 015/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 015/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Venâncio Horbach (Matr. 36), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref.J-10, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.08.2014 a 02.08.2015,

para serem fruídas no período de 12.02.2016 a 12.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 016/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 016/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo Venite Rosa (Matr. 136), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. F-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.12.2014 a 30.11.2015, para serem fruídas no período de 01.02.2016 a 01.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 017/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 017/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Loeri José Luvison (Matr. 81), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, P-4, N-2, Ref.H-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15.01.2015 a 14.01.2016, para serem fruídas no período de 15.02.2016 a 15.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto



**PORTARIA JHL 018/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 018/2016 DE 11.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jorge Luiz Rosa (Matr. 54), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref.B-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.06.2014 a 31.05.2015, para serem fruídas no período de 01.02.2016 a 01.03.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 020/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 020/2016 DE 12.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- ENQUADRAR, o servidor Evandro Castanha ao adicional de insalubridade, grau máximo – 40% do Piso Municipal por desenvolver atividades em condições insalubres, com base no LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho e nos Artigos 9º, 11º, 12º da Lei Complementar 193/2010 de 06.09.2010 e no Decreto nº 3661/2010 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art.2º- O direito do servidor ao adicional de insalubridade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo e perícias técnicas específicas, determinados pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de janeiro de 2016

.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**HOMOLOGAÇÃO PR 0056/2015 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 56/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 77/2015 Processo de Licitação: 77/2015 Data do Processo: 30/11/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 77/2015  
b ) Licitação Nr.: 56/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 13/01/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO E REDE COLETA A SER EXECUTADA NOS FUNDOS DA RUA ELIZÁRIO DE CARLI E MANUTENÇÃO DAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTO NO MUNICIPIO DE JOAÇABA, QUE NÃO FORAM ADQUIRIDOS EM LICITAÇÃO ANTERIOR.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**HIDROLUNA MATERIAIS P/SANEAMENTO LTDA (6190)**

1 Luva de correr para junta elástica, fabricada por processo de conformação, a partir de tubo de PVC rígido DeFoFo, PVC 12, cor ocre, para conexão a tubos de DeFoFo ou de Ferro Fundido nodular, extremidades com bolsas para junta elástica, com anéis de borracha, conforme com a norma da ABNT NBR 7665:2007 (pontos pertinentes) e respectivas referências normativas da mesma, exclusive a cor. DN 200. - Marca: CORR	UN	5,00	0,0000	198,70	993,50
---	----	------	--------	--------	--------

**Total do Fornecedor: 993,50**

**TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (7887)**

2 Mangueira flexível, para utilização em sistemas pressurizados de esgoto sanitário, fabricada a partir de borracha sintética com reforço têxtil de poliéster-poliâmida. Pressão de serviço de até 10 kg/cm² de pressão interna, e espessura mínima da parede de 2,5 mm. Para armazenamento, a mangueira deverá ficar compactada tipo mangueira de incêndio, devendo ser leve e facilmente enrolável em bobina. Diâmetro 4" - Marca: OROFLEX	M	30,00	0,0000	159,40	4.782,00
3 Mangueira flexível pressão de serviço máxima até 10 kg/cm² de pressão interna, espessura mínima da parede de 2 mm. Mangueira a ser utilizada na condução de esgoto sanitário, sendo plana em borracha com reforço têxtil de poliéster. Para armazenamento a mangueira deverá ficar compactada tipo mangueira de incêndio, devendo ser leve e facilmente enrolável em bobina. Diâmetro 2". - Marca: OROFLEX	M	60,00	0,0000	63,70	3.822,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 56/2015 - PR

Processo Administrativo: 77/2015  
Processo de Licitação: 77/2015  
Data do Processo: 30/11/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (7887)**

4	26.Mangueira flexível pressão de serviço máxima até 10 kg/cm² de pressão interna, espessura mínima da parede de 2,5 mm. Mangueira a ser utilizada na condução de esgoto sanitário, sendo plana em borracha com reforço têxtil de poliéster. Para armazenamento a mangueira deverá ficar compactada tipo mangueira de incêndio, devendo ser leve e facilmente enrolável em bobina. Diâmetro 3". - Marca: OROFLEX	M	40,00	0,0000	101,00	4.040,00
5	Mangueira flexível pressão de serviço máxima até 10 kg/cm² de pressão interna, espessura mínima da parede de 3,0 mm. Mangueira a ser utilizada na condução de esgoto sanitário, sendo plana em borracha com reforço têxtil de poliéster. Para armazenamento a mangueira deverá ficar compactada tipo mangueira de incêndio, devendo ser leve e facilmente enrolável em bobina. Diâmetro 8". - Marca: OROFLEX	M	12,00	0,0000	430,00	5.160,00

**Total do Fornecedor: 17.804,00****Total Geral: 18.797,50**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 132.412,88

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### **EXTRATO ARP 01/2016 PP 154 2015 PML DOM PEDRO II**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2015

PROCESSO Nº 311/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Máquinas da frota pertencente ao Município de Lages, do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 1.719.689,40 (um milhão setecentos e noventa e nove mil e quarenta e nove reais e quarenta centavos),

CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II inscrita no CNPJ n.º 08.824.026/0001-66, com sede a Avenida Dom Pedro II, 1131ª – Bairro São Cristóvão – CEP 88509-000 – Lages/SC

Lages/SC 22 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 01/2016 PP 154 2015 PML STANG**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2015

PROCESSO Nº 311/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Máquinas da frota pertencente ao Município de Lages, do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.230.413,36 (dois milhões duzentos e trinta mil quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos), STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com sede na Av: Dom Pedro II nº967 – Bairro São Cristóvão cep.88509-000

Lages/SC 22 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 043/2016**

PORTARIA RH Nº 043/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RUI DE OLIVEIRA QUERINO para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Documentação, DS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 060/2016**

PORTARIA RH Nº 060/2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, HUMBERTO DA SILVA COSTA Engenheiro, do dia 05.01.2016 a 03.02.2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Janeiro de 2016.  
RODOLFO MICHELS GODINHO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 066/2016**

PORTARIA RH Nº 066/2016

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTE, OBRAS, PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, MARCIEL DE OLIVEIRA AGOSTINHO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 23.12.2016 a 21.01.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Janeiro de 2016.

RENATO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 067/2016**

PORTARIA RH Nº 067/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ALTERAR O EXERCÍCIO, dos Servidores abaixo relacionados, de acordo com o artigo 11 da Lei Complementar nº 138/2006 e edital nº 02/2015.

- SILVIA DA ROSA RODRIGUES – Especialista em Assuntos Educacionais, 40 horas, da EEB Profª Elizabeth Ulysséa Arantes, Portinho para C.E.I. Pequeno Cisne;
- SILVIA DA SILVA CAMPOS – Professor, 40 horas, do CEI Profª Laurení Vieira de Souza, Vila Vitória para CEI Pequeno Príncipe;
- CLÉSIA DA SILVA – Professor, 40 horas, do CEI Padre Augustinho para o CEI Pequeno Príncipe, Cabeçuda, 40 horas;

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 068/2016**

PORTARIA RH Nº 068/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Conselheiro do Conselho Tutelar, gestão 2016/2020, de acordo com a Lei Complementar nº 164/2007 alterada pela Lei Complementar nº 319/2015, a partir de 10/01/2016.

- Adriana de Amorim Luiz;
- Daniele Nunes Fernandes Vicente;
- Michely Martins Ribeiro;
- Stephanie Franchesca Cunha Bonaldi;
- Ynnis Zin Siqueira.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 069/2016**

PORTARIA RH Nº 069/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, IBERÊ AGUIAR JAQUES, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 070/2016**

PORTARIA RH Nº 070/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANDREA DA SILVA FRANCISCO LEONARDO para exercer o cargo em comissão de Diretor de Escola, DAE 1, na E.E.B. Chiquinha Gomes de Carvalho, Bananal, a partir de 11/01/2016, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 071/2016**

PORTARIA RH Nº 071/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, JANICE FÉLIX DE SOUZA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir de 11/01/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 072/2016**

PORTARIA RH Nº 072/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GABRIEL DE OLIVEIRA VIEIRA para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 073/2016**

PORTARIA RH Nº 073/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIANA DE FARIAS para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Habitação e Assistência Social, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 074/2016**

PORTARIA RH Nº 074/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CLEBER BANDARRA DE OLIVEIRA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº048/2016**

PORTARIA RH Nº 048/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Henrique de Pelegrini	2013/2014
Débora Rodrigues da Silva	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

ALINE TRICHÊS SAVI

Presidente de Fundação

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO HMHL N. 01/2016**

CREDENCIAMENTO HMHL N. 01/2016  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER  
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
ATO EDITAL CREDENCIAMENTO HMHL N. 01/2016

O Município de Lauro Muller, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para prestação de serviços de plantão medico para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de 18/01/2016 a 30/04/2016  
O edital na integra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 10 de janeiro de 2015  
JAIR F MADEIRA.  
Presidente da Comissão de Licitação

### **DECRETO Nº 001/2016**

DECRETO Nº 001/2016

FIXA AS DATAS DE VENCIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal combinado com o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixadas as datas de vencimento para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, do exercício de 2016, conforme abaixo descritas:

1º PARCELA: 11 DE ABRIL DE 2016  
2º PARCELA: 10 DE MAIO DE 2016  
3º PARCELA: 10 DE JUNHO DE 2016  
4º PARCELA: 11 DE JULHO DE 2016

Parágrafo Único – Para os contribuintes que optarem pelo pagamento em 02 (duas) parcelas, 11 de Abril e 10 de Maio de 2016, será concedido desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 2º - O contribuinte que tiver direito a isenção deverá protocolar o requerimento até o 11/04/2016 no Setor de Tributação e Fiscalização desta Prefeitura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **DECRETO Nº 002/2016**

DECRETO Nº 002/2016

FIXA AS DATAS DE VENCIMENTO DA LICENÇA LLF/LFF, ALVARÁ SANITÁRIO, ISSQN HOMOLOGADO E ISSQN FIXO 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal combinado com o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixadas as datas de vencimento para pagamento da Licença LLF/LFF, ISSQN Homologado e ISSQN Fixo, do exercício de 2016, conforme abaixo descritas:

LICENÇA LLF/LFF - Vencimento: 31/03/2016

ISSQN FIXO - Vencimento: 20/04/2016

ALVARÁ SANITÁRIO - Vencimento: 31/03/2016

ISSQN HOMOLOGADO - Vencimento: até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao fato gerador

Valor UFRM - 5,880077

Parágrafo Único – A emissão das guias de arrecadação do ISSQN Homologado deverá ser feita por meio digital, através do site [www.meuiss.com.br](http://www.meuiss.com.br).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**DECRETO Nº 003/2016**

DECRETO Nº 003/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 95.364,84 (Noventa e Cinco Mil, Trezentos e Sessenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 39

3.3.50.00.00.1166 - Aplicação Direta R\$ 95.364,84

Total R\$ 95.364,84

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de provável excesso de arrecadação na fonte 1166 (MAC/SUS) projetada até o final do exercício.

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**EDITAL DE PREGAO Nº1 /2016 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº1 /2016 PMLM

PROCESSO Nº1/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de janeiro de 2016 às 10:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil, financeiro, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executada de acordo com as necessidades da administração do Município de Lauro Muller – SC, em conformidade com as especificações constantes neste Edital para o exercício de 2016, o edital na íntegra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 10 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGAO Nº2 /2016 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº2 /2016 PMLM

PROCESSO Nº2/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 26 de janeiro de 2016 às 10:00h, haverá pregão presencial para contratação de empresa ou profissional habilitado para prestação de serviços de assessoria em licitações e contratos, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executada de acordo com as necessidades da administração do Município de Lauro Muller – SC, em conformidade com as especificações constantes neste Edital para o exercício de 2016, o edital na íntegra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 10 de janeiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP01\2016**

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP01\2016

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº072/2015, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global, visando a Contratação de empresa especializada para execução das obras de reconstrução de ponte em concreto sobre o Rio Caçador na comunidade de Caçadorzinho com dimensões de 16,8x4,8m e reconstrução de cabeceiras e ponte em concreto sobre o Rio dos Patos na comunidade de Zarpelon com dimensões de 18x5,3m no Município de Lebon Régis/SC atendendo ao PROCESSO nº 59050.001100/2014-14 do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme projetos arquitetônicos e demais anexos deste Edital. disponíveis no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até às 09h00min do dia 02 de fevereiro de 2016. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 13 de janeiro de 2016.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS - Presidente.

### **EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016**

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

O Prefeito de Lebon Regis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização de Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias para do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lebon Regis, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 001/2016 e seus anexos. As inscrições online serão de 14/01/2016 a 28/01/2016 e as provas estão previstas para o dia 14/02/2016. O processo seletivo contemplará vagas para cargos de nível alfabetizado, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Os detalhes sobre os cargos, jornada de trabalho, vagas, salário mensal, pré-requisitos e outras determinações, constam do inteiro teor do edital 001/2016, que se encontra divulgado no site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) e [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br). Lebon Regis (SC), 13 de janeiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

### **CONTRATO Nº: 001/2016 - HMMSA**

HOSPITAL E MATERNIDADE S. ANTONIO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 001/2016

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada e com qualificação técnica para organizar e executar Processo Seletivo para provimento de cargos da Autarquia, conforme listagem apresentada, observando-se as exigências quanto a escolaridade de nível Fundamental, Médio e Superior; incumbindo-se esta à aplicação de provas escritas objetivas, práticas e de títulos.

Contratante: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio-Autarquia

Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE - IOBV - 08.072.361/0001-55 Valor: R\$ 3.000,00 (Tres mil reais).

Vigência: 04/01/2016. Término: 31/03/2016

Lebon Régis, 04/01/2016.

Moacir Galeno Varela Furtado - Presidente.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 004/2016

DECRETO Nº 004, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia membros para Compôr o Conselho Municipal de acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município c/c o disposto na Lei Municipal nº. 547, de 23 de abril de 2007. DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para o exercício de 2.016 a 2.018, com a seguinte composição:

I – Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Andréia Aparecida Eger Hamm

Suplente: Maria Albertina Hoffmann

II – Representante do Conselho Tutelar

Titular: Cricila Aparecida Hilleshein

Suplente: Lucemar Guchert de Souza

III – Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Marlise Aparecida Motta Steffens

Suplente: Carolina Patricia da Cunha

IV – Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Janira Hoffmann

Suplente: Claudia Becker da Cunha

V – Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública -

Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Titular: Daniela Vermohlen

Suplente: Joelma da Silva

VI – Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Silvânia Capistrano Lopes

Suplente: Eliziana Estevão Alves

Titular: Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann

Suplente: Marisete Gonçalves e Silva

VII – Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Carlos Alberto Coelho

Suplente: Vânio Inácio de Souza Júnior

VIII – Representante do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional equivalente

Titular: Helvis Hercílio de Souza

Suplente: Cleomária Aparecida de Campos Andrade

IX – Representante dos Professores da Educação Básica Pública

Titular: Luciane Maria Franzen

Suplente: Franciele Sezerino

X – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Karina Alves

Suplente: Aline Kraus

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 12 de janeiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e

### EDITAL N.º 001/2016 - NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS - IPTU

Edital Nº 001/2016

de 12 de Janeiro de 2016

#### NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS

De conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 684, de 29 de janeiro de 2010, e lei nº26 de 30 de dezembro de 1977 - Código Tributário Municipal, pelo presente Edital:

Notifica os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário Municipal, sobre o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e das Taxas de Serviços Públicos, relativo ao exercício de 2016.

O contribuinte que não receber o carnê de aviso de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas, referente ao exercício de 2016, deverão retirá-lo no local abaixo indicado.

Os contribuintes poderão contestar o valor do lançamento até o prazo limite de 01/03/2016, através de requerimento dirigido à Prefeitura Municipal, anexando os seguintes documentos carnê da IPTU/2012, CPF ou CNPJ do proprietário, identidade e CPF do requerente.

Os dados sobre o lançamento estarão disponibilizados no Setor de Tributos, no prédio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, situado à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Após a data de 01/03/2016, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para efeito da lei, ficando sujeitos aos acréscimos legais previstos.

Será observada a data de 01/03/2016 como prazo limite para os recursos administrativos referentes à contestação dos lançamentos e solicitação de isenção e demais benefícios previstos em lei, após o que, serão considerados intempestivos.

Os contribuintes poderão efetuar o pagamento de tributos, conforme definido em tabela a seguir:

PARCELA	VENCIMENTO	DESCONTO
Única	01/03/2016	10%
01/03	01/03/2016	05%
01/04	01/04/2016	05%
01/05	02/05/2016	05%

A falta de pagamento das parcelas de março e abril ou qualquer delas, o contribuinte perderá o total do valor reduzido e se sujeitará as penalidades tributárias previstas no Código Tributário, conforme segue:

I – Multa de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor tributário quando o pagamento

for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II – Juros de mora, a razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando mês de qualquer fração.

III – Correção monetária do débito, incluído neste o valor das multas ou acréscimos, e excluído o dos juros monetários, mediante à aplicação dos coeficientes de atualização pela Administração Federal.

O débito não recolhido no seu vencimento se constituirá em dívida ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na Repartição Administrativa.

Os pagamentos do IPTU serão efetuados preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, 12 de Janeiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal E.E.

## **EDITAL N.º 002/2016 - NOTIFICAÇÃO AOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS/SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.**

Edital Nº 002/2016

de 12 de Janeiro de 2016

NOTIFICAÇÃO AOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS/SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

De conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 684, de 29 de janeiro de 2010, e lei nº 26 de 30 de dezembro de 1977 - Código Tributário Municipal, pelo presente Edital:

Notifica-se sobre o lançamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento do exercício de 2016, os profissionais autônomos, as sociedades de profissionais e as empresas inscritas no cadastro mobiliário municipal, conforme rol de lançamento que se encontra disponibilizado junto à Secretaria Municipal da Administração e Finanças, Setor de Tributos, no prédio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal situado à Rua Mainolvo Lemhkuhl, 20. Os avisos de lançamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento das empresas e sociedades profissionais cadastradas no Mobiliário Municipal serão entregues na sede das empresas, uma vez procedida a verificação das instalações pela equipe de fiscalização do Município, conforme determina a legislação vigente. O contribuinte que não receber o aviso de lançamento deverá retirar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Setor de Tributos, no prédio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, situado à Rua Mainolvo Lemhkuhl, 20, até as datas indicadas abaixo, submetendo-se a ocasião à verificação do funcionamento.

### **CATEGORIA RETIRADA DO DOCUMENTO**

Sociedade de Profissionais	15/02/2016
Autônomos de todos os níveis	15/02/2016
Serviço, Indústria e Comércio	15/02/2016

Após a data limite para a retirada do documento, todos os avisos de lançamento e carnês de lançamento serão considerados entregues para efeito da Lei, ficando sujeito aos acréscimos legais previstos, para pagamento após o vencimento.

O prazo limite para recursos administrativos referentes à contestação dos lançamentos previstos em lei é o dia da data do vencimento da parcela única, após o que serão considerados intempestivos.

A contestação deverá ser realizada através de requerimento dirigido a Prefeita Municipal, anexando os seguintes documentos: carnê da TLLF/2015, CPF ou CNPJ do proprietário, identidade e CPF do requerente.

As datas para pagamento das parcelas estão informadas abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO	DESCONTO
Única	01/03/2016	10%
01/03	01/03/2016	05%
01/04	01/04/2016	05%
01/05	02/05/2016	05%

I – Multa de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor tributário quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II – Juros de mora, a razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando mês de qualquer fração.

III – Correção monetária do débito, incluído neste o valor das multas ou acréscimos, e excluído o dos juros monetários, mediante à aplicação dos coeficientes de atualização pela Administração Federal.

O débito não recolhido no seu vencimento se constituirá em dívida ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na Repartição Administrativa.

Os pagamentos referente a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento serão efetuados preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, 12 de Janeiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal E.E.

# **EDITAL N.º 003/2016 - NOTIFICAÇÃO AOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS E SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS**

Edital Nº 003/2016

de 12 de Janeiro de 2016

## **NOTIFICAÇÃO AOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS E SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS.**

De conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 532, de 18 de dezembro de 2006, do Código Tributário Municipal, pelo presente Edital:

Notifica os profissionais autônomos, sociedades de profissionais e empresas inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme rol de lançamento que se encontra disponibilizado junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Setor de Tributos, no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Rua Mainolvo Lemkuhl, nº 20, sobre o lançamento do Imposto Sobre Serviços (ISS) referente ao exercício de 2016.

Os prestadores de serviços sujeitos ao lançamento ficam obrigados a apresentação da declaração mensal de faturamento, com prazo de entrega e modelo da DIF (Declaração de Informação Fiscal), conforme a legislação vigente.

Os profissionais autônomos e as sociedades de profissionais que não receberem o aviso de lançamento referente ao ISS de 2016, deverão retirá-los no Setor de Tributos, nas datas indicadas na tabela abaixo:

### **CATEGORIA PERÍODO DA RETIRADA**

ISS Fixo Autônomo Nível Superior	01/03/2016
ISS Fixo Autônomo Nível Médio	01/03/2016
ISS Fixo Autônomo Sem Especialização	01/03/2016
ISS Fixo Sociedade Civil	01/03/2016
ISS Homologado ou Enquadrado	08/02/2016

Após a data limite para a retirada do documento, todos os avisos de lançamento e carnês de lançamento serão considerados entregues para efeito da Lei, ficando sujeito aos acréscimos legais previstos, para pagamento após o vencimento.

O prazo limite para recursos administrativos referentes à contestação dos lançamentos previstos em lei, será até o dia 01/03/2016, após o que serão considerados intempestivos.

As datas para pagamento da primeira parcela no caso de parcelamento do imposto estão informadas na tabela a seguir:

### **CATEGORIA DATA DE VENCIMENTO**

ISS Fixo Autônomo Nível Superior	02 (duas) parcelas: 1ª parcela – 29/04/2016 2ª parcela – 27/10/2016
ISS Fixo Autônomo Nível Médio	02 (duas) parcelas: 1ª parcela – 29/04/2016 2ª parcela – 27/10/2016
ISS Fixo Autônomo Sem Especialização	02 (duas) parcelas: 1ª parcela – 29/04/2016 2ª parcela – 27/10/2016
ISS Fixo Sociedade Civil	02 (duas) parcelas: 1ª parcela – 29/04/2016 2ª parcela – 27/10/2016
ISS Homologado ou Enquadrado	1ª parcela – 11/02/2016; Demais dia 10 do mês subsequente ao fato gerador

ISS por Estimativa Serviço de Diversões

1ª parcela – 11/02/2016; Demais dia 10 do mês subsequente ao fato gerador

A falta de pagamento do imposto nos prazos fixados sujeitará o contribuinte e/ou responsável:

a) à atualização monetária que será calculada dividindo-se o valor originário do débito pela Unidade Fiscal do Município do dia do vencimento, multiplicando-se o resultado pela Unidade Fiscal do dia de seu pagamento;

b) à multa de 0,20% (zero virgula vinte por cento) ao dia sobre o valor atualizado até o limite de 20% (vinte por cento) quando pago forma espontânea.

c) à multa de 0,25% (zero virgula vinte cinco por cento) ao dia sobre o valor atualizado até o limite de 25% (vinte cinco por cento) quando paga através de processo fiscal;

d) à cobrança de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidentes sobre o valor atualizado.

Os pagamentos do ISS serão efetuados preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, 12 de Janeiro de 2016.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal E.E.

## **EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a extração e uso de macadame tipo saibro, a ser retirado de um terreno rural, com área de 625.000,00 m² (seiscentos e vinte e cinco mil metros quadrados), registrado sob a matrícula nº R-2-6.627, livro 016, folhas 187, para ser utilizado na manutenção e melhorias das estradas rurais do Município de Leoberto Leal. CONTRATADA: ROSELI SCHEIDT LOPES, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 715.710.009-68, sito a Rua Hilário Guchert, nº 54, Apto. nº 04, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina. VALOR: O valor total é de R\$ 7.880,00 (sete mil oitocentos e oitenta reais), sendo que a 1ª parcela deverá ser paga no dia 31 de janeiro de 2016, a 2ª parcela no dia 29 de fevereiro de 2016 e a 3ª parcela no dia 31 de março de 2016. ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso IV, Lei 8.666/93. Em 13/01/2016. JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal e.e.



**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a extração de macadame a ser retirado de um terreno rural, com área de 773.461,24 m<sup>2</sup> (setecentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e um metros e vinte e quatro décimos quadrados), registrado sob a matrícula nº R-1-14.518, livro 67, folhas 117, para ser utilizado na manutenção e melhorias nas vias rurais do Município de Leoberto Leal. CONTRATADO: NAURO STEFFENS, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 429.219.299-53, sito à localidade de Vargem dos Bugres, Bairro Vargem dos Bugres, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina. VALOR: O valor total é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sendo que a 1ª parcela deverá ser paga no dia 29 de fevereiro de 2016, a 2ª parcela no dia 30 de junho de 2016 e a 3ª parcela no dia 31 de outubro de 2016. ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso IV, Lei 8.666/93. Em 13/01/2016. JOSÉ JAIR ALEXANDRE - Prefeito Municipal e.e.

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO - DEZEMBRO DE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**  
**MES DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	62.787,73
1.2 - ITBI	18.765,36
1.3 - ISS	65.126,73
1.4 - FPM	6.219.319,04
1.5 - IRRF	178.557,76
1.6 - ICMS	3.022.295,68
1.7 - IPI	46.833,82
1.8 - IPVA	252.615,58
1.9 - ITR	7.765,78
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	12.633,11
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	3.211,00
1.12 - Multas e Juros de Mora	960,88
<b>TOTAL</b>	<b>9.890.872,47</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	2.472.718,12
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.306.053,05
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	4.438,32
2.3 - Convênios	569.681,90
<b>TOTAL</b>	<b>4.352.891,39</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.912.292,60	1.846.680,36	-65.612,24
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	786.294,82	1.180.462,88	394.168,06
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	524.196,55	126.624,23	-397.572,32
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	560.425,52	1.314.960,16	754.534,64
3.5 - Convênios e Transferências	569.681,90	638.175,75	68.493,85
<b>TOTAL</b>	<b>4.352.891,39</b>	<b>5.106.903,38</b>	<b>754.011,99</b>

**OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.**

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Leoberto Leal, 08 de janeiro de 2016.

**% APLICADO : 31,97%**

Aplicado a maior : 688.922,40

PREFEITA MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - DEZEMBRO DE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE DEZEMBRO DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	62.787,73
1.2 - ITBI	18.765,36
1.3 - ISS	65.126,73
1.4 - FPM	6.219.319,04
1.5 - IRRF	178.557,76
1.6 - ICMS	3.022.295,68
1.7 - IPI	46.833,82
1.8 - IPVA	252.615,58
1.9 - ITR	7.765,78
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	12.633,11
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	3.211,00
1.12 - Multas e Juros de Mora	960,88
<b>TOTAL</b>	<b>9.890.872,47</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.483.630,87
2.2 - Rendimento de Aplicação	16.467,62
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.029.872,57
<b>TOTAL</b>	<b>2.529.971,06</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.483.630,87	2.113.286,56	629.655,69
3.2 - Convênios e Transferências	1.046.340,19	803.953,23	-242.386,96
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.529.971,06</b>	<b>2.917.239,79</b>	<b>387.268,73</b>

% aplicado = 21,37%  
 Aplicado a maior = 629.655,69

Leoberto Leal, 08 de janeiro de 2016.

**PREFEITA MUNICIPAL****CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 03/2016 - 11º TA 39/2014

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

Objeto: Acréscimo do valor contratual, em razão da necessidade de alteração no projeto executivo da obra.

Valor: R\$ 3.507,61

Vigência: 25 de fevereiro de 2016.

Assinatura: 12 de janeiro de 2016.

Pedro Bringhenti

Prefeito Municipal em Exercício

## Macieira

## PREFEITURA

## RELATORIO RESUMIDO EXECUCAO ORÇAMENTARIA 6 BIM/15

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.635.870,00</b>	<b>11.635.870,00</b>	<b>2.552.325,36</b>	<b>21,93</b>	<b>12.066.821,79</b>	<b>103,70</b>
RECEITAS CORRENTES	11.635.852,00	11.635.852,00	2.242.728,54	19,27	11.218.105,83	96,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	341.000,00	341.000,00	58.143,76	17,05	255.780,05	75,01
IMPOSTOS	303.800,00	303.800,00	57.496,50	18,94	246.101,62	81,06
TAXAS	15.400,00	15.400,00	647,26	4,20	9.678,43	62,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	307.320,00	307.320,00	63.969,74	20,83	300.790,30	97,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	274.320,00	274.320,00	59.006,79	21,51	264.823,99	96,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	33.000,00	33.000,00	4.962,95	15,13	35.966,31	108,99
RECEITA PATRIMONIAL	462.990,00	462.990,00	209.852,43	45,33	924.650,56	199,71
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	462.990,00	462.990,00	209.852,43	45,33	924.650,56	199,71
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	31.900,00	31.900,00	9.889,89	31,00	59.186,73	185,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.419.468,00	10.419.468,00	1.889.998,42	18,14	9.605.916,68	92,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.334.468,00	10.334.468,00	1.783.797,20	17,26	9.454.613,46	91,49
TRANSF. DE CONV.	85.000,00	85.000,00	106.201,22	124,94	151.303,22	178,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.874,00	69.874,00	10.844,30	15,52	71.781,51	102,73
MULTAS E JUROS DE MORA	14.300,00	14.300,00	2.704,19	18,91	13.749,33	96,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.400,00	15.400,00	2.952,26	19,17	22.641,21	147,02
RECEITA DA DIVIDATIVA	11.000,00	11.000,00	1.920,02	17,45	9.370,13	85,18
RECEITAS DIVERSAS	29.174,00	29.174,00	3.267,83	11,20	26.020,84	89,19
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18,00</b>	<b>18,00</b>	<b>309.596,82</b>	<b>1.719.982,33</b>	<b>848.715,96</b>	<b>4.715.088,67</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	309.596,82	1.719.982,33	848.715,96	4.715.088,67
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	309.596,82	1.719.982,33	848.715,96	4.715.088,67
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>548.640,00</b>	<b>548.640,00</b>	<b>121.110,08</b>	<b>22,07</b>	<b>515.852,05</b>	<b>94,02</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>2.673.435,44</b>	<b>21,94</b>	<b>12.582.673,84</b>	<b>103,27</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Contratual						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>2.673.435,44</b>	<b>21,94</b>	<b>12.582.673,84</b>	<b>-398.163,84</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
TOTAL VII = (V + VI)	12.184.510,00	12.184.510,00	2.673.435,44	21,94	12.582.673,84	-398.163,84
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>869.374,96</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>869.374,96</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	869.374,96	—	—	869.374,96	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.637.870,00</b>	<b>13.751.773,39</b>	<b>2.216.221,04</b>	<b>11.455.026,02</b>	<b>2.296.747,37</b>	<b>2.094.250,57</b>	<b>10.654.017,58</b>	<b>3.097.755,81</b>	<b>10.654.017,58</b>	<b>801.008,44</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.227.892,00</b>	<b>11.045.796,06</b>	<b>1.378.143,10</b>	<b>9.694.824,32</b>	<b>1.350.971,74</b>	<b>1.846.641,39</b>	<b>9.614.997,38</b>	<b>1.430.798,68</b>	<b>9.614.997,38</b>	<b>79.826,94</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.698.360,00	5.789.517,91	1.104.753,63	5.290.583,33	498.934,58	1.115.210,35	5.290.583,33	498.934,58	5.290.583,33	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00	549,57	5.293,33	6.706,67	549,57	5.293,33	6.706,67	5.293,33	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.517.532,00	5.244.278,15	272.839,90	4.398.947,66	845.330,49	730.881,47	4.319.120,72	925.157,43	4.319.120,72	79.826,94
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>604.478,00</b>	<b>1.900.477,33</b>	<b>838.077,94</b>	<b>1.760.201,70</b>	<b>140.275,63</b>	<b>247.609,18</b>	<b>1.039.020,20</b>	<b>861.457,13</b>	<b>1.039.020,20</b>	<b>721.181,50</b>
INVESTIMENTOS	517.278,00	1.813.277,33	831.859,20	1.679.152,12	134.125,21	241.390,44	957.970,62	855.306,71	957.970,62	721.181,50
INVERSOES FINANCEIRAS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	85.000,00	85.000,00	6.218,74	81.049,58	3.950,42	6.218,74	81.049,58	3.950,42	81.049,58	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>	<b>805.500,00</b>	<b>805.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>805.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>805.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	805.500,00	805.500,00	0,00	0,00	805.500,00	0,00	0,00	805.500,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>546.640,00</b>	<b>554.365,26</b>	<b>118.669,54</b>	<b>513.096,25</b>	<b>41.269,01</b>	<b>119.490,80</b>	<b>513.096,25</b>	<b>41.269,01</b>	<b>513.096,25</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>14.306.138,65</b>	<b>2.334.890,58</b>	<b>11.968.122,27</b>	<b>2.338.016,38</b>	<b>2.213.741,37</b>	<b>11.167.113,83</b>	<b>3.139.024,82</b>	<b>11.680.210,08</b>	<b>801.008,44</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.184.510,00	14.306.138,65	2.334.890,58	11.968.122,27	2.338.016,38	2.213.741,37	11.167.113,83	3.139.024,82	0,00	801.008,44
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.415.560,01	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.184.510,00	14.306.138,65	2.334.890,58	11.968.122,27	—	2.213.741,37	12.582.673,84	11.167.113,83	—	801.008,44
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES										
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
			548.640,00	548.640,00	548.640,00	121.110,08	22,07	515.852,05	94,02	32.787,95
			548.640,00	548.640,00	548.640,00	121.110,08	22,07	515.852,05	94,02	32.787,95
			548.640,00	548.640,00	548.640,00	121.110,08	22,07	515.852,05	94,02	32.787,95
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
			No Bimestre	Até o Bimestre	SALDO	No Bimestre	Até o Bimestre	SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
					(g) = (e-f)			(i) = (e-h)	(j)	(k)
	(d)	(e)	(f)							
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	548.640,00	554.365,26	118.689,54	513.096,25	41.269,01	119.490,80	513.096,25	41.269,01	513.096,25	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	548.640,00	554.365,26	118.689,54	513.096,25	41.269,01	119.490,80	513.096,25	41.269,01	513.096,25	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.286,712,70

Madeira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>	11.637.870,00	13.751.773,39	2.216.221,04	11.455.026,02	95,71	2.094.250,57	10.654.017,58	96,41	801.008,44
Legislativa	626.000,00	627.274,74	136.979,62	555.797,88	4,64	145.590,35	555.797,88	4,98	0,00
Ação Legislativa	626.000,00	627.274,74	136.979,62	555.797,88	4,64	145.590,35	555.797,88	4,98	0,00
Administração	1.508.624,00	1.574.624,00	154.540,34	1.455.590,52	12,16	254.499,68	1.452.924,52	13,01	2.666,00
Administração Geral	1.508.624,00	1.574.624,00	154.540,34	1.455.590,52	12,16	254.499,68	1.452.924,52	13,01	2.666,00
Segurança Pública	16.148,00	17.148,00	3.676,35	10.513,86	0,09	3.676,35	10.513,86	0,09	0,00
Policimento	16.148,00	17.148,00	3.676,35	10.513,86	0,09	3.676,35	10.513,86	0,09	0,00
Assistência Social	357.451,00	356.451,00	39.343,30	254.068,52	2,12	63.504,83	254.068,52	2,28	0,00
Assistência ao Idoso	33.000,00	33.000,00	1.055,96	21.727,36	0,18	3.676,64	21.727,36	0,19	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.450,00	10.450,00	-400,62	4.199,38	0,04	895,83	4.199,38	0,04	0,00
Assistência Comunitária	314.001,00	313.001,00	38.687,96	228.171,78	1,91	58.690,36	228.171,78	2,04	0,00
Previdência Social	422.960,00	422.960,00	56.881,60	265.892,49	2,22	63.009,76	265.892,49	2,38	0,00
Previdência do Regime Estatutário	422.960,00	422.960,00	56.881,60	265.892,49	2,22	63.009,76	265.892,49	2,38	0,00
Saúde	2.486.476,00	2.924.878,33	398.011,87	2.589.776,82	21,64	547.484,95	2.589.776,82	23,19	0,00
Atenção Básica	2.384.585,00	2.776.859,60	392.121,12	2.487.544,24	20,78	535.989,19	2.487.544,24	22,28	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.720,00	12.076,20	1.000,00	10.377,00	0,09	1.000,00	10.377,00	0,09	0,00
Vigilância Sanitária	13.420,00	32.894,86	674,71	17.432,53	0,15	4.443,92	17.432,53	0,16	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.306,67	-0,01	12.942,34	0,11	0,00	12.942,34	0,12	0,00
Alimentação e Nutrição	66.750,00	86.750,00	4.216,05	61.482,71	0,51	6.051,84	61.482,71	0,55	0,00
Abastecimento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00
Educação	2.549.997,00	2.772.424,32	274.113,41	2.528.249,13	21,12	410.086,02	2.403.754,39	21,53	124.494,74
E ensino Fundamental	2.520.897,00	2.746.324,32	275.013,41	2.509.082,93	20,96	409.636,02	2.394.598,19	21,35	124.494,74
E ensino Médio	7.000,00	6.000,00	0,00	5.120,00	0,04	0,00	5.120,00	0,05	0,00
E ensino Superior	5.500,00	1.500,00	0,00	1.217,70	0,01	0,00	1.217,70	0,01	0,00
Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	0,00	8.778,50	0,07	0,00	8.778,50	0,08	0,00
Educação Especial	6.600,00	6.600,00	-900,00	4.050,00	0,03	450,00	4.050,00	0,04	0,00
Cultura	85.000,00	85.000,00	0,00	84.678,00	0,71	0,00	84.678,00	0,76	0,00
Diffusão Cultural	85.000,00	85.000,00	0,00	84.678,00	0,71	0,00	84.678,00	0,76	0,00
Urbanismo	257.415,00	307.739,71	-2.164,88	268.569,12	2,24	59.290,80	268.569,12	2,41	0,00
Infra-Estrutura Urbana	10.002,00	10.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.002,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	247.413,00	297.737,71	-2.164,88	268.569,12	2,24	59.290,80	268.569,12	2,41	0,00
Habituação	11.201,00	11.201,00	0,00	2.779,95	0,02	0,00	2.779,95	0,02	0,00
Habituação Urbana	11.201,00	11.201,00	0,00	2.779,95	0,02	0,00	2.779,95	0,02	0,00
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	6.500,00	6.500,00	0,00	1.000,00	0,01	0,00	1.000,00	0,01	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.500,00	6.500,00	0,00	1.000,00	0,01	0,00	1.000,00	0,01	0,00
Agricultura	805.001,00	948.345,42	196.010,94	879.424,26	7,35	137.596,39	805.411,09	7,21	74.013,17
Promoção da Produção Vegetal	22.001,00	35.661,20	0,00	17.740,00	0,15	0,00	17.740,00	0,16	0,00
Produção Industrial	783.000,00	912.684,22	192.770,94	861.684,26	7,20	134.356,39	787.671,09	7,05	74.013,17

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
					% (b/total b)		% (d/total d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>									
Indústria	11.637.870,00	13.751.773,39	2.216.221,04	11.455.026,02	95,71	2.094.250,57	10.654.017,38	3.097.755,81	801.008,44
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00
Comércio e Serviços	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00
Transporte	1.439.389,00	2.107.042,80	553.425,07	1.839.721,86	15,37	331.355,33	1.588.331,27	518.711,53	251.390,59
Transporte Rodoviário	1.439.389,00	2.107.042,80	553.425,07	1.839.721,86	15,37	331.355,33	1.588.331,27	518.711,53	251.390,59
Desporto e Lazer	29.701,00	556.181,07	401.609,55	536.563,14	4,48	53.297,74	188.119,20	368.061,87	348.443,94
Desporto Comunitário	29.701,00	556.181,07	401.609,55	536.563,14	4,48	53.297,74	188.119,20	368.061,87	348.443,94
Encargos Especiais	222.000,00	222.000,00	3.793,87	182.368,47	1,52	24.853,37	182.368,47	39.631,53	0,00
Outros Encargos Especiais	222.000,00	222.000,00	3.793,87	182.368,47	1,52	24.853,37	182.368,47	39.631,53	0,00
Reserva de Contingência	805.500,00	805.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.500,00	0,00
Reserva de Contingência	805.500,00	805.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.500,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>									
Legislativa	10.000,00	10.725,26	2.417,29	10.725,26	0,09	3.238,55	10.725,26	0,00	0,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.725,26	2.417,29	10.725,26	0,09	3.238,55	10.725,26	0,00	0,00
Administração	42.000,00	46.000,00	8.083,87	45.283,66	0,38	8.083,87	45.283,66	716,34	0,00
Administração Geral	42.000,00	46.000,00	8.083,87	45.283,66	0,38	8.083,87	45.283,66	716,34	0,00
Saúde	220.000,00	220.000,00	51.173,13	215.115,21	1,80	51.173,13	215.115,21	4.884,79	0,00
Atenção Básica	220.000,00	220.000,00	51.173,13	215.115,21	1,80	51.173,13	215.115,21	4.884,79	0,00
Educação	152.640,00	155.640,00	20.892,07	128.782,23	1,08	20.892,07	128.782,23	26.857,77	0,00
Ensino Fundamental	152.640,00	155.640,00	20.892,07	128.782,23	1,08	20.892,07	128.782,23	26.857,77	0,00
Agricultura	56.000,00	56.000,00	17.694,55	52.673,41	0,44	17.694,55	52.673,41	3.326,59	0,00
Produção Industrial	56.000,00	56.000,00	17.694,55	52.673,41	0,44	17.694,55	52.673,41	3.326,59	0,00
Transporte	66.000,00	66.000,00	18.408,63	60.516,48	0,51	18.408,63	60.516,48	5.483,52	0,00
Transporte Rodoviário	66.000,00	66.000,00	18.408,63	60.516,48	0,51	18.408,63	60.516,48	5.483,52	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>14.306.138,65</b>	<b>2.334.890,58</b>	<b>11.968.122,27</b>	<b>100,00</b>	<b>2.213.741,37</b>	<b>11.167.113,83</b>	<b>3.139.024,82</b>	<b>801.008,44</b>

FONTE:

Madeira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de Macieira - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Feb/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.225.698,21</b>	<b>1.148.421,46</b>	<b>972.706,61</b>	<b>1.070.595,78</b>	<b>1.153.352,29</b>	<b>1.078.093,34</b>	<b>1.217.750,89</b>	<b>761.955,28</b>	<b>900.020,67</b>	<b>988.463,00</b>	<b>1.047.742,49</b>	<b>1.514.884,35</b>	<b>13.093.626,77</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.899,57	9.022,33	31.915,52	28.100,09	12.425,46	30.902,42	16.678,05	15.261,29	26.795,40	4.635,76	25.278,65	32.865,11	255.780,05
I.P.T.U.	0,00	188,54	1.085,54	12.241,47	9.017,87	3.491,52	1.830,96	0,00	135,97	131,80	0,00	471,43	30.777,82
I.R.P.F.	11.032,33	4.488,34	18.100,46	11.856,22	162,62	22.145,47	6.336,61	6.596,54	17.074,63	0,00	17.367,40	22.891,94	137.742,76
I.S.S.	2.692,38	819,50	6.086,39	2.898,92	2.615,30	4.902,93	9.341,18	3.063,55	7.976,19	3.086,25	6.505,21	6.514,03	56.365,63
I.T.B.I.	3.464,86	789,90	3.016,61	943,48	325,53	0,00	720,00	5.261,72	1.500,00	1.146,42	1.131,21	2.925,28	21.215,21
Outras Receitas Tributárias	1.700,00	2.726,05	1.440,00	1.250,00	305,14	362,50	449,30	369,48	106,41	322,29	274,83	372,43	9.676,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.339,04	4.216,98	43.833,53	24.116,68	24.143,31	23.637,85	24.685,11	22.594,63	23.601,52	19.602,91	22.353,22	41.646,52	300.790,30
RECEITA PATRIMONIAL	172.832,71	52.851,29	70.365,19	86.620,92	93.442,75	70,94	62.424,71	19.499,15	37.460,79	119.199,68	79.088,47	130.763,98	924.650,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.135,83	513,79	2.909,26	7.177,11	5.642,36	2.446,21	4.321,81	5.346,29	9.740,28	9.063,91	7.226,31	2.663,58	59.186,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.001.013,82	1.081.817,07	819.744,61	921.705,84	1.011.439,45	1.010.832,21	1.096.520,53	687.582,47	795.890,00	841.919,10	906.673,87	1.303.022,85	11.481.451,62
Cota-Parte do FPM	599.335,67	611.805,61	445.610,52	460.351,62	591.411,98	514.686,39	534.654,35	291.731,14	371.540,26	422.674,40	477.468,38	549.022,36	5.891.264,68
Cota-Parte do ICMS	305.809,65	272.163,48	271.993,26	289.336,51	273.841,79	262.427,52	272.882,56	247.880,24	284.276,76	274.651,01	265.761,40	289.730,57	3.270.803,85
Cota-Parte do IPVA	5.687,07	7.026,93	12.501,81	11.794,72	13.717,48	17.590,35	12.793,90	11.955,91	13.532,76	6.846,82	10.233,93	5.926,43	129.474,11
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	54,89	113,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208,92	9.347,57	68,64	0,00	10.793,34
Outras Transferências Correntes	83.995,15	119.006,90	38.404,65	66.204,67	61.427,59	81.696,89	214.335,56	68.488,80	81.682,49	60.338,42	78.132,66	409.895,72	1.366.009,60
Transferências de LC 61/1989	6.276,08	3.733,83	3.662,67	3.836,12	4.327,58	4.122,03	3.797,22	4.040,42	4.028,95	4.673,25	4.257,75	4.204,26	50.990,16
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	4.592,06	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	24.283,93
Transferências do FUNDEB	0,00	74.090,32	47.526,61	64.969,42	65.567,51	129.052,51	59.646,42	61.310,34	58.472,34	62.040,11	61.277,98	63.097,99	900.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.468,44	0,00	3.940,30	1.775,14	6.257,58	10.119,71	8.130,68	11.691,46	6.502,88	4.093,64	6.921,97	3.922,33	71.781,51
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>203.691,59</b>	<b>180.229,88</b>	<b>187.990,77</b>	<b>175.096,30</b>	<b>197.683,90</b>	<b>179.870,89</b>	<b>185.680,27</b>	<b>131.479,86</b>	<b>162.238,50</b>	<b>163.510,88</b>	<b>173.769,09</b>	<b>205.108,00</b>	<b>2.313.360,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	20.230,02	1.284,05	4.129,29	20.971,74	20.795,16	19.912,44	20.572,68	21.127,36	21.092,55	19.602,91	19.876,49	39.130,30	264.823,99
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	183.421,57	178.945,83	146.762,48	159.888,74	178.888,74	159.888,45	165.107,59	111.352,50	131.146,95	143.907,97	153.892,60	166.005,70	2.038.940,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.025.046,62</b>	<b>968.191,58</b>	<b>784.716,04</b>	<b>891.499,48</b>	<b>955.668,39</b>	<b>898.134,45</b>	<b>1.032.070,62</b>	<b>630.475,42</b>	<b>747.781,37</b>	<b>834.972,12</b>	<b>873.973,40</b>	<b>1.309.746,35</b>	<b>10.555.281,84</b>
<b>FONTE</b>													
Macieira, 13/01/2016													

EMERSON ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

EDMIR NICOLAU KUHIN  
 CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	674.320,00	674.320,00	1.036.753,14	856.095,73	
RECEITAS CORRENTES	674.320,00	674.320,00	1.036.753,14	856.095,73	
Recarga de Contribuições dos Segurados	274.320,00	274.320,00	264.823,99	230.464,24	
Pessoal Civil	274.320,00	274.320,00	264.823,99	230.464,24	
Ativo	265.520,00	265.520,00	264.823,99	229.714,58	
Inativo	8.800,00	8.800,00	0,00	749,66	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	400.000,00	400.000,00	771.929,15	625.631,49	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	400.000,00	400.000,00	771.929,15	625.631,49	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	548.640,00	548.640,00	515.852,05	438.755,25	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.222.960,00</b>	<b>1.222.960,00</b>	<b>1.552.605,19</b>	<b>1.294.850,98</b>	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	422.960,00	422.960,00	265.892,49	202.800,58	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	422.960,00	422.960,00	265.892,49	182.646,59	265.892,49	182.646,59	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	249.899,60	182.646,59	249.899,60	182.646,59	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	211.968,77	172.694,18	211.968,77	172.694,18	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	37.930,83	3.137,33	37.930,83	3.137,33	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	6.815,08	0,00	6.815,08	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	422.960,00	422.960,00	15.992,89	0,00	15.992,89	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	422.960,00	422.960,00	15.992,89	0,00	15.992,89	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (III - VI)</b>	<b>422.960,00</b>	<b>422.960,00</b>	<b>265.892,49</b>	<b>202.800,58</b>	<b>265.892,49</b>	<b>202.800,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.286.712,70</b>	<b>1.092.060,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
APORTES REALIZADOS								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								800.000,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	548.640,00	548.640,00	515.852,05	438.755,25
RECEITAS CORRENTES (VIII)	548.640,00	548.640,00	515.852,05	438.755,25
Receita de Contribuições Patronais	548.640,00	548.640,00	515.852,05	438.755,25
Pessoal Civil	548.640,00	548.640,00	515.852,05	438.755,25
Ativo				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>548.640,00</b>	<b>548.640,00</b>	<b>515.852,05</b>	<b>438.755,25</b>

Continua 3/4

Município de Macieira - SC  
 Continuação 4/4  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Macieira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA	EDEMAR NICOLAU KUHIN
PREFEITO MUNICIPAL	CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	109.034,41	34.203,57	27.984,43
DEDUÇÕES (II)	5.246.285,25	5.376.789,79	5.393.712,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.246.285,25	5.446.729,93	5.393.712,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	69.940,14	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.137.250,84	-5.342.586,22	-5.365.728,55
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-5.137.250,84</b>	<b>-5.342.586,22</b>	<b>-5.365.728,55</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-23.142,33</b>	<b>-228.477,71</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	2.475.975,22	3.141.559,73	3.334.153,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.475.975,22	3.141.559,73	3.334.153,13
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.475.975,22	-3.141.559,73	-3.334.153,13
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-2.475.975,22</b>	<b>-3.141.559,73</b>	<b>-3.334.153,13</b>

FONTE:

Macieira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.721.502,00	10.809.307,32	10.966.525,23	
Receita Tributária	341.000,00	255.780,05	280.608,69	
I.P.T.U.	22.000,00	30.777,82	29.206,41	
I.S.S.	88.000,00	56.365,83	45.553,53	
I.T.B.I.	44.000,00	21.215,21	49.050,09	
I.R.R.F.	149.600,00	137.742,76	146.239,28	
Outras Receitas Tributárias	37.400,00	9.678,43	10.559,38	
Receita de Contribuição	855.960,00	816.642,35	697.099,60	
Receitas Previdenciárias	822.960,00	780.676,04	669.219,49	
Outras Contribuições	33.000,00	35.966,31	27.880,11	
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	462.990,00	924.650,56	721.667,95	
(-) Aplicações Financeiras	462.990,00	924.650,56	721.667,95	
Transferências Correntes	10.419.468,00	9.605.916,68	9.853.189,76	
F.P.M.	5.280.000,00	4.713.012,29	4.522.990,61	
I.C.M.S.	2.720.000,00	2.616.643,66	2.558.186,36	
Convênios	85.000,00	151.303,22	555.447,09	
Outras Transferências Correntes	2.334.468,00	2.124.957,51	2.216.565,70	
Demais Receitas Correntes	105.074,00	130.968,24	135.627,18	
Dívida Ativa	11.000,00	9.370,13	3.995,87	
Diversas Receitas Correntes	94.074,00	121.598,11	131.631,31	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	848.715,96	2.014.486,44	
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	285.000,00	
Transferências de Capital	18,00	848.715,96	1.729.486,44	
Convênios	18,00	848.715,96	1.729.486,44	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	848.715,96	1.729.486,44	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.721.520,00	11.658.023,28	12.696.011,67	
DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.207.920,57	9.391.083,79	10.128.093,63	79.826,94
				186,70
Pessoal e Encargos Sociais	6.343.883,17	5.702.386,89	5.803.679,58	0,00
				0,00

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.600.161,32</b>	<b>10.207.920,57</b>	<b>9.391.083,79</b>	<b>10.128.093,63</b>	<b>9.390.897,09</b>	<b>79.826,94</b>	<b>186,70</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	5.293,33	19.585,78	5.293,33	19.585,78	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.244.278,15	4.398.947,66	3.669.111,12	4.319.120,72	3.668.924,42	79.826,94	186,70
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.588.161,32</b>	<b>10.202.627,24</b>	<b>9.371.498,01</b>	<b>10.122.800,30</b>	<b>9.371.311,31</b>	<b>79.826,94</b>	<b>186,70</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.900.477,33</b>	<b>1.760.201,70</b>	<b>2.974.513,54</b>	<b>1.039.020,20</b>	<b>2.564.745,87</b>	<b>721.181,50</b>	<b>409.767,67</b>
Investimentos	1.813.277,33	1.679.152,12	2.697.251,18	957.970,62	2.287.483,51	721.181,50	409.767,67
Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	85.000,00	81.049,58	212.262,36	81.049,58	212.262,36	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.815.477,33</b>	<b>1.679.152,12</b>	<b>2.762.251,18</b>	<b>957.970,62</b>	<b>2.352.483,51</b>	<b>721.181,50</b>	<b>409.767,67</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>805.500,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.209.138,65</b>	<b>11.881.779,36</b>	<b>12.133.749,19</b>	<b>11.080.770,92</b>	<b>11.723.794,82</b>	<b>801.008,44</b>	<b>409.954,37</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.487.618,65</b>	<b>-223.756,08</b>	<b>562.262,48</b>	<b>577.252,36</b>	<b>972.216,85</b>	<b>10.857.014,94</b>	<b>12.286.057,30</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>							0,00

FONTE:

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Macieira, 13/01/2016

---

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014								
PODER/ÓRGÃO															
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)															
EXECUTIVO															
ADMINISTRAÇÃO DIRETA															
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	409.954,37	409.954,37	409.954,37	0,00	0,00	0,00	
SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E DESENH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186,70	186,70	186,70	0,00	0,00	0,00	
SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.900,00	68.900,00	68.900,00	0,00	0,00	0,00	
SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.867,67	340.867,67	340.867,67	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)															
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.954,37	409.954,37	409.954,37	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Madeira, 13/01/2016

EDMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	316.800,00	316.800,00	257.016,28	81,13
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.100,00	34.100,00	41.692,48	122,27
1.1.1- IPTU	22.000,00	22.000,00	30.777,82	139,90
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.800,00	8.800,00	9.370,13	106,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	1.544,53	140,41
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	44.000,00	44.000,00	21.215,21	48,22
1.2.1- ITBI	44.000,00	44.000,00	21.215,21	48,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	89.100,00	89.100,00	56.365,83	63,26
1.3.1- ISS	88.000,00	88.000,00	56.365,83	64,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	149.600,00	149.600,00	137.742,76	92,07
1.4.1- IRRF	149.600,00	149.600,00	137.742,76	92,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.194.700,00	10.194.700,00	9.377.580,27	91,98
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	5.891.264,88	89,26
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	5.891.264,88	89,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.400.000,00	3.400.000,00	3.270.803,85	96,20
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	17.600,00	17.600,00	24.283,93	137,98
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	50.600,00	50.600,00	50.960,16	100,71
2.5- Cota-Parte ITR	16.500,00	16.500,00	10.793,34	65,41
2.6- Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	129.474,11	117,70
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.511.500,00</b>	<b>10.511.500,00</b>	<b>9.634.596,55</b>	<b>91,86</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDE</b>	124.300,00	124.300,00	191.950,63	154,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	99.000,00	99.000,00	167.264,51	168,95
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.200,00	24.200,00	17.574,00	72,62
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FUNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDE	1.100,00	1.100,00	7.112,12	646,56
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	55.002,00	55.002,00	550.823,16	1.001,46
6.1- Transferências de Convênios	55.002,00	55.002,00	550.823,16	1.001,46
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	298.650,00	298.650,00	359.340,39	120,32
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>477.952,00</b>	<b>477.952,00</b>	<b>1.102.114,18</b>	<b>230,59</b>
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.038.940,00	2.038.940,00	1.875.514,94	91,98
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	1.178.252,59	89,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	680.000,00	680.000,00	654.160,19	96,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.520,00	3.520,00	4.856,75	137,98
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.120,00	10.120,00	10.191,99	100,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.300,00	3.300,00	2.158,64	65,41
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	22.000,00	22.000,00	25.894,78	117,70
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	904.400,00	904.400,00	750.066,58	82,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	900.000,00	900.000,00	747.041,75	83,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.400,00	4.400,00	3.024,83	68,75
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.138.940,00</b>	<b>-1.138.940,00</b>	<b>-1.128.473,19</b>	<b>99,08</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	812.640,00	812.640,00	658.274,77	81,00	658.274,77	81,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	812.640,00	812.640,00	658.274,77	81,00	658.274,77	81,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	91.760,00	98.977,35	92.124,21	93,08	92.124,21	93,08	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	91.760,00	98.977,35	92.124,21	93,08	92.124,21	93,08	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	904.400,00	911.617,35	750.398,98	82,32	750.398,98	82,32	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							750.398,98
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							87,76
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							12,28
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							7.214,35
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>							7.214,35
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.627.875,00		2.627.875,00		2.408.649,14	91,66	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.000,00	10.000,00	8.778,50	87,79	8.778,50	87,79	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.335,00	2.335.927,64	2.116.268,48	90,60	2.116.268,48	90,60	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	904.400,00	911.617,35	750.398,98	82,32	750.398,98	82,32	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.568.935,00	1.424.310,29	1.365.869,50	95,90	1.365.869,50	95,90	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.483.335,00	2.345.927,64	2.125.046,98	90,58	2.125.046,98	90,58	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.128.473,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							3.024,83
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.125.448,36
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37))							3.250.495,34
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							33,74
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	100.100,00	194.588,04	164.911,99	84,75	164.911,99	84,75	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	130.400,00	174.008,80	131.205,89	75,40	131.205,89	75,40	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	230.500,00	368.596,84	296.117,88	80,34	296.117,88	80,34	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.713.835,00	2.714.524,48	2.421.164,86	89,19	2.421.164,86	89,19	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		747.041,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.024,83	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		750.066,58	0,00

Maceira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.900.477,33	1.760.201,70	1.039.020,20	721.181,50	140.275,63
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.900.477,33</b>	<b>1.760.201,70</b>	<b>1.039.020,20</b>	<b>721.181,50</b>	<b>140.275,63</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.900.477,33</b>	<b>-1.760.201,70</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-140.275,63</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Madeira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPALEDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	377.008,72	71.669,30	305.339,42	6.440.637,41
2015	390.317,42	306.979,01	83.338,41	6.523.975,82
2016	367.437,25	356.886,15	10.551,10	6.534.526,92
2017	380.112,58	407.489,64	-27.377,06	6.507.149,86
2018	394.973,14	455.941,21	-60.968,07	6.446.181,79
2019	422.856,14	502.252,70	-79.396,56	6.366.785,23
2020	402.051,91	538.980,92	-136.929,01	6.229.856,22
2021	417.067,23	566.472,30	-149.405,07	6.080.451,15
2022	416.149,84	594.220,00	-178.070,16	5.902.380,99
2023	437.607,63	631.990,23	-194.382,60	5.707.998,39
2024	432.438,05	680.935,63	-248.497,58	5.459.500,81
2025	445.831,25	734.254,07	-288.422,82	5.171.077,99
2026	455.430,08	777.389,37	-321.959,29	4.849.118,70
2027	466.970,53	816.389,74	-349.419,21	4.499.699,49
2028	462.917,54	852.131,02	-389.213,48	4.110.486,01
2029	467.261,57	896.110,71	-428.849,14	3.681.636,87
2030	486.621,47	943.361,18	-456.739,71	3.224.897,16
2031	506.909,08	996.358,95	-489.449,87	2.735.447,29
2032	499.049,36	1.041.137,64	-542.088,28	2.193.359,01
2033	504.728,68	1.074.712,57	-569.983,89	1.623.375,12
2034	507.730,59	1.101.161,70	-593.431,11	1.029.944,01
2035	520.559,65	1.127.715,36	-607.155,71	422.788,30
2036	507.340,64	1.157.247,54	-649.906,90	-227.118,60
2037	515.683,62	1.180.175,44	-664.491,82	-891.610,42
2038	512.443,01	1.196.062,42	-683.619,41	-1.575.229,83
2039	523.285,42	1.211.878,02	-688.592,60	-2.263.822,43
2040	519.274,52	1.222.433,93	-703.159,41	-2.966.981,84
2041	515.050,49	1.229.677,78	-714.627,29	-3.681.609,13
2042	512.853,34	1.233.666,10	-720.812,76	-4.402.421,89
2043	513.341,23	1.244.123,51	-730.782,28	-5.133.204,17
2044	514.872,61	1.251.378,70	-736.506,09	-5.869.710,26
2045	509.666,02	1.251.807,04	-742.141,02	-6.611.851,28
2046	260.714,31	1.241.243,20	-980.528,89	-7.592.380,17
2047	254.896,73	1.221.563,74	-966.667,01	-8.559.047,18
2048	249.239,35	1.196.420,67	-947.181,32	-9.506.228,50
2049	243.479,91	1.168.792,77	-925.312,86	-10.431.541,36
2050	237.461,15	1.139.989,99	-902.528,84	-11.334.070,20
2051	231.305,46	1.110.443,62	-879.138,16	-12.213.208,36
2052	224.972,66	1.080.041,56	-855.068,90	-13.068.277,26
2053	218.477,16	1.048.858,20	-830.381,04	-13.898.658,30
2054	211.861,62	1.017.098,51	-805.236,89	-14.703.895,19
2055	205.132,79	984.794,97	-779.662,18	-15.483.557,37
2056	198.317,43	952.075,97	-753.758,54	-16.237.315,91
2057	191.474,86	919.226,42	-727.751,56	-16.965.067,47
2058	184.577,36	886.113,11	-701.535,75	-17.666.603,22
2059	177.597,80	852.605,87	-675.008,07	-18.341.611,29
2060	170.527,93	818.665,03	-648.137,10	-18.989.748,39
2061	163.397,37	784.432,90	-621.035,53	-19.610.783,92
2062	156.227,01	750.009,64	-593.782,63	-20.204.566,55
2063	149.023,37	715.426,62	-566.403,25	-20.770.969,80
2064	141.251,39	678.115,18	-536.863,79	-21.307.833,59
2065	134.273,96	644.618,16	-510.344,20	-21.818.177,79
2066	127.394,72	611.592,53	-484.197,81	-22.302.375,60
2067	120.623,72	579.086,50	-458.462,78	-22.760.838,38
2068	113.942,08	547.009,51	-433.067,43	-23.193.905,81
2069	107.360,02	515.410,58	-408.050,56	-23.601.956,37
2070	100.933,44	484.558,04	-383.624,60	-23.985.580,97
2071	94.712,86	454.694,47	-359.981,61	-24.345.562,58
2072	88.752,97	426.082,45	-337.329,48	-24.682.892,06
2073	83.013,00	398.526,18	-315.513,18	-24.998.405,24

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	77.505,60	372.086,41	-294.580,81	-25.292.986,05
2075	72.217,77	346.700,76	-274.482,99	-25.567.469,04
2076	67.199,41	322.608,78	-255.409,37	-25.822.878,41
2077	62.451,61	299.815,69	-237.364,08	-26.060.242,49
2078	58.031,74	278.596,94	-220.565,20	-26.280.807,69
2079	53.937,48	258.941,32	-205.003,84	-26.485.811,53
2080	50.128,00	240.652,89	-190.524,89	-26.676.336,42
2081	46.581,15	223.625,30	-177.044,15	-26.853.380,57
2082	43.302,03	207.882,99	-164.580,96	-27.017.961,53
2083	40.332,59	193.627,39	-153.294,80	-27.171.256,33
2084	37.645,78	180.728,68	-143.082,90	-27.314.339,23
2085	35.189,61	168.937,14	-133.747,53	-27.448.086,76
2086	32.994,57	158.399,26	-125.404,69	-27.573.491,45
2087	31.037,65	149.004,57	-117.966,92	-27.691.458,37
2088	29.289,58	140.612,47	-111.322,89	-27.802.781,26

Projeção atuarial elaborada em 30/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00				0,00	0,00

DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
<b>(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>								
Despesas de Capital								
Investimentos		1.218,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218,41
		1.218,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218,41
<b>TOTAL</b>		1.218,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218,41

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		1.218,41		1.218,41

FONTE:

Macieira, 13/01/2016

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPALEDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	316.800,00	316.800,00	257.016,28	81,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.000,00	22.000,00	30.777,82	139,90
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	44.000,00	44.000,00	21.215,21	48,22
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	88.000,00	88.000,00	56.365,83	64,05
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	149.600,00	149.600,00	137.742,76	92,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	9.900,00	9.900,00	9.370,13	94,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.100,00	1.100,00	1.544,53	140,41
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.447.700,00	10.447.700,00	9.705.634,43	92,90
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	5.891.264,88	89,26
Cota-Parte ITR	16.500,00	16.500,00	10.793,34	65,41
Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	129.474,11	117,70
Cota-Parte ICMS	3.400.000,00	3.400.000,00	3.270.803,85	96,20
Cota-Parte IPI-Exportação	50.600,00	50.600,00	50.960,16	100,71
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	270.600,00	270.600,00	352.338,09	130,21
Desoneração ICMS (LC 87/96)	17.600,00	17.600,00	24.283,93	137,98
Outras	253.000,00	253.000,00	328.054,16	129,67
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>10.764.500,00</b>	<b>10.764.500,00</b>	<b>9.962.650,71</b>	<b>92,55</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	586.688,00	586.688,00	522.436,24	89,05
Provenientes da União	586.688,00	586.688,00	522.436,24	89,05
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	110,00	110,00	6.229,86	5.663,51
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>586.800,00</b>	<b>586.800,00</b>	<b>528.666,10</b>	<b>90,09</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.556.813,00	2.884.215,33	2.584.533,97	89,61	2.584.533,97	89,61	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.793.600,00	1.826.165,82	1.798.770,28	98,50	1.798.770,28	98,50	0,00
Outras Despesas Correntes	763.213,00	1.058.049,51	785.763,69	74,27	785.763,69	74,27	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
		2.884.215,33	2.584.533,97	89,61	2.584.533,97	89,61	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	62.912,00	153.912,00	140.277,35	91,14	140.277,35	91,14	0,00
Investimentos	62.912,00	153.912,00	140.277,35	91,14	140.277,35	91,14	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.619.725,00	3.038.127,33	2.724.811,32	89,69	2.724.811,32	89,69	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	586.800,00	682.630,78	473.797,26	17,39	473.797,26	17,39	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	586.688,00	682.518,78	473.797,26	17,39	473.797,26	17,39	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	112,00	112,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	586.800,00	682.630,78	473.797,26	17,39	473.797,26	17,39	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.032.925,00	2.355.496,55	2.251.014,06	82,61	2.251.014,06	82,61	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi/h / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [Vi(h) - (15 x IIIb)/100]							
756.616,45							
22,59							

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00	0,00			0,00		
0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	2.604.585,00	2.702.659,45	98,51	2.702.659,45	98,51	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.720,00	10.377,00	0,38	10.377,00	0,38	0,00
Vigilância Sanitária	13.420,00	17.432,53	0,64	17.432,53	0,64	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	12.942,34	0,47	12.942,34	0,47	0,00
TOTAL	2.638.725,00	2.743.411,32	100,00	2.743.411,32	100,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Valor apresentado na demonstração: R\$ 11.111.111,11 (onze milhões e cem e onze mil e onze reais e dez centavos).  
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 13/01/2016

Município de Macieira - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		12.184.510,00	
Previsão Atualizada		12.184.510,00	
Receitas Realizadas		12.582.673,84	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		869.374,96	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		12.184.510,00	
Créditos Adicionais		2.121.628,65	
Dotação Atualizada		14.306.138,65	
Despesas Empenhadas		11.968.122,27	
Despesas Liquidadas		11.167.113,83	
Despesas pagas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		801.008,44	
Superavit Orçamentário		1.415.560,01	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		11.968.122,27	
Liquidadas		11.167.113,83	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		801.008,44	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		10.953.281,84	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		1.552.605,19	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		265.892,49	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.286.712,70	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	-228.477,71
Resultado Primário		0,00	-223.756,08
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	409.954,37	0,00	409.954,37
EXECUTIVO	409.954,37	0,00	409.954,37
<b>TOTAL:</b>	<b>409.954,37</b>	<b>0,00</b>	<b>409.954,37</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.250.495,34	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		658.274,77	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.760.201,70	140.275,63

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Macieira - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		390.317,42	437.607,63	504.728,68	249.239,35
Despesas Previdenciárias (V)		306.979,01	631.990,23	1.074.712,57	1.196.420,67
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		83.338,41	-194.382,60	-569.983,89	-947.181,32
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	1.218,41
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.251.014,06	15,00	22,59	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)				0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RGF SEGUNDO SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.783.548,11	0,00
Pessoal Ativo	5.554.084,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	229.463,73	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	229.463,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	229.463,73	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.554.084,38	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.953.281,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.554.084,38	50,71
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.571.969,10	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.243.370,65	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.914.772,19	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>109.034,41</b>	<b>46.641,05</b>	<b>27.984,43</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	109.034,41	46.641,05	27.984,43
Interna	109.034,41	46.641,05	27.984,43
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>5.246.285,25</b>	<b>5.312.538,77</b>	<b>5.393.712,98</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.246.285,25	5.504.804,15	5.393.712,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	192.265,38	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-5.137.250,84</b>	<b>-5.265.897,72</b>	<b>-5.365.728,55</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.018.973,69</b>	<b>10.946.029,98</b>	<b>10.953.281,84</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,99%	0,43%	0,26%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-46,62%	-48,11%	-48,99%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.222.768,43</b>	<b>13.135.235,98</b>	<b>13.143.938,21</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>11.900.491,59</b>	<b>11.821.712,38</b>	<b>11.829.544,39</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>109.034,41</b>	<b>46.641,05</b>	<b>27.984,43</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	109.034,41	46.641,05	27.984,43

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	9.351,90	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	409.954,37	1.671.634,74	801.008,44

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>2.475.975,22</b>	<b>2.876.208,87</b>	<b>3.334.153,13</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.475.975,22	2.877.258,87	3.334.153,13
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	1.050,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>13.464,10</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-2.475.975,22</b>	<b>-2.876.208,87</b>	<b>-3.334.153,13</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>11.018.973,69</b>	<b>10.946.029,98</b>	<b>10.953.281,84</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.424.174,21</b>	<b>2.408.126,60</b>	<b>2.409.722,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.181.756,79</b>	<b>2.167.313,94</b>	<b>2.168.749,80</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,40</b>	<b>0,40</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,40	0,40
Interna	0,40	0,40
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,40	0,40
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.953.281,84</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,40</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.752.525,09</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.577.272,58</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>766.729,73</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,40</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			(e)					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores						
									(b)	(c)
	(a)									
Superavit Transf Rec sus uniao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Moveis (edecação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Moveis (saude)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienacoes de Bens destinados a Programas de Saude	1.218,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218,41	0,00	0,00	
Assist. Farm. Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATENÇÃO BASICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Media e Alta Complexidade Ambulator	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bolsa Família - IGD-PBF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CIDE	3.659.322,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659.322,77	0,00	0,00	
Contrib. dos serv. para o reg. pr. prev. social	87,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,25	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Economico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência	183,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183,98	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	5.226,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.226,59	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Civil	7.002,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.002,81	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Militar	10.599,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.599,20	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Tânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Tânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Tânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/7

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		Continuação 277					R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)		
Convênio Trânsito - Civil	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPENS. EXCEPCIONAL	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FARMACIA BASICA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FARMACIA ESTRATEGICA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEP - Transferências Decorrentes de Comp. Financ. Exploração	5.744,92		0,00	0,00	0,00	0,00	5.744,92	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 60 %	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 60%	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petroleo	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO DO SUS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Idoso PBV II	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Idoso PBV II	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAC	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÃO DE CREDITO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÃO DE CREDITO PROG. SAUDE	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Bx	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas para Programas de Saude	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Interna	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS REC. FNS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Não-Primárias	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Legais e Constitucionais - UNIÃO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/7  
R\$ 1,00

Continua 2/7

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/7  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Outras Transferências do FNDE	21,73	0,00	0,00	0,00	0,00	21,73	0,00	0,00	
PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Piso de Atenção Básica - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REND. OPERAÇÃO DE CRÉDITO PROG. EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Royalties de Petróleo - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Royalties de Petróleo - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Salário-Educação	24.240,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.240,05	0,00	0,00	
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit SUSAS - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Transf. Conv. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Alienação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Conv. Educação - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Conv. FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Conv. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Conv. Outros - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Conv. Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Conv. Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 3/7

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/7  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)							
Superávit Conv. SUS - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Conv. Trans. Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Conv. Trans. Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit IGDBF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transf. Sus Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transf. Conv. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transf.Conv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Transp. Esc. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit. Conv. Transf. - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit. SUAS - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Rec. Fundo de Assist. Social - FNAS/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Assistência Social - Tesouro-Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	19,95	0,00	0,00	0,00	0,00	19,95	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	336.887,09	0,00	0,00	0,00	0,00	336.887,09	322.255,99	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/7

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/7

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transferências de Convênios - UNIÃO/Assistência Social Transferências de Convênios - UNIÃO/Educação Transferências de Convênios - UNIÃO/Outros Transferências de Convênios - UNIÃO/Saúde Transferências de Convênios Saúde Transferências de Recursos do FNAS Transferências de Recursos do SUS Transferências do FUNDEB 40% Transferências do FUNDEB 60% Transferências do FUNDEB 60% Transferências do FUNDEB 60% Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/E Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/L Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/UNIÃO Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação Vigilância em Saúde VIGILANCIA EM SAUDE Vigilância em Saúde VIGILANCIA EM SAUDE	0,00 93.066,96 340,92 8.032,92 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.278,95 0,00 0,00 11.832,06 35.042,28 37.245,98 160.763,30 0,0								

Continua 5/7



**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		Continuação 6/7					R\$ 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras	(e)				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						(d)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDEB 60 %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e Transf. de Impostos Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e Transf de Impostos Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e Transf de Impostos Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	11.722,07	0,00	0,00	0,00	0,00	11.722,07	0,00	0,00	
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	549.003,43	0,00	0,00	0,00	0,00	549.003,43	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	980,98	0,00	0,00	0,00	0,00	980,98	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.813,77	0,00	
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUPERAVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit Ordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Superavit. Conv. Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/7  
R\$ 1,00

Continua 6/7

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/7  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Supravit Ordinrios	313,59	0,00	0,00	0,00	0,00	313,59	0,00	0,00
Transferências de Convênios Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Convênios Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40 %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	990.554,86	0,00	0,00	0,00	0,00	990.554,86	5.813,77	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.393.712,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.393.712,98	801.008,44	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	3.334.153,13	0,00	0,00	0,00	0,00	3.334.153,13	0,00	0,00

FONTE:

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		10.953.281,84	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.554.084,38	50,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >		6.571.969,10	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >		6.243.370,65	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-5.365.728,55	-48,99
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		13.143.938,21	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.409.722,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,40	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.752.525,09	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		766.729,73	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		801.008,44	5.393.712,98

FONTE:

# Mafra

## PREFEITURA

**TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016.**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 29/01/2016, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para "Contratação de empresa especializada para realizar reforma e ampliação do Centro de Educação Faxinal, arcando com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Educação". Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 29/01/2016, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 13 de janeiro de 2016  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016.**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 29/01/2016, às 14h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para "Contratação de empresa especializada para realizar reforma e manutenção da EMEF São Lourenço, arcando com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Educação". Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 29/01/2016, até às 14:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 13 de janeiro de 2016  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

**TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016.**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 01/02/2016, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para "Contratação de empresa especializada para realizar reforma das instalações sanitárias do CEM BEIJA FLOR, arcando com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Educação". Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 01/02/2016, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 13 de janeiro de 2016  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 01/2016**

PORTARIA Nº 01/2016, de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede férias à servidora PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, ocupante de cargo de controladora interna, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período aquisitivo de 2014/2015, que será usufruída de 27 de janeiro de 2016 a 05 de fevereiro de 2016, voltando dia 11 de fevereiro de 2016.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 12 de janeiro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

**PORTARIA Nº 02/2016**

PORTARIA Nº 02/2016, de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede férias a servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAI-COWSKI KAMIENSKI, ocupante de cargo de técnica em contabilidade, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período aquisitivo de 2014/2015, que será usufruída de 25 de janeiro de 2016 a 03 de fevereiro de 2016, voltando dia 04 de fevereiro de 2016.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 12 de janeiro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

**PORTARIA Nº 03/2016**

PORTARIA Nº 03/2016, de 12 de janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede férias à servidora BRUNA RAFAELA WESTARB, ocupante de cargo de auxiliar de serviços administrativos, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período aquisitivo abril de 2014 à abril de 2015, que será usufruída de 25 de janeiro de 2016 à 13 de fevereiro de 2016, voltando dia 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 12 de janeiro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 06/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 06/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: FAROL MEDICAMENTOS COMERCIO ATACADISTA – EIRELI - ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2016 de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos  
Valor: R\$ 13.965,70 (treze mil novecentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)

Vigência: 11/01/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 11 de janeiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Abner Gonçalves Ricardo

Contratado.

Wagner da Rosa

Contratante.

Charles de Bem Feliciano

Contratado.

### EXTRATO DO CONTRATO 08/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 08/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA – ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2016 de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos  
Valor: R\$ 8.032,30 (oito mil e trinta e dois reais e trinta centavos)

Vigência: 11/01/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 11 de janeiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Luiz Henrique Albertom

Contratado.

### EXTRATO DO CONTRATO 07/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 07/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: HOSPCLIN COMERCIO ATACADISTA DE MAT. HOSPITALARES EIRELI - ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2016 de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos  
Valor: R\$ 138.482,50 (centos e trinta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência: 11/01/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 11 de janeiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Edemilson de Oliveira

Contratado.

### EXTRATO DO CONTRATO 09/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 09/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de janeiro a julho de 2016.

Valor: R\$ 27.672,40 (vinte e sete mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)

Vigência: 12/01/2016 a 31/07/2016

Maracajá, 12 de janeiro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

João Rodrigues Junior

Contratado.

### EXTRATO DO CONTRATO 08/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 08/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de janeiro a julho de 2016.

Valor: R\$ 53.765,75 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta e cinco mil e setenta e cinco centavos)

Vigência: 12/01/2016 a 31/07/2016

Maracajá, 12 de janeiro de 2016.

**EXTRATO DO CONTRATO 09/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 09/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2016 de acordo com a proposta da contratada e com as condições e especificações constantes do edital e seus anexos

Valor: R\$ 12.929,10 (doze mil novecentos e vinte e nove reais e dez centavos)

Vigência: 11/01/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 11 de janeiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Nelsi Felisberto da Silva

Contratado.

**EXTRATO DO CONTRATO 10/2016**

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Processo Licitatório nº 55/2015 – Pregão Presencial

Termo de Contrato nº 10/2016

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município de Maracajá, inscrita no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. WAGNER DA ROSA, a seguir denominado CONTRATANTE e a empresa JEAN RICHARD MINATTO - ME, com sede na Rua Pedro Rocha, nº 55, Bairro Centro, no município de Maracajá - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.978.367/0001-96, neste ato representada pelo Sr. JEAN RICHARD MINATTO, portador do CPF nº 594.690.219-91, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

Cláusula Primeira – da vinculação e DA legislação aplicável

O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório nº 55/2015 – Pregão Presencial e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Segunda – Do regime de execução do contrato

O Contrato será executado pelo regime de preços unitários.

cláusula terceira – do Objeto do Contrato

O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios para para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de Janeiro a Julho de 2016, conforme segue:

Item	Produto	Unid	Qtde	Valor unitário máximo	Entrega
72	Pão doce com farofa Características técnicas: Pão tipo doce com farofa de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	700	10,90	5 x por semana
73	Pão doce tipo hot dog Características técnicas: Pão tipo hot dog de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	700	9,82	5 x por semana
74	Pão Francês Características técnicas: Pão tipo Francês ou d'água de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	700	10,40	5 x por semana
75	Pão Francês integral Características técnicas: Pão tipo Francês ou d'água de 50gr, produzido com menos de 12 horas. Rico em fibras e grãos integrais. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico, constando a data de fabricação e validade e rotulado segundo a legislação vigente.	Kg	300	13,94	5 x por semana

§ Único - Sendo o regime de execução do contrato por preços unitários e o quantitativo informado mera estimativa do consumo para o período de Janeiro a Julho de 2016, o fornecimento dos produtos será de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.



**Cláusula quarta – Da Dotação Orçamentária**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Maracajá, conforme segue:

- 03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
- 2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
- 3.3.90.00.00.00.00.0080 (16)
- 05.01 - Departamento de Educação, Cultura e Esportes
- 2.012 - Manutenção do Ensino Infantil
- 3.3.90.00.00.00.00.0101; (67)
- 3.3.90.00.00.00.00.0104 (68)
- 2.017 - Manutenção da Merenda Escolar
- 3.3.90.00.00.00.00.0108; (33)
- 3.3.90.00.00.00.00.0080, (32)
- 13.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 2.026 - Atenção as Famílias
- 3.3.90.00.00.00.00.0206 (115)
- 2.027 - Integração dos Idosos e Manutenção do Centro de Convivência
- 3.3.90.00.00.00.00.0205 (108)
- 2.025 – Proteção das Crianças em Situação de Risco
- 3.3.90.00.00.00.00.0080 (123)
- 16.01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
- 2.040 - Manutenção do Parque Ecológico
- 3.3.90.00.00.00.00.0080 (130)

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

1- Os produtos deste edital serão requisitados parceladamente, conforme necessidade dos órgãos solicitantes, durante o período de Janeiro a Julho de 2016, e deverão ser entregues em 01 (um) dia após o recebimento da requisição de fornecimento, por conta e risco da licitante, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do departamento de compras.

2 - Os produtos deverão ser entregues nos locais dos órgãos solicitantes, conforme segue:

- E.E.B.M. 12 de Maio

Av. Nossa Senhora da Conceição – Centro – Maracajá (anexo ao Centro Esportivo Municipal Antonio da Rocha)

- E.E.B.M Eulália Oliveira de Bem

Estrada Geral Espigão Grande - Maracajá

- E.E.B.M Encruzo do Barro Vermelho

Estrada Geral Encruzo do Barro Vermelho – Maracajá (próximo a Igreja Católica)

- Centro de Educação Infantil Margareth Maria Tomasi Rocha,

Rua Antonio Machado nº 300, esquina com a Rua Antonio Manoel Farias, no centro do município de Maracajá

- Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Estrada Geral Garajuvá – Maracajá (ao lado da Igreja Católica)

- Conselho Tutelar de Maracajá.

Rua João Carradore, nº 196 - Centro, no município de Maracajá-SC

- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Maracajá.

Rua Selda Soares Silveira, 1880 - sala 01 – Vila Beatriz, no município de Maracajá/SC

- Prefeitura Municipal de Maracajá (setor de compras)

Av. Gertúlio Vargas, 530 – Centro – Maracajá/SC

4. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

5. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de “força maior”, previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de competente do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

**Cláusula SEXTA – Do valor e reajuste**

Pelo objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, os preços unitários descritos na Cláusula Terceira, resultante num valor total estimado do contrato de R\$ 25.966,00 (vinte e cinco mil novecentos e sessenta e seis reais)

§ Primeiro - Os preços propostos são considerados completos, único e irrevogável, durante a vigência do presente Contrato e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

§ Segundo - É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, de acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. O pagamento será feito até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação definitiva dos materiais, “mediante aprovação da Nota fiscal/Fatura”, através de depósito bancário ou na tesouraria da Contratante.

1.1. A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do órgão solicitante, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura deste contrato.

1.3 - O CONTRATADO será obrigado a emitir NF-e, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, pelo critério do CNAE, conforme Protocolo ICMS 193/2010.

2. É condição indispensável para realização do pagamento que o contratado comprove a regularidade com o INSS, FGTS, sob pena da CONTRATANTE sustar o pagamento, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.



- 2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
3. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
4. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
5. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
6. Mediante o pagamento do valor total dos medicamentos, a CONTRATADA dará total, geral e irrevogável quitação ao CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

#### cláusula OITAVA – da vigência DO CONTRATO

O período de vigência do presente contrato será até 31/07/2016, contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro.

#### Cláusula NONA – Das Alterações

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### Cláusula DÉCIMA – Das Prerrogativas do Contratante

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar-lhe a execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### Cláusula Décima PRIMEIRA – Das Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa:
  - a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.
  - b) de 0,5% sobre o valor inadimplente do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de entrega dos bens consumíveis ou solução de vícios ou imperfeições constatadas no objeto, até o limite de 20%.
  - c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- IV - declaração de inidoneidade.

#### Cláusula Décima SEGUNDA – Das Obrigações do Contratado

São obrigações do CONTRATADO:

- I - realizar a entrega dos materiais, objeto da presente licitação, nos prazos previstos conforme Edital;
- II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;
- III - substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para os materiais rejeitados/recusados pela fiscalização do contrato;
- IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;
- V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a entrega dos materiais;
- VII - aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25%(vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

#### Cláusula décima terceira – Das Obrigações do Contratante

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega dos materiais, objeto desta licitação.
- II – efetuar os pagamentos à Contratada.
- III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

#### Cláusula DÉCIMA quarta – das hipóteses de rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

#### Cláusula décima QUINTA – dos direitos do Contratante em caso de rescisão unilateral

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;
- III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

#### Cláusula Décima sexta – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Araranguá, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Maracajá, 12 de janeiro de 2016.

JEAN RICHARD MINATTO

Proprietário

CONTRATADA

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

### **EXTRATO DO CONTRATO 11/2016**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 11/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: MARCELO RONZONI - ME

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de janeiro a julho de 2016.

Valor: R\$ 33.828,50 (trinta e três mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência: 12/01/2016 a 31/07/2016

Maracajá, 12 de janeiro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Marcelo Ronzoni

Contratado.

### **EXTRATO DO CONTRATO 12/2016**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 12/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: POLPA E SULCOS ROS IND. E COM. DE FRUTAS NATURAIS LTDA - ME

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de janeiro a julho de 2016.

Valor: R\$ 7.784,00 (sete mil setecentos e oitenta e quatro mil reais)

Vigência: 12/01/2016 a 31/07/2016

Maracajá, 12 de janeiro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Fabio Carvalho de Maceda

Contratado.

### **EXTRATO DO CONTRATO 13/2016**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 13/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: JORGE MATOS HEME

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino e Peti, para manutenção das atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, do Conselho Tutelar e das atividades da Melhor Idade, manutenção da Administração Municipal e para alimentação dos animais do parque ecológico, durante o período de janeiro a julho de 2016.

Valor: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Vigência: 12/01/2016 a 31/07/2016

Maracajá, 12 de janeiro de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Jorge Matos Heme

Contratado.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 51/2016

DECRETO Nº 51, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada LILIANE CATRINE DA SILVA RODRIGUES OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.054.489-69, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 02 ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 52/2016

DECRETO Nº 52, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada TICIANA KAUFMANN DE ARAÚJO brasileira, inscrita no CPF sob nº 015.426.849-60, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 012/2016

DECRETO Nº 012/2016 DE 08.01.2016

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/02, Concurso Público – Edital 001/2011 e demais normas pertinentes,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a avaliação, aprovado o respectivo Estágio Probatório, arquivado na pasta funcional e declarado efetivo no serviço Público Municipal de Modelo – SC, o Servidor Municipal abaixo nominado:

Nome do Servidor	Cargo	Matrícula	Nº Decreto de Nomeação
Elis Raquel Sehnem	Professor Ensino Superior	1901-01	055/2012

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 08 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

### PORTARIA Nº 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016 de 06.01.2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS STOCKER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 90 (noventa) dias,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal MARCOS STOCKER, matrícula nº 1569-5, ocupante do cargo de Agente de Manutenção/Mecânico de Máquinas, Veículos e Equipamentos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 06.01.2016 a 04.04.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06.01.2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 06 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 007/2016**

PORTARIA Nº 007/2016 de 06.01.2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedida função gratificada à servidora CLAUDETE DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, lotada no Departamento Municipal de Saúde, a partir de janeiro de 2016, conforme abaixo especificado:

Nome do Servidor: Claudete da Silva  
Código – FG/Denominação:

Função Gratificada: FG – 4 – 100% sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho das atividades de encaminhamento de Tratamentos para Fora de Domicílio – TFDs, boletins do CNES e solicitação de controles.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 06 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 008/2016**

PORTARIA Nº 008/2016 de 06.01.2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedida função gratificada à servidora ELENICE RUCKS, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, lotada no Departamento Municipal de Saúde, a partir de janeiro de 2016, conforme abaixo especificado:

Nome do Servidor: Elenice Rucks  
Código – FG/Denominação:

Função Gratificada: FG – 4 – 100% sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho das atividades de agendamento das consultas especializadas da Amerios e Cis Amerios, controle da agenda de viagens, controle da entrega de exames e relatórios.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 06 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 009/2016**

PORTARIA Nº 009/2016 de 06.01.2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica designada a servidora JACINTA NELI DILL RAUBER, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Saúde Pública, lotada no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho de função gratificada, a partir de janeiro de 2016, conforme abaixo especificado:

Código – FG/Denominação:

Função Gratificada: FG – 02 – 50 % sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação de atividades das campanhas de vacinas, no Setor de Vacinação vinculado à Vigilância Epidemiológica, no Departamento de Saúde do Município de Modelo – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 06 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 010/2016**

PORTARIA Nº 010/2016 de 06.01.2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica designada a servidora JULIANA PAVALICINI CESCO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo da Saúde, lotada no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho de função gratificada, a partir de janeiro de 2016, conforme abaixo especificado:

Código – FG/Denominação:

Função Gratificada: FG – 02 – 50 % sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação das atividades de cadastramento e atualização dos dados do cartão SUS das famílias dos ESFs I e II do município de Modelo, no Departamento de Saúde no Município de Modelo – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 06 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 012/2016**

PORTARIA Nº 012/2016 DE 08.01.2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, a partir de janeiro de 2016, Gratificação por Grau de Instrução a que faz jus, que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Eder Alexandre Jung	05% (cinco por cento)	Graduação (3º Grau) – Curso de Administração (Bacharel) – Diploma emitido em 13.11.2006 e registrado sob o nº 04260 do livro nº 011, folhas nº 130 do Setor de Certificação e Registro de Diploma – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 013/2016**

PORTARIA Nº 013/2016 de 08.01.2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDER ALEXANDRE JUNG, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Eder Alexandre Jung	04.12.2013 a 03.12.2014	20.01.2016 a 29.01.2016 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



# Mondaí

## PREFEITURA

### **ERRATA P. PRESENCIA Nº 002/2016**

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, errata, conforme descrito abaixo:  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 002/2016 – registro de preços

Onde se lê: TIPO: Menor Preço (por item), leia-se: TIPO: Menor Preço (por lote).

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14h55min do dia 25 de janeiro de 2016.

NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 25 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 12 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

### **EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 004.2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 004/2016 – registro de preços

TIPO: Melhor preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material escolar, destinado para manutenção atividades das escolas da rede municipal de ensino do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 26 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 26 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 13 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

### **EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 005.2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 005/2016 – registro de preços

TIPO: Melhor preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material de higiene e limpeza, destinado para manutenção atividades Secretarias Municipais do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 27 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 27 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 13 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO TP 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ S/C

ATO DE AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 005/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço, do tipo regime de empreitada menor preço GLOBAL.

OBJETO: O objeto do presente processo licitatório é a Contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica nas Ruas: Capivara, Anildo Heisler, Cristiano Wandscheer e na Rua das Palmeiras, no perímetro urbano da cidade de Mondaí/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e de acordo com as especificações constantes no Anexo I, que faz parte do presente Edital..

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h55min do dia 29 de janeiro de 2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h00min do dia 29 de janeiro de 2016.

Licitação regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações vigentes.

Obs: O Edital de Licitação, bem como o projeto, orçamento, memorial descritivo e cronograma físico financeiro encontram-se disponível aos interessados no portal do município, na rede mundial de computadores, através do link [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br).

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (49) 3674.3125.

Mondaí – SC, 13 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 002/2016 FMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 002/2016

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Contratação de monitor para ministrar aulas de música (violão), artesanato e outras atividades culturais, destinados para manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 14h55min do dia 26 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 26 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão

ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou

pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 13 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA HABILITAÇÃO 165/2015 PMN

#### ATA DE HABILITAÇÃO 165/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 9 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES PROTENSUL, ROYER, CONST. NATINHO, C R ARTEFATO, NOSTRADOMUS, MULTIPLOS; APRESENTARAM OS DOCUMENTOS NO CREDENCIAMENTO REFERENTE A ME/EPP E TERÃO O BENEFÍCIO DA LEI 123/2006 OS LICITANTES ROYER E NOSTRADOMUS; NÃO SE CREDENCIARAM OS LICITANTES CONST. NATINHO ( O REPRESENTANTE NÃO APRESENTOU A PROCURAÇÃO RECONHECIDA FIRMA), ROYER 9 REPRESENTANTE AUSENTE), MULTIPLUS (REPRESENTANTE AUSENTE), OS DEMAIS FORAM CREDENCIADOS E PODERÃO SE PRONUNCIAR NA SESSÃO. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE FORAM inabilitados Royer ( apresentou certidão pessoa jurídica desatualizada-capital diferente do apresentado no contrato social + apresentou balanço contábil incompatível com o resumo assinado pelo proprietário), também foi inabilitado o licitante construtora Natinho ( não apresentou item 4.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, o atestado de capacidade técnica foi com quantidade inferior ao exigido no edital - foi apresentado atestado em nome de outra empresa) inabilitado também o licitante Nostradomus ( apresentou certidão pessoa jurídica desatualizada-capital diferente do apresentado no contrato social ). Estava presente para verificação do balanço contábil o sr. Sidnei Milani, e para verificação dos atestados de capacidade técnica junto a CAT os srs Guilherme Mateus Hinnig e Paulo Fernando Squizzato. Menciona-se que todos os documentos foram assinados pelos presentes, sendo mencionado ainda que o atestado de capacidade técnica fornecido para tecnóloga Karen E. Dirksen mencionando ser responsável pela empresa ROYER PRÉ MOLDADOS foi concedido pela empresa Catedral mencionando a data 12/06/2014 época em que a Karen supostamente não estaria na empresa Royer, será aberto diligência. FOI FINALIZADA A SESSÃO MENCIONANDO QUE FORAM HABILITADOS OS LICITANTES MULTIPLOS, CR ARTEFATOS E PROTENSUL

Como houve licitantes inabilitados, os quais não abriram mão de interpor recurso, a abertura dos envelopes de propostas DOS HABILITADOS foi agendada para o dia 22/01/2016 as 17 horas

Douglas Lemos – Presidente da Comissão

### ATA CONCORRÊNCIA Nº167/2015 PMN I.

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 14 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES BALTT, RBI, MULTIPLOS, PACOPEDRA, CR ARTEFATOS TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E PRESENTES, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE NÃO HAVENDO APONTAMENTOS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO; A COMISSÃO SOLICITOU E A SECRETARIA DE GOVERNO ENCAMINHOU DOIS ENGENHEIROS OS QUAIS FICARAM RESPONSÁVEIS PELA VERIFICAÇÃO DOS ITENS 5.4.2 E 5.4.3 ( ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CAT) DOS LICITANTES, ENGENHEIRO JOEL GERVASIO DE SOUZA CREA 26.910-8 E ENGENHEIRO PAULO FERNANDO SQUIZZATO, OS QUAIS APROVARAM os licitantes, pacopedra, cr artefatos, baltt ..... E REPROVARAM a múltiplos ( não apresentou no atestado de capacidade técnica o quantitativo mínimo solicitado quanto Execução com fornecimento de materiais de base de brita graduada, e também execução com fornecimento de materiais de sub-base com rachão – itens 3,4 do atestado ) assim como RBI ( apresentou

incompleto execução com fornecimento de materiais de sub-base com rachão- item 3) também não apresentou na declaração que não haverá paralisação dos serviços; Como houve inabilitado ( RBI e Múltiplos) o mesmo não abriu mão de interpor recurso, a licitação foi suspensa respeitando o prazo recursal, sendo agendado o retorno para abertura das propostas dos habilitados para o dia 25/01/2016 as 17 horas , momento em que encerra a presente. Obs caso haja recursos ou se a data de abertura das propostas for alterada, será publicado no site da prefeitura de navegantes.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 FME

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE (COPOS DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 200ML), PARA ATENDER AS COMPETIÇÕES DE VERÃO E EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES NO ANO DE 2016. Data da entrega dos envelopes: 26/01/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 26/01/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 13 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 180/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 26/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 13 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### DECRETO 2 ERRATA

DECRETO N º 2 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIME INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES – CONDEMA

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com os fundamentos da lei municipal nº 1.197 de 6 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1 º Fica aprovado, na forma do Anexo Único, o Regime Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Navegantes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - CONDEMA

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Navegantes - CONDEMA, criado pela Lei nº 1197 de 06 de junho de 1997 e alterado pela Lei nº 1856 de 15 de dezembro de 2004 e Lei nº 2510 de 13 de outubro de 2011 é um órgão colegiado de composição paritária de assessoramento superior e de caráter consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Municipal do Meio Ambiente.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE

Art. 2º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA tem por finalidade estudar, propor, colaborar, promover e participar da Política Municipal do Meio Ambiente, competindo-lhe:

I participar da formulação das diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente de modo a assegurar, em cooperação com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, a preservação, a melhoria e a recuperação dos recursos naturais, no âmbito da competência legal do Município de Navegantes;

II quando julgar necessário indicará normas e critérios quanto aos projetos sócio ambientais que obrigatoriamente serão objeto de audiência pública;

III promover, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre alternativas e possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos competentes, bem como a entidades privadas as informações indispensáveis à apreciação dos estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental;

IV colaborar no desenvolvimento, pelos meios necessários, de ação educacional que sensibilize a sociedade quanto ao dever de defesa e preservação do meio ambiente;

V Promover ações e medidas que estimulem a educação ambiental e o exercício da cidadania ambiental no município, especialmente pelo fortalecimento e promoção dos direitos de acesso à informação, participação pública nos processos decisórios e acesso à justiça ambiental.

VI identificar áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade ambiental do Município;

VII elaborar e alterar o seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Chefe do Poder Executivo;

VIII baixar as resoluções de sua competência, necessárias à execução e implementação da Política Municipal do Meio Ambiente;

IX propagar e divulgar medidas que facilitem e agilizem os fluxos de informações sobre o meio ambiente no âmbito municipal;

X julgar os processos e recursos administrativos que lhe forem submetidos, nos limites de sua competência;

XI criar e extinguir Câmaras Técnicas, Comissões e Grupos de Estudos;

XII deliberar sobre os casos omissos no presente Regimento, observada a legislação ambiental em vigor;

XIII Realizar audiências públicas, em cumprimento ao princípio da informação e participação, para discussão de questões atinentes à

política ambiental municipal e em procedimentos de licenciamento ambiental que incidam sobre áreas protegidas e/ou geradoras de significativo impacto ambiental;

XIV Participar do sistema municipal de unidades de conservação propondo a criação de unidades de conservação e participando de sua implantação e gestão, cujo plano de manejo e composição dos conselhos gestores devem ser submetidos à sua apreciação;

XV Apreciar e apresentar sugestões a projetos públicos e privados que incidam direta ou indiretamente sobre áreas protegidas, emitindo posicionamento que servirá de subsídio aos órgãos competentes e

XVI Atender as demandas que lhe são encaminhadas pela sociedade civil e órgãos governamentais, emitindo parecer e dando os demais encaminhamentos necessários.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONDEMA  
SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONDEMA

Art. 3º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente é composto por 10 membros e seus respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I - O Superintendente da FUMAN;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

III - 01 (um) representante da Faculdade Sinergia;

IV - 01 (um) representante do IBAMA;

V - 01 (um) representante da FATMA;

VI - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

VII - 01 (um) representante de entidade ambiental reconhecida e legalmente registrada;

VIII - 01 (um) representante da ACIN;

IX - 01 (um) representante de movimento comunitário devidamente constituído e registrado;

X - 01 (um) representante dos engenheiros e/ou arquitetos do município de Navegantes.

§ 1º O suplente substituirá o titular em suas faltas ou impedimentos.

§ 2º Os Conselheiros titulares e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução consecutiva apenas uma vez.

§ 3º A ausência não justificada de quaisquer dos representantes, titular ou suplente, por 03 (três) reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas ou cinco alternadas no decorrer do biênio, sem comunicação prévia ou justificativa aceita pela Plenária do Conselho, implicará na sua exclusão.

I A exclusão será comunicada à entidade, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para indicar novo representante.

II Não havendo manifestação da entidade neste período, se fará notificação de sua exclusão do Conselho, dando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa a Plenária, que decidirá sobre sua permanência ou substituição por outra entidade.

§ 4º São também motivos para substituição do representante da entidade, os seguintes casos:

a) morte;

b) renúncia;

c) doença que exija o licenciamento por mais de 12 (doze) meses;

d) procedimento incompatível com a dignidade da função, assim entendido por maioria simples dos conselheiros integrantes do CONDEMA;

e) pela condenação por sentença criminal com trânsito em julgado por crime doloso.

§ 5º Ocorrendo a exclusão do Conselheiro pelos fundamentos esboçados no parágrafo acima, acarretará automaticamente o seu impedimento de nomeação para novo mandato no período imediatamente seguido ao mandato ora exercido.

§ 6º Os Conselheiros representantes dos Órgãos Governamentais Municipais, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, terão seus mandatos limitados ao mandato do Prefeito que os indicou, sendo que seus substitutos e respectivos suplentes completarão o tempo de mandato que faltar.

§ 7º No caso de substituição de representante que exerçam os

cargos de Vice Presidente do Conselho, deve-se convocar nova eleição.

§ 8º Os Conselheiros representantes de entidades não governamentais terão seus mandatos limitados à vinculação à entidade que os indicou, sendo que seus substitutos e respectivos suplentes completarão o tempo de mandato que faltar.

## SEÇÃO II

### DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 4º Nos casos de exclusão ou desistência de entidade não governamental, a mesma será substituída.

Parágrafo Único: Nos casos em que os membros titular e suplente representam diferentes entidades de mesma categoria, se a entidade não governamental excluída ou desistente for a titular, a entidade suplente terá prioridade na ocupação da vaga, devendo se proceder à escolha de nova entidade para atuar como suplente.

Art. 5º A escolha de nova entidade não governamental se dará nos termos da Lei Municipal nº 1.197 de 06 de junho de 1997.

## SEÇÃO III

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A estrutura organizacional mínima do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Navegantes - CONDEMA é composta de:

I Plenária;

II Presidência;

III Vice Presidência;

IV Secretaria;

V Secretaria Executiva;

VI Câmaras Técnicas, Comissões ou Grupo de Estudos.

### SUBSEÇÃO I

#### DA PLENÁRIA

Art. 7º A Plenária é composta pelos 10 (dez) membros e suplentes do CONDEMA, sendo a instância decisória do conselho.

Art. 8º A Plenária compete adotar todos os atos necessários para o cumprimento das competências do conselho enumeradas no art. 2º, especialmente:

I discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do Conselho;

II julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;

III julgar os recursos interpostos às decisões dos processos administrativos ambientais.

### SUBSEÇÃO II

#### DA PRESIDÊNCIA

Art. 9º A Presidência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será exercida pelo Superintendente da FUMAN.

Art. 10 São atribuições do Presidente:

I presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II colocar em apreciação pela Plenária a pauta das reuniões;

III submeter a Plenária os expedientes oriundos da Secretaria Executiva;

IV requisitar serviços dos membros do Conselho e delegar atribuições;

V expedir pedidos de informação e consultas à autoridades estaduais, federais, municipais, de governos estrangeiros e da sociedade civil, após discussão e aprovação pela Plenária;

VI assinar as Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos aprovados pelo Conselho;

VII representar o Conselho ou delegar a sua representação;

VIII autorizar a execução de atividades fora da sede do Conselho;

IX constituir e extinguir, conforme decisão da Plenária, Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

X convocar reuniões extraordinárias quando se coloque em situações de caráter de urgência.

### SUBSEÇÃO III

#### DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 11 A Vice Presidência do Conselho de Defesa do Meio Ambiente será exercida por um membro do conselho eleito na reunião

em que ocorrer a posse dos novos membros por nomeação ou recondução.

Art. 12 São atribuições do Vice Presidente:

I substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

II supervisionar os trabalhos da Secretaria;

III exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho.

### SUBSEÇÃO IV

#### DA SECRETARIA

Art. 13 A Secretaria será dirigida por um Secretário(a), membro do conselho eleito na reunião em que ocorrer a posse dos novos membros por nomeação ou recondução.

Art. 14 Os serviços administrativos da Secretaria serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de uma secretaria executiva vinculada à Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

Art. 15 O Secretário(a) do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões da Plenária, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo Único: O encargo das atribuições de Secretário (a) não retira o direito do membro de participar das reuniões, mantendo-se o seu direito a voto.

Art. 16 Compete ao Secretário do Conselho:

I planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva; II assessorar a Presidência na condução dos trabalhos do Conselho;

III elaborar as atas das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IV assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;

V representar o Presidente e o Vice Presidente em caso de impedimento.

### SUBSEÇÃO V

#### DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 17 Os documentos enviados ao Conselho, bem como os recursos administrativos de auto de infração, serão recebidos, registrados e autuados pela Secretaria Executiva.

Art. 18 Os documentos de que trata o artigo anterior serão completados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados à Presidência do Conselho para exame, se for o caso, pelas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

Parágrafo Único: A Secretaria executiva, mediante decisão da Plenária poderá encaminhar a outros órgãos ou entidades da Administração Pública sediados no município de Navegantes, documentos e solicitações recebidas que não sejam da sua competência mediante comunicação ao interessado.

Art. 19 São atribuições da Secretaria Executiva:

I assessorar administrativamente o Conselho;

II executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Secretário do Conselho;

III organizar e manter arquivada toda a documentação relativa às atividades do Conselho;

IV colher dados e informações dos setores da Administração Pública Direta e Indireta, necessários à complementação das atividades do Conselho;

V organizar a pauta das reuniões após aprovação dos assuntos pela Plenária;

VI expedir convocação para as reuniões do Conselho, por determinação da Secretaria do Conselho;

VII manter controle atualizado sobre os recursos administrativos de auto de infração, sua autuação, nome das partes, distribuição, nome do Relator e cumprimento do prazo de julgamento;

VIII certificar nos autos dos recursos administrativos a condição de ser ou não o Recorrente reincidente na prática de infrações ambientais;

IX manter em dia o sistema de informações do Conselho.

### SUBSEÇÃO VI

#### DAS CÂMARAS TÉCNICAS, COMISSÕES E/OU GRUPOS DE TRABALHO

Art. 20 Para fins deste regimento interno entende-se por:



I Câmara Técnica: constituída para análise, proposição e assessoramento da Plenária em questões de caráter técnico que exijam conhecimento e formação específicos para a sua adequada compreensão e encaminhamento;

II Comissão: constituída para representação qualificada do conselho em espaços decisórios, eventos técnicos, encontros, audiências e debates que requeiram uma participação ativa do conselho e o posterior retorno de informações para a Plenária.

III Grupo de Trabalho: constituída para análise, proposição e assessoramento da Plenária em questões que não apresentem caráter especificamente técnico;

Art. 21 Poderá a Presidência do Conselho do Meio Ambiente, mediante decisão da Plenária, constituir Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho.

§ 1º O Conselho poderá constituir tantas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho, quantos, forem necessários, compostas preferencialmente por Conselheiros especialistas na área temática.

§ 2º As Câmaras Técnicas serão formadas respeitando-se o limite máximo de 04 (quatro) integrantes, todos membros do Conselho, titulares ou suplentes, mantendo-se a paridade em composição.

§ 3º Os membros indicados em sessão Plenária, para participar das Câmaras Técnicas, comissões ou grupos de trabalho, não poderão ser substituídos posteriormente, a não ser por nova deliberação da Plenária.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das Câmaras Técnicas, na qualidade de consultores, pesquisadores e técnicos que possam contribuir com os trabalhos, mediante aprovação da Plenária.

§ 5º Na composição das Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho deverá ser considerada a competência e afinidade das instituições representadas com o assunto a ser discutido.

§ 6º Cada instituição representada, somente poderá participar simultaneamente de até 02 (duas) Câmaras Técnicas, comissões ou grupos de trabalho.

Art. 22º As Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho têm por finalidades discutir, estudar, analisar e propor soluções através de pareceres consultivos ou relatórios concernentes aos assuntos que forem de sua atribuição.

§ 1º Os Pareceres Consultivos ou Relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou Grupos de Trabalho, a serem apresentados durante as reuniões, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva, com 06 (seis) dias de antecedência à data da reunião, para fim de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente justificados, admitidos pela Presidência.

§ 2º O prazo para a apresentação dos pareceres ou relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e dos Grupos de Trabalho será fixado pela Plenária, levando em consideração a complexidade do assunto em questão.

Art. 23 As Câmaras Técnicas, comissões e/ou grupo de trabalho terão a responsabilidade de examinar e relatar a Plenária assuntos de sua competência.

Art. 24 As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente além do voto comum, o de qualidade (desempate).

§ 1º A Presidência da Câmara Técnica poderá relatar assuntos ou designar um Relator a cada reunião.

§ 2º A ausência não justificada de membros da Câmara Técnica por três reuniões consecutivas ou por cinco alternadas, no decorrer do biênio, implicará na sua exclusão do mesmo.

§ 3º A substituição de membro excluído, na hipótese prevista no parágrafo anterior, será proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e encaminhada por seu Presidente à Secretaria do Conselho.

Art. 25 As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e terão seus assuntos apresentados pelo Relator com o respectivo Parecer, devendo ser convocadas por suas respectivas Presidências com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 26 As Câmaras Técnicas poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela Plenária do

Conselho, obedecendo ao disposto neste Regimento.

Art. 27 Das reuniões das Câmaras Técnicas serão lavradas atas em livro próprio, aprovadas e assinadas pelos seus membros.

#### CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Art. 28 A eleição do Vice Presidente e Secretário se dará em turno único, em reunião ordinária ou extraordinária convocada especificamente para esse fim, considerando-se eleito aquele que somar a maioria simples dos votos.

Art. 29 O Conselheiro que pretenda concorrer a qualquer dos cargos eletivos deverá protocolar a sua candidatura na secretaria do conselho antes da reunião que antecede a eleição ou até 30 (trinta) minutos antes da eleição.

Art. 30 O voto é um direito e uma obrigação individual dos membros do Conselho, não sendo permitida a representação através de procuração ou qualquer outro instrumento.

Art. 31 A eleição para vice presidência será determinada entre os representantes governamentais e os representantes de entidades não governamentais.

Art. 32 O mandato de vice presidente será de 2 (dois) anos sem direito a recondução.

#### CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DO CONSELHO SUBSEÇÃO I DAS REUNIÕES

Art. 33 A Plenária realizará reuniões ordinárias, com cronograma previamente estabelecido em reunião, sendo no mínimo bimestral, e reuniões extraordinárias, a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho ou por pelo menos 50% (cinquenta por cento) de seus membros com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art. 34 As reuniões da Plenária obedecerão à seguinte ordem:

I instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;

II discussão e aprovação da ata de reunião anterior;

III discussão de matérias de interesse ambiental;

IV discussão de assuntos pendentes que não foram tratados na reunião anterior;

V julgamento de recursos administrativos;

VI constituição de Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

VII agenda livre para levar ao conhecimento da Plenária, assuntos de interesse geral;

VIII encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

Parágrafo Único: A duração de cada reunião ordinária ou extraordinária não poderá exceder de 02 (duas) horas.

Art. 35 A presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Membros do Conselho em primeira chamada estabelecerá "quorum" para a realização das reuniões e deliberação.

Parágrafo Único: Não sendo alcançado o "quorum" em primeira chamada, realizar-se-á segunda chamada no prazo de quinze minutos depois de realizada a primeira, ocasião na qual metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples, estabelecendo "quorum" para a realização das reuniões e deliberação.

Art. 36 As pautas das reuniões serão construídas a partir das deliberações havidas na reunião anterior e demandas encaminhadas pelos Conselheiros e pela sociedade.

Art. 37 A Secretaria distribuirá por meio físico e eletrônico, com antecedência mínima de três dias, a agenda e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões para todos os Conselheiros.

Art. 38 Durante a exposição dos assuntos contidos nos Pareceres Consultivos não serão permitidos apartes, podendo serem apresentados ao final da reunião.

Parágrafo Único: Os membros do Conselho nas discussões sobre o teor dos Pareceres Consultivos farão uso da palavra que será concedida pela Presidência, na ordem em que for solicitada.

Art. 39 Terminada a exposição do Parecer Consultivo ou Relatório das câmaras Técnicas, Comissões ou Grupo de Trabalho, será o

assunto posto em discussão, sendo assegurado o tempo máximo de 05 (cinco) minutos para cada membro da Plenária, podendo ser prorrogado este prazo, a critério da Presidência.

Art. 40 Após as discussões o assunto será votado pela Plenária.

Parágrafo Único : Somente terão direito a voto os membros previstos no art. 3º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes.

Art. 41 Das reuniões da Plenária serão lavradas atas, que serão previamente enviadas aos membros do Conselho e submetidas à aprovação na reunião subsequente, para fins de publicação em mídia de ampla divulgação.

## SUBSEÇÃO II

### DOS PROCEDIMENTOS DE DELIBERAÇÃO

Art. 42 As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Art. 43 Os assuntos a serem submetidos à apreciação da Plenária poderão ser apresentados por qualquer Conselheiro e constituir-se-ão de:

I proposta de Resolução: quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do CONDEMA;

II proposta de Moção: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental;

III proposta de Análise e Parecer Consultivo sobre matérias ambientais submetidas à sua apreciação, bem como Projetos de Lei ou de atos administrativos.

§ 1º As propostas de Resolução, de Moção, de Análise e de Parecer Consultivo deverão ser encaminhadas à Secretaria que, após ouvidas previamente as Câmaras Técnicas, as Comissões e/ou Grupos de Estudos competentes, caso instalados, que terão o prazo de 20 (vinte) dias para se manifestar sobre o assunto, informará aos Conselheiros e proporá à Presidência sua inclusão na pauta de reunião ordinária, conforme a ordem cronológica de apresentação.

§ 2º As Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos serão datados e numerados em ordem distinta, cabendo à Secretaria corrigi-las e indexá-las.

Art. 44 As Resoluções, moções, análises e pareceres consultivos aprovados pela Plenária serão referendadas pela Presidência no prazo máximo de 30 (trinta) dias e publicadas no Diário Oficial do Município e em mídia de ampla divulgação.

## SUBSEÇÃO III

### DA DECISÃO EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 45 Os recursos interpostos de decisão que julgar o Auto de Infração Ambiental, serão protocolados perante a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN, que encaminhará o processo na íntegra ao CONDEMA para seu processamento.

Parágrafo Único: Os recursos devidamente juntados aos autos do processo administrativo e devidamente rubricados e numerados, deverão ser enviados ao CONDEMA no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 46 O CONDEMA, na condição de órgão superior competente para julgar os recursos interpostos de decisões emanadas dos autos de infração ambiental, proceder o recebimento e julgamento dos recursos na forma da lei.

§ 1º Os recursos serão distribuídos pela Secretaria de forma igualitária, a um Relator e um revisor, mediante sorteio, o qual será realizado durante a mesma Seção do Conselho, tendo por base a relação dos membros do CONDEMA.

§ 2º Os recursos serão encaminhados ao Relator, pela Secretaria Executiva, na mesma Seção em que se realizar o sorteio. Posteriormente será encaminhado ao Revisor, na Seção Ordinária imediatamente após o sorteio, obedecendo à mesma forma de distribuição.

§ 3º Tanto o Relator, quanto o revisor, terão o prazo de 15 (quinze) dias, para análise e devolução do processo com o respectivo Parecer.

§ 4º No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator ou Revisor, o processo será restituído à Secretaria no prazo de 05 (cinco) dias. A redistribuição do recurso será feita na próxima Seção Ordinária, mediante novo sorteio de Relator ou Revisor,

obedecendo ao mesmo prazo para análise e devolução do processo com o respectivo Parecer.

§ 5º Quando o recurso abranger questões de maior complexidade poderá ser concedido ampliação do prazo para apresentação do Parecer, não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, mediante requerimento devidamente justificado dirigido à Presidência que consultara a Plenária.

Art. 47 Em caso de o Relator ou o Revisor entender necessária a realização de diligências, no processo em análise, deverá requerê-lo ao Presidente do CONDEMA, que promoverá o regular encaminhamento.

Parágrafo Único A diligência interrompe o prazo para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

Art. 48 Os Pareceres serão apresentados pelo Relator e Revisor em Plenária e, na ausência destes, por seus respectivos suplentes ou pela Secretaria.

§ 1º Em caso de divergência do voto do Relator e Revisor, deverá haver votação pelos membros do Conselho sobre qual parecer será acolhido para tomada de decisão considerando maioria simples.

§ 2º Caso o parecer do Revisor aponte a necessidade de modificações no Parecer do Relator, estas modificações devem ser votadas em Plenário.

Art. 49 O Conselheiro, titular ou suplente, representante da FUMAN, não poderá ser Relator ou Revisor em processo de recursos interpostos de decisão daquela Fundação, assim como qualquer conselheiro que tiver interesse pessoal.

Art. 50 Os membros do Conselho poderão pedir vistas do recurso administrativo, isolada ou concomitantemente, se discordarem do Parecer do Relator, quando do julgamento deste em Plenária, cabendo-lhes elaborar novo Parecer em prazo idêntico ao do Relator, sendo o Recurso incluído automaticamente em pauta de reunião seguinte e os Pareceres reapreciados e votados, prevalecendo aquele que obtiver o maior número de votos.

§ 1º Cada recurso administrativo somente comportar um pedido de vistas, devendo os Conselheiros interessados atuarem de forma conjunta na elaboração do parecer divergente.

§ 2º O Recorrente poderá efetuar sustentação oral em Plenária, por prazo não superior a 30 (trinta) minutos, imediatamente após a leitura do voto do Relator e antes do julgamento deste pela Plenária, mediante requerimento à Presidência do Conselho, elaborado por escrito e em até 24 (vinte e quatro) horas antes do julgamento.

§ 3º Os Pareceres dos Relatores, exarados nos recursos, serão feitos por escrito e de maneira padronizada quanto ao seu aspecto formal e terão a sua ementa publicada no Diário Oficial do Município, constituindo coisa julgada administrativa e irreversível.

§ 4º Os Pareceres deverão conter no mínimo o nome do relator, recorrente, relatório, recurso, processo, número do auto de infração, ementa, relatório, fundamentação e conclusão.

Art. 51 A intimação da decisão do Conselho ao recorrente será efetuada pela Secretaria Executiva, mediante correspondência com aviso de recebimento.

Parágrafo Único Caso o recorrente se encontre presente na sessão de julgamento, considerar-se-á intimado da decisão, devendo o ato constar da ata respectiva.

Art. 52 Transitada em julgado a decisão, será o processo baixado à FUMAN pela Secretaria Executiva, para dar cumprimento à decisão do Conselho.

Art. 53 Nos casos em que incidir a prescrição intercorrente ou quinquenal, o Conselho poderá apresentar representação para apurar a responsabilidade funcional.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 54 Os membros da Plenária, quando em viagem a serviço do Conselho, terão suas despesas suportadas pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo Único: A necessidade de viagem a serviço do Conselho deverá ser previamente justificada e aprovada em Plenária.

Qualquer dos membros do Conselho previstos no art. 3º poderá apresentar propostas de alteração deste Regimento, sempre que houver necessidade de atualizá-lo, encaminhando-as à Secretaria Executiva para exame e Parecer.

§ 1º De posse do parecer da Secretaria, a Presidência o submeterá à votação do Conselho, em Plenária.

§ 2º A alteração proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 dos membros do Conselho.

Art. 55 A participação dos membros no Conselho é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerado.

Art. 56 Qualquer cidadão, organizações da sociedade civil ou entidade governamental poderá apresentar ao Conselho demandas de análise, manifestação por resolução, moção ou parecer de temas relacionados ao meio ambiente, bem como solicitar o uso da palavra durante as reuniões do Conselho.

Art. 57 Estas solicitações devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho com uma semana de antecedência à reunião do CONDEMA.

Art. 58 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão dirimidos pelo Conselho, mediante votação em Plenária.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JANEIRO E 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015

PROCESSO Nº 124/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2015

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 13/01/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, (Bacilus Turigiensis Israelensis), Concentração de no mínimo 1,2 % de Princípio Ativo, potência mínima de 1200 UTI/mg. Embalagem contendo no mínimo 10 (dez) litros, com lacre de fábrica. Prazo de validade de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses contados da data de entrega), para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC, para o controle das larvas de Borrachudo (Simulium pertinax), menor preço por item, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

AGRO LÍDER LTDA (CNPJ Nº 05.443.140/0001-58)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LARVICIDA BIOLOGICO BTI, (Bacilus Turigiensis Israelensis), Concentração de no mínimo 1,2 % de Princípio Ativo, potência mínima de 1200 UTI/mg. Embalagem contendo no mínimo 10 (dez) litros, com lacre de fábrica. Prazo de validade de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses contados da data de entrega). Para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC, para o controle das larvas de Borrachudo (Simulium pertinax).	Vectobac	Litro	600	95.90	57.540,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$57.540,00 (Cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 13 de janeiro de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

### PORTARIA Nº 020/2016

PORTARIA Nº 020/2016

Dispõe Sobre a Composição e o Funcionamento da Comissão Permanente de Licitações.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Parágrafo 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Federal nº 8.883/94 e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Fica assim composta a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Trento,

Presidente: Aprígio José Botameli

Membros Efetivos: Catia Maria Burigo

Miliani Piffer Mazzola

Membros Suplentes: Lorena Polli

Maria Cipriani

Art. 2º - Incumbe à Comissão promover, desde a abertura até o julgamento, as licitações para compra, serviços e alienações da Prefeitura, observada a legislação e demais normas aplicáveis às licitações.

Art. 3º - É facultado à Comissão sempre que entender necessário ao melhor julgamento, recorrer à manifestação instrutiva de quaisquer dos setores da Prefeitura.

Art. 4º - É de competência do Presidente:

- a) dirigir os trabalhos e despachar o expediente da Comissão;
- b) Exercer além do voto ordinário, o de qualidade, em caso de empate;
- c) Convocar membros suplentes para substituírem os efetivos, quando ausentes ou impedidos, com atuação plena, bem como secretariar as reuniões da comissão, neste caso, sem direito de voto.

Art. 5º - Incumbe a servidora pública municipal Catia Maria Burigo contratada como ACT, no cargo de Assistente Técnico Administrativo, substituir com plenitude de funções, o Presidente nas suas faltas e impedimento.

Art. 6º - Incumbe ao Secretário a lavratura das atas das reuniões da Comissão e a execução das tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente nos limites de sua competência.

Art. 7º - As decisões da comissão serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros efetivos, considerando-se como tais, para esse efeito, os suplentes convocados na forma desta Portaria.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 022/2016**

PORTARIA Nº 022/2016

Nomeia Aprígio José Botameli, como Pregoeiro.

Gian Francesco Violtolini, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º - Nomear o servidor público municipal Aprígio José Botameli, concursado, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nomeado para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Compras, Nível CC-25, como Pregoeiro, dos Certames Licitatórios a serem realizados nesta Prefeitura até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Nomear inclusive, os membros da comissão de licitação, como equipe de apoio, quando da abertura de processos licitatórios, na modalidade Pregão.

Prefeitura de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria, no Diário Oficial dos Municípios, - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 017/2016**

PORTARIA Nº 017, de 06 de janeiro de 2016

Nomeia e Substitui membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e Art. 196 § Único, Art. 199, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 2007 e Lei nº 2.572/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Aprigio José Botameli, matrícula 209, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, como membro titular e Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, em substituição a servidora Leticia Casagrande matrícula 6779, também ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.

Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 018/2016**

PORTARIA Nº 018, de 06 de janeiro de 2016

Abre Processo Administrativo Disciplinar.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento no Art. 198, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com base na documentação apresentada pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Sr. Maxiliano de Oliveira, para apuração da ausência da Servidora Cristiani Silva Nunes, matrícula 6767, no serviço público, desde 04 de setembro de 2015, junto a Unidade Básica de Saúde Bezenello, para o qual foi nomeada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pela Portaria nº 681, de 08 de agosto de 2015.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante designada pela Portaria nº 406/2015, alterada por atos posteriormente, inclusive a Secretária indicada pelo Presidente da Comissão terão acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverão colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à autoridade imediata.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 027/2016**

PORTARIA Nº 027, de 07 de janeiro de 2016

Abre Processo Administrativo Disciplinar.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento no Art. 198, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com base na documentação apresentada pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Sr. Maxiliano de Oliveira, para apuração da inassiduidade, impontualidade e conduta da Servidora Andreia Pereira, matrícula 6773, no serviço público, junto a Unidade Básica de Saúde Madare Paulina, para o qual foi nomeada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante designada pela Portaria nº 406/2015, alterada por atos posteriores, inclusive a Secretária indicada pelo Presidente da Comissão terão acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverão colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à autoridade imediata.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de janeiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças.

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### ANEXOS LRF NOVO HORIZONTE 6º BIM

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 1 de 5

#### Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2014

SC - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ : 95990115000187

SIAFI : 985591

Cadastro de

Nome do Plano : Primeiro Plano

#### QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

##### 1.1 Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: <b>31/12/2013</b> Data-Base: <b>30/11/2013</b>
Descrição da População Coberta:

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base  
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

##### 1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro *	Método **
<b>Sim</b> Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Aposentadoria por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de segurado Ativo	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-doença	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Salário-maternidade	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-reclusão	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Salário-família	<b>RS</b>	

\* Regime Financeiro  
RCC = Repartição de Capitais de Cobertura  
RS = Repartição Simples  
CAP = Capitalização

\*\* Método de Financiamento  
UC = Crédito Unitário  
PUC = Crédito Unitário Projetado  
PNI = Prêmio Nivelado Individual  
IEN = Idade de Entrada Normal

#### QUADRO 2 - Hipóteses

##### 2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	<b>6,00</b>
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	<b>1,00</b>
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	<b>0,00</b>
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	<b>0,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	<b>100,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	<b>100,00</b>

##### 2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	<b>grupo ativos tamanho constante</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	<b>at-49</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	<b>Outros</b>
Tábua de Mortalidade de Inválido **	<b>Outros</b>
Tábua de Entrada em Invalidez ***	<b>alvaro</b>
Tábua de Morbidez	-
Outras Tábuas utilizadas	-
Composição Familiar	

\* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

\*\* Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

\*\*\* Tábua de Entrada em Invalidez AV = Alvaro Vindas

#### QUADRO 3 - Resultados

##### 3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	<b>8.361.633,19</b>	
Valor Atual dos Salários Futuros	<b>24.124.707,75</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	<b>10.620.712,24</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	<b>1.147.520,44</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	<b>1.779.283,20</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	<b>1.420.004,90</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	<b>963.902,68</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	<b>0,00</b>	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	<b>+ 756.591,29</b>	

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 2 de 5

## Observações

O patrimônio constituído do RPPS totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro.

408 Qtd. de caracteres

## 3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	<b>14,14</b>	<b>0,00</b>
Servidor Ativo	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Servidor Aposentado	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Pensionista	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

## Observações

Taxa de administração 2,00%.

472 Qtd. de caracteres

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## 3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>11,16</b>	<b>0,00</b>
Aposentadoria por Invalidez	<b>1,36</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Segurado Ativo	<b>5,01</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>2,07</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>0,21</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Doença	<b>2,55</b>	<b>0,00</b>
Salário Maternidade	<b>0,67</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Reclusão	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>
Salário Família	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>2.004,72</b>	<b>2.451,15</b>	<b>40</b>	<b>45</b>
Aposentados por Tempo de Contribuição	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1.962,28</b>	<b>0,00</b>	<b>55</b>	<b>0</b>
Aposentados por Idade	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290,98</b>	<b>0</b>	<b>71</b>
Aposentados Compulsória	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.280,93</b>	<b>0</b>	<b>78</b>
Aposentados por Invalidez	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>724,00</b>	<b>0</b>	<b>65</b>
Pensionistas	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.876,06</b>	<b>0</b>	<b>53</b>

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

## QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2014	<b>513.702,98</b>	<b>164.021,54</b>	<b>9.214.427,68</b>
2015	<b>530.786,17</b>	<b>175.129,44</b>	<b>10.122.950,07</b>
2016	<b>528.641,43</b>	<b>308.878,87</b>	<b>10.950.089,64</b>
2017	<b>531.951,26</b>	<b>328.827,64</b>	<b>11.810.218,63</b>
2018	<b>534.181,29</b>	<b>370.620,45</b>	<b>12.682.392,59</b>
2019	<b>530.444,81</b>	<b>523.340,40</b>	<b>13.450.440,56</b>
2020	<b>531.532,65</b>	<b>581.635,52</b>	<b>14.207.364,12</b>
2021	<b>532.890,53</b>	<b>638.636,76</b>	<b>14.954.059,74</b>
2022	<b>536.931,82</b>	<b>644.905,99</b>	<b>15.743.329,15</b>
2023	<b>540.911,08</b>	<b>651.640,19</b>	<b>16.577.199,79</b>
2024	<b>543.543,01</b>	<b>678.567,74</b>	<b>17.436.807,05</b>
2025	<b>537.106,35</b>	<b>868.593,61</b>	<b>18.151.528,21</b>
2026	<b>539.638,65</b>	<b>903.385,28</b>	<b>18.876.873,27</b>
2027	<b>540.994,87</b>	<b>960.877,37</b>	<b>19.589.603,17</b>
2028	<b>534.941,46</b>	<b>1.114.943,71</b>	<b>20.184.977,11</b>
2029	<b>536.082,41</b>	<b>1.164.378,35</b>	<b>20.767.779,80</b>
2030	<b>532.156,97</b>	<b>1.297.014,92</b>	<b>21.248.988,63</b>
2031	<b>525.611,34</b>	<b>1.444.015,49</b>	<b>21.605.523,80</b>
2032	<b>527.307,34</b>	<b>1.473.689,81</b>	<b>21.955.472,76</b>
2033	<b>529.957,21</b>	<b>1.489.765,94</b>	<b>22.312.992,40</b>
2034	<b>530.581,94</b>	<b>1.543.879,32</b>	<b>22.638.474,56</b>
2035	<b>533.133,56</b>	<b>1.558.704,18</b>	<b>22.971.212,41</b>
2036	<b>534.619,13</b>	<b>1.594.214,34</b>	<b>23.289.889,95</b>
2037	<b>536.599,47</b>	<b>1.659.717,26</b>	<b>23.564.165,56</b>
2038	<b>531.247,80</b>	<b>1.819.301,06</b>	<b>23.689.962,23</b>
2039	<b>522.073,14</b>	<b>1.961.820,87</b>	<b>23.671.612,23</b>
2040	<b>525.896,06</b>	<b>1.954.978,96</b>	<b>23.662.826,07</b>
2041	<b>527.207,01</b>	<b>2.017.730,70</b>	<b>23.592.071,94</b>
2042	<b>528.557,86</b>	<b>2.047.125,17</b>	<b>23.489.028,95</b>

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

2043	527.123,50	2.098.655,69	23.326.838,49
2044	519.497,45	2.301.172,44	22.944.773,81
2045	519.143,06	2.348.578,74	22.492.024,56
2046	519.148,41	2.395.652,15	21.965.042,30
2047	518.857,54	2.393.979,15	21.407.823,22
2048	521.154,30	2.380.973,41	20.832.473,51
2049	523.830,53	2.368.516,90	20.237.735,55
2050	526.221,77	2.349.940,82	19.628.280,63
2051	528.765,74	2.328.984,85	19.005.758,36
2052	529.178,50	2.321.115,59	18.354.166,77
2053	532.005,29	2.302.734,85	17.684.687,22
2054	533.794,85	2.300.144,29	16.979.419,01
2055	534.558,88	2.293.368,06	16.239.374,97
2056	534.933,15	2.331.136,28	15.417.534,34
2057	531.793,68	2.293.733,17	14.580.646,91
2058	534.018,28	2.257.400,72	13.732.103,28
2059	536.219,06	2.252.653,35	12.839.595,19
2060	536.106,02	2.247.927,81	11.898.149,11
2061	535.362,46	2.235.762,97	10.911.637,55
2062	535.754,88	2.215.279,29	9.886.811,39
2063	535.628,89	2.193.957,04	8.821.691,92
2064	535.766,13	2.172.949,18	7.713.810,39
2065	536.204,62	2.144.529,51	6.568.314,12
2066	536.779,66	2.129.537,42	5.369.655,21
2067	537.088,76	2.135.120,68	4.093.802,60
2068	535.066,56	2.148.025,37	2.726.471,95
2069	533.173,25	2.171.747,34	1.251.486,17
2070	530.232,02	2.222.495,16	0,01
2071	525.895,16	2.243.534,39	0,01
2072	522.381,20	2.212.620,74	0,01
2073	523.733,62	2.191.755,38	0,01
2074	524.583,36	2.170.996,60	0,01
2075	525.259,25	2.143.756,52	0,01
2076	526.917,35	2.130.370,95	0,01
2077	526.349,99	2.164.962,33	0,01
2078	521.856,13	2.124.761,81	0,01
2079	524.006,10	2.086.802,29	0,01
2080	526.151,12	2.058.210,85	0,01
2081	527.716,13	2.042.494,01	0,01
2082	528.782,26	2.019.012,44	0,01
2083	530.161,93	2.016.316,78	0,01
2084	529.922,52	2.033.907,56	0,01
2085	528.710,84	2.016.526,64	0,01
2086	529.796,55	1.998.056,00	0,01
2087	530.954,59	2.015.901,30	0,01
2088	530.124,85	2.010.577,62	0,01

## QUADRO 6 - Parecer Atuarial

Com a finalidade de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários, o Município de Novo Horizonte e seus servidores vertem contribuições mensais para um Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município. As bases de dados foram criticadas e aplicadas as devidas correções, não restando inconsistências significativas. Conforme informações dos representantes do RPPS, as contribuições estão definidas da seguinte forma: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. A receita decorrente desta arrecadação gera um superávit financeiro de R\$ 26.920,20 que compõe o Ativo do Plano, e totalizam atualmente, R\$ 8.361.633,19, impactando na redução do Custo Suplementar, por amortizar parte das Reservas Matemáticas necessárias para pagamento de benefícios futuros. As bases técnicas utilizadas foram eleitas pelo atuário responsável, sendo estas aderentes às características da massa de participantes: • taxa de juros real utilizada nas projeções contidas nesta avaliação foi de 6% ao ano; • tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador: • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência) – IBGE-2011; • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte) – AT 49 (male e female); • Tábua de Entrada em Invalidez – ALVARO VINDAS; e • Tábua de Mortalidade de Inválidos – IBGE - 2011. • probabilidade de deixar um dependente vitalício em caso de morte, cálculo da proporção de servidores casados, por idade, observada em nosso histórico de bancos de dados, utilizando esta proporção como fator de probabilidade; • crescimento salarial considerado foi de 1% ao ano; • taxa de rotatividade considerada foi de 1% ao ano; • custo administrativo considerado neste estudo corresponde a 2,00% do total da remuneração dos servidores ativos do Município. • Geração Futura: cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar, com a mesma idade de ingresso e salário inicial daquele que se desligou; • Idade média de aposentadoria projetada • Não professor do sexo Feminino: 58 anos; • Não professor do sexo Masculino: 63 anos; • Professor do sexo Feminino: 52 anos; • Professor do sexo Masculino: 56 anos. • Principais estatísticas dos servidores ativos: • Qtdd – Mulheres: 32; • Qtdd – Homens: 41; • Sal – Mulheres: R\$ 64.151,08; • Sal – homens: R\$ 100.497,31; • Folha Salarial – FS (Anual): R\$ 164.648,39. Para a utilização da taxa de crescimento salarial de 1,00% a.a., utilizou-se a estimativa da evolução salarial do servidor ativo a cada ano de serviço no Município através do banco de dados recebido. Para tanto, estimou-se o crescimento salarial do servidor a cada ano de trabalho no Município segundo um modelo de regressão que avalia a variação salarial em função do tempo de permanência no Município, estimando-se um crescimento salarial inferior a 1,00%, motivo pelo qual considerou-se o crescimento real mínimo de 1,00% do salário, estabelecido pela Portaria nº. 403/2008. Da mesma forma que foi avaliado o crescimento salarial, avaliou-se também o crescimento de benefícios, considerando o tempo de recebimento do benefício de aposentadoria e o benefício médio. Esta análise mostrou, segundo o estudo de análise de regressão que o crescimento real do benefício é muito próximo de zero, sendo então considerado este parâmetro. Considerando as informações disponibilizadas pelos Gestores do Plano, a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de 12,00%, tomando como índice de correção o IPCA, muito próxima da meta atuarial que foi de 12,19%. Desta forma, sugerimos a manutenção da meta atuarial para o ano de 2014. O patrimônio constituído do RPPS em 31/dez/13, conforme informação dada à CAIXA, totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro. Além das receitas de contribuição o Plano conta também com receitas de Compensação Previdenciária no valor mensal de R\$ 591,32. Foi considerado que o fluxo de receitas dest encontro de contas com o Regime Geral de Previdência será proporcional ao valor de despesa com pagamento de benefícios de aposentadorias. Utilizando-se esta metodologia, o valor presente do fluxo de pagamentos da compensação previdenciária foi avaliado em R\$ 963.902,68, implicando em redução do déficit técnico atuarial. A Avaliação Atuarial demonstrou que as Reservas Matemáticas do Plano somam R\$ 7.605.041,90, sendo a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 6.552.633,31, e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 1.052.408,59. A evolução das Reservas Matemáticas nos próximos 12 meses se dará da seguinte forma:

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	1052408,59	1147520,44	0	0	0	95111,85	0
1	1056366,72	1151836,29	0	0	0	95469,57	0
2	1060324,85	1156152,14	0	0	0	95827,29	0
3	1064282,98	1160467,99	0	0	0	96185	0
4	1068241,11	1164783,83	0	0	0	96542,72	0

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 4 de 5

5	1072199,24	1169099,68	0	0	0	96900,44	0
6	1076157,37	1173415,53	0	0	0	97258,16	0
7	1080115,51	1177731,38	0	0	0	97615,87	0
8	1084073,64	1182047,23	0	0	0	97973,59	0
9	1088031,77	1186363,08	0	0	0	98331,31	0
10	1091989,9	1190678,92	0	0	0	98689,03	0
11	1095948,03	1194994,77	0	0	0	99046,74	0
12	1099906,16	1199310,62	0	0	0	99404,46	0

Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.05.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	6552633,31	10620712,24	1779283,2	1420004,9	868790,83	0	0	0
1	6556967,9	10627737,88	1780460,2	1420944,24	869365,54	0	0	0
2	6561302,5	10634763,53	1781637,21	1421883,58	869940,25	0	0	0
3	6565637,09	10641789,17	1782814,21	1422822,92	870514,96	0	0	0
4	6569971,68	10648814,82	1783991,21	1423762,26	871089,66	0	0	0
5	6574306,28	10655840,46	1785168,22	1424701,59	871664,37	0	0	0
6	6578640,87	10662866,11	1786345,22	1425640,93	872239,08	0	0	0
7	6582975,47	10669891,75	1787522,22	1426580,27	872813,79	0	0	0
8	6587310,06	10676917,39	1788699,23	1427519,61	873388,5	0	0	0
9	6591644,65	10683943,04	1789876,23	1428458,95	873963,21	0	0	0
10	6595979,25	10690968,68	1791053,23	1429398,29	874537,92	0	0	0
11	6600313,84	10697994,33	1792230,23	1430337,63	875112,63	0	0	0
12	6604648,43	10705019,97	1793407,24	1431276,97	875687,33	0	0	0

**2.2.7.2.1.03.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos** 2.2.7.2.1.03.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.02: (-) Contribuições do ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.03: (-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.04: (-) Contribuição do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.03.05: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.06: (-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder 2.2.7.2.1.04.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.02: (-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.03: (-) Contribuição do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.04: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.05.05: (-) Parcelamentos de Débitos Previdenciários 2.2.7.2.1.05.00: Plano Previdenciários - Plano de Amortização 2.2.7.2.1.05.98: (-) Outros Créditos do Plano de Amortização. O quadro seguinte apresenta valores presentes de projeções de contas que servem de base para cálculo das Reservas Matemáticas do Plano Previdenciário e tem seu preenchimento em consonância com as instruções de preenchimento do DRAA publicado pelo Ministério da Previdência em seu site eletrônico. Tais contas são referentes tanto ao grupo atual (grupo fechado) quanto a geração futura, muito embora no computo das Reservas Matemáticas indicadas neste estudo atuarial, tenha sido considerado apenas o grupo fechado, sendo que a geração futura se considera apenas em apresentação de fluxos de caixa que demonstrem a evolução do equilíbrio atuarial do Plano.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO	Gerações Futuras	GRUPO ABERTO
	Geração Atual		Consolidado
	VALORES	VALORES	VALORES
(*) VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	24124707,75	17423121,3	41547829,05
ATIVO	8361633,19		8361633,19
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme DAIR			
Créditos a receber conforme atr. 17, §5º da Portaria MPS 403/2008			
Propriedades para investimentos (imóveis)	0		
Direitos sobre royalties			
Bens, direitos e demais ativos	8361633,19		
PMBC	1147520,44		1147520,44
VABF - CONCEDIDOS	1147520,44		1147520,44
( - ) VACF - CONCEDIDO ENTE	0		0
( - ) VCCF - CONCEDIDO APOSENTADOS E PENSIONISTAS	0		0
PMBaC	7421424,14	273086,26	7694510,4
VABF - A CONCEDER	10620712,24	2578165,2	13198877,44
( - ) VACF - A CONCEDER - ENTE	-1779283,2	-1281969,03	-3061252,23
( - ) VACF - A CONCEDER - SERVIDORES EM ATIVIDADE	-1420004,9	-1023109,92	-2443114,82
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	8568944,58	273086,26	8842030,84
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	963902,68	0	963902,68
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	0		0
RESULTADO ATUARIAL:			
(Déficit Atuarial, Superávit Atuarial ou Equilíbrio Atuarial)	-756591,29	273086,26	-483505,03

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 5 de 5

A avaliação atuarial apurou que para o custeio do Plano de Benefícios é necessário que as contribuições dos servidores e do Governo Municipal somem 25,14% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo a do servidor de no mínimo 11%, conforme Lei n.º 10.887, publicada em 21 de junho de 2004. Como as Reservas Matemáticas do Plano equivalem a R\$ 7.605.041,90 e o Ativo do Plano totaliza atualmente R\$ 8.361.633,19, observou-se um Resultado Atuarial Superavitário de R\$ 756.591,29, sendo alocado R\$ 756.591,29 para a conta "Reserva de Contingência" e R\$ 0,00 na conta "Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário". Como o Plano de Custeio praticado atualmente é próximo do Custo Normal apurado na Avaliação Atuarial, sugerimos então, que seja mantido, como a seguir: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; e • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Este é o parecer. Adilson Costa Miba 1.032 MTb/RJ

## QUADRO 7 - Certificado

**Certifico** para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

**7.1 Atuário Responsável pela Avaliação**Nome: **Adilson Moraes da Costa**MIBA: **1032**CPF: **00682059706**Correio eletrônico: **gepub07@caixa.gov.br**Telefone: **(061) 32069952**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Certifico** para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

**7.2 Representante Legal do RPPS**Nome: **LEANDRO MARTINS D'AVILA**Cargo: **DIRETOR/PRESIDENTE**CPF: **59778628068**Correio eletrônico: **licitacao@novohorizonte.sc.gov.br**Telefone: **(049) 33620024**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Avisos:**

O preenchimento do campo "Descrição da População Coberta" é obrigatório

O campo "Taxa de Juros Real" deve ter valor maior que 0 e menor que 6

O campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O preenchimento do campo "Valor Atual do Resultado Atuarial - Capitalização" é obrigatório

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Receber - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar - Repartição" não foi preenchido

Fechar

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 1 de 5

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2014

SC - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ : 95990115000187

SIAFI : 985591

Cadastro de

Nome do Plano : Primeiro Plano

## QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

## 1.1 Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: 31/12/2013 Data-Base: 30/11/2013
Descrição da População Coberta:

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base  
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

## 1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro *	Método **
<b>Sim</b> Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Aposentadoria por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de segurado Ativo	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-doença	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Salário-maternidade	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-reclusão	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Salário-família	<b>RS</b>	

\* Regime Financeiro

RCC = Repartição de Capitais de Cobertura

RS = Repartição Simples

CAP = Capitalização

\*\* Método de Financiamento

UC = Crédito Unitário

PUC = Crédito Unitário Projetado

PNI = Prêmio Nivelado Individual

IEN = Idade de Entrada Normal

## QUADRO 2 - Hipóteses

## 2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	<b>6,00</b>
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	<b>1,00</b>
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	<b>0,00</b>
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	<b>0,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	<b>100,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	<b>100,00</b>

## 2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	<b>grupo ativos tamanho constante</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	<b>at-49</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	<b>Outros</b>
Tábua de Mortalidade de Inválido **	<b>Outros</b>
Tábua de Entrada em Invalidez ***	<b>alvaro</b>
Tábua de Morbidez	<b>-</b>
Outras Tábuas utilizadas	<b>-</b>
Composição Familiar	

\* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

\*\* Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

\*\*\* Tábua de Entrada em Invalidez AV = Alvaro Vindas

## QUADRO 3 - Resultados

## 3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	<b>8.361.633,19</b>	
Valor Atual dos Salários Futuros	<b>24.124.707,75</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	<b>10.620.712,24</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	<b>1.147.520,44</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	<b>1.779.283,20</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	<b>1.420.004,90</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	<b>963.902,68</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	<b>0,00</b>	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	<b>+ 756.591,29</b>	

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016



## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 2 de 5

## Observações

O patrimônio constituído do RPPS totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro.

408 Qtd. de caracteres

## 3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	<b>14,14</b>	<b>0,00</b>
Servidor Ativo	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Servidor Aposentado	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Pensionista	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

## Observações

Taxa de administração 2,00%.

472 Qtd. de caracteres

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## 3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>11,16</b>	<b>0,00</b>
Aposentadoria por Invalidez	<b>1,36</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Segurado Ativo	<b>5,01</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>2,07</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>0,21</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Doença	<b>2,55</b>	<b>0,00</b>
Salário Maternidade	<b>0,67</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Reclusão	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>
Salário Família	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>2.004,72</b>	<b>2.451,15</b>	<b>40</b>	<b>45</b>
Aposentados por Tempo de Contribuição	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1.962,28</b>	<b>0,00</b>	<b>55</b>	<b>0</b>
Aposentados por Idade	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290,98</b>	<b>0</b>	<b>71</b>
Aposentados Compulsória	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.280,93</b>	<b>0</b>	<b>78</b>
Aposentados por Invalidez	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>724,00</b>	<b>0</b>	<b>65</b>
Pensionistas	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.876,06</b>	<b>0</b>	<b>53</b>

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

## QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2014	<b>513.702,98</b>	<b>164.021,54</b>	<b>9.214.427,68</b>
2015	<b>530.786,17</b>	<b>175.129,44</b>	<b>10.122.950,07</b>
2016	<b>528.641,43</b>	<b>308.878,87</b>	<b>10.950.089,64</b>
2017	<b>531.951,26</b>	<b>328.827,64</b>	<b>11.810.218,63</b>
2018	<b>534.181,29</b>	<b>370.620,45</b>	<b>12.682.392,59</b>
2019	<b>530.444,81</b>	<b>523.340,40</b>	<b>13.450.440,56</b>
2020	<b>531.532,65</b>	<b>581.635,52</b>	<b>14.207.364,12</b>
2021	<b>532.890,53</b>	<b>638.636,76</b>	<b>14.954.059,74</b>
2022	<b>536.931,82</b>	<b>644.905,99</b>	<b>15.743.329,15</b>
2023	<b>540.911,08</b>	<b>651.640,19</b>	<b>16.577.199,79</b>
2024	<b>543.543,01</b>	<b>678.567,74</b>	<b>17.436.807,05</b>
2025	<b>537.106,35</b>	<b>868.593,61</b>	<b>18.151.528,21</b>
2026	<b>539.638,65</b>	<b>903.385,28</b>	<b>18.876.873,27</b>
2027	<b>540.994,87</b>	<b>960.877,37</b>	<b>19.589.603,17</b>
2028	<b>534.941,46</b>	<b>1.114.943,71</b>	<b>20.184.977,11</b>
2029	<b>536.082,41</b>	<b>1.164.378,35</b>	<b>20.767.779,80</b>
2030	<b>532.156,97</b>	<b>1.297.014,92</b>	<b>21.248.988,63</b>
2031	<b>525.611,34</b>	<b>1.444.015,49</b>	<b>21.605.523,80</b>
2032	<b>527.307,34</b>	<b>1.473.689,81</b>	<b>21.955.472,76</b>
2033	<b>529.957,21</b>	<b>1.489.765,94</b>	<b>22.312.992,40</b>
2034	<b>530.581,94</b>	<b>1.543.879,32</b>	<b>22.638.474,56</b>
2035	<b>533.133,56</b>	<b>1.558.704,18</b>	<b>22.971.212,41</b>
2036	<b>534.619,13</b>	<b>1.594.214,34</b>	<b>23.289.889,95</b>
2037	<b>536.599,47</b>	<b>1.659.717,26</b>	<b>23.564.165,56</b>
2038	<b>531.247,80</b>	<b>1.819.301,06</b>	<b>23.689.962,23</b>
2039	<b>522.073,14</b>	<b>1.961.820,87</b>	<b>23.671.612,23</b>
2040	<b>525.896,06</b>	<b>1.954.978,96</b>	<b>23.662.826,07</b>
2041	<b>527.207,01</b>	<b>2.017.730,70</b>	<b>23.592.071,94</b>
2042	<b>528.557,86</b>	<b>2.047.125,17</b>	<b>23.489.028,95</b>

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

2043	527.123,50	2.098.655,69	23.326.838,49
2044	519.497,45	2.301.172,44	22.944.773,81
2045	519.143,06	2.348.578,74	22.492.024,56
2046	519.148,41	2.395.652,15	21.965.042,30
2047	518.857,54	2.393.979,15	21.407.823,22
2048	521.154,30	2.380.973,41	20.832.473,51
2049	523.830,53	2.368.516,90	20.237.735,55
2050	526.221,77	2.349.940,82	19.628.280,63
2051	528.765,74	2.328.984,85	19.005.758,36
2052	529.178,50	2.321.115,59	18.354.166,77
2053	532.005,29	2.302.734,85	17.684.687,22
2054	533.794,85	2.300.144,29	16.979.419,01
2055	534.558,88	2.293.368,06	16.239.374,97
2056	534.933,15	2.331.136,28	15.417.534,34
2057	531.793,68	2.293.733,17	14.580.646,91
2058	534.018,28	2.257.400,72	13.732.103,28
2059	536.219,06	2.252.653,35	12.839.595,19
2060	536.106,02	2.247.927,81	11.898.149,11
2061	535.362,46	2.235.762,97	10.911.637,55
2062	535.754,88	2.215.279,29	9.886.811,39
2063	535.628,89	2.193.957,04	8.821.691,92
2064	535.766,13	2.172.949,18	7.713.810,39
2065	536.204,62	2.144.529,51	6.568.314,12
2066	536.779,66	2.129.537,42	5.369.655,21
2067	537.088,76	2.135.120,68	4.093.802,60
2068	535.066,56	2.148.025,37	2.726.471,95
2069	533.173,25	2.171.747,34	1.251.486,17
2070	530.232,02	2.222.495,16	0,01
2071	525.895,16	2.243.534,39	0,01
2072	522.381,20	2.212.620,74	0,01
2073	523.733,62	2.191.755,38	0,01
2074	524.583,36	2.170.996,60	0,01
2075	525.259,25	2.143.756,52	0,01
2076	526.917,35	2.130.370,95	0,01
2077	526.349,99	2.164.962,33	0,01
2078	521.856,13	2.124.761,81	0,01
2079	524.006,10	2.086.802,29	0,01
2080	526.151,12	2.058.210,85	0,01
2081	527.716,13	2.042.494,01	0,01
2082	528.782,26	2.019.012,44	0,01
2083	530.161,93	2.016.316,78	0,01
2084	529.922,52	2.033.907,56	0,01
2085	528.710,84	2.016.526,64	0,01
2086	529.796,55	1.998.056,00	0,01
2087	530.954,59	2.015.901,30	0,01
2088	530.124,85	2.010.577,62	0,01

## QUADRO 6 - Parecer Atuarial

Com a finalidade de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários, o Município de Novo Horizonte e seus servidores vertem contribuições mensais para um Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município. As bases de dados foram criticadas e aplicadas as devidas correções, não restando inconsistências significativas. Conforme informações dos representantes do RPPS, as contribuições estão definidas da seguinte forma: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. A receita decorrente desta arrecadação gera um superávit financeiro de R\$ 26.920,20 que compõe o Ativo do Plano, e totalizam atualmente, R\$ 8.361.633,19, impactando na redução do Custo Suplementar, por amortizar parte das Reservas Matemáticas necessárias para pagamento de benefícios futuros. As bases técnicas utilizadas foram eleitas pelo atuário responsável, sendo estas aderentes às características da massa de participantes: • taxa de juros real utilizada nas projeções contidas nesta avaliação foi de 6% ao ano; • tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador: • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência) – IBGE-2011; • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte) – AT 49 (male e female); • Tábua de Entrada em Invalidez – ALVARO VINDAS; e • Tábua de Mortalidade de Inválidos – IBGE - 2011. • probabilidade de deixar um dependente vitalício em caso de morte, cálculo da proporção de servidores casados, por idade, observada em nosso histórico de bancos de dados, utilizando esta proporção como fator de probabilidade; • crescimento salarial considerado foi de 1% ao ano; • taxa de rotatividade considerada foi de 1% ao ano; • custo administrativo considerado neste estudo corresponde a 2,00% do total da remuneração dos servidores ativos do Município. • Geração Futura: cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar, com a mesma idade de ingresso e salário inicial daquele que se desligou; • Idade média de aposentadoria projetada • Não professor do sexo Feminino: 58 anos; • Não professor do sexo Masculino: 63 anos; • Professor do sexo Feminino: 52 anos; • Professor do sexo Masculino: 56 anos. • Principais estatísticas dos servidores ativos: • Qtdd – Mulheres: 32; • Qtdd – Homens: 41; • Sal – Mulheres: R\$ 64.151,08; • Sal – homens: R\$ 100.497,31; • Folha Salarial – FS (Anual): R\$ 164.648,39. Para a utilização da taxa de crescimento salarial de 1,00% a.a., utilizou-se a estimativa da evolução salarial do servidor ativo a cada ano de serviço no Município através do banco de dados recebido. Para tanto, estimou-se o crescimento salarial do servidor a cada ano de trabalho no Município segundo um modelo de regressão que avalia a variação salarial em função do tempo de permanência no Município, estimando-se um crescimento salarial inferior a 1,00%, motivo pelo qual considerou-se o crescimento real mínimo de 1,00% do salário, estabelecido pela Portaria nº. 403/2008. Da mesma forma que foi avaliado o crescimento salarial, avaliou-se também o crescimento de benefícios, considerando o tempo de recebimento do benefício de aposentadoria e o benefício médio. Esta análise mostrou, segundo o estudo de análise de regressão que o crescimento real do benefício é muito próximo de zero, sendo então considerado este parâmetro. Considerando as informações disponibilizadas pelos Gestores do Plano, a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de 12,00%, tomando como índice de correção o IPCA, muito próxima da meta atuarial que foi de 12,19%. Desta forma, sugerimos a manutenção da meta atuarial para o ano de 2014. O patrimônio constituído do RPPS em 31/dez/13, conforme informação dada à CAIXA, totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro. Além das receitas de contribuição o Plano conta também com receitas de Compensação Previdenciária no valor mensal de R\$ 591,32. Foi considerado que o fluxo de receitas dest encontro de contas com o Regime Geral de Previdência será proporcional ao valor de despesa com pagamento de benefícios de aposentadorias. Utilizando-se esta metodologia, o valor presente do fluxo de pagamentos da compensação previdenciária foi avaliado em R\$ 963.902,68, implicando em redução do déficit técnico atuarial. A Avaliação Atuarial demonstrou que as Reservas Matemáticas do Plano somam R\$ 7.605.041,90, sendo a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 6.552.633,31, e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 1.052.408,59. A evolução das Reservas Matemáticas nos próximos 12 meses se dará da seguinte forma:

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	1052408,59	1147520,44	0	0	0	95111,85	0
1	1056366,72	1151836,29	0	0	0	95469,57	0
2	1060324,85	1156152,14	0	0	0	95827,29	0
3	1064282,98	1160467,99	0	0	0	96185	0
4	1068241,11	1164783,83	0	0	0	96542,72	0

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 4 de 5

5	1072199,24	1169099,68	0	0	0	96900,44	0
6	1076157,37	1173415,53	0	0	0	97258,16	0
7	1080115,51	1177731,38	0	0	0	97615,87	0
8	1084073,64	1182047,23	0	0	0	97973,59	0
9	1088031,77	1186363,08	0	0	0	98331,31	0
10	1091989,9	1190678,92	0	0	0	98689,03	0
11	1095948,03	1194994,77	0	0	0	99046,74	0
12	1099906,16	1199310,62	0	0	0	99404,46	0

Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.05.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	6552633,31	10620712,24	1779283,2	1420004,9	868790,83	0	0	0
1	6556967,9	10627737,88	1780460,2	1420944,24	869365,54	0	0	0
2	6561302,5	10634763,53	1781637,21	1421883,58	869940,25	0	0	0
3	6565637,09	10641789,17	1782814,21	1422822,92	870514,96	0	0	0
4	6569971,68	10648814,82	1783991,21	1423762,26	871089,66	0	0	0
5	6574306,28	10655840,46	1785168,22	1424701,59	871664,37	0	0	0
6	6578640,87	10662866,11	1786345,22	1425640,93	872239,08	0	0	0
7	6582975,47	10669891,75	1787522,22	1426580,27	872813,79	0	0	0
8	6587310,06	10676917,39	1788699,23	1427519,61	873388,5	0	0	0
9	6591644,65	10683943,04	1789876,23	1428458,95	873963,21	0	0	0
10	6595979,25	10690968,68	1791053,23	1429398,29	874537,92	0	0	0
11	6600313,84	10697994,33	1792230,23	1430337,63	875112,63	0	0	0
12	6604648,43	10705019,97	1793407,24	1431276,97	875687,33	0	0	0

**2.2.7.2.1.03.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos** 2.2.7.2.1.03.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.02: (-) Contribuições do ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.03: (-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.04: (-) Contribuição do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.03.05: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.06: (-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder 2.2.7.2.1.04.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.02: (-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.03: (-) Contribuição do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.04: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.05.05: (-) Parcelamentos de Débitos Previdenciários 2.2.7.2.1.05.00: Plano Previdenciários - Plano de Amortização 2.2.7.2.1.05.98: (-) Outros Créditos do Plano de Amortização. O quadro seguinte apresenta valores presentes de projeções de contas que servem de base para cálculo das Reservas Matemáticas do Plano Previdenciário e tem seu preenchimento em consonância com as instruções de preenchimento do DRAA publicado pelo Ministério da Previdência em seu site eletrônico. Tais contas são referentes tanto ao grupo atual (grupo fechado) quanto a geração futura, muito embora no computo das Reservas Matemáticas indicadas neste estudo atuarial, tenha sido considerado apenas o grupo fechado, sendo que a geração futura se considera apenas em apresentação de fluxos de caixa que demonstrem a evolução do equilíbrio atuarial do Plano.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO	Gerações Futuras	GRUPO ABERTO
	Geração Atual		Consolidado
	VALORES	VALORES	VALORES
(*) VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	24124707,75	17423121,3	41547829,05
ATIVO	8361633,19		8361633,19
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme DAIR			
Créditos a receber conforme atr. 17, §5º da Portaria MPS 403/2008			
Propriedades para investimentos (imóveis)	0		
Direitos sobre royalties			
Bens, direitos e demais ativos	8361633,19		
PMBC	1147520,44		1147520,44
VABF - CONCEDIDOS	1147520,44		1147520,44
( - ) VACF - CONCEDIDO ENTE	0		0
( - ) VCCF - CONCEDIDO APOSENTADOS E PENSIONISTAS	0		0
PMBaC	7421424,14	273086,26	7694510,4
VABF - A CONCEDER	10620712,24	2578165,2	13198877,44
( - ) VACF - A CONCEDER - ENTE	-1779283,2	-1281969,03	-3061252,23
( - ) VACF - A CONCEDER - SERVIDORES EM ATIVIDADE	-1420004,9	-1023109,92	-2443114,82
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	8568944,58	273086,26	8842030,84
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	963902,68	0	963902,68
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	0		0
RESULTADO ATUARIAL:			
(Déficit Atuarial, Superávit Atuarial ou Equilíbrio Atuarial)	-756591,29	273086,26	-483505,03

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 5 de 5

A avaliação atuarial apurou que para o custeio do Plano de Benefícios é necessário que as contribuições dos servidores e do Governo Municipal somem 25,14% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo a do servidor de no mínimo 11%, conforme Lei n.º 10.887, publicada em 21 de junho de 2004. Como as Reservas Matemáticas do Plano equivalem a R\$ 7.605.041,90 e o Ativo do Plano totaliza atualmente R\$ 8.361.633,19, observou-se um Resultado Atuarial Superavitário de R\$ 756.591,29, sendo alocado R\$ 756.591,29 para a conta "Reserva de Contingência" e R\$ 0,00 na conta "Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário". Como o Plano de Custeio praticado atualmente é próximo do Custo Normal apurado na Avaliação Atuarial, sugerimos então, que seja mantido, como a seguir: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; e • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Este é o parecer. Adilson Costa Miba 1.032 MTb/RJ

## QUADRO 7 - Certificado

**Certifico** para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

**7.1 Atuário Responsável pela Avaliação**Nome: **Adilson Moraes da Costa**MIBA: **1032**CPF: **00682059706**Correio eletrônico: **gepub07@caixa.gov.br**Telefone: **(061) 32069952**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Certifico** para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

**7.2 Representante Legal do RPPS**Nome: **LEANDRO MARTINS D'AVILA**Cargo: **DIRETOR/PRESIDENTE**CPF: **59778628068**Correio eletrônico: **licitacao@novohorizonte.sc.gov.br**Telefone: **(049) 33620024**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Avisos:**

O preenchimento do campo "Descrição da População Coberta" é obrigatório

O campo "Taxa de Juros Real" deve ter valor maior que 0 e menor que 6

O campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O preenchimento do campo "Valor Atual do Resultado Atuarial - Capitalização" é obrigatório

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Receber - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar - Repartição" não foi preenchido

Fechar

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 1 de 5

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2014

## SC - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ : 95990115000187

SIAFI : 985591

Cadastro de

Nome do Plano : Primeiro Plano

## QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

## 1.1 Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: 31/12/2013 Data-Base: 30/11/2013
Descrição da População Coberta:

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base  
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

## 1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro *	Método **
<b>Sim</b> Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Aposentadoria por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de segurado Ativo	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-doença	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Salário-maternidade	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-reclusão	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Salário-família	<b>RS</b>	

\* Regime Financeiro

RCC = Repartição de Capitais de Cobertura

RS = Repartição Simples

CAP = Capitalização

\*\* Método de Financiamento

UC = Crédito Unitário

PUC = Crédito Unitário Projetado

PNI = Prêmio Nivelado Individual

IEN = Idade de Entrada Normal

## QUADRO 2 - Hipóteses

## 2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	<b>6,00</b>
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	<b>1,00</b>
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	<b>0,00</b>
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	<b>0,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	<b>100,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	<b>100,00</b>

## 2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	<b>grupo ativos tamanho constante</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	<b>at-49</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	<b>Outros</b>
Tábua de Mortalidade de Inválido **	<b>Outros</b>
Tábua de Entrada em Invalidez ***	<b>alvaro</b>
Tábua de Morbidez	<b>-</b>
Outras Tábuas utilizadas	<b>-</b>
Composição Familiar	

\* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

\*\* Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

\*\*\* Tábua de Entrada em Invalidez AV = Alvaro Vindas

## QUADRO 3 - Resultados

## 3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	<b>8.361.633,19</b>	
Valor Atual dos Salários Futuros	<b>24.124.707,75</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	<b>10.620.712,24</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	<b>1.147.520,44</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	<b>1.779.283,20</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	<b>1.420.004,90</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	<b>963.902,68</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	<b>0,00</b>	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	<b>+ 756.591,29</b>	

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 2 de 5

## Observações

O patrimônio constituído do RPPS totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro.

408 Qtd. de caracteres

## 3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	<b>14,14</b>	<b>0,00</b>
Servidor Ativo	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Servidor Aposentado	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Pensionista	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

## Observações

Taxa de administração 2,00%.

472 Qtd. de caracteres

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## 3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>11,16</b>	<b>0,00</b>
Aposentadoria por Invalidez	<b>1,36</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Segurado Ativo	<b>5,01</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>2,07</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>0,21</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Doença	<b>2,55</b>	<b>0,00</b>
Salário Maternidade	<b>0,67</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Reclusão	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>
Salário Família	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>2.004,72</b>	<b>2.451,15</b>	<b>40</b>	<b>45</b>
Aposentados por Tempo de Contribuição	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1.962,28</b>	<b>0,00</b>	<b>55</b>	<b>0</b>
Aposentados por Idade	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290,98</b>	<b>0</b>	<b>71</b>
Aposentados Compulsória	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.280,93</b>	<b>0</b>	<b>78</b>
Aposentados por Invalidez	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>724,00</b>	<b>0</b>	<b>65</b>
Pensionistas	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.876,06</b>	<b>0</b>	<b>53</b>

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

## QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2014	<b>513.702,98</b>	<b>164.021,54</b>	<b>9.214.427,68</b>
2015	<b>530.786,17</b>	<b>175.129,44</b>	<b>10.122.950,07</b>
2016	<b>528.641,43</b>	<b>308.878,87</b>	<b>10.950.089,64</b>
2017	<b>531.951,26</b>	<b>328.827,64</b>	<b>11.810.218,63</b>
2018	<b>534.181,29</b>	<b>370.620,45</b>	<b>12.682.392,59</b>
2019	<b>530.444,81</b>	<b>523.340,40</b>	<b>13.450.440,56</b>
2020	<b>531.532,65</b>	<b>581.635,52</b>	<b>14.207.364,12</b>
2021	<b>532.890,53</b>	<b>638.636,76</b>	<b>14.954.059,74</b>
2022	<b>536.931,82</b>	<b>644.905,99</b>	<b>15.743.329,15</b>
2023	<b>540.911,08</b>	<b>651.640,19</b>	<b>16.577.199,79</b>
2024	<b>543.543,01</b>	<b>678.567,74</b>	<b>17.436.807,05</b>
2025	<b>537.106,35</b>	<b>868.593,61</b>	<b>18.151.528,21</b>
2026	<b>539.638,65</b>	<b>903.385,28</b>	<b>18.876.873,27</b>
2027	<b>540.994,87</b>	<b>960.877,37</b>	<b>19.589.603,17</b>
2028	<b>534.941,46</b>	<b>1.114.943,71</b>	<b>20.184.977,11</b>
2029	<b>536.082,41</b>	<b>1.164.378,35</b>	<b>20.767.779,80</b>
2030	<b>532.156,97</b>	<b>1.297.014,92</b>	<b>21.248.988,63</b>
2031	<b>525.611,34</b>	<b>1.444.015,49</b>	<b>21.605.523,80</b>
2032	<b>527.307,34</b>	<b>1.473.689,81</b>	<b>21.955.472,76</b>
2033	<b>529.957,21</b>	<b>1.489.765,94</b>	<b>22.312.992,40</b>
2034	<b>530.581,94</b>	<b>1.543.879,32</b>	<b>22.638.474,56</b>
2035	<b>533.133,56</b>	<b>1.558.704,18</b>	<b>22.971.212,41</b>
2036	<b>534.619,13</b>	<b>1.594.214,34</b>	<b>23.289.889,95</b>
2037	<b>536.599,47</b>	<b>1.659.717,26</b>	<b>23.564.165,56</b>
2038	<b>531.247,80</b>	<b>1.819.301,06</b>	<b>23.689.962,23</b>
2039	<b>522.073,14</b>	<b>1.961.820,87</b>	<b>23.671.612,23</b>
2040	<b>525.896,06</b>	<b>1.954.978,96</b>	<b>23.662.826,07</b>
2041	<b>527.207,01</b>	<b>2.017.730,70</b>	<b>23.592.071,94</b>
2042	<b>528.557,86</b>	<b>2.047.125,17</b>	<b>23.489.028,95</b>

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

2043	527.123,50	2.098.655,69	23.326.838,49
2044	519.497,45	2.301.172,44	22.944.773,81
2045	519.143,06	2.348.578,74	22.492.024,56
2046	519.148,41	2.395.652,15	21.965.042,30
2047	518.857,54	2.393.979,15	21.407.823,22
2048	521.154,30	2.380.973,41	20.832.473,51
2049	523.830,53	2.368.516,90	20.237.735,55
2050	526.221,77	2.349.940,82	19.628.280,63
2051	528.765,74	2.328.984,85	19.005.758,36
2052	529.178,50	2.321.115,59	18.354.166,77
2053	532.005,29	2.302.734,85	17.684.687,22
2054	533.794,85	2.300.144,29	16.979.419,01
2055	534.558,88	2.293.368,06	16.239.374,97
2056	534.933,15	2.331.136,28	15.417.534,34
2057	531.793,68	2.293.733,17	14.580.646,91
2058	534.018,28	2.257.400,72	13.732.103,28
2059	536.219,06	2.252.653,35	12.839.595,19
2060	536.106,02	2.247.927,81	11.898.149,11
2061	535.362,46	2.235.762,97	10.911.637,55
2062	535.754,88	2.215.279,29	9.886.811,39
2063	535.628,89	2.193.957,04	8.821.691,92
2064	535.766,13	2.172.949,18	7.713.810,39
2065	536.204,62	2.144.529,51	6.568.314,12
2066	536.779,66	2.129.537,42	5.369.655,21
2067	537.088,76	2.135.120,68	4.093.802,60
2068	535.066,56	2.148.025,37	2.726.471,95
2069	533.173,25	2.171.747,34	1.251.486,17
2070	530.232,02	2.222.495,16	0,01
2071	525.895,16	2.243.534,39	0,01
2072	522.381,20	2.212.620,74	0,01
2073	523.733,62	2.191.755,38	0,01
2074	524.583,36	2.170.996,60	0,01
2075	525.259,25	2.143.756,52	0,01
2076	526.917,35	2.130.370,95	0,01
2077	526.349,99	2.164.962,33	0,01
2078	521.856,13	2.124.761,81	0,01
2079	524.006,10	2.086.802,29	0,01
2080	526.151,12	2.058.210,85	0,01
2081	527.716,13	2.042.494,01	0,01
2082	528.782,26	2.019.012,44	0,01
2083	530.161,93	2.016.316,78	0,01
2084	529.922,52	2.033.907,56	0,01
2085	528.710,84	2.016.526,64	0,01
2086	529.796,55	1.998.056,00	0,01
2087	530.954,59	2.015.901,30	0,01
2088	530.124,85	2.010.577,62	0,01

**QUADRO 6 - Parecer Atuarial**

Com a finalidade de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários, o Município de Novo Horizonte e seus servidores vertem contribuições mensais para um Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município. As bases de dados foram criticadas e aplicadas as devidas correções, não restando inconsistências significativas. Conforme informações dos representantes do RPPS, as contribuições estão definidas da seguinte forma: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. A receita decorrente desta arrecadação gera um superávit financeiro de R\$ 26.920,20 que compõe o Ativo do Plano, e totalizam atualmente, R\$ 8.361.633,19, impactando na redução do Custo Suplementar, por amortizar parte das Reservas Matemáticas necessárias para pagamento de benefícios futuros. As bases técnicas utilizadas foram eleitas pelo atuário responsável, sendo estas aderentes às características da massa de participantes: • taxa de juros real utilizada nas projeções contidas nesta avaliação foi de 6% ao ano; • tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador: • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência) – IBGE-2011; • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte) – AT 49 (male e female); • Tábua de Entrada em Invalidez – ÁLVARO VINDAS; e • Tábua de Mortalidade de Inválidos – IBGE - 2011. • probabilidade de deixar um dependente vitalício em caso de morte, cálculo da proporção de servidores casados, por idade, observada em nosso histórico de bancos de dados, utilizando esta proporção como fator de probabilidade; • crescimento salarial considerado foi de 1% ao ano; • taxa de rotatividade considerada foi de 1% ao ano; • custo administrativo considerado neste estudo corresponde a 2,00% do total da remuneração dos servidores ativos do Município. • Geração Futura: • cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar, com a mesma idade de ingresso e salário inicial daquele que se desligou; • Idade média de aposentadoria projetada • Não professor do sexo Feminino: 58 anos; • Não professor do sexo Masculino: 63 anos; • Professor do sexo Feminino: 52 anos; • Professor do sexo Masculino: 56 anos. • Principais estatísticas dos servidores ativos: • Qtdd – Mulheres: 32; • Qtdd – Homens: 41; • Sal – Mulheres: R\$ 64.151,08; • Sal – homens: R\$ 100.497,31; • Folha Salarial - FS (Anual): R\$ 164.648,39. Para a utilização da taxa de crescimento salarial de 1,00% a.a., utilizou-se a estimativa da evolução salarial do servidor ativo a cada ano de serviço no Município através do banco de dados recebido. Para tanto, estimou-se o crescimento salarial do servidor a cada ano de trabalho no Município segundo um modelo de regressão que avalia a variação salarial em função do tempo de permanência no Município, estimando-se um crescimento salarial inferior a 1,00%, motivo pelo qual considerou-se o crescimento real mínimo de 1,00% do salário, estabelecido pela Portaria nº. 403/2008. Da mesma forma que foi avaliado o crescimento salarial, avaliou-se também o crescimento de benefícios, considerando o tempo de recebimento do benefício de aposentadoria e o benefício médio. Esta análise mostrou, segundo o estudo de análise de regressão que o crescimento real do benefício é muito próximo de zero, sendo então considerado este parâmetro. Considerando as informações disponibilizadas pelos Gestores do Plano, a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de 12,00%, tomando como índice de correção o IPCA, muito próxima da meta atuarial que foi de 12,19%. Desta forma, sugerimos a manutenção da meta atuarial para o ano de 2014. O patrimônio constituído do RPPS em 31/dez/13, conforme informação dada à CAIXA, totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro. Além das receitas de contribuição o Plano conta também com receitas de Compensação Previdenciária no valor mensal de R\$ 591,32. Foi considerado que o fluxo de receitas dest encontro de contas com o Regime Geral de Previdência será proporcional ao valor de despesa com pagamento de benefícios de aposentadorias. Utilizando-se esta metodologia, o valor presente do fluxo de pagamentos da compensação previdenciária foi avaliado em R\$ 963.902,68, implicando em redução do déficit técnico atuarial. A Avaliação Atuarial demonstrou que as Reservas Matemáticas do Plano somam R\$ 7.605.041,90, sendo a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 6.552.633,31, e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 1.052.408,59. A evolução das Reservas Matemáticas nos próximos 12 meses se dará da seguinte forma:

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	1052408,59	1147520,44	0	0	0	95111,85	0
1	1056366,72	1151836,29	0	0	0	95469,57	0
2	1060324,85	1156152,14	0	0	0	95827,29	0
3	1064282,98	1160467,99	0	0	0	96185	0
4	1068241,11	1164783,83	0	0	0	96542,72	0

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016



## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 4 de 5

5	1072199,24	1169099,68	0	0	0	96900,44	0
6	1076157,37	1173415,53	0	0	0	97258,16	0
7	1080115,51	1177731,38	0	0	0	97615,87	0
8	1084073,64	1182047,23	0	0	0	97973,59	0
9	1088031,77	1186363,08	0	0	0	98331,31	0
10	1091989,9	1190678,92	0	0	0	98689,03	0
11	1095948,03	1194994,77	0	0	0	99046,74	0
12	1099906,16	1199310,62	0	0	0	99404,46	0

Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.05.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	6552633,31	10620712,24	1779283,2	1420004,9	868790,83	0	0	0
1	6556967,9	10627737,88	1780460,2	1420944,24	869365,54	0	0	0
2	6561302,5	10634763,53	1781637,21	1421883,58	869940,25	0	0	0
3	6565637,09	10641789,17	1782814,21	1422822,92	870514,96	0	0	0
4	6569971,68	10648814,82	1783991,21	1423762,26	871089,66	0	0	0
5	6574306,28	10655840,46	1785168,22	1424701,59	871664,37	0	0	0
6	6578640,87	10662866,11	1786345,22	1425640,93	872239,08	0	0	0
7	6582975,47	10669891,75	1787522,22	1426580,27	872813,79	0	0	0
8	6587310,06	10676917,39	1788699,23	1427519,61	873388,5	0	0	0
9	6591644,65	10683943,04	1789876,23	1428458,95	873963,21	0	0	0
10	6595979,25	10690968,68	1791053,23	1429398,29	874537,92	0	0	0
11	6600313,84	10697994,33	1792230,23	1430337,63	875112,63	0	0	0
12	6604648,43	10705019,97	1793407,24	1431276,97	875687,33	0	0	0

**2.2.7.2.1.03.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos** 2.2.7.2.1.03.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.02: (-) Contribuições do ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.03: (-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.04: (-) Contribuição do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.03.05: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.06: (-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder 2.2.7.2.1.04.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.02: (-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.03: (-) Contribuição do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.04: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.05.05: (-) Parcelamentos de Débitos Previdenciários 2.2.7.2.1.05.00: Plano Previdenciários - Plano de Amortização 2.2.7.2.1.05.98: (-) Outros Créditos do Plano de Amortização. O quadro seguinte apresenta valores presentes de projeções de contas que servem de base para cálculo das Reservas Matemáticas do Plano Previdenciário e tem seu preenchimento em consonância com as instruções de preenchimento do DRAA publicado pelo Ministério da Previdência em seu site eletrônico. Tais contas são referentes tanto ao grupo atual (grupo fechado) quanto a geração futura, muito embora no computo das Reservas Matemáticas indicadas neste estudo atuarial, tenha sido considerado apenas o grupo fechado, sendo que a geração futura se considera apenas em apresentação de fluxos de caixa que demonstrem a evolução do equilíbrio atuarial do Plano.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO	Gerações Futuras	GRUPO ABERTO
	Geração Atual		Consolidado
	VALORES	VALORES	VALORES
(*) VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	24124707,75	17423121,3	41547829,05
ATIVO	8361633,19		8361633,19
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme DAIR			
Créditos a receber conforme atr. 17, §5º da Portaria MPS 403/2008			
Propriedades para investimentos (imóveis)	0		
Direitos sobre royalties			
Bens, direitos e demais ativos	8361633,19		
PMBC	1147520,44		1147520,44
VABF - CONCEDIDOS	1147520,44		1147520,44
( - ) VACF - CONCEDIDO ENTE	0		0
( - ) VCCF - CONCEDIDO APOSENTADOS E PENSIONISTAS	0		0
PMBaC	7421424,14	273086,26	7694510,4
VABF - A CONCEDER	10620712,24	2578165,2	13198877,44
( - ) VACF - A CONCEDER - ENTE	-1779283,2	-1281969,03	-3061252,23
( - ) VACF - A CONCEDER - SERVIDORES EM ATIVIDADE	-1420004,9	-1023109,92	-2443114,82
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	8568944,58	273086,26	8842030,84
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	963902,68	0	963902,68
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	0		0
RESULTADO ATUARIAL:			
(Déficit Atuarial, Superávit Atuarial ou Equilíbrio Atuarial)	-756591,29	273086,26	-483505,03

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016



## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 5 de 5

A avaliação atuarial apurou que para o custeio do Plano de Benefícios é necessário que as contribuições dos servidores e do Governo Municipal somem 25,14% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo a do servidor de no mínimo 11%, conforme Lei n.º 10.887, publicada em 21 de junho de 2004. Como as Reservas Matemáticas do Plano equivalem a R\$ 7.605.041,90 e o Ativo do Plano totaliza atualmente R\$ 8.361.633,19, observou-se um Resultado Atuarial Superavitário de R\$ 756.591,29, sendo alocado R\$ 756.591,29 para a conta "Reserva de Contingência" e R\$ 0,00 na conta "Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário". Como o Plano de Custeio praticado atualmente é próximo do Custo Normal apurado na Avaliação Atuarial, sugerimos então, que seja mantido, como a seguir: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; e • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Este é o parecer. Adilson Costa Miba 1.032 MTb/RJ

## QUADRO 7 - Certificado

**Certifico** para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

**7.1 Atuário Responsável pela Avaliação**Nome: **Adilson Moraes da Costa**MIBA: **1032**CPF: **00682059706**Correio eletrônico: **gepub07@caixa.gov.br**Telefone: **(061) 32069952**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Certifico** para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

**7.2 Representante Legal do RPPS**Nome: **LEANDRO MARTINS D'AVILA**Cargo: **DIRETOR/PRESIDENTE**CPF: **59778628068**Correio eletrônico: **licitacao@novohorizonte.sc.gov.br**Telefone: **(049) 33620024**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Avisos:**

O preenchimento do campo "Descrição da População Coberta" é obrigatório

O campo "Taxa de Juros Real" deve ter valor maior que 0 e menor que 6

O campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O preenchimento do campo "Valor Atual do Resultado Atuarial - Capitalização" é obrigatório

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Receber - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar - Repartição" não foi preenchido

Fechar

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 1 de 5

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2014

SC - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ : 95990115000187

SIAFI : 985591

Cadastro de

Nome do Plano : Primeiro Plano

## QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

## 1.1 Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: 31/12/2013 Data-Base: 30/11/2013
Descrição da População Coberta:

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base  
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

## 1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro *	Método **
<b>Sim</b> Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Aposentadoria por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de segurado Ativo	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>CAP</b>	<b>IEN</b>
<b>Sim</b> Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-doença	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Salário-maternidade	<b>RS</b>	
<b>Sim</b> Auxílio-reclusão	<b>RCC</b>	
<b>Sim</b> Salário-família	<b>RS</b>	

\* Regime Financeiro

RCC = Repartição de Capitais de Cobertura

RS = Repartição Simples

CAP = Capitalização

\*\* Método de Financiamento

UC = Crédito Unitário

PUC = Crédito Unitário Projetado

PNI = Prêmio Nivelado Individual

IEN = Idade de Entrada Normal

## QUADRO 2 - Hipóteses

## 2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	<b>6,00</b>
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	<b>1,00</b>
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	<b>0,00</b>
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	<b>0,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	<b>100,00</b>
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	<b>100,00</b>

## 2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	<b>grupo ativos tamanho constante</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	<b>at-49</b>
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	<b>Outros</b>
Tábua de Mortalidade de Inválido **	<b>Outros</b>
Tábua de Entrada em Invalidez ***	<b>alvaro</b>
Tábua de Morbidez	<b>-</b>
Outras Tábuas utilizadas	<b>-</b>
Composição Familiar	

\* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

\*\* Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

\*\*\* Tábua de Entrada em Invalidez AV = Alvaro Vindas

## QUADRO 3 - Resultados

## 3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	<b>8.361.633,19</b>	
Valor Atual dos Salários Futuros	<b>24.124.707,75</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	<b>10.620.712,24</b>	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	<b>1.147.520,44</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	<b>0,00</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	<b>1.779.283,20</b>	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	<b>1.420.004,90</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	<b>963.902,68</b>	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	<b>0,00</b>	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	<b>+ 756.591,29</b>	

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 2 de 5

## Observações

O patrimônio constituído do RPPS totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro.

408 Qtd. de caracteres

## 3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	<b>14,14</b>	<b>0,00</b>
Servidor Ativo	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Servidor Aposentado	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Pensionista	<b>11,00</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

## Observações

Taxa de administração 2,00%.

472 Qtd. de caracteres

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## 3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>11,16</b>	<b>0,00</b>
Aposentadoria por Invalidez	<b>1,36</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Segurado Ativo	<b>5,01</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	<b>2,07</b>	<b>0,00</b>
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	<b>0,21</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Doença	<b>2,55</b>	<b>0,00</b>
Salário Maternidade	<b>0,67</b>	<b>0,00</b>
Auxílio Reclusão	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>
Salário Família	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
Base de Incidência das Contribuições **	<b>FRA</b>	<b>FRA</b>

\* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâcer atuarial.

## \*\*\* Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

## QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>2.004,72</b>	<b>2.451,15</b>	<b>40</b>	<b>45</b>
Aposentados por Tempo de Contribuição	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1.962,28</b>	<b>0,00</b>	<b>55</b>	<b>0</b>
Aposentados por Idade	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290,98</b>	<b>0</b>	<b>71</b>
Aposentados Compulsória	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.280,93</b>	<b>0</b>	<b>78</b>
Aposentados por Invalidez	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>724,00</b>	<b>0</b>	<b>65</b>
Pensionistas	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>1.876,06</b>	<b>0</b>	<b>53</b>

\* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

## QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2014	<b>513.702,98</b>	<b>164.021,54</b>	<b>9.214.427,68</b>
2015	<b>530.786,17</b>	<b>175.129,44</b>	<b>10.122.950,07</b>
2016	<b>528.641,43</b>	<b>308.878,87</b>	<b>10.950.089,64</b>
2017	<b>531.951,26</b>	<b>328.827,64</b>	<b>11.810.218,63</b>
2018	<b>534.181,29</b>	<b>370.620,45</b>	<b>12.682.392,59</b>
2019	<b>530.444,81</b>	<b>523.340,40</b>	<b>13.450.440,56</b>
2020	<b>531.532,65</b>	<b>581.635,52</b>	<b>14.207.364,12</b>
2021	<b>532.890,53</b>	<b>638.636,76</b>	<b>14.954.059,74</b>
2022	<b>536.931,82</b>	<b>644.905,99</b>	<b>15.743.329,15</b>
2023	<b>540.911,08</b>	<b>651.640,19</b>	<b>16.577.199,79</b>
2024	<b>543.543,01</b>	<b>678.567,74</b>	<b>17.436.807,05</b>
2025	<b>537.106,35</b>	<b>868.593,61</b>	<b>18.151.528,21</b>
2026	<b>539.638,65</b>	<b>903.385,28</b>	<b>18.876.873,27</b>
2027	<b>540.994,87</b>	<b>960.877,37</b>	<b>19.589.603,17</b>
2028	<b>534.941,46</b>	<b>1.114.943,71</b>	<b>20.184.977,11</b>
2029	<b>536.082,41</b>	<b>1.164.378,35</b>	<b>20.767.779,80</b>
2030	<b>532.156,97</b>	<b>1.297.014,92</b>	<b>21.248.988,63</b>
2031	<b>525.611,34</b>	<b>1.444.015,49</b>	<b>21.605.523,80</b>
2032	<b>527.307,34</b>	<b>1.473.689,81</b>	<b>21.955.472,76</b>
2033	<b>529.957,21</b>	<b>1.489.765,94</b>	<b>22.312.992,40</b>
2034	<b>530.581,94</b>	<b>1.543.879,32</b>	<b>22.638.474,56</b>
2035	<b>533.133,56</b>	<b>1.558.704,18</b>	<b>22.971.212,41</b>
2036	<b>534.619,13</b>	<b>1.594.214,34</b>	<b>23.289.889,95</b>
2037	<b>536.599,47</b>	<b>1.659.717,26</b>	<b>23.564.165,56</b>
2038	<b>531.247,80</b>	<b>1.819.301,06</b>	<b>23.689.962,23</b>
2039	<b>522.073,14</b>	<b>1.961.820,87</b>	<b>23.671.612,23</b>
2040	<b>525.896,06</b>	<b>1.954.978,96</b>	<b>23.662.826,07</b>
2041	<b>527.207,01</b>	<b>2.017.730,70</b>	<b>23.592.071,94</b>
2042	<b>528.557,86</b>	<b>2.047.125,17</b>	<b>23.489.028,95</b>

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

2043	527.123,50	2.098.655,69	23.326.838,49
2044	519.497,45	2.301.172,44	22.944.773,81
2045	519.143,06	2.348.578,74	22.492.024,56
2046	519.148,41	2.395.652,15	21.965.042,30
2047	518.857,54	2.393.979,15	21.407.823,22
2048	521.154,30	2.380.973,41	20.832.473,51
2049	523.830,53	2.368.516,90	20.237.735,55
2050	526.221,77	2.349.940,82	19.628.280,63
2051	528.765,74	2.328.984,85	19.005.758,36
2052	529.178,50	2.321.115,59	18.354.166,77
2053	532.005,29	2.302.734,85	17.684.687,22
2054	533.794,85	2.300.144,29	16.979.419,01
2055	534.558,88	2.293.368,06	16.239.374,97
2056	534.933,15	2.331.136,28	15.417.534,34
2057	531.793,68	2.293.733,17	14.580.646,91
2058	534.018,28	2.257.400,72	13.732.103,28
2059	536.219,06	2.252.653,35	12.839.595,19
2060	536.106,02	2.247.927,81	11.898.149,11
2061	535.362,46	2.235.762,97	10.911.637,55
2062	535.754,88	2.215.279,29	9.886.811,39
2063	535.628,89	2.193.957,04	8.821.691,92
2064	535.766,13	2.172.949,18	7.713.810,39
2065	536.204,62	2.144.529,51	6.568.314,12
2066	536.779,66	2.129.537,42	5.369.655,21
2067	537.088,76	2.135.120,68	4.093.802,60
2068	535.066,56	2.148.025,37	2.726.471,95
2069	533.173,25	2.171.747,34	1.251.486,17
2070	530.232,02	2.222.495,16	0,01
2071	525.895,16	2.243.534,39	0,01
2072	522.381,20	2.212.620,74	0,01
2073	523.733,62	2.191.755,38	0,01
2074	524.583,36	2.170.996,60	0,01
2075	525.259,25	2.143.756,52	0,01
2076	526.917,35	2.130.370,95	0,01
2077	526.349,99	2.164.962,33	0,01
2078	521.856,13	2.124.761,81	0,01
2079	524.006,10	2.086.802,29	0,01
2080	526.151,12	2.058.210,85	0,01
2081	527.716,13	2.042.494,01	0,01
2082	528.782,26	2.019.012,44	0,01
2083	530.161,93	2.016.316,78	0,01
2084	529.922,52	2.033.907,56	0,01
2085	528.710,84	2.016.526,64	0,01
2086	529.796,55	1.998.056,00	0,01
2087	530.954,59	2.015.901,30	0,01
2088	530.124,85	2.010.577,62	0,01

## QUADRO 6 - Parecer Atuarial

Com a finalidade de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários, o Município de Novo Horizonte e seus servidores vertem contribuições mensais para um Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município. As bases de dados foram criticadas e aplicadas as devidas correções, não restando inconsistências significativas. Conforme informações dos representantes do RPPS, as contribuições estão definidas da seguinte forma: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. A receita decorrente desta arrecadação gera um superávit financeiro de R\$ 26.920,20 que compõe o Ativo do Plano, e totalizam atualmente, R\$ 8.361.633,19, impactando na redução do Custo Suplementar, por amortizar parte das Reservas Matemáticas necessárias para pagamento de benefícios futuros. As bases técnicas utilizadas foram eleitas pelo atuário responsável, sendo estas aderentes às características da massa de participantes: • taxa de juros real utilizada nas projeções contidas nesta avaliação foi de 6% ao ano; • tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador: • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência) – IBGE-2011; • Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte) – AT 49 (male e female); • Tábua de Entrada em Invalidez – ALVARO VINDAS; e • Tábua de Mortalidade de Inválidos – IBGE - 2011. • probabilidade de deixar um dependente vitalício em caso de morte, cálculo da proporção de servidores casados, por idade, observada em nosso histórico de bancos de dados, utilizando esta proporção como fator de probabilidade; • crescimento salarial considerado foi de 1% ao ano; • taxa de rotatividade considerada foi de 1% ao ano; • custo administrativo considerado neste estudo corresponde a 2,00% do total da remuneração dos servidores ativos do Município. • Geração Futura: • cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu lugar, com a mesma idade de ingresso e salário inicial daquele que se desligou; • Idade média de aposentadoria projetada • Não professor do sexo Feminino: 58 anos; • Não professor do sexo Masculino: 63 anos; • Professor do sexo Feminino: 52 anos; • Professor do sexo Masculino: 56 anos. • Principais estatísticas dos servidores ativos: • Qtdd – Mulheres: 32; • Qtdd – Homens: 41; • Sal – Mulheres: R\$ 64.151,08; • Sal – homens: R\$ 100.497,31; • Folha Salarial - FS (Anual): R\$ 164.648,39. Para a utilização da taxa de crescimento salarial de 1,00% a.a., utilizou-se a estimativa da evolução salarial do servidor ativo a cada ano de serviço no Município através do banco de dados recebido. Para tanto, estimou-se o crescimento salarial do servidor a cada ano de trabalho no Município segundo um modelo de regressão que avalia a variação salarial em função do tempo de permanência no Município, estimando-se um crescimento salarial inferior a 1,00%, motivo pelo qual considerou-se o crescimento real mínimo de 1,00% do salário, estabelecido pela Portaria nº. 403/2008. Da mesma forma que foi avaliado o crescimento salarial, avaliou-se também o crescimento de benefícios, considerando o tempo de recebimento do benefício de aposentadoria e o benefício médio. Esta análise mostrou, segundo o estudo de análise de regressão que o crescimento real do benefício é muito próximo de zero, sendo então considerado este parâmetro. Considerando as informações disponibilizadas pelos Gestores do Plano, a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de 12,00%, tomando como índice de correção o IPCA, muito próxima da meta atuarial que foi de 12,19%. Desta forma, sugerimos a manutenção da meta atuarial para o ano de 2014. O patrimônio constituído do RPPS em 31/dez/13, conforme informação dada à CAIXA, totaliza R\$ 8.361.633,19 e é composto por Ativo Financeiro. Além das receitas de contribuição o Plano conta também com receitas de Compensação Previdenciária no valor mensal de R\$ 591,32. Foi considerado que o fluxo de receitas dest encontro de contas com o Regime Geral de Previdência será proporcional ao valor de despesa com pagamento de benefícios de aposentadorias. Utilizando-se esta metodologia, o valor presente do fluxo de pagamentos da compensação previdenciária foi avaliado em R\$ 963.902,68, implicando em redução do déficit técnico atuarial. A Avaliação Atuarial demonstrou que as Reservas Matemáticas do Plano somam R\$ 7.605.041,90, sendo a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder de R\$ 6.552.633,31, e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 1.052.408,59. A evolução das Reservas Matemáticas nos próximos 12 meses se dará da seguinte forma:

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.03.05	2.2.7.2.1.03.06
0	1052408,59	1147520,44	0	0	0	95111,85	0
1	1056366,72	1151836,29	0	0	0	95469,57	0
2	1060324,85	1156152,14	0	0	0	95827,29	0
3	1064282,98	1160467,99	0	0	0	96185	0
4	1068241,11	1164783,83	0	0	0	96542,72	0

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 4 de 5

5	1072199,24	1169099,68	0	0	0	96900,44	0
6	1076157,37	1173415,53	0	0	0	97258,16	0
7	1080115,51	1177731,38	0	0	0	97615,87	0
8	1084073,64	1182047,23	0	0	0	97973,59	0
9	1088031,77	1186363,08	0	0	0	98331,31	0
10	1091989,9	1190678,92	0	0	0	98689,03	0
11	1095948,03	1194994,77	0	0	0	99046,74	0
12	1099906,16	1199310,62	0	0	0	99404,46	0

Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.05.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
0	6552633,31	10620712,24	1779283,2	1420004,9	868790,83	0	0	0
1	6556967,9	10627737,88	1780460,2	1420944,24	869365,54	0	0	0
2	6561302,5	10634763,53	1781637,21	1421883,58	869940,25	0	0	0
3	6565637,09	10641789,17	1782814,21	1422822,92	870514,96	0	0	0
4	6569971,68	10648814,82	1783991,21	1423762,26	871089,66	0	0	0
5	6574306,28	10655840,46	1785168,22	1424701,59	871664,37	0	0	0
6	6578640,87	10662866,11	1786345,22	1425640,93	872239,08	0	0	0
7	6582975,47	10669891,75	1787522,22	1426580,27	872813,79	0	0	0
8	6587310,06	10676917,39	1788699,23	1427519,61	873388,5	0	0	0
9	6591644,65	10683943,04	1789876,23	1428458,95	873963,21	0	0	0
10	6595979,25	10690968,68	1791053,23	1429398,29	874537,92	0	0	0
11	6600313,84	10697994,33	1792230,23	1430337,63	875112,63	0	0	0
12	6604648,43	10705019,97	1793407,24	1431276,97	875687,33	0	0	0

**2.2.7.2.1.03.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos** **2.2.7.2.1.03.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios**  
 Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.02: (-) Contribuições do ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.03: (-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.04: (-) Contribuição do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.03.05: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.03.06: (-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.00: Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder 2.2.7.2.1.04.01: Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.02: (-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.03: (-) Contribuição do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.1.04.04: (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS 2.2.7.2.05.05: (-) Parcelamentos de Débitos Previdenciários 2.2.7.2.1.05.00: Plano Previdenciários - Plano de Amortização 2.2.7.2.1.05.98: (-) Outros Créditos do Plano de Amortização. O quadro seguinte apresenta valores presentes de projeções de contas que servem de base para cálculo das Reservas Matemáticas do Plano Previdenciário e tem seu preenchimento em consonância com as instruções de preenchimento do DRAA publicado pelo Ministério da Previdência em seu site eletrônico. Tais contas são referentes tanto ao grupo atual (grupo fechado) quanto a geração futura, muito embora no computo das Reservas Matemáticas indicadas neste estudo atuarial, tenha sido considerado apenas o grupo fechado, sendo que a geração futura se considera apenas em apresentação de fluxos de caixa que demonstrem a evolução do equilíbrio atuarial do Plano.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO	Gerações Futuras	GRUPO ABERTO
	Geração Atual		Consolidado
	VALORES	VALORES	VALORES
(*) VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	24124707,75	17423121,3	41547829,05
ATIVO	8361633,19		8361633,19
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme DAIR			
Créditos a receber conforme atr. 17, §5º da Portaria MPS 403/2008			
Propriedades para investimentos (imóveis)	0		
Direitos sobre royalties			
Bens, direitos e demais ativos	8361633,19		
PMBC	1147520,44		1147520,44
VABF - CONCEDIDOS	1147520,44		1147520,44
( - ) VACF - CONCEDIDO ENTE	0		0
( - ) VCCF - CONCEDIDO APOSENTADOS E PENSIONISTAS	0		0
PMBaC	7421424,14	273086,26	7694510,4
VABF - A CONCEDER	10620712,24	2578165,2	13198877,44
( - ) VACF - A CONCEDER - ENTE	-1779283,2	-1281969,03	-3061252,23
( - ) VACF - A CONCEDER - SERVIDORES EM ATIVIDADE	-1420004,9	-1023109,92	-2443114,82
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	8568944,58	273086,26	8842030,84
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	963902,68	0	963902,68
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	0		0
RESULTADO ATUARIAL:			
(Déficit Atuarial, Superávit Atuarial ou Equilíbrio Atuarial)	-756591,29	273086,26	-483505,03

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

## Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Página 5 de 5

A avaliação atuarial apurou que para o custeio do Plano de Benefícios é necessário que as contribuições dos servidores e do Governo Municipal somem 25,14% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo a do servidor de no mínimo 11%, conforme Lei n.º 10.887, publicada em 21 de junho de 2004. Como as Reservas Matemáticas do Plano equivalem a R\$ 7.605.041,90 e o Ativo do Plano totaliza atualmente R\$ 8.361.633,19, observou-se um Resultado Atuarial Superavitário de R\$ 756.591,29, sendo alocado R\$ 756.591,29 para a conta "Reserva de Contingência" e R\$ 0,00 na conta "Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário". Como o Plano de Custeio praticado atualmente é próximo do Custo Normal apurado na Avaliação Atuarial, sugerimos então, que seja mantido, como a seguir: • contribuições mensais dos servidores ativos: 11,00%, incidentes sobre a remuneração de contribuição; • contribuições mensais dos servidores aposentados e pensionistas: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o teto de benefício do INSS; • contribuições mensais dos aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes: 11,00% sobre a parcela das aposentadorias que excede o dobro do teto de benefício do INSS; e • contribuições mensais do Município: 15,00% sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Este é o parecer. Adilson Costa Miba 1.032 MTb/RJ

## QUADRO 7 - Certificado

**Certifico** para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

**7.1 Atuário Responsável pela Avaliação**Nome: **Adilson Moraes da Costa**MIBA: **1032**CPF: **00682059706**Correio eletrônico: **gepub07@caixa.gov.br**Telefone: **(061) 32069952**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Certifico** para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

**7.2 Representante Legal do RPPS**Nome: **LEANDRO MARTINS D'AVILA**Cargo: **DIRETOR/PRESIDENTE**CPF: **59778628068**Correio eletrônico: **licitacao@novohorizonte.sc.gov.br**Telefone: **(049) 33620024**Data: **11/1/2016**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Avisos:**

O preenchimento do campo "Descrição da População Coberta" é obrigatório

O campo "Taxa de Juros Real" deve ter valor maior que 0 e menor que 6

O campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O preenchimento do campo "Valor Atual do Resultado Atuarial - Capitalização" é obrigatório

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Receber - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar - Repartição" não foi preenchido

Fechar

[http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa\\_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...](http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/draa/draa_mostra.asp?codigo=30040&Tipo=...) 11/01/2016

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>5,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	98.542,78	0,00	98.542,78	0,00	0,00	0,00	98.542,78
Regime Próprio dos Servidores Públicos	98.542,78	0,00	98.542,78	0,00	0,00	0,00	98.542,78
<b>TOTAL</b>	<b>98.542,78</b>	<b>0,00</b>	<b>98.542,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>98.542,78</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	101.123,62	-98.542,78	2.580,84

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RRERO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	312.400,00	312.400,00	579.278,04	185,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	24.200,00	24.200,00	37.937,31	156,77
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	27.500,00	27.500,00	285.300,88	1.037,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
Dívida Ativa dos Impostos	5.500,00	5.500,00	4.251,04	77,29
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.657.900,00	10.657.900,00	9.798.295,03	91,93
Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.264,88	86,38
Cota-Parte ITR	6.600,00	6.600,00	8.497,69	128,75
Cota-Parte IPVA	181.500,00	181.500,00	172.825,91	95,22
Cota-Parte ICMS	3.575.000,00	3.575.000,00	3.653.033,12	102,18
Cota-Parte IPI-Exportação	55.000,00	55.000,00	57.356,53	104,28
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.800,00	19.800,00	15.316,90	77,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.800,00	19.800,00	15.316,90	77,36
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>10.970.300,00</b>	<b>10.970.300,00</b>	<b>10.377.573,07</b>	<b>94,60</b>

RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.194.952,00	2.370.687,37	2.178.654,63	91,90	2.178.654,63	91,90	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.073.050,00	1.219.718,43	1.180.332,57	96,77	1.180.332,57	96,77	0,00
Outras Despesas Correntes	1.121.902,00	1.150.968,94	998.322,06	86,74	998.322,06	86,74	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	143.003,00	107.393,12	38.272,24	35,64	38.272,24	35,64	0,00
Investimentos	143.003,00	107.393,12	38.272,24	35,64	38.272,24	35,64	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	143.003,00	107.393,12	38.272,24	35,64	38.272,24	35,64	0,00
Investimentos	143.003,00	107.393,12	38.272,24	35,64	38.272,24	35,64	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.337.955,00</b>	<b>2.478.090,49</b>	<b>2.216.926,87</b>	<b>89,46</b>	<b>2.216.926,87</b>	<b>89,46</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	471.903,00	595.436,69	440.274,82	19,86	440.274,82	19,86	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	436.700,00	539.898,74	394.686,09	17,80	394.686,09	17,80	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	35.203,00	55.537,95	45.588,73	2,06	45.588,73	2,06	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>471.903,00</b>	<b>595.436,69</b>	<b>440.274,82</b>	<b>19,86</b>	<b>440.274,82</b>	<b>19,86</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>1.866.052,00</b>	<b>1.882.643,80</b>	<b>1.776.652,05</b>	<b>80,14</b>	<b>1.776.652,05</b>	<b>80,14</b>	<b>0,00</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>							
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x IIIb)/100]</b>							
<b>220.016,09</b>							

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014		170.798,36	0,00	170.798,36	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>170.798,36</b>	<b>0,00</b>	<b>170.798,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014		0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100
Atenção Básica	2.337.955,00	2.478.080,49	2.216.926,87	100,00	2.216.926,87	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.337.955,00</b>	<b>2.478.080,49</b>	<b>2.216.926,87</b>	<b>100,00</b>	<b>2.216.926,87</b>	<b>100,00</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial			12.287.050,00	
Previsão Atualizada			12.287.050,00	
Receitas Realizadas			13.749.343,57	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			937.411,01	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial			12.287.050,00	
Créditos Adicionais			2.362.404,26	
Dotação Atualizada			14.649.454,26	
Despesas Empenhadas			12.215.212,76	
Despesas Liquidadas			11.592.833,36	
Despesas pagas			0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			622.379,40	
Superavit Orçamentário			2.156.510,21	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Despesas Empenhadas			12.215.212,76	
Liquidadas			11.592.833,36	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			622.379,40	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Receita Corrente Líquida			11.263.540,88	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			1.677.063,69	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			292.395,88	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			1.384.667,81	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-62.799,27	157.716,63	-251,14
Resultado Primário		618.191,00	805.629,78	130,32
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.304.128,58	6.530,00	1.014.485,62	283.112,96
EXECUTIVO	1.132.220,68	6.530,00	842.577,72	283.112,96
LEGISLATIVO	171.907,90	0,00	171.907,90	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>1.304.128,58</b>	<b>6.530,00</b>	<b>1.014.485,62</b>	<b>283.112,96</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		Valor apurado até o Bimestre	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.007.271,14	25%	28,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		735.592,52	60%	75,49
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	<b>Saldo não Realizado</b>	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		1.590.202,83	351.389,16	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.776.652,05	15,00	17,12	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO

SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI

CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI

TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.220.937,16	0,00
Pessoal Ativo	5.022.105,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	132.381,81	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	66.450,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	182.629,17	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	50.247,36	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	132.381,81	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.038.307,99</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.263.540,88	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>5.038.307,99</b>	<b>44,73</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.082.312,08	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.778.196,47	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.474.080,87	48,60

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
 ELI MARIOTT  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIO DE MACEDO  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 PRICILA CRESTANI  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
				% (b/a)		% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>2.847.870,39</b>	<b>23,88</b>	<b>13.377.582,51</b>	<b>112,19</b>
RECEITAS CORRENTES	11.924.025,00	11.924.025,00	2.658.556,39	22,30	12.563.843,51	105,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	349.800,00	349.800,00	72.896,23	20,84	628.571,12	179,69
IMPOSTOS	306.900,00	306.900,00	63.389,51	20,65	575.027,00	187,37
TAXAS	42.900,00	42.900,00	9.505,72	22,16	53.544,12	124,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	301.400,00	301.400,00	69.276,46	22,98	304.546,54	101,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	279.400,00	279.400,00	64.223,30	22,99	276.563,46	98,98
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	22.000,00	22.000,00	5.053,16	22,97	27.983,08	127,20
RECEITA PATRIMONIAL	677.602,00	677.602,00	435.129,45	64,22	1.168.727,20	172,48
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	674.302,00	674.302,00	435.129,45	64,53	1.168.727,20	173,32
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.400,00	4.400,00	1.020,00	23,18	3.300,00	75,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	30,64
RECEITA INDUSTRIAL	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	30,64
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	115.500,00	115.500,00	67.611,85	58,54	184.553,01	159,79
RECEITA DE SERVIÇOS	10.437.023,00	10.437.023,00	1.898.403,42	18,19	10.119.217,10	96,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.437.021,00	10.437.021,00	1.878.359,06	18,00	10.008.582,18	95,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2,00	2,00	20.044,36	1.002,218,00	110.634,92	5.531,746,00
TRANSF. DE CONV.	37.200,00	37.200,00	114.160,98	306,88	159.591,54	429,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.600,00	6.600,00	4.853,44	73,54	18.187,40	275,57
MULTAS E JUROS DE MORA	1.100,00	1.100,00	104.427,88	9.493,44	104.427,88	9.493,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.400,00	26.400,00	4.840,67	18,34	34.772,67	131,71
RECEITA DA DIVIDATIVA	3.100,00	3.100,00	38,99	1,26	2.203,59	71,08
RECEITAS DIVERSAS	25,00	25,00	189.314,00	757,256,00	808.739,00	3.234,956,00
RECEITAS DE CAPITAL	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	4.492,994,44
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	4.492,994,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS						
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>363.000,00</b>	<b>363.000,00</b>	<b>87.577,51</b>	<b>24,13</b>	<b>371.761,06</b>	<b>102,41</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>111,90</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Superávit Financeiro	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.384.450,00</b>	<b>14.219.778,62</b>	<b>1.510.555,42</b>	<b>11.839.213,79</b>	<b>2.380.564,83</b>	<b>2.216.298,03</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>3.002.944,23</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>622.379,40</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.972.622,00</b>	<b>11.278.286,63</b>	<b>1.305.835,93</b>	<b>10.249.010,96</b>	<b>1.029.275,67</b>	<b>2.010.746,46</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>1.073.668,31</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>44.392,64</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.383.551,00	5.422.487,58	1.170.197,46	5.198.656,31	222.831,27	1.186.740,44	5.199.656,31	222.831,27	5.199.656,31	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.500,00	52.500,00	7.638,56	51.809,34	690,66	7.638,56	51.809,34	690,66	51.809,34	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.339.571,00	5.803.299,05	127.999,91	4.997.545,31	805.753,74	816.367,46	4.953.152,67	850.146,38	4.953.152,67	44.392,64
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>911.928,00</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>204.719,49</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>351.389,16</b>	<b>205.551,57</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>929.375,92</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>577.986,76</b>
INVESTIMENTOS	702.928,00	1.549.051,99	150.525,03	1.201.786,00	347.265,99	151.357,11	623.799,24	925.252,75	623.799,24	577.986,76
Amortização da Dívida	209.000,00	392.540,00	54.194,46	388.416,83	4.123,17	54.194,46	388.416,83	4.123,17	388.416,83	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>999.900,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999.900,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>402.600,00</b>	<b>429.675,64</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>375.998,97</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>14.649.454,26</b>	<b>1.598.839,25</b>	<b>12.215.212,76</b>	<b>2.434.241,50</b>	<b>2.304.581,96</b>	<b>11.592.833,36</b>	<b>3.056.620,90</b>	<b>11.968.833,33</b>	<b>622.379,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.287.050,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	2.434.241,50	2.304.581,86	11.592.833,36	3.056.620,90	0,00	622.379,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.156.510,21	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.287.050,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	—	2.304.581,86	13.749.343,57	11.592.833,36	—	622.379,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)		
					No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
			DESPESAS EMPENHADAS	SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre			No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)			88.283,83	375.998,97	53.676,67	88.283,83	375.998,97	53.676,67	375.998,97	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			88.283,83	375.998,97	53.676,67	88.283,83	375.998,97	53.676,67	375.998,97	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.386.167,81

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAFPRICILA GRESTANI  
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI  
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>2.847.870,39</b>	<b>23,88</b>	<b>13.377.582,51</b>	<b>112,19</b>
RECEITAS CORRENTES	11.924.025,00	11.924.025,00	2.658.556,39	22,30	12.563.843,51	105,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	349.800,00	349.800,00	72.896,23	20,84	628.571,12	179,69
IMPOSTOS	306.900,00	306.900,00	63.389,51	20,65	575.027,00	187,37
TAXAS	42.900,00	42.900,00	9.505,72	22,16	53.544,12	124,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	301.400,00	301.400,00	69.276,46	22,98	304.546,54	101,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	279.400,00	279.400,00	64.223,30	22,99	276.563,46	98,98
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	22.000,00	22.000,00	5.053,16	22,97	27.983,08	127,20
RECEITA PATRIMONIAL	677.602,00	677.602,00	435.129,45	64,22	1.168.727,20	172,48
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	674.302,00	674.302,00	435.129,45	64,53	1.168.727,20	173,32
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.400,00	4.400,00	1.020,00	23,18	3.300,00	75,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	30,64
RECEITA INDUSTRIAL	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	30,64
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	115.500,00	115.500,00	67.611,85	58,54	184.553,01	159,79
RECEITA DE SERVIÇOS	10.437.023,00	10.437.023,00	1.898.403,42	18,19	10.119.217,10	96,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2,00	2,00	20,044,36	1.002,218,00	110.634,92	5.531,746,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	37.200,00	37.200,00	114.160,98	306,88	159.591,54	429,01
TRANSF. DE CONV.	6.600,00	6.600,00	4.853,44	73,54	18.187,40	275,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.100,00	1.100,00	104.427,88	9.493,44	104.427,88	9.493,44
MULTAS E JUROS DE MORA	26.400,00	26.400,00	4.840,67	18,34	34.772,67	131,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.100,00	3.100,00	38,99	1,26	2.203,59	71,08
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	25,00	25,00	189.314,00	757,256,00	808.739,00	3.234,956,00
RECEITAS DIVERSAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	4.492,994,44
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	4.492,994,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>111,90</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Superávit Financeiro	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.384.450,00</b>	<b>14.219.778,62</b>	<b>1.510.555,42</b>	<b>11.839.213,79</b>	<b>2.380.564,83</b>	<b>2.216.298,03</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>3.002.944,23</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>622.379,40</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.972.622,00</b>	<b>11.278.286,63</b>	<b>1.305.835,93</b>	<b>10.249.010,96</b>	<b>1.029.275,67</b>	<b>2.010.746,46</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>1.073.668,31</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>44.392,64</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.383.551,00	5.422.487,58	1.170.197,46	5.198.656,31	222.831,27	1.186.740,44	5.199.656,31	222.831,27	5.199.656,31	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.500,00	52.500,00	7.638,56	51.809,34	690,66	7.638,56	51.809,34	690,66	51.809,34	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.939.571,00	5.803.299,05	127.999,91	4.997.545,31	805.733,74	816.367,46	4.953.152,67	850.146,38	4.953.152,67	44.392,64
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>911.928,00</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>204.719,49</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>351.389,16</b>	<b>205.551,57</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>929.375,92</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>577.986,76</b>
INVESTIMENTOS	702.928,00	1.549.051,99	150.525,03	1.201.786,00	347.265,99	151.357,11	623.799,24	925.252,75	623.799,24	577.986,76
Amortização da Dívida	209.000,00	392.540,00	54.194,46	388.416,83	4.123,17	54.194,46	388.416,83	4.123,17	388.416,83	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>999.900,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999.900,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>402.600,00</b>	<b>429.675,64</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>375.998,97</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>14.649.454,26</b>	<b>1.598.839,25</b>	<b>12.215.212,76</b>	<b>2.434.241,50</b>	<b>2.304.581,96</b>	<b>11.592.833,36</b>	<b>3.056.620,90</b>	<b>11.968.833,33</b>	<b>622.379,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO 2015

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.287.060,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	2.434.241,50	2.304.581,86	11.592.833,36	3.056.620,90	0,00	622.379,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.156.510,21	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.287.060,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	—	2.304.581,86	13.749.343,57	—	11.592.833,36	622.379,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
	363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RECEITAS REALIZADAS										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a - c)			
	363.000,00	363.000,00	363.000,00							

**Nota:** O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.386.167,81

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAFPRICILA GRESTANI  
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI  
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>2.847.870,39</b>	<b>23,88</b>	<b>13.377.582,51</b>	<b>-1.453.532,51</b>
RECEITAS CORRENTES	11.924.025,00	11.924.025,00	2.658.556,39	22,30	12.563.843,51	-644.818,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	349.800,00	349.800,00	72.896,23	20,84	628.571,12	-278.771,12
IMPOSTOS	306.900,00	306.900,00	63.389,51	20,65	575.027,00	-268.127,00
TAXAS	42.900,00	42.900,00	9.505,72	22,16	53.544,12	-10.644,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	301.400,00	301.400,00	69.276,46	22,98	304.546,54	-3.146,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	279.400,00	279.400,00	64.223,30	22,99	276.563,46	2.836,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	22.000,00	22.000,00	5.053,16	22,97	27.983,08	-5.983,08
RECEITA PATRIMONIAL	677.602,00	677.602,00	435.129,45	64,22	1.168.727,20	-491.125,20
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	674.302,00	674.302,00	435.129,45	64,53	1.168.727,20	-494.425,20
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.400,00	4.400,00	1.020,00	23,18	3.300,00	1.100,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	763,00
RECEITA INDUSTRIAL	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	763,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	115.500,00	115.500,00	67.611,85	58,54	184.553,01	-69.053,01
RECEITA DE SERVIÇOS	10.437.023,00	10.437.023,00	1.898.403,42	18,19	10.119.217,10	317.805,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.437.023,00	10.437.023,00	1.878.359,06	18,00	10.008.582,18	428.438,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2,00	2,00	20.044,36	1.002,218,00	110.634,92	-110.632,92
TRANSF. DE CONV.	37.200,00	37.200,00	114.160,98	306,88	159.591,54	-122.391,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.600,00	6.600,00	4.853,44	73,54	18.187,40	-11.587,40
MULTAS E JUROS DE MORA	1.100,00	1.100,00	104.427,88	9.493,44	104.427,88	-103.327,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.400,00	26.400,00	4.840,67	18,34	34.772,67	-8.372,67
RECEITA DA DIVIDATIVA	3.100,00	3.100,00	38,99	1,26	2.203,59	886,41
RECEITAS DIVERSAS	25,00	25,00	189.314,00	757,256,00	808.739,00	-808.714,00
RECEITAS DE CAPITAL	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	4,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	-808.721,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	-808.721,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>363.000,00</b>	<b>363.000,00</b>	<b>87.577,51</b>	<b>24,13</b>	<b>371.761,06</b>	<b>-8.761,06</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Superávit Financeiro	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.384.450,00</b>	<b>14.219.778,62</b>	<b>1.510.555,42</b>	<b>11.839.213,79</b>	<b>2.380.564,83</b>	<b>2.216.298,03</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>3.002.944,23</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>622.379,40</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.972.622,00</b>	<b>11.278.286,63</b>	<b>1.305.835,93</b>	<b>10.249.010,96</b>	<b>1.029.275,67</b>	<b>2.010.746,46</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>1.073.668,31</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>44.392,64</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.383.551,00	5.422.487,58	1.170.197,46	5.198.656,31	222.831,27	1.186.740,44	5.199.656,31	222.831,27	5.199.656,31	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.500,00	52.500,00	7.638,56	51.809,34	690,66	7.638,56	51.809,34	690,66	51.809,34	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.339.571,00	5.803.299,05	127.999,91	4.997.545,31	805.753,74	816.367,46	4.953.152,67	850.146,38	4.953.152,67	44.392,64
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>911.928,00</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>204.719,49</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>351.389,16</b>	<b>205.551,57</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>929.375,92</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>577.986,76</b>
INVESTIMENTOS	702.928,00	1.549.051,99	150.525,03	1.201.786,00	347.265,99	151.357,11	623.799,24	925.252,75	623.799,24	577.986,76
Amortização da Dívida	209.000,00	392.540,00	54.194,46	388.416,83	4.123,17	54.194,46	388.416,83	4.123,17	388.416,83	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>999.900,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999.900,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>402.600,00</b>	<b>429.675,64</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>375.998,97</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>14.649.454,26</b>	<b>1.598.839,25</b>	<b>12.215.212,76</b>	<b>2.434.241,50</b>	<b>2.304.581,96</b>	<b>11.592.833,36</b>	<b>3.056.620,90</b>	<b>11.968.833,33</b>	<b>622.379,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.287.050,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	2.434.241,50	2.304.581,86	11.592.833,36	3.056.620,90	0,00	622.379,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.156.510,21	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.287.050,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	—	2.304.581,86	13.749.343,57	11.592.833,36	—	622.379,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	SALDO	
			(a)	(c)					(a - c)	
			363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06
			363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06
		363.000,00	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	402.600,00	429.675,64	88.283,83	375.998,97	53.676,67	88.283,83	375.998,97	53.676,67	375.998,97	0,00
	402.600,00	429.675,64	88.283,83	375.998,97	53.676,67	88.283,83	375.998,97	53.676,67	375.998,97	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.386.167,81

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAFPRICILA GRESTANI  
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI  
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>11.924.050,00</b>	<b>2.847.870,39</b>	<b>23,88</b>	<b>13.377.582,51</b>	<b>112,19</b>
RECEITAS CORRENTES	11.924.025,00	11.924.025,00	2.658.556,39	22,30	12.563.843,51	105,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	349.800,00	349.800,00	72.896,23	20,84	628.571,12	179,69
IMPOSTOS	306.900,00	306.900,00	63.389,51	20,65	575.027,00	187,37
TAXAS	42.900,00	42.900,00	9.505,72	22,16	53.544,12	124,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	301.400,00	301.400,00	69.276,46	22,98	304.546,54	101,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	279.400,00	279.400,00	64.223,30	22,99	276.563,46	98,98
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	22.000,00	22.000,00	5.053,16	22,97	27.983,08	127,20
RECEITA PATRIMONIAL	677.602,00	677.602,00	435.129,45	64,22	1.168.727,20	172,48
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	674.302,00	674.302,00	435.129,45	64,53	1.168.727,20	173,32
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.400,00	4.400,00	1.020,00	23,18	3.300,00	75,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	30,64
RECEITA INDUSTRIAL	1.100,00	1.100,00	59,00	5,36	337,00	30,64
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	115.500,00	115.500,00	67.611,85	58,54	184.553,01	159,79
RECEITA DE SERVIÇOS	10.437.023,00	10.437.023,00	1.898.403,42	18,19	10.119.217,10	96,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.437.021,00	10.437.021,00	1.878.359,06	18,00	10.008.582,18	95,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2,00	2,00	20.044,36	1.002,218,00	110.634,92	5.531,746,00
TRANSF. DE CONV.	37.200,00	37.200,00	114.160,98	306,88	159.591,54	429,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.600,00	6.600,00	4.853,44	73,54	18.187,40	275,57
MULTAS E JUROS DE MORA	1.100,00	1.100,00	104.427,88	9.493,44	104.427,88	9.493,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.400,00	26.400,00	4.840,67	18,34	34.772,67	131,71
RECEITA DA DIVIDATIVA	3.100,00	3.100,00	38,99	1,26	2.203,59	71,08
RECEITAS DIVERSAS	25,00	25,00	189.314,00	757,256,00	808.739,00	3.234,956,00
RECEITAS DE CAPITAL	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	4.492,994,44
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	189.314,00	1.051,744,44	808.739,00	4.492,994,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	363.000,00	363.000,00	87.577,51	24,13	371.761,06	102,41
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>111,90</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>2.935.447,90</b>	<b>23,89</b>	<b>13.749.343,57</b>	<b>-1.462.293,57</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Superávit Financeiro	—	937.411,01	—	—	937.411,01	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.384.450,00</b>	<b>14.219.778,62</b>	<b>1.510.555,42</b>	<b>11.839.213,79</b>	<b>2.380.564,83</b>	<b>2.216.298,03</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>3.002.944,23</b>	<b>11.216.834,39</b>	<b>622.379,40</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.972.622,00</b>	<b>11.278.286,63</b>	<b>1.305.835,93</b>	<b>10.249.010,96</b>	<b>1.029.275,67</b>	<b>2.010.746,46</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>1.073.668,31</b>	<b>10.204.618,32</b>	<b>44.392,64</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.383.551,00	5.422.487,58	1.170.197,46	5.198.656,31	222.831,27	1.186.740,44	5.199.656,31	222.831,27	5.199.656,31	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.500,00	52.500,00	7.638,56	51.809,34	690,66	7.638,56	51.809,34	690,66	51.809,34	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.339.571,00	5.803.299,05	127.999,91	4.997.545,31	805.733,74	816.367,46	4.953.152,67	850.146,38	4.953.152,67	44.392,64
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>911.928,00</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>204.719,49</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>351.389,16</b>	<b>205.551,57</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>929.375,92</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>577.986,76</b>
INVESTIMENTOS	702.928,00	1.549.051,99	150.525,03	1.201.786,00	347.265,99	151.357,11	623.799,24	925.252,75	623.799,24	577.986,76
Amortização da Dívida	209.000,00	392.540,00	54.194,46	388.416,83	4.123,17	54.194,46	388.416,83	4.123,17	388.416,83	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>999.900,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>999.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999.900,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00	999.900,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>402.600,00</b>	<b>429.675,64</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>88.283,83</b>	<b>375.998,97</b>	<b>53.676,67</b>	<b>375.998,97</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>14.649.454,26</b>	<b>1.598.839,25</b>	<b>12.215.212,76</b>	<b>2.434.241,50</b>	<b>2.304.581,96</b>	<b>11.592.833,36</b>	<b>3.056.620,90</b>	<b>11.968.833,33</b>	<b>622.379,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(i) = (e-h)	
			(f)	(h)					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.287.050,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	2.434.241,50	2.304.581,86	11.592.833,36	3.056.620,90	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.156.510,21	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.287.050,00	14.649.454,26	1.598.839,25	12.215.212,76	—	2.304.581,86	13.749.343,57	11.592.833,36	622.379,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)	
					No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
			363.000,00	363.000,00	363.000,00	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06
			363.000,00	363.000,00	363.000,00	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06
			363.000,00	363.000,00	363.000,00	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06
			363.000,00	363.000,00	363.000,00	24,13	371.761,06	102,41	-8.761,06
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(i) = (e-h)	(j)
			(f)	(h)					
	402.600,00	429.675,64	88.283,83	375.998,97	53.676,67	88.283,83	375.998,97	53.676,67	375.998,97
	402.600,00	429.675,64	88.283,83	375.998,97	53.676,67	88.283,83	375.998,97	53.676,67	375.998,97
									0,00
									0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.386.167,81

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAFPRICILA GRESTANI  
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI  
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Interna	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.103.985,50</b>	<b>1.711.309,34</b>	<b>1.859.935,46</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.103.985,50	1.825.418,81	1.859.935,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	114.109,47	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-903.652,09</b>	<b>-724.475,95</b>	<b>-1.048.018,88</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.379.743,21</b>	<b>11.550.482,39</b>	<b>11.263.540,88</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,55%	8,54%	7,21%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,94%	-6,27%	-9,30%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.655.691,85</b>	<b>13.860.578,87</b>	<b>13.516.249,06</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.290.122,67</b>	<b>12.474.520,98</b>	<b>12.164.624,15</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
<b>DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	265,21	93,18
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.304.128,58	2.755.926,78	903.992,36

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>10.210.277,41</b>	<b>11.088.453,97</b>	<b>11.596.445,22</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.210.277,41	11.088.453,97	11.596.445,22
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>3.750,00</b>	<b>1.500,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-10.210.277,41</b>	<b>-11.088.453,97</b>	<b>-11.596.445,22</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Interna	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.103.985,50</b>	<b>1.711.309,34</b>	<b>1.859.935,46</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.103.985,50	1.825.418,81	1.859.935,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	114.109,47	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-903.652,09</b>	<b>-724.475,95</b>	<b>-1.048.018,88</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.379.743,21</b>	<b>11.550.482,39</b>	<b>11.263.540,88</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,55%	8,54%	7,21%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,94%	-6,27%	-9,30%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.655.691,85</b>	<b>13.860.578,87</b>	<b>13.516.249,06</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.290.122,67</b>	<b>12.474.520,98</b>	<b>12.164.624,15</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
<b>DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	265,21	93,18
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.304.128,58	2.755.926,78	903.992,36

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>10.210.277,41</b>	<b>11.088.453,97</b>	<b>11.596.445,22</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.210.277,41	11.088.453,97	11.596.445,22
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>3.750,00</b>	<b>1.500,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-10.210.277,41</b>	<b>-11.088.453,97</b>	<b>-11.596.445,22</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Interna	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.103.985,50</b>	<b>1.711.309,34</b>	<b>1.859.935,46</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.103.985,50	1.825.418,81	1.859.935,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	114.109,47	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-903.652,09</b>	<b>-724.475,95</b>	<b>-1.048.018,88</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.379.743,21</b>	<b>11.550.482,39</b>	<b>11.263.540,88</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,55%	8,54%	7,21%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,94%	-6,27%	-9,30%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.655.691,85</b>	<b>13.860.578,87</b>	<b>13.516.249,06</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.290.122,67</b>	<b>12.474.520,98</b>	<b>12.164.624,15</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
<b>DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	265,21	93,18
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.304.128,58	2.755.926,78	903.992,36

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>10.210.277,41</b>	<b>11.088.453,97</b>	<b>11.596.445,22</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.210.277,41	11.088.453,97	11.596.445,22
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>3.750,00</b>	<b>1.500,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-10.210.277,41</b>	<b>-11.088.453,97</b>	<b>-11.596.445,22</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Interna	1.200.333,41	986.833,39	811.916,58
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.103.985,50</b>	<b>1.711.309,34</b>	<b>1.859.935,46</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.103.985,50	1.825.418,81	1.859.935,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	114.109,47	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-903.652,09</b>	<b>-724.475,95</b>	<b>-1.048.018,88</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.379.743,21</b>	<b>11.550.482,39</b>	<b>11.263.540,88</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,55%	8,54%	7,21%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,94%	-6,27%	-9,30%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.655.691,85</b>	<b>13.860.578,87</b>	<b>13.516.249,06</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.290.122,67</b>	<b>12.474.520,98</b>	<b>12.164.624,15</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
<b>DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.200.333,41</b>	<b>986.833,39</b>	<b>811.916,58</b>

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	265,21	93,18
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.304.128,58	2.755.926,78	903.992,36

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>10.210.277,41</b>	<b>11.088.453,97</b>	<b>11.596.445,22</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.210.277,41	11.088.453,97	11.596.445,22
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>3.750,00</b>	<b>1.500,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-10.210.277,41</b>	<b>-11.088.453,97</b>	<b>-11.596.445,22</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>										
Legislativa	11.884.450,00	14.219.776,62	1.510.555,42	11.839.213,79	96,92	2.380.564,83	2.216.298,03	11.216.834,39	3.002.944,23	622.379,40
Ação Legislativa	601.700,00	600.624,36	186.001,13	600.624,36	4,92	0,00	91.235,45	474.671,67	123.952,89	123.952,89
Administração	1.661.000,00	2.038.097,32	278.811,87	1.961.534,70	16,06	76.562,62	378.749,37	1.952.637,16	85.460,16	8.897,54
Administração Geral	1.661.000,00	2.038.097,32	278.811,87	1.961.534,70	16,06	76.562,62	378.749,37	1.952.637,16	85.460,16	8.897,54
Defesa Nacional	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00
Defesa Civil	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00
Segurança Pública	13.200,00	32.193,92	1.084,78	7.537,28	0,06	24.256,64	3.434,78	7.537,28	24.256,64	0,00
Policimento	11.000,00	24.983,92	1.084,78	4.377,28	0,04	20.616,64	1.084,78	4.377,28	20.616,64	0,00
Defesa Civil	2.200,00	7.200,00	0,00	3.560,00	0,03	3.640,00	2.350,00	3.560,00	3.640,00	0,00
Assistência Social	374.000,00	551.127,69	63.039,40	435.110,78	3,56	116.016,91	111.080,00	435.110,78	116.016,91	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	22.000,00	50.010,00	5.103,35	85.663,74	0,70	7.341,26	21.358,03	85.663,74	7.341,26	0,00
Assistência Comunitária	352.000,00	458.117,69	57.936,05	349.442,04	2,86	108.675,65	89.721,97	349.442,04	108.675,65	0,00
Previdência Social	1.302.400,00	1.302.400,00	61.508,69	292.395,88	2,39	1.010.004,12	62.278,57	290.895,88	1.010.004,12	1.500,00
Previdência do Regime Estatutário	1.302.400,00	1.302.400,00	61.508,69	292.395,88	2,39	1.010.004,12	62.278,57	290.895,88	1.010.004,12	1.500,00
Saúde	2.387.455,00	2.546.276,27	269.593,25	2.273.993,38	18,62	274.282,89	509.512,97	2.273.993,38	274.282,89	0,00
Atenção Básica	2.249.955,00	2.380.080,49	271.124,87	2.122.911,18	17,38	257.166,31	495.665,69	2.122.911,18	257.166,31	0,00
Alimentação e Nutrição	137.500,00	168.195,76	-1.561,62	151.082,20	1,24	17.113,58	13.947,28	151.082,20	17.113,58	0,00
Educação	2.476.304,00	3.107.802,27	411.387,40	2.916.042,92	23,87	191.759,35	493.485,83	2.779.683,18	328.119,09	136.359,74
E ensino Fundamental	1.986.703,00	2.643.502,27	343.279,98	2.525.576,38	20,68	117.923,89	425.378,41	2.389.218,64	254.283,63	136.359,74
E ensino Médio	203.501,00	186.200,00	23.255,78	146.531,28	1,20	39.668,72	23.255,78	146.531,28	39.668,72	0,00
E ensino Superior	71.500,00	46.500,00	0,00	28.164,86	0,23	18.335,14	0,00	28.164,86	18.335,14	0,00
Educação Infantil	132.000,00	159.000,00	36.906,35	148.600,60	1,22	10.399,40	36.906,35	148.600,60	10.399,40	0,00
Educação Especial	72.600,00	72.600,00	7.945,29	67.167,80	0,55	5.432,20	7.945,29	67.167,80	5.432,20	0,00
Cultura	111.104,00	36.104,00	750,00	5.938,75	0,05	30.165,25	750,00	5.938,75	30.165,25	0,00
Diffusão Cultural	111.104,00	36.104,00	750,00	5.938,75	0,05	30.165,25	750,00	5.938,75	30.165,25	0,00
Urbanismo	154.005,00	196.130,36	76.114,64	154.654,21	1,27	41.476,15	53.509,28	125.528,85	70.801,51	29.125,36
Infra-Estrutura Urbana	44.002,00	14.002,00	0,00	6.550,00	0,05	7.452,00	0,00	6.550,00	7.452,00	0,00
Serviços Urbanos	110.003,00	182.128,36	76.114,64	148.104,21	1,21	34.024,15	53.509,28	118.978,85	63.149,51	29.125,36
Habituação	45.102,00	634.171,00	-9.438,94	601.034,01	4,92	33.136,99	112.643,26	280.489,94	353.681,06	320.544,07
Habituação Rural	45.102,00	634.171,00	-9.438,94	601.034,01	4,92	33.136,99	112.643,26	280.489,94	353.681,06	320.544,07
Agricultura	1.437.706,00	1.762.174,17	166.270,82	1.398.498,53	11,45	363.675,64	227.386,87	1.398.498,53	363.675,64	0,00
Recursos Hídricos	18.700,00	18.700,00	0,00	0,00	0,00	18.700,00	0,00	0,00	18.700,00	0,00
Extensão Rural	1.315.605,00	1.668.073,17	164.710,82	1.336.256,53	10,94	321.813,64	225.826,87	1.336.256,53	321.813,64	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	79.200,00	79.200,00	1.560,00	62.238,00	0,51	16.961,00	1.560,00	62.238,00	16.961,00	0,00
Telecomunicações	18.700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	700,00	0,00
Energia Elétrica	5.501,00	5.501,00	0,00	0,00	0,00	5.501,00	0,00	0,00	5.501,00	0,00
Indústria	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00
Promoção Industrial	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/TOTAL b)			% (d/TOTAL d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>									
Transporte	11.884.450,00	14.216.778,62	1.510.555,42	11.839.213,79	96,92	2.216.298,03	11.216.834,39	3.002.944,23	622.379,40
Transporte Rodoviário	1.105.070,00	1.197.273,26	-29.528,17	1.025.493,99	8,40	134.796,11	1.025.493,99	171.779,27	0,00
Desporto e Lazer	1.105.070,00	1.197.273,26	-29.528,17	1.025.493,99	8,40	134.796,11	1.025.493,99	171.779,27	0,00
Desporto Comunitário	190.303,00	190.303,00	33.990,55	165.955,00	1,36	37.375,54	165.955,00	24.348,00	0,00
Reserva de Contingência	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
Reserva de Contingência	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>									
Legislativa	402.600,00	428.675,64	88.283,83	375.988,97	3,08	88.283,83	375.988,97	53.676,67	0,00
Ação Legislativa	8.800,00	9.875,64	2.272,74	9.875,64	0,08	2.272,74	9.875,64	0,00	0,00
Administração	60.500,00	116.500,00	63.910,25	105.360,09	0,86	63.910,25	105.360,09	11.139,91	0,00
Administração Geral	60.500,00	116.500,00	63.910,25	105.360,09	0,86	63.910,25	105.360,09	11.139,91	0,00
Assistência Social	9.900,00	14.900,00	0,00	9.900,00	0,08	0,00	9.900,00	5.000,00	0,00
Assistência Comunitária	9.900,00	14.900,00	0,00	9.900,00	0,08	0,00	9.900,00	5.000,00	0,00
Saúde	88.000,00	98.000,00	22.100,84	94.015,69	0,77	22.100,84	94.015,69	3.984,31	0,00
Atenção Básica	88.000,00	98.000,00	22.100,84	94.015,69	0,77	22.100,84	94.015,69	3.984,31	0,00
Educação	128.700,00	93.700,00	0,00	86.222,12	0,71	0,00	86.222,12	7.477,88	0,00
Educação Infantil	121.000,00	88.000,00	0,00	81.478,31	0,67	0,00	81.478,31	6.521,69	0,00
Educação Fundamental	7.700,00	5.700,00	0,00	4.743,81	0,04	0,00	4.743,81	956,19	0,00
Agricultura	60.500,00	50.500,00	0,00	43.812,19	0,36	0,00	43.812,19	6.687,81	0,00
Extensão Rural	60.500,00	50.500,00	0,00	43.812,19	0,36	0,00	43.812,19	6.687,81	0,00
Transporte	38.500,00	38.500,00	0,00	21.803,77	0,18	0,00	21.803,77	16.696,23	0,00
Transporte Rodoviário	38.500,00	38.500,00	0,00	21.803,77	0,18	0,00	21.803,77	16.696,23	0,00
Desporto e Lazer	7.700,00	7.700,00	0,00	5.009,47	0,04	0,00	5.009,47	2.690,53	0,00
Desporto Comunitário	7.700,00	7.700,00	0,00	5.009,47	0,04	0,00	5.009,47	2.690,53	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>12.287.050,00</b>	<b>14.648.454,26</b>	<b>1.598.839,25</b>	<b>12.215.212,76</b>	<b>100,00</b>	<b>2.304.581,86</b>	<b>11.592.833,36</b>	<b>3.056.620,90</b>	<b>622.379,40</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELINARIOTT  
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAFPRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL.CRO/SC 17891-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>11.379.743,21</b>	<b>11.550.482,39</b>	<b>11.263.540,88</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.503.543,51</b>	<b>2.541.106,13</b>	<b>2.477.978,99</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.253.189,16</b>	<b>2.286.995,51</b>	<b>2.230.181,09</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
 ELI MARIOTT  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIO DE MACEDO  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 PRICILA CRESTANI  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÊC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

**Município de NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (U.L. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.593.887,84</b>	<b>1.160.228,75</b>	<b>994.373,74</b>	<b>1.211.138,84</b>	<b>1.486.588,80</b>	<b>1.144.144,54</b>	<b>1.074.112,38</b>	<b>880.627,27</b>	<b>890.012,79</b>	<b>1.187.978,12</b>	<b>1.197.779,88</b>	<b>1.792.625,57</b>	<b>14.528.500,52</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.120,34	36.868,21	39.654,91	41.255,40	149.186,74	35.803,33	36.242,19	123.068,17	41.903,70	29.789,90	24.327,29	48.567,94	628.571,12
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	4.356,53	2.263,64	4.833,01	2.233,17	916,38	405,89	598,00	1.940,40	37.197,31
IRPJ	11.389,65	10.907,89	10.942,13	11.321,29	13.747,57	13.863,03	13.003,06	13.207,46	12.650,08	12.991,56	13.094,03	23.069,19	161.141,94
I.R.F.	2.320,67	18.313,19	8.153,25	6.093,37	119.752,31	6.335,28	4.387,85	108.190,36	3.694,27	2.318,44	2.165,88	3.591,01	295.300,88
I.S.S.	2.376,15	3.982,00	5.240,00	2.090,00	10.934,27	11.487,01	12.347,99	3.091,45	9.880,00	10.918,00	4.600,00	13.650,00	90.646,87
I.T.E.I.	34,87	3.485,13	15.299,53	1.331,45	408,06	1.903,37	1.670,28	2.255,73	14.482,97	3.152,01	3.928,38	5.577,24	53.544,12
Outras Receitas Tributárias	21.749,47	22.412,71	21.656,92	22.887,98	24.338,87	24.291,20	24.832,98	24.307,75	24.427,29	24.427,29	24.276,95	44.599,51	304.546,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	316.432,88	411.858,20	22.464,80	134.757,76	210.384,67	48.728,78	27.308,81	-20.855,91	-54.071,87	184.609,63	155.978,39	278.151,09	1.168.727,20
RECEITA PATRIMONIAL	210,00	330,00	330,00	180,00	240,00	60,00	30,00	570,00	150,00	120,00	480,00	540,00	3.300,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	210,00	330,00	330,00	180,00	240,00	60,00	30,00	570,00	150,00	120,00	480,00	540,00	3.300,00
RECEITA INDUSTRIAL	1.979,25	2.225,00	5.940,00	10.193,16	14.529,33	18.672,48	17.217,30	13.405,29	16.873,76	14.040,49	23.257,99	44.353,86	184.553,01
RECEITA DE SERVIÇOS	1.144,911,44	1.049.469,80	899.150,02	996.691,23	1.081.498,02	1.011.995,92	965.951,38	911.467,67	857.618,45	927.896,70	967.182,15	1.263.070,33	12.078.874,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	593.335,67	611.835,61	445.610,52	480.951,82	591.441,98	514.588,39	381.036,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,35	5.891.264,88
Cota-Parte do FPM	340.591,51	303.259,72	259.975,94	322.462,59	305.131,77	292.413,25	256.193,37	283.593,69	256.973,52	306.103,46	307.870,20	300.560,60	3.575.000,00
Cota-Parte do ICMS	6.283,27	16.794,39	17.193,40	16.615,75	13.308,42	22.364,79	18.739,49	16.014,05	14.388,64	15.248,91	8.195,66	3.678,93	172.825,91
Cota-Parte do IPTU	25,74	64,56	57,08	0,00	110,31	87,39	21,37	124,07	2.862,38	293,24	293,24	100,52	8.467,69
Outras Transferências Correntes	102.958,38	33.325,78	54.153,38	82.816,62	80.169,83	95.627,25	187.881,56	80.601,18	91.045,43	91.818,90	87.652,73	321.700,51	1.309.751,55
Transferências de LC 61/1969	7.083,75	4.202,48	4.122,42	4.317,85	4.870,78	4.639,42	4.273,85	4.547,57	4.534,64	5.259,84	4.782,16	4.731,67	57.356,53
Transferências de LC 87/1966	86.653,12	80.017,26	78.006,28	84.441,18	85.218,52	80.970,02	77.522,76	79.685,47	75.995,77	80.633,96	79.643,37	82.006,83	970.827,53
Transferências do FUNDEB	5.463,46	7.226,83	5.115,09	3.200,31	6.388,17	4.883,83	2.508,12	2.538,64	1.210,00	7.082,11	2.255,11	11.904,87	159.591,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	529.013,15	240.283,54	186.060,60	316.251,05	405.627,75	227.387,18	181.494,10	-39.815,18	95.085,90	328.583,99	326.490,18	465.085,48	3.264.699,64
DEDUÇÕES (II)	624,19	693,07	0,00	693,07	693,07	693,07	693,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.939,54
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	18.896,28	19.842,15	19.597,61	19.892,28	21.341,59	21.363,08	21.690,86	22.020,34	21.930,43	21.695,04	21.890,82	42.332,68	272.632,92
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	191.059,80	187.225,16	153.391,88	166.286,78	183.221,75	187.073,78	140.108,21	150.236,00	138.115,05	151.088,54	159.977,01	171.872,05	1.959.657,01
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	316.432,88	32.553,16	13.101,11	132.416,52	200.401,58	38.287,25	19.030,96	-2.120,12	-64.939,88	155.538,41	144.622,55	251.281,75	660.000,00
Rec. de Reten. Depósitos de Poupança do RPPS	973.874,69	919.945,21	808.315,14	891.877,79	1.080.861,05	916.757,36	892.618,28	920.442,45	794.925,99	859.394,13	871.289,70	1.327.139,09	11.263.540,88
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>													
<b>DEDUÇÕES (II)</b>													
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários													
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor													
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB													
Rec. de Reten. Depósitos de Poupança do RPPS													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>													
<b>PREVISÃO ATUALIZADA 2015</b>													

PRICILA CRESTANI  
CONTROLEDORA INTERNA

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC. CONTÁBIL CROSC 17691-0

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.263.540,88</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.802.166,54</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.621.949,89</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>788.447,86</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.804.750,15	
Recarga de Contribuições dos Segurados	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.804.750,15	
Pessoal Civil	270.600,00	270.600,00	272.623,92	246.669,58	
Ativo	269.500,00	269.500,00	272.623,92	246.669,58	
Inativo	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	8.800,00	8.800,00	3.939,54	8.081,60	
Recarga Patrimonial	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.549.998,97	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Valores Mobiliários	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.549.998,97	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.677.063,69</b>	<b>2.141.118,33</b>	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	308.000,00	308.000,00	290.895,88	286.393,62	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	308.000,00	308.000,00	290.895,88	236.468,37	0,00
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	234.272,44	236.468,37	234.272,44	236.468,37	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	103.854,22	79.049,90	103.854,22	79.049,90	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	28.527,59	25.751,29	28.527,59	25.751,29	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	101.890,63	131.667,18	101.890,63	131.667,18	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>292.395,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>290.895,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>1.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>994.400,00</b>	<b>994.400,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.386.167,81</b>	<b>1.854.724,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

## PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor			994.400,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015	2014	
Caixa	0,00		0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	11.598.445,22 0,00 0,00		10.210.277,41 0,00 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
RECEITAS CORRENTES (VIII)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Recarga de Contribuições Patronais	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Pessoal Civil	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>363.000,00</b>	<b>363.000,00</b>	<b>371.761,06</b>	<b>336.368,18</b>

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17891-0
-----------------------------------	------------------------------------	--	---



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.804.750,15	
Recarga de Contribuições dos Segurados	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.804.750,15	
Pessoal Civil	270.600,00	270.600,00	272.623,92	246.669,58	
Ativo	269.500,00	269.500,00	272.623,92	246.669,58	
Inativo	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	8.800,00	8.800,00	3.939,54	8.081,60	
Recarga Patrimonial	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.549.998,97	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Valores Mobiliários	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.549.998,97	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.677.063,69</b>	<b>2.141.118,33</b>	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	308.000,00	308.000,00	292.395,88	286.393,62	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	308.000,00	308.000,00	292.395,88	236.468,37	0,00
			290.895,88	1.500,00	0,00
			49.925,25	0,00	0,00
			0,00	49.925,25	0,00
			0,00	0,00	0,00
			236.468,37	1.500,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	234.272,44	236.468,37	234.272,44	236.468,37	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	103.854,22	79.049,90	103.854,22	79.049,90	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	28.527,59	25.751,29	28.527,59	25.751,29	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	101.890,63	131.667,18	101.890,63	131.667,18	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>292.395,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>290.895,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>1.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>994.400,00</b>	<b>994.400,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.386.167,81</b>	<b>1.854.724,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

## PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor			994.400,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015	2014	
Caixa	0,00		0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	11.598.445,22 0,00 0,00		10.210.277,41 0,00 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
RECEITAS CORRENTES (VIII)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Recarga de Contribuições Patronais	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Pessoal Civil	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Ativo	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>363.000,00</b>	<b>363.000,00</b>	<b>371.761,06</b>	<b>336.368,18</b>

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL ORC/SC 17891-0
-----------------------------------	------------------------------------	--	---

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.804.750,15	
Recarga de Contribuições dos Segurados	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.804.750,15	
Pessoal Civil	270.600,00	270.600,00	272.623,92	246.669,58	
Ativo	269.500,00	269.500,00	272.623,92	246.669,58	
Inativo	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	8.800,00	8.800,00	3.939,54	8.081,60	
Recarga Patrimonial	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.549.998,97	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Valores Mobiliários	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.549.998,97	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.677.063,69</b>	<b>2.141.118,33</b>	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	308.000,00	308.000,00	290.895,88	286.393,62	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	308.000,00	308.000,00	290.895,88	236.468,37	0,00
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	234.272,44	236.468,37	234.272,44	236.468,37	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	103.854,22	79.049,90	103.854,22	79.049,90	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	28.527,59	25.751,29	28.527,59	25.751,29	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	101.890,63	131.667,18	101.890,63	131.667,18	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>292.395,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>290.895,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>1.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>994.400,00</b>	<b>994.400,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.386.167,81</b>	<b>1.854.724,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								994.400,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			2015		2014			
			0,00				0,00	
Caixa								

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		RECETAS REALIZADAS	
	2015	2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
	11.598.445,22 0,00 0,00	10.210.277,41 0,00 0,00		
Bancos Conta Movimento				
Investimentos				
Outros Bens e Direitos				
<b>RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
<b>RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>				
<b>RECETAS CORRENTES (VIII)</b>				
Recarga de Contribuições Patronais	363.000,00		371.761,06	336.368,18
Pessoal Civil	363.000,00		371.761,06	336.368,18
Ativo	363.000,00		371.761,06	336.368,18
Inativo	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00		0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00		0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00		0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00		0,00	0,00
Outras Recargas de Contribuições	0,00		0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00		0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00		0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00		0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00		0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00		0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00		0,00	0,00
<b>RECETAS DE CAPITAL (IX)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00		0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>363.000,00</b>		<b>371.761,06</b>	<b>336.368,18</b>

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL ORC/SC 17891-0
-----------------------------------	------------------------------------	--	---



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Recarga de Contribuições dos Segurados	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.305.302,63	1.804.750,15
Pessoal Civil	939.400,00	939.400,00	1.305.302,63	1.305.302,63	1.804.750,15
Ativo	270.600,00	270.600,00	272.623,92	272.623,92	246.669,58
Inativo	269.500,00	269.500,00	272.623,92	272.623,92	246.669,58
Pessoal Militar	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	8.800,00	8.800,00	3.939,54	0,00	8.081,60
Recarga Patrimonial	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.028.739,17	1.549.998,97
Recarga Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	660.000,00	660.000,00	1.028.739,17	1.028.739,17	1.549.998,97
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	0,00	336.368,18
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.302.400,00</b>	<b>1.677.063,69</b>		<b>2.141.118,33</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO	308.000,00	308.000,00	292.395,88	286.393,62	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	49.925,25	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	49.925,25	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	308.000,00	308.000,00	292.395,88	236.468,37	0,00
				1.500,00	0,00
				0,00	0,00
				0,00	0,00
				0,00	0,00
				236.468,37	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	234.272,44	236.468,37	234.272,44	236.468,37	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	103.854,22	79.049,90	103.854,22	79.049,90	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	28.527,59	25.751,29	28.527,59	25.751,29	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	101.890,63	131.667,18	101.890,63	131.667,18	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	308.000,00	308.000,00	58.123,44	0,00	56.623,44	0,00	1.500,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>292.395,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>290.895,88</b>	<b>286.393,62</b>	<b>1.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>994.400,00</b>	<b>994.400,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.386.167,81</b>	<b>1.854.724,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								994.400,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			2015		2014			
			0,00				0,00	
Caixa								

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	11.598.445,22 0,00 0,00		10.210.277,41 0,00 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
RECEITAS CORRENTES (VIII)	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Recarga de Contribuições Patronais	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Pessoal Civil	363.000,00	363.000,00	371.761,06	336.368,18
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>363.000,00</b>	<b>363.000,00</b>	<b>371.761,06</b>	<b>336.368,18</b>

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-						
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17891-0
-----------------------------------	------------------------------------	--	---

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			R\$ 1,00
Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PAB	25.838,85	0,00	0,00	0,00	0,00	25.838,85	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PACS	5.570,24	0,00	0,00	0,00	0,00	5.570,24	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - F.M.Habituação - Construção de Casas	556,00	0,00	0,00	0,00	0,00	556,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica - União	10.218,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.218,71	0,00	0,00	0,00
Gestão SUS - MAC e PMAQ	41.150,55	0,00	0,00	0,00	0,00	41.150,55	0,00	0,00	0,00
Multas previstas na Legislação de Trânsito	5.428,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.428,38	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	55.056,99	0,00	0,00	0,00	15.421,90	39.635,09	32.885,10	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - NÃO PRIMARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-F.M.Habituação - Construção de Casas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recargas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da F	1.460,21	0,00	0,00	0,00	1.460,21	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferência do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A- Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A- Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		Do Exercício	(c)						
						(b)			
S.F.E.A-Convênio Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Farmácia Básica - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Gestão SUS - IMAC e PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Vigilância em Saúde - ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Fin. Exercício Anterior - Rec. SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro Exercício Ant. - Conv.União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - Estado	33.895,72	0,00	0,00	0,00	0,00	33.895,72	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - União	168.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.914,00	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação	5.137,11	0,00	0,00	0,00	0,00	5.137,11	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Profission	6.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.378,10	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Profission	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FNAS	39.877,16	0,00	0,00	0,00	0,00	39.877,16	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	78.052,20	0,00	0,00	0,00	0,00	78.052,20	329.080,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	232.089,48	0,00	0,00	226.527,30	0,00	5.562,18	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - ECD	31.371,70	0,00	0,00	0,00	0,00	31.371,70	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	740.955,40	0,00	0,00	243.409,41	0,00	497.545,99	361.965,10	0,00	0,00
Alienação de Bens - Prefeitura	2.580,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.580,84	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.538,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.538,73	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	29.295,78	0,00	0,00	0,00	0,00	29.295,78	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação e de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	39.703,55	0,00	(39.703,55)	0,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	59.985,18	0,00	0,00	0,00	59.985,18	0,00	0,00
	Receitas do RPPS - IPAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECURSO ORDINARIO EX.CORRENTE	126.045,87	0,00	0,00	0,00	125.952,69	125.952,69	0,00
	Recursos Ordinários - Tesouro	895.365,26	0,00	0,00	0,00	895.365,26	132.961,61	0,00
	RECURSOS ORDINÁRIOS-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Transferências da CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Alienação de Bens - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências da CIDE	3.128,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128,40	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		1.118.940,06	0,00	39.703,55	93,18	1.079.143,33	258.914,30	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		1.859.935,46	0,00	283.112,96	93,18	1.576.729,32	620.879,40	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		11.596.445,22	0,00	0,00	0,00	11.596.445,22	1.500,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - PAB	25.838,85	0,00	0,00	0,00	0,00		25.838,85	0,00	0,00	
Atenção Básica - PACS	5.570,24	0,00	0,00	0,00	0,00		5.570,24	0,00	0,00	
Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - F.M.Habituação - Construção de Casas	556,00	0,00	0,00	0,00	0,00		556,00	0,00	0,00	
Farmácia Básica - União	10.218,71	0,00	0,00	0,00	0,00		10.218,71	0,00	0,00	
Gestão SUS - MAC e PMAQ	41.150,55	0,00	0,00	0,00	0,00		41.150,55	0,00	0,00	
Multas previstas na Legislação de Trânsito	5.428,38	0,00	0,00	0,00	0,00		5.428,38	0,00	0,00	
Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Receitas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	55.056,99	0,00	0,00	0,00	15.421,90		39.635,09	32.885,10	0,00	
RECURSOS VINCULADOS - NÃO PRIMARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-F.M.Habituação - Construção de Casas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Recetas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	1.460,21	0,00	0,00	0,00	1.460,21		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Transferência do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A- Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A- Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Atenção Básica - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Atenção Básica - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
S.F.E.A-Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
S.F.E.A.-Convênio Transíto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Farmácia Básica - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Gestão SUS - MAC e PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Transf.de Convênios da Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Transf.de Convênios da Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A.-Vigilância em Saúde - ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Fin. Exercício Anterior - Rec. SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro Exercício Ant. - Conv.União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - Estado	33.895,72	0,00	0,00	0,00	0,00	33.895,72	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - União	168.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.914,00	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação	5.137,11	0,00	0,00	0,00	0,00	5.137,11	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Profissio	6.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.378,10	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Profissio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FNAS	39.877,16	0,00	0,00	0,00	0,00	39.877,16	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	78.052,20	0,00	0,00	0,00	0,00	78.052,20	329.080,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	232.089,48	0,00	0,00	226.527,30	0,00	5.562,18	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - ECD	31.371,70	0,00	0,00	0,00	0,00	31.371,70	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	740.995,40	0,00	0,00	243.409,41	0,00	497.585,99	361.965,10	0,00	0,00
Alienação de Bens - Prefeitura	2.580,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.580,84	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.538,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.538,73	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	29.295,78	0,00	0,00	0,00	0,00	29.295,78	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação e de Transferência de Impostos - Saúde	Receitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	39.703,55	0,00	(39.703,55)	0,00
	Receitas do RPPS - IPAM	59.985,18	0,00	0,00	0,00	0,00	59.985,18	0,00
	RECURSO ORDINARIO EX.CORRENTE	126.045,87	0,00	0,00	0,00	93,18	125.952,69	125.952,69
	Recursos Ordinários - Tesouro	895.365,26	0,00	0,00	0,00	0,00	895.365,26	132.961,61
	RECURSOS ORDINÁRIOS-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Transferências da CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Alienação de Bens - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	S.F.E.A-Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências da CIDE	3.128,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128,40	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.118.940,06	0,00	0,00	39.703,55	93,18	1.079.143,33	258.914,30
TOTAL (III) = (I + II)	1.859.935,46	0,00	0,00	283.112,96	93,18	1.576.729,32	620.879,40	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	11.596.445,22	0,00	0,00	0,00	0,00	11.596.445,22	1.500,00	
							0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")									
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PAB	25.838,85	0,00	0,00	0,00	0,00	25.838,85	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PACS	5.570,24	0,00	0,00	0,00	0,00	5.570,24	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - F.M.Habituação - Construção de Casas	556,00	0,00	0,00	0,00	0,00	556,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica - União	10.218,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.218,71	0,00	0,00	0,00
Gestão SUS - MAC e PMAQ	41.150,55	0,00	0,00	0,00	0,00	41.150,55	0,00	0,00	0,00
Multas previstas na Legislação de Trânsito	5.428,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.428,38	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	55.056,99	0,00	0,00	0,00	15.421,90	39.635,09	32.885,10	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - NÃO PRIMARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-F.M.Habituação - Construção de Casas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recargas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da F	1.460,21	0,00	0,00	0,00	1.460,21	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferência do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A- Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A- Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		Do Exercício	(c)						
						(b)			
S.F.E.A-Convênio Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Farmácia Básica - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Gestão SUS - IMAC e PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Vigilância em Saúde - ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Fin. Exercício Anterior - Rec. SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro Exercício Ant. - Conv.União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - Estado	33.895,72	0,00	0,00	0,00	0,00	33.895,72	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - União	168.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.914,00	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação	5.137,11	0,00	0,00	0,00	0,00	5.137,11	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Profission	6.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.378,10	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Profission	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FNAS	39.877,16	0,00	0,00	0,00	0,00	39.877,16	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	78.052,20	0,00	0,00	0,00	0,00	78.052,20	329.080,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	232.089,48	0,00	0,00	226.527,30	0,00	5.562,18	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - ECD	31.371,70	0,00	0,00	0,00	0,00	31.371,70	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	740.955,40	0,00	0,00	243.409,41	0,00	497.545,99	361.965,10	0,00	0,00
Alienação de Bens - Prefeitura	2.580,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.580,84	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.538,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.538,73	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	29.295,78	0,00	0,00	0,00	0,00	29.295,78	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
									(b)
(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação e de Transferência de Impostos - Saúde	Receitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	0,00	0,00	39.703,55	0,00	(39.703,55)	0,00	0,00	
	Receitas do RPPS - IPAM	59.985,18	0,00	0,00	0,00	59.985,18	0,00	0,00	
	RECURSO ORDINARIO EX.CORRENTE	126.045,87	0,00	0,00	0,00	125.952,69	125.952,69	0,00	
	Recursos Ordinários - Tesouro	895.365,26	0,00	0,00	0,00	895.365,26	132.961,61	0,00	
	RECURSOS ORDINÁRIOS-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Recitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Transferências da CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Alienação de Bens - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Recitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	S.F.E.A-Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Transferências da CIDE	3.128,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128,40	0,00	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.118.940,06	0,00	0,00	39.703,55	93,18	1.079.143,33	258.914,30	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.859.935,46	0,00	0,00	283.112,96	93,18	1.576.729,32	620.879,40	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	11.596.445,22	0,00	0,00	0,00	0,00	11.596.445,22	1.500,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")									
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			R\$ 1,00
Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PAB	25.838,85	0,00	0,00	0,00	0,00	25.838,85	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PACS	5.570,24	0,00	0,00	0,00	0,00	5.570,24	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - F.M.Habituação - Construção de Casas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica - União	556,00	0,00	0,00	0,00	0,00	556,00	0,00	0,00	0,00
Gestão SUS - MAC e PMAQ	10.218,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.218,71	0,00	0,00	0,00
Multas previstas na Legislação de Trânsito	41.150,55	0,00	0,00	0,00	0,00	41.150,55	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Interna	5.428,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.428,38	0,00	0,00	0,00
Recargas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - NÃO PRIMARIA	55.056,99	0,00	0,00	0,00	15.421,90	39.635,09	32.885,10	0,00	0,00
S.F.E.A-F.M.Habituação - Construção de Casas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recargas de aplicações financeiras - Vinculados Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da F	1.460,21	0,00	0,00	0,00	1.460,21	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferência do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A- Alienação de Bens F.M.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A- Alienação de Bens - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - Ações Estruturantes e Comp.Especif.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Atenção Básica - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		Do Exercício	(c)						
						(b)			
S.F.E.A-Convênio Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Farmácia Básica - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Gestão SUS - IMAC e PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Saúde - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Saúde - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Vigilância em Saúde - ECD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Fin. Exercício Anterior - Rec. SUS União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro Exercício Ant. - Conv.União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - Estado	33.895,72	0,00	0,00	0,00	0,00	33.895,72	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Saúde - União	168.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.914,00	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação	5.137,11	0,00	0,00	0,00	0,00	5.137,11	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Professores	6.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.378,10	0,00	0,00	0,00
Transf.do FUNDEB - (Aplicação na Remuneração dos Professores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FNAS	39.877,16	0,00	0,00	0,00	0,00	39.877,16	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - UNIÃO - Prefeitura	78.052,20	0,00	0,00	0,00	0,00	78.052,20	329.080,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios do Estado - Prefeitura	232.089,48	0,00	0,00	226.527,30	0,00	5.562,18	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - ECD	31.371,70	0,00	0,00	0,00	0,00	31.371,70	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	740.955,40	0,00	0,00	243.409,41	0,00	497.545,99	361.965,10	0,00	0,00
Alienação de Bens - Prefeitura	2.580,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.580,84	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.538,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.538,73	0,00	0,00	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	29.295,78	0,00	0,00	0,00	0,00	29.295,78	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	39.703,55	0,00	0,00	(39.703,55)	0,00	0,00
Receitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	59.985,18	0,00	0,00	0,00	0,00	59.985,18	0,00	0,00
Receitas do RPPS - IPAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINARIO EX.CORRENTE	126.045,87	0,00	0,00	0,00	93,18	125.952,69	125.952,69	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro	895.365,26	0,00	0,00	0,00	0,00	895.365,26	132.961,61	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recitas de Impostos e de Transferência de Impostos - E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recitas de Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Transferências da CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Alienação de Bens - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recitas de Aplicações Financeiras Rec.Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S.F.E.A-Recursos Ordinários - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Convênios da Educação - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da CIDE	3.128,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128,40	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.118.940,06	0,00	39.703,55	93,18	93,18	1.079.143,33	258.914,30	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.859.935,46	0,00	283.112,96	93,18	93,18	1.576.729,32	620.879,40	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	11.596.445,22	0,00	0,00	0,00	0,00	11.596.445,22	1.500,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.200.333,41	866.111,04	811.916,58
DEDUÇÕES (II)	2.103.985,50	1.778.137,02	1.859.935,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.103.985,50	1.885.247,61	1.859.935,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	107.110,59	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-903.652,09	-912.025,98	-1.048.018,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.114.000,00	866.111,04	811.916,58
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.017.652,09</b>	<b>-1.778.137,02</b>	<b>-1.859.935,46</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-81.798,44</b>	<b>157.716,63</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-62.799,27</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	10.210.277,41	11.111.018,68	11.596.445,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.210.277,41	11.111.018,68	11.596.445,22
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-10.210.277,41	-11.111.018,68	-11.596.445,22
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-10.210.277,41</b>	<b>-11.111.018,68</b>	<b>-11.596.445,22</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 2º Semestre de 2015**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	11.263.540,88	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.038.307,99	44,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.082.312,08	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.778.196,47	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.048.018,88	-9,30
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.516.249,06	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.477.978,99	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.802.166,54	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	788.447,86	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	494.926,71	1.450.683,45

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

\_\_\_\_\_  
 ELI MARIOTT  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIO DE MACEDO  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 PRICILA CRESTANI  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.612.723,00	11.771.877,37	11.879.498,77		
Receita Tributária	349.800,00	628.571,12	987.099,28		
I.P.T.U.	24.200,00	37.937,31	33.722,45		
I.S.S.	27.500,00	285.300,88	658.899,46		
I.T.B.I.	110.000,00	90.646,87	90.524,19		
I.R.R.F.	145.200,00	161.141,94	158.468,25		
Outras Receitas Tributárias	42.900,00	53.544,12	45.484,93		
Receita de Contribuição	664.400,00	676.307,60	611.409,94		
Receitas Previdenciárias	642.400,00	648.324,52	591.119,36		
Outras Contribuições	22.000,00	27.983,08	20.290,58		
Receita Patrimonial Líquida	3.300,00	0,00	120,00		
Receita Patrimonial	677.602,00	1.168.727,20	1.641.482,77		
(-) Aplicações Financeiras	674.302,00	1.168.727,20	1.641.362,77		
Transferências Correntes	10.437.023,00	10.119.217,10	10.027.728,26		
F.P.M.	5.500.000,00	4.713.012,25	4.773.764,06		
I.C.M.S.	2.893.000,00	2.922.427,52	2.814.762,30		
Convênios	2,00	110.634,92	124.466,00		
Outras Transferências Correntes	2.044.021,00	2.373.142,41	2.314.735,90		
Demais Receitas Correntes	158.200,00	347.781,55	253.141,29		
Dívida Ativa	26.400,00	34.772,67	17.309,65		
Diversas Receitas Correntes	131.800,00	313.008,88	235.831,64		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00	808.739,00	2.591.389,50		
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	1.114.000,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	216.100,00		
Transferências de Capital	18,00	808.739,00	1.261.289,50		
Convênios	18,00	808.739,00	1.261.289,50		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	808.739,00	1.261.289,50		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.612.741,00	12.580.616,37	13.140.788,27		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.707.962,27	10.290.376,08	10.580.617,29	44.392,64	86.501,40
Pessoal e Encargos Sociais	5.852.163,22	5.575.655,28	5.575.655,28	0,00	0,00

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.707.962,27</b>	<b>10.625.009,93</b>	<b>10.290.376,08</b>	<b>10.580.617,29</b>	<b>10.210.568,18</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	52.500,00	51.809,34	20.383,13	51.809,34	20.383,13	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.803.299,05	4.997.545,31	5.129.664,34	4.953.152,67	5.049.856,44	44.392,64	86.501,40
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.655.462,27</b>	<b>10.573.200,59</b>	<b>10.269.992,95</b>	<b>10.528.807,95</b>	<b>10.190.185,05</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>3.863.735,89</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>2.641.255,84</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
Investimentos	1.549.051,99	1.201.786,00	3.702.292,48	623.799,24	2.479.812,43	577.986,76	1.215.786,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	392.540,00	388.416,83	161.443,41	388.416,83	161.443,41	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.549.051,99</b>	<b>1.201.786,00</b>	<b>3.702.292,48</b>	<b>623.799,24</b>	<b>2.479.812,43</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>999.900,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.204.414,26</b>	<b>11.774.986,59</b>	<b>13.972.285,43</b>	<b>11.152.607,19</b>	<b>12.669.997,48</b>	<b>622.379,40</b>	<b>1.302.287,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.591.673,26</b>	<b>805.629,78</b>	<b>-831.497,16</b>	<b>1.428.009,18</b>	<b>470.790,79</b>	<b>11.958.236,97</b>	<b>11.838.500,32</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>937.411,01</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	937.411,01	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>618.191,00</b>	

FONTE:



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.612.723,00	11.771.877,37	11.879.498,77	
Receita Tributária	349.800,00	628.571,12	987.099,28	
I.P.T.U.	24.200,00	37.937,31	33.722,45	
I.S.S.	27.500,00	285.300,88	658.899,46	
I.T.B.I.	110.000,00	90.646,87	90.524,19	
I.R.R.F.	145.200,00	161.141,94	158.468,25	
Outras Receitas Tributárias	42.900,00	53.544,12	45.484,93	
Receita de Contribuição	664.400,00	676.307,60	611.409,94	
Receitas Previdenciárias	642.400,00	648.324,52	591.119,36	
Outras Contribuições	22.000,00	27.983,08	20.290,58	
Receita Patrimonial Líquida	3.300,00	0,00	120,00	
Receita Patrimonial	677.602,00	1.168.727,20	1.641.482,77	
(-) Aplicações Financeiras	674.302,00	1.168.727,20	1.641.362,77	
Transferências Correntes	10.437.023,00	10.119.217,10	10.027.728,26	
F.P.M.	5.500.000,00	4.713.012,25	4.773.764,06	
I.C.M.S.	2.893.000,00	2.922.427,52	2.814.762,30	
Convênios	2,00	110.634,92	124.466,00	
Outras Transferências Correntes	2.044.021,00	2.373.142,41	2.314.735,90	
Demais Receitas Correntes	158.200,00	347.781,55	253.141,29	
Dívida Ativa	26.400,00	34.772,67	17.309,65	
Diversas Receitas Correntes	131.800,00	313.008,88	235.831,64	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00	808.739,00	2.591.389,50	
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	1.114.000,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	216.100,00	
Transferências de Capital	18,00	808.739,00	1.261.289,50	
Convênios	18,00	808.739,00	1.261.289,50	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	808.739,00	1.261.289,50	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.612.741,00	12.580.616,37	13.140.788,27	
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Em 2015
	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.707.962,27	10.290.376,08	10.210.568,18	86.501,40
Pessoal e Encargos Sociais	5.852.163,22	5.140.328,61	5.140.328,61	0,00

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.707.962,27</b>	<b>10.625.009,93</b>	<b>10.290.376,08</b>	<b>10.580.617,29</b>	<b>10.210.568,18</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	52.500,00	51.809,34	20.383,13	51.809,34	20.383,13	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.803.299,05	4.997.545,31	5.129.664,34	4.953.152,67	5.049.856,44	44.392,64	86.501,40
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.655.462,27</b>	<b>10.573.200,59</b>	<b>10.269.992,95</b>	<b>10.528.807,95</b>	<b>10.190.185,05</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>3.863.735,89</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>2.641.255,84</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
Investimentos	1.549.051,99	1.201.786,00	3.702.292,48	623.799,24	2.479.812,43	577.986,76	1.215.786,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	392.540,00	388.416,83	161.443,41	388.416,83	161.443,41	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.549.051,99</b>	<b>1.201.786,00</b>	<b>3.702.292,48</b>	<b>623.799,24</b>	<b>2.479.812,43</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>999.900,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.204.414,26</b>	<b>11.774.986,59</b>	<b>13.972.285,43</b>	<b>11.152.607,19</b>	<b>12.669.997,48</b>	<b>622.379,40</b>	<b>1.302.287,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.591.673,26</b>	<b>805.629,78</b>	<b>-831.497,16</b>	<b>1.428.009,18</b>	<b>470.790,79</b>	<b>11.958.236,97</b>	<b>11.838.500,32</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>937.411,01</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	937.411,01	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						618.191,00	

FONTE:

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.612.723,00		11.771.877,37	11.879.498,77			
Receita Tributária	349.800,00		628.571,12	987.099,28			
I.P.T.U.	24.200,00		37.937,31	33.722,45			
I.S.S.	27.500,00		285.300,88	658.899,46			
I.T.B.I.	110.000,00		90.646,87	90.524,19			
I.R.R.F.	145.200,00		161.141,94	158.468,25			
Outras Receitas Tributárias	42.900,00		53.544,12	45.484,93			
Receita de Contribuição	664.400,00		676.307,60	611.409,94			
Receitas Previdenciárias	642.400,00		648.324,52	591.119,36			
Outras Contribuições	22.000,00		27.983,08	20.290,58			
Receita Patrimonial Líquida	3.300,00		0,00	120,00			
Receita Patrimonial	677.602,00		1.168.727,20	1.641.482,77			
(-) Aplicações Financeiras	674.302,00		1.168.727,20	1.641.362,77			
Transferências Correntes	10.437.023,00		10.119.217,10	10.027.728,26			
F.P.M.	5.500.000,00		4.713.012,25	4.773.764,06			
I.C.M.S.	2.893.000,00		2.922.427,52	2.814.762,30			
Convênios	2,00		110.634,92	124.466,00			
Outras Transferências Correntes	2.044.021,00		2.373.142,41	2.314.735,90			
Demais Receitas Correntes	158.200,00		347.781,55	253.141,29			
Dívida Ativa	26.400,00		34.772,67	17.309,65			
Diversas Receitas Correntes	131.800,00		313.008,88	235.831,64			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00		808.739,00	2.591.389,50			
Operações de Crédito (III)	2,00		0,00	1.114.000,00			
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00		0,00	0,00			
Alienação de Ativos (V)	5,00		0,00	216.100,00			
Transferências de Capital	18,00		808.739,00	1.261.289,50			
Convênios	18,00		808.739,00	1.261.289,50			
Outras Transferências de Capital	0,00		0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00	0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00		808.739,00	1.261.289,50			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.612.741,00		12.580.616,37	13.140.788,27			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.707.962,27	10.625.009,93	10.290.376,08	10.580.617,29	10.210.568,18	44.392,64	86.501,40
Pessoal e Encargos Sociais	5.852.163,22	5.575.655,28	5.140.328,61	5.575.655,28	5.140.328,61	0,00	0,00

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.707.962,27</b>	<b>10.625.009,93</b>	<b>10.290.376,08</b>	<b>10.580.617,29</b>	<b>10.210.568,18</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	52.500,00	51.809,34	20.383,13	51.809,34	20.383,13	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.803.299,05	4.997.545,31	5.129.664,34	4.953.152,67	5.049.856,44	44.392,64	86.501,40
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.655.462,27</b>	<b>10.573.200,59</b>	<b>10.269.992,95</b>	<b>10.528.807,95</b>	<b>10.190.185,05</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>3.863.735,89</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>2.641.255,84</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
Investimentos	1.549.051,99	1.201.786,00	3.702.292,48	623.799,24	2.479.812,43	577.986,76	1.215.786,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	392.540,00	388.416,83	161.443,41	388.416,83	161.443,41	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.549.051,99</b>	<b>1.201.786,00</b>	<b>3.702.292,48</b>	<b>623.799,24</b>	<b>2.479.812,43</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>999.900,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.204.414,26</b>	<b>11.774.986,59</b>	<b>13.972.285,43</b>	<b>11.152.607,19</b>	<b>12.669.997,48</b>	<b>622.379,40</b>	<b>1.302.287,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.591.673,26</b>	<b>805.629,78</b>	<b>-831.497,16</b>	<b>1.428.009,18</b>	<b>470.790,79</b>	<b>11.958.236,97</b>	<b>11.838.500,32</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>937.411,01</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	937.411,01	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>618.191,00</b>	

FONTE:

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.612.723,00		11.771.877,37	11.879.498,77
Receita Tributária	349.800,00		628.571,12	987.099,28
I.P.T.U.	24.200,00		37.937,31	33.722,45
I.S.S.	27.500,00		285.300,88	658.899,46
I.T.B.I.	110.000,00		90.646,87	90.524,19
I.R.R.F.	145.200,00		161.141,94	158.468,25
Outras Receitas Tributárias	42.900,00		53.544,12	45.484,93
Receita de Contribuição	664.400,00		676.307,60	611.409,94
Receitas Previdenciárias	642.400,00		648.324,52	591.119,36
Outras Contribuições	22.000,00		27.983,08	20.290,58
Receita Patrimonial Líquida	3.300,00		0,00	120,00
Receita Patrimonial	677.602,00		1.168.727,20	1.641.482,77
(-) Aplicações Financeiras	674.302,00		1.168.727,20	1.641.362,77
Transferências Correntes	10.437.023,00		10.119.217,10	10.027.728,26
F.P.M.	5.500.000,00		4.713.012,25	4.773.764,06
I.C.M.S.	2.893.000,00		2.922.427,52	2.814.762,30
Convênios	2,00		110.634,92	124.466,00
Outras Transferências Correntes	2.044.021,00		2.373.142,41	2.314.735,90
Demais Receitas Correntes	158.200,00		347.781,55	253.141,29
Dívida Ativa	26.400,00		34.772,67	17.309,65
Diversas Receitas Correntes	131.800,00		313.008,88	235.831,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00		808.739,00	2.591.389,50
Operações de Crédito (III)	2,00		0,00	1.114.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00		0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00		0,00	216.100,00
Transferências de Capital	18,00		808.739,00	1.261.289,50
Convênios	18,00		808.739,00	1.261.289,50
Outras Transferências de Capital	0,00		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00		808.739,00	1.261.289,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.612.741,00		12.580.616,37	13.140.788,27
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015
				Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.707.962,27	10.625.009,93	10.290.376,08	10.210.568,18
				86.501,40
Pessoal e Encargos Sociais	5.852.163,22	5.575.655,28	5.140.328,61	44.392,64
			5.140.328,61	0,00



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.707.962,27</b>	<b>10.625.009,93</b>	<b>10.290.376,08</b>	<b>10.580.617,29</b>	<b>10.210.568,18</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
Juros e Encargos da Dívida (IX)	52.500,00	51.809,34	20.383,13	51.809,34	20.383,13	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.803.299,05	4.997.545,31	5.129.664,34	4.953.152,67	5.049.856,44	44.392,64	86.501,40
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.655.462,27</b>	<b>10.573.200,59</b>	<b>10.269.992,95</b>	<b>10.528.807,95</b>	<b>10.190.185,05</b>	<b>44.392,64</b>	<b>86.501,40</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>3.863.735,89</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>2.641.255,84</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
Investimentos	1.549.051,99	1.201.786,00	3.702.292,48	623.799,24	2.479.812,43	577.986,76	1.215.786,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	392.540,00	388.416,83	161.443,41	388.416,83	161.443,41	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.549.051,99</b>	<b>1.201.786,00</b>	<b>3.702.292,48</b>	<b>623.799,24</b>	<b>2.479.812,43</b>	<b>577.986,76</b>	<b>1.215.786,55</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>999.900,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.204.414,26</b>	<b>11.774.986,59</b>	<b>13.972.285,43</b>	<b>11.152.607,19</b>	<b>12.669.997,48</b>	<b>622.379,40</b>	<b>1.302.287,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.591.673,26</b>	<b>805.629,78</b>	<b>-831.497,16</b>	<b>1.428.009,18</b>	<b>470.790,79</b>	<b>11.958.236,97</b>	<b>11.838.500,32</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>937.411,01</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	937.411,01	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>618.191,00</b>	

FONTE:

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>											
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1,840,63	1,302,287,95	1,014,485,62	1,014,485,62	6,530,00	283,112,96
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,132,220,68	842,577,72	842,577,72	6,530,00	283,112,96
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,132,220,68	842,577,72	842,577,72	6,530,00	283,112,96
SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467,550,59	231,637,99	33,000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,821,23	362,000,87	231,637,99	6,530,00	229,382,60
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,600,00	16,600,00	362,000,87	0,00	53,730,36
<b>LEGISLATIVO</b>											
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199,248,86	199,248,86	199,248,86	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,840,63	170,067,27	171,907,90	171,907,90	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1,840,63</b>	<b>1,302,287,95</b>	<b>1,014,485,62</b>	<b>1,014,485,62</b>	<b>6,530,00</b>	<b>283,112,96</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELIJARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA ORESTANI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉCCONTÁBIL CRO/SC-17891-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	312.400,00	312.400,00	579.278,04	185,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.600,00	28.600,00	42.188,35	147,51
1.1.1- IPTU	24.200,00	24.200,00	37.937,31	156,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	4.251,04	96,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600,00	28.600,00	285.300,88	997,56
1.3.1- ISS	27.500,00	27.500,00	285.300,88	1.037,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.1- IRRF	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.657.900,00	10.657.900,00	10.126.349,19	95,01
2.1- Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	6.219.319,04	91,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.264,88	86,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	328.054,16	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.575.000,00	3.575.000,00	3.653.033,12	102,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.800,00	19.800,00	15.316,90	77,36
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	55.000,00	55.000,00	57.356,53	104,28
2.5- Cota-Parte ITR	6.600,00	6.600,00	8.497,69	128,75
2.6- Cota-Parte IPVA	181.500,00	181.500,00	172.825,91	95,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	10.970.300,00	10.970.300,00	10.705.627,23	97,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	214.500,00	214.500,00	203.851,13	95,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	104.500,00	104.500,00	122.192,45	116,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	27.500,00	27.500,00	23.582,00	85,75
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	58.076,68	70,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	2,00	2,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	214.504,00	214.504,00	314.486,05	146,61
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.054.580,00	2.054.580,00	1.959.657,01	95,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	1.178.252,63	89,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	682.000,00	682.000,00	730.605,60	107,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.960,00	3.960,00	3.063,36	77,36
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	11.471,30	104,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.320,00	1.320,00	1.699,44	128,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.300,00	36.300,00	34.564,68	95,22
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	970.200,00	970.200,00	974.415,99	100,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	968.000,00	968.000,00	970.827,53	100,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	3.588,46	163,11
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.086.580,00	-1.086.580,00	-968.829,48	91,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	774.400,00	785.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	774.400,00	785.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							988.883,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							75,49
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							25,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							27.930,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²							27.930,25
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.742.575,00		2.742.575,00		2.676.406,81	97,59	
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	139.700,00	164.700,00	153.344,41	93,11	153.344,41	93,11	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.932.700,00	1.988.705,97	1.868.685,71	94,92	1.868.685,71	94,92	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	962.500,00	947.575,72	879.801,76	92,85	879.801,76	92,85	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.072.400,00	2.133.405,97	2.022.030,12	94,78	2.022.030,12	94,78	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-988.829,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							3.588,46
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-985.241,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)							3.007.271,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	104.500,00	122.192,45	122.192,45	100,00	122.192,45	100,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.003,00	808.799,63	767.260,73	94,86	630.900,99	78,00	136.359,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	324.503,00	930.992,08	889.453,18	95,54	753.093,44	80,89	136.359,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.396.903,00	3.064.398,05	2.911.483,30	95,01	2.775.123,56	90,56	136.359,74

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		27.930,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		970.827,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		990.831,03	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		990.831,03	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.588,46	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		11.515,21	0,00

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	312.400,00	312.400,00	579.278,04	185,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.600,00	28.600,00	42.188,35	147,51
1.1.1- IPTU	24.200,00	24.200,00	37.937,31	156,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	4.251,04	96,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI</b>	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS</b>	28.600,00	28.600,00	285.300,88	997,56
1.3.1- ISS	27.500,00	27.500,00	285.300,88	1.037,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF</b>	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.1- IRRF	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)</b>	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.657.900,00	10.657.900,00	10.126.349,19	95,01
2.1- Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	6.219.319,04	91,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.264,88	86,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	328.054,16	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.575.000,00	3.575.000,00	3.653.033,12	102,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.800,00	19.800,00	15.316,90	77,36
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	55.000,00	55.000,00	57.356,53	104,28
2.5- Cota-Parte ITR	6.600,00	6.600,00	8.497,69	128,75
2.6- Cota-Parte IPVA	181.500,00	181.500,00	172.825,91	95,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	10.970.300,00	10.970.300,00	10.705.627,23	97,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	214.500,00	214.500,00	203.851,13	95,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	104.500,00	104.500,00	122.192,45	116,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	27.500,00	27.500,00	23.582,00	85,75
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	58.076,68	70,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	2,00	2,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	214.504,00	214.504,00	314.486,05	146,61
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.054.580,00	2.054.580,00	1.959.657,01	95,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	1.178.252,63	89,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	682.000,00	682.000,00	730.605,60	107,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.960,00	3.960,00	3.063,36	77,36
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	11.471,30	104,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.320,00	1.320,00	1.699,44	128,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.300,00	36.300,00	34.564,68	95,22
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	970.200,00	970.200,00	974.415,99	100,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	968.000,00	968.000,00	970.827,53	100,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	3.588,46	163,11
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.086.580,00	-1.086.580,00	-968.829,48	91,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	774.400,00	765.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	774.400,00	765.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							988.883,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							75,49
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							25,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							27.930,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>							27.930,25
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.742.575,00		2.742.575,00		2.676.406,81	97,59	
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	139.700,00	164.700,00	153.344,41	93,11	153.344,41	93,11	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.932.700,00	1.968.705,97	1.868.685,71	94,92	1.868.685,71	94,92	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	962.500,00	947.575,72	879.801,76	92,85	879.801,76	92,85	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.072.400,00	2.133.405,97	2.022.030,12	94,78	2.022.030,12	94,78	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-988.629,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							3.588,46
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-985.241,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)							3.007.271,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	104.500,00	122.192,45	122.192,45	100,00	122.192,45	100,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.003,00	808.799,63	767.260,73	94,86	630.900,99	78,00	136.359,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	324.503,00	930.992,08	889.453,18	95,54	753.093,44	80,89	136.359,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.396.903,00	3.064.398,05	2.911.483,30	95,01	2.775.123,56	90,56	136.359,74

Continua 2/3



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		27.930,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		970.827,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		990.831,03	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		990.831,03	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.588,46	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		11.515,21	0,00

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	312.400,00	312.400,00	579.278,04	185,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.600,00	28.600,00	42.188,35	147,51
1.1.1- IPTU	24.200,00	24.200,00	37.937,31	156,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	4.251,04	96,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI</b>	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS</b>	28.600,00	28.600,00	285.300,88	997,56
1.3.1- ISS	27.500,00	27.500,00	285.300,88	1.037,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF</b>	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.1- IRRF	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)</b>	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.657.900,00	10.657.900,00	10.126.349,19	95,01
2.1- Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	6.219.319,04	91,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.264,88	86,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	328.054,16	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.575.000,00	3.575.000,00	3.653.033,12	102,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.800,00	19.800,00	15.316,90	77,36
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	55.000,00	55.000,00	57.356,53	104,28
2.5- Cota-Parte ITR	6.600,00	6.600,00	8.497,69	128,75
2.6- Cota-Parte IPVA	181.500,00	181.500,00	172.825,91	95,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	10.970.300,00	10.970.300,00	10.705.627,23	97,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	214.500,00	214.500,00	203.851,13	95,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	104.500,00	104.500,00	122.192,45	116,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	27.500,00	27.500,00	23.582,00	85,75
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	58.076,68	70,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	2,00	2,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	214.504,00	214.504,00	314.486,05	146,61
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.054.580,00	2.054.580,00	1.959.657,01	95,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	1.178.252,63	89,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	682.000,00	682.000,00	730.605,60	107,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.960,00	3.960,00	3.063,36	77,36
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	11.471,30	104,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.320,00	1.320,00	1.699,44	128,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.300,00	36.300,00	34.564,68	95,22
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	970.200,00	970.200,00	974.415,99	100,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	968.000,00	968.000,00	970.827,53	100,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	3.588,46	163,11
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.086.580,00	-1.086.580,00	-968.829,48	91,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	774.400,00	765.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	774.400,00	765.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							988.883,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							75,49
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							25,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							27.930,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>							27.930,25
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.742.575,00		2.742.575,00		2.676.406,81	97,59	
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	139.700,00	164.700,00	153.344,41	93,11	153.344,41	93,11	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.932.700,00	1.968.705,97	1.868.685,71	94,92	1.868.685,71	94,92	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	962.500,00	947.575,72	879.801,76	92,85	879.801,76	92,85	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.072.400,00	2.133.405,97	2.022.030,12	94,78	2.022.030,12	94,78	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-988.629,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							3.588,46
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-985.241,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)							3.007.271,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	104.500,00	122.192,45	122.192,45	100,00	122.192,45	100,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.003,00	808.799,63	767.260,73	94,86	630.900,99	78,00	136.359,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	324.503,00	930.992,08	889.453,18	95,54	753.093,44	80,89	136.359,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.396.903,00	3.064.398,05	2.911.483,30	95,01	2.775.123,56	90,56	136.359,74

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		27.930,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		970.827,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		990.831,03	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		990.831,03	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.588,46	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		11.515,21	0,00

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	312.400,00	312.400,00	579.278,04	185,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.600,00	28.600,00	42.188,35	147,51
1.1.1- IPTU	24.200,00	24.200,00	37.937,31	156,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	4.251,04	96,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI</b>	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	90.646,87	82,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS</b>	28.600,00	28.600,00	285.300,88	997,56
1.3.1- ISS	27.500,00	27.500,00	285.300,88	1.037,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF</b>	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.1- IRRF	145.200,00	145.200,00	161.141,94	110,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
<b>1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)</b>	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.657.900,00	10.657.900,00	10.126.349,19	95,01
2.1- Cota-Parte FPM	6.820.000,00	6.820.000,00	6.219.319,04	91,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.820.000,00	6.820.000,00	5.891.264,88	86,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	328.054,16	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.575.000,00	3.575.000,00	3.653.033,12	102,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.800,00	19.800,00	15.316,90	77,36
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	55.000,00	55.000,00	57.356,53	104,28
2.5- Cota-Parte ITR	6.600,00	6.600,00	8.497,69	128,75
2.6- Cota-Parte IPVA	181.500,00	181.500,00	172.825,91	95,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	10.970.300,00	10.970.300,00	10.705.627,23	97,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	214.500,00	214.500,00	203.851,13	95,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	104.500,00	104.500,00	122.192,45	116,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	27.500,00	27.500,00	23.582,00	85,75
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	58.076,68	70,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	110.634,92	5.531.746,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	2,00	2,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	214.504,00	214.504,00	314.486,05	146,61
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.054.580,00	2.054.580,00	1.959.657,01	95,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	1.178.252,63	89,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	682.000,00	682.000,00	730.605,60	107,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.960,00	3.960,00	3.063,36	77,36
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	11.471,30	104,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.320,00	1.320,00	1.699,44	128,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.300,00	36.300,00	34.564,68	95,22
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	970.200,00	970.200,00	974.415,99	100,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	968.000,00	968.000,00	970.827,53	100,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	3.588,46	163,11
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.086.580,00	-1.086.580,00	-968.829,48	91,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	774.400,00	765.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	774.400,00	765.821,89	735.592,52	96,05	735.592,52	96,05	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	195.800,00	255.308,36	253.291,43	99,21	253.291,43	99,21	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							988.883,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							75,49
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							25,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							27.930,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							27.930,25
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.742.575,00		2.742.575,00		2.676.406,81		97,59
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	139.700,00	164.700,00	153.344,41	93,11	153.344,41	93,11	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.932.700,00	1.968.705,97	1.868.685,71	94,92	1.868.685,71	94,92	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	970.200,00	1.021.130,25	988.883,95	96,84	988.883,95	96,84	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	962.500,00	947.575,72	879.801,76	92,85	879.801,76	92,85	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.072.400,00	2.133.405,97	2.022.030,12	94,78	2.022.030,12	94,78	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-988.829,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							3.588,46
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-985.241,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							3.007.271,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	104.500,00	122.192,45	122.192,45	100,00	122.192,45	100,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.003,00	808.799,63	767.260,73	94,86	630.900,99	78,00	136.359,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	324.503,00	930.992,08	889.453,18	95,54	753.093,44	80,89	136.359,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.396.903,00	3.064.398,05	2.911.483,30	95,01	2.775.123,56	90,56	136.359,74

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		27.930,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		970.827,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		990.831,03	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		990.831,03	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.588,46	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		11.515,21	0,00

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	0,00	2,00
---------------------------------------	------	------	------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.941.591,99	1.590.202,83	1.012.216,07	577.986,76	351.389,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.941.591,99</b>	<b>1.590.202,83</b>	<b>1.012.216,07</b>	<b>577.986,76</b>	<b>351.389,16</b>

<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.941.589,99</b>	<b>-1.590.202,83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-351.387,16</b>
--	----------------------	----------------------	----------	----------	--------------------

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 11/01/2016

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAFPRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



# Orleans

## PREFEITURA

### **TERMO ADITIVO 46/2015-1**

#### TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 46/2015-1

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: SANDRA CESCONETTO MARTINS

Prorrogação do prazo de vigência até 30/12/2016.

Orleans, 22 de dezembro de 2015.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

SANDRA CESCONETTO MARTINS – P. CONTRATADA

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **PREGÃO 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 002/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando aquisição de pneus para todas as Secretarias. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 26/01/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 06/01/2016

Luiz Carlos Xavier– Prefeito Municipal.

### **PREGÃO 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 003/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando aquisição de produtos de higiene e limpeza e utensílios domésticos, para todas as Secretarias. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 27/01/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 13/01/2016

Luiz Carlos Xavier– Prefeito Municipal.

# Ouro

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2016 E Nº 002/2016**

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0001/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 27/01/2016, às 09hs, o Processo Licitatório nº. 0004/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0001/2016, menor preço por item representado pelo maior desconto ofertado por item, sob regime de entrega parcelada.. Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de medicamentos genéricos, éticos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma, para distribuição gratuita à população do Município de Ouro. Serão fornecidos medicamentos, exceto os listados no anexo IX, adquiridos através de licitação pelo CPIMMOC. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br), [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 04/01/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0002/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 27/01/2016, às 14hs, o Processo Licitatório n. 0005/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0002/2016, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de produtos destinados à alimentação escolar das escolas de ensino fundamental e pré-escola da rede municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br), [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) . Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 12/01/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### **ERRATA EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 019/2015**

ERRATA

A Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, RETIFICA o extrato de Aditivo de Prazo nº 019/2015, publicado no dia 30/12/2015, publicado na página 391, do Diário Oficial dos Municípios, ONDE SE LÊ "ADITIVO Nº 04/2015 AO CONTRATO Nº 009/2015" LEIA-SE, respectivamente, "ADITIVO Nº 04/2015 AO CONTRATO Nº 010/2015".

Ouro, em 13 de janeiro de 2016.

Evandro Marcelo Neis

Presidente

# Palhoça

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 1.962, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.962, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONTENÇÃO DE DESPESAS. Altera o inciso II do art. 2º do Decreto nº 1.915, de 30 de setembro de 2015 e revoga o Decreto nº 1.947, de 30 de novembro de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Decreto nº 1.915, de 30 de setembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 1.947, de 30 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – a progressão funcional (horizontal e vertical) somente poderá ser paga a partir de 01/02/2016, resguardado o direito desde a data do protocolo administrativo;” (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1.947, de 30 de novembro de 2015.

Palhoça, 17 de dezembro de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **RESUMO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº182/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
HABILITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº182/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para a CHAMADA PÚBLICA Nº182/2015, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

#### EMPRESAS HABILITADAS:

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL  
COOPERATIVA REGIONAL DE COM. DO EXTREMO OESTE  
RECANTO DA NATUREZA PRODUTOS ORGÂNICOS LTDA

Palhoça, 13 de Janeiro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

# Palmitos

## PREFEITURA

### COMUNICADO 1/2016

#### COMUNICADO

O ORTPAL, (Órgão Executivo de Trânsito e Transportes de Palmitos), através do seu Diretor de Trânsito, amparado na Lei 3.416/2010, Art. 7º, inciso II, comunica a toda população de Palmitos em geral e aos usuários das vias do município em especial a Avenida Brasil. Que esta com o seu passeio público (calçada em frente ao Palco) interditado desde o dia 11 janeiro de 2016, por tempo indeterminado. Por ocasião das obras de revitalização da Praça Carlos Culmey.

Pedimos aos usuários que procurem rotas alternativas durante o período da interdição da via e muita atenção no local, respeitando sempre as regras de circulação de veículos e pedestres contidas no CTB (Código Nacional de Transito Brasileiro).

Palmitos 13 de janeiro de 2016.

**RICARDO RODRIGUES**

Chefe de Gabinete Respondendo/ Pelo órgão de Transito

# Papanduva

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura na edificação de cabeceiras e abas de concreto da ponte na localidade de Lageado dos Grein. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 27 de janeiro de 2016; Início da Sessão Pública: As 08:45hs do dia 27/01/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 13 de janeiro de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 003/2016

DECRETO Nº. 003, DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

"EXONERA, ROSA MARIA SALDANHA MATTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Rosa Maria Saldanha Mattos, do Cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Fellippe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 004/2016

DECRETO Nº. 004, DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

"EXONERA, ALESSANDRA ROSA DA SILVA BUENO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Alessandra Rosa da Silva Bueno, do Cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Fellippe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 005/2016

DECRETO Nº. 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

"EXONERA, FATIMA MARIA TOSS DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Fatima Maria Toss de Oliveira, do Cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Fellippe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 006/2016

DECRETO Nº. 006, DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

"EXONERA, ROSILEI DE SOUZA MOREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Rosilei de Souza Moreira, do Cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Fellippe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DEC 007/2016**

DECRETO Nº. 007, DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

"EXONERA, EROTILO DE FREITAS BECKER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Erotilde de Freitas Becker, do Cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DEC 008/2016**

DECRETO Nº. 008 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

"NOMEIA, JOANA HESPANHOL DE SOUZA JOAQUIM, PARA OCUPAR O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada, Joana Hespanhol de Souza Joaquim para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com remuneração específica em Lei, ligado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- A nomeação de que trata o Art. 1º, será do período de janeiro de 2016 `a janeiro de 2020.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**DEC 009/2016**

DECRETO Nº. 009 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

"NOMEIA, TÂNIA PEREIRA CRAVO, PARA OCUPAR O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada, Tânia Pereira Cravo, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com remuneração específica em Lei, ligado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- A nomeação de que trata o Art. 1º, será do período de janeiro de 2016 `a janeiro de 2020.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**DEC 010/2016**

DECRETO Nº. 010 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

"NOMEIA, TEREZINHA DORNELLES MEDEIROS, PARA OCUPAR O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeada, Terezinha Dornelles Medeiros, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com remuneração específica em Lei, ligado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- A nomeação de que trata o Art. 1º, será do período de janeiro de 2016 `a janeiro de 2020.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.



**DEC 011/2016**

DECRETO Nº. 011 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

"NOMEIA, TALIA WOICHIMEVSKI MARCOS DIAS, PARA OCUPAR O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica nomeada, Talia Woichimevski Marcos Dias, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com remuneração específica em Lei, ligado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- A nomeação de que trata o Art. 1º, será do período de janeiro de 2016 à janeiro de 2020.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**DEC 012/2016**

DECRETO Nº. 012 DE 10 DE JANEIRO DE 2016.

"NOMEIA, SERGIO BATISTA DA SILVA, PARA OCUPAR O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica nomeado, Sergio Batista da Silva, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com remuneração específica em Lei, ligado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º- A nomeação de que trata o Art. 1º, será do período de janeiro de 2016 à janeiro de 2020.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**DEC 013/2016**

DECRETO Nº.013 DE 13 DE JANEIRO DE 2016

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CONSELHO DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina. No uso de competência privativa que lhe confere os incisos V e VII, do Art 53, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com a Lei 893/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

I. Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Thaysa Maria Benedett Nery – Vice-presidente

Suplente: Jerena Maria Ryll

II.. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marilian da Silva Casagrande

Suplente: Fernanda de Souza Lummertz

III. Representantes da Direção de Escolas:

Titular: Liliani Bauer de Barros

Suplente: Amaurete Joaquim Kegellim

IV. Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Alessandra Rosa da Silva

Suplente: Erotilde de Freitas Becker

V. Representantes do Poder Executivo:

Titular: Lucilene Cardoso Porto

Suplente: Pricila Magnus Santos - Secretária

VI . Representantes dos Pais:

Titular: Augustinho dos Santos Porto

João Ramos Borges

Suplente: Alessandra B. Lupim

Eliane dos Santos Ribeiro

VII- Representantes dos Professores:

Titular: Ana Paula Rosa Walker

Suplente: Cristiano Carvalho Nunes

VIII- Representantes dos alunos do Ens. Médio:

Titular: Luis Fernando da Silveira Romeu

Suplente: Ivana Montenegro de Souza

IX- Representantes do Apoio Técnico:

Titular: Joseane Teixeira Maciel - Presidente

Suplente: Zenira da Silveira Soares Coelho

X – Representantes dos alunos do Ens. Fundamental:

Titular: Tatiane Cristina Marcelino M. Claudino

Suplente: Renata Spindler Ribeiro

Art.2º- O mandato será de 02(dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por uma única vez.

Art. 3º- A participação dos Conselheiros se dará a título gratuito sendo considerado serviços relevantes.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 83 de 24 de outubro de 2015.

Passo de Torres, 13 de janeiro de 2016

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário de Administração e Finanças

**DEC 014/2016**

DECRETO Nº. 014, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

“CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Municipal, 513/2005;

## DECRETA:

Art. 1º- Fica designado os membros da Comissão de processo seletivo 001/2016, para a Contratação de servidores em caráter temporário para as Secretarias Municipais de Passo de Torres.

Presidente: Alexandre Angelo Felipe;  
Membro: Marinelma Gonçalves Scheffer;  
Membro: Marilda Rodrigues da Silva Ferreira.

Art. 2º- A designação de que trata este Decreto não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de janeiro de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 001/2016**

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, GILBERTO SCHEFFER VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Gilberto Scheffer Vieira, referente ao período aquisitivo de 01/05/2006 à 01/07/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 04/01/2016 e com término em 02/04/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de janeiro de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 002/2016**

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“EXONERA, POR APOSENTADORIA, GENUÍNO CARDOSO DA SILVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Genuíno Cardoso da Silva, do Cargo de Eletricista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de janeiro de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 003/2016**

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“EXONERA, POR APOSENTADORIA, VERA REGINA BUENO LOPES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Vera Regina Bueno Lopes, do Cargo de Professor.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de janeiro de 2016.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 004/2016**

PORTARIA Nº. 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA "C" PARA "D" A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, MARIA LUCI SILVEIRA DOS SANTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra "C" para "D", à servidora pública Municipal do quadro efetivo, Maria Luci Silveira dos Santos, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupo III da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 04 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 005/2016**

PORTARIA Nº. 005, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA INTERESSE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES APOLINÁRIO PEREIRA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Interesse a Servidora Pública Municipal, Maria de Lourdes Apolinário Pereira, de acordo com o que dispõe o Artigo 111, combinado com o paragrafo 1º. do artigo 107 da Lei Municipal Nº 118 de 13 de outubro de 1994, Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - A Licença Interesse, a que se refere o o caput do Artigo 1º se dará pelo período de 1 (um) ano, e sem remuneração, começando em 07 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 07 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 07 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 006/2016**

PORTARIA Nº. 006, DE 09 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO ELETIVO À SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL TALIA WOICHIMEVSKI MARCOS DIAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para desempenho de Mandato Eletivo à Servidora Pública Municipal, Talia Woichimevski Marcos Dias.

Art. 2º - A Licença, a que se refere o o caput do Artigo 1º se dará pelo período de 4 (quatro) anos, iniciando em 09 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 09 de janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 09 de janeiro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 04/2016**

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 04, de 13 de janeiro de 2016.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS DA CÂMARA DE VEREADORES”

O cidadão Ademilson Batista da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Designar a cidadã Graziela da Silva Monteiro, ocupante de cargo comissionado a responder pelo setor de compras e serviços em geral da Câmara de Vereadores de Passo de Torres.

Ademilson Batista da Silva  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jonas Gomes de Souza  
1º Secretário

**ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES 2016**

Exercício de 2016

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**  
 Relação da Despesa Orçada

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Orçado
<b>Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES</b>					
Órgão: 01	CAMARA DE VEREADORES				
Unidade: 01	CAMARA DE VEREADORES				
Proj./Ativ. 1.002	EQUIPAMENTO FUNCIONAIS PARA O LEGISLATIVO				
1	4.4.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicacoes Diretas	Não	Não	50.000,00
Total do Projeto/Atividade:					50.000,00
Proj./Ativ. 2.001	MANUTENÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO				
2	3.1.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicacoes Diretas	Não	Sim	750.000,00
3	3.3.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicacoes Diretas	Não	Não	300.000,00
4	4.4.90.00.00.00.00.00 0080	Aplicacoes Diretas	Não	Não	150.000,00
Total do Projeto/Atividade:					1.200.000,00
Total da Unidade:					1.250.000,00
Total do Órgão:					1.250.000,00
Total da Entidade:					1.250.000,00
Total Geral:					1.250.000,00

PASSO DE TORRES, 13/01/2016

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA  
 Técnico Contábil CRC/SC019157

ADEMILSON BATISTA DA SILVA  
 Presidente da Camara

# Passos Maia

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO N. 0001/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0052/2015

TERMO ADITIVO N. 0001/2016 AO CONTRATO N. 0052/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0027/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, sediado na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34 e RG n. 1.510.345, de ora em diante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado empresa, POSTO COPLAVAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.107.328/0002-92, sediada na Avenida Padre João Bottero, n. 433, centro, Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Anderson Jose Ely, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 048.063.559-50 doravante denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo de Licitação n. 0027/2015, na modalidade de Pregão Presencial n. 0018/2015, – Aquisição de Combustível, nos termos das Cláusulas abaixo:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e na Ata de Registro de Preços n. 0052/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

A empresa contratada, na data de 06 janeiro de 2016, protocolou requerimento, pelo qual postulou o reajuste dos produtos que fornece ao contratante.

Para tanto, aduziu que houve uma significativa alta no custo dos produtos licitados – gasolina CL3 e diesel S500, conforme se observa pelas notas fiscais acostadas ao requerimento.

Sobre a possibilidade de reajuste contratual, tem-se que tanto o Edital de Licitação quanto a Ata de Registro de Preços firmada com o fornecedor, ora requerente, trazem a previsão de reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro originariamente pactuado, nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, conclui-se que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual deve ocorrer, eis que devidamente documentado e fundamentado, tendo-se por base as notas fiscais anexas ao requerimento formulado pelo fornecedor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Os preços fixados na Ata de Registro de Preços n. 0052/2015, ficam reajustados da seguinte forma:

Item 02 – Óleo Diesel b5 500 – o valor previsto para este item era de R\$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos), fica reajustado em 1,057%, passando para R\$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos);

Item 03 – Gasolina Comum – valor previsto para este item era de 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos), fica reajustado em 0,229%, passando para R\$ 3,76 (três reais e setenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e seus aditivos, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC 13 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

IVANDRE BOCALON

Contratante

POSTO COPLAVAL

ANDERSON JOSE ELY

Contratada

#### TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

CPF: 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER

CPF: 009.844.399-27



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 020/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na legislação vigente, Resolve,

#### CONSTITUIR

A Comissão Especial de seleção integrada pelos seguintes servidores de carreira deste município, Jeane Aparecida Santos Martins, matrícula nº 10898, Neila Aline Felipe, matrícula Nº 10419, Patrícia Paes da Silveira, matrícula nº 10733, Fernanda Rodrigues Leite, matrícula nº 1010 e Joyce Fernanda Nunis, matrícula nº 10250 Ficando sobre a responsabilidade da primeira, executar e julgar, com os demais, o Processo Seletivo Simplificando, a Comissão ora constituída deverá realizar o Processo, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de janeiro de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 021/2016

PORTARIA Nº 021/2016  
Constitui Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere a Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, Carlos Alberto Rodrigues, Sidinei Meneghel, Marcos Antônio Fragozo, Carlos Correia, e Carlos Roberto Bernardo, para constituírem a Comissão de Avaliação do Ben Móvel relacionado abaixo:

I - CAMINHÃO CAÇAMBA Usado Marca/Modelo M.Benz/LK 1618- Ano/Modelo 1994-Placa MMA0914- RENAVAL 542720337 CHASSI 9BM386043RB009985 - Placa Patrimonial nº MMA-0914

II- CAMINHÃO BASCULANTE Usado Marca/Modelo Volkswagen/ 24.250E WORKER 6X2- Ano 2005 , Modelo 2006 -Placa MCP2712- RENAVAL 882033506 CHASSI 9BW2N82T16R606501 Placa Patrimonial nº MCP-2712.

III - MICROONIBUS Usado Marca Mercedes Benz, Sprinter- Ano/ Modelo 2010 Placa MHU0136- RENAVAL 217295657 CHASSI 8AC904663AE033665 - Placa Patrimonial nº MHU-0136.

IV - MOTO Usado Marca Honda CG 125 Titan KS- Ano/Modelo 2001 Placa MBN0041- RENAVAL 752494899 CHASSI 9C2J-C30101R077428- Placa Patrimonial nº MBN-0041.

V - RETROESCAVADEIRA Usado Marca/Modelo CASE/CUMNINS 580L- Ano 2002- Placa Patrimonial nº. 4814.

VI - TRATOR AGRICOLA Usado Marca Agrale , série 5075.4, CHASSI 7002878cor vermelho ,com teto solar Placa Patrimonial nº 3783. Devendo a referida Comissão emitir os competentes pareceres para todos os fins.

Município de Paulo Lopes-SC, 11 de janeiro de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO Nº 238/2015- PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 238/2015-PMP

AO CONTRATO Nº 154/2015- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 86/2014 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº 49/2014 - PMP

OBJETO: Prestação de serviço de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de construção civil, para reparos e manutenção preventiva e corretiva das unidades de ensino e secretaria de educação do município de penha/SC

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 238/2015-PMP, ao Contrato Administrativo nº 154/2015-PMP, para Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a firma CONSTRUTORA NIEBUHR LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Josiane Girardi, nº 60, Bairro Centro, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.659.893/0001-47, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Luiz Niebuhr, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula oitava do contrato administrativo nº 154/2015-PMP, fica prorrogado até 13.03.2016, a contar do dia 30/12/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 30 de Dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### ADITIVO Nº 06/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 06/2016 FMS

AO CONTRATO Nº 30/2015 FMS

Objeto: FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS.

Licitação: Processo Licitatório nº 13/15 – FMS, modalidade Convite nº 01/15 – FMS

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 06/2016 FMS, ao Contrato Administrativo 30/2015 FMS, para fornecimento de fraldas geriátricas, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DOLUAR FARMÁCIA E DROGARIA LTDA –ME, com sede na cidade de Penha/SC, no bairro Armação, com CEP:88385000, na Avenida Eugênio Krause, nº 4114, inscrita no CNPJ sob o nº 12.441.687/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Wagner, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o fornecimento de Fraldas Geriátricas, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### Clausula Primeira

O valor previsto na cláusula primeira do contrato administrativo nº 30/2015 –FMS, fica aditado o valor de R\$: 15.054,00 (quinze mil e cinquenta e quatro reais) que corresponde um acréscimo de 20%, conforme especificado na planilha abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho P, de boa qualidade, pacote contendo 12 unidades.	PCTE	100	12,49	1.249,00
02	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho M, de boa qualidade, pacote contendo 10 unidades.	PCTE	500	12,49	6.245,00



03	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho G, de boa qualidade, pacote contendo 08 unidades.	PCTE	400	12,45	4.980,00
04	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho XG, de boa qualidade, pacote contendo 07 unidades.	PCTE	200	12,90	2.580,00
Total					15.054,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 20.01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.304.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – Pab Fixo – Ações Básicas de saúde

Elementos: 3.3.90.00.00.00.00.0613– aplicações diretas

Código reduzido: 000016

**Clausula Segunda**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**ADITIVO N° 07/2016 FMS**

2° TERMO ADITIVO N° 07/2016 FMS

AO CONTRATO N° 19/2015 FMS

Objeto: fornecer exames laboratoriais para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.

Licitação: Processo Licitatório n°. 02/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial n°. 02/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 2° Termo Aditivo n° 07/2016 FMS, ao Contrato Administrativo 19/2015 FMS, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, n° 190, inscrita no CNPJ sob n° 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAITA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, na Avenida Eugenio Krause, n° 1310, no bairro Centro, Cep 88385-000, telefone 3345-9036, inscrita no CNPJ sob o n° 02.073.169/0001-05, neste ato representada Luis Carlos Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**Clausula Primeira**

O valor previsto na cláusula primeira do contrato administrativo n° 19/2015 –FMS, fica aditado o valor de R\$: 40.000,00 (quarenta mil reais) que corresponde um acréscimo de 20%, conforme especificado na planilha abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	Prestação de Serviço de Exames Laboratoriais referente à competência do ano de 2015	SERV	1	40.000,00	40.000,00
	TOTAL			R\$	40.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:



Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 20.01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica  
Projeto/Atividade: 2.059– MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade  
Elementos: 3.3.90.00.00.00.00.0065– aplicações diretas  
Código reduzido: 000036

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2016- FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 – FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ÁREA MECÂNICA EM GERAL DE AMBULÂNCIA E TRANSITO, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS

ASSINATURA DA ATA: 13/01/2016.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: MDM COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

VALOR DE R\$: 296.950,00 (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **AVISO DL02/2016- FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2016 – FMS

Contrato: 05/2016 - FMS

Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN

Objeto: GASTOS COM EXAME DE RETOSSIGMOIDECTOMIA+ ENTEROANASTOMOSE para o paciente Silvio Domingos da Silva, de acordo com os autos do mandado de citação – antecipação de tutela nº 0301334-81.2015.8.24.0048 de acordo com os documentos em anexo

Valor: R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)

Vigência: 28/02/2016

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 13 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes- Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 01/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 01/2016 – RH/FMS

Contratado (A): ANA CAROLINA DE SOUZA KUHN, na função de Médico Plantonista, início em 13/01/2016 e término em 12/01/2017, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 02/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 02/2016 – RH/FMS

Contratado (A): WAGNER JOSÉ SAVARIS, na função de Médico Plantonista, início em 13/01/2016 e término em 12/01/2017, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2485/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2485/2016

EXONERA: o Sr. DIEGO ANDRE LENADRO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1528/2013.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 06/2016**

PORTARIA Nº 06/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: a Comissão do Processo Seletivo Edital nº 01/2016, destinado ao preenchimento de vagas de Professores, estagiárias e servente/merendeira da Rede Municipal de Ensino, composta pelos membros abaixo nomeados, encarregados em examinar todas as etapas do processo:

Misael Cordeiro - Presidente

Nelson Fortunato Inácio

Maria Aparecida da Costa de Souza

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 11 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 07/2016**

PORTARIA Nº 07/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº01/2016, composta dos funcionários abaixo:

- Nelson Fortunato Inácio - Presidente
- Marcos Henrique Wagner
- Maria Aparecida da Costa Souza

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 11 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos onze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 03/2016.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 03/2016.

Contrato de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AGRINALDO CARDOSO RIBEIRO, autorizado através do Processo n.º 287/2015, Licitação 056/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: AGRINALDO CARDOSO RIBEIRO

CNPJ-MF n.º. 21.058.453/0001-49

Endereço: Rua Benjamin Constant, 102, Tangará – SC – Cep: 89642-000

Representada por: AGRINALDO CARDOSO RIBEIRO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 056/2015, datado de 14 de dezembro de 2015, e homologado em data de 12 de janeiro de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado abaixo especificados e quantificados, a serem instalados na Unidade de Saúde do Município (Prefeitura Municipal) – Posto de Saúde:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DOS APARELHOS COTADOS	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
07	Aparelhos de Ar Condicionado, modelo Split, Quente e Frio, capacidade de 9.000 BTUs/h, marca KOMECO, modelo Mini Split Ambiente, 2.63W Tensão/Fase/Frequência 220V/1F/60 Hz, Corrente 3,94 A, Potência 867W, Nível de ruído int./ext 39/52 dB(a).	1.335,71	9.349,97
03	Aparelhos de Ar Condicionado, modelo Split, Quente e Frio, capacidade de 9.000 BTUs/h, marca KOMECO, modelo Mini Split Ambiente, 2.63W Tensão/Fase/Frequência 220V/1F/60 Hz, Corrente 3,94 A, Potência 867W, Nível de ruído int./ext 39/52 dB(a).	1.300,00	3.900,00
TOTAL GERAL			R\$ 13.249,97

1.2 As unidades externas (condensadoras) serão colocadas na mesma parede onde ficará a parte interna (evaporadora), sendo que a tubulação frigorífica será a necessária para interligar as unidades que ficarão separadas apenas pela parede.

1.3 A licitante adjudicatária deverá instalar os aparelhos às suas expensas (material e mão-de-obra).

1.4 O prazo para instalação dos aparelhos será de até 20 dias a contar da data da assinatura do contrato.

1.5 A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte técnico para atendimento, sempre que necessário.

1.6 Os defeitos deverão ser solucionados em até 48 (quarenta e oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte do Município

1.3 Os custos (material e mão-de-obra) referentes o meio de transporte acima citado serão de responsabilidade da empresa vencedora.

**1. DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O Município pagará a contratada, pela compra, o valor integral de R\$13.249,97 (treze mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.



Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

2.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço integral, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

a) Início: 13/01/2016

b) Término: 13/01/2017 – garantia de um ano.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
3. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para instalação dos equipamentos.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O recebimento definitivo do objeto será feito somente após atestado de regularidade expedido por Engenheiro da AMARP.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 056/2015 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

8.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 13 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CONTRATANTE

AGRINALDO CARDOSO RIBEIRO  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 04/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 04/2016.

Contrato de DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, NO WEB JORNAL BOM DIA SC – Ano 2016, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA ME  
CNPJ n.º 11.696.064/0001-95  
Endereço: Rua Almirante Barroso, 708 Térreo – Bairro Tobias.  
89600-000 Joaçaba / SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato, a DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, NO WEB JORNAL BOM DIA SC – Ano 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil e seiscentos reais), sendo pagos em parcela única.

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA



Para fins de execução, o contrato vigorará de 13 (treze) de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.



4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

5.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 13 de Janeiro de 2016.

CONTRATANTE

PREFEITURA DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA

MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA ME

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_

Nome: ..... CPF: .....

2- \_\_\_\_\_

Nome: .....CPF .....

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2014, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
765.169.629-87	IVONETE ZANFERRARI	Servente

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 13 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 020, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 020, DE 11 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA TANIA ZANELLA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora TANIA ZANELLA, ocupante do emprego público de Psicóloga - CRAS, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 021, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 021, DE 11 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA TANIA ZANELLA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora TANIA ZANELLA, ocupante do emprego público de Psicóloga, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 022, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 022, DE 11 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA ANGELA DOMINGOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora ANGELA DOMINGOS, ocupante do emprego público de Fisioterapeuta, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 09/01/2015 a 08/01/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 024, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 024, DE 12 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE ALDAIR DOS SANTOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOSE ALDAIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Retroescavadeira, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 21/03/2014 a 20/03/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 08 de janeiro de 2016 a 06 de fevereiro 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 08 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 12 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO ADITIVO Nº 03/2016**

TERCEIRO TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 03/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES N.º: 07/2013

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS nº 07/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, autorizado através do Processo n.º 338/2012, Licitação n. 057/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: TRANSPORTES B.P. TUR LTDA

CNPJ-MF nº. 04.412.628/0001-55

Endereço: Av. Mal. Castelo Branco ,868 – Pinheiro Preto/SC

Representada por: Alberto Antonio Brocardo

**CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL.**

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo de Licitação 0338/2012, Pregão Presencial nº 057/2012, homologado 02/01/2013; Processo Administrativo nº 02/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO**

Prorrogar o prazo de vigência do contrato de fornecimento nº 07/2013, para até 16/12/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO**

3.1 O Município, na data de 02/01/2013, firmou contrato com a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, contrato nº 07/2013, cujo objeto visava a prestação de serviços de Transportes de alunos universitários de Pinheiro Preto à Joaçaba no período noturno, licitação nº 57/2012, modalidade Pregão Presencial.

3.2 Tendo em vista condição vantajosa para a administração, na forma apurada no processo Administrativo de Expediente nº 02/2016, fica prorrogado o contrato nº 07/2013, firmado com a

empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, por mais um período compreendido entre 01/02/2016 à 16/12/2016.

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO**

Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 2,35 (dois reais com trinta e cinco centavos) por km/rodado, valor este obtido mediante atualização monetária de 5% no preço anteriormente praticado (R\$ 2,24) na forma apurada através do processo de expediente nº 03/2016.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO**

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 2,35 (dois reais com trinta e cinco centavos) por km/rodado, devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3390-0000

**CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para o seguinte período:

a) Início: 01/02/2016;

b) Término: 16/12/2016.

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**CLAUSULA SÉTIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 As demais cláusulas do contrato nº 007/2013 permanecem inalteradas.

7.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TRANSPORTES B.P. TUR LTDA

ALBERTO ANTONIO BROCARDO

**TESTEMUNHAS:**

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**TERCEIRO TERMO ADITIVO ADITIVO Nº 04/2016**

TERCEIRO TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 04/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES N.º: 10/2013

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS nº 10/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, autorizado através do Processo n.º 341/2012, Licitação n. 060/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: TRANSPORTES B.P. TUR LTDA

CNPJ-MF nº. 04.412.628/0001-55

Endereço: Av. Mal. Castelo Branco ,868 – Pinheiro Preto/SC

Representada por: Alberto Antônio Brocardo

**CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL.**

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo de Licitação 0341/2012, Pregão Presencial nº 060/2012, homologado 02/01/2013; Processo Administrativo nº 03/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO**

Prorrogar o prazo de vigência do contrato de fornecimento nº 10/2013, para até 16/12/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO**

3.1 O Município, na data de 02/01/2013, firmou contrato com a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, contrato nº 10/2013, cujo objeto visava a prestação de serviços de Transportes de alunos universitários de Pinheiro Preto à Joaçaba no período matutino, licitação nº 60/2012, modalidade Pregão Presencial.

3.2 Tendo em vista condição vantajosa para a administração, na forma apurada no processo Administrativo de Expediente nº 03/2016, fica prorrogado o contrato nº 10/2013, firmado com a empresa TRANSPORTES B.P. TUR LTDA, por mais um período compreendido entre 01/02/2016 à 16/12/2016.

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO**

Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 325,23 (trezentos e vinte e cinco reais com vinte e três centavos) por aluno, valor este obtido mediante atualização monetária de 5% no preço anteriormente praticado (R\$ 309,75) na forma apurada através do processo de expediente nº 03/2016.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO**

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 325,23 (trezentos e vinte e cinco reais com vinte e três centavos) por aluno, devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 3390-0000

**CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para o seguinte período:

a) Início: 01/02/2016;

b) Término: 16/12/2016.

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**CLAUSULA SÉTIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 As demais cláusulas do contrato nº 010/2013 permanecem inalteradas.

7.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TRANSPORTES B.P. TUR LTDA

ALBERTO ANTONIO BROCARDI

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**TERMO ADITIVO 007/2016**

TERMO ADITIVO 007/2016

CONTRATO ADITADO N.º 55/2015

Primeiro Termo aditivo de Contrato de "FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO" entre o Município de Pinheiro Preto e a empresa RADIO VIDEIRA LTDA autorizado através do Processo nº. 025/2015, Licitação nº 011/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: RADIO VIDEIRA LTDA

CNPJ-MF nº. 86.550.662/0001-50

Endereço: Rua Veneriano dos Passos, 385 – Videira/ SC

Representada por: NELIEGE PAGNUSSAT DE SOUZA

BASE LEGAL: O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO autorizado através do Processo n. 025/2015, Licitação n. 011/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Fica o contrato aditado prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

2.2 Em razão da prorrogação, o término do contrato passa a ser 29/02/2016.

2.3 O valor a ser aditado é de R\$ 4.140,00. (quatro mil, cento e quarenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 055/2015 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de janeiro de 2016

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
RADIO VIDEIRA LTDA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

# Pomerode

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 138 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 138 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$2.660,00 (dois mil e seiscentos e sessenta reais) – Itens 27 e 104.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 139 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 139 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$23.008,10 (vinte e três mil, oito reais e dez centavos) – Itens 02, 04, 05, 10, 12, 15, 95, 96, 97, 117 e 119.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 140 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 140 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MAUCOR – DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$29.606,40 (vinte e nove mil, seiscentos e seis reais e quarenta centavos) – Itens 03, 07, 08, 09, 17, 81, 135 e 136.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 141 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 141 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$37.295,00 (trinta e sete mil e duzentos e noventa e cinco reais) – Itens 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 34, 35 e 38.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 142 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 142 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$24.316,00 (vinte e quatro mil e trezentos e dezesseis reais) – Itens 01, 06, 11, 13, 14, 22, 39, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 58, 63, 67, 70, 71, 73, 75, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91 e 92.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 143 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 143 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$14.082,80 (catorze mil, oitenta e dois reais e oitenta centavos) – Itens 20, 40, 43, 44, 45, 49, 50, 56, 57, 59, 60, 62, 64, 69, 72, 78, 93, 94, 100, 101, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 122, 124, 127, 128, 130, 132, 138 e 139.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 144 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 144 / 2015

Processo Administrativo n.º 100 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA - EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS E FILTROS DIVERSOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$5.785,15 (cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos) – Itens 51, 55, 61, 65, 66, 68, 74, 76, 77, 85, 90, 98, 99, 102, 107, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 123, 125, 126, 129, 131, 133, 134 e 137.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 145 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 145 / 2015

Processo Administrativo n.º 098 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 050 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: CARLOS AUGUSTO SELL TRANSPORTES EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA ROLIÇA E SERRADA PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$170.570,00 (cento e setenta mil e quinhentos e setenta reais) – Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 11 e 19.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 146 / 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 146 / 2015

Processo Administrativo n.º 098 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 050 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA ROLIÇA E SERRADA PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$258.235,00 (duzentos e cinquenta e oito mil e duzentos e trinta e cinco reais) – Itens 07, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/12/2016.

Pomerode/SC, 10 de Dezembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2016 – 33FP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
33ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004 / 2016 – 33FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 001 / 2016.  
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.  
Contratada: ENFEMED SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.- EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TIPO AMBULÂNCIA, SOCORRO E EMERGÊNCIA, PARA ATENDER OS VISITANTES DA 33ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor Total contratado – R\$19.990,00 (dezenove mil e novecentos e noventa reais).  
Prazo de vigência: 11 dias durante a 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.  
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Leandro Hildo Pereira – Enfemed Serviços Médicos S/S Ltda EPP – Contratada.

Pomerode/SC, 12 de Janeiro de 2016.  
DARLI BAHR BERNADINO  
Presidente da Fundação Cultural



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 017/2015

DECRETO Nº 017/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

“REGULAMENTA A INDENIZAÇÃO DE DIÁRIAS DOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, resolve:

Considerando a necessidade de regulamentação da indenização de diárias dos agentes públicos do Poder Executivo Municipal, nos termos estabelecidos nos artigos 58 e 59, da Lei Complementar n.º 22, de 20 de janeiro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º. O Agente Público do Poder Executivo Municipal que, a serviço, afastar-se do Município, em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior poderá receber a título de indenização diárias destinadas ao custeio das despesas hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º. Os Agentes Públicos, para fins deste Decreto, são o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e demais servidores concursados ou comissionados, com exceção do prefeito e vice-prefeito a concessão de diárias somente acontecerá mediante prévia autorização do Prefeito.

§ 2º. A indenização de diárias será devida de acordo com os seguintes parâmetros:

I – para deslocamentos às cidades do interior do Estado de Santa Catarina –

R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 300,00 (trezentos) reais para Secretários e Servidores com Cargo de Nível Superior;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores com cargo de Nível Médio;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores com cargo de Nível alfabetização;

II – para deslocamentos à Capital do Estado de Santa Catarina e para cidades localizadas em outras unidades da Federação, exceto a capital federal:

R\$ 500,00 (quinhentos) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Secretários Municipais e Servidores de Cargo com Nível Superior;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores de Cargo com Nível Médio;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais para Servidores de cargo com Nível Alfabetização;

III – para deslocamentos à Capital Federal:

R\$ 700,00 (setecentos) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 700,00 (setecentos) reais para Secretários Municipais e Servidores de Cargo com Nível Superior;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Servidores de Cargo com Nível Médio;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Servidores de cargo com Nível Alfabetização;

IV – para deslocamentos ao exterior – R\$ 1.000,00 (um mil) reais para Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 3º. A diária será concedida por dia de afastamento, assim considerado o período de 24 (vinte e quatro horas), ou fração superior a 12 (doze) horas, se houver necessidade de pernoite.

§ 4º. Não haverá indenização, a título de diárias, para os

deslocamentos a Municípios pertencentes à microrregião da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI.

§ 5º. Havendo deslocamentos nos termos do parágrafo anterior, as despesas decorrentes com estadia e alimentação serão ressarcidas pelo regime de adiantamento, nos termos do art. 68, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Instrução Normativa nº TC 14/12 e Instrução Normativa nº 17/2013 ambas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O agente público que receber o valor das diárias e, por qualquer motivo, não se deslocar ao local mencionado no roteiro de viagem, restituirá o valor recebido, no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o agente retornar ao Município em prazo menor daquele previsto, restituirá o valor correspondente e proporcional, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 3º. A critério do Prefeito Municipal a indenização de diária poderá ser substituída com adiantamento de valores para o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas, observadas as disposições do § 5º, do Art. 1º deste Decreto.

Art. 4º. As despesas com transporte, exceto aquelas decorrentes de locomoção urbana na cidade de destino do deslocamento, serão custeadas através da aquisição, pelo município, de passagens rodoviárias ou aéreas, ou pelo regime de adiantamento, como despesas de pronto pagamento, observadas as disposições próprias deste regime, inclusive para o custeio das despesas com combustíveis e outras da viatura utilizada.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão suportadas por saldos orçamentários de dotações consignadas nos orçamentos do Município em cada exercício.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogado o Decreto 447/2014, de 04 de junho de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO 01/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016 FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do Registro de preço válido por 12 meses para possível aquisição de oxigênio medicinal de forma parcelada, para ser utilizado conforme a necessidade das unidades de saúde do município.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 26/01/2016.

Abertura: às 09h00 horas do dia 26/01/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

Ponte Serrada, 13 de janeiro de 2016.

EDUARDO COPPINI

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 003/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 003/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Aquisição de kit's escolares para distribuição aos alunos, professores e monitores da rede Municipal de ensino de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 26/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 26/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 13 de janeiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

### **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 002/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 002/2016 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios com fornecimento parcelado para composição da merenda escolar do ensino infantil e fundamental da rede municipal deste município, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:00 horas do dia 25/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:01 horas do dia 25/01/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 12 de janeiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 836/2015

DECRETO Nº 836, de 10 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Tutelar para a Gestão 2016 a 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.329, de 17 de junho de 2015, e em consonância com o resultado do processo eletivo realizado em 04 de outubro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA para o cargo de Conselheiro Tutelar para mandato de 04 (quatro) anos, os Senhores:

I- Celso Moreira de Castilho, inscrito no CPF sob nº 177.258.441-04 e portador da Carteira de Identidade sob nº 4.819.464, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina;  
II- Juliane Paola Rosa, inscrita no CPF sob nº 021.697.809-20 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 7.169.904-8, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná;  
III- Simone Schroh, inscrita no CPF sob nº 039.142.789-00 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 4.662.833, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina;  
IV- Tacila Adelis Coquerel, inscrita no CPF sob nº 055.094.489-38 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 5.189.583-8, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina;  
V- Marta dos Santos de Lima, inscrita no CPF sob nº 881.972.719-68 e portadora da Carteira de Identidade sob nº 6.162.649-2, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 837/2015

DECRETO Nº 837, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a atualização monetária dos Tributos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 84, inciso I, alínea "m", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que dispõe o Art. 262 da Lei Complementar Municipal nº 012, de 22 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 032, de 29 de dezembro de 2014, combinado com o § 2º, do Art. 97, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional,

#### DECRETA:

Art. 1º Os valores constantes do Código de Posturas Municipal terão reajuste de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

– INPC, de janeiro a dezembro de 2015, apurada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 838/2015

DECRETO Nº 838, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a atualização monetária dos Tributos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 84, inciso I, alínea "m", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 033, de 29 de dezembro de 2014, combinado com o § 2º, do Art. 97, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional,

#### DECRETA:

Art. 1º As Taxas e Impostos Municipais terão reajuste de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, de janeiro a dezembro de 2015, apurada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 839/2015

DECRETO Nº 839, de 11 de janeiro de 2016.

Determina a data de vencimento das parcelas e descontos para pagamento à vista do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, TFR – Taxa de Funcionamento Regular, TOS – Taxa de Ocupação de Solo, para o exercício de 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto nos Artigos 28, 69 e 249 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999,

**DECRETA:**

Art. 1º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2016:

I- à vista, até 15 de março de 2016, com 10 % (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	15 de março de 2016
2ª	15 de abril de 2016
3ª	16 de maio de 2016
4ª	15 de junho de 2016
5ª	15 de julho de 2016
6ª	15 de agosto de 2016
7ª	15 de setembro de 2016
8ª	17 de outubro de 2016
9ª	16 de novembro de 2016

Art. 2º Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (por homologação) deverão efetuar o pagamento do referido tributo no mês imediatamente posterior ao do fato gerador, de acordo com a seguinte tabela:

FATO GERADOR	VENCIMENTO
Janeiro	15 de fevereiro de 2016
Fevereiro	15 de março de 2016
Março	15 de abril de 2016
Abril	16 de maio de 2016
Maio	15 de junho de 2016
Junho	15 de julho de 2016
Julho	15 de agosto de 2016
Agosto	15 de setembro de 2016
Setembro	17 de outubro de 2016
Outubro	16 de novembro de 2016
Novembro	15 de dezembro de 2016
Dezembro	16 de janeiro de 2017

Art. 3º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (base fixa), referente ao exercício de 2016:

I- à vista, até 31 de março de 2016, com 10 % (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	31 de março de 2016
2ª	29 de abril de 2016
3ª	31 de maio de 2016
4ª	30 de junho de 2016

Art. 4º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação da Taxa de Funcionamento Regular – TFR, referente ao exercício de 2016:

I- à vista, até 20 de junho de 2016, com 10% (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 03 (três) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	20 de junho de 2016
2ª	20 de julho de 2016
3ª	22 de agosto de 2016

Art. 5º A Taxa de Ocupação de Solo – TOS, referente ao exercício de 2016 deverá ser quitada em parcela única, com vencimento em 20 de junho de 2016, sem descontos.

Art. 6º Para fins do parcelamento das taxas e impostos dispostos nos Artigos 1º, 3º, 4º e 5º do presente Decreto, levar-se-á em conta o valor de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais) como valor mínimo permitido para cada parcela.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI  
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**DECRETO Nº 840/2015**

DECRETO Nº 840, de 11 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Delega competência à Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade, Sra. Sofia Sydol, CPF nº 339.610.349-15, que fica autorizada a movimentar as contas bancárias conjuntamente com a Coordenadora Contábil da Educação, Sra. Ingrid Fernanda Tomal, CPF nº 065.588.709-16, junto ao Banco do Brasil, para as contas do Fundo Municipal de Educação de Porto União, sob o CNPJ nº 11.257.464/0001-02, bem como as contas da Prefeitura Municipal de Porto União, sob o CNPJ nº 83.102.541/0001-58, a seguir especificadas:

I- 19245-7;  
II- 19780-7;  
III- 21079-x;  
IV- 11934-2;  
V- 15814-3;  
VI- 12163-0;  
VII- 173275-7;  
VIII- 22941-5;  
IX- 25952-7;  
X- 25627-7;  
XI- 22940-7;  
XII- 24393-0;  
XIII- 25243-3.

Art. 2º As mesmas estarão investidas conjuntamente nos seguintes poderes:

1- emitir cheques;  
2- abrir contas de depósito;  
3- autorizar cobrança;  
4- receber, passar recibo e dar quitação;  
5- requisitar talonários de cheques;

- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contrar – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º As mesmas estarão investidas isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de janeiro de 2016.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI  
Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### **AVISO DE DL Nº 0001/2016 - FMS**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016 – PMRA

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0001/2016 - FMS, tendo como Objeto: Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Rio das Antas ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 14/2010. Empresa Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CISAMARP, inscrita no CNPJ nº 11.023.771/0001-10. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 127.200,00 (Vinte e sete mil e duzentos reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 13 de Janeiro de 2016. Selmir Paulo Bodanese-Gestor do FMS

### **AVISO DE DL Nº 0002/2016 - FMS**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016 – PMRA

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0002/2016 - FMS, tendo como Objeto: Prestação de serviços para disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Rio das Antas ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 14/2010. Cobertura das despesas administrativas do CISAMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo. Empresa Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CISAMARP, inscrita no CNPJ nº 11.023.771/0001-10. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 13 de Janeiro de 2016. Selmir Paulo Bodanese-Gestor do FMS



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 011/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 011/2015

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de material de expediente e escritório para atender a Secretaria de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/01/2016, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:00h do dia 27/01/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br), Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 15 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### RELATORIO CI 4º BIMESTRE DE 2015 RIO DOS CEDROS



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

#### PODER EXECUTIVO

#### COMPETÊNCIA: 4º BIMESTRE DE 2015

#### Artigo 5º da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-11/2004

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.





## Município de Rio dos Cedros

**Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 4º bimestre de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

#### Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadrênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 1.799 01 de Outubro de 2013, onde estão definidos para o Bimestre, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 1.831 03 de Setembro de 2014 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

3 / 26



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

### Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio),. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no Bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 0001 - CAMARA DE VEREADORES					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO					
	567.000,00	0,00	0,00	276.271,15	290.728,85
<b>Total da Unidade</b>	<b>567.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>276.271,15</b>	<b>290.728,85</b>
Unidade Gestora: 0002 - GABINETE DO PREFEITO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					
	273.000,00	0,00	0,00	220.365,29	52.634,71
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA					
	68.250,00	3.250,00	750,00	50.507,68	20.242,32
2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DEFESA CIVIL - FUMDEC					
	15.750,00	400.000,00	0,00	3.793,78	411.956,22
<b>Total da Unidade</b>	<b>357.000,00</b>	<b>403.250,00</b>	<b>750,00</b>	<b>274.666,75</b>	<b>484.833,25</b>
Unidade Gestora: 0003 - ADMINISTRACAO GERAL					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO					
	126.000,00	0,00	0,00	68.624,27	57.375,73
0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL					
	521.850,00	0,00	0,00	341.829,46	180.020,54

4 / 26



# Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
	1.003.340,00	403.000,00	0,00	1.204.742,47	201.597,53
2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA					
	683.071,92	55.970,00	4.650,00	597.218,90	137.173,02
2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS					
	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00
2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
	52.500,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00
2090 - CIMVI - MANUTENCAO					
	22.920,00	0,00	0,00	22.920,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>2.410.416,92</b>	<b>458.970,00</b>	<b>57.150,00</b>	<b>2.235.335,10</b>	<b>576.901,82</b>
<b>Unidade Gestora: 0004 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS</b>					
<b>Projeto</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS					
	3.710.645,00	363.078,15	0,00	42.510,85	4.031.212,30
1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES					
	477.500,00	0,00	21.000,00	0,00	456.500,00
1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT.PLUVIAL AREA URB.					
	4.326.000,00	0,00	526.000,00	0,00	3.800.000,00
1013 - CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
1016 - AQUISIÇÃO IMOVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO					
	160.296,00	0,00	84.000,00	76.296,00	0,00
1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS					
	819.000,00	0,00	0,00	412.861,24	406.138,76
0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
	1.671.389,83	34.228,32	113.000,00	1.103.985,35	488.632,80
2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL					
	449.190,00	329.897,19	124.810,00	643.712,19	10.565,00
2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS					



# Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	1.991.724,50	155.966,26	0,00	1.269.049,76	878.641,00
2042 - CIMVI - RESIDUOS SOLIDOS					
	94.500,00	94.317,00	87.664,00	54.266,42	46.886,58
2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL					
	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2044 - MANUTENCAO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO					
	8.400,00	0,00	0,00	8.373,78	26,22
2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO					
	630,00	0,00	0,00	0,00	630,00
2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE					
	535.500,00	13.000,00	0,00	31.869,82	516.630,18
2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS					
	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES					
	73.500,00	0,00	50.000,00	8.436,06	15.063,94
2051 - AQUIS.EQUIP. MAQ. E VEICULOS PARA O SETOR					
	267.385,00	0,00	231.000,00	0,00	36.385,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>14.589.230,33</b>	<b>990.486,92</b>	<b>1.237.474,00</b>	<b>3.651.361,47</b>	<b>10.690.881,78</b>
<b>Unidade Gestora: 0005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>					
<b>Projeto</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS					
	241.497,50	9.061,00	125.000,00	125.548,43	10,07
1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES					
	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00
1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I					
	17.600,00	0,00	17.600,00	0,00	0,00
1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS					
	698.235,00	27.000,00	127.000,00	39.000,00	559.235,00
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND.					
	58.800,00	0,00	0,00	38.073,45	20.726,55
2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC					
	136.470,00	29.470,00	9.470,00	112.547,02	43.922,98
2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL					
	2.415.000,00	138.218,70	4.000,00	1.631.661,35	917.557,35
2011 - MANUTENÇÃO DE CRECHES					
	1.366.543,50	147.075,96	0,00	981.767,55	531.851,91
2012 - MANUT.CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS					
	435.750,00	43.017,19	16.000,00	403.355,09	59.412,10
2013 - MANUT. TRANSP.ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL					
	604.800,00	16.620,73	0,00	430.324,61	191.096,12
2019 - MANUT.TRANSP. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	105.000,00	3.093,90	0,00	77.780,48	30.313,42
2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL					
	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00



# Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES					
	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE					
	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00
2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO					
	790.250,00	0,00	0,00	539.690,09	250.559,91
2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					
	147.000,00	61.992,71	0,00	127.096,32	81.896,39
2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS					
	42.000,00	0,00	0,00	28.791,55	13.208,45
2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
	15.750,00	0,00	0,00	5.650,40	10.099,60
2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	52.500,00	89.619,48	0,00	97.758,61	44.360,87
2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO					
	189.000,00	432.686,17	0,00	128.805,72	492.880,45
2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR					
	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00
2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO					
	118.650,00	0,00	0,00	72.117,02	46.532,98
2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL					
	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV.					
	6.300,00	0,00	0,00	3.912,89	2.387,11
<b>Total da Unidade</b>	<b>7.703.036,00</b>	<b>997.855,84</b>	<b>404.070,00</b>	<b>4.998.880,58</b>	<b>3.297.941,26</b>
<b>Unidade Gestora: 0006 - DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA					
	546.000,00	3.900,00	3.900,00	497.645,60	48.354,40
2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO					
	525,00	0,00	0,00	214,60	310,40
2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO					
	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA MUNICIPAL					
	159.600,00	124.810,00	5.310,00	277.209,43	1.890,57
2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA					
	42.000,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00
2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS					
	31.740,00	0,00	0,00	31.740,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>784.065,00</b>	<b>128.710,00</b>	<b>51.210,00</b>	<b>806.809,63</b>	<b>54.755,37</b>
<b>Unidade Gestora: 0007 - DIRETORIA DE TURISMO</b>					
<b>Projeto</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO					



# Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	64.050,00	0,00	0,00	36.569,06	27.480,94
2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
2089 - CIMVI - TURISMO	18.456,00	2.213,00	2.213,00	18.456,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>103.716,00</b>	<b>2.213,00</b>	<b>2.213,00</b>	<b>55.025,06</b>	<b>48.690,94</b>
<b>Unidade Gestora: 0008 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</b>					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>5.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.250,00</b>
<b>Unidade Gestora: 0009 - SEGURANCA PUBLICA</b>					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL	6.825,00	11.957,32	0,00	1.600,00	17.182,32
2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS	138.598,75	76.328,64	25.000,00	96.525,10	93.402,29
2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR	26.250,00	1.874,31	48,00	24.158,23	3.918,08
<b>Total da Unidade</b>	<b>171.673,75</b>	<b>90.160,27</b>	<b>25.048,00</b>	<b>122.283,33</b>	<b>114.502,69</b>
<b>Unidade Gestora: 0010 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL</b>					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE	470.925,00	0,00	0,00	0,00	470.925,00
1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE	4.345.616,25	960.330,96	128.756,30	3.479.949,14	1.697.241,77
2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL	3.150,00	5.500,00	0,00	7.760,66	889,34
2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO	21.000,00	0,00	0,00	16.687,63	4.312,37
2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE	78.750,00	0,00	0,00	65.571,16	13.178,84
2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	128.100,00	16.000,00	0,00	128.800,00	15.300,00
2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL	106.050,00	0,00	0,00	947,76	105.102,24
2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	241.500,00	38.271,48	0,00	105.000,15	174.771,33
2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA					



# Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

	33.600,00	87.538,00	0,00	83.432,14	37.705,86
2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE					
	170.622,50	0,00	0,00	0,00	170.622,50
2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA					
	104.606,25	139.916,65	0,00	17.691,77	226.831,13
2079 - MANUTENCAO DA CAPELA MORTUARIA					
	1.050,00	0,00	0,00	327,33	722,67
2086 - CISA - MANUTENCAO					
	22.392,00	0,00	0,00	22.392,00	0,00
2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES					
	135.700,00	50.253,89	0,00	118.969,99	66.983,90
2088 - CISA - MEDICAMENTOS					
	60.500,00	75.956,30	0,00	83.845,27	52.611,03
<b>Total da Unidade</b>	<b>5.976.062,00</b>	<b>1.373.767,28</b>	<b>128.756,30</b>	<b>4.131.375,00</b>	<b>3.089.697,98</b>
<b>Unidade Gestora: 0090 - RESERVA DE CONTINGENCIA</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE					
	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>3.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.150,00</b>
<b>Unidade Gestora: 0091 - RESERVA DE CONTINGENCIA</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL					
	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>29.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.400,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>32.700.000,00</b>	<b>4.445.413,31</b>	<b>1.906.671,30</b>	<b>16.552.008,07</b>	<b>18.686.733,94</b>





## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014, estima a Receita em R\$ 32.700.000,00 e fixa a Despesa em igual valor.

### Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Bimestre em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 03 - Fundo Municipal de Saúde						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Totais da Unidade						0,00
Unidade Gestora: 02 - Município de Rio Dos Cedros						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.807.151	28/07/2015	16.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	1.507.151	15/07/2015	9.061,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	2.007.151	20/07/2015	53.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	3.107.151	31/07/2015	20.000,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	3.107.152	31/07/2015	5.310,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	3.107.152	31/07/2015	5.310,00
Suplementar	Anulação	1.870	19/08/2015	1.908.152	19/08/2015	400.000,00
Suplementar	Suplementação	1.870	19/08/2015	1.908.152	19/08/2015	400.000,00
Suplementar	Anulação	1.870	19/08/2015	1.908.152	19/08/2015	222.600,00
Suplementar	Suplementação	1.870	19/08/2015	1.908.152	19/08/2015	222.600,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	408.151	04/08/2015	1.000,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	308.151	03/08/2015	25.000,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	2.808.151	28/08/2015	1.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	3.108.151	31/08/2015	16.200,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	308.151	03/08/2015	25.000,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	408.151	04/08/2015	1.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	1.108.151	11/08/2015	53.000,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	1.808.151	18/08/2015	9.470,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	2.608.151	26/08/2015	29.077,40
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	2.708.151	27/08/2015	3.900,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	1.808.151	18/08/2015	9.470,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	2.708.151	27/08/2015	3.900,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	1.908.151	19/08/2015	7.000,00

10 / 26



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	3.108.152	31/08/2015	13.050,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.408.151	24/08/2015	25.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.408.151	24/08/2015	23.000,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	2.808.151	28/08/2015	1.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.508.151	25/08/2015	27.000,00
<b>Totais da Unidade</b>						<b>959.668,40</b>

<b>Total Geral:</b>	<b>959.668,40</b>
---------------------	-------------------

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 4.445.413,31. Destes, R\$ 4.351.096,31 referem-se a créditos adicionais suplementares. R\$ 94.317,00 referem-se a créditos adicionais especiais. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 1.906.671,30. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Bimestre	Até o Bimestre
<b>I) Créditos Orçamentários</b>	<b>0,00</b>	<b>41.129.586,44</b>
Reserva de Contingência	0,00	0,00
Ordinários	0,00	41.129.586,44
<b>II) Créditos Adicionais</b>	<b>959.668,40</b>	<b>4.445.413,31</b>
Suplementar	959.668,40	4.351.096,31
Especial	0,00	94.317,00
Extraordinário	0,00	0,00
<b>III) Anulações de Créditos</b>	<b>668.280,00</b>	<b>1.906.671,30</b>
Anulações	668.280,00	1.906.671,30
<b>IV) Créditos Autorizados (I+II-III)</b>	<b>291.388,40</b>	<b>43.668.328,45</b>

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

<b>Receitas</b>	
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	<b>32.700.000,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>22.598.715,00</b>
Receita Tributária	2.527.350,00
Receita de Contribuições	449.190,00
Receita Patrimonial	302.595,00
Receita Agropecuária	8.400,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	52.500,00
Transferências Correntes	22.272.600,00
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.226.965,00
Outras Receitas Correntes	213.045,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>10.101.285,00</b>
Operação de crédito	3.000.000,00
Alienação de Bens	36.385,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	7.064.900,00
Outras Receitas de Capital	0,00
<b>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas De Capital Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>32.700.000,00</b>



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

### Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ -84.348,79.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
16.467.659,28	16.552.008,07	-84.348,79

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o Bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 621.575,85.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
16.467.659,28	15.846.083,43	621.575,85

### Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o Bimestre importou em R\$ 16.446.177,59 equivalente a 50.29% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	22.598.715,00	15.861.397,59	70.19%
Receitas de Capital (II)	10.101.285,00	584.780,00	5.79%
<b>TOTAL (+II)</b>	<b>32.700.000,00</b>	<b>16.446.177,59</b>	<b>50.29%</b>



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 1.815.596,81 equivalente a 11.03% do total arrecadado.

### Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 596.292,99 equivalente a 3.62% do total arrecadado.

### Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 447.443,83 equivalente a 2.72% do total arrecadado.

### Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 36.832,55 equivalente a 0.22% do total arrecadado.

### Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 12.773.430,08 equivalente a 77.57% do total arrecadado.

### Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 191.801,33 equivalente a 1.16% do total arrecadado.

### Operações de Crédito

São as decorrentes de operações de crédito tipificadas por origem dos recursos: interna (instituições registradas no país) e externa (instituições fora do país).

A Receita proveniente de Operações de Crédito importou até o bimestre, em R\$ 19.209,01 equivalente a 0.12% do total arrecadado.

13 / 26



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, até o bimestre, importou em R\$ 41.065,00 equivalente a 0.25% do total arrecadado.

### Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 524.505,99 equivalente a 3.19% do total arrecadado.

### Receita Intra-Orçamentária

São as receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais e outras entidades integrantes do mesmo orçamento fiscal decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições.

A receita Intra-Orçamentária importou em R\$ 21.481,69, equivalente a 0.13% do total arrecadado.



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integram o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada até o Bimestre importou em R\$ 16.552.008,07, equivalente a 46.97% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
35.238.742,01	16.552.008,07	46.97%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada até o Bimestre importou em R\$ 15.846.083,43, equivalendo a 95.74% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
16.552.008,07	15.846.083,43	95.74%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga até o Bimestre importou em R\$ 15.135.144,75, equivalente a 95.51% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
15.846.083,43	15.135.144,75	95.51%



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
CAMARA DE VEREADORES	276.271,15	275.840,84	275.381,24
GABINETE DO PREFEITO	274.666,75	273.767,25	273.587,15
ADMINISTRACAO GERAL	2.235.335,10	2.158.882,63	2.034.042,21
DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	3.651.361,47	3.328.344,26	3.128.037,12
SECRETARIA DE EDUCACAO	4.998.880,58	4.876.092,12	4.672.728,39
DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO	806.809,63	724.916,02	671.770,73
DIRETORIA DE TURISMO	55.025,06	49.092,78	47.489,71
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	122.283,33	102.407,03	94.912,72
SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	4.131.375,00	4.056.740,50	3.937.195,48
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>16.552.008,07</b>	<b>15.846.083,43</b>	<b>15.135.144,75</b>

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	276.271,15	275.840,84	275.381,24
04 - Administração	2.095.754,34	2.018.402,37	1.893.442,87
06 - Segurança Pública	126.077,11	106.200,81	98.645,48
08 - Assistência Social	408.526,83	397.401,05	369.953,20
09 - Previdência Social	341.829,46	341.829,46	341.829,46
10 - Saúde	3.722.848,17	3.659.339,45	3.567.242,28
12 - Educação	4.617.890,22	4.514.626,98	4.402.071,10
13 - Cultura	116.459,91	108.692,44	106.757,16
15 - Urbanismo	1.822.078,21	1.673.273,53	1.597.458,96
17 - Saneamento	138.936,20	119.862,20	111.328,40
18 - Gestão Ambiental	31.954,60	23.950,29	21.305,29
20 - Agricultura	774.855,03	700.965,73	650.465,44
23 - Comércio e Serviços	55.025,06	49.092,78	47.489,71
26 - Transportes	1.277.485,82	1.122.347,29	1.006.388,52
27 - Desporto e Lazer	226.457,00	214.699,25	125.826,68
28 - Encargos Especiais	519.558,96	519.558,96	519.558,96
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>16.552.008,07</b>	<b>15.846.083,43</b>	<b>15.135.144,75</b>



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

**b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;**

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).





## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R\$ 3.281.461,48 correspondente a 27.33% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 279.512,98 que representa SUPERÁVIT de 2.33% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 2.966.779,24 correspondente a **24.71%** da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Menor o valor de R\$ 35.169,26 que representa DÉFICIT de 0.29%. **DESCUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	499.817,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	17.128,08
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	64.218,70
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	84.764,53
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	665.928,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	2.966.779,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	24,71

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até Agosto (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Agosto (g)	% (h) = (g/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	9.123,45	86,89
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	320.250,00	321.067,40	245.564,83	76,48	245.564,83	76,48
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	1.641.082,50	2.129.521,24	721.847,62	33,90	679.152,14	31,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.971.832,50	2.461.088,64	967.412,45	39,31	933.840,42	37,94
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.338.658,50	7.968.383,34	4.716.488,12	59,19	4.607.798,29	57,83

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executada com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	64.218,70	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.569.270,59	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.511.318,95	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	2.511.318,95	0,00
49.2 - Restos a Pagar	0,00	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	17.128,08	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	139.298,42	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 28/set/2015

Hora de emissão: 14h e 51m

Notas:



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	618.939,44	2.569.270,59	1.541.562,25
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	3.636,86	17.128,08	10.276,85
<b>I) Total das receitas para fins de limite</b>	<b>622.576,30</b>	<b>2.586.398,67</b>	<b>1.551.839,10</b>

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.017.822,38 correspondente a 78.02% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 465.983,13 equivalente a 18.02% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	6.653,23	30.972,33
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	387.343,01	1.552.145,92
319013 - Obrigações Patronais	93.849,47	337.828,71
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	26.782,11	96.875,42
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>514.627,82</b>	<b>2.017.822,38</b>

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	622.576,30	2.586.398,67
Mínimo à ser Aplicado	373.545,81	1.551.839,25
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	514.627,82	2.017.822,38
Aplicação à Maior	141.082,01	465.983,13
<b>Percentual Aplicado (II) / (I) x 100</b>	<b>82,66</b>	<b>78,02</b>
Superávit	22,66	18,02

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.017.822,38 correspondente a **78.02%** dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 465.983,13 equivalente a 18.02% , **CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.**



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o **exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

**III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.**

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
<b>I) Impostos Municipais</b>	<b>321.524,44</b>	<b>1.566.084,71</b>	<b>234.912,71</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	91.687,13	810.387,42	121.558,12
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	43.804,47	157.958,91	23.693,84
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	40.918,21	138.470,95	20.770,64
ISS - Imposto Sobre Serviços	117.184,20	365.283,86	54.792,58
Multas e Juros de Mora de Impostos	8.511,82	18.027,02	2.704,05
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	8.068,91	30.149,83	4.522,47
Dívida Ativa de Impostos	11.349,70	45.806,72	6.871,01
<b>II) Transferências do Estado</b>	<b>1.181.722,93</b>	<b>4.900.856,80</b>	<b>735.128,48</b>
Cota Parte do ICMS	1.005.629,20	4.222.452,71	633.367,88
Cota Parte do IPVA	160.942,30	613.071,55	91.960,73
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	15.151,43	65.332,54	9.799,88
<b>III) Transferências da União</b>	<b>1.201.894,18</b>	<b>5.540.852,30</b>	<b>831.127,84</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.195.215,12	5.520.127,11	828.019,06
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	2.250,12	3.009,45	451,42
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	4.428,94	17.715,74	2.657,36
<b>IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)</b>	<b>2.705.141,55</b>	<b>12.007.793,81</b>	<b>1.801.169,03</b>
<b>V) TOTAL À SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			<b>1.801.169,03</b>

2 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
10.301 - Atenção Básica	881.812,91	3.525.267,81
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	40.477,93	118.969,99
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	2.539,11	15.101,65
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
<b>VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>924.829,95</b>	<b>3.659.339,45</b>

3 - DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
0138 - 0 Transf - SUS/União - PAB	130.596,46	652.543,26
0167 - 4 Assistência Sist. Único - SUS/Estado	0,00	12.775,82
0338 - 0 Transf - SUS/União - PSF	145.702,06	319.790,30
0367 - 4 Assistência Sist. Único - SUS/Estado -	0,00	2.158,18
<b>VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>276.298,52</b>	<b>987.267,56</b>

4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
Outras Deduções	3.564,80	12.894,80
<b>VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>3.564,80</b>	<b>12.894,80</b>

5 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
------------	-------------	----------------

20 / 26



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	2.705.141,55	12.007.793,81
Despesas por Função/Subfunção (VI)	924.829,95	3.659.339,45
Deduções (VII+VIII)	279.863,32	1.000.162,36
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	644.966,63	2.659.177,09
Mínimo a ser aplicado	405.771,25	1.801.169,12
Aplicação à maior	239.195,38	858.007,96
<b>Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100</b>	<b>23,84</b>	<b>22,15</b>
Superávit	8,84	7,15

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 2.659.177,09 correspondente a **22.15%** das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 858.007,96 equivalente a 7.15% ,acima do limite mínimo. **Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.**



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

**a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;**

**b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;**

**c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.**

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 23.966.475,51, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.997.206,29 .

1 - RECEITAS CORRENTES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	327.492,90	7,75	1.815.596,81	10,13	2.389.685,94	8,83
Receita de Contribuições	164.743,39	3,90	596.292,99	3,33	849.759,21	3,14
Receita Patrimonial	127.724,73	3,02	447.443,83	2,50	627.214,14	2,32
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	13.814,78	0,33	36.832,55	0,21	65.948,12	0,24
Transferências Correntes	3.538.124,23	83,73	14.842.883,33	82,78	22.856.037,83	84,49
Outras Receitas Correntes	53.953,00	1,28	191.801,33	1,07	262.857,76	0,97
<b>I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.225.853,03</b>	<b>100</b>	<b>17.930.850,84</b>	<b>100</b>	<b>27.051.503,00</b>	<b>100</b>

2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-457.836,13	0,00	-2.069.453,25	0,00	-3.085.027,49	0,00
<b>II) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>-457.836,13</b>	<b>100</b>	<b>-2.069.453,25</b>	<b>100</b>	<b>-3.085.027,49</b>	<b>100</b>

3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	<b>3.768.016,90</b>	15,72	15.861.397,59	66,18	23.966.475,51	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					1.997.206,29	8,33



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

**Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:**  
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Rio dos Cedros realizada nos últimos doze meses no valor de **R\$ 12.379.625,06**, equivalendo a **51,65%** da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o **CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.762.129,99	0,00
Pessoal Ativo	12.059.725,77	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	652.788,30	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	49.615,92	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	382.504,93	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	366.025,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	18,64	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.460,41	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.379.625,06	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.966.154,67	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.379.625,06	51,65
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%	14.379.692,80	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%	13.660.708,16	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	12.941.723,52	54,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 28/set/2015 Hora de emissão: 09h e 01m

Notas:





## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,30% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 12.001.497,17, equivale a **50,08%** da receita corrente líquida arrecadada neste período, **CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.384.002,10	0,00
Pessoal Ativo	11.681.597,88	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	652.788,30	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1º da LRF)	49.615,92	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF)(II)	382.504,93	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	366.025,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	18,64	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.460,41	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.001.497,17	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.966.154,67	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.001.497,17	50,08
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	12.941.723,52	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	12.294.637,35	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	11.647.551,17	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data 28/set/2015 Hora de emissão: 08h e 45m

Notas:



## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 378.127,89, equivale a 1,58% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o **CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.**

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>64.241,41</b>	<b>256.414,09</b>	<b>378.127,89</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	52.019,40	208.154,21	306.676,11
319013 - Obrigações Patronais	11.827,01	46.777,38	69.299,28
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	395,00	1.482,50	2.152,50
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>64.241,41</b>	<b>256.414,09</b>	<b>378.127,89</b>

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	23.966.475,51
Limite prudencial - 5,70%	1.366.089,10
Limite máximo - 6%	1.437.988,53
Despesa bruta com pessoal (III)	378.127,89
Despesas não computadas (IV)	0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	378.127,89
<b>Percentual aplicado em despesas com pessoal</b>	<b>1,58</b>
Limite prudencial (5,70%)	987.961,21
Limite máximo (6%)	1.059.860,64





## Município de Rio dos Cedros

Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000

CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Período	Previstas	Arrecadadas	Meta
1º bimestre	3.962.279,63	3.762.637,44	Não Atingiu
2º bimestre	4.391.545,31	4.441.454,41	Atingiu
3º bimestre	3.932.132,79	3.965.845,87	Atingiu
4º bimestre	3.540.048,94	3.768.016,90	Atingiu
5º bimestre	3.764.650,77		
6º bimestre *	13.109.342,56		
<b>Total</b>	<b>32.700.000,00</b>		

\* Provenientes de Convênios Estaduais e Federais previstos, e não efetivados.

Rio dos Cedros(SC), 11 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
Eduardo Osti  
Agente de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
Fernando Tomaselli  
Prefeito Municipal

**CT. Nº159/ 2015 - OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BRITAGEM SEM OPERADOR - CONTRATO: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS LTDA**

CT. Nº159/ 2015

DATA: 10/12/2015

Processo licitatório nº 0088/2015 - fundamento: art.24, IV da Lei 8.666/93 c/c Decreto nº2.724, de 22 de outubro de 2015

CONTRATO: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS LTDA  
OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE BRITAGEM SEM OPERADOR

INÍCIO: 10/12/2015

TÉRMINO: 05/03/2016

VALOR: R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

**CT. Nº160/ 2015 - CONTRATO: BREITKOPF VEICULOS LTDA, OBJETO: A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS**

CT. Nº160/ 2015

DATA: 11/12/2015

CONTRATO: BREITKOPF VEICULOS LTDA,  
OBJETO: A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS

INÍCIO: 11/12/2015

TÉRMINO: 11/02/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 5/2015

**CT. Nº161/ 2015 - CONTRATO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO NATALINA..**

CT. Nº161/ 2015

DATA: 09/03/2015

CONTRATO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO NATALINA..

INÍCIO: 14/12/2015

TÉRMINO: 12/02/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 85/2015

**DECRETO Nº 2.736, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015. PRORROGA O DECRETO Nº 2.732, DE 17 DE NOVEMBRO QUE ALTERA O DECRETO Nº2. 721, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 2.736, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRORROGA O DECRETO Nº 2.732, DE 17 DE NOVEMBRO QUE ALTERA O DECRETO Nº2. 721, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio dos Cedros e demais legislações de regência;

Considerando a situação anormal instalada em Rio dos Cedros, decorrente das anormalidades que motivaram a expedição do Decreto Municipal nº2.724, de 22 de outubro de 2015 (que declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do município afetada por inundações – COBRADE 1.2.1.0.0, conforme IN/MI 01/2012);

DECRETA:

Art.1º - Ficam prorrogadas as determinações do DECRETO Nº 2.732, DE 17 DE novembro de 2015, até 31/12/2015.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em sentido contrário.

Município de Rio dos Cedros, 11 de dezembro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 11 de dezembro de 2015.

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.737, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015. REGULAMENTA A LEI ORDINÁRIA Nº 1.887, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 2.737, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

REGULAMENTA A LEI ORDINÁRIA Nº 1.887, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base na Lei Ordinária nº 1.887, de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º - Em conformidade com o relatório da Defesa Civil Municipal que segue em anexo ao presente Decreto, fazendo parte integrante do mesmo, e, de acordo com o que dispõe a Lei Ordinária nº 1.887, de 09 de Dezembro de 2015, fica concedido auxílio-moradia emergencial destinado à garantia das condições de moradia às famílias vitimadas pelas enchentes ou em situação de risco iminente e que se encontrem em situação de vulnerabilidade temporária, como direito relativo à cidadania, devidamente enumeradas no presente ato.

Art. 2º - O pagamento da importância mensal de R\$500,00 (quinhentos reais) por família beneficiada, ocorrerá todo dia 10(dez) de cada mês, com primeiro pagamento no dia 10/01/2016, devendo o Setor de Contabilidade da Prefeitura adotar as medidas administrativas necessárias para realização do mesmo, cabendo as famílias beneficiadas prestarem as informações e documentos necessários à perfectibilização do ato junto ao mencionado órgão.

Art.3º - O benefício ora concedido se dará para 03 (três) meses de auxílio, sendo fixado em caráter precário podendo ser interrompido, cassado, suspendo, ou prorrogado a qualquer tempo não se caracterizando em direito adquirido dos beneficiários.

Art. 4º - Em conformidade com o relatório da Defesa Civil Municipal, considerando a adesão parcial das famílias, são beneficiárias do auxílio as famílias abaixo representadas:

I - Família de Harold Moser – CPF 419.703.309-53

II - Família de Alicia Massaneiro – CPF 437.164.309-04

III - Família de João Carlos Massaneiro – CPF 031.457.259-71

IV - Família de Silvio Luiz Agustini – CPF 725.661.089-00

V - Família de Celia Lourdes Agustini - CPF 028.163.539-07

VI - Família de Maria de Fátima Massaneiro – CPF 021.955.209-65

Art. 5º - As despesas deste Decreto correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art.6º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 17 de dezembro de 2015.  
FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 17 de dezembro de 2015.

MARGARET SILVIA GREYER  
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.738, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015. ALTERA O DECRETO Nº 2.737, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015 QUE REGULAMENTA A LEI ORDINÁRIA Nº 1.887, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 2.738, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 2.737, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015 QUE REGULAMENTA A LEI ORDINÁRIA Nº 1.887, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base na Lei Ordinária nº 1.887, de 09 de Dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art.1º - Os incisos V e VI do artigo 4º ficam retificados, passando a ter a seguinte redação:

V - Família de Alido Agustini - CPF 351.454.048-72

VI - Família de Ivanir Massaneiro – CPF 789.223.309-10

Art.2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 21 de dezembro de 2015.  
FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 21 de dezembro de 2015.

MARGARET SILVIA GREYER  
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.739, DE 04 DE JANEIRO DE 2016. ATUALIZA A "UFM" UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 2.739, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ATUALIZA A "UFM" UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso I, letra "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e, artigo 477, § 1º da Lei Complementar nº 027, de 19 de dezembro de 2002;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica atualizada a UFM - Unidade Fiscal Municipal, para o exercício de 2016 em R\$ 110,30 (cento e dez reais e trinta centavos).

Art.2º. O valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal foi atualizada em 11,27%, com base na variação anual do INPC de 2015 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 04 de Janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, em 04 de Janeiro de 2016.

MARGARET SILVIA GREYER  
Diretora de Gabinete

**RELATORIO CI 5º BIMESTRE DE 2015 RIO DOS CEDROS****Município de Rio dos Cedros**  
**Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO****PODER EXECUTIVO****COMPETÊNCIA: 5º BIMESTRE DE 2015****Artigo 5º da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-11/2004**

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.



## **Município de Rio dos Cedros**

### **Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 5º bimestre de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais
- Gerenciais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

#### Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos ano do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadrênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 1.799 01 de Outubro de 2013, onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que **a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.**

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) (VETADO)
- d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 1.831 03 de Setembro de 2014 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

### Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio),. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 0001 - CAMARA DE VEREADORES					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	567.000,00	0,00	0,00	343.228,33	223.771,67
<b>Total da Unidade</b>	<b>567.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>343.228,33</b>	<b>223.771,67</b>
Unidade Gestora: 0002 - GABINETE DO PREFEITO					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	273.000,00	40.000,00	0,00	281.934,94	31.065,06
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA	68.250,00	8.250,00	750,00	62.902,61	12.847,39
2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec	15.750,00	400.000,00	0,00	400.198,14	15.551,86
<b>Total da Unidade</b>	<b>357.000,00</b>	<b>448.250,00</b>	<b>750,00</b>	<b>745.035,69</b>	<b>59.464,31</b>
Unidade Gestora: 0003 - ADMINISTRACAO GERAL					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00
0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO					

4 / 32





## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

	126.000,00	0,00	0,00	84.495,40	41.504,60
0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL					
	521.850,00	0,00	0,00	421.785,69	100.064,31
2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
	1.003.340,00	562.000,00	0,00	1.329.058,78	236.281,22
2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA					
	683.071,92	203.117,00	4.650,00	766.331,66	115.207,26
2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS					
	525,00	0,00	525,00	0,00	0,00
2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
	52.500,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00
2090 - CIMVI - MANUTENCAO					
	22.920,00	0,00	0,00	22.920,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>2.410.416,92</b>	<b>765.117,00</b>	<b>57.885,00</b>	<b>2.624.591,53</b>	<b>493.057,39</b>

#### Unidade Gestora: 0004 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA					
	630,00	0,00	525,00	0,00	105,00
1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS					
	3.710.645,00	782.859,33	270.000,00	100.082,94	4.123.421,39
1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES					
	477.500,00	0,00	21.000,00	0,00	456.500,00
1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT.PLUVIAL AREA URB.					
	4.326.000,00	0,00	895.500,00	0,00	3.430.500,00
1013 - CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE					
	630,00	0,00	105,00	0,00	525,00
1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS					
	630,00	0,00	525,00	0,00	105,00
1016 - AQUISIÇÃO IMÓVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO					
	160.296,00	0,00	84.000,00	76.296,00	0,00
1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS					
	630,00	0,00	105,00	0,00	525,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS					
	819.000,00	0,00	261.986,60	482.580,12	74.433,28
0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS					
	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00
2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					





## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

	1.671.389,83	104.228,32	133.000,00	1.265.858,21	376.759,94
2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	449.190,00	460.897,19	124.810,00	764.251,87	21.025,32
2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1.991.724,50	155.966,26	32.000,00	1.423.791,46	691.899,30
2042 - CIMVI - RESÍDUOS SÓLIDOS	94.500,00	94.317,00	87.664,00	65.749,42	35.403,58
2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	105,00	0,00	105,00	0,00	0,00
2044 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO	8.400,00	1.500,00	0,00	8.373,78	1.526,22
2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO	630,00	0,00	105,00	0,00	525,00
2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE	535.500,00	133.348,77	22.500,00	298.857,82	347.490,95
2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS	105,00	0,00	105,00	0,00	0,00
2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES	73.500,00	0,00	50.000,00	8.533,86	14.966,14
2051 - AQUIS. EQUIP. MAQ. E VEÍCULOS PARA O SETOR	267.385,00	0,00	231.000,00	0,00	36.385,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>14.589.230,33</b>	<b>1.733.116,87</b>	<b>2.215.560,60</b>	<b>4.494.375,48</b>	<b>9.612.411,12</b>

Unidade Gestora: 0005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS	241.497,50	9.061,00	125.000,00	125.548,43	10,07
1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00
1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I	17.600,00	0,00	17.600,00	0,00	0,00
1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	698.235,00	27.000,00	127.000,00	39.000,00	559.235,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND.	58.800,00	0,00	0,00	47.209,13	11.590,87
2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC	136.470,00	38.470,00	9.470,00	138.445,30	27.024,70
2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL	2.415.000,00	141.218,70	4.000,00	1.967.263,90	584.954,80
2011 - MANUTENÇÃO DE CRECHES	1.366.543,50	147.075,96	0,00	1.211.804,47	301.814,99
2012 - MANUT. CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS	435.750,00	87.393,19	16.000,00	482.085,84	25.057,35
2013 - MANUT. TRANSP. ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL					



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

	604.800,00	71.620,73	0,00	534.340,38	142.080,35
2019 - MANUT.TRANSF. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	105.000,00	27.520,90	0,00	106.610,71	25.910,19
2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES	105,00	0,00	0,00	0,00	105,00
2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00
2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO	790.250,00	0,00	0,00	658.408,09	131.841,91
2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	147.000,00	61.992,71	0,00	157.618,19	51.374,52
2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	42.000,00	0,00	0,00	41.489,25	510,75
2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15.750,00	0,00	0,00	6.780,50	8.969,50
2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	52.500,00	89.619,48	0,00	117.463,34	24.656,14
2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO	189.000,00	432.686,17	0,00	280.945,22	340.740,95
2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00
2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO	118.650,00	0,00	0,00	81.748,49	36.901,51
2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00
2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV.	6.300,00	0,00	2.000,00	4.178,73	121,27
<b>Total da Unidade</b>	<b>7.703.036,00</b>	<b>1.133.658,84</b>	<b>406.280,00</b>	<b>6.155.939,97</b>	<b>2.274.474,87</b>

#### Unidade Gestora: 0006 - DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	546.000,00	157.900,00	7.900,00	544.777,22	151.222,78
2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO	525,00	0,00	310,40	214,60	0,00
2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA MUNICIPAL	159.600,00	181.610,00	5.310,00	305.081,94	30.818,06
2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00
2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA	42.000,00	284.800,00	42.000,00	0,00	284.800,00

7 / 32



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS	31.740,00	0,00	0,00	31.740,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>784.065,00</b>	<b>624.310,00</b>	<b>57.620,40</b>	<b>881.813,76</b>	<b>468.940,84</b>

<b>Unidade Gestora: 0007 - DIRETORIA DE TURISMO</b>					
<b>Projeto</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	64.050,00	12.000,00	0,00	43.315,28	32.734,72
2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO	21.000,00	0,00	17.850,00	0,00	3.150,00
2089 - CIMVI - TURISMO	18.456,00	2.213,00	2.213,00	18.456,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>103.716,00</b>	<b>14.213,00</b>	<b>20.168,00</b>	<b>61.771,28</b>	<b>35.989,72</b>

<b>Unidade Gestora: 0008 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>5.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Unidade Gestora: 0009 - SEGURANCA PUBLICA</b>					
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL	6.825,00	11.957,32	0,00	1.740,00	17.042,32
2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS	138.598,75	76.328,64	35.000,00	110.358,59	69.568,80
2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR	26.250,00	19.242,05	48,00	26.871,07	18.572,98
<b>Total da Unidade</b>	<b>171.673,75</b>	<b>107.528,01</b>	<b>35.048,00</b>	<b>138.969,66</b>	<b>105.184,10</b>

<b>Unidade Gestora: 0010 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL</b>					
<b>Projeto</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE	470.925,00	0,00	42.525,00	0,00	428.400,00
1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE	52.500,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00
<b>Atividade</b>	<b>Previsão</b>	<b>Suplementações</b>	<b>Anulações</b>	<b>Execução</b>	<b>Saldo atual</b>
2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE	4.345.616,25	1.378.693,86	217.667,25	4.284.326,46	1.222.316,40
2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL	3.150,00	5.500,00	0,00	7.978,88	671,12
2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO	21.000,00	0,00	0,00	20.784,59	215,41
2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE					

8 / 32



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

	78.750,00	18.500,00	0,00	82.292,08	14.957,92
2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
	128.100,00	39.000,00	3.000,00	161.000,00	3.100,00
2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL					
	106.050,00	0,00	0,00	981,05	105.068,95
2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
	241.500,00	88.271,48	75.000,00	120.236,46	134.535,02
2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA					
	33.600,00	87.538,00	0,00	98.107,21	23.030,79
2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE					
	170.622,50	0,00	33.022,50	0,00	137.600,00
2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA					
	104.606,25	139.916,65	67.331,25	18.010,77	159.180,88
2079 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA					
	1.050,00	0,00	0,00	497,25	552,75
2086 - CISA - MANUTENCAO					
	22.392,00	0,00	0,00	22.392,00	0,00
2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES					
	135.700,00	50.253,89	0,00	150.086,61	35.867,28
2088 - CISA - MEDICAMENTOS					
	60.500,00	75.956,30	0,00	112.039,14	24.417,16
<b>Total da Unidade</b>	<b>5.976.062,00</b>	<b>1.883.630,18</b>	<b>491.046,00</b>	<b>5.078.732,50</b>	<b>2.289.913,68</b>

#### Unidade Gestora: 0090 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE					
	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>3.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.150,00</b>

#### Unidade Gestora: 0091 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL					
	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00
<b>Total da Unidade</b>	<b>29.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.400,00</b>

<b>Total Geral</b>	<b>32.700.000,00</b>	<b>6.709.823,90</b>	<b>3.289.608,00</b>	<b>20.524.458,20</b>	<b>15.595.757,70</b>
--------------------	----------------------	---------------------	---------------------	----------------------	----------------------



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014, estima a Receita em R\$ 32.700.000,00 e fixa a Despesa em igual valor.

#### Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 02 - Município de Rio Dos Cedros						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	309.151	03/09/2015	5.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	309.153	03/09/2015	48.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	3.009.151	30/09/2015	34.948,77
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	3.009.152	30/09/2015	63.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	3.009.154	30/09/2015	6.856,00
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	45.000,00
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	45.000,00
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	306.147,00
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	306.147,00
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	70.000,00
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	70.000,00
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	150.000,00
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	150.000,00
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	12.000,00
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	12.000,00
Especial	Superávit Financeiro	1.874	30/09/2015	3.009.153	30/09/2015	5.044,02
Suplementar	Anulação	1.875	06/10/2015	610.151	06/10/2015	1.500,00
Suplementar	Suplementação	1.875	06/10/2015	610.151	06/10/2015	1.500,00
Suplementar	Anulação	1.875	06/10/2015	610.151	06/10/2015	50.500,00
Suplementar	Suplementação	1.875	06/10/2015	610.151	06/10/2015	50.500,00
Suplementar	Anulação	1.878	27/10/2015	2.710.151	27/10/2015	85.400,00
Suplementar	Suplementação	1.878	27/10/2015	2.710.151	27/10/2015	85.400,00
Suplementar	Anulação	1.878	27/10/2015	2.710.151	27/10/2015	286.100,00
Suplementar	Suplementação	1.878	27/10/2015	2.710.151	27/10/2015	286.100,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	910.151	09/10/2015	4.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	210.151	02/10/2015	21.861,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	210.152	02/10/2015	27.000,00

10 / 32



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	3.010.151	30/10/2015	39.566,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	910.151	09/10/2015	4.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	1.410.151	14/10/2015	8.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	2.910.155	29/10/2015	412.143,11
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.010.151	20/10/2015	3.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	2.310.151	23/10/2015	20.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	2.810.151	28/10/2015	37.520,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.910.153	29/10/2015	4.323,72
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.910.154	29/10/2015	7.638,07
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	710.151	07/10/2015	3.000,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	710.151	07/10/2015	3.000,00
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	35.000,00
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.152	02/09/2015	35.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	309.151	03/09/2015	3.500,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	1.109.151	11/09/2015	50.000,00
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	1.109.151	11/09/2015	50.000,00

**Totais da Unidade** **1.846.047,69**

#### Unidade Gestora: 03 - Fundo Municipal de Saúde

Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Anulação	1.872	02/09/2015	209.151	02/09/2015	195.378,75
Suplementar	Suplementação	1.872	02/09/2015	209.151	02/09/2015	195.378,75
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	1.609.151	16/09/2015	10.000,00
Suplementar	Anulação	1.841	27/11/2014	1.709.151	17/09/2015	88.910,95
Suplementar	Suplementação	1.841	27/11/2014	1.709.151	17/09/2015	88.910,95
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	1.809.151	18/09/2015	10.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	1.841	27/11/2014	2.910.151	29/10/2015	104.073,20
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.841	27/11/2014	2.910.152	29/10/2015	10.000,00

**Totais da Unidade** **418.362,90**

**Total Geral:** **2.264.410,59**

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 6.709.823,90. Destes, R\$ 6.610.462,88 referem-se a créditos adicionais suplementares. R\$ 99.361,02 referem-se a créditos adicionais especiais. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 3.289.608,00. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Bimestre	Até o Bimestre
<b>I) Créditos Orçamentários</b>	<b>0,00</b>	<b>41.129.586,44</b>
Reserva de Contingência	0,00	0,00
Ordinários	0,00	41.129.586,44
<b>II) Créditos Adicionais</b>	<b>2.264.410,59</b>	<b>6.709.823,90</b>
Suplementar	2.259.366,57	6.610.462,88
Especial	5.044,02	99.361,02
Extraordinário	0,00	0,00
<b>III) Anulações de Créditos</b>	<b>1.382.936,70</b>	<b>3.289.608,00</b>

11 / 32



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Anulações	1.382.936,70	3.289.608,00
<b>IV) Créditos Autorizados (I+II+III)</b>	<b>881.473,89</b>	<b>44.549.802,34</b>

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

<b>Receitas</b>	
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	<b>32.700.000,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>22.598.715,00</b>
Receita Tributária	2.527.350,00
Receita de Contribuições	449.190,00
Receita Patrimonial	302.595,00
Receita Agropecuária	8.400,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	52.500,00
Transferências Correntes	22.272.600,00
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.226.965,00
Outras Receitas Correntes	213.045,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>10.101.285,00</b>
Operação de crédito	3.000.000,00
Alienação de Bens	36.385,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	7.064.900,00
Outras Receitas de Capital	0,00
<b>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas De Capital Intra-Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>32.700.000,00</b>

<b>Despesas</b>	
<b>Despesas Orçamentárias (I)</b>	<b>36.087.665,90</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>24.038.278,47</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.836.763,61
Juros e Amortização da Dívida	3.013,40
Outras Despesas Correntes	11.198.501,46
<b>Despesas Capital</b>	<b>12.049.387,43</b>
Investimentos	11.495.282,43
Inversões Financeiras	105,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	554.000,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>0,00</b>
Reserva de Contingencia	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>36.087.665,90</b>



## **Município de Rio dos Cedros**

### **Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18





## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

#### Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) Até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ - 461.588,39.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
20.062.869,81	20.524.458,20	-461.588,39

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 691.162,47.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
20.062.869,81	19.371.707,34	691.162,47

#### Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 20.041.388,12 equivalente a 61.29% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	22.598.715,00	19.422.285,86	85.85%
Receitas de Capital (II)	10.101.285,00	640.583,95	6.34%
<b>TOTAL (+II)</b>	<b>32.700.000,00</b>	<b>20.062.869,81</b>	<b>61.29%</b>



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 2.028.387,24 equivalente a 10.11% do total arrecadado.

#### Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 767.027,21 equivalente a 3.82% do total arrecadado.

#### Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 544.293,85 equivalente a 2.71% do total arrecadado.

#### Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 56.506,68 equivalente a 0.28% do total arrecadado.

#### Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 15.724.471,45 equivalente a 78.38% do total arrecadado.

#### Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 280.117,74 equivalente a 1.40% do total arrecadado.

#### Operações de Crédito

São as decorrentes de operações de crédito tipificadas por origem dos recursos: interna (instituições registradas no país) e externa (instituições fora do país).



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

A Receita proveniente de Operações de Crédito importou até o bimestre, em R\$ 19.209,01 equivalente a 0.10% do total arrecadado.

### Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, até o bimestre, importou em R\$ 41.065,00 equivalente a 0.20% do total arrecadado.

### Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 580.309,94 equivalente a 2.89% do total arrecadado.

### Receita Intra-Orçamentária

São as receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais e outras entidades integrantes do mesmo orçamento fiscal decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições.

A receita Intra-Orçamentária importou em R\$ 21.481,69, equivalente a 0.11% do total arrecadado.

### Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada Até o Bimestre importou em **20.041.878,08**, equivalente a 56.36% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
35.563.202,50	20.041.878,08	56.36%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

A despesa liquidada Até o Bimestre importou em R\$ 19.371.707,34, equivalendo a 96.66% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
20.041.878,08	19.371.707,34	96.66%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga Até o Bimestre importou em R\$ 19.031.185,08, equivalente a 98.24% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
19.371.707,34	19.031.185,08	98.24%



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
CAMARA DE VEREADORES	343.228,33	342.940,21	342.928,21
GABINETE DO PREFEITO	745.035,69	349.928,29	347.732,76
ADMINISTRACAO GERAL	2.624.591,53	2.570.176,53	2.553.127,86
DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	4.494.375,48	3.984.902,22	3.901.708,33
SECRETARIA DE EDUCACAO	6.155.939,97	6.079.096,30	5.997.709,75
DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO	881.813,76	834.243,16	808.916,54
DIRETORIA DE TURISMO	61.771,28	59.509,49	57.918,52
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	138.969,66	122.834,16	117.893,76
SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	5.078.732,50	5.028.076,98	4.903.249,35
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.524.458,20</b>	<b>19.371.707,34</b>	<b>19.031.185,08</b>

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	343.228,33	342.940,21	342.928,21
04 - Administração	2.463.147,99	2.407.925,59	2.390.785,75
06 - Segurança Pública	539.167,80	128.732,30	121.687,54
08 - Assistência Social	491.877,52	480.768,13	459.021,67
09 - Previdência Social	421.785,69	421.785,69	421.785,69
10 - Saúde	4.586.854,98	4.547.308,85	4.444.227,68
12 - Educação	5.717.320,64	5.651.535,20	5.585.568,41
13 - Cultura	142.624,03	137.255,40	135.760,98
15 - Urbanismo	2.429.050,84	2.044.748,44	2.012.469,41
17 - Saneamento	150.419,20	144.061,20	136.397,72
18 - Gestão Ambiental	31.954,60	29.280,97	26.635,97
20 - Agricultura	849.859,16	804.962,19	782.280,57
23 - Comércio e Serviços	61.771,28	59.509,49	57.918,52
26 - Transportes	1.432.325,32	1.313.512,46	1.270.261,08
27 - Desporto e Lazer	248.786,17	243.096,57	229.171,23
28 - Encargos Especiais	614.284,65	614.284,65	614.284,65
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.524.458,20</b>	<b>19.371.707,34</b>	<b>19.031.185,08</b>



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

**b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;**

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

### Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

1 - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
<b>I) Impostos Municipais</b>	<b>218.050,39</b>	<b>1.784.135,10</b>	<b>446.033,77</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	7.819,98	818.207,40	204.551,84
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	42.936,13	200.895,04	50.223,76
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	21.717,12	160.188,07	40.047,02
ISS - Imposto Sobre Serviços	117.854,86	483.138,72	120.784,68
Multas e Juros de Mora de Impostos	3.541,08	21.568,10	5.392,02
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	8.974,66	39.124,49	9.781,12
Dívida Ativa de Impostos	15.206,56	61.013,28	15.253,32
<b>II) Transferências do Estado</b>	<b>1.224.809,71</b>	<b>6.125.666,51</b>	<b>1.531.416,62</b>
Cota Parte do ICMS	1.044.435,25	5.266.887,96	1.316.722,00
Cota Parte do IPVA	163.551,74	776.623,29	194.155,81
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	16.822,72	82.155,26	20.538,81
<b>III) Transferências da União</b>	<b>1.117.632,66</b>	<b>6.658.484,96</b>	<b>1.664.621,21</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.059.219,55	6.579.346,66	1.644.836,62
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	53.984,17	56.993,62	14.248,41
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	4.428,94	22.144,68	5.536,17
<b>Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)</b>	<b>2.560.492,76</b>	<b>14.568.286,57</b>	<b>3.642.071,59</b>
<b>2 - FUNDEB</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	
<b>VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB</b>	616.665,69	3.185.936,28	
Transferências de Recursos do FUNDEB	616.665,69	3.185.936,28	
<b>VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>-468.487,95</b>	<b>-2.537.941,20</b>	
Cota Parte do ICMS	-208.886,83	-1.053.376,65	
Cota Parte do IPVA	-32.710,16	-155.030,50	
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-3.364,52	-16.430,97	
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-211.843,84	-1.297.275,53	
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	-10.796,82	-11.398,64	
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	-885,78	-4.428,91	
<b>VIII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - GANHO</b>	<b>148.177,74</b>	<b>647.995,08</b>	
<b>3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	
12.361 - Ensino Fundamental	601.427,29	3.311.217,74	
12.365 - Educação Infantil	356.377,97	1.910.508,42	
12.362 - Ensino Médio	0,00	0,00	
12.367 - Educação Especial	0,00	0,00	
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>957.805,26</b>	<b>5.221.726,16</b>	
<b>4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	
0136 - 0 Salário-Educação	74.040,96	318.788,39	
0137 - 0 Outras Transf. FNDE - PNATE	30.821,74	125.222,44	

20 / 32



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

0162 - 0 Transf.Convênio -Estado/Educação	28.892,74	99.000,33
0318 - 0 Transf.FUNDEB (Remu.Magistério)	0,00	44.828,94
0319 - 0 Transf.FUNDEB (Out.Desp.Ensino)	0,00	19.389,76
0336 - 0 Salário-Educação	0,00	817,40
0337 - 0 Outras Transf. FNDE - PNATE	0,00	40.205,02
0362 - 0 Transf.Convênio-Estado/Ed.Transp.Esc	0,00	15.530,36
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>133.755,44</b>	<b>663.782,64</b>

<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Remuneração dos depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	4.801,79	21.929,87
Outras Deduções	78.102,51	328.271,55
<b>XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>82.904,30</b>	<b>350.201,42</b>

<b>6 - RESUMO</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	2.560.492,76	14.568.286,57
Despesas por função/subfunção(IX)	957.805,26	5.221.726,16
Deduções(X+XI)	216.659,74	1.013.984,06
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Ganho	148.177,74	647.995,08
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	592.967,78	3.559.747,02
Mínimo a ser aplicado	640.123,19	3.642.071,75
Aplicado à Menor	-47.155,41	-82.324,73
Percentual aplicado	23,16	24,43
Déficit	-1,84	-0,57

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 3.559.747,02 correspondente a **24.43%** da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Menor o valor de R\$ 82.324,73 que representa DÉFICIT de 0.57% **DESCUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.**





## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	616.665,69	3.185.936,28	1.911.561,75
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	4.801,79	21.929,87	13.157,92
<b>I) Total das receitas para fins de limite</b>	<b>621.467,48</b>	<b>3.207.866,15</b>	<b>1.924.719,67</b>

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.347.309,50 correspondente a **73.17%** dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 422.589,88 equivalente a 13.17% , **CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.**

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	4.024,65	34.996,98
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	249.657,34	1.801.803,26
319013 - Obrigações Patronais	60.972,94	398.801,65
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	14.832,19	111.707,61
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>329.487,12</b>	<b>2.347.309,50</b>

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	621.467,48	3.207.866,15
Mínimo à ser Aplicado	372.880,47	1.924.719,62
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	329.487,12	2.347.309,50
Aplicação à Maior	-43.393,35	422.589,88
<b>Percentual Aplicado (II) / (I) x 100</b>	<b>53,02</b>	<b>73,17</b>
Déficit	-6,98	13,17

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.347.309,50 correspondente a 73.17% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 422.589,88 equivalente a 13.17% , **CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.**

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319008 - Outros Benefícios Assistenciais	4.024,65	34.996,98
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	249.657,34	1.801.803,26
319013 - Obrigações Patronais	60.972,94	398.801,65
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	14.832,19	111.707,61
<b>II) TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>329.487,12</b>	<b>2.347.309,50</b>

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	621.467,48	3.207.866,15
Mínimo à ser Aplicado	372.880,47	1.924.719,62



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Despesas para Efeito de Cálculo (II)	329.487,12	2.347.309,50
Aplicação à Maior	-43.393,35	422.589,88
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	53,02	73,17
Déficit	-6,98	13,17



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o **exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:**

**III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.**

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2015 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.083.200,00	2.083.200,00	1.782.581,99	85,57
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	892.500,00	892.500,00	818.207,40	91,68
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	147.000,00	147.000,00	159.188,07	108,29
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	661.500,00	661.500,00	482.748,62	72,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	275.100,00	275.100,00	200.895,04	73,03
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	12.600,00	12.600,00	21.405,07	169,88
Dívida Ativa dos Impostos	57.750,00	57.750,00	61.013,30	105,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	36.750,00	36.750,00	39.124,49	106,46
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.966.825,00	15.966.825,00	12.784.151,47	80,07
Cota-Parte FPM	8.022.000,00	8.022.000,00	6.579.346,66	82,02
Cota-Parte ITR	17.325,00	17.325,00	56.993,62	328,97
Cota-Parte IPVA	829.500,00	829.500,00	776.623,29	93,63
Cota-Parte ICMS	6.930.000,00	6.930.000,00	5.266.887,96	76,00
Cota-Parte IPI-Exportação	126.000,00	126.000,00	82.155,26	65,20
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	42.000,00	42.000,00	22.144,68	52,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	42.000,00	42.000,00	22.144,68	52,73
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.050.025,00	18.050.025,00	14.566.733,46	80,70

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2015 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.878.975,00	1.878.975,00	1.168.601,48	62,19
Provenientes da União	1.609.125,00	1.609.125,00	966.884,68	60,09
Provenientes dos Estados	246.750,00	246.750,00	99.630,00	40,38
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	23.100,00	23.100,00	102.086,80	441,93
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	576.293,69	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	105.782,25	105.782,25	77.319,95	73,09
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.984.757,25	1.984.757,25	1.822.215,12	91,81

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (f)	% (f/e) x 100	Até Outubro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.525.422,50	5.900.296,00	4.556.529,48	77,23	4.522.737,35	76,65
Pessoal e Encargos Sociais	2.518.131,25	2.510.337,83	2.218.431,41	88,37	2.218.431,41	88,37
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.007.291,25	3.389.958,17	2.338.098,07	68,97	2.304.305,94	67,97
DESPESAS DE CAPITAL	815.047,50	671.948,70	7.933,50	1,18	7.777,50	1,16
Investimentos	762.547,50	671.948,70	7.933,50	1,18	7.777,50	1,16
Inversões Financeiras	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.340.470,00	6.572.244,70	4.564.462,98	69,45	4.530.514,85	68,93



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com  
Ações e Serviços Públicos de Saúde  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2015 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Outubro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.917.875,00	3.149.649,70	1.429.738,88	31,32	1.399.186,88	30,88
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.880.075,00	3.007.776,50	1.398.048,14	30,63	1.367.986,14	30,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	37.800,00	141.873,20	31.690,74	0,69	31.200,74	0,69
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	1.917.875,00	3.149.649,70	1.429.738,88	31,32	1.399.186,88	30,88
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.422.595,00	3.422.595,00	3.134.724,10	68,68	3.131.327,97	69,12
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	21,50
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIb) / 100]	946.317,95
---	------------

Até o período em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 3.131.327,97 correspondente a **21.50%** das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 946.317,95 equivalente a 6.50% ,acima do limite mínimo. **Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.**



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;*  
*b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;*  
*c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.*

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 23.848.021,60, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.987.335,13 .

1 - RECEITAS CORRENTES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	212.790,43	5,31	2.028.387,24	9,25	2.342.665,42	8,70
Receita de Contribuições	170.734,22	4,26	767.027,21	3,50	967.006,77	3,59
Receita Patrimonial	96.850,02	2,42	544.293,85	2,48	632.651,74	2,35
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	19.674,13	0,49	56.506,68	0,26	68.254,52	0,25
Transferências Correntes	3.419.529,32	85,32	18.262.412,65	83,24	22.608.932,75	83,94
Outras Receitas Correntes	88.316,41	2,20	280.117,74	1,28	315.971,80	1,17
<b>I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.007.894,53</b>	<b>100</b>	<b>21.938.745,37</b>	<b>100</b>	<b>26.935.483,00</b>	<b>100</b>
2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-468.487,95	0,00	-2.537.941,20	0,00	-3.087.461,40	0,00
<b>II) TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>-468.487,95</b>	<b>100</b>	<b>-2.537.941,20</b>	<b>100</b>	<b>-3.087.461,40</b>	<b>100</b>
3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	3.539.406,58	14,84	19.400.804,17	81,35	23.848.021,60	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					1.987.335,13	8,33



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

**Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:**

**I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;**

**II - criação de cargo, emprego ou função;**

**III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**

**IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;**

**V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.**

A despesa líquida com pessoal do Município de Rio dos Cedros realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 12.470.384,72, equivalendo a **52,05%** da receita corrente líquida arrecadada neste período. **Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.**





## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.794.063,30	0,00
Pessoal Ativo	12.089.112,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	655.334,89	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	49.615,92	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	382.132,76	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	366.025,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	18,64	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.088,24	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.411.930,54	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.847.700,76	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.411.930,54	52,05
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%	14.308.620,46	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%	13.593.189,43	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	12.877.758,41	54,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 20/nov/2015 Hora de emissão: 10h e 32m



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de **R\$ 12.029.115,94, equivale a 50,44%** da receita corrente líquida arrecadada neste período, **CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.411.248,70	0,00
Pessoal Ativo	11.706.297,89	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	655.334,89	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	49.615,92	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	382.132,76	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	366.025,88	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	18,64	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.088,24	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.029.115,94	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.847.700,76	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.029.115,94	50,44
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	12.877.758,41	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	12.233.870,49	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	11.589.982,57	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Data Emissão: 20/nov/2015 Hora de emissão: 09h e 05m





## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 382.814,60, equivale a 1,61% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
<b>I) Pessoal Ativo</b>	<b>64.241,10</b>	<b>320.655,19</b>	<b>382.814,60</b>
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	52.019,15	260.173,36	310.428,88
319013 - Obrigações Patronais	11.826,95	58.604,33	70.158,22
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	395,00	1.877,50	2.227,50
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00
<b>II) Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)</b>	<b>64.241,10</b>	<b>320.655,19</b>	<b>382.814,60</b>
<b>2 - Despesas Não Computadas</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>No Exercício</b>	<b>Acumulado</b>
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
<b>IV) Total Despesas Não Computadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL</b>			
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)			23.848.021,60
Limite prudencial - 5,70%			1.359.337,23
Limite máximo - 6%			1.430.881,30
Despesa bruta com pessoal (III)			382.814,60
Despesas não computadas (IV)			0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)			382.814,60
<b>Percentual aplicado em despesas com pessoal</b>			<b>1,61</b>
Limite prudencial (5,70%)			976.522,63
Limite máximo (6%)			1.048.066,70



## Município de Rio dos Cedros

### Estado de Santa Catarina

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

#### Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8o, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Período	Previstas	Arrecadadas	Meta
1º bimestre	3.962.279,63	3.762.637,44	Não Atingiu
2º bimestre	4.391.545,31	4.441.454,41	Atingiu
3º bimestre	3.932.132,79	3.965.845,87	Atingiu
4º bimestre	3.540.048,94	3.768.016,90	Atingiu
<b>5º bimestre</b>	<b>3.764.650,77</b>	<b>3.539.406,58</b>	<b>Não Atingiu</b>
6º bimestre *	13.109.342,56		
<b>Total</b>	<b>32.700.000,00</b>		

\* Provenientes de Convênios Estaduais e Federais previstos, e não efetivados.

Rio dos Cedros(SC), 11 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
Eduardo Osti  
Agente de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
Fernando Tomaselli  
Prefeito Municipal



## **Município de Rio dos Cedros**

### **Estado de Santa Catarina**

Rua Nereu Ramos, 205 - Centro - 89121-000  
CNPJ. 83.102.806/0001-18

Rio dos Cedros(SC), 11 de Dezembro de 2015.

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3668/2016

DECRETO Nº 3.668/2016

CONCEDE REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37 X DA CF/88 NA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO PSF.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto revisada em 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), relativamente a inflação medida pelo INPC acumulado no ano de 2015 a remuneração dos servidores públicos municipais ativos e inativos, pensionistas e remuneração dos Servidores Municipais do PSF, a partir de 1º de Janeiro de 2016.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 13 de janeiro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

CLOVES ANTONIO RAFF

Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO 3669/2016

DECRETO Nº 3.669/2016

CORRIGE VALOR DA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, disposto no Artigo 355 da Lei Municipal nº. 1.196/1997, conforme prevê o Artigo 356 da mesma Lei.

ART. 2º - Desta forma como prevê o Artigo 356 da Lei nº 1.196/1997, a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, verificada pelo IBGE no ano de 2015 foi de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), ficando portanto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ R\$ 3,16 (três reais, dezesseis centavos) para R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos).

ART. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 1.196/1997 de 22 de dezembro de 1997 e na Lei Municipal nº. 1.684/2006 de 18 de Dezembro de 2006.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 13 de janeiro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

CLOVES ANTONIO RAFF

Secretário de Administração e Fazenda

### PORTARIA 7924

PORTARIA Nº 7924/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr LUCIMAR LUIZ FERRARI, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2012 a 01 de fevereiro de 2013, para serem gozadas de 11 de janeiro de 2016 à 09 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 13 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

# Santa Cecilia

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016

EMPRESA – AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

OBJETO – Aquisição de 01 veículo 0KM, com capacidade para 07 (sete) ocupantes, ano 2015, flex, na cor branca, com potência mínima de 106 cv, através do Fundo Municipal de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL: 039/2015

VALOR – O valor ou preço total do presente contrato será de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)

Santa Cecília, 13 de janeiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2016

EMPRESA – COLUSSI & CIA LTDA

OBJETO – A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO "OKM" COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 07 (SETE) PASSAGEIROS, ANO MÍNIMO DE FABRICAÇÃO 2015, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, PORTAS TRASEIRAS DESLIZANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PREGÃO PRESENCIAL: 039/2015

VALOR – O valor ou preço total do presente contrato será de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Santa Cecília, 13 de janeiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 1/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 06/01/2016 Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ALFINETE 50GR Nº24	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9083)	BACCH	0	5,0000	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	BACCHI	0	5,0900	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	BACCHI	0	6,8500	3
2	ALGODÃO (TAMANHO GRANDE)	RL	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ANUNHO	0	3,7000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	CONTTOBABY	0	3,8400	2
3	APAGADOR PARA QUADRO NEGRO	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9083)	SOUZA	0	4,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	CAGEVA	0	4,0500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	SOUZA	0	6,8800	3
4	APAGADORES PARA QUADRO BRANCO	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RADEX	0	3,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	RADEX	0	4,0000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9083)	CARBRINK	0	4,1000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	CARBRINK	0	5,0900	4
5	APONTADOR - DE LÁPIS COM DEPOSITO, EM POLIPROPILENO VIRGEM ATÓXICO TAMANHO 60MM X 22MM X 15MM, COM DEPOSITO (RESERVATÓRIO) DE RESÍDUOS DO LÁPIS COM CAPACIDADE DE 14ML	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LEONORA	0	1,9900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 2/31

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 06/01/2016 Válido até: 06/01/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	BALÃO LINGUIÇA: ROXO, AMARELO, MARRON	PCT	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	LEONORA	0	2,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LYKE	0	2,3500	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	HAPPY DAY	0	8,8000	1
7	BALÕES COLORIDOS - PCT COM 50 TAMANHO 6,5: LARANJA, ROSA, VERDE, BRANCO, PRETO, AMARELO, AZUL	PCT	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SÃO ROQUE	0	8,9000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	SÃO ROQUE	0	11,8500	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	HAPPY DAY	0	4,7000	1
8	BARBANTE CRU (GRANDE) Nº8 200GR	RL	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	RIBERBALL	0	4,7500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	JOY	0	6,0000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PIRATININGA	0	7,1500	1
9	BASTÃO COLA QUENTE- GRANDE	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	EUROFOS	0	7,2000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	KOREA	0	10,8000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	RENDICOLA	0	0,7700	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	RENDICOLLA	0	0,7800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 3/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 06/01/2016      Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	BASTÃO DE COLA QUENTE (PEQUENO)	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARPEL	0	0,8500	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RENDICOLA	0	1,6000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	RENDICOLA	0	0,4800	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	MAKE	0	0,4600	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARPEL	0	0,6000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RENDICOLA	0	0,7200	4
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RED BOR	0	11,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	RED BOR	0	12,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	LEO E LEO	0	13,5000	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MERCUR	0	14,0000	4
11	BORRACHA BRANCA CX C/40 NR 40	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RED BOR	0	11,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	RED BOR	0	12,0000	2
12	CADERNO BROCHURA- 96 FLS (200 UN. CAIXA)	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	JANDAIA	0	319,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PANAMERICA	0	320,0000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	JANDAIA	0	325,0000	3





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 4/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	CADERNO DE DESENHO GRANDE EM ESPIRAL 60 FLS (CX C/ 120 CADERNOS).	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PANAMERICA	0	388,0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CREDEAL	0	390,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	JANDAIA	0	740,0000	3
14	Caneta esférica cristal azul. Corpo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta. Tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita. Não contém PVC. Especificações: Ponta Fina 0,8mm, largura da linha 0,4mm tampa e plug da mesma cor da tinta. Tampa ventilada em conformidade com padrão ISO Bola de Turgência, esfera perfeita e muito resistente. Produto com certificado do Inmetro.	UN	SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	BIC	0	0,6600	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	BIC	0	0,6600	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BIC	0	0,7800	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	BIC FINE	0	0,7900	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	BIC	0	0,8300	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	INJEX PEN	0	0,9600	6
15	CANETA HIDROGRÁFICA ( CONJUNTO, COMPRIDA COM 12 CORES )	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LEONORA	0	3,6900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	3,7000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LEONORA	0	3,8000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 5/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 - TRANSPARENTE	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	ROMITEC	0	0,5400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARES	0	0,5500	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TENORIO	0	0,8000	3
17	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 PRETA	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	ROMITEC	0	0,5400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARES	0	0,5500	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TENORIO	0	0,8000	3
18	CARTOLINA DE DIVERSAS CORES	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ALOFORM	0	0,4500	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SAO MIGUEL	0	0,4600	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	ALCART	0	0,5000	3
19	CARTOPLEX, VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZUL	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	VMP	0	0,8700	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	VMP	0	0,8800	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VMP	0	0,9000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	RST	0	1,2400	4
20	CARTUCHO HP 122COLOR - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	47,9000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 6/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	CARTUCHO HP 60 BLACK - ORIGINAL	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	HP	0	48,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	HP	0	54,9000	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	47,9000	1
22	CARTUCHO HP22 COLOR - ORIGINAL	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	HP	0	48,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	HP	0	50,0000	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	75,0000	1
23	CLIPS Nº 20 500 GR	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	HP	0	77,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	HP	0	90,0000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	HP	0	108,0000	4
23	CLIPS Nº 20 500 GR	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	HP	0	109,9000	5
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RG	0	7,7000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	WIREFLEX	0	7,7500	2
23	CLIPS Nº 20 500 GR	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	NEW	0	10,0000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 7/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 06/01/2016      Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	COLA BASTÃO 10GR - CX COM 24 UNIDADES	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	MAKE	0	25,9000	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LEONORA	0	25,9500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LEONORA	0	26,8000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MARPEL	0	26,9000	4
25	COLA BRANCA. ESPECIFICAÇÕES: FRASCO TRANSPARENTE - FEITO 100% DE PET RECICLADO RETANGULAR, COM BICO APLICADOR E TAMPÃO ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE, CONTENDO NO MÍNIMO 100GRS. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, ATÓXICA, LAVÁVEL, OBRIGATORIO CONSTAR LAVÁVEL NO RÓTULO ORIGINAL DO PRODUTO), PODENDO SER UTILIZADA PARA COLAGENS EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE	UN	SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	ACRILEX	0	2,0700	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	2,0800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	ACRILEX	0	2,1000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ACRILEX	0	2,2400	4
26	COLA GLITTER 35 GR - COLA COLORIDA COM GLITTER COM NO MÍNIMO 35G, LAVÁVEL, PARA FAZER COLAGENS, RELEVOS COLORIDOS E PINTAR SOBRE PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. NÃO TÓXICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, LAVÁVEL COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE GLITTER COM BRILHO INTENSO, COMPOSIÇÃO RESINA DE PVA, GLITTER E CONSERVANTES. PRODUTO COM SELO COMPULSORIO DO INMETRO, PRODUÇÃO NACIONAL. CAIXA COM 6 CORES DIVERSAS	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	ACRILEX	0	9,7000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	9,7500	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ACRILEX	0	10,3000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 8/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	COLA PARA E.V.A CX COM 12 UNIDADES	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	RADEX	0	78.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	79.0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	RADEX	0	90.0000	3
28	COMPASSO - SEM TIRA LINHAS, COM HASTES EM METAL, SENDO QUE UMA POSSUI FIXADOR COM GRAFITE E A OUTRA AGULHA FIXADORA, TAMPA PLÁSTICA DE SEGURANÇA, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 120 MM. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	WALEU	0	2.9000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	LEONORA	0	3.0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	WALEU	0	3.9500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	GOLLER	0	3.9800	4
29	DESTACA TEXTO - VERDE LIMÃO	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	MAKE	0	0,9900	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LEONORA	0	1,0000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	1,3500	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LYKE	0	1,4000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	1,9800	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**



Página: 9/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	DVD REGRAVÁVEL (TUBO C/ 100 UNID.).	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ELGIN	0	345,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	ELGIN	0	346,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ELGIN	0	347,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	ELGIN	0	348,0000	4
32	ENVELOPE PLÁSTICO COM FUROS	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	DAC	0	0,2300	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACP	0	0,2400	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	DAC	0	0,2800	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	REPEL	0	0,2900	4
33	ENVELOPE TAMANHO 11cm x 23cm BRANCO	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ENVELOMAX	0	0,0900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0,1000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	REPEL	0	0,1100	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	IPECOL	0	0,1200	4
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	FORONI	0	0,1200	5



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 10/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	ENVELOPE TAMANHO 125MM X 176 MM BRANCO	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	SCRITY	0	0,1200	6
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ENVELOMAX	0	0,1400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0,1500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	REPEL	0	0,1700	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	IPECOL	0	0,1700	4
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	FORONI	0	0,1800	5
35	ENVELOPE TAMANHO 162 X 229 CM AMARELO	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	SCRITY	0	0,1800	6
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ENVELOMAX	0	0,1900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0,2000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	REPEL	0	0,2200	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	IPECOL	0	0,2200	4
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ENVELOMAX	0	0,2400	1
36	ENVELOPE TAMANHO 20cm x 28 cm BRANCO	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0,2500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 11/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	ENVELOPE TAMANHO 26cm x 36 cm BRANCO	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	REIPEL	0	0,2700	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	IPECOL	0	0,2700	4
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ENVELOMAX	0	0,3900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0,4000	2
38	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 20MM ATÉ 120 FOLHAS, COM 70 UNIDADES	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	REIPEL	0	0,4400	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	MARES	0	19,9000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARES	0	20,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TENORIO	0	21,9000	3
39	ESQUADRO 45° TAMANHO APROXIMADO DE 21 X 14,5 CM ESPESSURA DE 2MM, MATERIAL COM GRADUAÇÃO DE ESQUADRO 45 GRAUS X 90 GRAUS X 45 GRAUS E COM MEDIDAS DE 0 A 14 CM.	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	WALLEU	0	0,8400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	WALEU	0	0,8500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	WALEU	0	1,2400	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LEONORA	0	25,0000	1
40	ESTILETE GRANDE- CX C/ 12 UNID.	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	25,4000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 12/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	26.0000	3
41	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE 48 MM X 45 M	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	SICAD	0	3,1500	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADELBRAS	0	3,1900	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	EMBALANDO	0	3,5400	3
42	FITA ADESIVA PLASTICA 19X50 TRANSPARENTE	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	FSP	0	1,1900	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	TICH	0	1,2000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	SICAD	0	1,2800	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADELBRAS	0	1,3500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	EMBALANDO	0	1,5500	5
43	FITA CORRETIVA MANUAL 5X10MTS	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	MAKE	0	7,3500	1
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	MERCUR	0	7,3900	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	JOCAR	0	7,4000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	MERCUR	0	7,8400	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 13/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	FITA CREPE 19 X 50	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	JOCAR	0	7,8500	5
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	7,9000	6
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12022)	SICAD	0	4,3000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	EUROCEL	0	4,3400	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	EMBALANDO	0	4,3500	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADELBRAS	0	4,6800	4
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12022)	DELTA	0	4,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DELTA	0	4,8500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	DELTA	0	7,4300	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	LEO E LEO	0	2,4500	1
45	GIZ COLORIDO PLASTIFICADO E ANTIALERGICO COM 55 PALITOS	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12022)	DELTA	0	4,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DELTA	0	4,8500	2
46	GIZ DE CERA COMPRIDO, GROSSO C/ 12 UNI FORMATO ANATÔMICO	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12022)	PIRATININGA	0	2,4800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PIRATININGA	0	2,6300	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	2,6500	4
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (12022)	PIRATININGA	0	2,4800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 14/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 06/01/2016 Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	ACRILEX	0	2,7900	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	DELTA	0	2,9500	6
47	GRAMPEADOR DE FERRO 26/6 PARA 25 FOLHAS	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	MAKE	0	15,4900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DESART	0	15,5000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	JOCAR	0	16,0000	3
48	GRAMPOS 26/6 CAIXA COM 5000 UNIDADES	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	FRAMA	0	3,6400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	3,6500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	NEW	0	3,8500	3
49	LÂMINA DE ESTILETE GRANDE	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	JOCAR	0	0,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADECK	0	0,9500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	JOCAR	0	2,9800	3
50	LAPIS DE COR - COM 12 CORES COM O TAMANHO DE 175MM X 8MM DE DIAMETRO DE BOA QUALIDADE, COMPOSIÇÃO DO LAPIS: MADEIRA, PIGMENTO, CARGA INERTE, CERAS E AGLUTINANTES, PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LABRA	0	5,8500	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	LABRA	0	5,8800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 15/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 06/01/2016      Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	LÁPIS PRETO GRAFITE N2 - LÁPIS GRAFITE INTEIRO REDONDO Nº 2, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7,2MM DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DE 175MM. MINA DE GRAFITE NÚMERO 2 CENTRALIZADA, COM NO MÍNIMO 2MM DE DIÂMETRO, RESISTENTE, QUE DESLIZA FACILMENTE SOBRE O PAPEL. GRADUAÇÃO= B. CORPO COM PINTURA SEMIFOSCO PEROLADO COM VERNIZ NA COR PRETA. ESCRITA MACIA, ESCURA E DE EXCELENTE APAGABILIDADE. FÁCIL DE APONTAR, PRODUZIDO COM MATERIAIS TOTALMENTE ATÓXICOS E MADEIRA 100% REFORESTADA. LÁPIS ECOLÓGICAMENTE CORRETO, MAIOR RESISTÊNCIA A QUEBRA DA MINA. NOME DO FABRICANTE E SELO FSC IMPRESSOS NO CORPO DO LÁPIS. CERTIFICADO PELO INMETRO.	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	MULTICOLOR	0	0,5400	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MULTICOLOR	0	6,9900	3
52	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	PAG BRASIL	0	11,7900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	FABER-CATEI	0	0,5500	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	FABER	0	0,6700	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	P.B	0	11,8000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SÃO DOMING	0	11,9000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	SÃO DOMING	0	15,6000	4
53	LIVRO PONTO 220X330 COM 100 FOLHAS	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	SÃO DOMING	0	18,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SÃO DOMING	0	18,9000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	TILIBRA	0	19,4000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 16/31

**Número do Registro de Preços:** 1/2016      **Data do Registro:** 06/01/2016      **Válido até:** 06/01/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	MASSA DE MODELAR - SOFT COM 12 CORES MASSA DE MODELAR CONJUNTO: ESTOJO COM 12 CORES AZUL COBALTO, AZUL CELESTE, VERMELHO VIVO, VERDE VERONESE, VERDE MUSGO, LARANJA, SALMÃO, BRANCO, PRETO, MARROM, AMARELO, PINK, COM PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 180G, A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREJAS, ÁGUA, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, PROFIL PARABENO, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MASSA COM TEXTURA SUPERMACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÁVEIS, QUE NÃO ESFARELA, PRODUTO ATÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, PODE SER REAPROVEITADO, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE COM VALIDADE DE 24 MESES	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	ACRILEX	0	3,7400	1
56	MATRIZ ECTOGRÁFICA ( 150 UNID.)	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	3,7500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	ACRILEX	0	4,4900	3
		CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	HARDCOPY	0	68,0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HRDCOPY	0	69,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	HARDCOPY	0	83,0000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	HU-20	0	87,0000	4
57	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE 25 MTS	RL	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	POLIFIX	0	44,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PLAVITEC	0	45,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	POLIFIX	0	89,0000	3
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VULCAN	0	109,0000	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 17/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	PAPEL CONTINUO C/3000 1 VIA	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MICROFORM	0	76.0000	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ALOFORM	0	77.0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	ALFORM	0	134.2000	3
59	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	FLS	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	VMP	0	0,2900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VMP	0	0,3000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	VMP	0	0,3800	3
60	PAPEL FOTOGRÁFICO CX C/ 20 FLS	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	MASTER	0	22.9000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MASTERPRIN	0	23.0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	OFFPAPER	0	29.8500	3
61	PAPEL OFÍCIO A 4	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	NOBILY	0	139.0000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	NOBILY	0	139.9900	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	CHAMEX	0	154.4000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	RINO	0	154.5000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	ECOQUALITY	0	169.0000	5



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 18/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	RINO	0	170,0000	6
62	PAPEL PARDO ROLO MÉDIO: 0,60 M X 1,00 M	RL	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	5 ESTRELAS	0	52,9000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	NSL	0	53,0000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	55,0000	3
63	PAPEL VERGE - BRANCO E PALHA A4 (GRAMATURA 120), COM 50 UNIDADES	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	ROMITEC	0	12,8800	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	PHILIPAPPER	0	12,9000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	FILIPAPER	0	15,4000	3
64	PASTA AZ LOMBO ESTREITO	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	FRAMA	0	8,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	POLYCART	0	8,9000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	FRAMA	0	10,8000	3
65	PASTA CARTÃO DUPLEX C/ GRAMPO PLASTICO: 335MM X 230MM	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ICL	0	1,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACP	0	1,8500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	FRAMA	0	1,8900	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 19/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 06/01/2016      Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	PASTA DE FOLHAS PRETA- MINIMO C/ 50 FOLHAS	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	ACP	0	14,4000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACP	0	14,5000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	DAC	0	17,6000	3
67	PASTA ELASTICO CRISTAL	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	POLIBRAS	0	1,9000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACP	0	1,9900	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	ALAPLAST	0	2,0400	3
68	PERCEVEJOS	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	JOCAR	0	1,9800	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	PRYON	0	1,9900	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	JOCAR	0	2,2000	3
69	PINCEL CHATO Nº 16- PCT C/ 12 UND.	PCT	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15153)	LEONORA	0	39,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	39,9000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TIGRE	0	58,0000	3
70	PINCEL CHATO Nº 20- PCT C/ 12 UND.	PCT	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	68,0000	1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 20/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 06/01/2016      Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	PINCEL CHATO Nº 22- PCT C/ 12 UNID.	PCT	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LEONORA	0	72,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TIGRE	0	77,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	TIGRE	0	90,0000	1
72	PINCEL PARA PINTURA Nº 12	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	91,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LEONORA	0	111,0000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TIGRE	0	2,3000	1
73	PINCEL PARA PINTURA Nº 14	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	2,3500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	LEO E LEO	0	2,4000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	TIGRE	0	2,4000	1
74	PINCEL PARA QUADRO BRANCO ( AZUL )	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	2,4900	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	LEO E LEO	0	2,5900	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	KIT	0	2,4900	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LYKE	0	2,5000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 21/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	2,7500	3
75	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (PRETO)	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LYKE	0	2,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	2,8500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	JOCAR	0	7,8500	3
76	PINCEL PERMANENTE NASCORES: AZUL, VERMELHO, PRETO, VERDE	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	LYKE	0	1,0000	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	JOCAR	0	1,9000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	PILOT	0	3,3900	3
77	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE COM POTENCIA DE 80W	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	34,5000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	LEOTEC	0	44,8900	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	CLASSE	0	44,9000	3
78	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA COM POTENCIA DE 40W	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	MAKE	0	21,4000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	21,5000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	LEOTEC	0	27,9000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 22/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	PLACA DE BORRACHA E.V.A. (DIVERSAS CORES)	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	CLASSE	0	27,9000	4
				DUBFLEX	0	1,4500	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DUBFLEX	0	1,4600	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	VMP	0	1,8800	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	VMP	0	1,9300	4
80	PLÁSTICO TRANSPARENTE ROLO COM 25 METROS	RL	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	MERCUR	0	37,9000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MERCUR	0	38,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	DAC	0	44,9000	3
81	QUEBRA CABEÇA EM MDF- 15 CM X 15 CM P/ CRIANÇAS A PARTIR DE 02 ANOS	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	P e F	0	30,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	BRINC DE CR	0	30,9000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	XALINGO	0	32,0000	3
82	RÉGUA PLÁSTICA C/ 30 CM	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	WALLEU	0	0,3000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	WALEU	0	0,3100	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 23/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	TESOURA ESCOLAR - COM PONTAS ARREDONDADAS; LÂMINA EM AÇO INOX, CABO ANATÔMICO PARA FACILITAR O USO E PROPORCIONAR MAIOR CONFORTO; LÂMINA COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM; COMPRIMENTO TOTAL (LÂMINA + CABO) DE 13CM. LÂMINA COM ESPESURA DE 1,5MM. CABO PLÁSTICO INTERIORE ATE O PARAFUSO DE UNIÃO DAS LÂMINAS GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE AO PRODUTO.	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	WALEU	0	0,4500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	WALEU	0	0,5200	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	BANDERANT	0	0,5400	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	JAPAN	0	2,1500	1
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	BRW	0	2,1600	2
84	TESOURA GRANDE UNIVERSAL INOXIDÁVEL CABO PLÁSTICO TAMANHO DE 25CM	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	TRIS	0	2,1700	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LEONORA	0	2,2000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	JOCAR	0	2,2300	5
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TRIS	0	2,2500	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	9,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DESART	0	9,9000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	DESART	0	14,6000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 24/31

**Número do Registro de Preços:** 1/2016      **Data do Registro:** 06/01/2016      **Válido até:** 06/01/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	TINTA GUACHE 15ML CAIXA COM 12 UNIDADES CORES SORTIDAS	CX	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ACRILEX	0	3,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PIRATININGA	0	3,9900	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	4,4900	3
86	TINTA PARA CARREGAR PINCEIS DE QUADRO BRANCO NAS CORES: PRETO, VERMELHO E AZUL.	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	PILOT	0	8,7000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	JAPAN	0	8,8000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	GRAMP LINE	0	9,8000	3
87	TINTA PARA PINTURA FACIAL DIVERSAS CORES - CAIXA COM 6 CORES	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MARIPEL	0	17,3000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	YUR	0	17,5000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	YUR	0	18,8000	3
88	TINTA PARA TECIDO NAS CORES: AMARELO, VERMELHO, AZUL, PRETO, BRANCO E VERDE.	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	ACRILEX	0	3,2000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	3,2500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	ACRILEX	0	3,4400	3
89	TINTA ROLO GRANDE NAS CORES: VERDE, AZUL, CELESTE, BRANCO, PRETO, MARRON, VERMELHO, AMARELO E LARANJA.	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	SUL BRASIL	0	78,8000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 25/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 06/01/2016      Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	TONER 05A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SANTAFÉ	0	81,0000	3
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	STAFÉ	0	97,0000	4
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	45,0000	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	46,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	78,0000	3
91	TONER 12A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	32,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	33,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	35,0000	3
92	TONER 35A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	32,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	33,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	66,0000	3
93	TONER 49A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	44,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 26/31

**Número do Registro de Preços:** 1/2016      **Data do Registro:** 06/01/2016      **Válido até:** 06/01/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	TONER CE 3013 A MAGENTA - COMPATIVEL	UN	MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	45,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	50,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	45,0000	1
95	TONER CE3010 A BLACK - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	49,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	50,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	48,0000	1
96	TONER CE3011 A CIANO - AZUL - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	49,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	50,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	48,0000	1
97	TONER CE3012 A AMARELO - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	49,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	104,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	48,0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	95,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 27/31

**Número do Registro de Preços:** 1/2016      **Data do Registro:** 06/01/2016      **Válido até:** 06/01/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	TONER HP 85A - COMPATIVEL		MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	104,0000	3
		UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	32,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	33,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	41,0000	3
99	TONER KYOCERA TK 137 - COMPATIVEL		MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	60,0000	1
		UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	69,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	IMPORTADO	0	89,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	DEA	0	114,9900	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	D&A	0	115,0000	5
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	PREMIUM	0	115,0000	6
100	TONER SAMSUNG ML 2850 - COMPATIVEL		SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	79,0000	1
		UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	80,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	85,0000	3





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 28/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	TONER SAMSUNG SCX 4100 - COMPATIVEL	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	68,0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	69,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	70,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	DEA	0	99,9900	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	D&A	0	100,0000	5
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	PREMIUM	0	100,0000	6
102	TONNER 283A COMPATIVEL PREMIUM	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	44,0000	1
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	45,0000	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	49,0000	3
103	TONNER D101 COMPATIVEL PREMIUM	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	80,0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	82,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	92,0000	3
104	TONNER L E 120 COMPATIVEL PREMIUM	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	D&A	0	63,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 29/31

**Número do Registro de Preços: 1/2016**      **Data do Registro: 06/01/2016**      **Válido até: 06/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Transferidor 180° - TRANSPARENTE DE POLIESTIRENO CRISTAL, COM DIVISÃO EM MILÍMETROS DEIMARCADA DE FORMA CLARA E PRECISA	UN	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	MASTER	0	64,0000	2
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	PREMIUM	0	70,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME (12124)	DEA	0	114,9900	4
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	PREMIUM	0	115,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	D&A	0	115,0000	6
			MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (12022)	LEONORA	0	1,0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BANDERANT	0	1,2500	2
			SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP (15155)	WALEU	0	1,7900	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (15153)	WALEU	0	1,7900	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Página: 30/31

**Número do Registro de Preços:** 1/2016      **Data do Registro:** 06/01/2016      **Válido até:** 06/01/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	WALEU	0	1,7900	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 31/31

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 06/01/2016		Válido até: 06/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente, materiais de informática para uso nas escolas da rede municipal de ensino para o ano de 2016, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016

PROCESSO Nº 39/2015

- (9093) - SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME
- (12022) - MAXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI
- (12124) - JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME
- (15153) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (15155) - SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP
- (15158) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Santa Cecilia, 6 de Janeiro de 2016.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 1/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ARLA 32 BALDE COM 20 LTS	BAL	CESCA & CIA LTDA (11961)	IPRANGA	0	65,0000	1
2	FILTRO DE AR - CAMIONETES10 / GM ADVATAGE D C DUPLA GASOLINA 147 CV ANO 2010	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	ECOTEC	0	74,0000	2
3	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECHIL	0	92,0000	1
4	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	92,5000	2
5	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECHIL	0	74,0000	1
6	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	74,5000	2
7	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECHIL	0	20,0000	1
8	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	20,5000	2
9	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECHIL	0	20,0000	1
10	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	20,5000	2
11	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECHIL	0	26,0000	1
12	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	26,5000	2
13	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECHIL	0	84,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 2/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	84,5000	2
8	FILTRO DE AR - FIAT DUCATO MC RONTANAME - 127CV ANO 2010 MOD 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	139,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	139,5000	2
9	FILTRO DE AR - FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4 - 86CV ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	59,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	59,5000	2
10	FILTRO DE AR - FIAT STRADA WORKING 2P- 0.70/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	26,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	26,5000	2
11	FILTRO DE AR - FIAT PALIO ESSENCE 1.6 117CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	59,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	59,5000	2
12	FILTRO DE AR - FIAT UNO MILLE ECONOMY 66CV ANO 2011	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	46,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	46,5000	2
13	FILTRO DE AR - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	FRAM	0	299,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	299,5000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 3/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	FILTRO DE AR - HIDRAULICA EC 140B VOLVO 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	VOLVO	0	717,0000	1
15	FILTRO DE AR - IVECO TECTOR 240 E28 23,00T 280CV/ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	717,5000	2
16	FILTRO DE AR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 28P ANO 2012 MOD 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	230,0000	1
17	FILTRO DE AR - MICRO ONIBUS IMARCOPOLO VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	231,5000	2
18	FILTRO DE AR - MOTONMELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE N8AF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	MECO	0	298,0000	1
19	FILTRO DE AR - ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	298,5000	2
20	FILTRO DE AR - ONIBUS VW/16.180 CO 48P/184CV ANO 1996 MOD 1997	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	124,0000	1
				TECFIL	0	124,5000	2
				DONALDSON	0	162,0000	1
				TECFIL	0	162,5000	2
				TECFIL	0	174,0000	1
				TECFIL	0	174,5000	2
				TECFIL	0	128,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 4/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	129,5000	2
21	FILTRO DE AR - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV/ANO 2009	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	174,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	174,5000	2
22	FILTRO DE AR - PÁ CARREGADEIRA CASEW20 B SUPER ANO 1992	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	BALDWIN	0	310,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	312,0000	2
23	FILTRO DE AR - RENAULT/MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	112,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	112,5000	2
24	FILTRO DE AR - RENAULT/M REVESCAP L3H2 - 114CV 19P ANO 2010 MOD 2011	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	112,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	112,5000	2
25	FILTRO DE AR - TOYOTA BANDEIRANTE 3P/1,00T/90CV/ANO 1990	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	89,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	89,5000	2
26	FILTRO DE AR - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV/ANO 1994	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	443,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	444,0000	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 5/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	FILTRO DE AR - VW/NOVO VOYAGE 1.0 - 76CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	42,0000	1
28	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CAMIONETES 10 / GM ADVATAGE D C DUPLA GASOLINA 147 CV ANO 2010	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	42,5000	2
29	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	37,0000	1
30	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2015	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	37,5000	2
31	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
32	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT STRADA WORKING CE 2P - 0,68T/86CV ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	23,5000	2
		UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
		UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	23,5000	2
		UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
		UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	23,5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 07/01/2016		Válido até: 07/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT DOBLO CIT ATTRACDIV 1.4 7P/86 CVATTRACDIV ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
34	FILTRO DE COMBUSTIVEL -FIAT DUCATO MC RONTANAME - 127CV ANO 2010 MOD 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	124,0000	1
35	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4 - 88CV ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
36	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT STRADA WORKING 2P- 0.70/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
37	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/PALIO ESSENCE 1.6 117CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
38	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/UNO MILLE ECONOMY 66CV ANO 2011	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
39	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
40	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
41	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
43	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
44	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
45	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
46	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
47	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
48	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
49	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
50	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
52	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
53	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
54	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
55	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
56	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
57	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
58	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
59	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
60	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
61	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
62	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
63	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
64	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
65	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
66	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
67	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
68	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
69	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
70	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
71	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
72	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
73	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
74	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
75	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
76	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
77	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
78	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
79	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
80	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
81	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
82	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
83	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
84	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
85	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
86	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
87	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
88	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
89	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
90	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
91	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
92	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
93	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
94	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
95	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
96	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
97	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
98	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
99	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1
100	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 7/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	FILTRO DE COMBUSTIVEL - HIDRAULICA EC 140B VOLVO 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	VOLVO	0	158,0000	1
41	FILTRO DE COMBUSTIVEL - INTERNACIONAL-NAVISTAR 4700 4X2 16,00T/210CV ANO 2001	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	122,0000	1
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL - IVECO TECTOR 240 E28 23,00T 280CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	136,0000	1
43	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 29P ANO 2012 MOD 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	IVECO	0	365,0000	1
44	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	136,0000	1
45	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MOTOCICLETA HONDA CG 125 FAN ES CV 124CC ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	HONDA	0	39,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 8/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE NBAF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	DONALDSON	0	48,0000	1
47	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	49,0000	2
48	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS M.BENZ/OF 1318 45P 184CV ANO 1.992	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	135,0000	1
49	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/16.180 CO 48P/184CV ANO 1.996 MOD 1.997	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	137,0000	2
50	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	14,0000	1
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RENAULT/MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	15,0000	2
52	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RENAULT/M REVECAP L3H2 - 114CV 19P ANO 2010 MOD 2011	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	24,0000	1
					0	25,0000	2
					0	136,0000	1
					0	137,0000	2
					0	74,0000	1
					0	75,0000	2
					0	74,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 9/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RETRO ESCAVADEIRA CAT416E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	CATERPILLAR	0	435,0000	1
54	FILTRO DE COMBUSTIVEL - TOYOTA BANDEIRANTE 3P/1,00T/90CV ANO 1990	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	9,9000	1
55	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	10,0000	2
56	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/NOVO VOYAGE 1.0 - 76CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	27,0000	1
57	FILTRO DE OLEO - CAMIONETES/10 / GM ADVATAGE D C DUPLA GASOLINA 147 CV ANO 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	24,0000	1
58	FILTRO DE OLEO - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 10/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	FILTRO DE OLEO - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23.0000	1
60	FILTRO DE OLEO - CORSA CHEVROLET/CLASSIC LS - 78CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	24.0000	2
61	FILTRO DE OLEO - FIAT STRADA WORKING CE 2P -0,68T/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	23.0000	1
62	FILTRO DE OLEO - FIAT DOBLO CIT ATTRACDIV 1.4 7P/86 CV/ATTRACDIV ANO 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	24.0000	2
63	FILTRO DE OLEO - FIAT DUCATO MC RONTANAME - 127CV ANO 2010 MOD 2010	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	25.0000	1
64	FILTRO DE OLEO - FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4 - 86CV ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	27.0000	2
65	FILTRO DE OLEO - FIAT STRADA WORKING 2P-0.70/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	69.0000	1
						70.0000	2
						47.0000	1
						48.0000	2
						24.0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 11/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	25,0000	2
66	FILTRO DE OLEO - FIAT/PALIO ESSENCE 1.6 117CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	47,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	48,0000	2
67	FILTRO DE OLEO - FIAT/UNO MILLE ECONOMY 68CV ANO 2011	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	27,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	28,0000	2
68	FILTRO DE OLEO - FORD CARGO 2629 6X4 23,00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	143,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	145,0000	2
69	FILTRO DE OLEO - HIDRAULICA EC-140B VOLVO 2010	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	VOLVO	0	285,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	270,0000	2
70	FILTRO DE OLEO - IVECO TECTOR 240 E28 23,00T 280CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	143,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	145,0000	2
71	FILTRO DE OLEO - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 29P ANO 2012 MOD 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	IVECO	0	260,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	262,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 12/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	FILTRO DE OLEO - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	49,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	50,0000	2
73	FILTRO DE OLEO - MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE NBAF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	DONALDSON	0	94,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	95,0000	2
74	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/15,190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	49,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	50,0000	2
75	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/16,180 CO 48P /184CV ANO 1,996 MOD 1,997	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	77,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	78,0000	2
76	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	172,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	175,0000	2
77	FILTRO DE OLEO - PÁ CARREGADEIRA CASEW20 B SUPER ANO 1992	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	DONALDSON	0	82,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	83,0000	2
78	FILTRO DE OLEO - RENAULT/MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	87,0000	1



Página: 13/21

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**



Número do Registro de Preços: 2/2016 Data do Registro: 07/01/2016 Válido até: 07/01/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	88,0000	2
79	FILTRO DE OLEO - RENAULT/M REVECAP L3H2 - 114CV 19P ANO 2010 MOD 2011	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	82,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	83,0000	2
80	FILTRO DE OLEO - RETRO ESCAVADEIRA CAT416E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	CATERPILLAR	0	230,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	233,0000	2
81	FILTRO DE OLEO - TOYOTA BANDEIRANTE 3P/1,00T/90CV ANO 1990	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	29,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	30,0000	2
82	FILTRO DE OLEO - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	81,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	82,0000	2
83	FILTRO DE OLEO - VW/NOVO VOYAGE 1.0 - 76CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	24,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	25,0000	2
84	FILTRO DE SEPARADOR - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	119,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	120,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 14/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	FILTRO HIDRAULICA VOLVO SEPARADOR VO110888	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	VOLVO	0	380,0000	1
86	FILTRO SEPARADOR - INTERNACIONAL-NAVISTAR 4700 4X2 16.00T/210CV ANO 2001	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	362,0000	2
87	FILTRO SEPARADOR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 28P ANO 2012 MOD 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	87,0000	1
88	FILTRO SEPARADOR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 28P ANO 2012 MOD 2002	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	88,0000	2
89	FILTRO SEPARADOR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 28P ANO 2012 MOD 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	MECO	0	195,0000	1
90	FILTRO SEPARADOR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 28P ANO 2012 MOD 2002	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	196,0000	2
91	FILTRO SEPARADOR - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	105,0000	1
92	FILTRO SEPARADOR - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	109,0000	2
93	FILTRO SEPARADOR MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE N8AF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	DONALDSON	0	95,0000	1
94	FILTRO SEPARADOR MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE N8AF00214-ANO 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	97,0000	2
95	FILTRO SEPARADOR -ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	92,0000	1
96	FILTRO SEPARADOR -ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	93,0000	2
97	FILTRO SEPARADOR -ONIBUS VW/16.180 CO 48P /184CV ANO 1.996 MOD 1.997	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	92,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 15/21

**Número do Registro de Preços:** 2/2016      **Data do Registro:** 07/01/2016      **Válido até:** 07/01/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS VW/COMIL VERSATILE 1 206CV 48P ANO 1998 MOD 1999	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	88,0000	1
93	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	92,0000	1
94	FILTRO SEPARADOR - RETRO ESCAVADEIRA CAT416E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	BALDWIN	0	235,0000	1
95	FILTRO TRATOR COYOTE CT 4490 COMBUSTIVEL	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	238,0000	2
96	FILTRO TRATOR COYOTE CT 4490 LUBRIFICANTE	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	CHANPC COY	0	114,0000	1
97	FILTRO TRATOR JOHN DEERE AR 1 AL172780	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA (8877)	TECFIL	0	115,0000	2
				CHANPC COY	0	205,0000	1
				TECFIL	0	207,0000	2
				JOHN DEERE	0	645,0000	1
				TECFIL	0	649,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 16/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	FILTRO TRATOR JOHN DEERE AR 2 AL150288	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	JOHN DEERE	0	350,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	355,0000	2
99	FILTRO TRATOR JOHN DEERE COMBUSTIVEL RE62419	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	JOHN DEERE	0	183,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	185,0000	2
100	FILTRO TRATOR JOHN DEERE LUBRIFICANTE RE59754	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	JOHN DEERE	0	114,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	115,0000	2
101	FILTRO TRATOR JOHN DEERE SEPARADOR DQ24057	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	JOHN DEERE	0	113,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	114,0000	2
102	FLUIDO DE FREIO DOT 4 ( 500 ML)	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	VARGA	0	11,8000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	KARTER	0	11,9000	2
103	GASOLINA AMARELA COMUM	LT	CESCA & CIA LTDA (11961)	PIRANGA	0	3,4500	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	SHELL	0	3,4800	2
104	GRAXA AZUL BALDE 10KG	BAL	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	KARTER	0	153,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 17/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	KARTER	0	155,0000	2
105	GRAXA TAMBOR COM 170KG	UNI	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	UNIGRAX	0	1.060,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	KARTER	0	1.064,0000	2
106	LUBRAX GRANS THF 11 20 LT	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	295,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	300,0000	2
107	OLEO 2 TEMPOS COM 500ML	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	STH-L	0	18,8000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	19,0000	2
108	OLEO ATF 150	LT	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	14,8000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	KARTER	0	15,0000	2
109	OLEO DE CAIXA 90, BALDE COM 20 LTS	BAL	CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	170,0000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	174,0000	2
110	OLEO DE DIFERENCIAL 140, BALDE COM 20 LTS	BAL	CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	170,0000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	173,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 18/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	ÓLEO DE FREIO	LTR	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	VARGA	0	11,0000	1
112	ÓLEO DIESEL COMUM	LT	CESCA & CIA LTDA (11961)	KARTER	0	11,9000	2
113	ÓLEO DIESEL S10	LT	CESCA & CIA LTDA (11961)	PIRANGA	0	2,8000	1
114	ÓLEO HIDRAULICO 10, BALDE COM 20 LTS	BAL	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	SHELL	0	2,8100	2
115	ÓLEO HIDRAULICO 30W	BAL	CESCA & CIA LTDA (11961)	PIRANGA	0	2,9000	1
116	ÓLEO HIDRAULICO 68, BALDE COM 20 LTS	BAL	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	SHELL	0	2,9050	2
117	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40	BAL	CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	150,0000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	155,0000	2
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	310,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	315,9000	2
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	114,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	KARTER	0	115,0000	2
			CESCA & CIA LTDA (11961)	LUBRAX	0	155,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 19/21

**Número do Registro de Preços: 2/2016**      **Data do Registro: 07/01/2016**      **Válido até: 07/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	OLEO LUBRIFICANTE 5W40	LT	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	PETROBRÁS	0	198,0000	2
119	OLEO SELENIA 5W30	LT	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	SHELL	0	50,0000	1
120	SELENIA WR 5W30 ACEA C2 (MOTOR DIESEL)	LT	ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	SELENIA	0	25,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	SELENIA	0	25,9000	2
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA (8877)	SELENIA	0	28,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 20/21

**Número do Registro de Preços:** 2/2016      **Data do Registro:** 07/01/2016      **Válido até:** 07/01/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	SELENIA	0	28.5000	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 07/01/2016		Válido até: 07/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, filtros e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal para o ano de 2016, conforme anexos do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016**

**PROCESSO Nº 40/2015**

(8877) - ADAMI & GRANEMANN LTDA

(11961) - CESCA & CIA LTDA

Santa Cecilia, 7 de Janeiro de 2016.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 016/2016 INTERROMPE LICENÇA SEM VENCIMENTOS**

PORTARIA Nº 016/2016

DETERMINA A INTERRUPÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica interrompida a licença sem vencimento, concedida através da portaria 054/2015 de 09 de março de 2015, do servidor Ademir Antonio Detofol, matrícula 08/9, ocupante do cargo de Contador Geral a contar desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 13 de Janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matrícula nº 1300/2

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 003/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 003/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

Fixa Índice para Correção das Tarifas e Serviços do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para o Exercício de 2016 e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 714/2014, de 03 de abril de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica corrigido em 9,42 % (nove virgula quarenta e dois por cento), o valor das Tarifas e Serviços constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 714/2014, de 03 de abril de 2014 (Sistema Municipal de Abastecimento de Água), referente o IGP-M acumulado no período de Março de 2015 a Dezembro de 2015, conforme anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO

Diretora de Departamento / Secret.Municipal de Administração e Finanças.

#### ANEXO I

#### TABELA DE VALORES PARA CALCULO DA TARIFA DE AGUA E SERVIÇOS

##### FAIXA DE CONSUMO- CATEGORIA "A" (PERÍMETRO URBANO)

##### RESIDENCIAL SEM LIMITE DE CONSUMO

Até 7 m3 ..... = R\$ 18,17

De 8 a 15 m3 ..... = + R\$ 2,26 p/m3 excedente de 7 m3

De 16 a 20 m3 ..... = + R\$ 3,40 p/m3 excedente de 15 m3

De 21 a 30 m3 ..... = + R\$ 4,54 p/m3 excedente de 20 m3

Acima de 31 m3 ..... = + R\$ 5,68 p/m3 excedente de 30 m3

#### OUTROS SERVIÇOS :

##### 01-REESTABELECIMENTO DE AGUA

Serviço de Ligação ..... = R\$ 11,36

Por falta de pagamento ..... = R\$ 22,72

##### 02-DESLIGAMENTO

por solicitação do usuário ..... = R\$ 11,36

##### 03-CONSUMO DE AGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS CONGENERES.

Custo fixo até 15 dias ..... = R\$ 68,17

Custo fixo acima de 15 dias ..... = R\$ 113,62

##### 04-AFERIÇÃO DE HIDROMETROS

Por solicitação do usuário ou Município....= R\$ 11,36

## 05-TAXA DE EXPEDIENTE

Emissão da 2ª via da conta da água ..... = R\$ 6,82  
 Substituição de Hidrômetro ..... = R\$ 11,36  
 Colocação de Hidrômetro ..... = R\$ 11,36

## 06-LIGAÇÃO DE AGUA COM FORNECIMENTO DE HIDROMETRO

## CONDIÇÕES VALOR DA PRESTAÇÃO

A vista = R\$ 136,34  
 02 pgts = R\$ 73,85  
 03 pgts = R\$ 56,81

Santiago do Sul, SC, 04 de Janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

## ANEXO II

## ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2015	0,49	10,5443	10,5443	1.484,9309
Nov/2015	1,52	10,0053	10,6873	1.477,6902
Out/2015	1,89	8,3582	10,0985	1.455,5657
Set/2015	0,95	6,3482	8,3588	1.428,5658
Ago/2015	0,28	5,3474	7,5538	1.415,1222
Jul/2015	0,69	5,0533	6,9639	1.411,1709
Jun/2015	0,67	4,3334	5,5829	1.401,5005
Mai/2015	0,41	3,6390	4,1041	1.392,1730
Abr/2015	1,17	3,2158	3,5442	1.386,4884
Mar/2015	0,98	2,0222	3,1450	1.370,4541
Fev/2015	0,27	1,0321	3,8499	1.357,1540

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

Demonstrativo de Fórmula de Cálculo:  $1.484,9309 / 1.357,1540 = 1,09415\%$

**DECRETO Nº001/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº001/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

Fixa Índice para Correção dos Tributos Municipais para o Exercício de 2016 e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de acordo com o disposto no § 1º, do Artigo 1º, da Lei Complementar nº.008/2000, de 18 de dezembro de 2000 e alterações posteriores.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica corrigido em 10,54% (Dez virgula cinquenta e quatro por cento), o valor dos Tributos Municipais constantes na Lei Complementar nº004/98, de 04 de dezembro de 1998 (Código Tributário Municipal) e alterações posteriores, das Infrações e Penalidades constantes no Capítulo IV, da Lei Complementar nº005/99, de 26 de agosto de 1999 (Normas que Regulam as Edificações), Lei Municipal nº151/2000, de 18 de dezembro de 2000 (Taxas da Tabela dos Atos da Vigilância Sanitária), Lei Complementar Nº012/2003, de 11 de Dezembro de 2003 (ISSQN), Leis Complementares nº014/2005, de 15 de dezembro de 2005 e nº016/2007, de 10 de dezembro de 2007 (Fixa o Valor Venal dos Imóveis), referente o IGP-M acumulado no exercício de 2015, conforme anexos II, III, IV, V, VI, VII e VIII do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO

Diretora de Departamento / Secret.Municipal de Administração e Finanças.

**ANEXO I****ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M**

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2015	0,49	10,5443	10,5443	1.484,9309
Nov/2015	1,52	10,0053	10,6873	1.477,6902
Out/2015	1,89	8,3582	10,0985	1.455,5657
Set/2015	0,95	6,3482	8,3588	1.428,5658
Ago/2015	0,28	5,3474	7,5538	1.415,1222
Jul/2015	0,69	5,0533	6,9639	1.411,1709
Jun/2015	0,67	4,3334	5,5829	1.401,5005
Mai/2015	0,41	3,6390	4,1041	1.392,1730
Abr/2015	1,17	3,2158	3,5442	1.386,4884
Mar/2015	0,98	2,0222	3,1450	1.370,4541
Fev/2015	0,27	1,0321	3,8499	1.357,1540

Jan/2015	0,76	0,7600	3,9638	1.353,4995
----------	------	--------	--------	------------

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

## DECRETO Nº002/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº002/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

Fixa o Valor da Hora Máquina para o Ano de 2016 e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de acordo com o disposto no Artigo 2º, da Lei Municipal nº278/2005, de 16 de maio de 2005; Lei Municipal n. 451/2009 de 10 de julho de 2009 e Lei Municipal nº 514/2010 de 29 de setembro de 2010,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam corrigidos em 10,54% (Dez virgula cinquenta e quatro por cento), os valores da Hora Máquina para o exercício de 2016, constantes no Art. 1º da Lei Municipal nº 514/2010, de 29 de setembro de 2010 e demonstrado no Anexo II do presente Decreto, referente o IGP-M acumulado no exercício de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO

Diretora de Departamento / Secret.Municipal de Administração e Finanças.

### ANEXO I

#### ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2015	0,49	10,5443	10,5443	1.484,9309
Nov/2015	1,52	10,0053	10,6873	1.477,6902
Out/2015	1,89	8,3582	10,0985	1.455,5657
Set/2015	0,95	6,3482	8,3588	1.428,5658
Ago/2015	0,28	5,3474	7,5538	1.415,1222
Jul/2015	0,69	5,0533	6,9639	1.411,1709
Jun/2015	0,67	4,3334	5,5829	1.401,5005
Mai/2015	0,41	3,6390	4,1041	1.392,1730

Abr/2015	1,17	3,2158	3,5442	1.386,4884
Mar/2015	0,98	2,0222	3,1450	1.370,4541
Fev/2015	0,27	1,0321	3,8499	1.357,1540
Jan/2015	0,76	0,7600	3,9638	1.353,4995

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

#### ANEXO II

DESCRIÇÃO	VALOR HORA/MÁQUINA EM R\$
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	76,27
TRATOR DE ESTEIRA	76,27
MOTONIVELADORA	76,27
PÁ-CARREGADEIRA	76,27
RETRO-ESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X4	61,02
RETRO-ESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X2	45,76
ROLO COMPACTADOR	76,27
TRATOR DE PNEUS	45,76
CAÇAMBA – POR KM RODADO	1,55
CULTIVADOR MOTORIZADO COM ROÇADEIRA CENTRAL	22,88

### DECRETO Nº005/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº005/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a delegação de competência a Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegado competência a Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Departamento, para responder, interinamente, por todos os atos inerentes a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, podendo para tanto praticar os atos necessários, em decorrência do afastamento da servidora pública Carine Piva por motivo de férias, durante o período de 01 de Janeiro de 2016 a 18 de Janeiro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 004/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 004/2016 - DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

"Fixa Preço Público para a Prática Desportiva na Quadra Poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural e dá Outras Providências."

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 737/2014, de 26 de agosto de 2014;

**DECRETA:**

Art. 2º Ficam corrigidos em 10,54% (dez virgula cinquenta e quatro por cento), o preço público para a prática desportiva na quadra poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural, constantes no § 2º do Art. 1º do Decreto Nº287/2014 de 26 de Novembro de 2014 e Lei Municipal nº 737/2014, de 26 de Agosto de 2014 e demonstrado no Anexo I do presente Decreto, referente o IGP-M acumulado no exercício de 2015, passando de R\$ 10,00 (dez reais) para R\$ 11,05 (onze reais e cinco centavos)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO

Diretora de Departamento / Secret.Municipal de Administração e Finanças.

**ANEXO I****ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M**

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2015	0,49	10,5443	10,5443	1.484,9309
Nov/2015	1,52	10,0053	10,6873	1.477,6902
Out/2015	1,89	8,3582	10,0985	1.455,5657
Set/2015	0,95	6,3482	8,3588	1.428,5658
Ago/2015	0,28	5,3474	7,5538	1.415,1222
Jul/2015	0,69	5,0533	6,9639	1.411,1709
Jun/2015	0,67	4,3334	5,5829	1.401,5005
Mai/2015	0,41	3,6390	4,1041	1.392,1730
Abr/2015	1,17	3,2158	3,5442	1.386,4884
Mar/2015	0,98	2,0222	3,1450	1.370,4541
Fev/2015	0,27	1,0321	3,8499	1.357,1540
Jan/2015	0,76	0,7600	3,9638	1.353,4995

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1206/2016

DECRETO Nº 1206, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação os seguintes membros:

Deborah Cintia de Quadros - Presidente  
Sandra Maria Sadowski Andrzejewski - Suplente  
Leila Mara de Oliveira Jeller - Secretária  
Carla Eloise Mulbauer - Suplente  
Larissa Juliane Jablonski - Membro  
Jocemari Telma Teixeira - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1207/2016

DECRETO Nº 1207, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação os seguintes membros:

Daniele Celeski Wojakievicz - Presidente  
Edemilson Benedito de Assis - Suplente  
Lisane Krisz Ilg - Secretária  
Sirlei Aparecida Dambroz - Suplente  
Nilso Agostinho Cabral - Membro  
Josiane Caetano Souza Alves das Neves - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1208/2016

DECRETO Nº 1208, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Administração, Alcionei França da Silva, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- Promover o devido controle hierárquico;
- Homologar o resultado do Pregão;
- Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1209/2016

DECRETO Nº 1209, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Saúde, Deodato Raul Hruschka, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, no Fundo Municipal de Saúde, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- Promover o devido controle hierárquico;
- Homologar o resultado do Pregão;
- Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1210/2016

DECRETO Nº 1210, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Bento do Sul, Paulo Roberto Scheide, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações

modalidade Pregão, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Bento do Sul, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- Promover o devido controle hierárquico;
- Homologar o resultado do Pregão;
- Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1211/2016

DECRETO Nº 1211, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Diretor Presidente da Fundação Cultural, Robson Rodrigues da Silva, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Cultural, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- Promover o devido controle hierárquico;
- Homologar o resultado do Pregão;
- Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1212/2016**

DECRETO Nº 1212, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação, Luiz Carlos Pedrozo, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Empresa Municipal de Habitação, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1213/2016**

DECRETO Nº 1213, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos, Luiz Neri Pereira, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Municipal de Desportos, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1214/2016**

DECRETO Nº 1214, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, do Fundo Municipal de Saúde, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB e da Fundação Cultural de São Bento do Sul, para o exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51 da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como Pregoeiros e Equipe de Apoio: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI, CARLA ELOISE MULBAUER, FERNANDA SPITZNER, DEBORAH CINTIA DE QUADROS, LEILA MARA DE OLIVEIRA JELLER, DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ, ROSANE FIEDLER, IVO HENNING FILHO, IGOR WEISS, MARLA HUEBL KAISER, LUIZ CARLOS KLUSKA, SARA GIOVANA DADAM ZILLOTTO, CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA, LUIS ANTONIO BOHOMO, ROBERTA LINZMEIER E LUCIANE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA, nas Licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, do Fundo Municipal de Saúde, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB e da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Parágrafo Único - O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Fica designado o Departamento de Suprimentos e Patrimônio para a gestão dos contratos administrativos, com as funcionárias Lisane Krisz Ilg e Larissa Juliane Jablonski

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1215/2016**

DECRETO Nº 1215, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação os seguintes membros:

Sara Giovana Dadam Ziliotto - Presidente  
Carla Eloise Mulbauer - Suplente  
Luis Fernando Roesler - Secretário  
Marla Huebl Kaiser - Suplente  
Luiz Carlos Kluska - Membro  
Sérgio Ricardo Pereira - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**LISTAGEM PORTARIAS Nº 01/2016**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10745, de 12 de janeiro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Indústria e Comércio, a pedido, a partir de 08 de janeiro de 2016. Marco Aurélio Vilicinski. SECON.

Portaria nº 10746, de 12 de janeiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 12 de janeiro de 2016. Vitor Hugo Felipe Knoblauch, Médico Clínico Geral, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10747, de 13 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio triênio 2009/2012, período de 11/02/2016 a 11/03/2016. Janice Dziedicz, Instrutor de Atividades Artesanais. SEMAS.

Portaria nº 10748, de 13 de janeiro de 2016. Prorroga Licença de Parte de Jornada de Trabalho conforme Lei nº 2585/2010, a partir de 07 de fevereiro de 2016. Maria da Glória Correa, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 10749, de 13 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio triênio 2009/2012, período de 24/02/2016 a 24/03/2016. Janaina Boeira da Silva, Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 10750, de 13 de janeiro de 2016. Concede Licença Prêmio triênio 2009/2012, período de 15/02/2016 a 15/03/2016. Zelia Terezinha Conte Manfio, Auxiliar de Serviços. FC.

Portaria nº 10752, de 13 de janeiro de 2016. Conclusão de Estágio Probatório, período de 19/12/2012 a 18/12/2015. Joel Trindade dos Santos. Encanador. SEMOB.

Portaria nº 10753, de 13 de janeiro de 2016. Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/04/2012 a 25/12/2015. Joice Rudnick Linzmeyer, Telefonista. GAPRE.

Portaria nº 10754, de 13 de janeiro de 2016. Conclusão de Estágio Probatório, período de 19/12/2012 a 26/12/2015. Henrique Valdivio Schroeder, Engenheiro Civil. SEPLU.

Portaria nº 10755, de 13 de janeiro de 2016. Conclusão de Estágio Probatório, período de 21/06/2012 a 02/01/2016. Rubia do Prado, Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 10756, de 13 de janeiro de 2016. Concede Redução de Carga Horária, conforme Processo nº 8297/2015, a partir de 21 de janeiro de 2016. Anderson Hinke. Engenheiro Civil. SEPLU.

São Bento do Sul, 14 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 10751/2016**

PORTARIA Nº 10751, DE 13 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JEFERSON JOCELON CHAVES, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial do SINE, VW/Gol, placas MFV 4438.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016**

Pregão Eletrônico nº 01/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 01/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 01/2016, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 14/01/2016 até as 08:00hrs do dia 27/01/2016 pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 27/01/2016 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de copos plásticos para envase de água, selos de alumínio, caixas de papelão craft e tabuleiro em papel craft, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016**

Pregão Eletrônico nº 02/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 02/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 02/2016, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 14/01/2016 até as 08:00hrs do dia 28/01/2016 pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 28/01/2016 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de reservatórios em PRFV e boia de alta vazão, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



# São Carlos

## PREFEITURA

**AVISO N.04/2016 -DISP-CIDEMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm nº04/2016  
Edital ..:Dispensa de licitação. N.04/2016  
Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado  
Objeto: Serviços de est sistema de insp municipal PROSUASA  
Contratado:CIDEMA-CONS INT DESENV ECON SOCIAL MEIO AMB.  
Valor: R\$12.000,00(doze mil reais)  
Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93  
Vigência: 31.12.2016  
São Carlos-SC, em 13 de janeiro de 2016.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO N.05/2016-PROMERCADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm nº05/2016  
Edital ..:Dispensa de licitação. N.05/2016  
Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado  
Objeto: Serviços de Gestão do Mercado Público Municipal  
Contratado:CIDEMA-CONS INT DESENV ECON SOCIAL MEIO AMB.  
Valor: R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais)  
Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93  
Vigência: 31.12.2016  
São Carlos-SC, em 13 de janeiro de 2016.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO N.07/2016-PROPOÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm nº07/2016  
Edital ..:Dispensa de licitação. N.07/2016  
Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado  
Objeto: Serviços de est.do Programa de Perf de Poços Artesianos  
Contratado:CIDEMA-CONS INT DESENV ECON SOCIAL MEIO AMB.  
Valor: R\$12.000,00(doze mil reais)  
Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93  
Vigência: 31.12.2016  
São Carlos-SC, em 13 de janeiro de 2016.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO N.08/2016-PREGÃO**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.08/2016  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL –N.08/2016  
Tipo : Menor preço  
Objeto:AQUISIÇÃO GEN. ALIMENTICIOS –MERENDA ESCOLAR  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 27 de janeiro de 2016.  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 27 de janeiro de 2016.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49-3325.3000  
SAO CARLOS, 13 de janeiro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

**AVISO N.09/2016-PREGÃO**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.09/2016  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N.09/2016  
Tipo : Menor preço  
Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA P/ESCOLAS  
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 28 janeiro de 2016  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 28 de janeiro de 2016 .  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000  
SAO CARLOS, 13 de janeiro de 2016.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

**AVISO N.6/2016-PROAGUA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm nº06/2016  
Edital ..:Dispensa de licitação. N.06/2016  
Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado  
Objeto: Serviços de esp de resp técnica p/Sist Mun de Agua  
Contratado:CIDEMA-CONS INT DESENV ECON SOCIAL MEIO AMB.  
Valor: R\$8.400,00(oito mil e quatrocentos reais)  
Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93  
Vigência: 31.12.2016  
São Carlos-SC, em 13 de janeiro de 2016.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 1/2016 PR 1 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 1/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita pelos programas da Secretaria Municipal de Saúde.

Vencimento: 28/01/2016 as 19:00 (dezenove horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### EDITAL 1/2016 TP 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 1/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 1/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL Nº 1/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 1/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: SERVIÇOS TÉCNICOS DE CORRETAGEM DE SEGURO PARA SEGUROS DE AUTO/RESPONSABILIDADE CIVIL DE VEÍCULOS, ACIDENTES PESSOAIS PARA PASSAGEIROS.

Vencimento: 29/01/2015 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### EDITAL 2/2016 PR 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 2/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de Produtos Alimentícios e Hortifrutigranjeiros para a Merenda Escolar das Escolas Municipais e Creche conforme convênio FNDE/MEC e secretarias municipais.

Vencimento: 28/01/2016 as 9:00 (nove horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### EDITAL 3/2016 PR 2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 3/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de Produtos de Limpeza para escolas e secretarias municipais.

Vencimento: 28/01/2016 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### EDITAL 4/2016 PR 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 4/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de Material Escolar destinado a Rede Municipal de Ensino e material de expediente para secretarias municipais.

Vencimento: 01/02/2016 as 9:00 (nove horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### EDITAL 5/2016 PR 4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 5/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93

e suas alterações.

Objeto: Aquisição de madeira e material de construção para secretarias municipais.

Vencimento: 01/02/2016 as 13:30 (treze horas e trinta minutos)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### **EDITAL 6/2016 PR 5**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 6/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de pneus para veículos e máquinas da frota municipal.

Vencimento: 29/01/2016 as 15:00 (quinze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

### **EDITAL 7/2016 PR 6**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO 7/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de tubos de concretos para secretaria de obras.

Vencimento: 29/01/2016 as 17:00 (dezessete horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal



# São Domingos

## PREFEITURA

### **DEC 2160 DE 11 01 16 EXONERA A PEDIDO LUIZA TEIXEIRA DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE FINANÇAS I**

DECRETO Nº 2160, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração do Cargo Efetivo a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando exoneração do cargo, firmado pelo servidora Luiza Teixeira, protocolo sob nº 2689, na data de 16 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Luiza Teixeira, do cargo efetivo de Auxiliar de Finanças II deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 1879, de 03 de dezembro de 2015, nº 300, de 03 de setembro de 2007, nº1429, de 27 de março de 2013, e nº1613, de 26 de maio de 2014, nº 944, de 31 de agosto de 2010, nº 131, de 08 de abril de 2008, no que diz respeito a servidora;

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 1893, de 10 de março de 2015, no que diz respeito a servidora;

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

### **POR 1902 DE 11 01 16 DESIGNA LUIZ EDUARDO VALENTINI PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA**

PORTARIA Nº 1902, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidor público municipal para responder pela Tesouraria do Município.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Municipal, de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12 e pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/12; e:

· Considerando que a servidora Luiza Teixeira, designada para responder pela tesouraria conforme portaria nº 1429, de 27/03/2013, solicitou exoneração do cargo;

· Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Luiz Eduardo Valentini, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, para responder pela Tesouraria deste Município de São Domingos (SC), junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Mitra Diocesana de Chapecó.

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 05/2016

OBJETO: "Locação de salas para realização de palestras e reuniões".

VALOR ADITADO: R\$ 6.600,00

VIGÊNCIA: 11.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 11 de Janeiro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5573/2016

DECRETO Nº 5573/2016

PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 20 da Lei nº 4.422/2006 e suas alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676/2008 e o artigo 2º do Decreto nº 21.820/2006,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006 e alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora GISELLE RAMOS, lotada no Centro de Educação Infantil Professora Araci Olívia da Silva, com a carga horária de 40 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, passando para a situação funcional MAG-APG-ASL-10D do anexo XXI da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

### CONTRATO/CT: Nº 159/2015 – PE 123/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 159/2015 – PE 123/2015 – Processo 394/2015 - Contratado: ZANCA REPAROS E SERVIÇOS DE SOLDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TANQUE NOVO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM CAPACIDADE PARA 12.000 LITROS EM AÇO CARBONO, SEUS APARATOS E COMPLEMENTOS, MONTADO SOBRE CHASSI MERCEDES BENS 1924-A, CABINE DUPLA, ANO 1982, BEM COMO A CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE CARENAGENS CONFECIONADAS EM ALUMÍNIO LAVRADO PARA SER UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC.. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme o art. 57 da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 179.800,00 (cento e setenta e nove mil e oitocentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 03 de dezembro de 2015.

### CONTRATO/CT: Nº 164/2015 – PR 133/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 164/2015 – PR 133/2015 – Processo 441/2015 - Contratado: Sr. LUIZ CARLOS GOMES. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, NA QUALIDADE DE BIOQUÍMICO SANITARISTA, PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA NAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO, TRATAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA DA PISCINA DO CENTRO DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE (CATI) NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme o art. 57 da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 10 de dezembro de 2015.

### CONTRATO/CT: Nº 165/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 165/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015, através do PE 014/2014 – Processo 041/2014 - Contratado: SOUND STATION ÁUDIO E VÍDEO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA-ME. Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A ATA REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, VISANDO EQUIPAR OS CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEUS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº 14/2014, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. Prazo: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até o dia 24/03/2016, data limite da vigência da Ata de Registro de Preços nº 003/2015 do Ministério da Cultura. Valor: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 17 de dezembro de 2015.

### CONTRATO/CT: Nº 166/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 166/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015, através do PE 014/2014 – Processo 041/2014 - Contratado: SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, VISANDO EQUIPAR OS CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEUS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº 14/2014, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. Prazo: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até o dia 24/03/2016, visto que a Ata de Registro de Preços nº 004/2015 do Ministério da Cultura terá a sua vigência até a data informada. Valor: R\$ 22.865,00 (vinte e dois

mil, oitocentos e sessenta e cinco reais). Data da Assinatura do Contrato: 17 de dezembro de 2015.

**CONTRATO/CT: Nº 167/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 167/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015, através do PE 015/2014 – Processo 042/2014 - Contratado: WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TÉCNICOS LTDA. Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, VISANDO EQUIPAR OS CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEUS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº 15/2014, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA CONTRATO, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. Prazo: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até o dia 09/06/2016. Visto que a Ata de Registro de Preços nº 005/2015 – do Ministério da Cultura terá a sua vigência até a data informada. Valor: R\$ 24.412,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e doze reais). Data da Assinatura do Contrato: 17 de dezembro de 2015.

**CONTRATO/CT: Nº 168/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 168/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015, através do PE 015/2014 – Processo 042/2014 - Contratado: MODILAC INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, VISANDO EQUIPAR OS CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEUS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº 15/2014, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. Prazo: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até o dia 10/06/2016, visto que a Ata de Registro de Preços nº 008/2015 do Ministério da Cultura terá a sua vigência até a data informada. Valor: R\$ 32.677,00 (trinta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais). Data da Assinatura do Contrato: 17 de dezembro de 2015.

**CONTRATO/CT: Nº 169/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 169/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015, através do PE 015/2014 – Processo 042/2014 - Contratado: USE MÓVEIS PARA ESCRITORIO LTDA. Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, VISANDO EQUIPAR OS CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEUS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº 15/2014, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA, ASSIM COMO A PROPOSTA VENCEDORA, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO. Prazo: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até o dia 09/06/2016, visto que a Ata de Registro de Preços nº 010/2015 do Ministério da Cultura terá a sua

vigência até a data informada. Valor: R\$ 58.561,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais). Data da Assinatura do Contrato: 17 de dezembro de 2015.

**DECRETO Nº 5564/2016**

DECRETO Nº 5564/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE CARGO DE SECRETÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o titular da Secretaria de Executiva de Comunicação Social está gozando férias no período compreendido entre 04 de janeiro de 2016 a 03 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o servidor HAMILTON REGINALDO ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico de Comunicação e Marketing – CCM 8, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretário Executivo da Comunicação Social– SM, com lotação na Secretaria Executiva de Comunicação Social, até o retorno do titular.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5572/2016**

DECRETO Nº 5572/2016

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora SANDRA DA SILVA, portadora do CPF nº 757.474.569-20, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 12 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/01/2016.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 5576/2016**

DECRETO Nº 5576/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GABRIEL BRUNO DE MELO do cargo de Supervisor da Ação Social e Idoso – CCM 6, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5577/2016**

DECRETO Nº 5577/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LEONEL DE SOUZA do cargo de Assessor III Administrativo – CCM 4, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5578/2016**

DECRETO Nº 5578/2016  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado GABRIEL BRUNO DE MELO para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo – CCM 4, com lotação na Secretaria de Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5579/2016**

DECRETO Nº 5579/2016  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado LEONEL DE SOUZA para o cargo em comissão de Supervisor da Ação Social e Idoso – CCM 6, com lotação na Secretaria de Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5582/2016**

DECRETO Nº 5582/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor DANIEL PEREIRA DE SOUZA do cargo de Supervisor de Comunicação – CCM 6, com lotação na Secretaria Executiva de Comunicação Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 145/2015 – PROCESSO Nº 475/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 145/2015 – Processo nº 475/2015: Objeto: REGISTROS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DESTINADA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 28/01/2016 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/01/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.



**REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2014 – Processo nº 408/2014: Objeto: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA A REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS RETIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO URBANO E A NÍVEL RODOVIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

**TERMO ADITIVO Nº 243/2014-01 – TP 016/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 243/2014-01 – TP 016/2014 - Processo 180/2014 – Contratado: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA-EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DO CEM SANTA TEREZINHA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Readequação Quantitativa – Supressão: O Contrato nº 243/2014 sofrerá uma redução de 2,26%, o que corresponde a R\$ 12.845,95 (doze mil, oitocentos e quarenta e cinco reais, noventa e cinco centavos). Readequação Qualitativa: O Contrato nº 243/2014 contará com itens novos em seu projeto (conforme planilha de fls. 67/73), os quais representam 17,06% perfazendo a importância de R\$ 97.158,48 (noventa e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos). Valor do Contrato: Considerando-se as alterações ocorridas, a partir deste termo o valor do contrato readequado vigorará em R\$ 653.944,54 (seiscentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais, cinquenta e quatro centavos). Prorrogação dos Prazos: A obra do Contrato está paralisada e a partir da data do seu “Termo de Reinício” seus prazos de vigência e de execução serão prorrogados por mais 150 (cento e cinquenta) dias. Data da assinatura: 17 de dezembro de 2015.

**TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015-01 – PR 127/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 015/2015-01 – PR 127/2014 - Processo 327/2014 – Contratados: LAS COMÉRCIO LTDA – ME; BRUTHAN COMERCIAL LTDA e GIZELE REGINA DA SILVA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS À CASA DE ACOLOHIMENTO SOCIAL AO MORADOR DE RUA (BOM SAMARITANO) DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Readequação Quantitativa – Acréscimo: A Ata de Registro de Preços nº 015/2015 terá acréscimo de 24,96606% ao valor inicial atualizado da referida ata, que representa R\$ 19.292,82 (dezenove mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos), sendo limitado a 25% nos itens do Lote 01 (itens 01 ao 63), Lote 02 (itens 65 a 75), e Lote 03 (itens 76 ao 99). Valor da Ata de Registro de Preços: Considerando-se as alterações ocorridas, a partir deste termo o valor total da Ata de Registro de Preços nº 015/2015 readequada vigorará em R\$ 96.569,02 (noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dois centavos). Data da assinatura: 09 de dezembro de 2015.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 099/2012-03 – PR 032/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 099/2012-03 – PR 032/2013 - Processo 052/2013 – Locador: VEG LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, INCLUINDO MANUTENÇÃO, SEGURO E QUILOMETRAGEM LIVRES, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Alteração Quantitativa – Supressão: o Contrato original sofrerá supressão no percentual de 14,06%, o que corresponde ao valor total de R\$ 293.694,12 (duzentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais e doze centavos). O Contrato nº 099/2012, em vigor com o valor total de R\$ 2.088.650,30 (dois milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais, trinta centavos), passará a vigorar com a importância de R\$ 1.794.956,28 (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais, vinte e oito centavos), com vigência a partir de 13/11/2015. Data da assinatura: 09 de dezembro de 2015.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - PR Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR a descrição do item 01 do ANEXO I do Edital, e a data de entrega e abertura dos envelopes, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE ALTA PRESSÃO PARA AR RESPIRÁVEL TANTO PARA CILINDROS DE MERGULHO QUANTO PARA CILINDROS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA PARA UTILIZAÇÃO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 05/01/2016, ED. 1903, PG.939). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 10 de fevereiro de 2016, às 08:15 e 08:30 horas respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste, 13 de janeiro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015 - FMS.**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015 - FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 035/2015, de 07/12/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 05/01/2015 - edição 1903 - pág. 943, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015 - FMS.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 016/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Brava Construções Ltda. ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43.

Objeto: Prorrogar os prazos de vigência e execução do Contrato nº 025/2015, de 12/08/2015, pelo lapso de 15 (quinze) dias cada, em razão do atraso na entrega das muretas, estas que foram executadas pelo Município, pois não constavam do Contrato originário; e aditar o valor global do Contrato nº 025/2015, de 12/08/2015, em R\$ 1.741,73 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos), o que corresponde a 1,62 % (um vírgula sessenta e dois por cento) do valor global inicialmente contratado.

Valor Aditado: R\$ 1.741,73 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos próprios e correrão por conta do exercício financeiro de 2015, sob as seguintes rubricas orçamentárias financeiras de 2015.

Rubrica orçamentária: a) D - (49/2015) 13.01.10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.01.0038 - Implantação de Academia de Saúde; b) D - (4/2015) 13.01.10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.01.0002 - Implantação de Academia de Saúde.

Data de Assinatura: 07/12/2015.

Vigência: de 11/01/2016 a 26/01/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Guilherme Sobieray Szymanski - pela Contratada.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.537/2016 - NOMEIA OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC), DE ACORDO COM A LEI Nº 6.257 DE 26 DE OUTUBRO DE 2009, O DECRETO Nº 6.883 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009, E O DECRETO Nº 7.638 DE 31 DE JANEIRO DE 2013, COM AS RESPECTIVAS REPRESENTAÇÕES:**

DECRETO Nº 8.537/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, RESOLVE:

#### NOMEAR

Art. 1º Os membros que constituirão o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), de acordo com a Lei nº 6.257 de 26 de outubro de 2009, o Decreto nº 6.883 de 26 de novembro de 2009, e o decreto nº 7.638 de 31 de janeiro de 2013, com as respectivas representações:

#### I - REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

I – Representante do Poder Executivo Municipal:

Sérgio Volpi – Titular

Ines Carla Persch Theobald – Suplente

II– Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Lilian Lúcia Luccotti – Titular

Reges Antonio Dal Asta – Suplente

III - Representante da Secretaria Municipal de Ação Social:

Marta Sotilli – Titular

Silvia Maria Bertuol Frandoloso – Suplente

IV – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Deoclides Dalla Rosa – Titular

Alessandro de Matos Alves– Suplente

V - Representante da Secretaria Municipal da Infra-estrutura:

Gelson Artifon – Titular

Valdelino Maciel de Lima – Suplente

VI - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:

Suinara Folmer – Titular

Marli da Rosa – Suplente

VII- Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional-SDR;

Daniel Caron – Titular

Moacir Piroca - Suplente

VIII – Representante da 9ª Região de Polícia Militar:

Fabio Verdasca de Luca– Titular

Nilson Rubini– Suplente

IX – Representante do 13ª Delegacia Regional de Polícia:

Henrique Gonçalves Muxfeldt– Titular

Lisiane Junges– Suplente

X - Representante do Corpo de Bombeiro Militar:

Michael Magrini – Titular

Ricardo Fábio Ludwig – Suplente

XI – Representante da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina):

Valmir Kretschmer – Titular

Leonilda Villani – Suplente

XII - Representante da CIDASC:

Fábio Cristiano Trevizol– Titular

Manuela Studt da Rocha - Dandoeli José Meneghetti

XIII - Representante da Fundação do Meio Ambiente - FATMA:

Deoclécio Ricardo Zanatta – Titular

Behur Ayron Bintro– Suplente

XIV – Representantes do 14º RCMEC:

Major Alexandre Moliner – Titular

Capitão Leandro Rocha Souto - Suplente

II – REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

XV- Representante do Lions Clube São Miguel do Oeste:

Victório Antonio Bolfe – Titular

Itacir Baldissera – Suplente

XVI - Representante do Jeep Clube São Miguel do Oeste:

Luiz Antonio Luft – Titular

Maurício Massignani – Suplente

XVII - Representante da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste:

Alex Trucollo – Titular

Julimar Stolarski– Suplente

XVIII - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Miguel do Oeste:

Magnos Franzen de Souza– Titular

Solani Balbinot - Suplente

XIX- Representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina:

Sérgio Angelo Taparello – Titular

Rosemeri Luiza Stoffel– Suplente

XX - Representante da União da Associação de Moradores ;

Carlos Roberto Scariot – Titular

Carlos Grassi – Suplente

Art. 2º O exercício do mandato dos Conselheiros será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.327 de 13 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,  
Em 12 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal



AIRTON LUIZ FÁVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.538/2016 - FIXA VALOR DAS PASSAGENS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.**

DECRETO Nº 8.538/2016  
FIXA VALOR DAS PASSAGENS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o preço das passagens para o transporte coletivo urbano atualmente praticado no município de São Miguel do Oeste/SC foi reajustado pela última vez a mais de um anos, mais precisamente em 12 de dezembro de 2014 a partir do Decreto nº 8.206/2014.

CONSIDERANDO, que a empresa concessionária apresentou relatório demonstrando a elevação dos custos operacionais para realização do transporte coletivo urbano.

CONSIDERANDO, a solicitação da empresa concessionária dos serviços, bem como a previsão legal e contratual de manutenção do equilíbrio econômico/financeiro dos contratos.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica fixado o valor das passagens a ser cobrado pela Empresa Extremoeste Agência de Viagens e Turismo Ltda, com trajeto no perímetro urbano da cidade de São Miguel do Oeste/SC, em R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), a partir da presente data, conforme índice Inflacionário acumulado, auferido pelo IGPM/fgv, Índice Geral de Preços de Mercado – Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2º. Para estudantes e professores fica fixado o importe de 50% (Cinquenta Por Cento) do valor da passagem.

Art. 3º. Fica assegurado o transporte gratuito aos idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, na forma da legislação vigente.

Art. 4º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.  
Em, 12 de janeiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.539/2016 - DECLARA IMÓVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS ALARGAMENTO DA RUA ELSA ANA C. DAIPRAI E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.539/2016  
DECLARA IMÓVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS ALARGAMENTO DA RUA ELSA ANA C. DAIPRAI E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, art. 48, 49, III e 50 da LCM n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Declarado de Utilidade Pública, para fins de declaração de área não edificável, para alargamento da Rua Elsa Ana C. Daiprai, nas proximidades do loteamento Madalena, uma área de 895,23m², da Chácara n. 51, o matriculado no CRISMO sob nº. 31.024 de propriedade de Eduardo Bocalon e sua esposa Beatriz Edvice Scartezinni Bocalon.

Parágrafo único. A área declarada de utilidade pública poderá ser desapropriada.

Art. 2º Ficam os órgãos competentes da Administração Municipal a tomarem as providências necessárias para o fiel cumprimento do presente.

Art. 3º O prazo para a efetivação do alargamento da via antes citada é de ate três anos.

Art. 4º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 12 de janeiro de 2016.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### 1º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

1º Edital de Convocação do Processo Seletivo 001/2015

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital de Processo Seletivo nº 001/2015, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 14/01/2016 a 21/01/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:00 às 13:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Médico Clínico Geral – 30 horas

CLASSIFICAÇÃO	NOME
01º	LEANDRO ROBERTO BENDER

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

### DECRETO Nº03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

### DECRETO Nº03/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$20.123,55 (Vinte mil cento e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos ) por conta do Superávit Financeiro- Transferência Farmácia Básica Presídio na dotação abaixo identificada:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.9.2.094 – Func. e Manut. do Sistema Prisional R\$ 20.123,55

3.3.90.00.00.00.00.03.0775 – Aplicações Diretas R\$ 20.123,55

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 12 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

**DECRETO Nº04/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº04/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais ) por conta do Superávit Financeiro- Transferência Atenção Básica Presídio na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

11.01.10.301.9.2.094 – Func. e Manut. do Sistema Prisional R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.03.0776 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 12 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

**TERMO DE DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2015 DEISY TERNES GARCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

**TERMO DE DESISTÊNCIA****CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2015**

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de 2016, DEISY TERNES GARCIA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público Edital nº. 001/2015, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Médico Clínico Geral – 30 horas, classificação 02, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de janeiro de 2016.

# Schroeder

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 3.540/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 3.540/2015, de 12 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Claudete Nunes de Oliveira	21	22
Carlos Alberto de Oliveira Farina	38	39
Franklin Jones Vieira	33	34
Jucimar Claudimir Lindner	38	39
Roberto Carlos Riedel	41	42

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Katia da Costa	A-3-I	A-4-I
Merlin Tatiana Bernardi Cesconetto	B-6-I	B-7-I

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.332/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 6.332/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento em virtude do Acidente de Trabalho do servidor, Sr. Odair Antonio Domingues, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL -CONTRATO Nº. 170/2015 - PMS**  
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 170/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 123/2015 – PMS

Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2015 – PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.257.322/0001-10, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 353, sala 01, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo seu diretor Sandro Marcos Venturi, portador da Carteira de Identidade nº 19R-2.443.3861, inscrito no CPF nº 710.522.919-53, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

**CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 170/2015-PMS, celebrado no dia 20 de julho de 2015, visando a contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabeamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos da rede física e infraestrutura para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme Parecer da Procuradoria nº 006/2016-PROJUR.

**CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:**

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 13 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**T E S T E M U N H A S:**

Daniela Samulescki

CPF Nº. 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIAS Nº 017/2016 À 019/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 017/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 044/2015, que contrata Maritânia Mattiello Maier, em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 40, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de janeiro de 2016 a 13 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 12 de janeiro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 12 de janeiro de 2016.  
Vanderci Almeida Ramos  
Secretário da Administração.

Portaria nº. 018/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Exonerar a pedido, Valter Antônio Cavalli, do cargo de provimento efetivo de Médico – 40h, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 05 de janeiro de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 12 de janeiro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 12 de janeiro de 2016.  
Vanderci Almeida Ramos  
Secretário da Administração.

Portaria nº. 019/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Demitir a pedido, Edite Fátima Horn Paludo, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Técnica em Enfermagem, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 07 de janeiro de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 12 de janeiro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 12 de janeiro de 2016.  
Vanderci Almeida Ramos  
Secretário da Administração.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 – FMES

Fundação Municipal de Esportes de Seara

Processo Licitatório nº 001/2016 – FMES

Edital de Pregão Presencial n.º 001/2016 – Registro de Preço – FMES

A Fundação Municipal de Esportes de Seara, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n.º 10.520/02 e lei n.º 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min. do dia 27/01/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para contratação de serviços de arbitragem. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327 ou 3452-8323.

Seara - SC, 13 de janeiro de 2016.

Rogério Francio  
Superintendente da FMES



# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO N. 005/2016

DECRETO Nº. 005, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

ADOTA MEDIDAS DE CONTENÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições e de conformidade com os termos do inciso VI, do artigo 66 da Lei Orgânica do Município, de 06 de Abril de 1990.

Considerando as graves dificuldades financeiras que atinge o Estado e todos os demais Municípios, face a atual situação do País, bem como a redução das receitas aos mesmos.

Considerando a necessidade de evitar prejuízos aos Serviços Públicos excenciais prestados pelo Município.

Considerando, ainda, a primordialidade na adoção de medidas de contenção dos gastos públicos, possibilitando a priorização e otimização dos recursos do Erário.

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas na administração direta e indireta, as seguintes iniciativas relativas a pessoal:

- I – Criação de Cargos;
- II – Criação de novas gratificações ou alteração daquelas já existentes;
- III – Nomeação para cargos de Provimientos efetivos;
- IV – Remoções com ajuda de custo;
- V - Promoções ou Progressões nos quatros pessoal;
- VI – Horas Extras somente em casos excepcionais

Parágrafo 1º - Fica estabelecido que, as suspensões estabelecidas no caput desse artigo, terá o prazo de 180 dias contados da publicação desse decreto, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. O disposto no Artigo 1º poderá ser excepcionalizado quando se tratar de necessidade voltada ao interesse público, plenamente justificado pela Secretaria requerente, devendo ser encaminhado a Secretaria de Administração, afim de apreciação e decisão por parte do Prefeito Municipal e Secretário de Administração e Finanças do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 12 de Janeiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LICITAÇÃO Nº. 001/2016

Modalidade – Dispensa nº. 001/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E REALIZAÇÃO DE EXAMES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO A SAÚDE BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC..

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE –AMESC.

VIGÊNCIA: 12/01/2016 a 31/01/2016

VALOR DO OBJETO: R\$ 270.000,00

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Sombrio - SC, em 12 de Janeiro de 2016.

Gislaine Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LICITAÇÃO Nº. 002/2016

Modalidade – Dispensa nº. 002/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO BÁSICO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE –AMESC.

VIGÊNCIA: 12/01/2016 a 30/06/2016

VALOR DO OBJETO: R\$ 150.000,00

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos municípios de Sombrio/SC.

Sombrio - SC, em 12 de Janeiro de 2016.

Gislaine Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

LICITAÇÃO Nº. 04/2016

Modalidade – Dispensa nº. 04/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 14, Caput, da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ENTRE OS MESES 01/2016 a 06/2016. EMPRESA CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DE AGRIC. FAMILIARES DE SOMBRIO.

VIGÊNCIA: 11/01/2016 a 30/06/2016

VALOR DO OBJETO: R\$ 210.078,00

JUSTIFICATIVA: A dispensa justifica-se em razão do disposto no caput do art. 14 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

Sombrio - SC, em 11 de janeiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 002/2016

DECRETO Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA LAUERMANN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal TEREZINHA LAUERMANN, ocupante do cargo de Vigilante Sanitário, pelo período de 180 dias, a contar do dia 04.01.2016 até 01.07.2016, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 02 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### PORTARIA 007/2016

PORTARIA Nº 007, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDIR HACKENHAAR, ocupante do cargo de Motorista com lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20.11.2014 a 19.11.2015, a serem gozadas no período de 11.01.2016 a 22.01.2016

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
11 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor Departamento de Administração

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EDITAL CHAMAMENTO 001-2016

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS- EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2016

#### FORNECEDORES DA AGRICULTURA/ EMPREENDEDOR FAMILIAR

O Município de Tigrinhos Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito Público, representado pelo Senhor NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando INSCRIÇÕES DE FORNECEDORES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, no Setor de Compras e Licitações em conformidade com as Resolução/SC/FNDE nº 38/2009, Lei n. 11.947/2009 e Lei Federal n. 8666/93.

OBJETO - O presente chamamento tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados a manutenção da merenda escolar, durante o primeiro semestre de 2016, conforme os itens abaixo relacionados:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	94,00	KG	31,00	PEIXE: FILÉ DE TILÁPIA COM CORTE EM V: resfriado, limpo, aspecto próprio da espécie, não amolecido nem pegajoso. Cor própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio. Embalagens plásticas próprias para alimentos contendo peso líquido de 01kg, contendo informação nutricional, data de processamento e validade, local de abate e código de inspeção. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
2	55,00	KG	2,42	CENOURA: o produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como: dano mecânico, deformação grave, injúria por pragas ou doenças, murcha, ombro verde ou roxo, podridão, rachada e radícula. A embalagem deve ser em sacos plásticos transparentes específicos para alimentos, na quantidade em quilo solicitada. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
3	80,00	UN	2,85	REPOLHO VERDE: DE CABEÇA: liso, fresco, firme, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. As unidades deverão pesar aproximadamente de 1,5kg a 1,80kg. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
4	27,00	UN	2,89	BETERRABA: vermelha para consumo fresco, nova, 1ª qualidade, tamanho miúda menor que 50mm ou tamanho médio com diâmetro médio de 50mm a 90mm. Não serão tolerados defeitos que prejudiquem o consumo como dano profundo, podridão, murcho, passado. O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas e corpos estranhos. Condições de entrega: conforme cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
5	160,00	KG	5,20	TOMATE PAULISTA: grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. De 1ª qualidade, não deverá ter frutos estragados. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, dano, murcho, imaturo, passado e feridas. O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. A embalagem deverá conter etiqueta com peso em quilos e data. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.

6	54,00	KG	4,95	FEIJÃO PRETO ESCOLHIDO: pacote de 01kg, classe preto, tipo 1, de 1ª qualidade, embalagem plástica, transparente e atóxico, resistente, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
7	62,00	KG	11,00	BOLACHA CASEIRA: com sabor característico, macio, novo, bem assado, de primeira qualidade. TIPO: manteiga ou rosca com glacê. Embalagens plásticas transparentes específicas para alimentos contendo peso líquido de 01kg em cada embalagem. Na parte externa da embalagem deverá conter nome do fornecedor, data de fabricação e validade, peso líquido e informação nutricional. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
8	295,00	UN	12,00	MINI PIZZA: sabores variados. Tamanho pequeno. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor contendo 8 unidades em cada bandeja, recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e prazo de validade, além de informação nutricional do produto. CONDIÇÕES DE ENTREGA: conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
9	225,00	UN	12,00	PASTEL ASSADO: com ovos, novo, cor característica, de 1ª qualidade. Tamanho pequeno ASSADO, recheado nos sabores de carne e frango. A embalagem deverá ser em bandejas de isopor recoberta com papel filme, contendo rótulo, com nome do fornecedor, data de fabricação e validade, além de informação nutricional do produto. Deverá conter 20 unidades em cada bandeja a ser entregue. Condições de entrega: conforme o cronograma encaminhado pela nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
10	90,00	KG	4,82	MANDIOCA: descascada e limpa, de boa qualidade e nova. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, resistente, contendo 2kg em cada embalagem. Com etiquetas constando peso em kg e data. Condições de entrega: conforme cronograma encaminhado pela Nutricionista, o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
11	2,00	KG	9,50	CHIMIA DE FRUTAS: artesanal, sabor uva, entregue em potes de 500 gramas ou 1kg, cotendo rotulagem nutricional, com data de fabricação e prazo de validade. Condições de entrega: Conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: data, horário, local de entrega e quantidade.
12	15,00	KG	9,65	MELADO: batido, novo, entregue em potes de 500 gramas ou 1kg.

**DO CADASTRAMENTO:** Aos fornecedores, interessados, desde que abrangidos pela Resolução nº. 038, de 16 de Julho de 2009 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo, deverão comparecer para fins de cadastramento na Prefeitura Municipal de Tigrinhos no Setor de Compras, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Centro, Tigrinhos/SC, no horário de expediente do dia 18/01/2016 a 03/02/2016 apresentando os documentos abaixo relacionados:

**DA DOCUMENTAÇÃO:** A documentação a ser apresentada para fins de cadastramento será: I - Para os Grupos Informais de Agricultores Familiares; Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cópia da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante; Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores familiares participantes; II - Para os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar os seguintes documentos para serem avaliados e aprovados; Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas; Comprovante de Regularidade (negativas) junto ao INSS, FGTS, e Receita Federal e Dívida Ativa da União; Cópias do estatuto e ata da posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica; Projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar; Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** I - Será priorizado o fornecedor do âmbito local, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, resguardadas as condicionalidades previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 14 da Lei n. 11.947/2009; II - As possíveis alterações contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro serão regidas pela Lei n. 8.666/93; III - Toda e qualquer transação oriunda pelo fornecimento dos gêneros alimentícios deverão ser precedidas da competente Nota Fiscal. TIGRINHOS/SC, 13 de Janeiro de 2016. NERI ARNOLDO NEU – Prefeito Municipal em Exercício.

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 122 2015 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE"

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2015 PMT

O Município de Timbó/SC torna público que, em cumprimento à ordem judicial expedida pela 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó/SC nos autos do mandado de segurança Autos nº 0300034-72.2016.8.24.0073, mandado n.º 073.2016/000026-4-ZO - Plantão, fica SUSPENSA – "SINE DIE" a licitação acima citada, cujo objeto versa sobre o fornecimento de macadame carregado em veículos dos setores solicitantes, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

TIMBO (SC), 11/01/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

MARCIA DA ROCHA

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

# Três Barras

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.223 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.223 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA OU A SERVIÇO, BEM COMO OS IMÓVEIS PRÓPRIOS OU ALUGADOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º. Todos os veículos automotores e os imóveis disponíveis, próprios, alugados ou contratados dos órgãos da Administração Pública Municipal, serão identificados na forma desta Lei.

§ 1º. Esta Lei abrange todos os órgãos da Administração Pública, direta e indireta, inclusive a Câmara Municipal, fundações, autarquias e empresas de economia mista que estiver constituída ou a ser criada.

§ 2º. Serão, também, identificados, os veículos contratados e os imóveis alugados, quando prestando serviço ou quando estiver sendo utilizado pelos órgãos enunciados no § 1º deste artigo.

Art. 2º. A identificação dos veículos de que trata a presente Lei será afixada nas portas dianteiras dos veículos, seguindo os padrões definidos pelo órgão principal (Prefeitura, Câmara Municipal, fundações, autarquias, empresas de economia mista) e constará de :

I - a logomarca do órgão principal;

II - o órgão responsável pelo veículo;

III - a expressão "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO";

IV - menção a esta Lei.

Art. 3º. A identificação dos imóveis de que trata a presente Lei será afixada numa placa ou através de pintura manual na parede do endereço principal, seguindo os padrões definidos pelo órgão principal (Prefeitura, Câmara Municipal, fundações, autarquias, empresas de economia mista) e constará de:

I - a logomarca do órgão principal;

II - o órgão responsável pelo imóvel;

III - função do imóvel;

IV - menção a esta Lei.

Art. 4º. A identificação dos veículos contratados será afixada nas portas dianteiras dos veículos, seguindo os padrões definidos pelo órgão principal (Prefeitura, Câmara Municipal, fundações, autarquias, empresas de economia mista) e constará de:

I - a logomarca do órgão principal;

II - nome do contratado;

III - validade do contrato;

IV - a expressão "A SERVIÇO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO USO

VEÍCULO";

V- menção a esta Lei.

Art. 5º. A identificação dos Imóveis alugados será afixada numa placa ou através de pintura manual na parede do endereço principal, seguindo os padrões definidos pelo órgão principal (Prefeitura, Câmara Municipal, fundações, autarquias, empresas de economia mista) e constará de :

I - a logomarca do órgão principal;

II - nome do contratado;

III - validade do contrato;

IV - destinação do imóvel;

V - menção a esta Lei.

Art. 6º. A dimensão da identificação não poderá ter área inferior a três mil centímetros para os veículos e quinze mil centímetros quadrados para os imóveis.

Art. 7º. Serão considerados nulos para os órgãos enunciados no § 1º, do Art. 1º, os contratos e aluguéis que não estiverem em conformidade com a presente Lei.

Art. 8º. Ato dos órgãos enunciados no § 1º, do Art. 1º, definirá o modelo a ser adotado, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei n. 1.856, de 16 de abril de 1997.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 30 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 12 de Janeiro e republicada em 13 de Janeiro de 2016 por incorreção.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 02/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de forma parcelada de nitrogênio líquido, utilizado pela Secretaria de Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 26/01/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02-2016

EXTRATO DE CONTRATO 02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: RSUL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de kits escolares personalizados para os alunos da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiro Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, para o ano letivo de 2016, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento previsto para 2016.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 85/2015, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 30 dias

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PP 85/2015.

DATA ASSINATURA: 11/01/2016

TREZE TÍLIAS, 11 de Janeiro de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 02/2016 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA

OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 07/2015/FMS no qual, a contratada, como vencedora, se compromete no fornecimento de medicamentos (de referência, genéricos e similares) constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2016, conforme itens constantes no Anexo I do edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas a seguinte dotação orçamentária: 04.01.2014.33.90.00.00.00.00.00.0002

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PP 07/2015 FMS

DATA ASSINATURA: 04/01/2016

TREZE TÍLIAS, 04 de Janeiro de 2016.

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO GINECOLOGISTA E MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 25 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 13 de janeiro de 2015.  
Silvio Venturi  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ODONTOLÓGICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h. do dia 25 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 13 de janeiro de 2015.  
Silvio Venturi  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 04/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 04/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 04/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FORNECIMENTO À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:00h. do dia 27 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00h às 13:00 h, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 13 de janeiro de 2016.  
Silvio Venturi  
Prefeito Municipal



# Tunápolis

## PREFEITURA

### **FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2016  
Edital de Pregão Presencial nº 07/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de Material Médico Cirúrgico e Ambulatório, destinados para o Fundo Municipal da Saúde.

Entrega dos envelopes até às 13h do dia 28 de janeiro de 2016 .  
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 13 de janeiro de 2016.  
Bruno José Heberle  
Gestor do Fundo

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2016  
Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 03/2016

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado.

Entrega das propostas até as 8:15 min, do dia 01/02/2016.  
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 13 de janeiro de 2016  
ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE COMPRA Nº.: 08/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2016**

Processo de Compra Nº.: 08/2016  
Pregão Presencial nº: 06/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de Equipamentos para o Centro Municipal de Saúde.

Entrega dos envelopes até às 15h30min do dia 27 de janeiro de 2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 12 de janeiro de 2016.  
Bruno José Heberle  
Gestor do Fundo



# União do Oeste

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL 012 HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PUBLICO



Estado de Santa Catarina

### CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

#### CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015



#### EDITAL Nº 012

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, DESTINADO À SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROVIMENTO DE VAGAS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER PERMANENTE, EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE - SC.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste/SC, no uso de suas atribuições e nos termos do presente documento, homologa o resultado final dos candidatos inscritos as provas do Concurso Público nº 001/2015, conforme determina o CAPÍTULO XI – CRONOGRAMA DE EVENTOS – RESULTADO FINAL.

**Art. 1º** - Fica homologado o resultado final dos candidatos inscritos para o Concurso Público nº 001/2015, da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, as quais preenchem os requisitos exigidos, as/aos seguintes funções/cargos:

#### HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

CONTROLADOR INTERNO - 20 HORAS									
Inscrição	Candidato	LING. PORT.	MATEM.	CONH. GER.	CONH. ESPEC.	T. P.O.	Total	Situação.	Class.
53	MARILIA MIORELLI	1,25	0,75	0,75	4,25	7,00	7,00	APROVADO(A)	1º
62	IVAN HOECKER	0,75	1,00	0,50	4,00	6,25	6,25	APROVADO(A)	2º
33	GIANE SMANIOTTO	1,25	1,00	0,75	3,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	3º
65	MARINES NICARETTA	1,00	1,25	0,50	2,75	5,50	5,50	APROVADO(A)	4º
60	ADILES TEREZINHA OSTROWSKI	1,25	0,25	0,75	3,00	5,25	5,25	APROVADO(A)	5º
40	BRUNA REGINA DE CARLI	0,75	0,50	0,75	3,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	6º
43	GILSON LUCAS	1,25	0,50	0,50	2,75	5,00	5,00	APROVADO(A)	7º
70	NEILA MARIA ZUCCO	1,25	0,25	0,75	2,75	5,00	5,00	APROVADO(A)	8º

Av. São Luiz, 841, centro – telefone (49) 3348-1014 – CEP: 89.845-000 – União do Oeste - SC.  
www.camarauniadooeste.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

## CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

## CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015



45	EDINA CRISTINA GALIAZZI	1,00	0,75	1,00	2,25	5,00	5,00	APROVADO(A)	9º
31	CÉZAR LUIS CAPELETTI DE LIMA	1,25	0,50	1,00	2,00	4,75	4,75	REPROVADO(A)	--
68	SIMONE COZER	0,75	0,50	0,75	2,50	4,50	4,50	REPROVADO(A)	--
79	TANIA MARIA BRANCAGLIONE MEURER	1,00	0,00	0,75	2,50	4,25	4,25	REPROVADO(A)	--
37	DAIANA MARTINI	1,00	0,00	0,75	2,50	4,25	4,25	REPROVADO(A)	--
80	ELOIR JOSE SIGNOR	1,00	0,25	0,75	2,25	4,25	4,25	REPROVADO(A)	--
77	DUAN WAGNER DELARIVA	0,75	1,00	0,50	2,00	4,25	4,25	REPROVADO(A)	--
85	IVANIR PAULO RIBOLDI	1,25	0,75	0,25	1,50	3,75	3,75	REPROVADO(A)	--
84	MAIARA CARLA FIORESE	1,25	0,75	0,75	1,00	3,75	3,75	REPROVADO(A)	--
5	EDSON AMAURI TRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## TESOUREIRO - 20 HORAS

Inscrição	Candidato	LING. PORT.	MATEM.	CONH. GER.	CONH. ESPEC.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
64	CHEILA LUCINEIA RIBICKI	1,75	1,50	1,50	3,75	8,50	8,50	APROVADO(A)	1º
83	ANDERSON DOMINGOS COREZOLLA	0,75	1,25	1,25	3,00	6,25	6,25	APROVADO(A)	2º
56	BEATRIS MISSEL	1,25	0,75	0,75	2,75	5,50	5,50	APROVADO(A)	3º
10	ANDRIÉLI CRISTINA BRESOLIN	1,00	1,25	1,00	2,25	5,50	5,50	APROVADO(A)	4º
22	CLAUDINEI JOSÉ DALLA CORTE	0,50	1,00	1,50	2,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	5º
67	CLAUDIA WIDMAR BALEN	1,25	0,50	0,50	2,50	4,75	4,75	REPROVADO(A)	--
30	DANIELA ZORDAN	1,00	0,50	1,00	2,25	4,75	4,75	REPROVADO(A)	--
87	VOLNEI GOLLO	0,50	0,75	1,50	2,00	4,75	4,75	REPROVADO(A)	--
54	LUANA ANTUNES	1,00	0,75	0,75	2,00	4,50	4,50	REPROVADO(A)	--
46	DIEGO JUNIOR SARTORI	0,50	1,00	0,75	2,00	4,25	4,25	REPROVADO(A)	--
59	SERGIO PERTUSATTI	1,00	1,00	1,00	1,25	4,25	4,25	REPROVADO(A)	--

Av. São Luiz, 841, centro – telefone (49) 3348-1014 – CEP: 89.845-000 – União do Oeste - SC.  
www.camarauniaoadooeste.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

**CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE****CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**

74	JULIANE BIANCHET	0,50	1,00	0,75	1,75	4,00	4,00	REPROVADO(A)	--
8	LARISSA RIBOLDI	0,50	1,00	0,75	1,50	3,75	3,75	REPROVADO(A)	--
35	ALAN ROSÁRIO	0,75	1,25	0,75	0,75	3,50	3,50	REPROVADO(A)	--
81	ALEXANDRE DELARIVA	0,50	0,75	0,75	1,25	3,25	3,25	REPROVADO(A)	--
57	JOELCIR UMBERTO BESSON	1,00	0,50	0,75	1,00	3,25	3,25	REPROVADO(A)	--
41	SUSANA CARLA GIOVANONI	0,50	0,75	1,00	1,00	3,25	3,25	REPROVADO(A)	--
42	DIEITON KEOMA RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
27	JOCIELI DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
75	JUNIOR DE COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
76	MATEUS SOLIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

**Art. 2º** - Esta homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores União do Oeste/SC, 13 de janeiro de 2016.

**ORIBERTO LUIZ GIACHINI**  
Presidente da Câmara Municipal de  
Vereadores de União do Oeste – SC

Av. São Luiz, 841, centro – telefone (49) 3348-1014 – CEP: 89.845-000 – União do Oeste - SC.  
[www.camarauniaoadooeste.sc.gov.br](http://www.camarauniaoadooeste.sc.gov.br)

# Urussanga

## PREFEITURA

**EDITAL PR 04/2016/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2016/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de material de expediente. Entrega dos envelopes: até as 09h dia 02/02/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h dia 02/02/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**EDITAL PR 05/2016/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de equipamentos e material de pintura, novos, de boa qualidade. Entrega dos envelopes: até as 11h dia 28/01/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 11h dia 28/01/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**EDITAL PR 06/2016/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016/PMU

Objeto: aquisição de peças novas e serviços para manutenção de motor de veículo VW 17210. Entrega dos envelopes: até as 11h dia 29/01/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 11h dia 29/01/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

**PROCESSO 005/2016 PR 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 005/2016

PREGÃO 003/2016

Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos de A à Z, éticos, genéricos e similares, para distribuição gratuita à população do Município, através do Fundo Municipal de Saúde, considerando o Maior Desconto sobre o preço máximo ao consumidor, da tabela oficial de preços de medicamentos da revista ABC Farma.

Julgamento: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OFERTADO

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até às 09h00min do dia 29 de Janeiro de 2016.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 29 de janeiro de 2016 a partir das 09h00min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 13 de janeiro de 2016.

LENIR RADAPELLI

Gestora do FMS

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2016 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOLAS...**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 08/2016

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS, E OUTROS MATERIAIS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GINÁSIO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega imediata, mediante requisição prévia.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 08/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 26 de janeiro de 2016.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 hrs do dia 26 de janeiro de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 13 de janeiro de 2016.  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO DO TERMO ADITIVO Nº 185/2015**

Cancelamento do Termo Aditivo nº 185/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 265/2013

Processo: DL nº 29/2013-PMV

Contratado: LOVATEL EDITORAÇÃO ELETRÔNICA – ME.

Objeto: Cancelamento do termo aditivo tendo em vista erro de elaboração de acordo com o parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal, datados de 12/01/2016.

Data: 12/01/2016.

### **TERMO ADITIVO Nº 05/2016**

Termo Aditivo nº 05/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 14/2015

Processo: CC nº 03/2014-PMV

Contratado: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2016 até 19 de janeiro de 2017, conforme solicitação e justificativa do Departamento de Imprensa.

Valor: R\$ 240.000,00.

Data: 13/01/2016.

### **TERMO ADITIVO Nº 06/2016**

Termo Aditivo nº 06/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 06/2014

Processo: PR nº 70/2013-FMS

Contratado: CLÍNICA MÉDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2016 até o dia 19 de janeiro de 2017, e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª, por meio do IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (jan/2015 a dez/2015), no percentual de 10,5442900% .

Valor: R\$ 55.660,60.

Data: 13/01/2016.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº GS 006/2016

DECRETO Nº GS 006/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GELSON SAIBO, Prefeito Municipal em Exercício de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

0601.15.451.1501.1008 – Pavimentação urbana e rural

0601.15.451.1501.1008.44900000.0183 – Aplicações Diretas R\$ 1.700.000,00

Art. 2º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem na Operação de Crédito firmada com a Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa PRO TRANSPORTE, contrato nº 2623.0414229-09/2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 08 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2016

Processo nº 0010/2016 – Dispensa de Licitação nº 0004/2016

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Gelson Saibo, justifica a Dispensa de Licitação para a Locação de uma Casa em alvenaria destinada ao Centro de Atenção Psicossocial Vida Integrada - CAPS, no valor mensal de R\$ 3.833,00 (três mil oitocentos e trinta e três reais) com a Sra. Edi Winckler de Bettio. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X.

Xanxerê/SC, 12 de janeiro de 2016 – Gelson Saibo – Prefeito Municipal em exercício.

### EXTRATO 10º ADITIVO AO PROCESSO Nº 0134/2014

Extrato 10º Aditivo ao Processo nº 0134/2014 - Inexigibilidade nº 0007/2014

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas médicas e procedimentos para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê. Fica prorrogado o prazo de vigência do processo originário para até 31/12/2016, contados a partir de 01/01/2016.

Xanxerê-SC, 30 de dezembro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0024/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0024/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Associação de Recicladores Xanxerenses Amigos da Natureza – ARXAN e Associação de Catadores Vida Nova  
Objeto: Serviços de triagem do material da coleta seletiva da área urbana de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário até o dia 31/01/2016, contados a partir de 01/01/2016.

Xanxerê-SC, 30 de dezembro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0007/2016

Extrato do Contrato de Locação nº 0007/2016

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Locador: Edi Winckler de Bettio

Objeto: Locação de uma Casa de alvenaria destinada ao Centro de Atenção Psicossocial Vida Integrada - CAPS.

Valor: R\$ 3.833,00 por mês. Prazo de locação: 12 meses

Xanxerê-SC, 12 de janeiro de 2016. Gelson Saibo - Prefeito Municipal em exercício.

### PORTARIA Nº RH-GS 023/2016

PORTARIA Nº RH-GS 023/2016

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em exercício;

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 12.01.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. IRACI GEREMIA DE MELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 1.695.212-0 e CPF nº 609.493.099-15, nomeada conforme Decreto nº AJG 142/2015 no cargo de COZINHEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 170.829.945-6 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 12.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário principalmente o Decreto nº AJG 142/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em exercício



**PREGAO PRESENCIAL 0003/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0003/2016, tendo como objeto Aquisição de Ataúdes, Prestação de Serviços Funerais e Quilômetros de Translado. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 28 de janeiro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 13/01/2016. Gelson Saibo – Prefeito Municipal em exercício.

**TOMADA DE PREÇO 0001/2016****Aviso de Licitação**

O Município de Xanxerê-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 0001/2016, tipo menor preço global, tipo menor preço global, tendo como objeto a Construção de Sistema de Tratamento de Efluente Doméstico no Bairro Aparecida, no Município de Xanxerê-SC. O recebimento das propostas será até às 09:45 horas do dia 03 de fevereiro de 2016, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos nº 455. Retirada do Edital e anexos no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 12 de janeiro de 2016. Gelson Saibo - Prefeito Municipal em exercício.

# Xavantina

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 001/2016 - FMS

CONVÊNIO Nº 001/2016 – FMS

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. Osmar Dervanoski, doravante denominado simplesmente FUNDO e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Xavantina, na Rua Celso Ramos, devidamente inscrita no CNPJ nº 82.832.361/0001-69, por seu representante legal, Sr. Lindomar Camera, portador do RG: 4.584.330-9 e CPF nº 007.704.839-33, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei Municipal nº 1488, de 26 de Novembro de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e, de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUNDO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à CONVENIENTE, para melhoria nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área da saúde, bem como para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina no Hospital São Lucas, inclusive escala de sobreaviso, pagamento de salários de funcionários, diretor clínico, raio X e manutenção das atividades da entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 1488, de 26 de Novembro de 2015 e plano de trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 01 de Janeiro de 2016 até 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o FUNDO transferirá recursos no valor total de até R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais), a serem pagos, conforme cronograma:

Nº Parcela – Mês	Valor R\$ - Mês
01 – Janeiro de 2016	68.000,00
02 – Fevereiro de 2016	68.000,00
03 – Março de 2016	68.000,00
04 – Abril de 2016	68.000,00
05 – Maio de 2016	68.000,00
06 – Junho de 2016	68.000,00
07 – Julho de 2016	68.000,00

08 – Agosto de 2016	68.000,00
09 – Setembro de 2016	68.000,00
10 – Outubro de 2016	68.000,00
11 – Novembro de 2016	68.000,00
12 – Dezembro de 2016	68.000,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelo FUNDO integram a dotação orçamentária do Órgão/Entidade 1001, Projeto Atividade 2.022, Elemento de Despesa 3.3.50.00.00.00.00.0002 (28).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I – aplicar os recursos recebidos, bem como a contrapartida, conforme plano de aplicação aprovado pelo Município;
- II – ressarcir ao Município os recursos recebidos através deste convênio, bem como os rendimentos de aplicação financeira, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;
- III – movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;
- IV – comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- V – Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas se for o caso;
- VI – Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;
- VII – prestar contas no prazo de sessenta dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira;
- VIII - efetuar e manter o atendimento a todos os munícipes xavantinenses, através de funcionários do Hospital São Lucas ou por outros profissionais credenciados e qualificados, sendo pessoal administrativo, profissionais da área de medicina e/ou pessoal de apoio (enfermeiras), ainda que mediante plantão ou sobreaviso, de forma gratuita nos casos de emergência e urgência.

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no item VII e atender o disposto na Instrução Normativa n. 001/2014, de 09 de abril de 2014, da Coordenadoria de Controle Interno do Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

O FUNDO compromete-se à:

- I – Liberar os recursos, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:
  - a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
  - b) quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.
- II – Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e

fiscalizações periódicas;

III – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

I – pela conclusão do seu objeto;

II – por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de extinção, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em três vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 11 de Janeiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS
--------------------------	--

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_  
Nome: Joselino Luiz Naissinger Nome: Arline Caon  
CPF: 047.840.569-39 CPF: 055.243.049-84

#### CP 001/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016 PMXV

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para a rede Municipal de Ensino, conforme relação especificações constantes no Anexo “A” deste Edital.

Forma de Credenciamento: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 29/01/2016.

Abertura: dia 29/01/2016, às 09:00 horas.

O Edital estará à disposição dos interessados no setor de compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 horas às 11:45 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 14 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

#### DECRETO 001/2016

DECRETO Nº 001/2016

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÕES NO EXERCÍCIO 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. EMERSON SALVAGNI, para atuar como Pregoeiro na modalidade de licitação denominada Pregão, durante o exercício de 2016.

Art. 2º Fica nomeada a Equipe de Apoio na modalidade de licitação denominada Pregão, conforme:

- Izilde J. P. Fasolo

- Taciane Caon

- Alex Lorenzet

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### DECRETO 002/2016

DECRETO Nº 002/2016

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 51 e §§ da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Permanente, responsável pela abertura e análise das licitações realizadas na Prefeitura Municipal de Xavantina para o Exercício de 2016, assim constituída:

Presidente: Joselino Luiz Naissinger

Membro: Catia Mara Cosmann Boff

Membro: Keila Renata Olkowski

Suplente: Izilde J. P. Fasolo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 003/2016**

DECRETO Nº 003/2016

NOMEIA LEILOEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme dispõe o artigo 53 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor EMERSON SALVAGNI, para exercer as funções de leiloeiro, durante o exercício de 2016.

Parágrafo único. A designação de que trata este artigo será feita sem qualquer remuneração adicional.

Art. 2º Ficam designados os membros da Comissão de Licitações, nomeados pelo Decreto nº 002/2016, para auxiliarem nos trabalhos relativos ao leilão.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 04 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 004/2016**

DECRETO Nº 004/2016

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÕES NO EXERCÍCIO 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. JOSELINO LUIZ NAISSINGER, para atuar como Pregoeiro na modalidade de licitação denominada Pregão, durante o exercício de 2016.

Art. 2º Fica nomeada a Equipe de Apoio na modalidade de licitação denominada Pregão, conforme:

- Izilde J. P. Fasolo
- Taciane Caon
- Alex Lorenzet

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 005/2016**

DECRETO Nº 005/2016

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma do art. 6º da Lei Municipal nº 648/95, de 28/09/95, e posteriores alterações, e,

Considerando a exigência legal que estabelece o art. 5º da Lei Municipal nº 648/95, atualizado pela Lei Municipal nº 948, de 24 de abril de 2006,

Considerando o Decreto Municipal nº 031/2015, o qual nomeou os membros do conselho municipal de saúde de Xavantina;

Considerando a necessidade de alteração de alguns dos membros que foram nomeados através do Decreto Municipal nº 031/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado os membros que compõe o Conselho Municipal de Saúde, a saber:

I – Representantes do Governo:

a) Um representante da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

Titular: Flademir Aduino da Silva

Suplente: Gicelle Parisotto

b) Um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Elanice Battiston

Suplente: Thuane Gandolfi

II – Representantes dos Profissionais da Área da Saúde:

a) Um representante dos médicos:

Titular: Marcio Ivan Gonzalves

Suplente: Vagner Grolle

b) Um representante dos odontólogos:

Titular: Patrícia Breda

Suplente: Janete da Silva

III – Representante dos Prestadores de Serviços:

a) Um representante do Hospital São Lucas.

Titular: Jessica Scalco

Suplente: Jane Brand

IV – Representantes dos Usuários:

a) Um representante do Clube de Mães:

Titular: Maria Pradella

Suplente: Ana Mobila Tura Caon

b) Um representante da Associação Comercial e Industrial de Xavantina:

Titular: Givanildo Rizzi

Suplente: Eliane Elis de Cezaro Fasolo

c) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xavantina:

Titular: Onei Polli

Suplente: Andressa Triacca

d) Um representante dos Grupos de Idosos:

Titular: Luiz Simon

Suplente: Raul Caon

e) Um representante dos Conselhos Comunitários:

Titular: Irene Ebert Pinzetta

Suplente: Cristiano Menegat

Art. 2º O mandato dos membros ora nomeados é pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 04 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 006/2016**

DECRETO Nº 006/2016

DISPÕE SOBRE A POSSE DOS MEMBROS ELEITOS DO CONSELHO TUTELAR DE XAVANTINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1282/2013;

## DECRETA:

Art. 1º Ficam empossados, na forma da Lei, os cidadãos a seguir relacionados, como membros eleitos e respectivos suplentes ao Conselho Tutelar de Xavantina, criado através da Lei Municipal nº 1282, de 21 de maio de 2013:

## I - Membros titulares:

- a) Soleni Paludo
- b) Juçara Camera
- c) Cristina da Silveira
- d) Clarice Betiatto
- e) Lediane Alberti

## II - Membros suplentes:

- a) Roselei Biffi
- b) Débora Spagnol
- c) Marta Barbieri
- d) Geneci Bordignon
- e) Lucas Wuicik

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros será de 04 (quatro) anos a contar da data de sua diplomação.

Art. 2º As despesas decorrentes da posse e nomeação dos membros efetivos do Conselho correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social em execução.

Art. 3º O Conselho Tutelar será regido pela Lei Municipal nº 1282, de 21 de maio de 2013, subordinado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e seus respectivos Regimentos Internos de Funcionamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Xavantina, SC, 04 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 007/2016**

DECRETO Nº 007/2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela legislação em vigor;

Considerando a regularidade formal dos atos e procedimentos que constituem o Processo Seletivo nº 001/2015;

Considerando o exaurimento do prazo para recursos, resolvidos e decididos todos os interpostos;

Considerando, ainda, a ampla publicidade dada a todos os atos, em todas as fases do Processo Seletivo nº 001/2015;

## DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a classificação final da prova escrita e títulos do Processo Seletivo nº 001/2015, conforme quadros seguintes:

Artes (20 horas)   Ensino Superior - HABILITADO						
POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	231112	Vera Marta Wehebrink	11	5,50	2,455	7,955

## Educação Especial | Ensino Superior - HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	231060	Adriane Regina Da Silva Gabiatti	14	7,00	1,795	8,795
2	230214	Kelin Cristiane Artifon	8	4,00	1,790	5,790

## Educação Especial | Ensino Superior - NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	235985	Aline Vasconcelo Battisti	13	6,50	0,500	7,00

## Educação Física (10 horas) | Ensino Superior - HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	233657	Gabriela Brandelero	14	7,00	2,135	9,135

## Educação Física (20 horas) | Ensino Superior - HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	231133	Lorivanda Testa Camera	14	7,00	2,245	9,245
2	232334	Katia Karina Weirich	13	6,50	2,035	8,535
3	231031	Thais Luana Triaca	12	6,00	2,240	8,240

## Educação Física (20 horas) | Ensino Superior - NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	233785	Andreia Führ	10	5,00	0	5,000

## Educação Infantil | Ensino Superior - HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	233320	Leonilde Maria Geremia Gandolfi	12	6,00	3,950	9,950
2	231356	Adriane Dannenhauer	12	6,00	2,515	8,515
3	232105	Simone Poganski	12	6,00	2,345	8,345
4	229764	Iassane Gecica Spagnolo	10	5,00	0,830	5,830
5	236078	Regina Maria Betiatto Forest	6	3,00	2,185	5,185
6	230382	Sandra Aparecida Antunes	5	2,50	1,805	4,305

## Educação Infantil | Ensino Superior - NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	231153	Maraise Dreon Dall Bello	13	6,50	0,540	7,040
2	235097	Kelin Cristina Dos Santos	11	5,50	0,675	6,175
3	232235	Tereza Simoni Zanandrea	11	5,50	0,200	5,700
4	232080	Cristina Ferrazzo Torres Dos Reis	10	5,00	0,560	5,560
5	233780	Marilice Lorenzetti	9	4,50	0,250	4,750
6	235358	Samara Siqueira	8	4,00	0,645	4,645
7	233778	Carla Fazolo	8	4,00	0,150	4,150



Ensino Fundamental/Anos Iniciais   Ensino Superior - HABILITADO						
POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	232203	Silvania Rabaioli Canesso	15	7,50	3,250	10,750
2	234551	Julcini Marisa Molozzi	15	7,50	2,375	9,875
3	230038	Joane Camila Schiavini Nicodem	15	7,50	2,280	9,780
4	232198	Raquel Cosmann	14	7,00	2,690	9,690
5	231805	Keli Cristina Guerini	15	7,50	2,120	9,620
6	235354	Juliana Siqueira	14	7,00	0,925	7,925
7	231491	Cleide Seghetto	12	6,00	1,250	7,250
8	232899	Dilce Terezinha Bergamin Benck	10	5,00	1,925	6,925
9	231819	Rosane Simoni Betiatto	11	5,50	1,070	6,570
10	235054	Iracema Menegotto Fasolo	11	5,50	0,685	6,185
11	232495	Sueli Tortelli Trevisan	7	3,50	2,405	5,905
12	230367	Marcia Veronica Hilleshein Seghetto	6	3,00	1,085	4,085

## Ensino Fundamental/Anos Iniciais | Ensino Superior - NÃO HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	232436	Edivani Talaska	11	5,50	1,225	6,725
2	232897	Camila Della Libera Trevisan	11	5,50	0,100	5,600
3	234688	Sandra Godinho Moretto	8	4,00	0,570	4,570
4	232223	Juciane Fatima Moretto	7	3,50	0,950	4,450

## Filosofia | Ensino Superior - HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	230068	Edineia Bringhenti	10	5,00	2,215	7,215
2	234028	Ciro Fernando Franke	12	6,00	0,990	6,990
3	232207	Jandrei Jose Maciel	11	5,50	0,780	6,280
4	229765	Marilia Mainardi	11	5,50	0,775	6,275
5	235436	Alexsandra Babinski	10	5,00	0,915	5,915
6	233779	Marciane Nardino Biondo	7	3,50	2,160	5,660

## Língua Estrangeira - Inglês | Ensino Superior - HABILITADO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	231517	Sheila Wilke Da Veiga	8	4,00	1,210	5,210

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 07 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**DECRETO 008/2016**

DECRETO Nº 008/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.496, de 13 de janeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 (CR 97)	
R\$ .....	245.850,00
TOTAL .....	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios – União/Outros, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 009/2016**

DECRETO Nº 009/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.497, de 13 de janeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0070 (CR 37)	
R\$ .....	145.000,00
TOTAL .....	145.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.0070 (CR 37) – Gestão do SUS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 010/2016**

DECRETO Nº 010/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.498, de 13 de janeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 15.377,75 (quinze mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.03.0065 (CR 36)	
R\$ .....	15.377,75
TOTAL .....	15.377,75

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.0065 (CR 36) – MAC – Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 011/2016**

DECRETO Nº 011/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.499, de 13 de janeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 165.169,65 (cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	

Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.1171	
R\$ .....	165.169,65
TOTAL .....	165.169,65

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.1171 – FNS – Equipamentos e Material Permanente, no valor total de até R\$: 165.169,65 (cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1495/2016

LEI Nº 1495, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

INSTITUI NOVA TABELA DE VALORES PARA COBRANÇA DE SERVIÇOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituída a nova Tabela de Valores para cobrança na prestação de serviços particulares no âmbito do Município de Xavantina, a saber:

MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS	TIPOS DE SERVIÇOS	VALOR DA HORA EM R\$
Escavadeira Hidráulica	Infra-estrutura rural/urbana	120,00
Trator de esteira D 50	Infra-estrutura rural/urbana	90,00
Trator de Esteira D 41	Infra-estrutura rural/urbana	100,00
Pá-Carregadeira	Infra-estrutura rural/urbana	65,00
Retroescavadeira	Infra-estrutura rural/urbana	75,00
Motoniveladora	Infra-estrutura rural/urbana	85,00
Rolo Vibratório	Infra-estrutura rural/urbana	50,00
Caminhão Basculante Capacidade 5m³	Infra-estrutura rural/urbana	50,00
Caminhão Basculante Capacidade 10m³	Infra-estrutura rural/urbana	70,00
Caminhão Tanque 10.000 L	Transporte água e dejetos	60,00
Caminhão Tanque 7.000 L	Transporte água e dejetos	50,00

Trator 4X4 Sobre Pneus com Distribuidor	Transporte água e dejetos	55,00
Trator 4X4 Sobre Pneus com Ensiladeira Estacionária	Silagem	55,00
Trator 4X4 Sobre Pneus com Colheitadeira de 01 Linha	Silagem	60,00

Art. 2º Os serviços de máquinas incluem as máquinas e os operadores, sejam eles do Município ou contratados por este para a prestação dos serviços.

Art. 3º Os serviços de que tratam esta lei poderão ser de qualquer porte de máquina e dependerão da disponibilidade e condições do Município.

Art. 4º Os serviços prestados serão mensurados segundo o horímetro de cada máquina ou veículo, caso a máquina ou veículo não apresente horímetro, ou apresente algum defeito o mesmo será contabilizado pela hora normal.

Art. 5º Os valores previstos na tabela constante no art. 1º desta Lei poderão ser atualizados anualmente, por Decreto do Poder Executivo, conforme variação do INPC (IBGE) – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 6º Havendo o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias contados do lançamento contábil, será concedido desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor.

Art. 7º Não poderá se beneficiar dos serviços de que trata esta Lei, os munícipes que se encontrarem com pendências ou irregularidades com:

I – o erário público municipal;

II – a Fundação de Amparo a Tecnologia e Meio Ambiente – FATMA e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA;

III – o Código de Posturas do Município, ou;

IV – decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.130 de 07 de Junho de 2010.

Xavantina (SC), 13 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1496/2016

LEI Nº 1496, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 (CR 97)	
R\$ .....	245.850,00
TOTAL .....	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de transferências de convênios – União/Outros, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Janeiro de 2016.  
MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1497/2016

LEI Nº 1497, DE 13 DE JANEIRO DE 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0070 (CR 37)	
R\$ .....	145.000,00
TOTAL .....	145.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.0070 (CR 37) – Gestão do SUS.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Janeiro de 2016.  
MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1498/2016

LEI Nº 1498, DE 13 DE JANEIRO DE 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 15.377,75 (quinze mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.03.0065 (CR 36)	
R\$ .....	15.377,75
TOTAL .....	15.377,75

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.0065 (CR 36) – MAC – Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Janeiro de 2016.  
MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1499/2016

LEI Nº 1499, DE 13 DE JANEIRO DE 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 175.169,65 (cento e setenta e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.1171	
R\$ .....	165.169,65
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.1171	

R\$ .....	10.000,00
TOTAL .....	175.169,65

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 03.1171 – FNS – Equipamentos e Material Permanente, no valor total de até R\$: 165.169,65 (cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.1171 – FNS – Equipamentos e Material Permanente, no valor total de até R\$: 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 13 de Janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **PORTARIA 001/2016**

PORTARIA Nº 001/2016

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a Portaria nº 184/2015, que concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor Público Municipal Sr. Delmar Dal Bello;

Considerando a Portaria nº 186/2015, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas ao servidor público municipal, Sr. Delmar Dal Bello;

Considerando que da interrupção, ficaram remanescentes 16 (dezesesseis) dias de férias, as quais estão sendo neste ato concedidas pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias remanescentes ao Servidor Público Municipal, SR. DELMAR DAL BELLO, ocupante do cargo efetivo de Obreiro, referente ao período aquisitivo de 14/12/13 à 13/12/14, a contar do período de 04/01/2016 à 19/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 04 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **PORTARIA 002/2016**

PORTARIA Nº 002/2016

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO PROCESSAMENTO DE NOTAS DE EMPENHOS, LIQUIDAÇÃO E EMISSÃO DE ORDENS DE PAGAMENTOS DO DEPARTAMENTO CONTÁBIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Sr. JOSELINO LUIZ NAISSINGER, o responsável encarregado pelo processamento das notas de empenhos, liquidações de despesas e emissões de ordens de pagamento do departamento contábil da Prefeitura Municipal de Xavantina e Fundos.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 04 de janeiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE PREGÃO 02/2016**

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2016

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Transportes de Veículo Tipo Micro Ônibus e Van, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 27 de janeiro de 2016, procedendo à abertura às 13h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 13 de janeiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal



# Associações

## AMMVI

### ATA DA 6ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS

ATA DA 6ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quinze (10/12/2015), às quinze horas, no pequeno auditório da Associação dos Municípios do Medio Vale do Itajaí – AMMVI, em Blumenau - SC, reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, o Coordenador do CIAPS – Sr. Fredy Richard Eichstaedt e Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI (OAB/SC 17692), para Assembleia Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o exercício de 2016; 3 – Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Assessor Jurídico da AMMVI, Dr. Luiz Claudio Kades, que tratou da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal do CIAPS para o exercício de 2016, informando que os atuais ocupantes foram eleitos em caráter provisório na data de 14 de outubro de 2014, diante da necessidade de um responsável para inscrição do Consórcio no CNPJ, muito embora os artigos 26 e 30 do Estatuto estabeleçam que a eleição regular deve ocorrer em dezembro de cada ano, e que o mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, permitido a reeleição para um único mandato subsequente. Ademais, pela assembleia realizada em 11 de dezembro de 2014, foi tratado da recondução dos então titulares para as mesmas funções no mandato de 01/01 a 31/12/2015. Neste sentido, o Prefeito de Apiuna indagou se deve ser considerado o período de 2014, que foi inferior a um ano e onde não foram praticados atos de gestão, visto que o Consórcio não estava em funcionamento. Diante disso, o Assessor Jurídico invocou a possibilidade de a Assembleia deliberar a respeito da excepcionalidade daquela situação, para fins de sua exclusão dos limites considerados para os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal. Debatido o assunto, os Prefeitos deliberaram por unanimidade que os atuais ocupantes têm direito a reeleição para o próximo mandato, visto que em 2014 foi registrado apenas o CNPJ do Consórcio e que em 2015 é que efetivamente houve um início de implantação do mesmo, donde foi praticado alguns atos de gestão, restando para o exercício de 2016 o efetivo funcionamento das atividades do CIAPS. Com isso, foi proposto a recondução e/ou reeleição de todos os atuais membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, para as mesmas funções, no mandato que se iniciará em 01/01/2016. Acolhida a proposta pelos presentes, restou formalizada as seguintes candidaturas: DIRETORIA – Prefeito de Apiuna para Presidente e Prefeito de Rodeio para Vice-Presidente; CONSELHO FISCAL: Prefeito de Ascurra, Secretário Municipal de Saúde de Ascurra e Secretário Municipal de Saúde de Rodeio. Abertas as discussões, houve manifestação favorável à composição apresentada, sendo reeleitos os candidatos da Diretoria e do Conselho Fiscal, por aclamação unânime. Fazendo uso da palavra, o Prefeito de Apiuna, Nicanor Morro, agradeceu o apoio recebido nestes períodos iniciais de implantação do Consórcio Público e expressou sua disposição de promover a inauguração das instalações do CIAPS no início de 2016, possibilitando o pleno funcionamento do serviço público gerido pelo Consórcio Público. Também agradeceu a confiança depositada pelos pares e confirmou a manutenção do Sr. Fredy Richard Eichstaedt no emprego de confiança de Coordenador Executivo. Por último, em Assuntos diversos, foi informado que o Contrato de Rateio, segue o estabelecido na última Assembleia do CIAPS, motivo pelo qual deverá ser assinado pelos Senhores Prefeitos e encaminhados para as respectivas assessorias, visando seu cumprimento a partir de janeiro de 2016. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro  
Município de Apiúna

Moacir Polidoro  
Município de Ascurra

Paulo Roberto Weiss  
Município de Rodeio

Luiz Claudio Kades  
Assessor Jurídico – AMMVI  
Secretário “ad-hoc”

Fredy Richard Eichstaedt  
Coordenador Executivo do CIAPS

### CONTRATO DE RATEIO CIAPS Nº 001/2015

CONTRATO DE RATEIO CIAPS nº 001/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob no 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, no Município de Apiúna - SC, aqui representado por seu presidente Nicanor Morro, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, inscrito no CPF nº 004.461.659-72; de ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro; e de RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, inscrito

no CPF nº 765.097.459-68, doravante denominados simplesmente CONSORCIADO(S), fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIAPS, bem como considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 17 de setembro de 2015, tem justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Saúde Mental (serviço de atenção psicossocial) do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2016.

1.2 – A gestão associada dos serviços públicos de Saúde Mental será executada de forma integral pelo CONSÓRCIO, incluindo todas as atividades estabelecidas para um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, no atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS das redes municipais de saúde dos CONSORCIADOS.

1.3 - Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício integral das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução deste serviço público, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO

2.1 - O rateio dos recursos entre os CONSORCIADO(S) se dará pelo critério da proporcionalidade populacional (IBGE – 2012).

2.2 - As cotas de despesas serão divididas conforme elementos de despesa do CONSÓRCIO, distribuídos proporcionalmente entre os CONSORCIADO(S).

2.3 - O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na “Cota Mensal”, que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2016 o valor total de R\$ 139.039,98 (cento e trinta e nove mil, trinta e nove reais e noventa e oito centavos), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc., na manutenção das atividades contempladas no item 1.2 da Clausula Primeira.

3.2 - O rateio do valor total entre os CONSORCIADO(S) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal (R\$)	Cota Anual (R\$)		
		Grupo de Despesa (%)	Valor	Valor Total Anual (R\$)
Apiúna	4.027,73	3190 (78,22)	37.803,63	48.332,81
		3390 (18,98)	9.174,15	
		4490 (2,80)	1.355,02	
Ascurra	3.064,17	3190 (78,22)	28.759,81	36.770,07
		3390 (18,98)	6.979,41	
		4490 (2,80)	1.030,86	
Rodeio	4.494,76	3190 (78,22)	42.187,04	53.937,10
		3390 (18,98)	10.237,91	
		4490 (2,80)	1.512,14	

3.3 - Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2016.

3.4 - Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento programa (LOA) de cada CONSORCIADO(S), vigentes para o exercício financeiro de 2016.

5.2 - Os repasses mensais feitos pelo(s) CONSORCIADO(S) ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2016.

5.3 - Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo(s) CONSORCIADO(S) este(s) deverá(ao) inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

5.4 – As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção Atividades Saúde Mental
331900000	Aplicações Diretas
333900000	Aplicações Diretas
344900000	Aplicações Diretas
1000115	Recursos Ordinários CIAPS Manut

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo(s) CONSORCIADO(S);
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIAPS e do Contrato de Consórcio Público, fica(m) o(s) CONSORCIADO(S), desde já, responsável(eis) por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 - O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei, no Estatuto do CIAPS ou fixada em Assembleia do Consórcio Público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o(s) CONSORCIADO(S), mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 - A eventual impossibilidade de o(s) CONSORCIADO(S) cumprir(em) obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do(s) CONSORCIADO(S), todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Acurra – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente



com as testemunhas abaixo qualificadas.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2015.  
CIAPS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL  
Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC  
Nicanor Morro - Prefeito

MUNICÍPIO DE ASCURRA - SC  
Moacir Polidoro - Prefeito

MUNICÍPIO DE RODEIO - SC  
Paulo Roberto Weiss - Prefeito

## EGEM

### RESOLUÇÃO INTERNA Nº 01/2016

RESOLUÇÃO INTERNA Nº 01/2016

O Diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, Alexandre Alves, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1- As Folhas de Pagamento da Escola de Gestão Pública Municipal, relativas ao exercício de 2016, seguirão o calendário mensal de pagamento estabelecido na tabela abaixo.

Referência	Data
Janeiro	29/01/2016
Fevereiro	29/02/2016
Março	31/03/2016
Abril	29/04/2016
Maiο	31/05/2016
Junho	30/06/2016
Julho	29/07/2016
Agosto	31/08/2016
Setembro	30/09/2016
Outubro	28/10/2016
Novembro	30/11/2016
13º Salário (1ª parcela)	30/11/2016
13º Salário (2ª parcela)	20/12/2016
Dezembro	30/12/2016

2- Em decorrência de feriados definidos em lei nacional, estadual ou municipal, próximos aos finais de semana, ficam estabelecidos pontos facultativos em 07 (sete) dias úteis do exercício de 2016 conforme tabela abaixo.

Data	Descrição	Período
08 e 09/02/2016	Carnaval	Integral
10/02/2016	Quarta feira de cinzas	Matutino
24/03/2016	Quinta-feira Santa	Integral
22/04/2016	Tiradentes	Integral
27/05/2016	Corpus Christi	Integral
14/11/2016	Proclamação da República	Integral

Florianópolis, SC, 12 de janeiro de 2016.

ALEXANDRE ALVES  
Diretor

# Consórcios

## ARIS

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº198/2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 198/2015

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

OBJETO: HOMOLOGAÇÃO DO MANUAL DO USUÁRIO

DECISÃO Nº 69/2015

#### DECISÃO:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, homologa o manual do usuário da prestação dos serviços de saneamento básico da CASAN, eis que formulado em conformidade com os dispositivos legais, em especial o artigo 33 da Resolução Normativa/ARIS nº 001/2011 em conjunto com o artigo 27, inciso III, da Lei nº 11.445/2007. Em consequência, declaro encerrado este procedimento administrativo

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº198/2015.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

### PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 032/2015 - PORTO BELO

Processo Administrativo Punitivo nº 32/2015

Auto de Infração nº 32/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Porto Belo - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. FALTA DE PLANO DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 13, XVI DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 32/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Multa.

Participaram do julgamento, realizado no dia 19 de novembro de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, Marcos Fernando Zanella (sem voto), Michele Batista e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2015

Afonso Veiga Filho

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Em 23/06/14 o Diretor Geral da ARIS instaura Procedimento Administrativo nº120/14 referente à Fiscalização do SAA, in loco, no Município de Porto Belo, realizada em 09/6/14, já sido considerado o Procedimento Administrativo nº 279/13 referente à Fiscalização realizada em 11/11/13, o qual resultou no Termo de Notificação nº115/13.

Esta nova fiscalização teve como objetivo verificar as ações corretivas realizadas no SAA relativas as não conformidades relacionadas no Relatório de Fiscalização nº 003/13, feito em 11/11/13 e no Termo de Notificação nº115/13.

Ao final, o relatório destaca que dos 48 (quarenta e oito) itens dentro das 20 (vinte) não conformidades levantadas, 14 (quatorze) foram atendidos, 8 (oito) não foram atendidos e 26 (vinte e seis) estavam com prazo em andamento. Foram, ainda, constatadas 11 (onze) novas não conformidades, que deram origem ao Termo de Notificação nº084/14 de 23/6/14.

Na mesma data de 23/6/14 foram comunicados o Sr. Prefeito Municipal de Porto Belo e a CASAN/ Comitê de Relacionamento com Agências Reguladoras da abertura de novo Procedimento Administrativo nº 120/14 e Termo de Notificação nº 084/14.

Em 14/7/14 a CASAN envia expediente com a manifestação da Superintendência Regional em relação às providências adotadas.

Em 30/10/14, atendendo cronograma da ARIS, nova fiscalização foi feita no SAA Porto Belo para verificar, especificamente, as análises de turbidez e pressão da água na rede de distribuição. Nessa ocasião verificou-se que dois dos dezesseis pontos medidos apresentaram pressão abaixo de exigida em norma, além de inúmeras queixas de usuários quanto a intermitência do abastecimento e da alta turbidez da água servida. No dia 10/11/14 são feitas as comunicações do resultado da fiscalização ao Sr. Prefeito e a CASAN.

Em 16/3/15 o Diretor Geral da ARIS resolve instaurar o Procedimento Administrativo nº 047/15 referente à fiscalização do tipo Eventual do SAA de Porto Belo realizada em 12/3/15e levando em consideração todos os Termos de Notificação anteriores (TN115/13, TN084/14, TN199/14 e TN 005/15), baseados nos Procedimentos Administrativos nº279/13, nº 120/14, nº 260/14 e nº 007/15.

Analizando as diversas fiscalizações efetuadas e a ausência de ações corretivas referentes as não conformidades não corrigidas, mesmo após as penalidades de ADVERTÊNCIA e os recursos ao Conselho de Regulação, não atendidos, decidiu o Diretor Geral da Aris pela aplicação da penalidade de MULTA em três casos e ADVERTÊNCIA em um caso.

Dessa forma foram abertos Procedimentos Administrativos Punitivos para cada uma das não conformidades que ainda persistem e colocam em risco a qualidade dos serviços prestados pela CASAN no SAA de Porto Belo.

#### DO VOTO

Esse processo é relativo à não conformidade “falta de planos de emergência e contingência” de acordo com as disposições legais regulamentares e contratuais junto ao SAA de Porto Belo.

Registre-se que o Termo de Notificação nº 115/13 foi emitido em 16/12/13, tendo a Operadora sido autuada e imposta a pena de ADVERTÊNCIA através Processo Punitivo nº17/14.

Recurso da CASAN ao Conselho de Regulação foi negado e mantida a pena de ADVERTÊNCIA. Mesmo assim a não conformidade continuou sem solução, o que acarretou a aplicação de nova punição que é a MULTA.

Tendo em vista o histórico processual e a confirmação de que trata-se de reincidência do Processo Punitivo nº 17/14, cujo Recurso ao Conselho de Regulação foi negado em 30/7/15, estando a não conformidade ainda não atendida, tomo conhecimento do Recurso interposto pela CASAN e nego o seu provimento.

Sendo assim, atendidos os pressupostos de admissibilidade, conhecimento das alegações do Recurso, nego provimento ao mesmo, concluindo pela manutenção do Auto de Infração nº 032/2015, impondo-se a aplicação da penalidade de Multa a Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 033/2015 - PORTO BELO**

Processo Administrativo Punitivo nº 33/2015

Auto de Infração nº 33/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Porto Belo - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. FALTA DE PESSOAL TÉCNICO, PRÓPRIO OU DE TERCEIROS, LEGALMENTE HABILITADO E DEVIDAMENTE CAPACITADO, PARA A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 11, IX DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 33/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Multa.

Participaram do julgamento, realizado no dia 19 de novembro de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, Marcos Fernando Zanella (sem voto), Michele Batista e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2015

Afonso Veiga Filho

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Em 23/06/14 o Diretor Geral da ARIS instaura Procedimento Administrativo nº 120/14 referente à Fiscalização do SAA, in loco, no Município de Porto Belo, realizada em 09/6/14, já sido considerado o Procedimento Administrativo nº 279/13 referente à Fiscalização realizada em 11/11/13, o qual resultou no Termo de Notificação nº 115/13.

Esta nova fiscalização teve como objetivo verificar as ações corretivas realizadas no SAA relativas as não conformidades relacionadas no Relatório de Fiscalização nº 003/13, feito em 11/11/13 e no Termo de Notificação nº 115/13.

Ao final, o relatório destaca que dos 48 (quarenta e oito) itens dentro das 20 (vinte) não conformidades levantadas, 14 (quatorze) foram atendidos, 8 (oito) não foram atendidos e 26 (vinte e seis) estavam com prazo em andamento. Foram, ainda, constatadas 11 (onze) novas não conformidades, que deram origem ao Termo de

Notificação nº 084/14 de 23/6/14.

Na mesma data de 23/6/14 foram comunicados o Sr. Prefeito Municipal de Porto Belo e a CASAN/ Comitê de Relacionamento com Agências Reguladoras da abertura de novo Procedimento Administrativo nº 120/14 e Termo de Notificação nº 084/14.

Em 14/7/14 a CASAN envia expediente com a manifestação da Superintendência Regional em relação às providências adotadas.

Em 30/10/14, atendendo cronograma da ARIS, nova fiscalização foi feita no SAA Porto Belo para verificar, especificamente, as análises de turbidez e pressão da água na rede de distribuição. Nessa ocasião verificou-se que dois dos dezesseis pontos medidos apresentaram pressão abaixo de exigida em norma, além de inúmeras queixas de usuários quanto a intermitência do abastecimento e da alta turbidez da água servida. No dia 10/11/14 são feitas as comunicações do resultado da fiscalização ao Sr. Prefeito e a CASAN.

Em 16/3/15 o Diretor Geral da ARIS resolve instaurar o Procedimento Administrativo nº 047/15 referente à fiscalização do tipo Eventual do SAA de Porto Belo realizada em 12/3/15e levando em consideração todos os Termos de Notificação anteriores (TN115/13, TN084/14, TN199/14 e TN 005/15), baseados nos Procedimentos Administrativos nº 279/13, nº 120/14, nº 260/14 e nº 007/15.

Analisando as diversas fiscalizações efetuadas e a ausência de ações corretivas referentes as não conformidades não corrigidas, mesmo após as penalidades de ADVERTÊNCIA e os recursos ao Conselho de Regulação, não atendidos, decidiu o Diretor Geral da Aris pela aplicação da penalidade de MULTA em três casos e ADVERTÊNCIA em um caso.

Dessa forma foram abertos Procedimentos Administrativos Punitivos para cada uma das não conformidades que ainda persistem e colocam em risco a qualidade dos serviços prestados pela CASAN no SAA de Porto Belo.

### **DO VOTO**

Esse processo é relativo à falta de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e devidamente capacitado para a operação e manutenção do SAA e SES de Porto Belo

Registre-se que o Termo de Notificação nº 115/13, emitido em 16/12/13, trazia essa não conformidade, tendo a Operadora sido autuada e imposta a pena de ADVERTÊNCIA através Processo Punitivo nº 17/14.

Recurso da CASAN ao Conselho de Regulação foi negado e mantida a pena de ADVERTÊNCIA. Mesmo assim a não conformidade continuou sem solução, o que acarretou a aplicação de nova punição que é a MULTA.

Sendo assim, atendidos os pressupostos de admissibilidade, conhecimento das alegações do Recurso, nego provimento ao mesmo, concluindo pela manutenção do Auto de Infração nº 033/2015, impondo-se a aplicação da penalidade de Multa a Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

DISPENSA Nº 001/2016

OBJETO: Aquisição de equipamentos informática para a sede da ARIS, na seguinte proporção:

Itens	Quant.	Especificação	UN.
01	06	PATCH PAINEL SOHOPLUS CAT.5E T568A/B 24P FURUKAWA	UN
02	01	VOICE PANEL 30 PORTAS CAT.3 FCS FURUKAWA	UN
03	130	PATCH CORD U/UTP MULTILAN CAT.5E – 1.5M - FURUKAWA	UN
04	30	PATCH CORD U/UTP MULTILAN CAT.5E – 1.5M – FURUKAWA	UN
05	7	GUIA DE CABOS FECHADO 19" X 1U PT (47 MM) – IP METAL	UN
06	1	RACK 32U 1000MM	UN
07	3	BADEJA FIXA 900MM	UN
08		MÃO DE OBRA	UN
		VALOR TOTAL R\$ 8.326,00	

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: HARLEY DE AGUIAR JÚNIOR – EIRELI EPP

CNPJ: 06.635.187/0001-86

VALOR: R\$ 8.326,00 (oito mil, trezentos e vinte e seis reais).

Florianópolis, 12 de janeiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

**CIGA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2016/CIGA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2015/CIGA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2016/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2015/CIGA

PROCESSO N.º 29/2015/CIGA

Por este instrumento, de um lado o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, CNPJ 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente do CIGA, Senhor Charles Rafael Schwambach, brasileiro, casado, médico, Prefeito de Braço do Trombudo, Presidente do CIGA, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.211.708/SSP/SC e do CPF/MF nº. 891.667.959-15, e de outro lado A Empresa: I.L.MENDES JUNIOR – MENDES E PARS-ME, com sede na Rua Wenceslau Forlepa, 195 Casa 1ª Bairro Pineville Pinhais, Pr CEP 83.325-597 e CNPJ 17.184.211/0001-24 neste ato representado pelo Senhor INACIO LINDOLFO MENDES JUNIOR, brasileiro, solteiro, proprietário, portador da Cédula de Identidade numero 2.059.975-8/PR, acordam proceder, nos termos do Processo n.º 29/2015, referente ao Pregão Eletrônico n.º 05/2015, aberto em 21/12/2015 e homologado em 30/12/2015, mediante sujeição ao que dispõe as Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
06	MONITOR LED 21,5" SAMSUNG S22E310 WIDESCREEN FHD / VGA / HDMI / VESA Relação de Aspecto WideScreen (16:9) Tecnologia de iluminação LED Taxa de atualização 60Hz Resolução de 1920x1080 Tela anti-reflexo Conector 1 HDMI e 1 D-Sub Tempo de Resposta máxima de 5ms Cor Preta Base com regulagem de inclinação 1 Cabo HDMI de 1,5m incluso Garantia 12 meses	Unidade	10	700,00	7.000,00

Valor Total por extenso (Sete mil reais)

R\$ 7.000,00

Fica consignado que o preço registrado nesta ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses contados do dia 04/01/2016 até o dia 04/01/2017. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

PRESIDENTE DO CIGA

INACIO LINDOLFO MENDES JUNIOR

PROPRIETÁRIO – CPF 343.195.811-72 e RG 2.059.975-8/PR

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2016/CIGA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2015/CIGA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2016/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2015/CIGA

PROCESSO N.º 29/2015/CIGA

Por este instrumento, de um lado o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bitencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, CNPJ 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente do CIGA, Senhor Charles Rafael Schwambach, brasileiro, casado, médico, Prefeito de Braço do Trombudo, Presidente do CIGA, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.211.708/SSP/SC e do CPF/MF nº. 891.667.959-15, e de outro lado a empresa SMI Tecnologia e Serviços LTDA, com sede na Rua Desembargador Antonio de Paula 2714 sobreloja, Boqueirão Curitiba-PR, e CNPJ:16.096.591/0001-82, neste ato representado pelo Senhor Marcos Aurélio Straube, brasileiro, casado, Sócio Proprietário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.985.430-7, acordam proceder, nos termos do Processo n.º 29/2015, referente ao Pregão Eletrônico n.º 05/2015, aberto em 21/12/2015 e homologado em 30/12/2015, mediante sujeição ao que dispõe as Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

ITEM	DESCRIPTIVO	QNTD.	MARCA	MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	Switch Gigabit · Fixação em Rack de 19 polegadas · Altura de 1U · 24 portas Ethernet 10/100/1000 · Auto MDI/MDI-X · Alimentação 110V/220V · Backplane de 48Gbps · Garantia de 3 anos	2	TP-LINK	TL-SG1024D	690,00	1.380,00
Total da proposta						1.380,00

Fica consignado que o preço registrado nesta ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses contados do dia 04/01/2016 até o dia 04/01/2017. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

SMI Tecnologia e Serviços Ltda

PRESIDENTE DO CIGA

DETENTOR DA ATA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2016 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 01/2016**

Processo Administrativo n° 03/2016

Inexigibilidade de Licitação n° 01/2016

**OBJETO:**

Contratação de empresa para prestação de serviço técnico profissional especializado de consultoria para realização de pesquisa para a implementação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários com Oficina de Metas para estruturação da Remuneração Variável. Para tanto, haverá pesquisa de mercado salarial dos cargos existentes no CIGA e dos que poderão vir a ser implantados; desenvolver a descrição e estabelecer a forma de remuneração de funções gratificadas, bem como a(s) qual(is) cargo(s) poderia(m) ser atrelada(s); desenvolver o processo de gestão por competências considerando as metas/resultados alcançados pelos empregados públicos, e a remuneração variável conforme o atingimento das metas/resultados, produzindo proposta de desenvolvimento pessoal atrelado aos objetivos do consórcio, bem como observando as perspectivas de sustentabilidade financeira, os municípios consorciados, os parceiros, os processos, os produtos e o desenvolvimento das pessoas.

**PREVISÃO LEGAL:**



Art. 25, inciso II, §1º, c/c art. 13, III, ambos da Lei n.º 8.666/93.

#### JUSTIFICATIVA:

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA realizou a implantação da Gestão por Competências por meio do mapeamento e da avaliação de seus colaboradores utilizando o método do “Inventário Comportamental para o Mapeamento de Competências”, criado pelo professor Rogerio Leme, diretor técnico e sócio presidente da Leme Consultoria. Esse projeto foi realizado no primeiro semestre de 2015.

Com a estruturação do projeto de Gestão por Competências, o CIGA implementou na instituição a política da meritocracia, da justiça interna e da transparência, por meio da apuração das avaliações de seus colaboradores; da gestão dos resultados individuais e dos macros resultados e da possibilidade de utilizar o mecanismo de avaliação para embasamento das políticas de consequência da Consórcio.

Ocorre que, para a continuidade dos trabalhos, é necessária a definição da estrutura de cargos, carreiras e salários da instituição, deixando de forma clara e factível as regras de progressão e promoção funcional, tornando-se uma estratégia poderosa para que o CIGA possa atrair e reter os melhores talentos, algo fundamental para o êxito na gestão de pessoas. Um dos fatores mais importantes para uma boa e adequada gestão das pessoas é a existência de um plano de cargos e salários consistente e voltado para a dinâmica, estratégia e eficiência das atividades do Consórcio.

Apesar dos aspectos modernizadores trazidos pela já longínqua Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a Administração Pública brasileira segue carente de instrumentos que inculquem nos gestores a necessidade de perseguir resultados. No mais das vezes, os controles são meramente formais e os objetivos não se veem delimitados com suficiente clareza.

Ainda se verifica, com desconfortável frequência, uma cultura que subordina a máquina administrativa estatal a paradigmas ultrapassados. Para fazer face a essa circunstância, de modo a deixar claro que a qualidade e a produtividade constituem objetivos a serem perseguidos pelo CIGA não como decorrência de circunstâncias excepcionais, mas como metas permanentes, a serem devidamente cumpridas e priorizadas. Nesse contexto, afigura-se recomendável a contratação de empresa de notória especialização para a construção de projeto que visa à prestação de serviços técnicos especializados (singular) referentes ao desenvolvimento e à implementação do plano de cargos, carreiras e salários pautado na remuneração estratégica para administração do PCCS, a fim de reconhecer a eficiência na gestão pública pelo critério da meritocracia.

Pela meritocracia haveremos de fortalecer o CIGA, vez que a grande maioria dos programas e ações governamentais são exercidos por competentes e capacitados profissionais, que deverão superar os resultados até aqui alcançados, mediante a certeza do devido reconhecimento, objeto da presente contratação.

À conta disso, a Leme Consultoria é uma empresa do Grupo AncoraRh especializada em Desenvolvimento Humano e Tecnologia em Gestão de Pessoas. Acumula experiência de mais de 20 anos de mercado, com atuação nas áreas de Gestão & Estratégia Empresarial, Gestão e Avaliação de Desempenho com Foco em Competências, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Remuneração Estratégica, Dimensionamento da Força de Trabalho e Educação Corporativa, promovendo o desenvolvimento e o fortalecimento das competências de líderes e equipes, com soluções práticas, modernas, sustentáveis e alinhadas à estratégia organizacional.

Seguindo tais diretrizes, os professores e diretores técnicos desta consultoria, Rogerio Leme e Romeu Huczok, esse último com mais de 35 anos de experiência na implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Remuneração Estratégica e Estudo de Estrutura Organizacional, desenvolveram um estudo profundo na obra Remuneração: Cargos e Salários ou Competências?, que apresenta os conceitos de cargos e salários voltados a competências, usando como parâmetros a legislação trabalhista brasileira e da carreira do servidor público.

A empresa Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda. demonstrou a razoabilidade dos preços propostos para a execução dos serviços fornecidos, e a garantia da execução do contratado pelo Sr. Rogério Leme, responsável técnico pelo projeto dos serviços contratados, uma vez que este confere o caráter singular à referida contratação, conforme Declaração de Autenticidade acerca de autoria de metodologias empregadas nos serviços a serem empregados ao CIGA.

Para fins de justificativa da inexigibilidade da licitação, da escolha do contratado e da definição do preço dos serviços, faz parte integrante deste processo, independente de transcrição, os documentos juntados ao Processo Administrativo nº 03/2016.

Alinhado a isso estão os projetos de reestruturação do plano de cargos, carreiras e salários/vencimentos implantado em diversas organizações públicas e do terceiro setor, dentre elas: DME Distribuição S.A/MG, Companhia de Desenvolvimento de Vitória/ES, ParanaPrevidência, PM Maringá/PR, PM Biguaçu/SC, FIEAC/AC, SESC/MS, SENAC/AC, FIEP/PR, FIRJAN/RJ, FIEMT/MT, dentre outras. Não bastassem esses, a referida empresa já prestou serviços para: CAJ/SC, SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia, EMBASA – Empresa Bahiana e Saneamento, CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª/RJ, TRT-4ª/RS, TRT-5ª/BA, TRT-7ª/CE, TRT-8ª/PA, TRT-9ª/PA, TRT-12ª/SC, TRT-13ª/PB, TRT-15ª/Campinas-SP, TRT-17ª/ES, TRT-19ª/AL, TRT-20ª/SE, ou seja, 50% (cinquenta por cento) da justiça do trabalho do Brasil, os projetos realizados junto aos maiores TREs do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e da Bahia, que representam os principais colégios eleitorais da Federação. Todos esses projetos deram o respaldo técnico para o entendimento da carreira do servidor e empregado público.

Diante das especificidades dos métodos adotados nos projetos da Leme Consultoria, o reconhecimento da exclusividade metodológica e do notório saber de seu diretor, professor Rogerio Leme, e corpo técnico, a Leme vem ao longo dos últimos 10 anos sendo contratada pelas entidades públicas na forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos da lei 8.666/93, tendo em vista sua notória especialização e métodos exclusivos.

Diante do exposto, requer a contratação da empresa Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda. para a construção de projeto que visa à prestação de serviços técnicos especializados (singular) referentes ao desenvolvimento e à implementação do plano de cargos, carreiras e salários pautado na remuneração estratégica para administração do PCCS, nos termos do art. 25, inciso II, §1º, c/c art. 13, III, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda. – EPP

CNPJ: 07.955.535/0001-65

VALOR: R\$ 15.950,00 (quinze mil e novecentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 13 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA

**CIS NORDESTE****RESOLUÇÃO Nº 28/2015**

Resolução nº 28/2015.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar por mudança de per capta.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$176.169,10 (cento e setenta e seis mil, cento e sessenta e nove reais e dez centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
4.1.7.2.3.37.03.00.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha	R\$ 112.063,50
4.1.7.2.3.37.03.01.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha – Saúde	R\$ 100.857,15
4.1.7.2.3.37.03.02.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha - Administração	R\$ 11.206,35
4.1.7.2.3.37.11.00.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba	R\$ 31.172,00
4.1.7.2.3.37.11.01.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Saúde	R\$ 28.054,80
4.1.7.2.3.37.11.02.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Administração	R\$ 3.117,20
4.1.7.2.3.37.13.00.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho	R\$ 32.933,60
4.1.7.2.3.37.13.01.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Saúde	R\$ 29.640,24
4.1.7.2.3.37.13.02.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Administração	R\$ 3.293,36

Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do aumento do valor de repasse per capta dos municípios.

Art. 3º - Esta Resolução retroage sua validade a partir do dia 03/10/2015.

Joinville/SC, 10 de dezembro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC